

# IMPACTES

## DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Estudo de alguns efeitos  
no território envolvente

Maria da Conceição Peixe Rego

Orientador: Professor Doutor João Manuel Ferrão

Co-orientador: Professor Doutor António Bento Caleiro

"Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"



# IMPACTES

## DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Estudo de alguns efeitos  
no território envolvente

Maria da Conceição Peixe Rego

Orientador: Professor Doutor João Manuel Ferrão

Co-orientador: Professor Doutor António Bento Caleiro



"Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"

137028

338(469)

## AGRADECIMENTOS

No final de mais de três anos e meio dedicados a este projecto, não sei se saberei agradecer:

- ao Professor Doutor *João Ferrão* que desde o primeiro momento (ou melhor, desde a primeira ideia!) aceitou orientar este trabalho, com total disponibilidade, incentivando-o e criticando-o sabiamente,
- ao Professor Doutor *António Caleiro* que, num momento crucial da sua vida académica, aceitou co-orientar este estudo, tendo sempre uma palavra de motivação, estimulando-o de forma pertinente,
- aos colegas do departamento de Economia que fizeram o favor de ser solidários,
- à *Isabel Vieira* porque, pelo seu exemplo, sempre me fez acreditar que valia a pena continuar diariamente o trabalho empenhado,
- à *Isabel Ramos* e à *Rosaria Casinha*, com quem dividi angústias, incertezas e alegrias,
- aos colegas e amigos *Aurora Galego, David Prazeres, Filomena Mendes, Gertrudes Guerreiro, João Piteira, José Caetano, Marina Martins, Paulo Silva* e *Sofia Monteiro* pelo apoio e incentivos, de natureza diversa, que me proporcionaram,
- aos Professores doutores *Eduardo Anselmo de Castro, Cadima Ribeiro* e *Rui Nuno Baleiras* bem como à *Dr.ª Ana Maria Dias* pelos incentivos ou pela disponibilidade com que discutiram questões várias deste trabalho,
- aos colegas da Universidade de Évora que forneceram informação e responderam aos questionários indispensáveis à realização deste estudo; às diversas instituições, empresas e individualidades que, simpaticamente, colaboraram respondendo aos questionários que lhe foram apresentados,
- aos colegas do GIA que em muito me facilitaram a tarefa de ser directora do Gabinete, particularmente à grande amiga *Ana Maria Louro*,
- à Universidade de Évora, ao PRODEP e à Fundação Eugénio d'Almeida pelo apoio financeiro concedido,
- aos meus pais que sempre entenderam a minha formação e educação como uma prioridade, mesmo à custa de muitos sacrifícios pessoais,
- à família e amigos que me compensaram os momentos de isolamento a que este tipo de trabalho nos obriga,
- ao Paulo, que esteve sempre ao meu lado, no melhor e no pior....

## INDICE GERAL

<b>Agradecimentos</b>	I
<b>Índice geral</b>	III
<b>Índice de figuras</b>	VII
<b>Índice de quadros</b>	IX
<b>Índice de gráficos</b>	XVII
<b>Índice de mapas</b>	XXIII
<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão bibliográfica</b>	<b>11</b>
2.1 A Universidade, o conhecimento e o capital humano: algumas abordagens teóricas	13
2.2 Educação e desenvolvimento económico	21
2.3 As universidades e as regiões na economia do conhecimento	30
2.4 As universidades, agentes promotores do desenvolvimento regional	41
2.5 Alguns impactes das universidades no meio	46
2.6 Resultados de alguns estudos de impactes das instituições de ensino superior	56
2.6.1 Estudos realizados no estrangeiro	56
2.6.2 Estudos realizados em Portugal	73
<b>3. Enquadramento do estudo de caso</b>	<b>79</b>
3.1 O ensino superior em Portugal	81
3.1.1 Introdução	81
3.1.2 A Universidade portuguesa	85
3.1.2.1 Alunos	91
3.1.2.2 Docentes	108
3.1.2.3 Estabelecimentos de ensino	110
3.1.2.4 Financiamento e despesa	113
3.1.3 Notas finais	116

3.2	Caracterização económico-social da região do Alentejo	119
3.2.1	População	119
3.2.2	Emprego e desemprego	122
3.2.3	Empresas e produtividade	125
3.2.4	Rendimentos e financiamento	134
3.2.5	Indicadores sociais	135
3.2.6	Notas finais	137
3.3	Algumas características da Universidade de Évora	141
3.3.1	Introdução	141
3.3.2	Alunos	142
3.3.3	Meios humanos	150
3.3.4	Meios financeiros	153
3.3.5	Investigação	156
3.3.6	Cooperação e ligação à sociedade	162
3.3.7	Cultura e desporto	166
3.3.8	A Universidade de Évora no contexto regional e nacional	166
3.3.9	Constrangimentos e linhas de estratégia	167
3.3.10	Notas finais	171
<b>4.</b>	<b>Estudo de caso</b>	<b>175</b>
4.1	Metodologia	177
4.1.1	O problema, os objectivos e o método	177
4.1.2	Os instrumentos de recolha de informação	182
4.1.2.1	O modelo	182
4.1.2.2	Os questionários	185
4.1.2.2.1	Questionário às empresas	190
4.1.2.2.2	Questionário às "outras entidades"	194
4.1.2.2.3	Questionário aos docentes da U.E.	196
4.1.2.2.4	Questionário aos diplomados pela U.E.	197
4.1.2.3	Os protocolos	199
4.2	Impactes no produto, rendimento e emprego	203
4.2.1	Introdução	203
4.2.2	Impactes directos	204

4.2.2.1	Emprego	204
4.2.2.2	Produto e rendimento	205
4.2.3	Impactes indirectos	211
4.2.3.1	Produto e rendimento	211
4.2.3.2	Emprego	217
4.2.4	Algumas considerações sobre o mercado habitacional	219
4.2.5	Notas finais	224
4.3	Análise dos questionários aplicados aos diversos públicos-alvo	227
4.3.1	Contactos entre a U.E. e as empresas/outras entidades	227
4.3.2	A empregabilidade dos diplomados pela U.E.	231
4.3.3	Algumas características do ensino, investigação e extensão desenvolvidos na U.E.	234
4.3.4	Avaliação do conhecimento que as organizações regionais têm do ensino, investigação, extensão e formação desenvolvidos na U.E.	240
4.3.5	Ligação à região	250
4.3.5.1	Análise de diversos contributos da U.E. para a região	250
4.3.5.2	Aproximação entre o ensino superior e a região	259
4.3.5.3	Influência da U.E. na fixação de agentes económicos	265
4.3.6	Notas finais	267
4.4	Análise de conteúdo dos protocolos estabelecidos pela U.E.	271
4.4.1	Dados globais	271
4.4.2	Os documentos	281
4.4.2.1	Protocolos de colaboração	281
4.4.2.2	Convénios	282
4.4.2.3	Protocolos de prestação de serviços	282
4.4.2.4	Contratos de doação	284
4.4.3	Notas finais	284
<b>5.</b>	<b>Conclusões</b>	<b>287</b>
	<b>Bibliografia</b>	<b>297</b>

<b>Anexos</b>	<b>315</b>
A.3.1 O ensino superior em Portugal	317
A.3.2 Caracterização económico-social da região do Alentejo	321
A.3.3 Algumas características da Universidade de Évora	333
A.4.1 Metodologia	355
A.4.2 Impactes no produto, rendimento e emprego	423
A.4.3 Análise dos questionários aplicados a diversos públicos-alvo	431



## ÍNDICE DE FIGURAS

**2. Revisão bibliográfica****2.3 As universidades e as regiões na economia do conhecimento**

Figura 2.3.1: Valor acrescentado da interface Universidade/região 39

**2.4 As universidades, agentes promotores do desenvolvimento regional**

Figura 2.4.1: As várias etapas do ciclo de inovação 43



# ÍNDICE DE QUADROS

## 2. Revisão bibliográfica

### 2.1 A Universidade, o conhecimento e o capital humano: algumas abordagens teóricas

Quadro 2.1.1: Acumulação de conhecimento e processos de aprendizagem: as novas teorias do crescimento	18
--	----

### 2.3 As universidades e as regiões na economia do conhecimento

Quadro 2.3.1: Motivações das empresas e procura de diversas formas de colaboração Universidade/Empresa	34
---	----

### 2.5. Alguns impactes das universidades no meio

Quadro 2.5.1: Principais efeitos dos impactes das instituições de ensino superior nas regiões	47
--	----

Quadro 2.5.2: Diversas abordagens dos impactes económicos das instituições de ensino superior nas regiões	50
--	----

## 3. Enquadramento do estudo de caso

### 3.1 O ensino superior em Portugal

Quadro 3.1.2.1.1: Distribuição dos estudantes do ensino superior, segundo os níveis de instrução dos pais	96
--	----

Quadro 3.1.2.2.1: Pessoal docente e não docente no ensino superior público (1996/97)	108
--	-----

Quadro 3.1.2.2.2: Docentes no ensino superior público	108
---	-----

Quadro 3.1.2.3.1: Estabelecimentos de ensino superior localizados no Alentejo	112
---	-----

### 3.2 Caracterização económico-social da região do Alentejo

Quadro 3.2.3.1: Sociedades com sede no Alentejo em 1999	128
---	-----

### 3.3 Algumas características da Universidade de Évora

Quadro 3.3.2.1: Número de diplomados pela Universidade de Évora,  
segundo o ano de conclusão dos cursos 148

Quadro 3.3.2.2: Perfil do aluno de formação inicial da Universidade de Évora 149

## 4. Estudo de caso

### 4.1 Metodologia

Quadro 4.1.1.1: Impactes provocados pela U.E. e instrumentos de análise 178

Quadro 4.1.2.2.1: Informação a recolher com os questionários aplicados 186

Quadro 4.1.2.2.1.1: Empresas a quem foi aplicado o inquérito por questionário 192

Quadro 4.1.2.2.1.2: Questionário às empresas – síntese das questões por grupos 193

Quadro 4.1.2.2.2.1: Entidades a quem foi enviado o questionário 194

Quadro 4.1.2.2.2.2: Questionário às outras entidades – síntese das questões por grupos 195

Quadro 4.1.2.2.3.1: Questionários aos docentes da U.E. – síntese das questões por grupos 196

Quadro 4.1.2.2.4.1: Data de conclusão dos cursos 197

Quadro 4.1.2.2.4.2: Áreas científicas dos diplomados pela U.E. 198

Quadro 4.1.2.2.4.3: Zona de residência dos diplomados pela U.E. (%) 198

Quadro 4.1.2.2.4.4: Questionário aos ex-alunos da Universidade de Évora  
– síntese das questões por grupos 199

### 4.2 Impactes no produto, rendimento e emprego

Quadro 4.2.1.1: Principais empregadores da cidade de Évora (1999):  
Entidades públicas 203

Quadro 4.2.2.1.1: Localização geográfica da residência dos funcionários  
da Universidade de Évora (2000) 204

Quadro 4.2.2.2.1: Localização geográfica de fornecedores da U.E. 206

Quadro 4.2.2.2.2: Distribuição geográfica das despesas da U.E. 207

Quadro 4.2.2.2.3: Estimativa dos gastos médios mensais dos estudantes de licenciatura da Universidade de Évora	209
Quadro 4.2.2.2.4: Estimativa dos gastos realizados pelos estudantes no concelho de Évora	210
Quadro 4.2.3.1.1: Cálculo do 1º nível de impacte no produto e no rendimento	213
Quadro 4.2.3.1.2: Cálculo do 2º nível de impacte no produto e no rendimento	214
Quadro 4.2.3.1.3: Cálculo do 3º nível de impacte no produto e no rendimento	214
Quadro 4.2.3.1.4: Cálculo do impacte total, e dos multiplicadores, no produto e no rendimento	215
Quadro 4.2.3.1.5: Cálculo do impacte total (corrigido), e dos multiplicadores, no produto e no rendimento	216
Quadro 4.2.3.1.6: Valores para o coeficiente $vZ$	216
Quadro 4.2.3.1.7: Análise de sensibilidade à componente $vZ$	217
Quadro 4.2.3.2.1: Efeito indirecto no emprego	218
Quadro 4.2.4.1: População e alojamento em 2001	221
Quadro 4.2.4.2: Alguns dados sobre licenciamento e construção	222

### **4.3 Análise dos questionários aplicados a diversos público-alvo**

Quadro 4.3.1.1: Análise da relação estabelecida entre a U.E. e as empresas	227
Quadro 4.3.1.2: Análise da relação estabelecida entre a U.E. e as outras entidades	228
Quadro 4.3.3.1: Postura relativamente à oferta de ensinos (frequências)	235
Quadro 4.3.3.2: Características da investigação desenvolvida	236
Quadro 4.3.3.3: Elementos a ter em conta na investigação realizada	237
Quadro 4.3.3.4: Formas de realizar a investigação	237
Quadro 4.3.3.5: Formas de divulgar a investigação	238
Quadro 4.3.3.6: Elementos a ter em conta na extensão realizada	238
Quadro 4.3.3.7: Formas de divulgar a extensão	239
Quadro 4.3.4.1: Conhecimento e adequação do ensino ministrado na U.E.	241
Quadro 4.3.4.2: Conhecimento e adequação da investigação desenvolvida na U.E.	243
Quadro 4.3.4.3: Conhecimento e adequação da extensão desenvolvida na U.E.	245

Quadro 4.3.4.4: Áreas relevantes em termos de Ensinos, para as instituições e para o Alentejo	246
Quadro 4.3.4.5: Áreas relevantes em termos de Investigação, para as instituições e para o Alentejo	248
Quadro 4.3.4.6: Áreas relevantes em termos de Extensão, para as instituições e para o Alentejo	248
Quadro 4.3.5.1.1: Apreciação do desempenho da Universidade de Évora	250
Quadro 4.3.5.1.2: Apreciação do empenhamento da Universidade de Évora	251
Quadro 4.3.5.1.3: Apreciação do contributo para o desenvolvimento económico e social	253
Quadro 4.3.5.1.4: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-económico (Outras entidades)	255
Quadro 4.3.5.1.5: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-cultural (Outras entidades)	255
Quadro 4.3.5.1.6: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-económico (Docentes da U.E.)	256
Quadro 4.3.5.1.7: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-cultural (Docentes da U.E.)	257
Quadro 4.3.5.1.8: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-económico (Diplomados pela U.E.)	257
Quadro 4.3.5.1.9: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-cultural (Diplomados pela U.E.)	258
Quadro 4.3.5.2.1: Avaliação de diversas medidas para promover a aproximação do ensino superior ao tecido empresarial	262
Quadro 4.3.5.3.1: Contributo da U.E. para a fixação de Empresas e Outras Entidades	265
Quadro 4.3.5.3.2: Razões pelas quais a U.E. contribui para fixar Empresas e Outras entidades em Évora e no Alentejo, do ponto de vista das empresas	266
Quadro 4.3.5.3.3: Razões pelas quais a U.E. contribui para fixar Empresas e Outras entidades	266

#### **4.4 Análise de conteúdo dos protocolos estabelecidos pela U.E.**

Quadro 4.4.1.1: Tabela de correspondências entre as variáveis <i>Tipo de documento</i> e <i>Âmbito geográfico</i> (valor absoluto)	273
Quadro 4.4.1.2: Análise cruzada (%) entre as variáveis <i>Tipo de documento</i> e <i>Localização</i>	275
Quadro 4.4.1.3: Tabela de correspondências entre as variáveis <i>Tipo de documento</i> e <i>Área departamental</i> (valor absoluto)	277

Quadro 4.4.2.1.1: Protocolos de colaboração Assinados por Área departamental	281
Quadro 4.4.2.3.1: Protocolos de Prestação de Serviços Assinados por Área departamental	283

## **Anexos**

### **A. 3.1: O Ensino Superior em Portugal**

Quadro A.3.1.1: Quociente de Localização (QL) relativo às áreas de formação dos alunos do ensino superior	319
Quadro A.3.1.2: Despesa pública com Educação	320
Quadro A.3.1.3: Despesa pública com o Ensino Superior	320
Quadro A.3.1.4: Número de bolseiros (Bolsas de Estudo)	320
Quadro A.3.1.5: Financiamento por aluno no Ensino Superior Público	320
Quadro A.3.1.6: Despesas globais dos serviços e fundos autónomos, especificadas segundo a classificação funcional	320

### **A. 3.2: Caracterização económico-social da região do Alentejo**

Quadro A.3.2.1: Principais indicadores económico-sociais relativos ao Alentejo	323
Quadro A.3.2.2: Análise SWOT para o Alentejo	326

### **A. 3.3: Algumas características da Universidade de Évora**

Quadro A.3.3.1: Número de alunos inscritos e diplomados, em cursos de formação inicial, no ano lectivo 1999/2000	335
Quadro A.3.3.2: Alunos inscritos em cursos de Mestrado e Pós-Graduação no ano lectivo 1999/2000	336
Quadro A.3.3.3: Evolução da distribuição (%) do número de vagas e dos alunos colocados nos estabelecimentos de ensino superior do Alentejo	340
Quadro A.3.3.4: Opção de entrada na Universidade de Évora, por distrito, no ano lectivo 1997/98	340
Quadro A.3.3.5: Opção de entrada na Universidade de Évora, por curso, no ano lectivo 1997/98	340
Quadro A.3.3.6: Docentes em algumas instituições de ensino superior em Portugal, por grau académico (31.12.1997)	341
Quadro A.3.3.7: Docentes em algumas instituições de ensino superior em Portugal, por categorias (31.12.1997)	341
Quadro A.3.3.8: Rácio Alunos/Docente em 1997/98	341

Quadro A.3.3.9: Despesa por aluno em algumas instituições de ensino superior (Orçamento de Estado)	342
Quadro A.3.3.10: Investimento realizado em algumas instituições de ensino superior entre 1980-1997	342
Quadro A.3.3.11: Financiamento de algumas instituições de ensino superior (Orçamento de Estado 2001)	342
Quadro A.3.3.12: Financiamento PIDDAC (Total) atribuído a algumas instituições de ensino superior	343
Quadro A.3.3.13: Projectos de investigação em curso na Universidade de Évora (2000)	344
Quadro A.3.3.14: Algumas actividades desenvolvidas no âmbito da prestação de serviços em 1999	350
Quadro A.3.3.15: Redes, Convénios e Protocolos de âmbito internacional	351
Quadro A.3.3.16: Indicadores de caracterização geral e dinâmica das instituições	352
Quadro A.3.3.17: Indicadores de caracterização da qualidade de vida	352
Quadro A.3.3.18: Indicadores de caracterização das condições para o ensino	353
<b>A.4.1: Metodologia</b>	
Quadro A.4.1.1: Lista de empresas inquiridas, com sede no Alentejo	373
Quadro A.4.1.2: Entidades a quem foram aplicados questionários	393
Quadro A.4.1.3: Entidades nacionais com quem a U.E. estabeleceu Protocolos e Convénios	420
Quadro A.4.1.4: Variáveis usadas na análise de conteúdo	421
Quadro A.4.1.5: <i>Cluster Membership</i>	422
<b>A.4.2: Impactes no produto, rendimento e emprego</b>	
Quadro A.4.2.1: Análise da Conta de Gerência de 1999 da Universidade de Évora	425
Quadro A.4.2.2: Afectação do contributo regional para o VABpm	427
Quadro A.4.2.3: Produto	428
Quadro A.4.2.4: Rendimento	428
Quadro A.4.2.5: Efeito no produto	429
Quadro A.4.2.6: Efeito no rendimento	429
Quadro A.4.2.7: Estimativa da produtividade regional, por sector de actividade (1999)	430



### **A.4.3: Análise dos questionários aplicados a diversos públicos-alvo**

Quadro A.4.3.1: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de Avaliação da importância da U.E. para o desenvolvimento económico-social da cidade de Évora e do Alentejo através das funções ensino, investigação, extensão e formação	433
Quadro A.4.3.2: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de Avaliação do empenhamento da U.E. para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora e do Alentejo através das funções ensino, investigação, extensão e formação	433
Quadro A.4.3.3: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para o desenvolvimento económico e social da localidade/cidade de Évora e do Alentejo nos domínios económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico	433
Quadro A.4.3.4: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento económico-social da cidade de Évora	434
Quadro A.4.3.5: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento económico-social do Alentejo	434
Quadro A.4.3.6: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento sócio-cultural da cidade de Évora	435
Quadro A.4.3.7: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento sócio-cultural do Alentejo	435
Quadro A.4.3.8: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de Causas para as dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio	436
Quadro A.4.3.9: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de Formas de aproximar o ensino superior do tecido empresarial e institucional	436
Quadro A.4.3.10: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo	436
Quadro A.4.3.11: Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras Entidades e Docentes da U.E. para as variáveis Motivos pelos quais a U.E. contribui para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo	437



## INDICE DE GRAFICOS

**3. Enquadramento do estudo de caso****3.1 O ensino superior em Portugal**

Gráfico 3.1.2.1.1: Evolução do número de alunos matriculados no ensino superior em Portugal	92
Gráfico 3.1.2.1.2: Evolução do peso (%) dos alunos do ensino superior no total de alunos matriculados em Portugal	92
Gráfico 3.1.2.1.3: Alunos matriculados no ensino superior, nos países da União Europeia (em % do número total de alunos)	93
Gráfico 3.1.2.1.4: Evolução das taxas de crescimento dos alunos matriculados em Portugal	94
Gráfico 3.1.2.1.5: Evolução do número de alunos candidatos e colocados no ensino superior público em Portugal	95
Gráfico 3.1.2.1.6: Alunos inscritos no ensino superior nas regiões portuguesas (1999/00)	96
Gráfico 3.1.2.1.7: Importância dos alunos do ensino superior no total de alunos inscritos nas regiões (1999/00)	97
Gráfico 3.1.2.1.8: Alunos inscritos no ensino superior no Alentejo por localização do estabelecimento de ensino (1999/00)	98
Gráfico 3.1.2.1.9: Evolução dos alunos matriculados no ensino superior em Portugal, segundo a natureza do estabelecimento	99
Gráfico 3.1.2.1.10: Evolução das taxas de crescimento dos alunos inscritos no ensino superior em Portugal, segundo a natureza do estabelecimento	100
Gráfico 3.1.2.1.11: Alunos matriculados no ensino superior em Portugal, por regiões, segundo a natureza do estabelecimento de ensino (1999/00)	101
Gráfico 3.1.2.1.12: Evolução do número de alunos matriculados no ensino superior público em Portugal, segundo a categoria do estabelecimento	102
Gráfico 3.1.2.1.13: Taxas de crescimento do número de alunos inscritos no ensino superior público em Portugal, segundo a categoria do estabelecimento	102
Gráfico 3.1.2.1.14: Alunos matriculados no ensino superior em Portugal, por regiões, segundo a categoria do estabelecimento (1999/00)	104
Gráfico 3.1.2.1.15: Alunos matriculados em Portugal, por ramos do ensino superior	105
Gráfico 3.1.2.1.16: Alunos matriculados no ensino superior em Portugal, segundo o nível do curso (1997/98)	106

Gráfico 3.1.2.1.17: Alunos matriculados no ensino superior no Alentejo, por ramos de ensino (1999/00)	107
Gráfico 3.1.2.3.1: Localização regional das instituições de ensino superior em Portugal	111
Gráfico 3.1.2.4.1: Despesa com o ensino superior (%) na despesa de Educação em Portugal	113
Gráfico 3.1.2.4.2: Despesa Pública, em % do PIB, em alguns países da União Europeia (1995)	114

### **3.2 Caracterização económico-social da região do Alentejo**

Gráfico 3.2.1.1: Evolução da população residente no Alentejo	119
Gráfico 3.2.1.2: Distribuição da população residente no Alentejo (2001)	120
Gráfico I: Estimativa da distribuição da população empregada em Évora (1998)	121
Gráfico 3.2.2.1: Evolução da população empregada no Alentejo (%)	122
Gráfico 3.2.2.2: População residente (%) segundo o nível de ensino atingido (2001)	123
Gráfico 3.2.2.3: Importância dos estudantes, nos diversos graus de ensino, na população residente (1998)	124
Gráfico 3.2.3.1: Dimensão média das empresas (Pessoal ao serviço) 1999	125
Gráfico 3.2.3.2: Dimensão média das empresas (Volume de vendas) 1999	126
Gráfico 3.2.3.3: Repartição geográfica das empresas do Alentejo (1999)	126
Gráfico 3.2.3.4: Taxa de crescimento do número de empresas sedeadas no Alentejo, por sector de actividade (1991-1999)	129
Gráfico 3.2.3.5: Distribuição do VABpm no Alentejo, por sector de actividade (1997)	131
Gráfico 3.2.3.6: População empregada por sector de actividade (1997)	132
Gráfico 3.2.3.7: VABpm por sector de actividade (1997)	132
Gráfico 3.2.3.8: Produtividade do trabalho em alguns sectores de actividade (1997)	133

### **3.3 Algumas características da Universidade de Évora**

Gráfico 3.3.2.1: Evolução do número de alunos inscritos na Universidade de Évora	143
Gráfico 3.3.2.2: Evolução da taxa de crescimento do número de alunos inscritos na Universidade de Évora	143
Gráfico 3.3.2.3: Evolução do número de alunos inscritos na U.E., segundo o nível de formação	144

Gráfico 3.3.2.4: Evolução do número de alunos candidatos e colocados na Universidade de Évora	145
Gráfico 3.3.2.5: Evolução do número de alunos bolsheiros na Universidade de Évora	147
Gráfico 3.3.3.1: Distribuição do pessoal docente e de investigação por categorias, na Universidade de Évora	150
Gráfico 3.3.3.2: Docentes, por grau académico, nas instituições de ensino superior do Alentejo	151
Gráfico 3.3.3.3: Docentes em algumas universidades públicas portuguesas, segundo a categoria profissional	152
Gráfico 3.3.3.4: Distribuição do pessoal não docente, por categorias, na Universidade de Évora	153
Gráfico 3.3.4.1: Evolução do orçamento da Universidade de Évora	154
Gráfico 3.3.4.2: Financiamento das instituições de ensino superior no Alentejo (OE 2001)	155
Gráfico 3.3.5.1: Despesa em I&D, em 1999, no Ensino Superior, por distrito	157
Gráfico 3.3.5.2: Despesa em I&D no Alentejo, em 1999, por sector de execução	157
Gráfico 3.3.5.3: Recursos humanos em I&D no Ensino Superior, no Alentejo, em 1999, segundo a função/qualificação	158
Gráfico 3.3.5.4: Financiamento da Despesa de I&D no sector do Ensino Superior em 1999	159
Gráfico 3.3.5.5: Despesa em I&D no ensino superior no Alentejo, em 1999, segundo a categoria da actividade	159
Gráfico 3.3.5.6: Despesa em I&D no ensino superior no Alentejo, em 1999, segundo a área disciplinar	160
Gráfico 3.3.5.7: Fontes de financiamento da investigação na Universidade de Évora	161
Gráfico 3.3.5.8: Instituições líderes dos projectos de Investigação na Universidade de Évora	162
Gráfico 3.3.6.1: Evolução do nº de estágios 1996-1999	164

#### **4. Estudo de caso**

##### **4.2 Impactes no produto, rendimento e emprego**

Gráfico 4.2.2.2.1: Estrutura das despesas da U.E.	207
---	-----

Gráfico 4.2.2.2.2: Estrutura média das despesas dos alunos da U.E. não residentes no concelho de Évora	210
Gráfico 4.2.4.1: Distribuição da população residente pelas freguesias urbanas de Évora (2001)	223
Gráfico 4.2.4.2: Locais de residência dos alunos deslocados da U.E.	223
<b>4.3 Análise dos questionários aplicados a diversos públicos-alvo</b>	
Gráfico 4.3.2.1: Empregabilidade dos diplomados pela U.E.	231
Gráfico 4.3.2.2: Ramo de actividade económica em que se enquadram os diplomados pela U.E.	232
Gráfico 4.3.4.1: Avaliação do conhecimento acerca dos ensinios ministrados na U.E.	241
Gráfico 4.3.4.2: Avaliação do conhecimento acerca da investigação desenvolvida na U.E.	243
Gráfico 4.3.4.3: Avaliação do conhecimento acerca da extensão desenvolvida na U.E.	244
Gráfico 4.3.5.2.1: Avaliação das dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio	260
<b>4.4 Análise de conteúdo dos protocolos estabelecidos pela U.E.</b>	
Gráfico 4.4.1.1: Entidades com quem a U.E. assinou protocolos de colaboração	271
Gráfico 4.4.1.2: Análise de correspondência entre as variáveis <i>Tipo de documento</i> e <i>Entidade</i>	272
Gráfico 4.4.1.3: Análise de correspondência entre as variáveis <i>Entidade</i> e <i>Âmbito geográfico</i>	273
Gráfico 4.4.1.4: Âmbito geográfico das entidades com quem a U.E. assinou protocolos de colaboração	273
Gráfico 4.4.1.5: Localização das entidades com quem a U.E. assinou protocolos de colaboração	274
Gráfico 4.4.1.6: Tipo de documentos assinados, por área de localização	275
Gráfico 4.4.1.7: Protocolos assinados pela U.E., por Área departamental	276
Gráfico 4.4.1.8: Análise de correspondências entre as variáveis <i>Tipo de documento</i> e <i>Área departamental</i>	277
Gráfico 4.4.1.9: Objectivos contemplados nos protocolos assinados pela U.E.	278
Gráfico 4.4.1.10: Instrumentos existentes nos protocolos assinados pela U.E.	279
Gráfico 4.4.1.11: Data de assinatura dos protocolos	281

Gráfico 4.4.2.3.1: Categorias para as entidades financiadoras dos protocolos de prestação de serviços	283
---	-----

## **Anexos**

### **A. 3.3: Algumas características da Universidade de Évora**

Gráfico A.3.3.1: Evolução do número de alunos candidatos e colocados na Universidade do Algarve	337
Gráfico A.3.3.2: Evolução do número de alunos candidatos e colocados na Universidade de Aveiro	337
Gráfico A.3.3.3: Evolução do número de alunos candidatos e colocados na UBI	337
Gráfico A.3.3.4: Evolução do número de alunos candidatos e colocados na UNL	338
Gráfico A.3.3.5: Evolução do número de alunos candidatos e colocados na UTL	338
Gráfico A.3.3.6: Evolução do número de alunos candidatos e colocados no IPB	338
Gráfico A.3.3.7: Evolução do número de alunos candidatos e colocados no IPP	339
Gráfico A.3.3.8: Evolução do indicador candidatos/vagas em alguns estabelecimentos do ensino superior	339

### **A.4.2: Impactes no produto, rendimento e emprego**

Gráfico A.4.2.1: Estrutura (%) regional das despesas das Famílias	430
---	-----





## ÍNDICE DE MAPAS

**Anexos****A. 3.2: Caracterização económico-social da região do Alentejo**

Mapa A.3.2.1: Dimensão média das sociedades com sede no Alentejo em 31.12.99	328
Mapa A. 3.2.2: Concentração das sociedades com sede no Alentejo em 31.12.99	329
Mapa A.3.2.3: Emprego nas sociedades com sede no Alentejo em 31.12.99	330
Mapa A.3.2.4: Criação de sociedades com sede no Alentejo entre 1992 e 1998	331



# 1.

# INTRODUÇÃO



## 1. Introdução

Esta dissertação que nos propomos desenvolver, intitulada *Impactes da Universidade de Évora - Estudo de alguns efeitos no território envolvente*, decorreu de motivações de ordem científica mas também de estímulos de carácter afectivo.

Em primeiro lugar, as alterações verificadas nas últimas décadas do século XX no ensino superior em Portugal, bem como na Europa, com o aumento do número de alunos, docentes e estabelecimentos de ensino, massificando e diversificando este grau de ensino, têm sido alvo de diversas análises realizadas por equipas de investigadores, em múltiplos países, promovidas no âmbito estrito das universidades a que respeitam ou sob o patrocínio de várias instituições como a OCDE, UNESCO ou a União Europeia. No caso português, diversos investigadores têm analisado esta temática e o CIPES (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior) tem-lhe dedicado particular atenção.

Nos últimos 30 anos a expansão do ensino superior é um dos fenómenos sociais mais marcantes em Portugal. Esta expansão concretizou-se, fundamentalmente, de três formas: criação de novas universidades públicas, criação do ensino politécnico público e desenvolvimento de instituições privadas. Esta evolução alterou de forma substancial o panorama do ensino superior em Portugal, um pouco à semelhança do que aconteceu em toda a Europa: este sub-sistema, inicialmente elitista, torna-se num ensino de massas; o número de alunos, docentes e estabelecimentos de ensino aumentou exponencialmente; os estabelecimentos que se localizavam apenas nas grandes cidades do litoral português (Lisboa, Coimbra e Porto) passam a fazer parte do quotidiano das cidades do interior, alterando-o profundamente e permitindo o acesso a este grau de ensino por parte de inúmeros estudantes que de outra forma não teriam condições económico-financeiras para o frequentar.

Manuel Maria Carrilho (Carrilho, 1993) sintetiza assim esta problemática: “Na instituição universitária multiplicam-se as contradições e as tensões: entre a componente escolar e a de pesquisa, entre as ambições das ciências naturais e exactas e as das ciências sociais e humanas, entre as suas funções de conservatório do passado e as de laboratório do futuro, entre a investigação pura e a investigação aplicada, etc. Assim, sintetizam-se em três os paradoxos centrais da universidade: o que se instaura entre a **massificação** do sistema e as suas exigências **elitistas**, o que se manifesta entre as suas pretensões **universalistas** e o seu enraizamento **local**, o que surge entre a **necessidade** da sua missão e a **contingência** das suas formas e resultados”.

As alterações ocorridas no domínio do ensino superior, e as tensões existentes, condicionam as funções que estas instituições deverão desempenhar. Às universidades cabem actualmente três funções primordiais (GEOIDEIA, 1993):

- i) a formação de recursos humanos, altamente qualificados: a universidade forma licenciados, mestres e doutores necessários quer ao mercado de trabalho em geral, quer ao sistema educativo e ao sistema científico e tecnológico;
- ii) a realização de actividades de investigação e desenvolvimento experimental: o objectivo da universidade é gerar novos conhecimentos e manter a cadeia do saber, constituindo o produto da investigação universitária o conhecimento científico e tecnológico transferido para o exterior através de uma multiplicidade de formas: livros, monografias, artigos publicados, relatórios e outros documentos;
- iii) a interacção sinérgica com a sociedade envolvente: consubstancia-se na utilização do potencial científico e tecnológico da universidade pelo meio exterior; para além da extensão inclui-se aqui desde a realização de projectos de investigação em cooperação ou contratados pelo sector produtivo até à prestação de serviços e consultoria.

Nesta terceira função da universidade tem-se centrado o debate sobre a relação entre a actividade económica e a universidade, originado pela necessidade de maximizar a utilização de recursos financeiros e humanos, conhecimentos e informação científica e técnica, através da implementação de mecanismos de transferência eficazes entre o sector universitário e o sector produtivo. Esta transferência implica, porém, a existência, no sector produtivo, de recursos humanos capazes de absorver os produtos da universidade, bem como de capacidade para formular questões e expor problemas de nível universitário.

O problema que se põe à universidade é como conseguir manter, com continuidade, um sistema de formação de universitários de qualidade, baseado num ambiente de investigação de alto nível, num quadro geral de competição por fundos financeiros e por competências científicas e técnicas, e funcionando com base em acrescidas mobilidades.

Em segundo lugar, porque em Évora - tal como provavelmente um pouco por todas as cidades do interior onde se têm localizado estabelecimentos de ensino superior - a instalação da Universidade, em 1979, provocou, desde então, profundas alterações

no perfil e nos ritmos de vida quotidianos da cidade. Vejamos, de forma sucinta, as características que dominavam a cidade até aos anos 70:

“A cidade de Évora afirmou-se historicamente como um pólo de funções administrativas (sede de distrito) e como principal aglomeração de uma vasta área rural marcada pela grande propriedade (latifúndio) e por uma economia fortemente centrada em três produtos: trigo, cortiça e carne de porco. Capital natural do Alentejo, região tradicionalmente considerada como o celeiro de Portugal, a sua história é dominada, até 1974, por dois grupos sociais – funcionários da administração pública e latifundiários – particularmente adversos à inovação” (Ferrão, 1997:33).

A partir dos anos 80, em conjunto com diversos factores de natureza política e social, de âmbito nacional e local, a expansão da Universidade de Évora contribui decisivamente para a alteração das dinâmicas da cidade através da presença cada vez mais significativa de estudantes vindos do exterior. Actualmente, a Universidade de Évora é uma das principais instituições públicas existentes na cidade. Para além da importância que tem em termos da criação de emprego directo, com os seus cerca de mil funcionários, docentes e não docentes, e enquanto entidade integrante do tecido sócio-económico local, movimentando um orçamento anual, global, da ordem dos oito milhões de contos, é fundamental assinalarmos a dinâmica que gera por via dos seus estudantes. Durante a década de 90 foi crescente a importância dos estudantes universitários na cidade de Évora: os 4229 alunos que no início dos anos 90 representavam 7,9% da população residente na cidade, passaram para 7859 estudantes matriculados no ano lectivo 1999/00 e já significam 13,9% dos residentes em Évora. Esta expansão, naturalmente, faz com que seja cada vez mais intenso o inter-relacionamento entre a cidade e a academia.

Este contexto não poderia deixar de constituir uma motivação natural para investigação para quem procura perceber a história e as vivências actuais da cidade à luz da temática do desenvolvimento do território.

Com esta dissertação procurar-se-á atingir um objectivo principal: identificar, e quantificar sempre que possível, a existência, ou não, de inter-relações entre a Universidade de Évora e os demais agentes económicos, no sentido de averiguar a capacidade de promoção do desenvolvimento regional por esta instituição de ensino superior. Com vista à prossecução deste objectivo genérico, estabelecemos dois objectivos parcelares:

- i) avaliar a contribuição da Universidade de Évora para o produto, rendimento e emprego da cidade e da região;
- ii) analisar, ao nível do ensino, da investigação e da extensão, a relação desta instituição com a região onde se insere - o Alentejo.

Ao nível de primeiro objectivo parcelar procuraremos determinar os efeitos directos e indirectos no produto, rendimento e emprego, resultantes da presença da Universidade de Évora, por via da estimação dos efeitos multiplicadores associados a esta instituição. Ao nível do segundo objectivo parcelar é fundamental determinar o contributo da Universidade de Évora, por via das suas diversas funções, para o conhecimento, nomeadamente através da transferência de tecnologia, para a qualificação da população residente e do emprego e para a melhoria do ambiente sócio-cultural procurando conhecer, de forma tão aprofundada quanto possível, as relações entre este estabelecimento de ensino e aqueles que deveriam ser os seus "principais clientes": os estudantes, os diplomados e os tecidos empresarial e institucional.

Os objectivos que nos propomos atingir não esgotam a totalidade dos impactes regionais que uma instituição desta natureza provoca no meio onde se insere. De um modo geral, seleccionaram-se alguns dos que provocam efeitos positivos no meio. Não abordaremos as questões relacionadas com impactes negativos, nomeadamente a pressão sobre o mercado imobiliário, a deterioração da qualidade de vida nos centros históricos por via do aumento do ruído, a não preservação da qualidade ambiental decorrente do incorrecto funcionamento de laboratórios ou da inadequada implantação de edifícios nas áreas urbanas edificadas. São, pois, diversos os efeitos que ficam por analisar, podendo vir a ser desenvolvidos em trabalhos de investigação futuros, no âmbito de equipas de trabalho multidisciplinares, onde a sua análise será mais sustentada. Por outro lado, a estimação da verdadeira dimensão dos impactes regionais da Universidade de Évora no Alentejo não ficará completa se não for possível inter-relacionar esta instituição, de forma sistémica, com as restantes instituições de ensino superior, públicas e privadas, instaladas neste território e, globalmente, avaliar o seu contributo para o desenvolvimento da região.

Com vista à prossecução dos objectivos que nos propomos atingir, organizamos este estudo em três pontos fundamentais: a revisão da bibliografia, o enquadramento ao estudo de caso e o estudo de caso propriamente dito.



A revisão da bibliografia está estruturada com vista a enquadrar o objecto de estudo no conjunto teórico de referência, discutindo os conceitos que apelam ao papel do conhecimento e da inovação na actividade económica e no desenvolvimento das regiões e, consequentemente, avaliando neste contexto o papel das universidades, na medida em que são um dos principais promotores de inovação e conhecimento. Esta análise termina com uma breve descrição de alguns estudos de caso que, em Portugal e no estrangeiro, avaliaram os impactes e as inter-relações das universidades com o meio envolvente.

Neste capítulo defendemos a tese de que *a que as instituições de ensino superior, de um modo geral, e as universidades, em particular, são agentes promotores do desenvolvimento das regiões onde estão inseridas*. As universidades são entidades polarizadoras do processo de desenvolvimento, capazes de gerar externalidades positivas, fundamentais para a melhoria do capital humano através do exercício das funções de ensino, investigação e extensão.

O capital humano é uma variável determinante no processo de desenvolvimento económico: *“A formação dos cidadãos, mais do que qualquer riqueza material, é a força que mobiliza a irradiação cultural de um país, lhe concede influência entre as nações e lhe atribui a aptidão para cooperar no desenvolvimento de um mundo que se torna cada dia que passa mais próximo e interdependente”*, disse Vítor Crespo (Crespo, 1993).

Nos anos 50, os desenvolvimentos teóricos propostos por Solow sugeriam que o capital humano era uma das formas de medir o progresso tecnológico. Mais tarde, diversas concepções, entre outros, de Romer, Lucas ou Barro, endogeneizaram esta variável na formulação do processo de desenvolvimento económico. A partir dos anos 80, com o acentuar do fenómeno da globalização, desenvolve-se o conceito de meio inovador – conjunto territorializado e aberto sobre o exterior que integra saberes, regras e capital relacional.

Abordar-se-ão, neste âmbito, as relações entre a educação e o desenvolvimento económico: a educação, por um lado, potencia o aumento dos rendimentos privados através do aumento da empregabilidade e dos salários auferidos; por outro lado, gera externalidades colectivas e, por via disso, estimula a competitividade das empresas e dos territórios. A inter-relação entre o tecido económico e social e as universidades, entidades privilegiadas no âmbito da produção e difusão de conhecimento inovador e tecnologia, é desenvolvida sob o enquadramento teórico da *learning region*, ou seja, no contexto em que os actores do sistema estão envolvidos em processos de aprendizagem que permitem o desenvolvimento

de conhecimentos, de *know-how* e de competências necessários à inovação e à manutenção de condições de desenvolvimento sustentado.

Para compreendermos a dimensão dos diversos níveis de impactes regionais da Universidade de Évora é fundamental que, previamente, possamos definir os cenários em que a temática se desenvolve, pelo que se torna necessário proceder à caracterização:

- i) do sistema de ensino superior em Portugal, onde se insere a U.E., na medida em que as suas regras de funcionamento e o seu desenvolvimento condicionam o desempenho da U.E., nomeadamente das acções desenvolvidas no domínio da cooperação com o meio envolvente;
- ii) do Alentejo e da cidade de Évora, enquanto territórios de acolhimento, sobre os quais se vão fazer sentir os efeitos da presença desta instituição de ensino superior; naturalmente que a história e as características destes espaços serão fortemente condicionantes do tipo de inter-relações a estabelecer com a U.E.;
- iii) da U.E., instituição cujos impactes se procurarão analisar, na medida em que o conhecimento das suas características e do seu funcionamento é fundamental para o bom entendimento da forma como a instituição se inter-relaciona com o território em que se insere e com a rede nacional de instituições de ensino superior de que faz parte, sendo a única instituição de ensino superior público universitário instalada no Alentejo.

Para caracterizar o sistema de Ensino Superior em Portugal procuraremos obter dados relevantes que nos permitam ilustrar a evolução das suas características principais, nomeadamente as que dizem respeito aos alunos, docentes, instituições e financiamento, fundamentalmente ao longo das últimas duas décadas, as quais são determinantes dos desempenhos destes estabelecimentos de ensino nos diversos aspectos da sua missão: ensino, investigação e prestação de serviços.

Para poder analisar os impactes da Universidade de Évora no território onde está instalada é necessário conhecer essa variável nas suas características elementares. Consideraremos, neste estudo de caso, que o território alvo de impactes é, em primeiro lugar, a cidade de Évora e, depois, o Alentejo. A avaliação do comportamento e da evolução, da sua população e das suas empresas, bem como das condições económico-sociais e de infra-

-estruturas disponíveis no território, é determinante para o entendimento das condições de desenvolvimento deste espaço.

Depois do conhecimento dos contextos, centremo-nos na abordagem do objecto principal. Procuraremos ficar a conhecer a Universidade de Évora através da identificação dos traços marcantes da sua estrutura – por via da análise estática e dinâmica das variáveis alunos, recursos humanos e financeiros, investigação, ligação ao meio, entre outras – bem como dos principais estrangimentos com que se depara e das principais linhas de estratégia programadas. Complementarmente, analisaremos esta instituição, em termos comparativos, com outras universidades públicas portuguesas (Beira Interior e Algarve, porque são geograficamente contíguas; Aveiro, na medida em que foi considerada recentemente a melhor universidade pública portuguesa; as universidades Técnica e Nova, ambas de Lisboa, na medida em que é relativamente a estas que a academia eborense sofre maior concorrência) e com os institutos politécnicos públicos (Beja e Portalegre) instalados no Alentejo.

Na abordagem ao estudo de caso, e com vista a dar resposta aos objectivos parcelares estabelecidos, avaliaremos os impactes da U.E. no produto, rendimento e emprego, através dos respectivos multiplicadores bem como dos efeitos directos e indirectos, utilizando para tal um modelo baseado no conceito de multiplicador keynesiano. Esta formulação segue o mesmo enquadramento metodológico já testado noutros estudos semelhantes realizados em diversos países da Europa.

Para a prossecução do objectivo de analisar, ao nível do ensino, da investigação e da extensão, a relação desta instituição com a região envolvente, usaremos dois instrumentos para recolha de informação:

- i) questionários aplicados a diversos públicos-alvo (empresas, outras instituições locais e regionais, docentes da U.E. e diplomados por esta escola), com os quais pensamos poder elaborar uma abordagem ampla e diversificada do desempenho da instituição no que diz respeito à sua relação com os interlocutores regionais, na medida em que entre estes incluiremos empregadores e empregados, formadores e diplomados, parceiros efectivos ou potenciais em actividades de ensino, investigação e extensão;

- ii) protocolos com entidades externas, assinados pela U.E., com os quais pretendemos identificar as ligações entre esta instituição e a região em que está implantada, através das principais características do conteúdo dos documentos assinados, na medida em que estes são a expressão escrita do envolvimento que existe entre a universidade, por via dos seus docentes, investigadores e infra-estruturas, e o tecido económico e social envolvente.

Com a análise da informação recolhida a partir destes instrumentos procuraremos avaliar o impacto regional da instituição no conhecimento, qualificação do emprego e ambiente sócio-económico através, respectivamente, da análise das relações entre esta universidade e os diversos parceiros regionais no que toca à transferência de conhecimentos ou novas tecnologias e à contribuição para a melhoria da qualificação do emprego e para a vitalidade sócio-cultural da cidade e da região. A informação obtida será tratada estatisticamente com base em procedimentos de estatística descritiva e, complementarmente, com recurso à análise de conteúdo.

No final deste estudo procuraremos dar resposta à pergunta que colocámos inicialmente:

*Como, e em que medida contribui a Universidade de Évora para o desenvolvimento da cidade e da região em que se insere?*

# 2.

REVISÃO

BIBLIOGRÁFICA



## 2. Revisão bibliográfica

### 2.1 A Universidade, o conhecimento e o capital humano: algumas abordagens teóricas

*“(...) ainda que tenha sido reduzido o efeito multiplicador imediato sobre a produção regional, o rendimento ou o emprego, as instituições [de ensino superior] aí estão como instituições-chaves nos processos de desenvolvimento regional, a elevar significativamente o potencial endógeno e a gerarem vantagens regionais, muitas delas até da área dos intangíveis; a relacionarem-se com o tecido produtivo gerando neste valor; a obrigarem docentes e investigadores a debruçar-se sobre a realidade concreta e sobre as pressões por ela impostas, o que é científica e pedagogicamente formativo, não menos do que as divagações abstractas ou as sofisticações analíticas e teóricas”.*

**Simões Lopes, 1996**

Ao longo deste trabalho propomos, como tese, que *as instituições de ensino superior, de um modo geral, e as universidades, em particular, são agentes promotores do desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.* Para tal, assumimos que as universidades são entidades polarizadoras do processo de desenvolvimento, capazes de gerar externalidades positivas fundamentais para a melhoria do capital humano através do exercício das funções de ensino, investigação e extensão.

As universidades são encaradas como pólos de desenvolvimento (Leite, Monteiro e Baleiras, 1998) na medida em que se admite que estas instituições, através da sua actividade, da formação de recursos humanos, da difusão do conhecimento, da informação e da inovação, transmitem impulsos de crescimento para o tecido económico e social envolvente. Estes efeitos de difusão, aspectos positivos dos pólos de desenvolvimento, decorrem da emergência de uma nova procura de factores produtivos, incentivando o aparecimento de empresas que gerem a correspondente oferta, que resulta, no mínimo, no aumento de preço provocado pelo excesso de procura. Por seu turno, a oferta de bens realizada por estas empresas incita ao desenvolvimento de outras unidades económicas que os utilizem.

Estes impulsos positivos deverão ser suficientemente intensos para ultrapassar os efeitos de polarização (ou efeitos de sucção), isto é, a reabsorção dos efeitos de dispersão pelo ponto que os gera, nomeadamente os que decorrem da escassez de factores produtivos (trabalho, por exemplo), o que poderá vir a ter como consequência o aumento do custos dos factores que se tornam raros.

Naturalmente que a amplitude dos efeitos de dispersão será tanto mais elevada quanto mais intensa for a ligação da instituição com o meio envolvente. A densidade institucional existente no meio é, assim, um factor determinante para a promoção do desenvolvimento e, na sua criação, as universidades são fundamentais. Para que se verifique o conceito de densidade institucional (Amin e Thrift, 1995) deverão estar concretizados quatro pressupostos:

- i) forte presença institucional (conjugação de entidades de natureza diversa, como sejam empresas, instituições financeiras, organizações públicas locais e regionais, associações privadas, etc.);
- ii) elevados níveis de interacção entre as instituições a nível local;
- iii) desenvolvimento de modelos de dominação e/ou coligação, resultando na representação colectiva dos interesses individuais e servindo como exemplos de socialização;
- iv) desenvolvimento, entre os membros das diversas organizações de conhecimentos mútuos, os quais são aplicados em tarefas comuns.

Verificados estes pressupostos, a densidade institucional pressupõe a conjugação de factores diversos, a interacção institucional, a representação colectiva, bem como a partilha de normas e valores comuns aos diversos agentes de um território. O território, enquanto lugar de organização e de reagrupamento dos actores económicos, sociais, culturais e políticos e de recursos materiais que pelas suas interacções dinâmicas desenvolvem competências, novos conhecimentos e actividades produtivas geradoras de um crescimento sustentável, torna-se um elemento fundamental para a estruturação dos factores determinantes do desenvolvimento (Quévit e Van Doren, 1997).

O desenvolvimento económico dos países e das regiões pode ser definido como o aumento sustentado e irreversível do rendimento real dos seus habitantes (Polèse, 1998). Este



conceito pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio, numa dupla perspectiva: espacial e temporal. Não é desenvolvida a sociedade cujas formas de vida são sustentadas por exploração de recursos de outras, como o não pode ser aquela cujos padrões de vida foram criados e mantidos à custa do consumo de recursos não renováveis ou do consumo de recursos renováveis a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação (Simões Lopes, 1984).

O conceito de desenvolvimento económico é constituído pelo princípio da necessidade da existência de crescimento, mas não se esgota aí. Os modelos actuais de crescimento económico assentam em três pilares: capital físico, capital humano e capital relacional. Estes modelos ultrapassam a velha trilogia Terra-Trabalho-Capital e propõem uma redefinição do conceito de investimento: qualquer despesa que permita fazer crescer a produtividade e a capacidade de produção futuras (Polèse, 1998). No âmbito do investimento em capital humano e em capital relacional, as universidades assumem um papel determinante.

A teoria neoclássica do crescimento, desenvolvida nos anos 50 por Solow, constitui um marco determinante na consideração da importância do capital humano no crescimento das economias. Na sua conceitualização, o progresso tecnológico (uma das três fontes de crescimento, a par da disponibilidade de trabalho e da acumulação de capital) pode ser medido pela evolução do capital humano, sendo este função da educação, experiência ou conhecimentos adquiridos pelos indivíduos. Decorre daqui que quanto maior for o nível de acumulação de capital humano, maiores serão as externalidades positivas geradas na economia e mais intenso o crescimento sob rendimentos de escala crescentes.

Enquanto na modelização proposta por Solow estes factores eram considerados como *resíduo*, os novos modelos de desenvolvimento endógeno consideram o conhecimento ou o capital humano como factor de produção adicional, passando a constituir uma variável endógena.

A partir dos anos 80, surgem novos desenvolvimentos teóricos onde se constata que determinados sistemas territoriais de produção têm condições para se desenvolverem sem que exista previamente uma redistribuição do crescimento a partir de regiões mais fortes (Maillat, 1995b). Toma-se então consciência de que o problema regional não é do domínio exclusivo da redistribuição mas passa pela dotação da região com meios de desenvolvimento, de forma a que possa enfrentar o desafio da concorrência internacional e

das novas tecnologias, mobilizando ou desenvolvendo recursos específicos e as suas próprias capacidades de inovação.

Neste contexto, o desenvolvimento regional é, fundamentalmente, a construção de um meio propício à inovação e à acção dos agentes locais. Assim, a política regional não deverá apenas centrar-se na empresa, mas deve privilegiar o sistema territorial de produção bem como os mecanismos endógenos susceptíveis de criar sinergias e inter-relações entre os actores com vista a estimular as capacidades de inovação e de adaptação através, nomeadamente, de aglomerações regionais inovadoras (Cooke, 1998: 10). Estas são constituídas por empresas, grandes e pequenas, compreendendo um sector produtivo no qual as relações existem ou podem ser comercialmente estimuladas, actividades de investigação e instituições de ensino superior, laboratórios privados de I&D, agências de transferência de tecnologia, câmaras de comércio, associações empresariais, organizações de formação profissional e entidades governamentais.

Estamos, pois, no domínio do desenvolvimento endógeno baseado na utilização dos recursos locais, na capacidade de controlar localmente o processo de acumulação no domínio da inovação, na capacidade de reacção às pressões externas e na capacidade de introduzir formas específicas de regulação social ao nível local, (Garofoli (1994), citado em Courlet e Pecqueur, 1996:93). Ainda assim, o desenvolvimento endógeno não é um modelo de economia fechada. É, antes, um modelo dinâmico, no qual existe interacção constante entre o local e o global, interiorizando conhecimentos ou outros factores externos (Courlet e Pecqueur, 1996:93). Em termos de organização territorial, este modelo pode consubstanciar-se de formas diversas: em distritos industriais, pólos tecnológicos baseados numa grande empresa inseridos em meios locais inovadores, sistemas locais de inovação ou meios inovadores.

O desenvolvimento endógeno é fundamentalmente o resultado de uma sociedade inovadora (Peyrache-Gadeau, 1998:21) e a inovação é função do meio que a gera e é o motor do seu desenvolvimento, podendo ter duas abordagens: a visão Schumpeteriana - a inovação passa pela mudança tecnológica radical - e a perspectiva de Aydalot - a inovação é uma nova combinação ou uma aplicação nova que tem necessariamente em conta os conhecimentos anteriores. O conhecimento inovador tem três características fundamentais (Cooke, 1998:15): é reflexivo, transdisciplinar e heterogéneo. A criatividade, fundamental na inovação, é específica do meio e respeita às novas associações de diferentes saberes, construídas sobre os conhecimentos herdados

Na teoria do desenvolvimento endógeno, os factores de crescimento são (Muet, 1997:19): a acumulação de conhecimentos (Romer), as infra-estruturas públicas (Barro), o capital humano (Lucas) e as despesas de investigação. No modelo de Romer admite-se que o *stock* de conhecimentos, associado ao capital, constitui o motor do crescimento endógeno. Um modelo do mesmo tipo é o que nos propõe Barro ao admitir que as despesas de infra-estruturas aumentam a produtividade do capital privado e constituem um factor de produção externo à empresa. Na medida em que as infra-estruturas são financiadas por impostos, sempre que a empresa aumenta a sua eficácia, a produção é maior bem como as consequentes despesas públicas com infra-estruturas. No modelo de Lucas, o crescimento endógeno resulta do efeito de acumulação do capital humano sob a forma de capacidades, tendo a educação como processo formal de aprendizagem, sendo que um sistema produtivo é mais eficaz na medida em que se desenvolve num ambiente rico em recursos humanos.

Paralelamente, vejamos as propostas teóricas que enfatizam o papel da diferenciação, dos conhecimentos ou dos produtos, no crescimento económico (Muet, 1997:20). Estes modelos têm como principais características o facto de considerarem a inovação e a I&D enquanto actividades específicas, das quais resulta uma maior variedade de bens de consumo (Helpman e Grossman, 1991), ou de bens de capital (Romer, 1986; Barro e Sala-i-Martin, 1996; Helpman e Grossman, 1991), bem como a qualidade dos novos factores produtivos que substituem os antigos (Aghion e Howitt, 1992). Nestes modelos, com a mudança tecnológica endógena ao processo económico, as empresas não se regem simplesmente pelas leis da concorrência perfeita, mas procuram, através da inovação, provocar uma singularidade que lhes permite obter uma posição monopolística (Caraça, 1996: 1218).

De tradição idêntica, mas focalizada explicitamente nos aspectos da geografia, emergiu a Nova Geografia Económica. A investigação neste domínio enfatiza, entre outros aspectos, os *clusters* geográficos e os modelos específicos que resultam da aglomeração de factores. A difusão de conhecimentos e conceitos, bem como o progresso tecnológico localizado têm aqui um importante papel. Característica fundamental destes trabalhos, desenvolvidos fundamentalmente por Krugman (1999) e Fujita (1999) é o facto de que o crescimento económico surge, ele próprio, como um elemento endógeno.

Da análise cruzada entre a acumulação de conhecimentos com diferentes tipos de aprendizagem que a tal podem conduzir (quadro 2.1.1) decorre que, nos anos 80 e 90, as principais formulações relativamente aos processos de consolidação de conhecimentos

respeitam à acumulação de ideias através de I&D, enquanto no domínio das capacidades se faz apelo à educação e à experiência.

**Quadro 2.1.1.: Acumulação de conhecimento e processos de aprendizagem:  
As novas teorias do crescimento**

		APRENDIZAGEM POR PROCESSOS			
		FORMAIS		INFORMAIS	
		Educação	I&D	Experiência	Interacção
ACUMULAÇÃO DE	IDEIAS		Romer(1990) Helpman e Grossman (1991)		
	CAPACIDADES	Lucas (1988)		Arrow (1962) Romer (1986)	

Fonte: Conceição e Heitor, 1998:87

A acumulação de conhecimentos e de competências técnicas influenciam o comportamento da produtividade. Os conhecimentos técnicos e a qualificação da mão-de-obra são inseparáveis, na medida em que as técnicas estão incorporadas nos equipamentos tal como os conhecimentos e o *know-how* nos recursos humanos. Estes processos de acumulação geram externalidades e rendimentos crescentes à escala (Malinvaud, 1997:22). O crescimento pode assumir este tipo de evolução na medida em que o rendimento dos investimentos realizados em diversos tipos de bens – onde se inclui o capital humano – não diminui, necessariamente, à medida que a economia se desenvolve (Barro e Sala-i-Martin, 1996:13).

Do nosso ponto de vista os rendimentos crescentes na produção de conhecimento não resultam apenas de processos automáticos de aprendizagem que ocorrem num contexto de equilíbrio, resultando antes de condições extremamente contingentes, dada a natureza colectiva dos processos de produção de conhecimento tecnológico localizado (Antonelli, 2001: 19-20). Esta natureza colectiva pressupõe situações caracterizadas pelos seguintes aspectos: existência de interacção entre os inovadores envolvidos no processo de aprendizagem; desencorajamento de comportamento oportunistas, consequência de se reconhecer que as vantagens de externalização do conhecimento superam os custos de fuga aos direitos de propriedade intelectual; criação de sistemas e processos de comunicação eficientes.

O factor que faz surgir o conhecimento é a inovação, e esta fica a dever-se à aspiração e às expectativas dos agentes que a criam e propagam (Lopes, 2001: 51). Tão relevante para o crescimento económico quanto a produção de conhecimentos é a sua difusão. Aceitando como pressupostos que:

- i) nos modelos de desenvolvimento endógeno os novos conhecimentos são os principais indutores de crescimento,
- ii) as universidades são o principal actor no processo de criação de conhecimento e estão localizadas em determinados pontos/regiões,

então, o processo de difusão espacial dos novos conhecimentos influencia a dinâmica de crescimento nas diversas regiões. Se existirem barreiras ou limitações à difusão do conhecimento, as actividades emergentes, baseadas neste factor, não terão oportunidades de desenvolvimento iguais em todas as regiões (Karlsson e Zhang, 2001:181). Genericamente, a produção do conhecimento assume características de bem público (dificuldade de exclusão e de apropriação) mas, do ponto de vista da sua afectação já não se passa o mesmo na medida em que existem custos específicos que decorrem da descodificação e compreensão da informação (Antonelli, 2001: 22-23).

A partir do final dos anos 80, a teoria económica passa a dar particular atenção, ao acentuar do fenómeno da globalização. A globalização refere-se a um conjunto de condições emergentes em que a riqueza e o valor acrescentado são produzidos e distribuídos a nível mundial através de intrincadas redes de ligação (Caraça, 1996: 1221). Este processo decorre da existência de uma multiplicidade de territórios de onde a inovação pode surgir, de acordo com processos e combinações várias (Maillat, 1995b: 24-25). A eficaz inserção das regiões no contexto da globalização apela não apenas ao bom funcionamento interno do sistema territorial de produção, mas às suas relações com o exterior, tal como à capacidade de as aperceber; à capacidade de enquadrar as transformações do seu ambiente tecnológico e de mercado, mas também, e sobretudo, à evolução dos outros sistemas territoriais de produção.

As abordagens em termos de sistemas produtivos localizados e de meios inovadores contribuíram para definir os fundamentos de uma teoria de economias territoriais. Em ambas encontra-se o mesmo interesse nas estruturas produtivas e na capacidade para se renovarem através da inovação e da criação de recursos específicos. O seu funcionamento assenta, fundamentalmente, nas externalidades de proximidade, na existência de lógicas de acção colectiva e de regras comumente adoptadas, em instituições informais, e em

convenções que permitem avançar com a explicitação dos princípios analíticos do que pode ser denominado de território sócio-económico (Peyrache-Gadeau, 1998: 41).

O território não é apenas função dos factores de localização que oferece mas da sua capacidade para criar recursos específicos e gerar processos de inovação. O território pode dar origem a recursos (*know-how*, competências, capital, etc.) e actores (empresas, instituições de apoio, etc.) necessários à inovação. O *know-how* surge como recurso específico próprio a certos territórios, que são organizados pela actividade económica e pelas diferentes instituições de formação, de investigação e de apoio presentes na região. As capacidades locais de desenvolvimento, como o empreendedorismo ou a boa articulação entre o sistema de produção e as instituições de apoio, são abordadas como construções locais, baseadas em regras e comportamentos particulares que permitem ao meio constituir-se enquanto tal e responder de forma mais ou menos adequada à transformação dos mercados e das técnicas.

Neste contexto, o meio inovador assume toda a sua dimensão na medida em que reforça o papel dos recursos imateriais (*know-how*) de proximidade, do capital relacional, bem como das diversas formas de cooperação e de aprendizagem, na dinâmica de recomposição das actividades inerentes aos processos inovadores.

A abordagem dos meios inovadores acentua a oposição entre proximidade e distância: por um lado, o que é próximo (no meio), diferente (*know-how* específicos) e se mobiliza de forma diversa (concorrência/cooperação e capital relacional) e, por outro, o que é distante. Esta proximidade é construída no quotidiano e é relativa. Não pode ser reduzida a uma curta distância física: marca bem as fronteiras entre o que está no meio e fora dele. As empresas locais e o território estão relacionados na regeneração de recursos específicos locais, os quais marcam a diferença entre uma região e outra no plano da inovação. A concorrência entre territórios faz-se pela inovação com base em recursos específicos.

Ao longo do tempo, um meio torna-se inovador pela mobilização dos recursos constituídos pelo passado, adaptados às novas técnicas e aos novos mercados e incorporados nos novos produtos. Este processo caracteriza-se por um jogo entre o meio, que recicla os recursos (*know-how*, capital relacional, etc.), e as redes de inovação. A criação de uma rede de inovação define-se como um conjunto coordenado de actores heterogéneos mas profissionais (laboratórios públicos, centros de pesquisa técnica, empresas, organismos financeiros, utilizadores e poderes públicos) que participam colectivamente na concepção,

elaboração, produção e difusão de procedimentos de produção, de bens e serviços, alguns dos quais se reflectem no funcionamento do mercado. Supõe a existência de laços directos e não hierarquizados entre todos os elementos que as compõem (Maillat, 1995: 13). Ao longo deste processo, o território é, alternativamente, a matriz a partir da qual se desenvolvem as redes de inovação e a marca deixada por estas redes sobre os recursos do meio.

De forma normativa (Crevoisier, s.d.: 12-13), a abordagem dos meios inovadores propõe uma visão geral de desenvolvimento económico territorializado que se caracteriza por:

- i) uma concorrência pela inovação e não pelos custos de produção, entre territórios e não entre empresas;
- ii) uma organização do sistema produtivo em rede e não a partir de mecanismos de mercado ou hierárquicos.

O conceito de meio inovador tem como pressuposto que actualmente os mecanismos de desenvolvimento regional "residem nas regiões que são capazes de inovar, de pôr de pé projectos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre empresas, as instituições de formação e de pesquisa, e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais" (Lopes, 2001: 113-116), sendo, em síntese, um conjunto territorializado e aberto sobre o exterior que integra saberes, regras e um capital relacional. Não constitui, em caso algum, um universo fechado, estando em interacção permanente com a sua envolvente. No meio inovador, a dimensão das empresas não é determinante e a capacidade de inovação é aferida pela capacidade de actores locais reagirem positivamente às alterações do seu enquadramento, pressupondo que a cooperação entre os actores locais tenha a inovação por finalidade e se apoie em redes de mercado e tecnologias de âmbito transterritorial (Maillat, 1995: 9).

## **2.2 Educação e Desenvolvimento Económico**

"Os recursos humanos serão sempre a parcela mais rica e promissora do potencial endógeno, tanto mais rica e tanto mais promissora quanto mais qualificada. Daí que a educação, a formação em geral assumam função de carácter estratégico, estruturante, no processo de desenvolvimento" (Simões Lopes, 1996: 4). Vários documentos da OCDE (1997a, 1998a) demonstram que o desenvolvimento dos países está directamente

relacionado com o seu nível de educação e de I&D: os países mais desenvolvidos são, de um modo geral, os que têm um nível de instrução mais elevado ou os que gastam relativamente mais com a educação e com I&D e, correlativamente, toda a insuficiência nestes domínios constitui um obstáculo ao desenvolvimento; por outro lado, a formação superior surge como a melhor protecção contra o desemprego. Desde os anos 60, com os trabalhos de Schultz e Denison, que numerosos estudos, desenvolvidos nos mais diversos países, a partir do mesmo quadro metodológico, têm dado conta da existência de uma ligação significativa entre educação e desenvolvimento económico.

A sistemática aplicação do conhecimento científico na produção de bens e serviços aumentou bastante o valor da educação, quer se tenha em conta a componente de formação técnica ou de formação profissional, à medida que o conhecimento foi interiorizado pelas pessoas – cientistas, académicos, técnicos, gestores ou outros. Os recursos humanos qualificados terão um papel cada vez mais significativo no desenvolvimento das sociedades, à medida que elas se tornarem mais dependentes do conhecimento. A inovação e os novos produtos e processos irão ter uma importância cada vez maior no seio das empresas. A investigação e o conhecimento, enquanto conteúdos transaccionáveis, tenderão a aumentar e as empresas deverão reforçar os seus quadros com investigadores, engenheiros e outro pessoal técnico especializado (Shelton, 1997:16).

A educação é um legado de uma geração para a seguinte, assentando aqui a sua principal função social (Thomas, 1995). Trata-se de um investimento a médio prazo, feito pela sociedade em geral e pelas famílias, na medida em que se abdica do contributo produtivo actual dos jovens na expectativa de um contributo reforçado no futuro (Lopes, 2001). Os pais querem que os seus filhos recebam uma educação de elevada qualidade porque entendem que assim estão prepará-los melhor para enfrentarem o mercado de trabalho. Por um lado, porque as taxas de desemprego são mais altas entre os trabalhadores indiferenciados e com menores níveis educacionais e, por outro, porque os trabalhadores seniores tendem a ser substituídos por outros com maiores qualificações educacionais. Contudo, nem sempre se regista uma correlação positiva entre as qualificações profissionais e os salários pagos, na medida em que, por vezes, trabalhadores com idades, qualificações e actividades laborais semelhantes podem ser remunerados de forma diferenciada.

O valor económico da educação reflecte-se de duas formas: por um lado, por via da rendibilidade privada da educação, sob a forma de salários mais elevados, reflectindo o respectivo nível de produtividade relativa, e, por outro lado, através da existência de externalidades positivas. A educação aumenta a produtividade através do aumento das



competências e dos conhecimentos colocados no mercado de trabalho e este efeito torna-se relativamente fácil de quantificar se partirmos do pressuposto de que os empregadores vão pagar mais aos trabalhadores com maiores níveis de instrução apenas na medida em que estes são mais produtivos (Brown e Heaney, 1997; Turner, 1997).

Nesta perspectiva, o aumento dos salários dos graduados é uma consequência directa do aumento da produtividade, a qual, por seu turno, resulta da educação universitária. A partir desta ideia pode decorrer um dos mais robustos argumentos em defesa do investimento público no ensino superior, na medida em que os seus resultados se irão repercutir de forma bastante alargada no tecido económico e social e na capacidade de desempenho das organizações.

Estudos patrocinados pela OCDE (Englander e Gurney, 1994: 63) concluíram que existe um aumento dos ganhos privados que pode oscilar entre 5-10%, por cada ano de escolarização suplementar; em termos de contas nacionais, estima-se que 2,5 anos de formação suplementar aumentarão em cerca de 12-25% os níveis de produtividade. Contudo, reconhecemos que o número de anos de escolaridade é uma abordagem limitada como medida da evolução do capital humano, dado que não contempla, nomeadamente, as condições de ensino ou a atitude da família e da sociedades relativamente à educação.

Uma população activa com níveis mais elevados de educação será mais flexível e adaptar-se-á mais facilmente a novos procedimentos e a novas actividades, possibilitando um maior crescimento económico. A existência de externalidades positivas revela-se também através da existência de um ambiente onde os processos de aprendizagem são facilitados e onde as trocas de ideias são estimuladas, o que faz com que os países onde o capital humano já é abundante sejam mais atractivos, aceitando-se assim a existência de correlação negativa entre a rendibilidade deste capital e a sua raridade, ao contrário do que decorreria de uma análise clássica tradicional.

Os efeitos da educação não se fazem sentir apenas sobre a produtividade do trabalho (Temple, 2001: 22). A própria composição do mercado de trabalho é influenciada pela educação, na medida em que esta variável se faz sentir na participação no trabalho, particularmente das mulheres, quer em quantidade, quer em qualidade. Por outro lado, a educação contribui de forma decisiva para o desenvolvimento pessoal bem como para o bem-estar económico e social e para a qualidade de vida das sociedades (Temple, 2001; MacFarlane, 1999).

Nos EUA (Becker, 1993: 17) os ensinos secundário e superior aumentam consideravelmente o rendimento pessoal, mesmo depois de “descontar” os custos directos e indirectos com a escolarização e fazendo os necessários ajustamentos à “história” educacional das famílias, bem como à sua diversa disponibilidade para participar no processo educativo. Todos os países que registaram níveis significativos de crescimento do rendimento tiveram também grandes aumentos nos níveis de educação e formação da força de trabalho, através da generalização do ensino básico a todos os estratos sociais e do aumento e diversificação da participação no ensino superior (Becker, 1993: 24).

Estudos desenvolvidos em Portugal no domínio da análise dos retornos da educação concluíram pela existência de uma correlação positiva entre os rendimentos auferidos e o nível educacional. Entre os anos de 1982 e 1992 a taxa de retorno da educação em Portugal aumentou em todas as regiões (Vieira, 1999), particularmente após a adesão à União Europeia, e de forma mais intensa na região de Lisboa e Vale do Tejo (região que detém, também, a força de trabalho com o mais elevado nível médio de educação). A rendibilidade da Educação em Portugal (medida pela taxa de rendibilidade interna de um ano extra de educação), entre 1982 e 1995, é elevada, acima dos 9%, e tem estado a crescer (Martins e Pereira, 2001: 99). Os graus educativos mais altos (secundário e superior) apresentam consistentemente retornos mais elevados e viram-nos aumentar durante o período analisado, ao contrário do que acontece com os graus educativos inferiores que têm registado retornos baixos e decrescentes.

A acumulação de capital, físico e humano, é um factor fundamental para a existência de crescimento económico sustentável, a longo prazo, e para a diminuição das divergências de rendimento entre países. A melhoria do nível de vida das populações está profunda e directamente relacionada com a produtividade. O sucesso económico, condição fundamental para a melhoria do nível de vida das populações, traduz a capacidade de regiões ou organizações mobilizarem diferentes instituições (empresas, organizações, redes, infra-estruturas de informação, sistemas de incentivos, etc.) para apoiarem a aprendizagem. A interacção entre a aquisição quotidiana de saberes e o ensino institucional é decisivo. A formação de competências decorre (Lundvall, 2000), por um lado, da formação institucional adquirida em diversos estabelecimentos de ensino (escolas e universidades) e, por outro, da aprendizagem realizada no decurso da actividade profissional.

Em todas as regiões, de um modo geral, e nas regiões menos desenvolvidas, em particular, a apetência da população para “consumir” educação é fortemente influenciada – favorável ou desfavoravelmente – pela estrutura das actividades locais e pelas oportunidades por ela criadas (Neave, 1979). Nestes espaços, o estímulo à educação decorre, fundamentalmente,

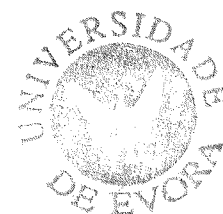
do contexto sócio-productivo que, por seu turno, influencia a procura de educação, reforçando assim o carácter fundamental da empregabilidade associado à formação.

A qualificação dos recursos humanos orientada para as necessidades das empresas constitui um dos traços distintivos do ambiente nacional onde a competitividade e a capacidade inovadora das empresas são suportadas pelo sistema de educação e formação, com destaque para a Universidade (Lopes, 2001:79). As instituições de ensino superior deverão estabelecer ligações com os agentes públicos, centrais ou locais e com as empresas com vista a assegurar que os seus programas e conteúdos dêem origem a maiores níveis de empregabilidade, no futuro.

Para além dos efeitos ao nível da qualificação dos recursos humanos, as instituições de ensino superior (IES), uma vez instaladas nas regiões provocam efeitos no mercado de trabalho local, quer em termos da criação de emprego directo bem como da geração de emprego indirecto. A sua influência pode ser marginal ou muito considerável, dependendo de diversos factores como sejam a estrutura da economia local, a dimensão do projecto e a dimensão do estímulo às trocas com as outras instituições locais.

Dado que a componente de investigação nas IES pode assumir uma vertente mais globalizante, sem prestar atenção às especificidade regionais, Goddard (1998) defende que é ao nível do ensino e recrutamento de diplomados para o mercado de trabalho regional, bem como ao nível dos programas de aperfeiçoamento profissional, que o impacte destas instituições será mais significativo, sendo que o impacte líquido das universidades no emprego das economias locais em que se inserem é positivo e aumenta ao longo do tempo (Hedrick, Henson e Mack, 1990:17-18).

São várias as formas a partir das quais as IES podem influenciar o funcionamento dos mercados de trabalho locais (Beeson e Montgomery, 1993). Por um lado, através do desempenho do papel de educadores, as IES aumentam o emprego e as oportunidades de obtenção de salários mais elevados pelos graduados pelas IES; por outro lado, porque, aumentando o nível médio de conhecimentos do capital humano, as IES podem, como já se disse anteriormente, promover o aumento do crescimento da produtividade local, se a capacidade para desenvolver e implementar novas tecnologias depender do nível médio de capital humano da economia. Recordamos o argumento: a composição dos conhecimentos da população activa influencia a tecnologia usada pelas empresas, bem como pelos



trabalhadores, na medida em que os detentores de níveis de instrução mais elevados estão mais aptos a implementar as novas tecnologias.

Para analisar o impacto das IES no mercado de trabalho é necessário assumir que podem ser persistentes as diferenças regionais de salários, taxas de desemprego e outros indicadores do mercado de trabalho. Se as IES afectam directamente o emprego local, tal irá reflectir-se na taxa de desemprego das regiões, na taxa de migração líquida e na alteração dos movimentos naturais da população. A composição da população activa também pode variar em função de atributos específicos das IES. As características específicas destas instituições podem influenciar a procura de trabalhadores com competências específicas, os quais podem interagir com as IES e ajudar as empresas a implementarem novas tecnologias. Também as empresas podem não beneficiar todas, de igual modo, da proximidade com as IES, devido à especificidade quer das formações ministradas, quer das necessidades das empresas.

A inserção das IES no processo de desenvolvimento de uma região pode ser aferida a partir da sua contribuição para o ensino e para a formação contínua, bem como por via das saídas profissionais possibilitadas, ou seja, a partir do modo pelo qual o conjunto dos ensinos ministrados correspondem ou não a necessidades específicas do ponto de vista da região. Por outro lado, pode averiguar-se até que ponto os estudantes provenientes de uma região optam por estudar nas IES aí localizadas e, depois, em que medida é que as empresas e instituições instaladas na região absorvem os diplomados provenientes das suas IES. Estas instituições podem funcionar como um elo de ligação ao exterior em dois sentidos: fazendo com que se instalem na região ex-estudantes provenientes de outras áreas, trazendo com eles os conhecimentos que acumularam na sua formação, e alargando os horizontes aos residentes locais, através do contacto quotidiano com estes "imigrantes". Isto significa que as IES podem influenciar, em maior ou menor escala, os níveis de qualificação da população activa, os quais se reflectirão no conjunto de competências da mão-de-obra e na produtividade e competitividade da economia.

Uma das questões determinantes do sucesso económico de uma região diz respeito à forma como esta consegue ou não reter os diplomados, na medida em que estes cidadãos se tornam, geralmente, mais produtivos. Grande parte do impacto económico das IES depende das decisões dos seus graduados não migrarem (Brown e Heaney, 1997). À partida podemos admitir que o ensino superior aumenta a probabilidade de migração, na medida em que os graduados estão mais aptos para competirem nos mercados de trabalho nacionais e internacionais e assim saírem da região onde estudaram. As decisões de

migração são baseadas, fundamentalmente, nas oportunidades de emprego: se numa dada região não há tradição de crescimento do emprego em determinados sectores de actividade, mas há diplomados nessas áreas, então estes serão potenciais emigrantes. Por outro lado, o aumento do conjunto de conhecimentos das IES pode não afectar o desenvolvimento das economias se não existirem postos de trabalho adequados e disponíveis para os novos graduados.

A retenção dos diplomados é um dos principais mecanismos que permite à região conservar elementos dotados de sentido de inovação, espírito empresarial e de capacidade de gestão. As taxas de retenção reflectem, todavia, a interacção de numerosos factores: a capacidade das IES oferecerem estudos e formação que tenham em conta as necessidades da economia regional, a solidez, a diversidade e a importância da base económica regional, o contexto da economia nacional, a origem dos estudantes, o tipo de estabelecimento de ensino frequentado e o contexto sócio-económico dos estudantes.

Apesar da importância que têm os diplomados na melhoria da qualificação dos recursos humanos, as IES dedicam poucos recursos à sua colocação no mercado de trabalho (Goddard, 1998), o que não se afigura o procedimento mais adequado no sentido da promoção do desenvolvimento regional. Para inverter esta tendência, este autor sugere que seria indispensável que as IES compreendessem as necessidades do mercado em termos de formações, não só no presente como também no futuro, e agissem de forma activa no sentido de entender os seus estudantes como clientes e os seus empregadores como utilizadores finais.

Em síntese, podemos afirmar que são três os principais factores que condicionam o impacto positivo do ensino superior no desenvolvimento regional (De Guadamar, 1996):

- i) capacidade de atracção e retenção de estudantes de outras regiões, diplomados na instituição e docentes;
- ii) relação entre a oferta e a procura de formação;
- iii) capacidade previsionial das empresas regionais em matéria de procura de formação.

Os recursos humanos qualificados são uma das componentes fundamentais de qualquer estrutura territorial que se pretenda competitiva. A competitividade, de acordo com a

definição proposta pela OCDE, designa a capacidade de empresas, indústrias, regiões, nações ou conjuntos supra-nacionais de gerarem, de forma duradoira, um rendimento e um nível de emprego dos factores relativamente elevados, estando e permanecendo expostos à concorrência internacional.

A teoria das vantagens competitivas de Porter (Porter, 1993) dedica muita atenção à importância das concentrações regionais da actividade económica inovadora na criação de vantagens competitivas nacionais. As condições que determinam as vantagens competitivas estão localizadas dentro de um país, embora em diferentes pontos para diversas actividades. Os motivos pelos quais uma cidade ou uma região são bem sucedidas numa determinada indústria explicam-se com as componentes que constituem o Diamante de Porter<sup>1</sup>, sendo a combinação das condições nacionais com as condições locais que estimula as vantagens competitivas. Num contexto de globalização, o sucesso das economias está fortemente relacionado com o sucesso dos sectores e grupos de sectores inter-relacionados, designados por *clusters* (grupos de entidades cujas inter-relações reforçam a vantagem competitiva). A competitividade económica depende da capacidade inovadora dos vários actores, quer sejam empresas privadas ou instituições públicas, através da acumulação de conhecimento, *know-how* e competências (OCDE, 1997: 43).

De acordo com Porter, o principal objectivo económico de um país é obter um nível de vida elevado para os seus cidadãos, o que depende não apenas do conceito de competitividade mas da produtividade com a qual os recursos nacionais (trabalho e capital) são utilizados. A produtividade, valor do produto realizado por cada unidade de trabalho ou de capital, depende tanto da qualidade como das características dos produtos, que determinam os preços que podem obter, como da eficiência com que são produzidos. A longo prazo, a produtividade, sendo a determinante do nível de vida de um país, pode condicionar os salários (produtividade dos recursos humanos), como já afirmámos anteriormente, bem como os rendimentos do capital (produtividade do capital).

A produtividade não depende dos sectores em que o país compete mas da forma como as empresas competem nesses sectores. Os níveis de produtividade obtidos pelas empresas são tanto mais elevados quanto mais desenvolvidas forem as aptidões e os desempenhos tecnológicos das empresas. Níveis elevados de produtividade não são uma característica

---

<sup>1</sup> O Diamante de Porter é constituído por quatro determinantes que interagem: As Condições de Factores, As Condições de Procura, A Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Empresas e as Indústrias Relacionadas e de Suporte. Este conjunto é influenciado, nas suas diversas componentes, por dois factores externos: o acaso e o Governo, pelo que as empresas localizadas num determinado sector de actividade, num dado país, conseguem obter níveis de produtividade diversos dos gerados por empresas congéneres, localizadas noutros países. Os recursos humanos e o conhecimento fazem parte do determinante 'Condições de Factores', enquanto factores avançados, a par de recursos naturais, infra-estruturas físicas, e factores financeiros.

exclusiva das indústrias de “alta tecnologia”, podendo ser obtidos, igualmente, em sectores industriais tradicionais e em serviços.

Para aumentar as vantagens competitivas, as empresas devem agir no sentido de inovar e mudar, analisar a sua cadeia de valor, melhorar os processos, competir a nível global, escolher clientes sofisticados, acelerar o tempo de reacção, não ter medo da rivalidade, diversificar para actividades relacionadas e apostar na internacionalização para novos mercados. A inovação, principal fonte de competitividade nas empresas, tende a estar associada ao surgimento de novas tecnologias, a alterações nas necessidades dos compradores, à emergência de novos segmentos de actividade, a modificações na estrutura de custos e/ou disponibilidade de factores produtivos, bem como a mudanças nas normas públicas com incidência na actividade, por exemplo, a regulamentação ambiental (Lopes, 2001:61).

A competitividade de um país assenta, assim, na capacidade das suas empresas, mas também no contexto nacional, que por sua vez, determina em parte a capacidade das empresas, por via dos factores condicionantes externos. Os contornos do ambiente local são tão importantes quanto a situação macroeconómica nacional, relativamente à capacidade das empresas, ou de outras instituições, manterem ou melhorarem os seus níveis de competitividade no mercado global, na medida em que estimulem a concorrência, o aperfeiçoamento e a inovação nas empresas.

As medidas governamentais, que visam reforçar os desempenhos económicos dos territórios e das empresas aí localizadas devem procurar essencialmente a criação e preservação de um quadro atractivo, propício à actividade das empresas, através de fornecimentos adequados bens públicos. O papel do governo deverá limitar-se às políticas públicas de promoção da competitividade, valorizando as componentes do Diamante, investindo na criação de factores de suporte à inovação, especialmente na qualificação de recursos humanos, quer adoptando uma postura incentivadora da concorrência interna, quer mesmo influenciando a oferta e a consolidação de indústrias de suporte através das suas próprias compras (Lopes, 2001:65).

A competitividade de uma região, por seu turno, traduz-se na sua capacidade de desenvolver factores essenciais ao crescimento económico de longo prazo, em função da sua influência sobre a produtividade global do sistema económico. Ao nível do ambiente local, os níveis de conhecimento e de qualificação da população são tão importantes quanto as infra-estruturas físicas, pelo que as IES com maior envolvimento com as regiões onde

estão instaladas se tornam um elo fundamental para o ambiente local e um motor para o desenvolvimento económico. A maior competitividade de uma região tem como efeito atrair e fixar as actividades económicas cada vez mais móveis (Jacquemin e Pench, 1997:33).

A procura de condições que estimulem a competitividade não deverá ser de forma a provocar fenómenos de exclusão [desmantelamento do Contrato Social (*Welfare State*) que esteve na base do desenvolvimento económico, social e político das sociedades europeias e ocidentais, particularmente após a II Guerra Mundial] por via da diminuição do número de actores presentes nos mercados (perda do carácter concorrencial do mercado), quer sejam empresas, pessoas, grupos sociais, países ou continentes (Petrella, 1994: 84). O lado negativo das sociedades crescentemente competitivas (Conceição e Heitor, 2001: 519) é a exclusão dos indivíduos com um grau de aprendizagem mais lento e de pessoas e localidades bloqueadas por capacidades desactualizadas e rígidas, o que se reflecte numa desigualdade crescente em termos de rendimento e oportunidade. Sendo a aprendizagem um processo interactivo, o capital social é fundamental para a produção de capital intelectual e o primeiro não pode, a longo prazo, ser reproduzido com sucesso numa sociedade em que uma parcela crescente da população se torne desprovida de progresso económico e social. Também Paul Krugman critica o conceito de competitividade entre países afirmando que o mesmo não só está errado do ponto de vista conceptual, uma vez que o desenvolvimento de um país não é feito à custa de outros, como pode originar opções políticas profundamente erradas (Caraça, 1996: 1222).

### **2.3 As universidades e as regiões na economia do conhecimento**

A forma mais importante da política pública fortalecer a capacidade de aprendizagem e inovação é através do investimento em educação e formação e revendo continuamente a forma e o conteúdo destas actividades. Paralelamente é fundamental ter capacidade e condições para aceder ao conhecimento relevante. Os resultados científicos, novos ou antigos, podem ser factores do processo de aprendizagem e inovação em diversos estágios, pelo que o acesso às universidades e às instituições de ensino técnico é muito importante.

O conceito de *learning economy* reconhece o conhecimento como recurso fundamental na economia contemporânea e a aprendizagem como o processo mais importante. Distingue-se conhecimento de aprendizagem (Lundvall e Johnson, 1994: 24): enquanto o conhecimento está alicerçado em tradições e rotinas passadas de geração em geração, a



aprendizagem (*learning*) provoca o aumento do *know-how*. O conhecimento pode ser entendido de duas formas (Keane e Allison, 2000): o codificado (por exemplo, patentes, I&D, investimento, qualificações, etc.) e o tácito (redes, práticas locais, contextos culturais), ou seja, não só o que é definido previamente mas também o que é construído e percebido socialmente. Enquanto codificado o conhecimento, geralmente, é mais formalizado, o conhecimento tácito, por seu turno, é recebido socialmente.

O que sustenta a transformação do conhecimento em aprendizagem é a infra-estrutura de conhecimentos (Keane e Allison, 2000). Esta assume duas formas: por um lado, as infra-estruturas físicas (redes de transportes e telecomunicações) e, por outro, as infra-estruturas de conhecimento (universidades, centros de investigação ou outros locais ou formas de aprendizagem). A importância destas infra-estruturas, ainda que não deva ser sobrestimada, deve ser ligada à *performance* e à produtividade da economia da região. Admite-se que a evolução do conhecimento para a aprendizagem tem lugar em *learning organizations*, ou seja, organizações onde o conhecimento não é restrito apenas a um conjunto de trabalhadores mas é entendido como uma forma de comportamento de toda a organização.

A acumulação de conhecimentos é, fundamentalmente, um processo de aprendizagem, ou seja, um envolvimento reflexivo no qual ficamos a conhecer-nos e ao mundo que nos rodeia (MacFarlane, 1999). A acumulação do conhecimento depara-se com um paradoxo (Contzen, 2000): a exigência de maior interdisciplinaridade com a necessidade de um conhecimento mais especializado.

Toda e qualquer política de desenvolvimento da educação, na economia do conhecimento, deve satisfazer quatro critérios (MacFarlane, 1999: 131,132):

- i) fornecer uma boa educação básica ao maior número de crianças, com vista à sua preparação como cidadãos responsáveis e como agentes económicos;
- ii) fornecer uma robusta e diversificada formação nas áreas fundamentais do saber, na medida em que se exige crescentemente um vasto conjunto de conhecimentos;
- iii) suportar e desenvolver o ensino superior com vista a produzir um vasto leque de especialistas fundamentais ao

desenvolvimento da economia do conhecimento, bem como à sua gestão, coordenação e controlo;

- iv) desenvolver capacidades de aprendizagem ao longo da vida com vista a criar a flexibilidade e a capacidade de adaptação necessárias para dar resposta às mudanças que se vierem a verificar.

As características da economia do conhecimento e da sociedade educativa, dadas as mudanças na composição da mão-de-obra, juntamente com a crescente internacionalização da economia, os avanços da tecnologia e a disseminação de novos modelos inovadores de organização do trabalho, requerem um investimento substancial em capital humano e fazem apelo a novas e imaginativas formas de organizar a educação e validar os conhecimentos. O actual sistema educativo (Conceição e Heitor, 2001: 523) dominado pela oferta, pesadamente institucionalizada e baseada nos quasi-monopólios educativos governamentais, pode dar lugar a uma abordagem dominada pela procura, dirigida pelo cliente, em que aqueles que aprendem podem comprar uma vasta gama de recursos, organizando eles próprios o planeamento dessa procura.

A *learning economy* (Goddard, 1998) pode ser definida como a economia em que o sucesso dos indivíduos, das empresas e das regiões reflecte a capacidade de aprender (bem como de esquecer práticas antigas), onde a mudança é rápida, onde as competências antigas ficam ultrapassadas e as novas são objecto de procura, onde a aprendizagem implica a consolidação de competências antigas e não apenas um acesso mais rápido à informação, onde a aprendizagem tem lugar em todos os sectores da economia – e não apenas nos de alta tecnologia –, onde a criação líquida de emprego tem lugar nos sectores de forte intensidade de conhecimento (com I&D de ponta, elevada proporção de titulares de diplomas universitários), resultando uma situação perante o emprego mais gravosa para as pessoas não qualificadas.

A globalização, na *learning economy*, é caracterizada pela intensa competição nos mercados de produtos finais. A concorrência intensa estimula a produção e incrementa a inovação. Este impacte reflecte-se nas empresas e nas pessoas, na medida em que afecta a procura de trabalho favorecendo os trabalhadores qualificados (Lundvall, 1998: 3). Uma das estratégias de política para implementar na *learning economy* com vista a dar resposta a este novo cenário, deverá privilegiar o aumento da capacidade de absorver as mudanças, através da ênfase na capacidade de aprendizagem dos aprendizes mais frágeis – pessoas e

regiões – e na política de inovação, incidindo nas necessidades sociais e ambientais (Lundvall, 1998: 5).

Na *learning economy* definem-se vários tipos de saber, nomeadamente (Lundvall e Johnson, 1994: 25):

- i) *know-what* (saber o quê): factos e informação;
- ii) *know-why* (saber porquê): princípios e leis necessárias para reduzir as tentativas de executar uma tarefa;
- iii) *know-how* (saber como): competência e capacidade para fazer qualquer coisa;
- iv) *know-who* (saber quem): conhecer os que sabem como se faz o quê e os que têm a capacidade social de estabelecer relações com grupos especiais para fazer apelo à sua experiência.

Nos casos de ***know-what*** e ***know-why*** a aprendizagem formal na escola e na universidade constitui o canal normal; o ***know-how*** depende da experiência prática adquirida por via da aprendizagem (nomeadamente no local de trabalho), mas também, e cada vez mais, através de relações em rede com outros parceiros; aprende-se o ***know-who*** no meio da interacção social, por via das associações profissionais, de contactos regulares com os clientes, com os fornecedores e todos os restantes actores e instituições. O ***know-how*** está no centro do processo económico. É o que faz crescer a economia em novas combinações nas formas de novos métodos e novos produtos e, em certo sentido, saber como fazer e mudar os procedimentos é mais difícil de aprender que aprender acerca de factos e ciência.

A distinção entre a aprendizagem intencional (*intentional learning*) – educação, formação, I&D, etc. - e a aprendizagem por via dos produtos resultantes das rotinas das actividades económicas (*learning-by-doing*, *by-using* e *by-interacting*) é importante na *learning economy*. Ainda que sendo interdependentes, os conceitos de *learning-by-searching* e *learning-by-producing* pressupõem atitudes diversas: por um lado, a investigação é uma prática corrente, concretizada na produção moderna, especialmente nas áreas onde as trajectórias tecnológicas estão devidamente estabelecidas; por outro lado, as actividades de produção repetitivas podem ser conscienciosa e sistematicamente monitorizadas e controladas com vista a estimular a inovação (Lundvall e Johnson, 1994: 32).

No domínio do conceito da *learning economy*, as universidades devem ajustar o seu *curriculum* às mudanças rápidas nas necessidades dos empregadores. Para que as universidades possam ter um papel mais activo no desenvolvimento económico é fundamental que entendam o funcionamento dos mecanismos de mercado e usem essa informação para orientar as suas actividades de investigação.

**Quadro 2.3.1: Motivações das empresas e procura de diversas formas de colaboração Universidade/Empresa**

MOTIVAÇÃO	FORMAS DE COLABORAÇÃO
Ter acesso aos novos domínios científicos de ponta e aos conhecimentos mais recentes	- programas de interligação destinados às empresas - consórcios de I&D (centros de excelência)
Economizar recursos e reduzir os riscos	- I&D sob contrato
- através de I&D em colaboração	- construção de modelos e testes
- explorando os resultados da I&D universitária, de forma comercialmente visível	- recurso a investigadores universitários como consultores - compra de licenças, direitos de autor, etc.
Ter acesso ao conhecimento através do desenvolvimento de recursos humanos e formação permanente	- recrutamento de diplomados da universidade - estágios, formação em alternância - participação em actividades de formação profissional contínua e outras possibilidades de aprendizagem

Fonte: Schuetze, 2000: 187

A forma de colaboração entre as universidades e as empresas deve ser mais vasta que a disponibilidade de formação passando, por exemplo, pela constituição de consórcios para I&D ou pela aquisição de serviços de consultoria às universidades (quadro 2.3.1.). Num cenário em que as universidades não dispõem mais do monopólio da produção de conhecimentos científicos, para permanecer na vanguarda do conhecimento os investigadores universitários deverão participar em redes de troca de conhecimentos com os seus congéneres, bem como em redes de produtores de conhecimentos oriundos das empresas ou de outras organizações (Schuetze, 2000: 189). Do estabelecimento de relações diversas entre as universidades e as empresas ambas as instituições ganham (Antonelli, 2001: 26-27). Nas universidades, os investigadores académicos são confrontados com problemas tecnológicos específicos, o que tem efeitos positivos sobre a investigação em curso. As empresas, por seu turno, têm acesso a custos marginais reduzidos, a um corpo de competências técnicas avançadas e a uma infra-estrutura especializada, que muitas vezes se caracterizam por uma grande indivisibilidade e enormes custos fixos.

As relações entre a investigação básica e aplicada e a consequente difusão do conhecimento consubstanciam-se através de parcerias entre as unidades produtoras de

novos conhecimentos científicos e as empresas e instituições locais, podendo revestir a forma de contratos de investigação e formação, consultoria, estabelecimento de incubadoras de investimento, parques de ciência, criação conjunta de empresas de I&D, comercialização de investigação através do tecido empresarial, entre outras.

O papel da investigação desenvolvida nas IES, ou noutras unidades de investigação, é particularmente importante para as PME – tipo de empresas predominantes no Alentejo, bem como na maioria das regiões do interior – na medida em que são estas as empresas que mais necessidade têm de procurar no exterior os desenvolvimentos tecnológicos capazes de promover a melhoria da eficiência dos seus processos produtivos. As grandes empresas, por seu turno, quando não têm unidades de I&D instaladas procuram estes processos junto das suas sedes, de empresas do mesmo grupo, ou em empresas onde tal existe, através mecanismos de aquisição, cooperação ou outros.

As características do tecido produtivo regional são um factor determinante do tipo de relação que existe entre as unidades produtivas e as unidades de I&D. Enquanto as grandes empresas são, elas próprias, muitas vezes, as promotoras de actividades de I&D, as PME dependem frequentemente de fontes externas de investigação. Tradicionalmente, à medida que a difusão do conhecimento prolifera é normal que as novas empresas tendam a formar um *cluster* junto das IES, com vista a beneficiar do acesso ao conhecimento actual, de qualidade, o qual potencia a criatividade e a inovação no tecido empresarial (Goddard, 1998). As IES com tradição na ligação com as empresas têm-se desenvolvido através de uma forte componente de transferência de tecnologia, formal e informal, relacionando-se com serviços e outras instituições. Contudo, a investigação desenvolvida nas unidades de I&D afecta de modo diverso a economia das regiões, dependendo da capacidade das empresas locais de tirarem partido destes conhecimentos.

Na economia do conhecimento, as universidades, para além das suas funções elementares e seculares do ensino e da investigação, são crescentemente chamadas a desempenhar actividades de extensão universitária, ganhando características específicas das estruturas empresariais, enquanto as empresas começam, elas próprias, a preocuparem-se com a produção de conhecimento. Esta convergência resulta de dois factores fundamentais que se conjugam para promover a “identificação” entre empresas e universidades (Conceição e Heitor, 1998: 91):

- i) em primeiro lugar, a criação de valor acrescentado e de riqueza está cada vez mais associada à produção de conhecimento, pelo que é

natural que as empresas olhem para a forma de funcionamento das universidades para se inspirarem nas formas de executar tarefas criativas;

- ii) em segundo lugar, as universidades têm-se confrontado com dificuldades na obtenção de financiamento para as suas tarefas essenciais de ensino e investigação, pelo que olham para as empresas como forma de aprender a rendibilizar comercialmente os seus activos intelectuais.

A identidade da universidade depende da manutenção do seu papel dual de instituição criadora e difusora de conhecimento (Caraça, 1996: 1230). Tal como diversos autores advertem, esta convergência não deverá comprometer a integridade institucional da Universidade, na medida em que os novos conhecimentos, decorrentes fundamentalmente dos projectos de investigação, deverão continuar a ser tornados públicos, não agindo a Universidade como estrutura empresarial, na medida em que estas organizações procuram obter retornos privados do conhecimento que produzem.

O desenvolvimento das universidades (MacFarlane, 1999: 145), a longo prazo, deverá possibilitar a reconciliação do *learning-for-work* (relacionado, particularmente, com a aplicabilidade do conhecimento) com o *learning-for-life* (respeitante, fundamentalmente, à compreensão), conceitos que provocaram a evolução do conceito e das funções da Universidade ao longo dos séculos. O *learning-for-work* terá lugar, fundamentalmente, no sector da aprendizagem ao longo da vida e será, em última análise, decorrente do conjunto das novas formas de ensino e formação da instituição. As universidades que escolherem dedicar-se a este sector tornar-se-ão "industrializadas", fortemente envolvidas de forma altamente profissional enquanto fornecedores de serviços baseados no conhecimento, competindo e estando integradas na economia do conhecimento.

A *learning economy* não é nem uma economia de mercado pura nem uma economia planificada pura; é antes uma economia mista (Lundvall e Johnson, 1994: 41) na medida em que há diversos e importantes papéis para o sector público e para diferentes tipos de política. Os mercados têm hábitos enraizados, regras e normas e estão organizados para a comunicação e trocas de informação qualitativa e pública. As empresas mostram a diversidade das formas de organização, as quais influenciam a comunicação entre diferentes agentes e unidades económicas. É a continua mudança institucional que dá origem ao ambiente para a interacção dos conceitos e dos processos de *learning-by-*

-*producing* e *learning-by-searching*, os quais são o principal mecanismo para combinar e introduzir o novo conhecimento na economia.

O conceito da *learning region* é proposto como oferecendo respostas flexíveis e inovadoras com vista à mudança rápida nas economias, tendo como pressuposto que, directa ou indirectamente, o ensino superior irá fazer parte das entidades que estão capacitadas para dar este tipo de resposta. A *learning region* é caracterizada por ser dinâmica e evolutiva (Maillat e Kébir, 1998: 6): dinâmica porque cada actor, individualmente ou no âmbito das empresas, das instituições ou das redes, está em interacção permanente com a sua envolvente (directa ou indirecta); evolutiva porque cada actor é como que um “aprendiz” em regime experimental.

A *learning region*, enquanto território de aprendizagem, tem quatro tipos de processos determinantes (Maillat e Kébir, 1998: 9-15):

- i) o *learning interactif*: corresponde à forma como se estabelecem as interacções entre os actores, para além da coordenação das actividades produtivas ou da implementação de processos de inovação; é o processo de interacção pelo qual os conhecimentos necessários ao bom funcionamento do sistema produtivo e detidos individualmente pelo conjunto dos actores quer sejam indivíduos, empresas e instituições, são integrados e disponibilizados para a comunidade;
- ii) o *learning organisationnel*: processo pelo qual quem chega a uma organização vai compreender, assimilar o papel que lhe está destinado e conseguir a adequada previsibilidade de comportamento, indispensável à coordenação organizacional;
- iii) o *learning institutionnel*: corresponde à capacidade de instituições se actualizarem e de adaptarem as suas estruturas e objectivos, bem como de se renovarem em função das mudanças ambientais; as instituições podem ser formais – organizações governamentais, agências de desenvolvimento, associações, leis – ou informais – valores, rotinas, códigos de conduta, costumes, confiança, etc. – e têm um papel essencial no funcionamento da *learning region* na medida em que

permitem uma certa previsibilidade em termos do comportamento dos actores e reduzem, assim, a incerteza;

iv) e o *learning-by-learning*: corresponde ao processo de melhoria das competências ligadas à aprendizagem.

Qualificar uma região como “de aprendizagem” significa dizer que os actores do sistema estão envolvidos em processos de aprendizagem que permitem o desenvolvimento de conhecimentos, de *know-how* e de outras competências necessárias à inovação e à manutenção da competitividade. As regiões para serem eficazes no contexto da economia mundial desprovida de fronteiras devem definir-se pelos mesmos elementos que as empresas com forte intensidade de conhecimentos: melhoria permanente, ideias novas, criação de saber e de aprendizagem contínua, ou seja, é necessário que se tornem *learning regions* (Florida, 1995). A chave para a existência da *learning region* é a infra-estrutura humana e os mecanismos institucionais que favorecem a aprendizagem interactiva. Nesta infra-estrutura têm um papel fundamental a reprodução e a adaptação de recursos humanos que regressam às universidades.

Nestas regiões, uma das características fundamentais é a forma como o saber se transfere de um grupo para outro para criar sistemas de aprendizagem. Neste sentido as IES têm um papel fundamental na medida em que deverão proporcionar à população activa o conhecimento adequado, as competências e o *know-how*. As IES são vistas não apenas como entidades relevantes em termos da criação de emprego mas também encorajando os indivíduos a desenvolverem a cultura da flexibilidade, da aprendizagem ao longo da vida e a contribuir para a inovação institucional regional.

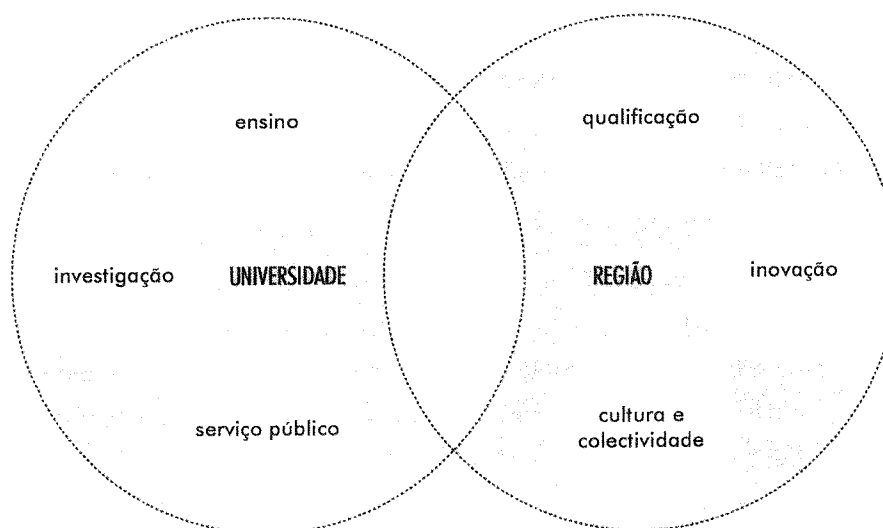
As universidades, e as IES de um modo geral, fomentam uma contribuição “pro-activa” para as economias regionais e locais. Esta postura deve ser entendida como o resultado das mudanças na economia global, no sentido da transição para uma economia baseada no conhecimento intensivo. Esta nova economia implica o desenvolvimento de novos factores produtivos e de infra-estruturas fundamentais a nível regional, os quais deverão estar à disposição das várias empresas que a eles necessitem de recorrer. Estas transformações tornam as regiões unidades económicas fundamentais na economia global.

Vejam algumas interacções (figura 2.3.1.) que podem ter lugar entre a universidade e a região numa *learning region* (OCDE, 1999), bem como as dificuldades pelas quais este processo pode passar. Se no interior da universidade a principal dificuldade, no que respeita



à interface com a região, pode decorrer da dificuldade em conciliar os aspectos de ensino, investigação e extensão com vista a responder de forma mais eficaz às necessidades regionais, já no que diz respeito às regiões o problema que se coloca é o de participar nos diversos aspectos do processo de desenvolvimento (melhoria das qualificações, desenvolvimento e inovações tecnológica e sensibilização cultural).

FIGURA 2.3.1: VALOR ACRESCENTADO DA INTERFACE UNIVERSIDADE/REGIÃO



Fonte: OCDE, 1999: 11

Neste contexto, a universidade deve tornar-se numa organização de aprendizagem no seio da qual o conjunto é superior à soma das partes e a região deve, para ser bem sucedida, obedecer a esta mesma dinâmica, na qual a universidade é um factor chave. Duke (1998) sintetiza a questão nos seguintes termos: para as universidades, a *learning region* é, sem dúvida, a maior descoberta deste final de século. Na prática, isto significa que é necessário:

- i) combinar a concorrência com a colaboração no seio do “novo ambiente da empresa”;
- ii) favorecer e sustentar as “personalidades cosmopolitas” capazes de ultrapassar os limites universitários e dialogar eficazmente com outras organizações de cultura diferente;

- iii) favorecer a mudança cultural, para que as universidades possam falar e colaborar com os parceiros com tradições e com convicções diferentes à medida que surgem novas *learning organizations* e que elas enriqueçam as suas diversas zonas ou *learning regions* que se interpenetram.

A difusão de novos saberes para a região, inovadores em termos de tecnologia ou de organização, é um dos impactes gerados pelas instituições de ensino superior e pode acontecer :

- i) por via dos estudantes, através da realização de estágios ou colaboração com projectos de investigação;
- ii) da inserção de diplomados no mercado de trabalho local;
- iii) dos investigadores, através da realização de projectos de investigação pura ou aplicada e da publicação dos respectivos resultados;
- iv) de missões de consultores, através de acções que fomentem a inovação e a melhoria no domínio das tecnologias ou da gestão das organizações.

Por outro lado, as IES enquanto integrantes de uma rede de actividades de conhecimento, funcionam, elas próprias, como forma de atrair investimento externo para a região, na medida em que podem contribuir para a mudança qualitativa da envolvente: por um lado, porque conferem a existência de um elevado nível de competências na valorização do capital humano e dos serviços tecnológicos e, por outro lado, porque influenciam a criação de um clima agradável em termos culturais, educacionais e ambientais.

Muitos decisores reconhecem que a presença e a reputação de uma IES constituem um factor-chave para a imagem de uma cidade, ao nível da atractividade (DATAR, 1998). O potencial de formação e de investigação participa na construção da identidade da sociedade urbana e contribui para o estabelecimento de um ambiente propício ao reforço das empresas. A presença de uma rede de conhecimentos é cada vez mais percebida como um factor primário de localização, que pode influenciar a estabelecimento dos empresários, os quais levarão em linha de conta o facto de virem a beneficiar da fiabilidade e da actualidade da nova informação, na medida que as ligações, em termos de conhecimento e

de informação, vão no sentido da promoção do acesso a redes mais vastas, nacionais e internacionais.

No contexto da aceitação do conceito de *learning region* estas instituições contribuem decisivamente para o fundamento social e cultural de um governo democrático e, em última análise, para o sucesso económico (Goddard, 1998), na medida em que as regiões ricas em redes de tipo cultural e cívico encorajam a confiança e a cooperação sociais na medida em que diminuem os graus de incerteza e fornecem modelos de cooperação futura (refira-se, a título de exemplo, o envolvimento dos universitários no que respeita à eleição ou nomeação para órgãos de poder central ou local).

## 2.4 Universidades, agentes promotores de desenvolvimento regional

*“Regional engagement as a means of creating universities which are more responsive to the needs of economy and society”.*

Goddard, 2000

Tradicionalmente, a política regional procurou diminuir as disparidades entre as regiões afectando recursos adicionais às regiões mais desfavorecidas, caracterizadas por elevados níveis de desemprego e de emigração e baixos níveis de rendimento. Esta postura, no entanto, tem vindo a sofrer alterações uma vez que as recentes iniciativas para diminuir as disparidades são centradas no aumento da dotação das regiões com meios para melhorar os incentivos às empresas através, por exemplo, do crescimento do volume de trabalho qualificado, melhorando a transferência de tecnologia ou promovendo as infra-estruturas de suporte à criação de novas empresas e ao crescimento económico. A política estrutural da União Europeia visa reduzir as disparidades entre as diversas regiões da União Europeia através do investimento em infra-estruturas e em capital humano, sendo bastante significativa a forma como as instituições encaram o papel da educação e da formação na prossecução dos objectivos de coesão económica e social.

A educação convencional não basta para uma aprendizagem flexível ao longo da vida, exigida pela economia pós-industrial (Keane e Allison, 2000) na medida em que a aprendizagem é académica mas também educacional e experimental. O que é adequado,

em termos de formação, depende daquela que for a estratégia de desenvolvimento regional, ou seja, depende, basicamente, da opção por uma estratégia endógena, assente nas empresas locais, ou exógena, procurando atrair investimentos externos, ou ainda um mix das duas. No entanto, o papel inevitável das IES na formação da mão de obra, como componente do desenvolvimento da região, implica que estas tenham, atempadamente, informações acerca das necessidades futuras do mercado de trabalho, dado o lapso de tempo que medeia entre o início da formação e a inserção dos profissionais no mercado de trabalho.

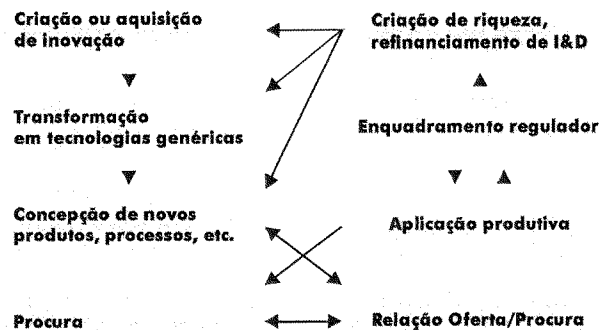
A Universidade surge, no cenário regional, como um actor qualificado com capacidade para promover o desenvolvimento de competências ao nível do conhecimento e da aprendizagem (Couto, 1998: 2,3). A obtenção de elevados níveis de excelência, na formação, é um dos pontos críticos que diz respeito à criação, absorção e canais de endogeneização da informação científica e tecnológica.

A dimensão tecnológica e institucional do desenvolvimento regional é sintetizada (Braczyk e Heidenreich, 1998: 485) em três dimensões:

- i) as instituições do sistema de inovação regional não são apenas recursos para as empresas utilizarem (conhecimentos tecnológicos, trabalho qualificado, entre outros), mas constituem também uma importante orientação quer para as instituições públicas, quer para os actores regionais, na economia, na ciência e na política;
- ii) a capacidade de inovação regional aumenta, entre outras formas, através da criação de instituições; o desenvolvimento regional passa, assim, pela alteração dos efeitos de sinergia entre os aspectos tecnológicos e institucionais;
- iii) as inovações técnicas, em determinadas circunstâncias, necessitam de ser acompanhadas por inovações institucionais; estas – tal como as iniciativas para estabelecer e fomentar as redes regionais de inovação – podem ter, em alguns casos, pré-condições para futuras inovações técnicas. No contexto da globalização, os actores nacionais e regionais, na economia e na política, são confrontados com a mudança constantemente retomada dos princípios funcionais e operacionais dos sistemas de inovação regional e necessitam de desenvolver estratégias para reorganizar a ordem institucional e industrial.

A comunidade científica e tecnológica é um dos quatro actores de inovação (*the quadruple helix*) que, em conjunto com o Estado, as actividades económicas e a sociedade, de um modo geral, actuam no domínio da inovação (figura 2.4.1).

FIGURA 2.4.1: AS VÁRIAS ETAPAS DO CICLO DE INOVAÇÃO



Fonte: Contzen, 2000

A criação ou aquisição de inovação é realizada pela comunidade científica e tecnológica, com o apoio do Estado; entre as actividades científicas, a educação é essencial. A fase imediatamente seguinte (Transformação em tecnologias genéricas) inclui também a participação das empresas. A concepção de novos produtos e processos é o “ponto fulcral” do processo de inovação e envolve as empresas, o Estado e a comunidade científica. A combinação dos factores globalização, melhoria da qualidade de vida e rápida obsolescência provocam um aumento do papel da I&D na competitividade da economia, por via da pressão dos mercados para a obtenção de novos produtos, processos e serviços. A procura da sociedade em geral e do Estado revelam esta postura. O intercâmbio entre a oferta e a procura é fundamental na transferência para os consumidores finais da inovação integrada em produtos, processos e serviços, por parte dos agentes produtores.

Similar à abordagem proposta por Contzen é a reflexão desenvolvida por Pires, Rodrigues e Castro (1998). Nas regiões mais periféricas (Pires, Rodrigues, Castro, 1998: 3), o conceito de “triple helix”, metáfora ilustrativa das relações entre o ensino superior, o tecido produtivo e o governo, tem vindo a ser considerado como factor essencial para estimular e/ou reforçar estratégias de desenvolvimento. O principal argumento desenvolvido consiste na assunção

de que a dinâmica inovadora de uma economia regional depende da capacidade da região para sintetizar três pares de atributos:

- i) coerência e heterogeneidade do sistema produtivo regional;
- ii) competição e cooperação;
- iii) acesso a conhecimento tecno-económico tácito e codificado.

Tendo em conta os atributos anteriores, as universidades podem contribuir para melhorar e consolidar a capacidade regional de inovação, através de mecanismos no âmbito das funções de ensino e investigação. Por um lado, a coerência do sistema regional tornar-se-á mais robusta através de uma selecção cuidada de cursos e de *curricula* adaptados às necessidades tecnológicas regionais, através do apoio ao desenvolvimento de culturas técnicas locais (acumulação de conhecimento codificado). Por outro lado, por via dos processos de criação, aquisição, adaptação e difusão de novos conhecimentos desenvolvidos nas universidades, estas podem consolidar a capacidade relacional da região onde se inserem, desenvolvendo projectos que envolvam acções de cooperação entre empresas e que possam contribuir para diminuir o fosso entre a ciência, tecnologia e a sociedade, entre a ciência e tecnologia e a sociedade, entre a investigação fundamental e aplicada e entre a descoberta de novas tecnologias e o desenvolvimento de produtos e processos de produção viáveis (facilitando a acumulação de conhecimento tácito).

Num contexto em que o acesso ao conhecimento e a capacidade de aprendizagem constituem factores primordiais de competitividade, as universidades podem assumir um contributo significativo no seio de sistemas produtivos sujeitos a rápidos processos de mudança tecnológica e de ajustamento. A assunção desse potencial de desenvolvimento e o consequente reconhecimento de uma nova missão conduzem inevitavelmente a tensões no interior da academia. Estas não devem ser desligadas dos desafios que se colocam actualmente às IES: por um lado, depara-se-lhes o cenário da globalização e os consequentes imperativos de competitividade a essa escala; por outro, coloca-se-lhes a questão do envolvimento regional (Conceição e outros, 1998; Goddard, 1998; Rosa Pires, Rodrigues, Castro, 1998).

Desde há alguns anos que as IES se confrontam com uma economia crescentemente assente no imaterial e na criação e circulação do conhecimento, facto que constitui uma das características marcantes da actualidade e que apela ao desenvolvimento de actividades de educação e de I&D. O Estado e a sociedade exigem um contributo efectivo, por parte das IES,

para o desenvolvimento económico e social. As características das emergentes “economias baseadas no conhecimento” justificam que se considerem as IES como elemento essencial para o desenvolvimento económico e social, tanto na vertente educacional como na investigação, com base nos avanços conceptuais das novas teorias do conhecimento e das abordagens sistémicas e institucionalistas (Conceição e outros, 1998).

Em termos da afirmação destas instituições podem perspectivar-se duas posturas: uma, em que as IES criam fortes laços regionais, tanto no domínio do ensino, como da investigação e da prestação de serviços; outra, em que as IES procuram afirmar-se internacionalmente, particularmente em termos de investigação. Enquanto da primeira perspectiva decorrem fundamentos para uma investigação basicamente aplicada às necessidades regionais, na segunda encara-se a opção por uma investigação fundamental. Esta dicotomia revela as contradições intrínsecas entre o desenvolvimento local e o desenvolvimento universitário: por um lado, a ligação territorial, o particular, o aqui e agora; por outro, o universal, a dimensão nacional ou europeia, o tempo do investigador ou do historiador (DATAR, 1998).

No entanto, pensamos que não há motivos para que as actividades de investigação e ensino dirigidas às necessidades de uma região não possam também possibilitar, particularmente às universidades em que estas se realizam, a obtenção de reconhecimento nacional e internacional.

A postura nacional ou regional de uma IES pode ter vários determinantes, começando pelas de carácter histórico. Para as universidades com uma forte base de investigação fundamental, os objectivos regionais podem ser de somenos importância. Algumas instituições vêem-se a elas próprias como servindo a região através da atracção de estudantes de fora, sendo que, com aqueles estudantes, se pode aumentar e melhorar o nível do capital humano local. Também podem contribuir para atrair investimento externo e possivelmente relacioná-lo com actividades de ensino e de investigação. Em universidades cuja base é a investigação, poderão ainda assim existir departamentos ou actividades de investigação com fortes ligações regionais.

Aquelas a que se poderão chamar as “Universidades regionais” não deixam de ter ligações nacionais e internacionais, as quais podem facilitar, para as empresas locais e para os estudantes da região, os contactos com o resto do mundo. Basicamente, importa definir o que é o equilíbrio entre os programas de ensino, investigação e prestação de serviços que, por um lado, garantam um reconhecimento nacional e internacional das IES e, por outro, que lhes

permitam participar activamente no processo de desenvolvimento das regiões em que se inserem.

O sucesso da universidade como meio de desenvolvimento não depende apenas da sua acção. Os efeitos estão fortemente relacionados com a qualidade da liderança dos restantes actores, nomeadamente do governo e das empresas. Num enquadramento de fraco tecido empresarial, a universidade e o governo têm uma responsabilidade estratégica especial. Neste contexto, é fundamental o papel da procura pública na criação de condições de mercado capaz de promover, em fase de incerteza, a valorização económica com sucesso das oportunidades geradas pela dinâmica de investigação da universidade.

A eficiência deste processo depende de dois requisitos prévios. Por um lado, exige um elevado nível de articulação entre diferentes dimensões das políticas económicas, nomeadamente as políticas regionais, industriais, científicas e tecnológicas. Para além disso, a universidade deve perseguir o objectivo de produção de conhecimento e desenvolvê-lo com aplicação potencial na produção de novos bens e serviços. Isto implica a mudança do modelo organizacional e da estratégia de investigação da universidade, atendendo às alterações do mercado.

## **2.5 Alguns Impactes das Universidades no Meio**

Os impactes das instituições de ensino superior nas cidades e nas regiões são muito variados e têm reflexos no domínio económico, no emprego, na qualificação da população activa, na transferência de tecnologia e de inovação e na melhoria da qualidade de vida, entre outros (quadro 2.5.1.). Para analisar o papel das IES no desenvolvimento económico, de um modo geral, e no desenvolvimento das regiões, em particular, Felsenstein (1996) propõe três formas. A primeira correlaciona a concentração de actividades de alta tecnologia com as localizações de factores capazes de funcionarem como indutores de um *cluster* espacial. O segundo tipo de análise diz respeito à inserção das IES nos processos de crescimento económico, admitindo que estas instituições são unidades indutoras de crescimento, influenciando mercados de trabalho locais, taxa de criação de novas empresas, desenvolvimento dos serviços locais e efeito do capital humano para o investimento na economia local. O terceiro nível de análise diz respeito aos estudos de impacte, do ponto de vista estritamente económico, destacando-se a abordagem pelo lado da procura para análise do impacte das IES baseada no cálculo do mecanismo do multiplicador keynesiano. Os impactes analisados relacionados com os efeitos



de rendimento, produto e emprego decorrem, fundamentalmente, dos gastos das IES, dos seus funcionários e dos seus estudantes.

**Quadro 2.5.1: Principais efeitos dos impactes das instituições de ensino superior nas regiões**

ÁREAS DE IMPACTE	AUTORES	PRINCIPAIS EFEITOS	EFEITO (+ ou -)
Produto, rendimento	Beck, Elliott, Meisel e Wagner (1995)	Efeito multiplicador	+
	Elliott, Levin e Meisel (1988)		
	Felsenstein (1996)	Nível de vida da população residente	+
	Turner (1997); Goddard (1998) Woodward e Teel (2001)	Efeito multiplicador	+
Formação e emprego	Brown e Heaney (1997)		
	Turner (1997)	Qualificação da mão-de-obra	+
	Thomas (1995)		
	Beeson e Montgomery (1993) Goddard (1998) De Gaudemar (1996) Felsenstein (1996)	Salários e rendimento Capacidade das regiões absorverem os diplomados	+
Conhecimento	Baslé e Le Bouch (1999)	Transferência de conhecimento das universidades para as empresas	+
	DATAR (1998) Goddard (1998) Felsenstein (1996)		
		Atractividade regional	+
Ambiente sócio-cultural	Turner (1997) Goddard (1998) Felsenstein (1996) Merlin (1995)	Alterações ao nível da qualidade de vida e da oferta de bens, serviços e equipamentos	+/-
		Relacionamento entre os estudantes e os restantes residentes	-

Fonte: Elaboração própria.

Esta interpretação da inter-relação entre as IES e as regiões pode ser complementada com a análise proposta por Goddard (1998) e De Gaudemar (1996). Para o primeiro, a difusão do saber das IES para a região faz-se por via dos seus estudantes (através da realização de estágios ou projectos de investigação), diplomados e investigadores, bem como pela publicação e investigação, pelos contratos de investigação, missões de consultores que fomentam a inovação e a melhoria no domínio das tecnologias ou da gestão das organizações. O pensamento de De Gaudemar também vai neste sentido, na medida em que o autor defende que a qualidade do ensino superior pode ser aferida através da qualidade da sua ligação com o território e da sua capacidade de facilitar as dinâmicas regionais, nomeadamente atraindo de estudantes e investigadores e quadros diplomados.

Se nos pontos anteriores desta secção já abordámos as questões relativas ao impacte das instituições de ensino superior nos domínios da qualificação da população activa e na transferência de tecnologia e de inovação, a análise dos impactes económicos bem como na qualidade de vida da região envolvente será discutida agora.

Os impactes económicos podem ser definidos como a diferença entre a actividade económica existente na região com a presença da IES e o nível que esta variável assumiria se a instituição não existisse (Beck, Elliott, Meisel e Wagner, 1995: 246). Este impacte pode ser aferido pelas diferenças nos fluxos anuais da actividade económica ou contabilizando os efeitos das instituições no *stock* de capital humano e tecnológico da região, retirando o valor das diferenças nos fluxos da actividade económica futura. Os estudos de impacte são, fundamentalmente, análises comparativas.

Os impactes dos gastos (Newlands, 2001: 2) são estáticos, por natureza, e unidireccionais, com mudanças na escala ou no modelo dos impactes dos gastos da universidade nas empresas locais através de transacções no mercado formal. Em contraste, a importância dos efeitos de conhecimento – mas também a dificuldade em analisá-los – decorre da sua natureza dinâmica. Os efeitos no conhecimento muitas vezes envolvem relações interactivas entre as universidades e as empresas, em termos formais e informais, em parcerias de longo prazo.

O crescimento da importância local das IES decorre, em boa medida, do seu papel enquanto empregador e enquanto “cliente” de bens e serviços de empresas locais e regionais. O impacte por via da procura pode ser calculado em termos da criação directa ou indirecta de empregos e pelo conseqüente rendimento extra gerado pela IES, que é incorporado na economia. Diversos estudos sugerem que o efeito multiplicador, na economia, de uma IES pode ser maior que o da indústria devido à sua estrutura de mudança e à proporção de gastos efectuados pelos seus funcionários e pelos seus alunos.

Um dos aspectos mais importantes da presença de IES numa região é o que diz respeito ao emprego, com todas as suas conseqüências directas e indirectas. As IES são importantes empregadores de pessoal qualificado que muitas vezes não poderia ser recrutado na região, o qual tem um poder de compra considerável à escala local. Os estudantes, por seu turno, são muitas vezes oriundos de fora da região e exercem nesta um importante impacte sobre a economia local, por via dos consumos que fazem, o que representa, para esta, um aumento líquido na procura.

Os gastos da universidade podem permanecer bastantes estáveis (Newlands, 2001: 3). Os funcionários da universidade e as sucessivas gerações de estudantes podem gastar o seu dinheiro nas mesmas livrarias e bares, restaurantes ou agências de viagens. As universidades podem ser a fonte desta estacionaridade, recorrendo sistematicamente às mesmas unidades económicas. No entanto, as empresas locais podem estar em diálogo constante com a universidade, provocarem a alteração das suas necessidades, redireccionando a sua procura.

Os impactes económicos, no produto, no rendimento e no emprego, das regiões são medidos, fundamentalmente, através da aplicação do mecanismo do multiplicador keynesiano. Esta metodologia permite-nos avaliar, a partir dos gastos realizados pelos funcionários, docentes e não docentes, pelos estudantes e pela própria instituição, qual é a criação suplementar de riqueza, em termos de produto, rendimento e emprego, decorrente, directa e indirectamente, da actividade das instituições de ensino superior.

Dito de outro modo, esta metodologia diz-nos qual é o efeito multiplicador, na economia local, de cada unidade monetária gasta em torno das instituições de ensino superior. Da instalação de um estabelecimento de ensino superior decorrem, para além dos efeitos imediatos no emprego directo, efeitos ao nível da procura acrescida de bens e serviços que dão origem a novos postos de trabalho na região. Naturalmente que estes efeitos multiplicadores são tanto maiores quanto mais vasta e diversificada for a estrutura económica da região ou da cidade onde o estabelecimento de ensino está inserido e quanto mais inter-relacionada estiver com a economia local (porque menores serão as fugas que podem afectar o valor do multiplicador).

Por via do mecanismo do multiplicador, cada novo escudo introduzido na economia local gera novas actividades e produz novos empregos (Turner, 1997). Este mecanismo funciona para as IES da mesma forma que para uma indústria ou um outro estabelecimento comercial. Os funcionários que trabalham naquilo a que se chamam os *primary bussiness* gastam o seu rendimento em rendas, bens e serviços. Os que recebem este dinheiro, por seu turno, gastam-no eles próprios, gerando mais actividade económica. Assim, o dinheiro que entra na economia local continua a circular até que se integra por completo na economia ou é retirado por via dos impostos. Ou seja, cada escudo que é introduzido na economia local, posteriormente, produz mais que um escudo nesta mesma economia.

No entanto, podemos encontrar várias formas para avaliar o montante de dinheiro que entra na economia. Por exemplo, para distinguir o verdadeiro impacte provocado pelos

gastos dos estudantes é necessário, antes, saber quantos, de entre eles, é que não são residentes na localidade, pois só nesse caso poderemos falar de acréscimo na procura. Por outro lado, para o cálculo do impacte na procura deve-se determinar previamente qual é a área exacta que se vai considerar para a delimitação dos impactes. A sua natureza irá ser tanto maior quanto mais vasta for a área de análise. Para ultrapassar esta dificuldade, vários autores aconselham a que se façam múltiplos estudos de impacte, para mais de uma área.

Em termos de impactes económicos, os diversos autores são unânimes ao identificar o conjunto dos efeitos que as instituições de ensino superior provocam no meio em que se inserem, ainda que os classifiquem diferentemente (Quadro 2.5.2.).

**Quadro 2.5.2.: Diversas abordagens dos impactes económicos das instituições de ensino superior nas regiões**

AUTORES	TIPO DE ABORDAGENS
Woodward e Teel (2001)	Impactes directos
	Impactes indirectos
	Impactes induzidos
Felsenstein (1996); Hudson (1974)	Ligações a montante
	Ligações a jusante
Beck, Elliott, Meisel e Wagner (1995); Elliott, Levin e Meisel (1988)	Efeitos de curto prazo
	Efeitos de longo prazo
Booth e Jarrett (1976)	Modelos de negócios
	Modelos de governo
	Modelos individuais
	Modelos estruturais

Fonte: Elaboração própria.

Os impactes económicos das universidades podem ser organizados em três categorias segundo Woodward e Teel, (2001:4):

- i) efeitos directos - contribuição para o conjunto da actividade económica,
- ii) efeitos indirectos – contribuição para o emprego,
- iii) efeitos induzidos - contribuição para o rendimento das famílias.

Por seu turno, Felsenstein (1996) e Hudson (1974) distinguem os:

- i) efeitos a montante - resultantes dos gastos dos funcionários, dos estudantes e da própria universidade no rendimento e no emprego da área considerada, dos
- ii) efeitos a jusante - produto das actividades da universidade, nomeadamente produção e disseminação do conhecimento na economia local.

Felsenstein considera que existem três tipos de efeitos a montante com ligações às famílias, ao governo e às empresas locais (Newlands, 2001). Os impactes da universidade nas famílias locais são geralmente positivos e directos e induzem efeitos no rendimento e no emprego. Os efeitos na fiscalidade local, por seu turno, não são claros. Em resultado da presença da universidade, os impostos podem aumentar, alterando os rendimentos da autoridade local de forma relevante. Ao contrário, poderá acontecer que a universidade dê origem uma procura considerável relativamente ao fornecimento de serviços pelas autoridades locais. Os efeitos nos negócios também podem ser mistos. Tendencialmente, as empresas locais beneficiarão da oferta de bens e serviços à universidade. Contudo, a universidade pode funcionar numa escala em que faça concorrência às empresas locais no trabalho e nos mercados de propriedades, provocando alguns efeitos de deslocação.

As ligações a jusante, por seu turno, surgem na forma de alterações ao nível local de capital humano, de conhecimento e de atractividade da área, do ponto de vista das famílias e das empresas. As universidades aumentam o nível de capital humano na economia, mas apenas na medida em que os diplomados permanecerem na região depois de completarem a sua formação; elevam a base de conhecimentos na região através de parcerias universidade-empresa, incluindo consultoria e contratos de investigação; o reforço da atractividade da região verifica-se através da criação de externalidades positivas no domínio da qualidade de vida.

Os trabalhos de Beck, Elliott, Meisel e Wagner (1995) e de Elliott, Levin e Meisel (1988) distinguem os:

- i) efeitos de curto prazo - contribuição das instituições para os fluxos anuais da actividade económica, dos
- ii) efeitos de longo prazo - contribuição das instituições para o stock de capital humano.

Diversa é também a proposta de classificação de impactes apresentada por Booth e Jarrett (1976). Estes autores identificam:

- i) modelos de negócios - impactes directos e indirectos da universidade na actividade económica e no emprego;
- ii) modelos de governo - analisam as relações existentes entre as universidades e os governos, nomeadamente por via da geração de receitas fiscais suplementares, bem como do financiamento público às instituições;
- iii) modelos individuais – avaliam o número de postos de trabalho na região atribuídos à universidade e o valor do rendimento pessoal obtido no emprego relacionado, directa ou indirectamente, com a universidade;
- iv) modelos estruturais - alguns modelos de impacte interagem com outros modelos, que podem pertencer, ou não, ao sector do ensino superior.

Os estudos acerca do impacte económico das IES revelam-se importantes mas controversos (Beck, Elliott, Meisel e Wagner, 1995: 257-258), fundamentalmente porque não existe uma metodologia aceite por todos e a definição de impacte é associada a cada estimativa particular. A utilização do mecanismo do multiplicador de tipo keynesiano coloca alguns problemas:

- i) em primeiro lugar, o modelo vai funcionar numa situação em que a capacidade da economia local não está completamente utilizada, ou seja, num cenário de desemprego de recursos; o investimento induzido deverá vir a ter um efeito significativo. Num cenário de completa utilização de recursos, ou seja, de pleno emprego, os efeitos gerados por este tipo de mecanismo podem revelar-se perniciosos na medida em que, por via do estímulo sobre a procura, arriscam dar origem apenas a aumentos de preços e não de produção;
- ii) por outro lado, na medida em que existem desfasamentos temporais, é mais difícil avaliar a rapidez com que os efeitos de expansão vão ter lugar e durante quanto tempo é que afectam os vários níveis do modelo;
- iii) a estimação dos efeitos multiplicadores parte do princípio que a estrutura da economia se manterá constante e igual à do ano base considerado.

A dimensão do efeito multiplicador normalmente não é controlável pela IES, sendo fundamentalmente reflexo do contexto económico. A dimensão dos ganhos no rendimento local depende, em primeiro lugar, do montante que é “reinvestido” na economia local. Normalmente, nas regiões de pequena dimensão este efeito é menor; nas regiões maiores, com uma estrutura económico-produtiva mais diversificada, a percentagem dos gastos que são reaplicados na região é mais significativa.

Os efeitos líquidos dos gastos gerados pela procura das IES dependem da fonte de financiamento. Se o ensino superior for financiado por fontes exteriores à região e se os estudantes não forem residentes na área da instituição, então existem ganhos para a localidade. Por outro lado, se os gastos forem provenientes das famílias locais, então é necessário avaliar qual o custo de oportunidade do investimento nesta área por comparação com a rendibilidade de aplicações alternativas.

As IES trazem muitas contribuições para o seu ambiente, as quais, no entanto, são dificilmente quantificáveis (Turner, 1997; Goddard, 1998). As mudanças qualitativas que estas instituições podem trazer ao seu ambiente estão relacionadas com as mudanças de longo prazo do ambiente económico. E, neste domínio, muitas são as possibilidades de actuação. Vejamos alguns exemplos repetidamente referidos na bibliografia:

- i) muitas IES, tradicionalmente, envolvem os seus funcionários em actividades públicas que requerem conhecimentos particulares; muitos tornam-se mesmo importantes dirigentes ao nível da sociedade civil;
- ii) as IES podem melhorar o conjunto de economias de escala na utilização dos seus bens e equipamentos, por exemplo, colocando à disposição das comunidades em que se inserem as suas livrarias, os seus laboratórios, os seus espaços desportivos, etc., tal como estimulam outras actividades culturais e comerciais: restaurantes, livrarias, papelarias, escolas de línguas;
- iii) no longo prazo, por exemplo, a maior disponibilidade de diplomados pelas IES pode ter efeitos na economia local, nomeadamente por via da alteração dos níveis de gestão das empresas locais; ainda no longo prazo, podemos admitir que a presença de uma IES, ao tornar mais atractiva a região do

ponto de vista da localização residencial, vai ter influência nos preços das propriedades bem como no mercado de arrendamento, condicionar as decisões de instalação residencial por parte dos funcionários das IES;

- iv) a extensão e a qualidade, por exemplo, do entretenimento, e a inclusão das IES nas actividades da comunidade são atributos significativos para as regiões, em termos de qualidade de vida, nomeadamente para a sua capacidade de atrair população residente e investimento.

De uma forma mais lata as IES contribuem de forma variada para a alteração do ambiente sócio-cultural das cidades e das regiões onde se instalam, sendo muitas destas alterações apenas perceptíveis a longo prazo. São frequentes os exemplos em que membros das IES se tornam líderes de organizações da sociedade civil; muitas IES disponibilizam, para os habitantes das suas localidades, instalações desportivas, bibliotecas, museus, livrarias, escolas de línguas, espectáculos variados de cultura erudita ou popular, restaurantes, entre outros; estão também devidamente diagnosticados os impactes no turismo, na qualidade do ambiente construído e na recuperação urbana. Não se ignora que a presença das IES confere uma dimensão significativa, em termos de estatuto intelectual, social e de aceitação, legitimando outras actividades como sejam a realização de colóquios, congressos ou manifestações científicas e culturais.

Durante muitos anos as IES contribuíram para as artes, sendo estas agora entendidas como uma indústria cultural e de entretenimento, passando a ser vistas como um factor crítico para o desenvolvimento bem sucedido das sociedades pós-industriais. Às IES cabe uma importante contribuição para os programas de âmbito cultural, no domínio literário e artístico, nomeadamente através da "criação" de um público local significativo para as artes regionais, contribuindo para a vitalidade cultural, por via da existência de museus, teatros, galerias de arte etc..

No entanto, não podemos apontar apenas as relações positivas entre as IES e as cidades que as acolhem. Por vezes o relacionamento entre os estudantes e os restantes habitantes da cidade é difícil (Merlin, 1995). Os estudantes são acusados de serem barulhentos, de terem os seus próprios modos de vida, de fazerem aumentar as rendas no mercado de arrendamento de habitação ou ainda de deixarem deteriorar o parque imobiliário onde se instalam.



Quando as IES têm dimensões muito grandes são acusadas pelas restantes instituições de se constituírem como “um Estado dentro do Estado”. Se as IES necessitam de expandir as suas instalações, muitas vezes têm de negociar arduamente com os parceiros que são responsáveis pelo ordenamento do território nos diversos municípios. Por outro lado, em termos fiscais, nomeadamente nos E.U.A., as cidades sofrem um impacto negativo decorrente da presença das universidades devido ao facto de estas não pagarem impostos locais bem como por pagarem os serviços que os municípios lhes prestam a preços preferenciais. Mesmo as bibliotecas e os equipamentos desportivos das IES são, por vezes, apontados como pouco adequados para serem complementares às necessidades dos habitantes das cidades.

Na maior parte dos países que adoptaram o conceito da “universidade de massas”, esta opção foi acompanhada por uma deterioração das condições da vida universitária (Merlin, 1995):

- i) deterioração dos meios das universidades, restrições no que respeita a fazer crescer o número dos seus alunos mais rapidamente que o seu corpo docente e que os seus estabelecimentos;
- ii) deterioração da integração do estudante numa comunidade universitária que vive cada vez mais para reduzir a universidade a um local de transmissão do saber;
- iii) deterioração das relações da universidade com a sua envolvente, tanto no plano físico como no das relações com a comunidade.

Este mesmo autor não deixa de concluir que, contrariamente à ideia dos defensores da universidade de massas, estas evoluções apenas reforçam a existência de um sector elitista, sobretudo constituído pelos estabelecimentos mais antigos, com o seu prestígio solidamente adquirido, dispondo da maior parte dos recursos humanos e financeiros.

O ensino superior tem, pois, impactes significativos na educação, na actividade produtiva, no turismo, na qualidade do ambiente construído, na recuperação urbana e na retenção de negócios e população, ainda que não se possam descurar alguns efeitos nefastos ao nível da pressão imobiliária e da existência de hábitos sociais quotidianos diversos dos instalados entre as famílias, predominantemente idosas, que residem nos centros históricos das cidades.

## 2.6 Resultados de alguns estudos sobre impactes das Instituições de Ensino Superior realizados em Portugal e no estrangeiro

*A University cannot be everything to  
everyone at the same time.*

Hermans, 2001

### 2.6.1. Estudos realizados no estrangeiro

A realização de estudos de impacte com vista a avaliar a importância, em diversos domínios, das instituições de ensino superior, apesar de não serem habituais em Portugal, têm vindo a realizar-se há vários anos em diversos países da Europa [(Baslé (1999), Benson (1993), CVCP (1994), DATAR (1998), Goddard (1999), Huggins (1997), Labrianidis (1995), OCDE (1987, 1999), Turner (1997), entre outros] e debruçam-se sobre as implicações no rendimento, no produto e no emprego, na qualificação do emprego, na transmissão de conhecimentos científicos inovadores e na qualidade de vida.

“Quando uma nova universidade se estabelece numa região, tem um impacte que pode ser quantificado com precisão. Além das consequências de emprego imediato, existe uma procura acrescida de mercadorias e serviços e de despesas feitas por estudantes que dão origem a outros postos de trabalho na região” (OCDE, 1987:128). Um estudo alemão de 1977 calculava que por cada dez mil estudantes existiam três mil postos de trabalho universitários altamente qualificados, enquanto os postos de trabalho indirectos ascendiam a quatro mil e trezentos. Este multiplicador de 1,43 é maior que o do desenvolvimento industrial (OCDE, 1987).

Estudos efectuados, para o ano de 1995/96, revelaram que a parte do ensino superior na criação de emprego no Reino Unido (Goddard, 1999) representava 3% da população activa e que o produto bruto criado representava mais de 43 milhões de libras; por outro lado, este sector de actividade gastou cerca de 12,6 biliões de libras (2,1%) do PIB em bens e serviços produzidos no país e registou um excedente comercial com o exterior estimado em 1,3 biliões de libras. O valor dos multiplicadores calculados a partir da fórmula do multiplicador keynesiano, que mede o impacte económico directo dos estabelecimentos de ensino superior, situa-se, na maior parte dos estudos realizados, na ordem de 1,5 (obtiveram-se valores que oscilaram entre 1,027 e 3), ou seja, cada libra gasta pelos

intervenientes directos das IES vai gerar um efeito acrescido no rendimento de 1,5. Por outro lado, os estudos sobre o impacte no emprego (directo e indirecto) das IES, no Reino Unido, mostram que este oscila entre os 1600 e os 55600 postos de trabalho, o que depende, entre outros factores, da dimensão das áreas nas quais se aplica a análise de impacte. Por outro lado, os gastos dos funcionários docentes e não docentes das IES e dos estudantes são responsáveis por um emprego suplementar de 1% no emprego local.

No caso da Escócia e do País de Gales os multiplicadores associados ao ensino superior são, respectivamente, 1,79 e 1,56 (Hill, McNicoll e Roberts, 2000). Na Escócia o ensino superior representa uma importante actividade local, empregando 32000 trabalhadores, enquanto no País de Gales se empregam cerca de 13000 pessoas, o que representa cerca de 2% do emprego escocês e 1,3% do emprego entre os galeses. No ano de 1995/96, o sector de ensino superior, ou seja, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, os estudantes, os funcionários e os visitantes contribuíram directamente para a procura da economia em mais de 1200 milhões de libras, no caso da Escócia, e aproximadamente 500 milhões de libras, no País de Gales, constituídos em grande parte pelas remunerações pagas pelos estabelecimentos de ensino superior.

Em termos de impactes indirectos, no País de Gales os estabelecimentos de ensino superior, com todos os seus intervenientes, geram efeitos no montante de 468 milhões de libras; na Escócia, a estimativa dos impactes cifra-se em 1349 milhões de libras. Os efeitos indirectos gerados pelos estabelecimentos de ensino superior concentram-se nos sectores da administração, dos serviços prestados às empresas, comércio a retalho e por grosso, hotelaria, restauração e construção. O impacte indirecto das instituições de ensino superior no País de Gales corresponde a mais de 6500 empregos locais, e na Escócia a cerca de 27900 empregos. O impacte das despesas no País de Gales é mais débil em função da diferente dimensão e estrutura económica das suas regiões, mas os estabelecimentos de ensino superior comparam-se com vantagem a outros mercados finais, constituindo uma parte relativamente importante de despesas locais.

Estudos desenvolvidos em França pelo IREDU (Instituto de Investigação em Economia da Educação (DATAR, 1998) mostram que as instalações das universidades geram efeitos directos e indirectos ligados à construção, ao funcionamento dos estabelecimentos, à presença do pessoal e dos estudantes. Cada grupo de 1000 estudantes estava na origem, directa ou indirecta, de 130 novos postos de trabalho, enquanto 1000 estudantes novos das chamadas "Grandes Écoles" induzem 300 empregos suplementares. As despesas anuais dos estudantes, enquanto consumidores, estimam-se em cerca de 30.000 francos franceses.

Ainda para França (Baslé e Le Boulch, 1999), um estudo acerca do impacto das IES desenvolvido para a região metropolitana de Rennes mostra que no ano de 1994-95 existiam naquela região cerca de 9260 postos de trabalho que estavam directamente relacionados com o ensino superior e com a investigação pública, aos quais se devem acrescentar mais 1600 estudantes que recebem remunerações no âmbito da sua formação (estagiários, internos de medicina, etc.). A estes empregos directos devem associar-se cerca de 800 empregos indirectos (em média anual) por via das despesas de funcionamento e de investimento dos estabelecimentos (para além dos gastos dos centros de investigação) e, aproximadamente, 2000 empregos indirectos gerados nos sectores tecnológicos, beneficiando da proximidade com a investigação. Estes empregos, directos e indirectos, estão na origem de 5000 empregos induzidos nos serviços mercantis e não mercantis<sup>2</sup>, da região de Rennes. As despesas locais dos estudantes permitem, por seu turno, justificar, aproximadamente, 2000 postos de trabalho nos serviços mercantis. No total, são mais de 19000 empregos que são criados ou induzidos pelo ensino superior e pela investigação pública na zona de Rennes.

Mesmo que não se leve em linha de conta os estabelecimentos de investigação, para os quais não foram medidos com exactidão os efeitos indirectos, o impacto do ensino superior permanece em mais de 15500 empregos directos, indirectos e induzidos. Destes, cerca de 6000 são empregos indirectos e induzidos associados à presença dos estudantes (excluiu-se deste valor o emprego relacionado com a investigação). Ainda do ponto de vista da criação de postos de trabalho, e para o ano de 1994-95, obteve-se um rácio de um emprego directo, no sector do ensino superior (estabelecimentos de formação e serviços específicos para os estudantes), por cada nove estudantes. Levando em linha de conta os empregos indirectos e induzidos, obtemos um rácio global de um emprego para 3,7 estudantes.

Por outro lado, as despesas dos funcionários do sector do ensino superior e da investigação pública, em conjunto com as despesas de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior e com as despesas realizadas pelos estudantes, representam mais de 2,5 biliões de francos injectados anualmente na zona de Rennes. Os efeitos indirectos decorrentes da presença das IES e de investigação não beneficiam exclusivamente a economia local. Em termos financeiros, o impacto global está estimado em 4,2 biliões de francos de fluxos de despesas (salários pagos, despesas dos estudantes, despesas de funcionamento e de investimento dos estabelecimentos) mas, segundo uma análise em termos do impacto

---

<sup>2</sup> Produtores, respectivamente, de Bens Transaccionáveis e Bens Não Transaccionáveis.

financeiro dos funcionários das IES e dos estudantes, apenas cerca de 2,8 biliões de francos são efectivamente injectados na economia local (nem todas as despesas dos funcionários, dos estudantes e das IES, correntes e de capital, são feitas na região de Rennes; uma parte é feita noutras regiões).

Estudos de impacte de universidades desenvolvidos em três cidades gregas (Labrianidis, 1995) concluíram que a universidade é uma das maiores fontes de gastos e rendimentos na economia local, o que decorre dos gastos do Estado (na aquisição de propriedades, gastos correntes das universidades, salários, etc.) bem como dos gastos dos estudantes. Para além do impacte económico directo das universidades, nas cidades analisadas há ainda que identificar um conjunto de impactes indirectos: construção de um novo aeroporto, instalações de portos de mar para dar resposta ao aumento da procura e a existência de actividades várias, durante o Inverno, em determinados hotéis.

Este trabalho refere, no entanto, que o impacte económico nem sempre é tão grande quanto poderia ser – e estes factores são extrapoláveis para outros países - devido:

- ao limitado mercado da economia local: uma boa parte dos gastos, particularmente em bens duradouros, quer das universidades, quer dos seus funcionários, são feitos fora da área de residência (que é a da localização da universidade);
- à elevada mobilidade de académicos e estudantes, ao longo do ano;
- ao facto de a economia local, pela sua reduzida dimensão, não poder tirar partido dos conhecimentos e equipamentos existentes na sua vizinhança;
- ao facto de que uma boa parte das verbas gastas na área da universidade são serviços de empresas públicas (electricidade, telefone, transportes), os quais são processados centralmente, pelo que o rendimento gerado na região não permanece aí; no entanto, esta maior procura pode provocar aumentos no emprego, destas empresas na área da universidade;
- ao facto de que a universidade não tem um impacte importante em termos de finanças locais: por um lado não tem ganhos significativos, pelo que os impostos locais são insignificantes, e,

por outro lado, o efeito da existência da comunidade universitária que, por exemplo, faz com que mais crianças frequentem as escolas e os infantários locais, o que não é suportado pelas autoridades locais mas pelo Estado.

De um modo geral, podemos afirmar que em determinadas regiões de alguns países há comunidades quase completamente dependentes de uma IES para a sua sobrevivência económica, cidades cuja população se reduz para metade durante os períodos de férias em que os estudantes regressam a casa. Muitas vezes estas instituições são os maiores empregadores de mão-de-obra local, qualificada e indiferenciada. O dinheiro que os estudantes gastam anima consideravelmente o comércio local e gera a procura de uma maior variedade de serviços pessoais.

Para além deste conjunto de efeitos, em diversos países da Europa, nos E.U.A. ou no Japão foram diversas as formas encontradas para proceder à ligação entre as IES e as regiões onde as primeiras estão instaladas. Os exemplos que se vão enunciar são reveladores da importância atribuída por um número crescente de países a uma participação mais intensa do ensino superior no desenvolvimento regional. Esta interacção desenvolve-se quer ao nível do ensino, como da investigação e da prestação de serviços (OCDE, 1999).

Ao nível do ensino destacamos diversas formas de inter-relação entre a universidade o meio:

#### A. Envolvimento local no processo de aprendizagem

Neste domínio, o Instituto de Tecnologia de Tralee na Irlanda foi implantado com vista a estimular o desenvolvimento económico da região de Munster, pelo que os ensinamentos são orientados de acordo com a estratégia de desenvolvimento regional. Diversas universidades australianas oferecem diplomas com características especificamente regionais (a Universidade Deakin, instalada em meio rural privilegia a gestão de recursos e a agronomia; a Universidade de Hawkesbury ensina preferencialmente agricultura e turismo; a Universidade de Trobe dedica-se aos domínios da agricultura e ambiente; a Universidade da Austrália oferece diversos ensinamentos para dar resposta às necessidades da indústria automóvel). A Universidade de Kuopio na Finlândia especializou-se, desde a sua criação, nas áreas da saúde e da medicina. Estudos sobre a Universidade de Vigo (De la Rosa, Valle e Vidal, 1998:17) revelam que é preocupação desta instituição, no domínio da docência, a formação de diplomados competentes que posteriormente se integrem no mercado de

trabalho, promovendo o desenvolvimento regional. A oferta, em termos de ensino, deve estar em consonância com as necessidades reais da envolvente, de forma a que os diplomados se possam integrar directamente na economia da região.

A *Escuela Universitaria de Estudios Empresariales*, da Universidade de Vigo (Vidal, Ocejo e De la Rosa, 1999), tem vindo a desenvolver, desde 1995, uma componente curricular, denominada "*Practicum*", que visa aproximar a realidade empresarial dos alunos matriculados no último ano do curso (*Diplomatura*). Os alunos realizam aquilo a que se chama uma "prática de empresa". Esta actividade, com duração entre 2 e 4 meses, tem lugar em empresas da região e funciona com base em responsabilidades tripartidas: alunos, escola e empresas. Esta iniciativa é valorizada pelos intervenientes de forma bastante positiva. As empresas consideram que os aspectos mais relevantes desta experiência são o elevado conhecimento teórico dos alunos bem como a sua capacidade de adaptação aos requisitos exigidos para o desempenho das actividades.

Da Universidade de Massachusetts, no nordeste dos E.U.A., chegam-nos exemplos da interligação com o meio (Forrant, 2001). Na medida em que o desenvolvimento sustentado da economia depende fortemente da qualificação da força de trabalho, da qualidade dos produtos e da segurança no trabalho, os professores de diversas disciplinas trabalham conjuntamente, os estudantes são envolvidos em novas actividades na comunidade de investigadores, o aumento do corpo académico e o facto de um maior número de acções se dirigirem para a comunidade dão origem a relações mais robustas entre a comunidade e a universidade. O trabalho interdisciplinar revela-se fundamental na medida em que permite ter uma noção mais correcta, no contexto da economia regional, da forma como as empresas colaboram no domínio da produção de novos produtos, das organizações da sociedade civil e do trabalho de vizinhança implementado com vista a solucionar problemas de carácter social. As áreas da engenharia, com actividades no âmbito do ambiente, ciência e tecnologia, bem como de apoio ao desenvolvimento de produtos industriais, e a realização de projectos de apoio à comunidade, nomeadamente no domínio do ordenamento e desenvolvimento urbano, são algumas das áreas em que esta universidade colabora de forma mais próxima com o meio envolvente.

#### B. Aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento de formação profissional contínua

Na Holanda, a escola privada de gestão de Twente é uma empresa na qual estão associadas as Universidades de Twente, Groningen e Eindhoven, que recruta os seus

docentes nas empresas e nos estabelecimentos de ensino envolvidos. Na Austrália, a Universidade de Southern Cross criou centros de desenvolvimento profissional para analisar as necessidades de formação dos funcionários das empresas com quem estabelece as parcerias. Os resultados destas análises dão origem à produção de material pedagógico específico.

#### C. Melhoria do acesso ao ensino superior e aprendizagem flexível

A Universidade de Umea foi implantada nos anos 60 numa zona bastante despovoada da Suécia com o objectivo de facilitar o acesso dos habitantes ao ensino superior, de formar quadros para a função pública e de contribuir para o desenvolvimento da cultura da região. As universidades Aberta da Inglaterra e a australiana Southern Cross implementaram o ensino à distância, tendo como suporte meios televisivos, correio electrónico e INTERNET. A Universidade Aberta da Catalunha, em Espanha, elaborou um plano de desenvolvimento territorial que integra uma rede de centros de apoio aos estudantes dirigido a partir de Barcelona. Estes centros dão resposta às necessidades dos estudantes no que respeita ao acesso informático e de recursos multimédia ou de biblioteca tal como oferecem aos residentes nestas localidades a possibilidade de aceder ao ensino superior.

A Universidade de Turku na Finlândia desenvolveu um projecto com o objectivo de apoiar a indústria da pesca e de aquacultura, sendo algumas das acções de formação profissional levadas a efeito através da tecnologia do tele-trabalho. Neste país, a Universidade de Joensuu promove o desenvolvimento da região envolvente através das actividades de ensino e investigação (Holtta, 2000). No ensino, esta instituição pretende dotar os seus estudantes com oportunidades flexíveis, com vista a combinar a educação em diversos níveis (nomeadamente, implementando programas específicos de educação de adultos) e acompanhando a integração dos estudantes no mercado de trabalho, através do *Career Centre*. O centro de educação contínua funciona como um elo de ligação entre os adultos e a educação contínua disponibilizada para os habitantes da região.

#### D. Aumento da frequência do ensino

A Universidade da Florida nos Estados Unidos oferece planos de estudo específicos para os reformados na medida em que a população da região com mais de 60 anos quadruplicou. A universidade australiana de Trobe instalou unidades em zonas rurais com vista a facilitar o acesso ao ensino aos que antes estavam excluídos devido ao seu isolamento geográfico. A Universidade de Bristol na Inglaterra é a principal entidade que oferece educação para adultos e pós-secundária.



### E. Melhorar o sistema regional de aprendizagem

Na Florida, o sistema educativo caracteriza-se pela cooperação entre os centros universitários e as universidades públicas, no sentido de possibilitar aos estudantes dos centros universitários a obtenção de um diploma bem como para evitar redundâncias na oferta formativa. As universidades de Vaasa na Finlândia e de Umea na Suécia desenvolvem diversas acções conjuntas, particularmente por via da oferta de formação pós-graduada, e formação em gestão, em colaboração com uma grande empresa.

Ao nível da investigação encontramos também vários exemplos:

### F. Investigação de base regional

A Universidade australiana Southern Cross colabora com a indústria regional, em parceria com o grupo económico Main Camp, tendo criado conjuntamente um instituto de investigação. A Universidade de Newcastle, em Inglaterra, colabora no Centro Internacional da Vida, que visa estabelecer ligações entre a investigação e a indústria regional de bio-engenharia. Na Lituânia, país bastante dependente da indústria marítima, a Universidade de Klaipeda criou um Instituto marítimo e uma Faculdade técnica marítima, para garantir o ensino e a formação neste domínio. A Universidade de Lappeeranta, na Finlândia, criou um centro de investigação para apoiar as PME locais do sector metalúrgico. A *Technical University of Hamburg-Harburg (TUHH)*, na Alemanha, apresenta como objectivos o aumento do nível científico e tecnológico na região Norte do país, dando prioridade à investigação, estudos interdisciplinares e inovação (Dunst e Bendlin, 2000). Fundamental nesta abordagem é a inter-relação com as indústrias regionais e, mais recentemente, a obtenção de uma dimensão internacional. Nesta instituição os cientistas de diversas áreas trabalham em conjunto nos vários departamentos, sendo que os *curricula* são organizados por especialidades académicas, em função do estudo desenvolvido. Os engenheiros também estão por detrás destas temáticas. A sua criatividade, ideias e soluções, a partir dos fundamentos das inovações técnicas, beneficiarão a sociedade, em geral, e a indústria. Por estas razões, os estudantes da TUHH envolvem-se nos projectos de investigação e desenvolvimento nas fases iniciais da sua formação académica, preparando a sua inserção na vida activa.

Na Dinamarca, exemplos da ligação entre as IES e as empresas chegam, entre outras, da Universidade de Aalborg (Linde, 2000), que se define como uma "universidade inovadora", encarando este conceito como um pré-requisito para o sucesso no desenvolvimento e

melhoria da educação e da investigação, que é permanentemente ajustada em função dos novos desenvolvimentos científicos bem como das necessidades da comunidade regional. A relação com as empresas assenta no conceito de que estas são as entidades "receptoras" de conhecimento, sendo a universidade a "fornecedora". No estabelecimento desta inter-relação devem assegurar-se, no entanto, alguns pressupostos:

- a empresa deve ter as suas próprias actividades de I&D, com vista a adaptar e a absorver o conhecimento proveniente da Universidade. Dado que este nem sempre é directamente aplicável pelas empresas, pode necessitar de ser ajustado às circunstâncias particulares de cada unidade produtiva. A amplitude da colaboração entre estas entidades vai depender do número de quadros técnicos da empresa;
- os investigadores da Universidade (e, por extensão, também os estudantes) necessitam de desenvolver uma atitude de tipo "empresarial". Tradicionalmente, a carreira e o trabalho dos académicos é caracterizado pelo reconhecimento, no seio da comunidade académica, em todo o mundo, através da publicação dos resultados da investigação. No entanto, este sistema tem vindo a mudar e a importância da interacção com as empresas deve receber reconhecimento institucional. Por outro lado, se a Universidade é um fornecedor de conhecimento, é necessário ter em conta a sua estrutura organizacional e adaptá-la de forma a interagir mais facilmente com o meio.

O meio privilegiado de relacionamento entre a Universidade e as empresas passa pelo desenvolvimento de redes entre os investigadores universitários e as empresas. A partir das áreas centrais de investigação na Universidade, as empresas são convidadas a integrar a rede numa área científica específica e delimitada. É no seio das redes que se determina quais as actividades que se deverão desenvolver. A ideia básica é a de que deve ser um novo fórum para a procura de comunicação externa por parte dos serviços e dos técnicos da Universidade. O resultado destas redes é a transferência informal de conhecimento em ambos os sentidos. Este conhecimento pode dar origem a mudanças de produtos ou processos nas empresas ou em novas áreas de investigação ou a mudanças curriculares na Universidade. Os participantes na rede são, assim, os investigadores da Universidade e os quadros qualificados da empresa. Um requisito necessário é que as empresas devem estar

envolvidas, de alguma forma, em actividades de I&D. A gestão das redes faz-se através de um *Networking Centre*, sediado junto da Reitoria da Universidade.

#### G. Mecanismos de transferência de investigação para a região

A Universidade de Newcastle implementou duas formas de proceder à transferência de tecnologia para a região. Uma, a "Knowledge House", estabelece o contacto entre o conjunto das universidades da região e as PME que pretendam obter resultados da investigação universitária. A outra é o "Centro regional de inovação e *design*" (RCID) onde, em colaboração com as universidades de Northumbria e Sunderland oferecem equipamentos e serviços, no domínio do *design* industrial, às PME inovadoras da região.

Nos E.U.A., bem como em diversos países da Europa, tem vindo a emergir o paradigma de *entrepreneurial university* (explicado, nos seus fundamentos, em Davies (1987), citado em Sijde e Schutle, 2000:7), que defende um envolvimento mais directo na comercialização das actividades de investigação, bem como uma abordagem pro-activa do desenvolvimento económico regional (Huggins e Cooke, 1997). Esta filosofia consubstancia-se em mecanismos de aumento da transferência de tecnologia entre a universidade e o meio. Estes mecanismos incluem a introdução ou a expansão dos serviços das universidades relacionados com licenças e patentes (veja-se, a título de exemplo, as aplicações comerciais decorrentes da investigação universitária), o desenvolvimento de pequenas empresas (disponibilização de assistência técnica ou de apoio à gestão aos pequenos empresários ou aos pequenos negócios), investigação e centros tecnológicos (operando ou participando em acções para o desenvolvimento de novas tecnologias) e criando escritórios de investimento (usando os recursos financeiros da universidade no início dos negócios). Por outro lado, diversos Estados desenvolvem iniciativas, em conjunto com as universidades locais e *colleges* comunitários, visando partilhar equipamento dispendioso, especialistas universitários, bancos de dados, *know how* específico em áreas privilegiadas do ponto de vista do apoio ao esforço de criação de novos postos de trabalho (OCDE, 1987; OCDE, 1999).

Na Escócia, a Universidade de Strathclyde fundamenta a sua ligação à sociedade através da transferência de tecnologia para as PME (Thomson, 2000) e desenvolvendo os seus projectos em estreita colaboração com estas empresas, nomeadamente promovendo junto das empresas a comercialização dos resultados da investigação. O desenvolvimento desta inter-relação foi implementado com o apoio financeiro do fundo financeiro europeu FEDER e procurou, por um lado, aproximar a investigação desenvolvida na Universidade às necessidades das PME e, por outro, estimular as empresas a colaborarem com as IES.

Em Barcelona, na *Universitat Autònoma* (Serrano, 2000), a ligação com as empresas faz-se através da transferência de tecnologia, parques de ciência e de *spin-offs*. A transferência de tecnologia está organizada em torno da criação, em 1986, de uma "Oficina de Transferência de Resultados de Investigação". A sua actividade centra-se em duas áreas fundamentais: promovendo a tecnologia e o conhecimento fornecido pela Universidade e administrando os contratos que resultam desta actividade. Em 1987, esta Universidade e o governo regional, em conjunto com instituições financeiras, outras IES, associações profissionais e organizações de investigação e tecnologia, criaram o *Parc Tecnològic del Vallès*, com o objectivo de promover as empresas já estabelecidas na expansão das suas actividades bem como de apoiar o desenvolvimento das mais jovens e a criação de novas iniciativas na área das novas tecnologias. É no seio deste parque tecnológico que a universidade tem vindo a desenvolver um esquema informal de *spin-offs*, com o objectivo de encorajar estas estruturas.

Em França, com a implementação da legislação que adoptou a organização regional do país, em 1982, incentivaram-se as universidades a interessarem-se pelo desenvolvimento local, fomentando o estabelecimento de centros de transferência, sob a forma de "incubadoras" ou "centros de investigação e estudos", com o objectivo de dar apoio às autoridades locais e às empresas; o expoente máximo desta política revela-se na figura de "tecnopolo", ou seja, parque tecnológico.

Neste país, a *Université de Technologie de Compiègne* (UTC), situada na província da *Picardie*, tem vindo a desenvolver, de formas diversas, a ligação às empresas (Orlinski, 2000). Em 1997, em conjunto com diferentes entidades financeiras, nacionais e regionais, criou a empresa *SECANT, S.A.* (*Société d'Encouragement à la création d'Activités Nouvelles en Technologie*) com o objectivo de financiar a participação no capital de novas empresas desenvolvidas em conjunto pela Universidade. Esta empresa de financiamento é apenas uma das entidades criadas pela UTC para apoiar o seu plano de desenvolvimento. As outras são:

- *GRADIENT*, uma associação de investigadores e professores da UTC que faz contratos de investigação com as empresas;
- *DIVERGENT, S.A.*, subsidiária da organização anterior para as actividades comerciais;

- *UTC University-Business Transfer Centre*, com funções de incubadora de pequenas empresas;
- Uma *residência internacional* com vista a alojar, temporariamente, investigadores e visitantes estrangeiros.

A estratégia da UTC, do ponto de vista do envolvimento com a região, teve como objectivo o reforço das possibilidades de trabalhar em conjunto com os empresários a diferentes níveis:

- preparando engenheiros, estudantes de doutoramento e investigadores para a criação de empresas inovadoras, especialmente através do aumento do valor dos resultados da investigação, bem como tornar-se um parceiro eficiente nos projectos inovadores;
- avaliando os projectos e criando empresas, através do financiamento por capital de risco;
- favorecendo o desenvolvimento de empresas, através das actividades do Centro de Transferência Universidade-Empresa.

A UTC contribui ainda para a melhoria do ambiente em que se insere, adaptando as novas tecnologias aos novos projectos de formação (entre os quais se destaca a formação de engenheiros em projectos inovadores de gestão e o desenvolvimento de engenharia de indústrias culturais) e criando o departamento de Engenharia de Sistemas Urbanos.

Na Holanda, as universidades criaram "Pontos de Transferência" e participaram na criação de parques científicos (Schutte, 2000: 99-118). Os primeiros têm como funções:

- i) estabelecer uma ligação entre as universidades e os empresários, locais ou não locais;
- ii) conceder novas oportunidades a alunos que pretendam criar as suas próprias empresas;
- iii) criar ou obter contratos de investigação;
- iv) obter informações acerca das necessidades das empresas;

- v) criar um espaço central para os empresários discutirem ou formularem os seus problemas.

De um modo geral, foi acordado que este esforço deveria dirigir-se para as PME, ainda que não exclusivamente, uma vez que as empresas de maiores dimensões eram consideradas suficientemente ricas ou inovadoras para resolverem os seus problemas. Posteriormente concluiu-se que a noção de parques científicos representava a solução para as necessidades das grandes empresas de expansão autónoma.

Esta tendência não resulta do facto de universidades serem criadas como elementos de um plano de desenvolvimento regional, mas reflectem uma nova perspectiva quanto à necessidade de investigação e ensino inter-disciplinar. Diversas universidades assumem uma participação activa no desenvolvimento regional através de contactos directos entre o pessoal docente e os governos local e regional e, para tratar dos problemas de transferência de tecnologia, criaram pontos de transferência com vista à coordenação das actividades.

Neste país, na Universidade de Twente (Schutte, 2000), as actividades de transferência de tecnologia e conhecimento são fundamentais e uma das actividades desenvolvidas para implementar esta actividade foi a criação de uma loja de Informação e Ciência (SIS), que procura a disseminação do conhecimento para grupos, organizações e indivíduos sem objectivos comerciais. Os mecanismos de transferência de tecnologia não se ficam por aqui. Outra das actividades desenvolvidas é a criação de um *Temporary Entrepreneurial Posts (TOP)*, que consiste na atribuição pela universidade, anualmente, de 20 lugares para empreendedores potenciais que desejem começar uma empresa usando a universidade como base. Esta actuação parte do pressuposto de que uma das formas de realizar transferência de tecnologia para a comunidade é transformar o inventor num empresário. Paralelamente, foi desenvolvido um projecto denominado TOS – *Temporary Support of Spin-offs* – que visa criar novas empresas de alta tecnologia com elevadas taxas de crescimento. Estas actividades são complementares da contribuição para o funcionamento de parques de ciência em torno da Universidade.

Na Suécia, as decisões políticas adoptadas têm sido desenvolvidas no sentido de uma acção mais estreita entre o ensino e a política regional e de criar instrumentos de política regional que permitam obter uma maior divulgação dos conhecimentos e da tecnologia, melhorar as competências técnicas e de outra natureza nas empresas existentes e encorajar as iniciativas empresariais.

Neste país, desde o final dos anos 70 que quase todos os distritos têm as suas universidades ou *colleges*, os quais são sistematicamente utilizados como meio de desenvolvimento das regiões onde se situam (as empresas e outros organismos públicos recorrem a estes estabelecimentos – nomeadamente aos *colleges* – para obterem informações de que necessitam, consultoria e instruções em matéria de I&D. Estes organismos, por seu turno, - que constituem como que elos entre as necessidades das regiões e os sistemas educativo e de I&D gerais -, numa segunda fase colocaram os seus docentes como consultores junto das empresas e de outras instituições ou tornaram-nos participantes directos em programas relacionados com actividades de implementação e teste de projectos de desenvolvimento geral.

As medidas de colaboração entre os *colleges* e as restantes entidades têm vindo a ser incentivadas, nomeadamente através da criação de programas subsidiados conjuntamente pelo sector industrial e pelo Estado, da criação de “cátedras” patrocinadas por empresas, implementando um sistema de transferência de investigadores para as empresas e a angariação de fundos necessários à criação de instituições de ligação. Neste país, nas zonas mais carenciadas (do Norte ou as regiões afectadas pelo desaparecimento da indústria), o governo criou programas de incentivos especiais para a fixação de quadros e de tecnologia e, dessa forma, fomentou a localização de actividades produtivas.

Exemplo disto é a *Chalmers University of Technology*, que desenvolve a sua ligação ao meio através de uma unidade de apoio às pequenas empresas (*Small Business Support*), de programas de desenvolvimento profissional, institutos de investigação industrial, parques de ciência e tecnologia e implementação de *spin-offs* (Riise, 2000). Com vista a dar resposta às necessidades das PME, a criação do *Small Business Support*, integrando o departamento de *Corporate Relations*, visa encorajar as empresas a adoptar tecnologia nova e relevante e ajudá-las a encontrar as pessoas ou os centros de investigação adequados. O programa de desenvolvimento profissional contínuo, importante fonte de receitas para a instituição, dirige-se a diversos destinatários:

- os que desenvolvem nova tecnologia internacionalmente competitiva;
- os dirigentes que deverão vir a renovar os quadros das empresas de base tecnológica;
- os responsáveis pela implementação de nova tecnologia;

- os cidadãos que aguardam a obtenção de um panorama de desenvolvimento tecnológico global a nível estratégico.

Esta Universidade colabora, desde os anos 60 do século passado, no funcionamento de diversos institutos de investigação industrial, financiados pelo governo, com vista a apoiar as PME na obtenção de serviços de consultoria. O parque de ciência, criado em 1987, tem departamentos de I&D que colaboram com grandes empresas multinacionais sediadas na zona Este da Suécia. A rendibilidade desta infra-estrutura decorre das actividades intensivas em I&D. O desenvolvimento de *spin-offs* tem lugar através do *Chalmers Innovation*, criado em 1998, disponibilizando escritórios bem como desenvolvendo redes com consultores e investidores na medida em que o conhecimento do mercado pode ser bastante mais eficaz, para as novas empresas.

#### H. Centros de investigação

A Universidade da Nova Inglaterra, na Austrália, oferece serviços à comunidade rural através dos seus centros de investigação, entre os quais o Centro de Investigação de empresas agrícolas, a Unidade de genética e de reprodução, o Centro de desenvolvimento rural e o Centro de investigação na política da água. A Universidade de Warwick, no Reino Unido, estabeleceu ligações privilegiadas com a indústria local de engenharia e do automóvel, tendo criado a Warwick Manufacturing Group que se tornou o mais importante centro europeu de I&D em engenharia. Em termos de investigação, na Universidade de Joensuu, na Finlândia, destaca-se a área de investigação na floresta. A criação, nos anos 80, de uma fundação privada associada à Universidade tornou-se num elemento central de flexibilidade para colaborar com o sector privado. A Fundação é um parceiro em empresas que trabalham ao nível da transferência de conhecimento entre a universidade e a sua envolvente (nomeadamente, através do parque de ciência).

A Universidade de Vigo, em Espanha (De la Rosa, Valle e Vidal, 1998:17), aposta também na investigação como forma de contribuir para o desenvolvimento do meio envolvente, através da colaboração com empresas e instituições locais para realizar trabalhos de investigação em conjunto, por solicitação das entidades externas ou aplicando a investigação desenvolvida por iniciativa própria, nos processos produtivos. Neste domínio, a Universidade de Vigo, através da sua *Oficina de I+D*, tem estabelecido diversos programas de colaboração com empresas nacionais e estrangeiras.



A Universidade de Lleida criou o *Centro de Transferencia Tecnológica*, em 1994, e a *Unidad de Promoción y Desarrollo*, em 1996, com vista a intensificar o seu relacionamento com o meio. A análise das características das empresas que estabeleceram acordos de cooperação com o Centro de Transferência de Tecnologia (Ruiz González, Sabaté Prats, Escardíbul Ferrá, Gomez Sancho, Costa Leja, 1998: 17,18) revela que quase metade dos estabelecimentos que procuram esta unidade da Universidade de Lleida pertencem à província de Lérida, o que revela a influência do factor proximidade. As unidades, de tipo PME's, dos sectores do comércio e das indústrias de produtos alimentares e bebidas são as que mais se relacionam com este Centro. As áreas científicas das Engenharias, Ciências Sociais e Jurídicas são as mais procuradas pelas empresas. Por seu turno, a *Unidad de Promoción y Desarrollo* (organismo de intervenção de âmbito local e regional, cujas funções são, entre outras, as de identificar as potencialidades de desenvolvimento e ocupação das localidades e a elaboração de projectos de desenvolvimento, fomentando a inserção laboral dos jovens) desenvolve a sua actuação em três áreas (Ruiz González, Martinez, Gorgues, 1998: 5): na selecção de informação sobre as potencialidades de desenvolvimento e de emprego, na organização da informação de forma a ser usada eficazmente pelos agentes de emprego e na planificação de novas estratégias para encontrar outras oportunidades de ocupação do território.

#### I. Licenças

Na Escócia, a Universidade de Strathclyde implementou um serviço de investigação e aconselhamento que se dedica à valorização das patentes e das licenças relacionadas com a actividade de investigação universitária, tendo sido uma das primeiras universidades a implementar os seus direitos de propriedade intelectual.

#### J. Parques científicos

A Universidade de Adelaide, na Austrália, criou o Centro Thebarton de investigação e desenvolvimento, um dos maiores parques científicos do país, detidos e geridos por universidades, contando com mais de trinta empresas, oito grupos de investigação e oito incubadoras de empresas. A Universidade de Lappeeranta criou o Centro Tecnológico Kareltek com o objectivo de diversificar a base económica regional, muito dependente da exploração de madeira, e melhorar a taxa de criação de PME. Este parque tem 70 empresas e emprega 450 pessoas. Também neste país, a Universidade de Kuopio criou um parque científico que acolhe o Centro de investigação de Neulanen, o Instituto regional de saúde pública, o Instituto finlandês de higiene no trabalho e o Serviço Geológico da Finlândia. Estes estabelecimentos agrupam mais de 1000 pessoas. A Universidade de Warwick, no Reino Unido, possui um parque científico que alberga 65 empresas e 1300 trabalhadores.

Na Alemanha, a Universidade de Dortmund (Krieger e Stratmann, 2000) assume-se como um agente de mudança estrutural na região e desenvolve as suas actividades de ligação com as empresas através da definição de programas de educação e áreas de investigação centrais, bem como através da transferência de tecnologia, com destaque para o papel que exercem aqui os parques tecnológicos.

Em termos da prestação de serviços destacamos três áreas de inter-relação entre a universidade e o meio:

#### K. Papel cívico e dirigente das IES

A Universidade nacional da Irlanda, localizada em Cork lançou, em 1992, um partenariado com a autoridade regional, as autoridades do condado, da cidade e com a câmara de comercio, tendo estado fortemente relacionada com o plano de acção quinquenal da autoridade regional. Na Universidade de Newcastle, o Centro de estudos em desenvolvimento urbano e regional dedica-se ao estudo da região, nomeadamente às questões de alteração económica estrutural, à análise do mercado de trabalho e à incidência das novas tecnologias de informação e comunicação. Em Espanha, diversas instituições de ensino superior catalãs participam no Fórum Barcelona 2004, que constitui para a sociedade da Catalunha um acontecimento internacional.

#### L. Serviços à colectividade

A Universidade de Wisconsin nos Estados Unidos desenvolveu o Centro Morgridge com o objectivo de apoiar e melhorar o ambiente de aprendizagem, criando parcerias que permitam relacionar o ensino com o serviço à comunidade e desenvolver o sentido de iniciativa e de responsabilidade nos estudantes, promovendo a sua participação em acções de interesse público. No Reino Unido, a comunidade estudante de voluntários, com mais de 15 mil participantes, é coordenada pela Student Community Action (SCA) e desenvolve acções de apoio à infância, aos deficientes, às famílias isoladas tal como participa em acções de salvaguarda do ambiente.

#### M. Recursos regionais

No Reino Unido, o Warwick Art Centre, da Universidade de Warwick, é o maior centro artístico do género no Reino Unido. Conta com 250 mil visitantes por ano e dispõe de uma sala de concertos, dois teatros, um cinema, uma galeria de arte, um centro musical e uma biblioteca musical. Também neste país, a Universidade de Coventry apoiou a abertura de

um bar, no centro da cidade, apoiando a estratégia da associação de estudantes para obter receitas suplementares com vista a abandonar as desadequadas instalações em que se encontrava. A Universidade de Nova Inglaterra tem instalado o Historical Resources Centre, principal centro de investigação histórica na região.

### **2.6.2. Estudos realizados em Portugal**

No que concerne à análise das relações existentes entre a universidade e o meio realizadas em Portugal, conhecem-se trabalhos desenvolvidos nas Universidades de Aveiro e da Beira Interior e na região do Vale do Ave, abordando questões como a formação e a adequação do ensino às necessidades do meio envolvente, a prestação de serviços ou o efeito no tecido sócio-cultural.

Na Universidade de Aveiro (Pires, Rodrigues e Castro, 1996:10), a vocação regional foi promovida desde a sua fundação através da criação de cursos de interesse local, tais como Engenharia Cerâmica e do Vidro, Engenharia Electrónica e Telecomunicações e Ciências do Ambiente. Esta estratégia favoreceu o aparecimento de um stock de conhecimento codificado que ajudou a implantar uma estrutura adequada para uma interacção significativa com a envolvente sócio-institucional e económica. Nesta instituição (Pires, Rodrigues e Castro, 1998:16,17), foram identificadas um conjunto de acções desenvolvidas no domínio da cooperação com o meio: por um lado, actividades de prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento de acções de cooperação, promovidas pela Reitoria da instituição; por outro, prestação directa de serviços a entidades externas com base na iniciativa dos membros do corpo docente e de investigação e actividades no âmbito da empresarialidade académica. Para apoiar estas actividades foram criadas:

- i) a UNAVE (Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro), em 1986, com o objectivo de dar apoio administrativo e financeiro às acções de cooperação com o sistema produtivo promovidas pelos departamentos ou, individualmente, por membros do corpo docente;
- ii) o IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento), em 1993, visando a prestação de serviços de consultoria a organizações públicas e privadas nas áreas do ambiente, recursos naturais e planeamento;

- iii) o programa de incubação de empresas, em 1996, procura promover a criação de empresas de base tecnológica através do incentivo ao auto-emprego de recém-licenciados bem como a capacidade empresarial dos académicos.

Em meados da década de 90 foi criado um cargo de Vice-Reitor com funções específicas no domínio das relações universidade-sociedade. Esta instituição assume, assim, que esta tarefa integra a sua missão, tendo um carácter multifacetado, envolvendo, nomeadamente, interacção cultural, formação contínua e ligação ao tecido produtivo.

O processo de inovação institucional e de aprendizagem na Universidade de Aveiro pode ser ilustrado também pela participação na fundação da Agência de Desenvolvimento Regional de Aveiro (Rodrigues, Pires e Castro, 2000: 27), na medida em que se trata de uma "iniciativa emblemática" no desenvolvimento da relação universidade-indústria. Esta Agência constitui, por um lado, uma melhoria institucional com vista ao esbatimento das barreiras e dificuldades que ainda afectam a relação entre a Universidade e indústria. Por outro lado, é o resultado da percepção de que as empresas aprendem de forma mais eficaz entre elas, o que sugere a necessidade de uma rede eficiente de aprendizagem interactiva entre empresas.

No caso da Universidade da Beira Interior (U.B.I.) defende-se que os verdadeiros efeitos da Universidade estão relacionados com todo o seu processo de funcionamento e com a forma como a instituição se insere no meio (Reigado, 1998:5). O papel da universidade no desenvolvimento regional depende fundamentalmente da política de ensino e de investigação, do modelo de gestão seguido, da capacidade de diálogo interno e externo e da capacidade que o modelo de gestão, as estratégias e a política da universidade tiverem para se assumirem como exemplos de democracia, de pedagogia e de ética relacional para as diversas instituições públicas e privadas (Reigado, 1998:9).

O modelo de Universidade adoptado deverá ter reflexos na política e gestão da Universidade, na dinâmica cultural desenvolvida no seio da instituição e transmitida para o exterior e no relacionamento com a comunidade, nomeadamente com empresas e/ou associações empresariais, autarquias, instituições públicas ou privadas de nível central ou regional, agentes económicos em geral (Reigado, 1998:7,8). Se o apoio ao desenvolvimento regional, nas vertentes científica e tecnológica, económica, social, cultural e humana e na gestão participada, for preocupação dominante da política da Universidade, então, o corolário lógico será que os seus objectivos de desenvolvimento devem ser convergentes com os do desenvolvimento da própria região, no que respeita ao leque de cursos

oferecidos, ao número de licenciados a colocar no mercado de trabalho, ao ambiente pedagógico e relacional, e ainda no que respeita à política de investigação.

Relativamente às questões da empregabilidade dos diplomados, um questionário aplicado à totalidade das empresas da indústria transformadora do distrito de Castelo Branco com 10 ou mais trabalhadores ao serviço (Alves, 1999) revela que em mais de 50% das empresas com diplomados ao serviço existem trabalhadores formados pela U.B.I.; os cursos de Engenharia Têxtil e Gestão são os que têm mais diplomados a trabalhar nas empresas inquiridas. Este inquérito revela ainda que se concentram em três cursos (Gestão, Engenharia da Produção e Gestão Industrial e Engenharia Têxtil) cerca de 80% das suas intenções de recrutamento.

Por outro lado, apenas 45% das empresas consideram que a formação ministrada na U.B.I. é adequada ao mercado de trabalho, ainda que os mesmos respondentes classifiquem como "muito significativo" ou "significativo" o impacto desta universidade na região. Ao nível das expectativas, as empresas esperam que a U.B.I. possa colaborar com elas nas áreas de formação de recursos humanos qualificados, da investigação e desenvolvimento, do acesso a novas tecnologias, do fornecimento de informação actualizada, da cooperação com outras empresas e das questões ambientais. As conclusões deste inquérito revelam que, para a maioria das empresas:

- i) a relação com a Universidade, actualmente, é muito superficial e limita-se à realização esporádica de conferências e colóquios, cujos temas nem sempre despertam o interesse dos empresários;
- ii) a formação está desajustada da realidade empresarial;
- iii) existem dificuldades ao nível da divulgação das iniciativas promovidas pela Universidade.

Um estudo de Avaliação do Impacto do Ensino Superior no Vale do Ave, realizado com os objectivos de (UNAVE, 1999:6):

- i) favorecer o acesso à informação sobre a situação, as dinâmicas e os impactos do ensino superior no Ave, no sentido de potenciar a participação dos actores locais nas iniciativas e projectos em curso;

- ii) promover a aproximação entre o tecido empresarial e institucional e a comunidade do Ensino Superior local, no sentido do reforço do desenvolvimento integrado dos centros urbanos do Ave;

analisou aspectos relacionados com a dinamização do tecido económico, animação sócio-cultural das cidades, habitação e transportes, ordenamento do território e internacionalização e imagem da região. O estudo incidiu sobre os concelhos de Guimarães, Fafe, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão. Entre os principais efeitos detectados, decorrentes da presença de instituições de ensino superior na região, podemos enunciar, os seguintes:

- i) o aumento e diversificação da oferta e da capacidade de formação superior; a existência de um número significativo de diplomados pelas instituições de ensino superior da região, nomeadamente, pela Universidade do Minho; o crescimento do número de licenciados e bacharéis inseridos em empresas da região; a dinâmica de produção de capacidades de investigação e de formação (mestrados, especializações, doutoramentos) que potenciam a consolidação, expansão e visibilidade exterior da oferta de ensino superior;
- ii) a comunidade do ensino superior procura as cidades de Guimarães e de Braga para práticas de expressão desportiva e de sociabilidade urbana; é reduzida a sua participação nas dinâmicas associativas e culturais locais;
- iii) com excepção da cidade de Guimarães, não se registaram efeitos significativos decorrentes da presença do ensino superior, quer no crescimento ou diversificação das tipologias de oferta de habitação, quer na valorização de infra-estruturas ou modalidades de transporte; a instalação dos estabelecimentos de ensino superior na região também não provocou efeitos assinaláveis ao nível do ordenamento do espaço físico, ou da valorização do património cultural local.

Na Europa, nos Estados Unidos ou na Austrália são muitas as instituições de ensino superior que, para além das funções clássicas atribuídas à universidade, já empreenderam relacionamentos privilegiados com o meio em que se inserem, tornando-se evidente que

neste domínio os limites à cooperação decorrem da imaginação e das necessidades dos intervenientes. Em Portugal, concluímos que se procede à problematização do fenómeno, sendo diminutos os exemplos conhecidos de implementação de mecanismos de inter-ligação com o meio envolvente.





# 3.

## ENQUADRAMENTO DO ESTUDO DE CASO



### 3.1. O Ensino Superior em Portugal

*“A Universidade é um sistema sensível que mexe com as elites passadas, presentes e futuras. Por isso, durante este século, irrompeu em convulsão com a periodicidade de uma geração”.*

Vitor Crespo

#### 3.1.1. Introdução

A Universidade é uma instituição europeia, criada na Europa medieval, sob a tutela da Igreja Católica Romana. No primeiro conceito de universidade (Crespo, 1993:17) a missão respeitava à elevação do nível intelectual da sociedade, sem ambições no domínio da inter-relação com a tecnologia. À época, a universidade vivia entre os poderes espiritual (representado pelo papado) e temporal (consubstanciado no Império Católico Romano), assumindo ela própria o poder do Conhecimento. O facto de todas as instituições universitárias usarem o latim como língua de trabalho, a grande uniformidade nos planos de estudo e a capacidade, concedida pelo Papa, para ensinar em qualquer instituição, criaram o primeiro espaço europeu de educação. Na Idade Média, as universidades, por meio da criação e da difusão do conhecimento, ajudaram a construir um conjunto de valores e conseguiram uma unificação cultural que se traduziu na unidade espiritual da Europa; durante os anos de ouro da Renascença, os académicos, viajando entre os grandes centros de cultura e do conhecimento, deram uma contribuição decisiva para moldar a identidade cultural multifacetada da Europa (Amaral, 1998).

Este modelo altera-se no início do século XIX, sob o impulso de Humboldt (Universidade de Berlim), para quem a Universidade deve assentar nas formações científicas e profissionais com ênfase no estudo da filosofia e das ciências, na investigação, nos cursos pós-licenciatura e na liberdade dos professores e estudantes (Crespo, 1993:17). Humboldt e Schleiermacher associam à ideia de universidade dois pensamentos fundamentais (Habermas, 1993:45-46) por um lado, preocupava-os o problema da possibilidade de institucionalização da ciência moderna, liberta das tutelas da religião e da Igreja, sem que a sua autonomia seja posta em perigo por outras instâncias – quer elas sejam as imposições da autoridade do Estado, que possibilita a existência exterior da ciência, quer se trate das pressões da sociedade burguesa, interessada nos resultados úteis do trabalho científico. Por outro, procuram explicar porque razão é do próprio interesse do Estado garantir à universidade a imagem exterior de uma liberdade ilimitada no seu interior.

Estes autores apontam como soluções, para o primeiro conjunto de interrogações, a existência de autonomia científica a par da organização estatal e, para o segundo conjunto de questões, avançam com a ideia de um "Estado de cultura", no qual o trabalho científico deveria entregar-se à dinâmica interna dos processos de investigação. Desta ideia de Universidade ressalta a autonomia da ciência que se concentraria em si, reflexivamente, sendo o processo científico entendido como um processo circular de ensino e investigação. Nesta fase, consolida-se a ligação da instituição universitária ao Estado. As grandes reformas do século XIX que marcam o advento da universidade moderna estavam associadas à ideia de universidade como agente de reconstrução nacional, aliada à revisão do recrutamento para os quadros do aparelho de Estado. Este, a partir de um modelo de "controlo pelo Estado" [relativamente à instituição universitária], apoiado no princípio da homogeneidade legal, assumia o papel de determinar o que era "conhecimento útil" a ser leccionado pelas instituições (Amaral, 1998).

De sentido contrário são as concepções para a ideia de universidade propostas por Oakeshott, as quais sugerem o abandono da "ideia" e a valorização da "actividade", sendo a universidade caracterizada como um caso particular da actividade humana - uma universidade não é uma máquina que sirva para realizar um objectivo determinado ou para produzir um dado resultado (Oakeshott, 1993: 22-23) -, onde se implementa, num espaço preciso e entre pessoas bem determinadas, um tipo específico de aprendizagem cooperativa, desenvolvida como uma conversa, sem constricções prévias quanto aos seus objectivos ou à sua utilidade e sem ansiedades quanto à sua conclusão (Carrilho, 1993: 16-17).

Ao longo do século XX (Crespo, 1993), enquanto aumenta o nível do conhecimento, com a intensificação das pesquisas científicas e tecnológicas, cresce também a frequência do ensino superior e torna-se claro que as universidades vocacionadas para o ensino teórico e académico eram insuficientes, sendo necessário complementar este nível de ensino através de instituições mais dirigidas para o mercado de trabalho. Surgiram assim, nos anos 60, no Reino Unido, as escolas politécnicas, que se foram implementando gradualmente em diversos países desenvolvidos (Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, entre outros). O ensino superior passava assim a ter uma organização binária.

O desenvolvimento da universidade, ao longo do tempo, tem tido lugar entre projectos e concepções diversas. Pela sua própria dinâmica, a instituição universitária questiona-se permanentemente e, neste momento, as principais interrogações colocam-se a três níveis

(Carrilho, 1993: 17-18): hegemonia (na medida em que é posto em causa o monopólio das universidades na produção de conhecimento científico avançado), legitimidade (dado que é questionado o papel das universidades no aumento da mobilidade social e, portanto, na democratização da sociedade) e ao nível institucional (uma vez que o modelo organizativo das universidades não parece ter condições para sobreviver às crescentes pressões da sociedade envolvente).

No entanto, parece consensual que à universidade compete produzir e disseminar, através das interações com o tecido social em que se insere, os novos conhecimentos e inovações, por via da circulação dos quais dependem cada vez mais as economias desenvolvidas - aquelas que, entre outras características, ocupam a maior parte dos seus activos nos serviços e nas actividades criadoras de riqueza e activos incorpóreos e intangíveis. A universidade deve cumprir as funções de "transmissão de cultura, ensino das profissões, investigação científica e educação dos novos homens de ciência" (Santos, 1995: 164) as quais são entendidas como essenciais para o desempenho e sustentabilidade das nossas sociedades (Caraça, 1998: 17). João Caraça sintetiza assim as três funções basilares da universidade: "À primeira [ensino] corresponde a função principal da universidade; a segunda [investigação] é uma função essencial para a individualização da universidade como instituição. A terceira [prestação de serviços] constitui a ligação da universidade à sociedade, que resulta do seu potencial científico e tecnológico e das solicitações específicas da sociedade" (Caraça, 1996: 1226).

A OCDE (Santos, 1995: 164), por seu turno, pormenorizou o entendimento que faz do papel da universidade e tipificou em dez as funções principais da universidade: "educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismos de selecção para empregos de alto nível, através da credenciação; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais; preparação para os papéis de liderança social". O papel da universidade (Ambrósio, 1998: 9) pode ser entendido ainda, de uma forma mais lata, enquanto contribuição, através do conhecimento científico, humano e reflexivo, para a compreensão do presente e para a redefinição de novos códigos mentais, culturais, epistemológicos, sabendo que vivemos em sociedades de risco e num clima de incerteza.

A discussão em torno da missão da Universidade coloca-se hoje como já se abordou no passado: por um lado, procura-se definir o contributo social e económico das suas

actividades e, por outro, considera-se que a existência desta instituição não necessita de objectivos específicos para justificar as suas actividades (Caraça, 1996: 1225). O que se preconiza, actualmente, como o papel que o ensino superior deve desempenhar está patente na *Declaração Mundial para o Ensino Superior para o século XXI: Visão e Acção*, adoptada pelos participantes na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, reunidos sob os auspícios da UNESCO, em Paris, em 1998. Esta declaração define como missões e funções do ensino superior, por um lado, **a missão de educar, formar e desenvolver a investigação**, contribuindo, particularmente, para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da sociedade como um todo, através, por exemplo,

- a) *da formação de quadros altamente qualificados e cidadãos responsáveis, habilitados com conhecimentos nas diversas áreas da actividade humana, oferecendo qualificações relevantes, incluindo formação profissional, associando conhecimentos e competências de nível elevado;*
- b) *da promoção de oportunidades para uma aprendizagem de nível superior e para a formação ao longo da vida, conferindo aos estudantes um conjunto diversificado de escolhas e a flexibilidade da existência de diversos pontos de entrada e saída do sistema, bem como a oportunidade para o desenvolvimento individual e para a mobilidade social, com vista a educar os cidadãos para uma participação activa na sociedade;*
- c) *do desenvolvimento, criação e disseminação do conhecimento, através da investigação, bem como fornecer, como componente do apoio à comunidade, conhecimentos relevantes para apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade, promovendo e desenvolvendo a investigação científica e tecnológica, bem como a investigação em ciências sociais, humanidades e artes.*

Por outro lado, defende-se um **papel ético, autónomo, responsável e uma função antecipatória**, na medida em que as instituições de ensino superior, os seus membros e estudantes devem, nomeadamente, preservar e desenvolver as suas funções cruciais, através do exercício intelectualmente rigoroso, ético e científico, nas suas diversas actividades.

A primeira das acções prioritárias ao nível nacional, definida nesta Declaração, defende que os *Estados, incluindo os seus governantes, parlamentos ou outros decisores, estabeleçam o enquadramento legislativo, político e financeiro para a reforma e desenvolvimentos futuros do ensino superior, de acordo com os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando que o ensino superior deve ser acessível a todos, com base no seu mérito. Nenhuma discriminação pode ser aceite, ninguém pode ser excluído do ensino superior, nos seus diversos tipos ou níveis de ensino, e natureza da instituição, com base na raça, género, língua, religião, idade ou por alguma outra distinção de carácter económico ou social, ou incapacidade física.*

Na Europa do século XXI, um dos desafios que se coloca aos responsáveis pelo ensino superior é a implementação da livre circulação de conhecimentos e de diplomas. Neste sentido, a **Convenção de Bolonha**, subscrita por 29 países europeus em 1999, visa a criação da *Área Europeia de Ensino Superior*, na perspectiva da satisfação de dois objectivos genéricos: o incremento da empregabilidade e da mobilidade dos cidadãos, por um lado, e, por outro, a melhoria da competitividade internacional dos diplomados europeus. A estes objectivos genéricos sucedem dois objectivos específicos: a adopção de um quadro comum de referência que permita a comparabilidade dos graus académicos dos diferentes países e, o segundo, a adopção de instrumentos comuns que contribuam para a referida empregabilidade<sup>3</sup>. Com uma dimensão diversa, é certo, na Europa das universidades procura-se, por assim dizer, o retorno à perfeita mobilidade da Idade Média.

### 3.1.2. A Universidade portuguesa

A Universidade portuguesa, também ela medieval, conheceu desenvolvimentos significativos nos séculos XV e XIV, época de ouro da economia portuguesa (a criação da Universidade de Évora data do século XVI; no entanto, a instituição viria a ser encerrada sob a vigência pombalina). Já no século XX, o cenário de instabilidade política que caracterizou a sociedade portuguesa durante a República não permitiu que frutificassem, na antiga Universidade de Coimbra e nas novas de Lisboa e Porto, criadas em 1911, as influências de Humboldt. No entanto, foram encetadas algumas tentativas no sentido de valorizar o ensino superior: com a criação destas duas novas universidades e com a aprovação do Estatuto da Instrução Universitária, em 1918, que procurava solucionar alguns dos problemas com que se deparava a universidade de então (por exemplo, procedendo à actualização dos

---

<sup>3</sup>Jornal da Universidade de Évora, documento *Referências*, nº 1, Maio 2001.

vencimentos dos professores universitários, clarificando o modelo de autonomia das escolas e das faculdades face às respectivas universidades).

Durante o Estado Novo, a preocupação do regime assentou no ensino primário (considerava-se então que bastava que a população soubesse ler, escrever e contar), enquanto o superior prosseguia sem vivacidade, espartilhado num conservadorismo que não lhe dava autonomia e oportunidade para se desenvolver (Crespo, 1993: 22). No entanto, é no final deste regime, quando já se vive a chamada “primavera marcelista”, que têm início as maiores alterações no ensino superior em Portugal. Durante os anos 60, o ensino superior em Portugal expandiu-se devido à pressão da procura resultante da expectativa de progresso económico e social dos candidatos no contexto de forte crescimento económico que exigia quadros qualificados. No entanto, este alargamento não corresponde a uma maior igualdade de oportunidades já que ocorriam fenómenos de diferenciação social no acesso à educação universitária. Em termos de investigação, para além do constrangimento decorrente da escassez de recursos financeiros, assistia-se à inexistência de potencial humano qualificado e de um enquadramento institucional e organizacional adequado (Caraça, 1996: 1205, 1210).

Nos primeiros anos da década de 70, o então Ministro da Educação, Veiga Simão, promove uma verdadeira reforma no ensino superior, caracterizada por (Rosa, 1993: 140):

- i) uma expansão institucional através da criação de novas Universidades e de uma rede de Institutos Politécnicos e de Escolas Normais Superiores;
- ii) uma diversificação das vias de ensino e das instituições, devidamente articuladas entre si;
- iii) uma regionalização, pela disseminação das instituições pelo país;
- iv) um grande incentivo à formação no exterior dos docentes universitários, aumentando substancialmente o número de bolsas de estudo concedidas e promovendo o reconhecimento das respectivas habilitações obtidas no estrangeiro;
- v) um aumento quantitativo da capacidade de oferta de ensino superior pelo desenvolvimento das novas instituições, bem como pela expansão das antigas.



Em 1973 foram criadas as Universidades Nova de Lisboa, Aveiro e Minho e o Instituto Universitário de Évora. Ainda durante os anos 70 foram criados mais quatro Institutos Universitários (que passaram posteriormente a Universidades) e uma Universidade de raiz (foram eles os Institutos Universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Açores e Madeira e a Universidade do Algarve). Algumas das medidas propostas foram questionadas, após a revolução de 1974, o que fez com que as alterações fundamentais tivessem sido implementadas apenas no decurso da segunda metade da década de 70 e no início dos anos 80.

No final dos anos 70 o principal problema do ensino superior em Portugal era a pressão da procura, exigindo uma maior diversificação e expansão do sistema. O sistema científico e tecnológico atravessou um período de indefinição na medida em que a evidência parecia demonstrar que não havia correlação directa entre os recursos afectos a actividades de I&D e os resultados da economia (Caraça, 1996: 1215). Os anos 80, por seu turno, testemunharam o surgimento de três novos elementos na articulação universidade-ciência-sociedade: a massificação do sistema, através da entrada de um grande número de estudantes, a constituição do ensino de pós-graduação e de estruturas de apoio à investigação que permitem separar esta das actividades quotidianas dos docentes (Cabral, 2002: 1212-1213).

No final dos anos 80, a pressão que a procura exerce sobre o sistema de ensino superior era muito elevada, o que resultava de dois factores fundamentais:

- i) forte aumento o número de alunos que concluíam o ensino secundário, em consequência da melhoria das condições económicas verificadas a partir da década de 60, bem como do sucessivo aumento da escolarização nos diversos níveis escolares antecedentes;
- ii) situação difícil no mercado de trabalho que levou os jovens a permanecerem no sistema de ensino durante um maior número de anos.

O sector público, apesar do seu crescimento, mostrava-se incapaz de dar resposta a esta situação, criando as condições para que a iniciativa privada promovesse uma oferta dimensionada para satisfazer as necessidades dos estudantes que desejavam frequentar o ensino superior.

Nos anos 90 a procura que se faz sentir no sistema de ensino superior é diversa, nas duas metades da década, reflectindo a dinâmica demográfica das décadas anteriores e a alteração às condições de acesso ao ensino superior. O número de alunos candidatos ao ensino superior, que tinha sido sempre crescente, começa a diminuir de forma constante a partir de 1996; a oferta de vagas no ensino superior público e privado torna-se excessiva relativamente ao número de candidatos; o ensino politécnico consolida-se um pouco por todo o país, com particular incidência nos distritos do interior e naqueles onde o ensino universitário não se instalou.

A estrutura binária do sistema de ensino superior encontra-se estabelecida na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986<sup>4</sup>. Neste documento estão definidos os seus principais elementos, nomeadamente a organização binária (com universidades e politécnicos, de natureza pública ou privada), a atribuição de graus e os princípios de acesso. Neste enunciado legislativo distinguem-se os fundamentos do ensino universitário daqueles que orientam o politécnico. O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. O politécnico procura proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Outro documento fundamental na organização do sistema de ensino superior português é a Lei de Autonomia Universitária, de 1988<sup>5</sup>. Nele se define a Missão (*“As universidades são centros de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência e da investigação, se integram na vida da sociedade”*) e os Fins da universidade (*“a formação humana, cultural, científica e técnica; a realização de investigação fundamental e aplicada; a prestação de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca; o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras; a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus”*).

---

<sup>4</sup> Este documento foi alterado em 1997; as alterações mais significativas prendem-se com a uniformização dos graus conferidos pelos dois subsistemas, podendo todas as instituições de ensino superior conferir os graus de bacharel e licenciado. Às Universidades continua a competir a atribuição dos graus de pós-graduação (mestre e doutor).

<sup>5</sup> Também está consagrada em diploma legal a autonomia dos Institutos Politécnicos Públicos (1990) e das instituições privadas (1994).

Este diploma consagra às instituições autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e disciplinar. Em termos financeiros, as Universidades dispõem do seu património, gerem livremente as verbas que anualmente lhe são atribuídas pelo Estado e têm capacidade de obter receitas próprias, que devem gerir anualmente através de orçamentos privativos. Em 1997 esta autonomia foi acrescida, alargando-se aos domínios da gestão de pessoal e do património. A gestão das Universidades é democrática, traduzindo-se este princípio na eleição dos respectivos órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor, a Assembleia e o Senado.

Em paralelo com os diplomas sobre autonomia foi criado um sistema nacional de avaliação da qualidade, instituído legalmente em 1994. O sistema de avaliação diz respeito a todas as instituições de ensino superior, incidindo sobre a qualidade do seu desempenho científico e pedagógico. Tem em conta a natureza e a tipologia do ensino, a preparação académica do corpo docente e as condições de funcionamento. O processo compreende duas vertentes: uma auto-avaliação e uma componente de avaliação externa. Os princípios que o norteiam são os da participação das instituições avaliadas, a autonomia e imparcialidade da entidade avaliadora, a audição de docentes e discentes bem como a publicidade dos relatórios de avaliação respeitantes a cada instituição<sup>6</sup>.

Em síntese, podemos concluir que em Portugal o modelo dominante até aos anos 70 foi o francês, que estabelecia a primazia do ensino. A partir dos anos 80, iniciou-se a afirmação da universidade de investigação, tendo esta tendência sido reforçada nos anos 90. Outra importante evolução na universidade portuguesa foi a progressiva abertura ao exterior, à medida que, a partir de meados da década de 80, se intensificaram as ligações à sociedade em geral, e ao sistema produtivo em particular. Como consequência deste alargamento da missão tradicional de ensino e investigação, resultou, do ponto de vista institucional, o aparecimento de novas instituições, ligadas e muitas vezes promovidas pelas universidades que institucionalizaram esta tendência (Caraça, 1996: 1215).

Durante o último quartel do século XX, o ensino superior em Portugal expandiu-se e albergou públicos mais vastos e heterogéneos; as mudanças sociais que transformaram o conhecimento num factor básico de desenvolvimento e competitividade confrontaram este sistema de ensino com a volatilidade do conhecimento e com a emergência de novas formas de o transmitir; a sociedade ficou mais atenta ao seu funcionamento e mais exigente

---

<sup>6</sup> Fonte: [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livroes/cap15\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livroes/cap15_pt.htm), pp: 1,2.

relativamente aos seus resultados. Assim, o ensino superior confronta-se com novas exigências e desafios<sup>7</sup>:

- i) a necessidade de fornecer uma formação básica e de qualidade a públicos muito vastos e heterogéneos, ao mesmo tempo que se exige formação superior especializada de alto nível e trabalho de investigação capaz;
- ii) a manutenção do ensino superior como centro de referência científica, técnica e cultural, em simultâneo com o apelo a uma crescente participação na vida económica e empresarial;
- iii) uma maior exigência de adequação do ensino superior às necessidades sociais e económicas imediatas, ao mesmo tempo que o seu desenvolvimento se encontra condicionado por fortes restrições financeiras.

A modernização do ensino superior português requer a coexistência de duas condições essenciais<sup>8</sup>: a organização de uma rede coerente e diversificada de instituições e uma maior abertura ao exterior. A missão fundamental do ensino superior é a “formação de pessoas”, sendo esta indissociável da missão de produzir conhecimento, ciência e cultura. Para o Presidente da República este sistema de ensino tem de ser capaz de dar resposta aos objectivos de:

- i) preparar para a vida profissional, para a inserção no mercado de trabalho, através de uma oferta diversificada de formações, ajudando a ultrapassar a própria debilidade da estrutura do emprego em Portugal, e
- ii) participar nos processos de desenvolvimento local e regional, através de ligações fortes aos movimentos sociais, económicos e culturais.

No início do terceiro milénio, o ensino superior português deverá equacionar o seu desenvolvimento em função de quatro vectores fundamentais<sup>9</sup>:

<sup>7</sup> Cf. [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap21\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap21_pt.htm).

<sup>8</sup> Discurso proferido por Jorge Sampaio, Presidente da República, na sessão de abertura do 1º Seminário Nacional sobre Avaliação Global do Ensino Superior, CNAVES, Abril, 2000.

<sup>9</sup> Cf. [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap20\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap20_pt.htm).

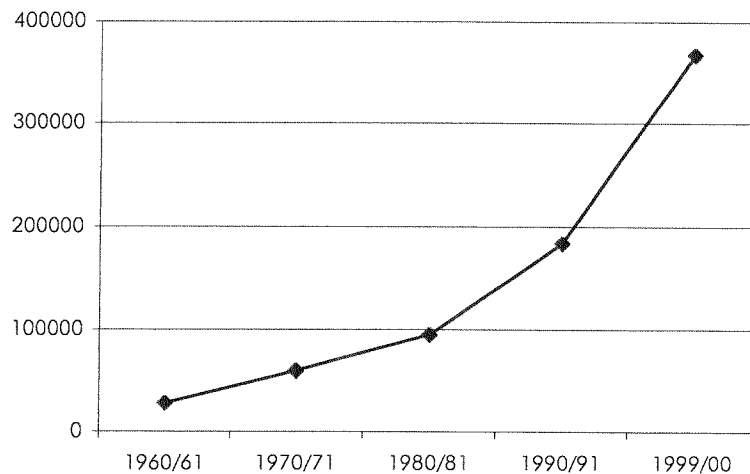
- i) **qualidade** (através da melhoria das infra-estruturas e equipamentos, aumento da qualificação do corpo docente, reforço dos mecanismos de apoio social aos estudantes, reorganização curricular);
- ii) **novos públicos** (através do estímulo a novos segmentos de procura, constituídos por aqueles que nunca frequentaram o ensino superior, a quem poderão ser ministradas formações não formais; por via da formação contínua, ao longo da vida, a partir de uma oferta diversificada de formações de actualização, requalificação ou formação cultural);
- iii) **internacionalização** (através da adopção de mecanismos que favoreçam a mobilidade de estudantes e diplomados, com a Europa, com os PALOP e com Timor);
- iv) **organização do sistema** (de forma a acomodar a sua consolidação, reagindo às alterações sócio-demográficas e económicas e reestruturando a própria orgânica que estabelece o seu funcionamento).

Vejamos então como é que evoluíram, nas últimas décadas, as principais variáveis de caracterização do ensino superior em Portugal: alunos, docentes, estabelecimentos e financiamento.

### 3.1.2.1 Alunos

No ensino superior, em Portugal, estavam matriculados, em 1999/2000 mais de 367 mil alunos (gráfico 3.1.2.1.1), o que corresponde a um valor 13 vezes maior que o de 1960/61, quando frequentavam o sistema apenas cerca de 28 mil alunos.

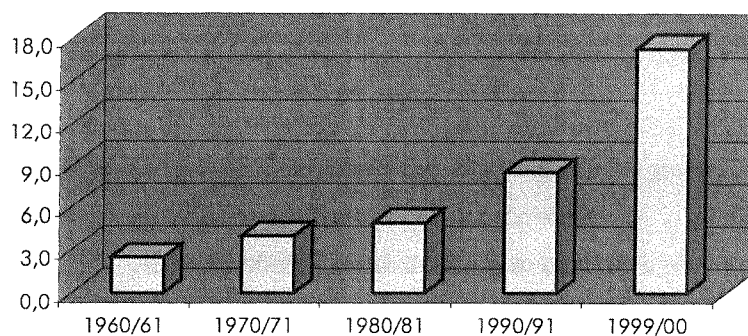
**Gráfico 3.1.2.1.1: Evolução do número de alunos matriculados no ensino superior em Portugal**



Fonte: (Barreto e Preto, 1996: 89-99); Estatísticas da Educação (vários anos)

Os alunos matriculados no ensino superior passaram a ter um peso bastante maior no conjunto dos estudantes portugueses (gráfico 3.1.2.1.2). Reportando-nos ao ano lectivo de 1999/2000, 17,3% dos alunos portugueses frequentavam o ensino superior. Este valor está bem distante do registado em 1960/61, quando apenas 2,5% dos estudantes portugueses frequentavam o ensino superior.

**Gráfico 3.1.2.1.2: Evolução do peso (%) dos alunos do ensino superior no total de alunos matriculados em Portugal**

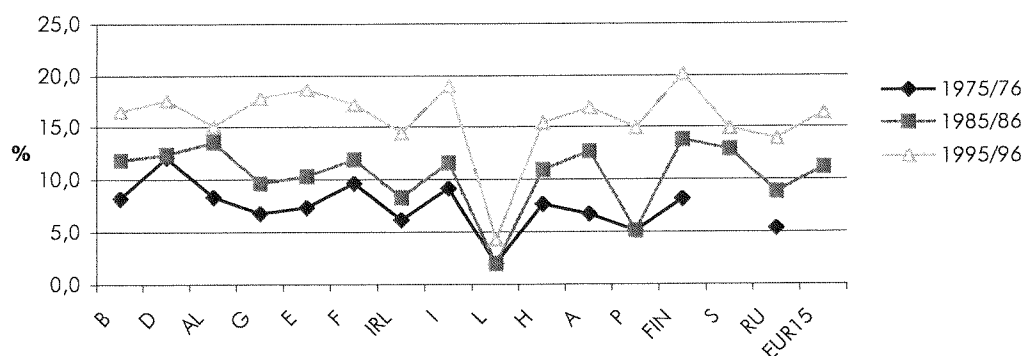


Fonte: (Barreto e Preto, 1996: 89-99); Estatísticas da Educação (vários anos)

Esta evolução, que permitiu melhorar a participação dos estudantes do ensino superior no conjunto total dos estudantes portugueses (gráfico 3.1.2.1.3), aproximou também Portugal

dos valores médios da União Europeia e de diversos países (Alemanha, Irlanda, Holanda, Suécia). Por outro lado, podemos constatar que Portugal registou, nesta variável, entre 1985/86 e 1995/96, uma melhoria de 10 pontos percentuais, o que traduz uma taxa de crescimento neste período consideravelmente superior à da generalidade dos países parceiros da União Europeia.

**Gráfico 3.1.2.1.3: Alunos matriculados no ensino superior, nos países da União Europeia (em % do número total de alunos)**



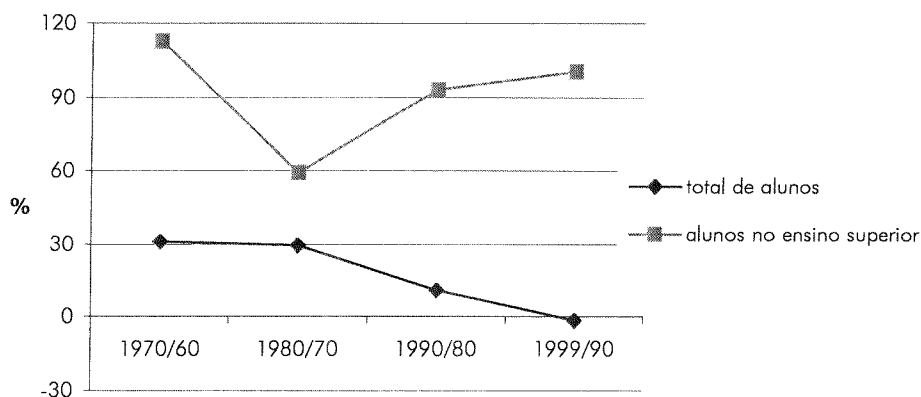
Fonte: (Barreto e Preto, 2000: 295-320).

A evolução do número de alunos inscritos em Portugal, globalmente, e no ensino superior, em particular, foi bem distinta durante o período em análise (gráfico 3.1.2.1.4). Reflectindo a dinâmica demográfica e o alargamento do sistema educativo à esmagadora maioria da população, o número de alunos inscritos, em todos os graus de ensino, entre os anos 60 e a década de 90 aumentou sempre, ainda que esta evolução tivesse acontecido a taxas decrescentes; nos anos 90, por seu turno, esta tendência agravou-se e verificou-se um decréscimo, em termos absolutos, do número de alunos inscritos.

No ensino superior, pelo contrário, desde os anos 60 que o número de estudantes tem vindo sempre a aumentar, ainda que com intensidades diversas: os anos 60 foram o período onde as taxas de crescimento registaram níveis mais intensos, reflectindo a base diminuta de que se partia; nos anos 70 este indicador diminuiu. O acesso às instituições públicas foi limitado administrativamente em 1976, ano em que o governo impôs um sistema de *numerus clausus* (inicialmente em Medicina e depois em todas as áreas). Esta medida tinha como objectivo evitar a perda de qualidade no ensino ministrado, e resultava da incapacidade em ultrapassar as limitações ao nível das instalações e do corpo docente. Assim, o número de vagas no sector universitário público crescia lentamente, estando

associado ao desenvolvimento das Universidades novas, criadas a partir de 1973, e dos Institutos Politécnicos.

Gráfico 3.1.2.1.4: **Evolução das taxas de crescimento dos alunos matriculados em Portugal**



Fonte: (Barreto e Preto, 1996: 89-99); Estatísticas da Educação (vários anos)

O ensino superior em Portugal tem, pois, vindo a conhecer um aumento significativo da sua importância, quer em termos absolutos (pelo aumento permanente do número de alunos), quer em termos relativos (por via do seu reforço no conjunto dos subsistemas de ensino), apresentando níveis de crescimento mais elevados que o total dos alunos matriculados nos diversos graus de ensino, o que reflecte as condições que têm vindo a ser criadas no domínio do âmbito legal do acesso ao ensino superior, pela reforma do sistema educativo e devido à crescente aspiração da população portuguesa a formações de nível superior. Actualmente, 51% dos alunos que completam o ensino secundário entram no ensino superior<sup>10</sup>.

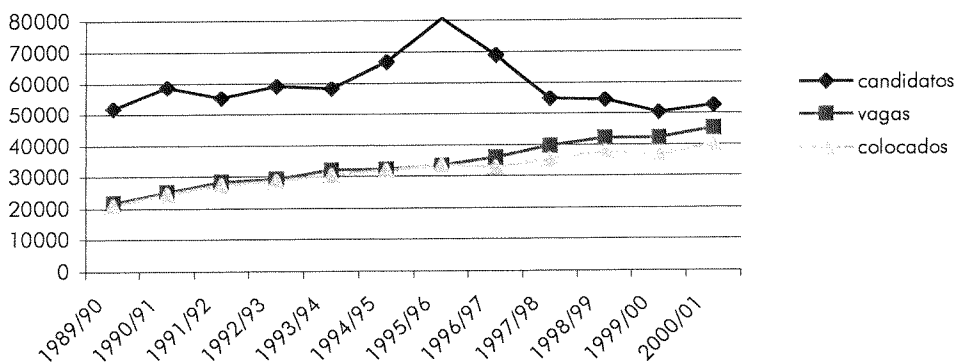
Em Portugal, ao longo dos anos 90, assistiu-se a um processo de convergência entre o número de candidatos ao ensino superior público e o número de vagas disponíveis (gráfico 3.1.2.1.5). Este movimento foi provocado pelo crescimento lento do número de candidatos (1,6% entre 1989/90 e 2000/01) e por um forte aumento do número de vagas disponíveis nos estabelecimentos de ensino público (107% no mesmo período). Enquanto no ano lectivo 1989/90 havia 2,37 candidatos para cada vaga, no ano lectivo 2000/01 esse rácio era 1,16. Nos últimos anos analisados verifica-se, inclusive, que o número de vagas é superior

<sup>10</sup> Fonte: Dados do documento *Orientações Estratégicas da FENPROF para o triénio 2001-2004 – Plano de Acção Aprovado*, VII Congresso Nacional de Professores, Lisboa, Março, 2001.



ao número de candidatos colocados (a variável *candidatos colocados* aumentou, no mesmo período, 90,7%). Este processo de convergência tenderá a criar sérias dificuldades a alguns estabelecimentos de ensino privado, reduzindo a sua importância, sobretudo aos que são entendidos pelos candidatos como “2ª escolha” relativamente ao ensino público.

Gráfico 3.1.2.1.5: **Evolução do número de alunos candidatos e colocados no ensino superior público em Portugal**



Fonte: Direcção-Geral do Ensino Superior.

No entanto, ao longo da década o comportamento da variável *Candidatos ao ensino superior público* não foi homogéneo. Até ao ano lectivo 1995/96 o número de candidatos foi sempre aumentando. Neste ano, em concreto, atingiu o seu maior valor como consequência de algumas medidas tomadas pelo Ministério da Educação, que permitiram condições de excepção na transição e matrícula dos alunos, como resultado da reforma do 11º ano e do 12º ano; a partir de então o número de candidatos começa a diminuir (em 1996 foi “re-introduzido” o exame nacional), estabilizando, no final da década, em torno dos 50 mil candidatos (Cerdeira, 1999: 105).

No ensino superior em Portugal não só aumentou o número de alunos como se assistiu à feminização do sistema: em 1960/61, no ensino superior, 29,1% dos alunos inscritos eram mulheres enquanto em 1997/98 essa parcela atinge os 56,2% (Barreto e Preto, 2000: pp. 108, 109). No entanto, o peso das alunas nas diversas áreas de estudo não é idêntico: em 1996 as áreas de Engenharia e Arquitectura (com 29% de alunas) e Matemática de Informática (com 44% de alunas) são os domínios onde predominam os alunos do sexo masculino; por outro lado, as áreas de Letras e Artes e Ciências Médicas (com, respectivamente 70% e 72% de alunas) são os domínios de estudo privilegiados pelas mulheres (Barreto e Preto, 2000: 310).

Quadro 3.1.2.1.1: **Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo os níveis de instrução dos pais**

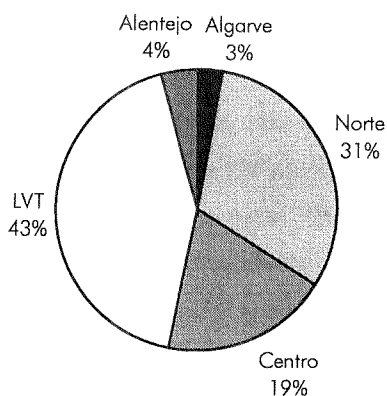
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO/ANOS	1963/64	1997
Sem instrução	2,7%	2,2%
Primária	32,5%	55,1%
Secundária ou média	36,1%	31,4%
Superior	27,5%	11,3%

Fonte: [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livroes](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livroes).

A par da expansão do sistema de ensino superior assistiu-se também à sua democratização (quadro 3.1.2.1.1), na medida em que o ensino superior é agora frequentado por públicos mais heterogéneos, se admitirmos que o indicador da habilitação social dos pais é uma *proxy* razoável para medir a origem social dos estudantes. No entanto, é notória a menor participação, neste nível de ensino, das classes sociais mais desfavorecidas.

São as universidades públicas localizadas em zonas mais periféricas, tal como os estabelecimentos de ensino politécnico, situadas longe dos grandes centros universitários e mais urbanizados, que mais contribuem para a democratização do ensino superior em Portugal, na medida em que estas instituições proporcionam uma formação a camadas da população com menores recursos escolares, provenientes de famílias que não tiveram possibilidade de aceder, na sua geração, ao ensino superior<sup>11</sup>.

Gráfico 3.1.2.1.6: **Alunos inscritos no ensino superior nas regiões portuguesas (1999/00)**

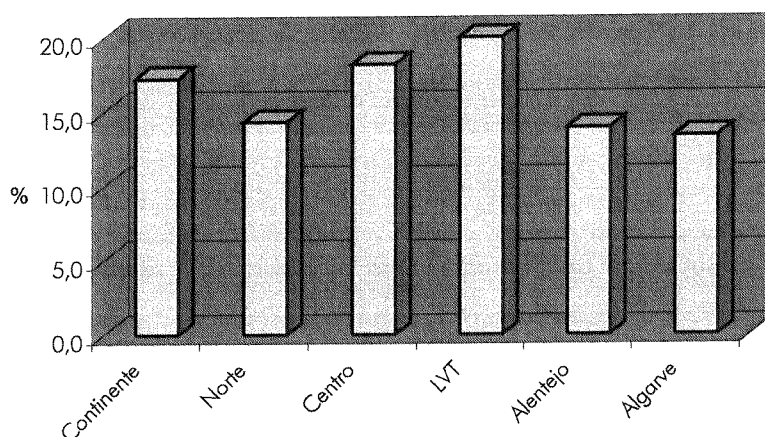


Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000.

<sup>11</sup> Cf. CEOS/CNASES (1997).

Os alunos inscritos no ensino superior em Portugal não se repartem de forma homogénea entre as diversas regiões portuguesas (gráfico 3.1.2.1.6). A região de Lisboa e Vale do Tejo, e depois a região Norte, são as áreas onde estão inscritos mais alunos no ensino superior, o que decorre da concentração quer demográfica, quer de estabelecimentos, existente nestas regiões.

Gráfico 3.1.2.1.7: **Importância dos alunos do ensino superior no total de alunos inscritos nas regiões (1999/00)**

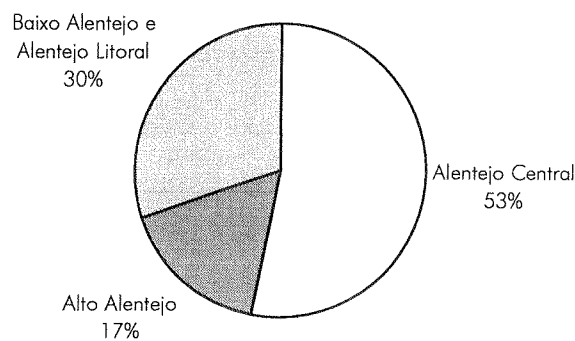


Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000.

O Alentejo, com os seus 15 mil alunos no ensino superior, tem um peso de apenas 4% no conjunto das regiões portuguesas. Aliás, o Alentejo é também uma das regiões (gráfico 3.1.2.1.7) onde os alunos do ensino superior têm um peso menor no total de alunos inscritos nos vários graus de ensino (13,9%). As regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo são as que registam um comportamento mais favorável nesta variável.

No interior do Alentejo, considerando as várias sub-regiões (gráfico 3.1.2.1.8), também é assimétrica a distribuição dos alunos do ensino superior, verificando-se uma concentração significativa de alunos no Alentejo Central, o que decorre da presença da Universidade de Évora.

**Gráfico 3.1.2.1.8: Alunos inscritos no ensino superior no Alentejo, por localização do estabelecimento de ensino (1999/00)**

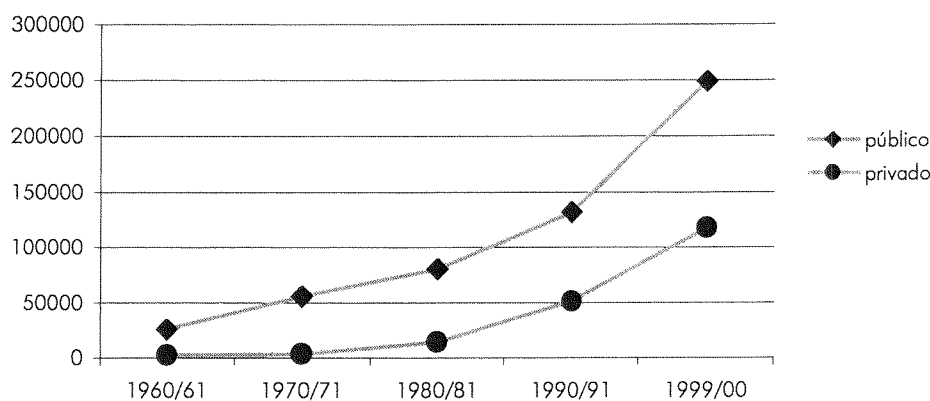


Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000.

Durante o período em análise alterou-se a importância relativa do ensino público e do privado: em 1960/61 a esmagadora maioria dos alunos frequentavam o ensino superior público (92%) enquanto em 1999/00 a importância deste subsector tinha diminuído consideravelmente, absorvendo apenas 65,1% do total de alunos. Apesar de predominante (gráfico 3.1.2.1.9), o ensino superior público evoluiu de forma positiva ao longo das quatro décadas em análise, mas quase sempre (a exceção é a década de 60) a ritmos inferiores ao crescimento verificado no subsistema privado (gráfico 3.1.2.1.10). Para a expansão do sector público contribuiu de forma decisiva o ensino politécnico (entre 1986 e 1996 o ensino público cresceu cerca de 110% - 74% no ensino universitário e 317% no politécnico<sup>12</sup>).

<sup>12</sup> Fonte: [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livroes/cap12\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livroes/cap12_pt.htm), p.3.

Gráfico 3.1.2.1.9: **Evolução dos alunos matriculados no ensino superior em Portugal, segundo a natureza do estabelecimento**



Fonte: (Barreto e Preto, 1996: 89-99); Estatísticas da Educação (vários anos).

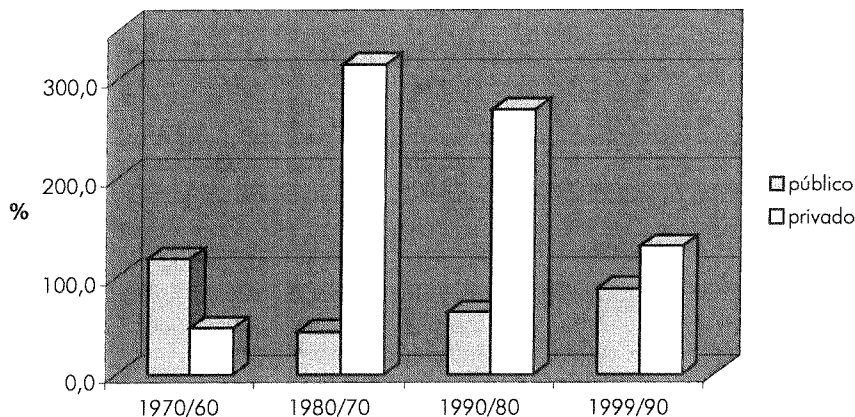
O subsistema universitário público abarca uma maior proporção de estudantes oriundos de famílias com níveis superiores de qualificação e é o que provoca maior mobilidade regional, na medida em que é preferido pelos estudantes, fundamentalmente devido a atributos como a qualidade e o prestígio dos cursos e das instituições. É neste subsistema que mais se concentram os alunos com melhor prestação escolar, sem reprovações e com médias de entrada mais elevadas<sup>13</sup>.

O número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino superior privado aumentou consideravelmente nas décadas de 80 e 90, devido ao aumento do número de candidatos ao ensino superior e aos contingentes impostos no acesso ao subsistema público por via dos "*numerus clausus*". A expansão do ensino privado fez-se através do incentivo à criação de instituições e da abolição do carácter eliminatório dos exames de acesso. Esta decisão, tomada em 1989, que fez aumentar o número de candidatos em 40% num único ano, foi de tal forma significativa que em 1991 a oferta privada ultrapassa pela primeira vez o número de vagas oferecidas pelas instituições do Estado. O desenvolvimento do ensino privado produziu uma alteração profunda da dinâmica de expansão do sistema, que até aí assentava unicamente num crescimento moderado do sector público<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Cf. [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap12\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap12_pt.htm).

<sup>14</sup> Fonte: [www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap12\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/livros/cap12_pt.htm), p: 1.

**Gráfico 3.1.2.1.10: Evolução das taxas de crescimento dos alunos inscritos no ensino superior em Portugal, segundo a natureza do estabelecimento**



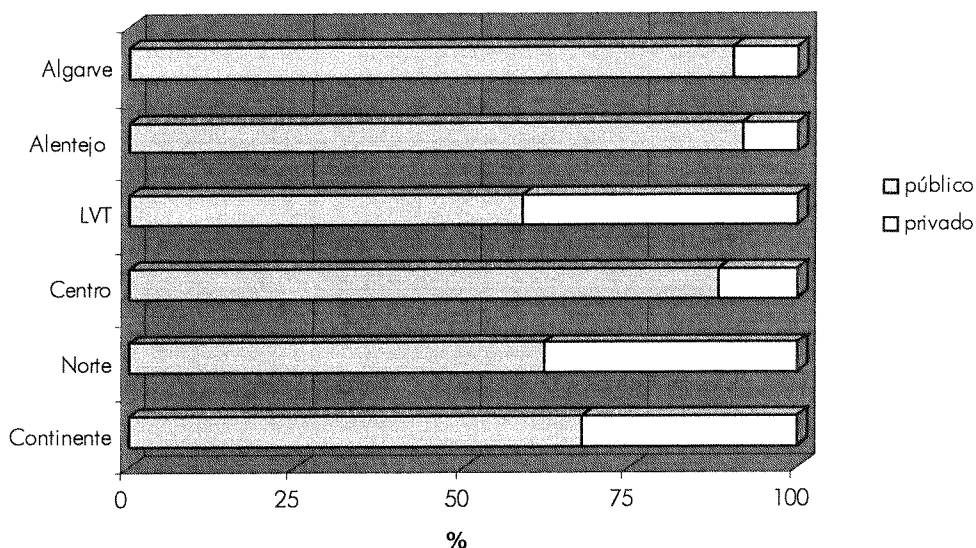
Fonte: (Barreto e Preto, 1996: 89-99); Estatísticas da Educação (vários anos).

O subsistema universitário privado conta, preferencialmente, com dois públicos distintos: por um lado, os estudantes que escolhem este subsistema considerando que ele possui vantagens em relação ao congénere público (horários disponíveis, qualidade do curso, qualidade da instituição) e, por outro lado, pelos alunos com um nível de excelência escolar mais reduzido, que opta por este subsistema como segundo recurso (CEOS/CNASES, 1997: 96). As instituições privadas atraem fundamentalmente uma população estudantil próxima da região de localização da instituição de ensino (CEOS/CNASES, 1997: 71).

Nas regiões portuguesas é diversa a presença do ensino superior público e privado, ainda que os estabelecimentos de ensino público recebam a maioria dos alunos em todas as regiões (gráfico 3.1.2.1.11). Lisboa e Vale do Tejo é a região onde estão inscritos mais alunos no ensino superior privado (41%) e o Alentejo é a região onde este subsistema conta com menos inscritos (8,1%). O subsistema de ensino superior privado tende, pois, a localizar-se preferencialmente nas áreas mais desenvolvidas, com maior densidade populacional, e onde é mais forte a procura ao nível do ensino superior. Esta constatação põe em causa um dos principais argumentos usados pelos defensores do ensino superior privado: a sua contribuição para a distribuição mais homogénea, pelo território nacional, dos estabelecimentos de ensino superior, promovendo o aumento da democraticidade do sistema.

Analisando a distribuição destes dois tipos de estabelecimentos no interior do Alentejo, constata-se que apenas a sub-região do Baixo Alentejo possui ensino superior privado.

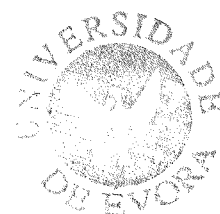
**Gráfico 3.1.2.1.11: Alunos matriculados no ensino superior em Portugal, por regiões, segundo a natureza do estabelecimento de ensino (1999/00)**



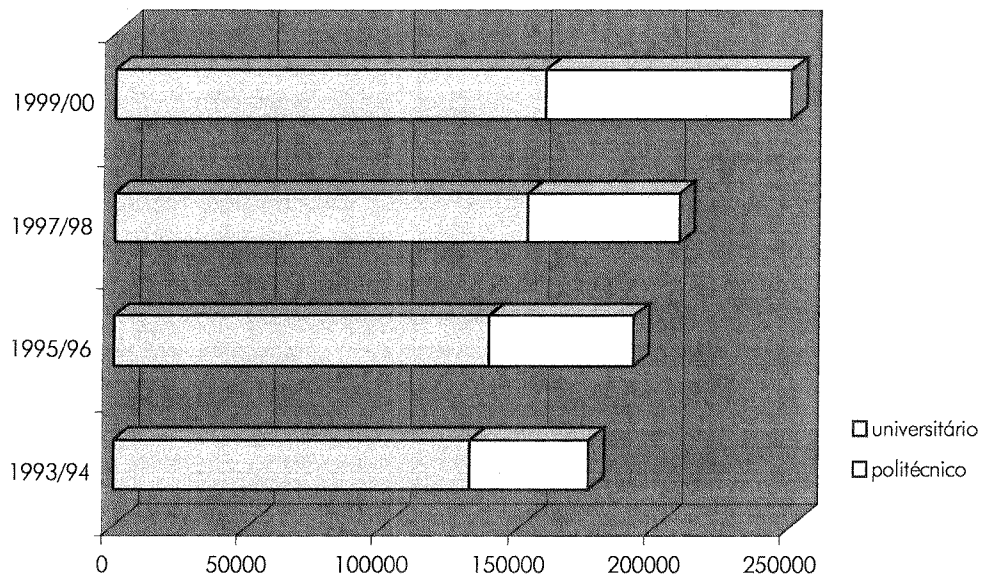
Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000.

Outra das mudanças verificadas no ensino superior em Portugal, nos anos 90, diz respeito à alteração da importância relativa dos subsistemas universitário e politécnico (gráfico 3.1.2.1.12). Se em meados da década o ensino universitário absorvia cerca de 75% dos alunos do subsistema público, no ano 1999/00 apenas era frequentado por 63,5% dos estudantes, o que traduz o aumento da importância do ensino politécnico (gráfico 3.1.2.1.13), com taxas de crescimento médias mais elevadas. Dado que os estabelecimentos de ensino politécnico passaram a conferir o grau de licenciado e uma vez que se localizam em várias capitais de distrito do país, é expectável que o número de alunos neste subsistema possa continuar a aumentar, caso não venha a verificar-se contenção em termos de *numerus clausus*.

O ensino politécnico foi criado em 1979 e 1980 com os objectivos de dotar o país de cursos de formação mais curta e profissionalizante e de propiciar instrumentos de desenvolvimento regional. Em simultâneo, pretendia-se que o politécnico constituísse um elo chave nas relações entre os sistemas educativo e produtivo, que se encontravam muito afastados. Num primeiro momento, foram criados 13 institutos, dispersos geograficamente e integrando escolas de nível médio que existiam antes de 1974.

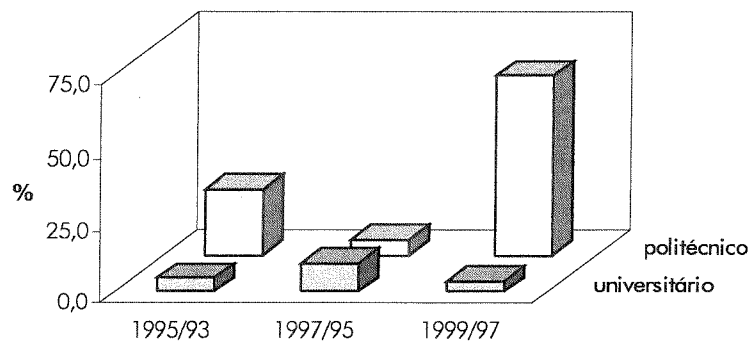


**Gráfico 3.1.2.1.12: Evolução do número de alunos matriculados no ensino superior público em Portugal, segundo a categoria do estabelecimento**



Fonte: Estatísticas da Educação (vários anos).

**Gráfico 3.1.2.1.13: Taxas de crescimento do número de alunos inscritos no ensino superior público em Portugal, segundo a categoria do estabelecimento**



Fonte: Estatísticas da Educação (vários anos).

O ensino superior politécnico em Portugal foi desenvolvido a partir do argumento de que o tecido industrial português tinha grande necessidade de mão-de-obra de nível intermédio, capaz de executar trabalho mais concreto e prático, não de uma mão-de-obra mais qualificada, mais apta para as actividades de concepção ou de gestão de topo, que as universidades já produziam. Assim, este subsistema de ensino é concebido com uma maior



ênfase aplicada e técnica e uma forte orientação vocacional. Paralelamente, o argumento da diversificação e regionalização do ensino superior potencia o aumento da rede de estabelecimentos politécnicos, que deveria permitir, entre outros aspectos, maior igualdade no acesso ao ensino superior, dar resposta às pressões demográficas resultantes do aumento da escolaridade obrigatória, maior recrutamento dos alunos do ensino profissional e vocacional e introduzir mecanismos de preferência regional pela criação de lugares para alunos naturais da área de influência de cada instituição (Correia, Amaral e Magalhães, 2000: 48).

O subsistema politécnico é considerado, pela maioria dos estudantes, como um sistema menos “prestigante”, particularmente quando comparado com o universitário público. Explica-se assim, por um lado, a fraca atracção exercida por este sistema de ensino e, por outro lado, o facto da maioria dos candidatos a este sistema revelar motivações que se aproximam mais de determinados condicionalismos que limitam as escolhas do que, propriamente, de uma opção claramente desejada (Cf. CEOS/CNASES, 1997).

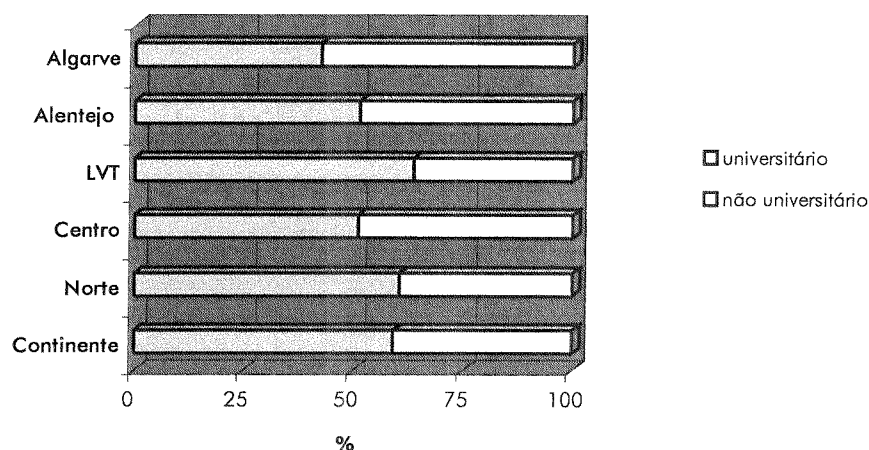
O politécnico público é, contudo, um sistema considerado como mais “democrático”, na medida em que as características sócio-económicas e culturais da população estudantil se encontram mais próximas das características globais da população portuguesa. Assim, pode representar um papel extremamente importante, sendo um veículo de formação e mobilidade social para largas franjas da sociedade portuguesa com poucas tradições no ensino superior, de origem mais rural e de condição sócio-económica mais desfavorecida (CEOS/CNASES, 1997: 148). No politécnico público os pais tendem para um nível de qualificação inferior, dado que a rede de estabelecimentos se encontra mais disseminada pelo país e, portanto, mais próxima, em termos geográficos, dos estudantes (CEOS/CNASES, 1997: 71).

Também neste domínio o comportamento das diversas regiões é diverso (gráfico 3.1.2.1.14). Apesar de o ensino universitário ser predominante em quase todas as regiões, ainda que com intensidades diferentes (por exemplo, no Alentejo recebe 51,5% dos alunos e na região de Lisboa e Vale do Tejo acolhe 63,6% dos alunos), no Algarve predomina o ensino superior não universitário.

No Alentejo<sup>15</sup> apenas existe ensino universitário público na sub-região do Alentejo Central, ministrado na Universidade de Évora, enquanto nas restantes sub-regiões, ao nível do ensino público, apenas funcionam as escolas dos Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre.

No período que decorreu entre os anos 60 e o final da década de 90 também se verificaram algumas alterações nas preferências dos alunos, em termos de áreas científicas (gráfico 3.1.2.1.15). Em termos gerais podemos concluir que nestes 40 anos diminuiu o interesse pelas áreas quantitativas, com a perda de importância das engenharias, ciências exactas e ciências médicas (nestas áreas estavam inscritos 51,3% dos alunos em 1960/61 e apenas 29,1% no ano lectivo 1999/00), e aumentou de forma bastante significativa o número de alunos na área das ciências sociais<sup>16</sup> (se considerarmos, em conjunto com o ramo de ciências sociais, os cursos de letras e de direito, constatamos que o número de alunos inscritos nestas áreas aumentou, entre 1960/61 e 1999/00, cerca de 27 pontos percentuais). Na década de 90 é diversa a importância dos diferentes ramos em que se organiza o ensino superior, nos estabelecimentos de ensino público e privado.

**Gráfico 3.1.2.1.14: Alunos matriculados no ensino superior em Portugal, por regiões, segundo a categoria do estabelecimento (1999/00)**



Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000.

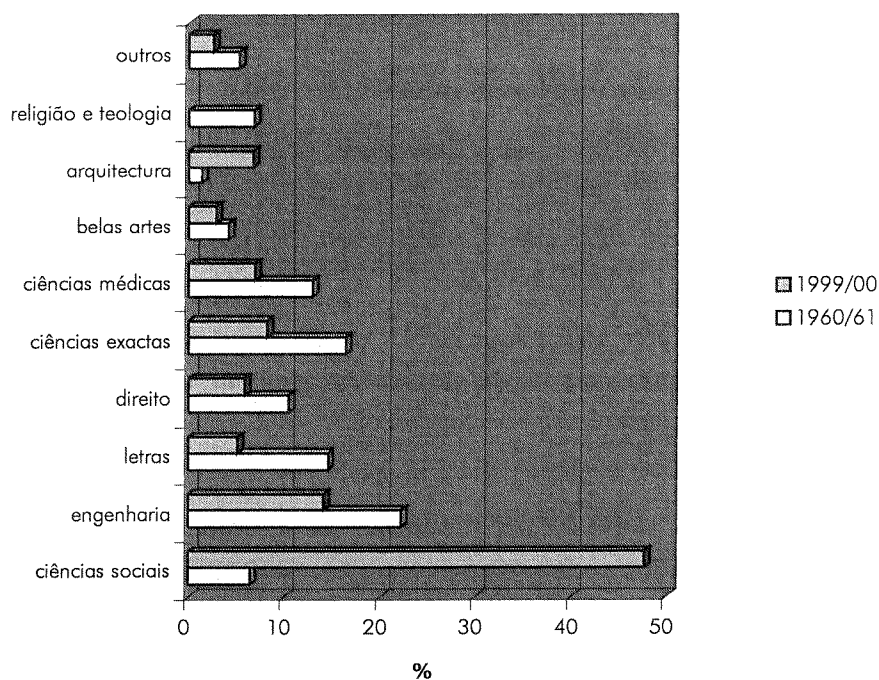
<sup>15</sup> Os gráficos e os respectivos comentários foram elaborados a partir dos dados constantes nas Estatísticas da Educação 1999/2000 do Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva do Ministério da Educação (<http://www.dapp.min-edu.pt>); no entanto, admitimos que esta informação não esteja correcta na medida em que não são referidos os alunos inscritos no pólo de Beja da Universidade Moderna (estabelecimento de ensino universitário privado).

<sup>16</sup> Para se poder efectuar a comparação entre os alunos inscritos em 1960/61 e 1999/2000 foi necessário reagrupar os dados estatísticos relativos ao ano 1999/00 para os mesmos ramos de ensino considerados em 1960/61. Seguiu-se um critério de agrupamento por áreas científicas afins. No ramo das Ciências Sociais foram incluídos, entre outros, os estudantes matriculados nos cursos de Formação de Professores. No ano 1999/00 os dados estatísticos não levam em conta os estudantes dos cursos de Religião e Teologia.

A partir dos dados estatísticos existentes para o ano 1995/96<sup>17</sup>, concluímos que o ensino superior privado, de forma mais intensa que o público, assenta a sua oferta, fundamentalmente, nas áreas do chamado “ensino livresco” (os ramos de ciências sociais, letras e direito absorvem cerca de 60% dos alunos matriculados no ensino privado e perto de 32% dos inscritos no ensino público), tendo grande importância – mais de ¼ dos alunos inscritos nos estabelecimentos privados – a área de formação em Gestão e Administração de Empresas.

A maioria dos alunos do ensino superior em Portugal frequenta<sup>18</sup> cursos de licenciatura (68%) e bacharelato (22%); no entanto, o número de alunos inscritos em cursos de mestrado (cerca de 3%) tem vindo a aumentar ao longo dos anos e traduz o aprofundamento do nível de conhecimentos dos estudantes, mantendo-se em formação durante um maior número de anos.

Gráfico 3.1.2.1.15: **Alunos matriculados em Portugal por ramos do ensino superior**



Fonte: (Carreira, 1996: 423-463); Estatísticas da Educação 1999/2000.

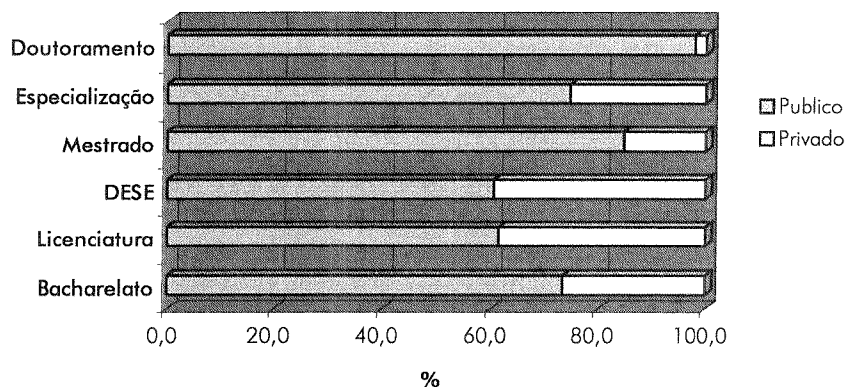
<sup>17</sup> Cf. REGO, 1999.

<sup>18</sup> Dados reportados ao ano lectivo 1997/98.

Entre os estudantes do ensino superior regista-se uma maior apetência, com um nível de excelência superior, pelo subsistema universitário público e pelas licenciaturas, enquanto os estudantes com trajectórias escolares menos regulares e “menos excelentes” se encontram em maiores proporções nos subsistemas politécnico público, no ensino privado e nos bacharelatos (CEOS/CNASES, 1997: 95).

A formação avançada (mestrado, especialização e doutoramento) é fundamentalmente ministrada pelo subsistema público (gráfico 3.1.2.1.16).

Gráfico 3.1.2.1.16: Alunos matriculados no ensino superior em Portugal, segundo o nível do curso (1997/98)



Fonte: Estatísticas da Educação 1997/1998.

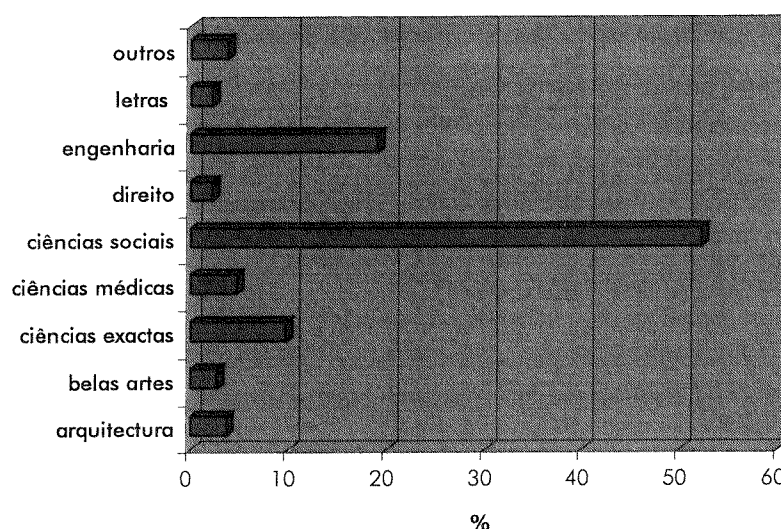
No ensino superior português assiste-se actualmente a uma elevada taxa de insucesso e abandono escolar (51% dos alunos não conclui a formação inicial), o que se reflecte na reduzida esperança média de permanência no sistema (cerca de 2 a 2,5 anos). Por outro lado, o tempo médio para conclusão dos cursos ultrapassa, em média, em mais dois anos a sua duração prevista<sup>19</sup>.

Entre os alunos inscritos no ensino superior, no Alentejo, a maioria (52,1%) frequenta cursos na área das ciências sociais (gráfico 3.1.2.1.17). O ramo de engenharia é o segundo com mais alunos inscritos (19%). Entre os alunos de ciências sociais, têm grande importância os que frequentam cursos de ciências da educação e formação de professores e de formação em comércio e administração de empresas (respectivamente, 23,6% e 14,5% de todos os alunos que estudam no ensino superior no Alentejo). A área de formação em agricultura, silvicultura e pesca, com uma expressão muito reduzida no conjunto do país (2,5%), tem um peso significativo no Alentejo (12,8%), o que é corroborado (quadro A.3.1.1) pelo valor do

<sup>19</sup> Fonte: Documento *Orientações estratégicas da FENPROF para o triénio 2001-2004 – Plano de Acção Aprovado*, VII Congresso Nacional de Professores, Lisboa, Março, 2001.

quociente de localização (QL = 5,2) que reflecte a especialização regional nesta área do saber, bem como em Veterinária (QL = 2,1). Este índice, que mede a especialização da formação ministrada nos estabelecimentos de ensino superior, no Alentejo por comparação com o país, permite-nos concluir também pelo predomínio regional do ensino nas áreas dos serviços sociais (QL = 2,9), das ciências da vida (QL = 1,8) e da formação de professores (QL = 1,7).

Gráfico 3.1.2.1.17: Alunos matriculados no ensino superior no Alentejo, por ramos de ensino (1999/00)



Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000.

A forte concentração de estudantes nestas três áreas científicas justifica-se na medida em que:

- i) ao criar a Universidade de Évora (U.E.), a tutela autorizou a abertura de cursos na área da formação de professores (em diversos domínios científicos); nos Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre existem Escolas Superiores de Educação;
- ii) quando se deu a reabertura da U.E., esta instituição "integrou" os alunos do anterior Instituto de Estudos Superiores de Economia e Sociologia de Évora, com tradição nos ensinamentos da economia, gestão de empresas e sociologia; por seu turno, nos Institutos Politécnicos da região estão integradas Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão;

iii) na formação da U.E. manteve-se o ensino agrícola, antes ministrado na Escola de Regentes Agrícolas de Évora, cujas instalações, na Herdade da Mitra, ficaram na posse da U.E.; também os Institutos Politécnicos ministram formação nesta área nas suas Escolas Superiores Agrárias.

### 3.1.2.2 Docentes

No ensino superior em Portugal trabalhavam, em 1996/97, cerca de 25 mil funcionários, dos quais cerca de 58% são docentes (quadro 3.1.2.2.1). Os docentes do ensino superior, concentrados no ensino universitário, são aproximadamente 10% do total de docentes de todos os graus de ensino público português<sup>20</sup>.

Quadro 3.1.2.2.1: **Pessoal docente e não docente no ensino superior público**  
(1996/97)

	PESSOAL DOCENTE	PESSOAL NÃO DOCENTE
<b>Universitário</b>	11072	8738
<b>Politécnico</b>	4027	1942
<b>Total</b>	15099	10680

Fonte: Estatísticas da Educação.

Quadro 3.1.2.2.2: **Docentes no ensino superior público**

ANOS	UNIVERSITÁRIO	POLITÉCNICO	TOTAL
1992-93	11.430	2.880	14.310
1997-98	13.171	4.607	17.778

Fonte: (Barreto e Preto, 2000: 103-117).

A par com a evolução do número de alunos no ensino superior, também o número de docentes neste grau de ensino tem vindo a aumentar desde 1960/61. Dos 1113 docentes que leccionavam no ensino superior público em 1960/61, passou-se para mais de 17000 no ano lectivo 1997/98 (Barreto e Preto, 2000: 103-117). Esta evolução foi a consequência da expansão do ensino superior público, devido à criação de novos estabelecimentos de

<sup>20</sup> Estatísticas da Educação 1999/2000 – dados preliminares.

ensino superior, universitário e politécnico, um pouco por todo o interior do país. Este aumento fez com o rácio alunos/docente no ensino superior público registasse uma melhoria significativa: de 19,1 alunos/docente, em 1960/61, passou-se para 14,5 alunos/docente em 1996/97. Os docentes do ensino superior público, na década de 90 (quadro 3.1.2.2.2), aumentaram 24,2%, sendo que o número dos que leccionavam no ensino politécnico aumentou cerca de 60% e os do ensino universitário 15%. No ensino superior privado o aumento do número de docentes (passou de 454 em 1960/61 para 2509 em 1990/91<sup>21</sup>) não foi suficiente para fazer face ao forte crescimento no número de alunos, o que se traduziu pela degradação do rácio alunos/docente (este rácio em 1960/61 era 4,9 e em 1990/91 situava-se nos 20,3 alunos por docente).

No conjunto dos docentes do ensino superior público são maioritários os docentes do ensino universitário (72,5% do total). Na região de Lisboa e Vale do Tejo<sup>22</sup> estão concentrados 43,9% dos docentes do ensino superior público universitário e 28,9% dos docentes do ensino superior politécnico público. No Alentejo, em 1997<sup>23</sup>, contavam-se 498 docentes do ensino superior universitário público (3,6% do total nacional) e 399 docentes do ensino superior politécnico (8,7% do total nacional).

Os docentes do ensino superior público universitário concentram-se, fundamentalmente, nas categorias de Assistente (41,2%) e Professor auxiliar (23,6%), o que revela alguma “precariedade” no que respeita ao vínculo contratual dos docentes universitários e, conseqüentemente, na estabilidade dos quadros de pessoal docente das várias escolas (acrescente-se que apenas 18,6% dos docentes são Professores Associados ou Catedráticos, ou seja, aqueles que integram os quadros de pessoal docente).

No ensino superior público politécnico, os docentes repartem-se, maioritariamente, pelas categorias de Professor Adjunto (36%) e de Assistente de 1º Triénio (28,8%). Neste subsistema de ensino é mais equilibrada a proporção das diversas categorias.

A expansão do ensino superior foi acompanhada também pela melhoria das qualificações do corpo docente (o que foi potenciado pela contribuição financeira dos programas PRODEP e PRAXIS XXI, que têm apoiado a formação pós-graduada). Em 1997, 39% dos docentes em exercício de funções no ensino superior universitário eram doutores e 19% eram mestres; no politécnico, estavam 3,4% de doutorados e 31% de docentes com mestrado. Estes resultados

<sup>21</sup> Este é o último ano em que as estatísticas apresentam números para a variável ‘Docentes do ensino superior privado’.

<sup>22</sup> Dados para o ano 1996/97.

<sup>23</sup> Dados na secção 3.3. deste trabalho.

foram possíveis, de acordo com dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, na medida em que, entre 1981 e 1997, foram concedidos em Portugal 5634 graus de doutor (70% dos quais conferidos por Universidades portuguesas e os restantes por processos de equivalência ao grau obtido em instituições estrangeiras) e, durante os anos 90 (entre 1991 e 1997), foram diplomados 7454 mestres por Universidades portuguesas.

A revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU)<sup>24</sup>, promulgada em 1979, foi fundamental na medida em que permitiu que, ao longo do tempo, o ensino superior, e fundamentalmente as universidades, se dotassem com docentes, em quantidade e nível de formação, que vieram a tornar possível a expansão do sistema. As principais alterações introduzidas, na época, respeitaram à alteração da designação dos diversos níveis da carreira, ao aumento dos vencimentos, à introdução do regime da dedicação exclusiva e ao alargamento dos quadros de professores catedráticos e associados.

O ECDU, entre outros aspectos, define a existência de cinco categorias (Professor Catedrático, Associado e Auxiliar, Assistente e Assistente Estagiário), estabelece três níveis de funções (prestação do serviço docente que for atribuído, desenvolvimento, individualmente ou em grupo, de investigação científica, contribuição para a gestão democrática da escola e participação nas tarefas de extensão universitária), preconiza a existência de um período de três anos de dispensa de serviço docente para elaboração de trabalhos com vista ao doutoramento e estabelece que o regime contratual habitual é o da "dedicação exclusiva", o que confere um acréscimo salarial de cerca de 1/3 relativamente à contratação em regime de tempo integral (que pode ser solicitada pelos docentes)<sup>25</sup>.

### 3.1.2.3 Estabelecimentos de ensino

A rede do Ensino Superior é composta por instituições universitárias e politécnicas, de natureza pública e privada, bem como pela Universidade Católica (criada em 1971, ao abrigo da Concordata entre o Estado português e a Santa Sé). Os estabelecimentos de ensino superior aumentaram significativamente desde os anos 60, quer por iniciativa governamental, quer por iniciativa privada. Em 1960/61 existiam 36 estabelecimentos de ensino superior público e 45 de ensino privado, enquanto que em 1995/96 existiam 160 estabelecimentos públicos e 130 privados. No entanto esta evolução não foi proporcional

<sup>24</sup> A Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico está definida no decreto-lei 185/81 de 1 de Julho.

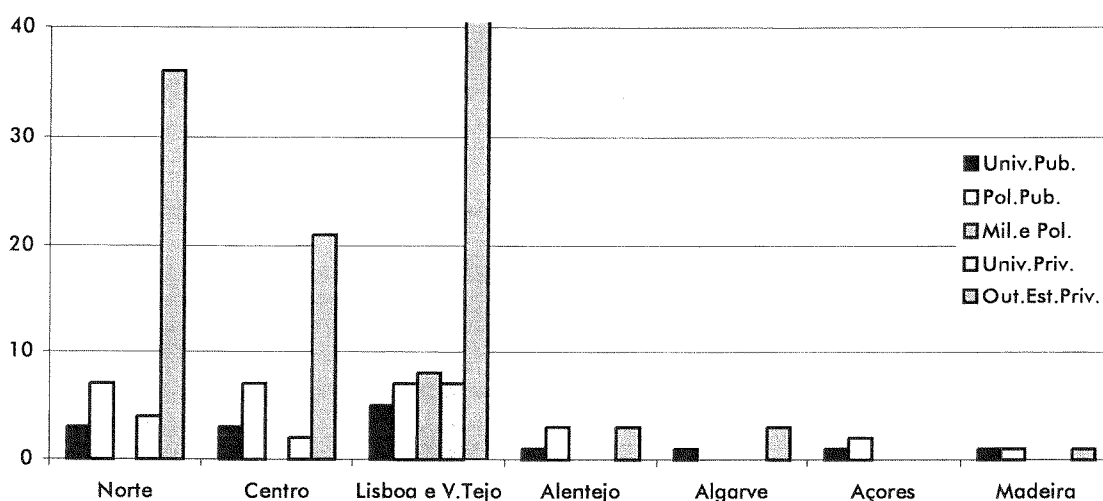
<sup>25</sup> Este documento encontra-se, no momento em que se redige este trabalho, em revisão, tendo já sido apresentado pelo Governo, para negociação com os diversos parceiros, um ante-projecto de Estatuto. As principais alterações propostas, relativamente ao documento de 1979, dizem respeito ao regime contratual (que deixará de ser o de exclusividade), às categorias previstas na carreira (deverão passar a constituir carreira apenas as categorias de Professor Auxiliar, Associado e Catedrático), bem como à entrada para a carreira (que passará a implicar a titularidade do grau de doutor).



ao crescimento do número de alunos, na medida em que o rácio número de alunos/estabelecimento aumentou de 346, em 1960/61, para 1101,8 no ano lectivo 1995/96.

O sistema público compreende as instituições sob tutela exclusiva do Ministério da Educação bem como outras tuteladas conjuntamente com outros Ministérios (incluem-se aqui diversas escolas como as de enfermagem, tecnologias da saúde, náutica e de hotelaria) e é composto por 50 instituições: 15 universidades, 27 escolas de ensino politécnico e 8 estabelecimentos de ensino militar e policial. O sistema privado compreende 119 instituições, 13 de natureza universitária, 105 classificadas como “outros estabelecimentos” e a Universidade Católica.

**Gráfico 3.1.2.3.1: Localização regional das instituições de ensino superior em Portugal**



Fonte: [www.desup.min-edu.pt](http://www.desup.min-edu.pt).

Naturalmente que a localização dos estabelecimentos de ensino superior, ao longo do país, reflecte por um lado, a dinâmica demográfica e, por outro, a existência de docentes qualificados. Assim (quadro 3.1.2.3.1), é na região de Lisboa e Vale do Tejo que se concentram mais instituições de ensino superior, públicos e privados. Nesta zona localizam-se, nomeadamente, 1/3 das universidades públicas portuguesas, na cidade de Lisboa, e todos os estabelecimentos públicos de ensino militar e policial. Na região Norte, por seu turno, situam-se 30% das escolas de ensino superior. O Alentejo e o Algarve, bem como as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, têm um número bem menor destas instituições. No entanto, em todas elas existe uma instituição de ensino superior universitário. A Universidade Católica, apesar de sedeadada em Lisboa, também tem

estabelecimentos de ensino no Norte (Braga e Porto) e no Centro (Viseu, Figueira da Foz, Caldas da Rainha e Leiria) do país.

No Alentejo (quadro 3.1.2.3.1) localizam-se 13 estabelecimentos de ensino (cerca de 4,5% do total do país), sendo a maioria (dez) do ensino público e três do ensino privado; dois destes estabelecimentos são de ensino universitário (um público e um privado); oito de ensino politécnico (dois dos quais privados) e três são instituições de dupla tutela; sete, estão localizados no Baixo Alentejo, dois no Alentejo Central e quatro no Alto Alentejo.

#### Quadro 3.1.2.3.1: Estabelecimentos de ensino superior localizados no Alentejo

NUT'S	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
<b>ALTO ALENTEJO (PORTALEGRE)</b>	Instituto Politécnico de Portalegre (P, IP):
	Escola Superior Agrária de Elvas / Escola Superior de Educação /
	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre
	Escola Superior de Enfermagem de Portalegre (P, IPDT)
<b>ALENTEJO CENTRAL (ÉVORA)</b>	Universidade de Évora (P,U)
	Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus (P, IPDT)
	Instituto Politécnico de Beja (P, IP):
	Escola Superior Agrária de Beja/ Escola Superior de Educação/
<b>BAIXO ALENTEJO (BEJA)</b>	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja
	Escola Superior de Enfermagem de Beja (P, IPDT)
	Dinensino (Univ. Moderna) (Pr, U)
	Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Beja (Pr, IP)
	Instituto Superior de Serviço Social de Beja (Pr, IP)

Legenda: P- estab. de ensino público; Pr – estab. de ensino privado;

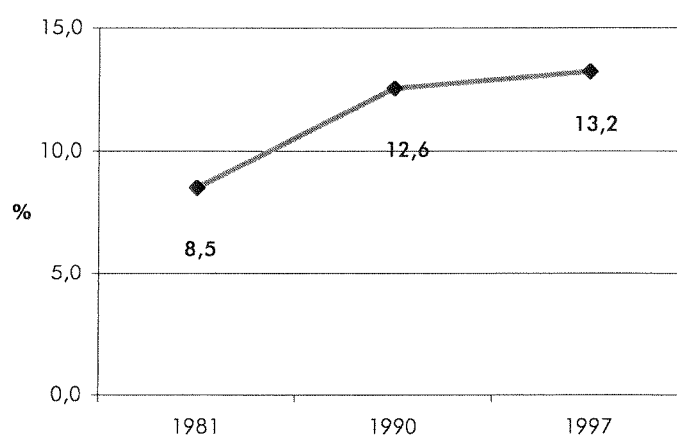
U – Universitário; IP – Instituto Politécnico; IPDT – Instituição Pública de Dupla Tutela.

Fonte: Elaboração Própria.

### 3.1.2.4 Financiamento e despesa

Em Portugal, o montante de despesa pública atribuída à Educação, em geral, e ao ensino superior, em particular, tem vindo a aumentar desde os anos 70 (quadro A.3.1.2, quadro A.3.1.3, gráfico 3.1.2.4.1), quer consideremos as variáveis em termos absolutos, quer em termos do peso no PIB, ou em termos de importância do ensino superior no total da despesa pública de educação. Em 1997, a despesa pública com Educação era de 651,4 milhões de contos<sup>26</sup>, aproximadamente 5,5% do PIB e 8,8% da despesa pública global. Ao ensino superior cabia um montante de 86 milhões de contos<sup>27</sup>, o que representava 13,2% do orçamento global da educação.

Gráfico 3.1.2.4.1: **Despesa com o ensino superior (%) na despesa de educação em Portugal**



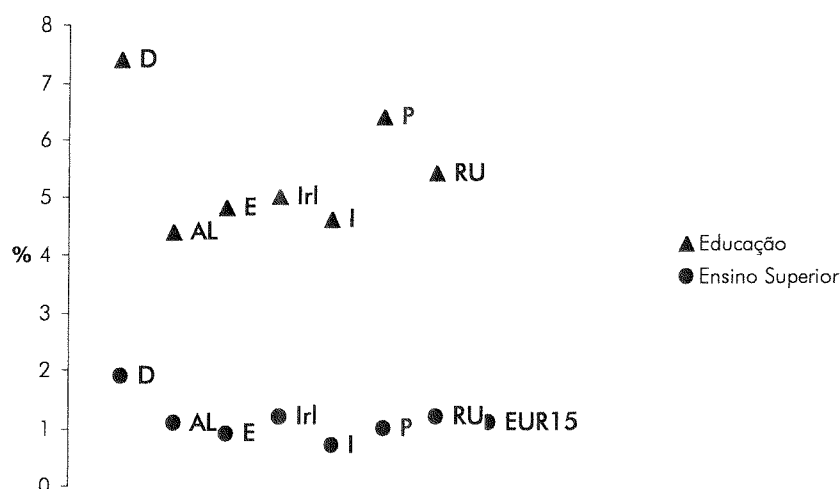
Fonte: (Barreto e Preto, 2000: 103-117).

Relativamente ao Orçamento de Estado para 2001, as Despesas orçamentadas (num total de 9,1 mil milhões de contos) atribuem à Educação 1,3 mil milhões de contos. Da fatia destinada à Educação, 225 milhões de contos (cerca de 17,3%) foram canalizados para os estabelecimentos de ensino superior e estabelecimentos diversos. À Educação, inserida nas Funções Sociais do Estado, cabe 34,7% deste orçamento. Por outro lado, quando verificada a participação da educação em termos das despesas globais dos serviços e fundos autónomos (quadro A.3.1.6.), concluímos que lhe cabem cerca de 341 milhões de contos, o que representa 7,4% das despesas das Funções Sociais.

<sup>26</sup> Valor a preços constantes de 1990.

<sup>27</sup> Valor a preços constantes de 1990.

Gráfico 3.1.2.4.2: **Despesa Pública, em % do PIB, em alguns países da União Europeia (1995)**



Fonte: (Barreto e Preto, 2000: 295-320).

Comparando a despesa pública em educação, e no ensino superior, em percentagem do PIB (gráfico 3.1.2.4.2) em Portugal e em diversos países da União Europeia, constatamos que as proporções de despesa em Portugal são de nível idêntico, ou mesmo superior, aos restantes países da União, com dados disponíveis. No entanto, o facto de estes valores se equipararem não traduz uma situação de paralelismo no grau de desenvolvimento da educação, em geral, e do ensino superior, em particular, dado o enorme atraso de Portugal relativamente aos seus parceiros europeus (Simões Lopes, 1995: 4), pelo que traduzem uma falta de investimento no sistema educativo.

A evolução do financiamento do Ensino Superior apresenta características muito próprias: por um lado, foi o acréscimo de fundos públicos que permitiu o aumento do sistema do Estado (as propinas praticamente não existiam até 1992); por outro lado, foram as famílias que na prática suportaram grande parte da expansão do sistema através do ensino privado. Ainda que insuficientes face às necessidades em termos de apoio social, o número de bolsas de estudo concedidas no ensino superior (quadro A.3.1.4.) aumentou significativamente nos anos 90, quer para os estudantes do ensino público, quer para os do privado.

Por outro lado, o financiamento por aluno no ensino superior público (quadro A.3.1.5.) aumentou, na década de 90, no caso do subsistema universitário e decresceu no ensino politécnico, o que significa que o conjunto de custos de funcionamento nestes dois

subsistemas evoluiu de forma diferenciada, sendo neste momento o aluno do ensino universitário “muito mais caro” que o do ensino politécnico (em 1991, o financiamento por aluno no ensino universitário era 1,1 vezes o financiamento no ensino politécnico e em 1997 esse valor era 1,5 vezes maior).

Para o esforço de financiamento público no ensino superior foram fundamentais os apoios externos, entre os quais os empréstimos do Banco Mundial (destinados ao investimento no ensino politécnico no final dos anos 70 e início dos anos 80) e os fundos de pré-adesão, e mais tarde estruturais, resultantes da adesão à CEE em 1986. Em 1990 estes fundos foram agrupados no PRODEP (Programa Específico para o Desenvolvimento do Sistema Educativo Português) e representam ainda uma fonte importante para o financiamento actual, nomeadamente no que diz respeito a infra-estruturas e formação de docentes (programa co-financiado pelo FEDER e pelo FSE)<sup>28</sup>.

A Lei de Financiamento do Ensino Superior, de 1997, define as bases de financiamento do ensino superior público, e preconiza uma relação tripartida entre o Estado, as instituições de ensino superior e os estudantes. Este diploma reintroduz o pagamento de propinas, estipulando o valor anual no correspondente ao salário mínimo nacional (67000\$ em 2001). Em termos globais, estas receitas correspondem a cerca de 8% do orçamento das instituições, o que faz com que seja o Estado o principal financiador da componente educativa do sistema.

O financiamento das instituições de ensino superior faz-se através dos orçamentos de funcionamento e investimento bem como por via de contratos de desenvolvimento (negociados entre as instituições e o Ministério da Educação (ME) e fundamentais para a programação financeira plurianual), contratos-programa e receitas próprias (decorrentes principalmente de contratos de prestação de serviços que celebrem). O orçamento financiado [de funcionamento] através do Ministério da Educação é dedicado preferencialmente a actividades educativas, apesar de contemplar a totalidade dos salários do corpo docente que dedica parte das suas actividades à investigação. Para além destes fundos, as actividades de investigação do Ensino Superior são também financiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Desde 1994 que o orçamento de funcionamento das instituições é determinado a partir de uma fórmula (com o objectivo de introduzir maior transparência e equidade na distribuição do financiamento pelas instituições) onde são tidos em conta indicadores de natureza quantitativa (número de alunos das instituições, rácios de alunos e de pessoal docente e não docente, vencimentos, entre outros) tendo em conta o

<sup>28</sup> Fonte: [http://www.min-edu.ue2000fccn.pt/livros/cap14\\_pt.htm](http://www.min-edu.ue2000fccn.pt/livros/cap14_pt.htm); p.1.

tipo de instituição e as diferentes áreas de formação e contempla um elemento de convergência para um orçamento padrão. O orçamento de investimento, por seu turno, depende do planeamento de novas construções e reparações, feito ao nível central pelo ME e sob proposta das instituições. Estas actividades estão incluídas no orçamento da instituição responsável pela sua implementação.

### 3.1.3. Notas finais

A universidade, instituição que tem as suas origens na Europa medieval, assume actualmente como missão *educar, formar e desenvolver a investigação, contribuindo, particularmente, para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da sociedade como um todo* e enfrenta o desafio, proposto na Convenção de Bolonha, da implementação da livre circulação de conhecimentos e de diplomas na Europa.

A universidade portuguesa, e o ensino superior de um modo geral, conheceram, a partir da segunda metade da década de 70 do século passado, uma verdadeira revolução, que se caracterizou, no fundamental, pelo aumento de todas as variáveis que estruturam o sistema:

- aumentaram exponencialmente e diversificaram-se os públicos do ensino superior, para o que contribuiu decisivamente o alargamento do acesso a este nível de ensino, traduzido pelo crescimento do número de candidatos e do número de vagas nos estabelecimentos de ensino, públicos e privados; uma das características desta evolução foi a democratização do acesso ao ensino superior, na medida em que agora os estudantes deste nível de ensino têm diferentes proveniências, quer em termos sociais, quer em termos geográficos; no entanto é ainda na região de Lisboa e Vale do Tejo que encontramos o maior número de estudantes do ensino superior português;
- aumentou consideravelmente a importância do ensino superior privado enquanto que o crescimento do ensino superior público decorreu, fundamentalmente, por via da expansão do subsistema politécnico;
- os estudantes, actualmente, frequentam cursos de licenciatura, nas áreas das ciências sociais e da engenharia, ao mesmo tempo que o número de alunos em cursos de mestrado tem evoluído de forma muito positiva;
- o número de docentes do ensino superior aumentou, as suas qualificações melhoraram mas continuam a concentrar-se fortemente em Lisboa, apesar da dispersão dos estabelecimentos de ensino pelo país;
- o número de estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, cresceu significativamente e instalaram-se um pouco por todo o país, contribuindo, na medida em

que se localizaram nas regiões mais periféricas e do interior, para a promoção da democratização deste nível de ensino;

- o financiamento público atribuído à educação, e ao ensino superior em particular, aumentou, tal como evoluiu positivamente a despesa com o ensino superior na despesa global da educação em Portugal; ainda que neste momento os gastos públicos, em percentagem do PIB, com educação e ensino superior, em Portugal, sejam idênticos aos restantes parceiros europeus, não podemos ignorar que ainda deveria ser feito um esforço de investimento suplementar no sector, com vista a atenuar as assimetrias existentes;

- o Alentejo é uma região com uma fraca expressão no contexto do ensino superior português, na medida em que apenas 4% dos alunos inscritos neste grau de ensino o frequentam em estabelecimentos localizados na região; a maioria destes alunos está matriculada em cursos de licenciatura, nas áreas das ciências sociais e engenharia – destacando-se no segundo caso o domínio das formações agrícolas –, na Universidade de Évora; esta instituição, apesar do crescimento do número de alunos nos Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre é a principal instituição de ensino superior público localizada no Alentejo.



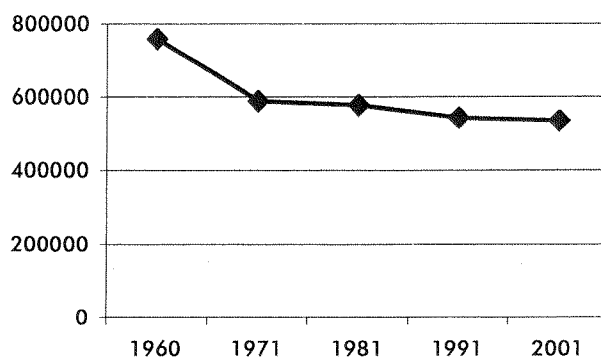


## 3.2 Caracterização económico-social da região do Alentejo

### 3.2.1 População

Com uma área de 26.930 km<sup>2</sup>, o Alentejo ocupa aproximadamente 30% do território continental de Portugal e integra os distritos de Beja, Évora e Portalegre e ainda quatro concelhos do distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Santiago do Cacém). Esta região, onde reside cerca de 5% da população portuguesa, tem vindo a sofrer continuamente o fenómeno da desertificação demográfica. Desde os anos 60 (gráfico 3.2.1.1) o Alentejo perdeu mais de 250 mil residentes, ou seja, cerca de 1/3 daquela que era a sua população residente no final da década de 50.

Gráfico 3.2.1.1: **Evolução da população residente no Alentejo**



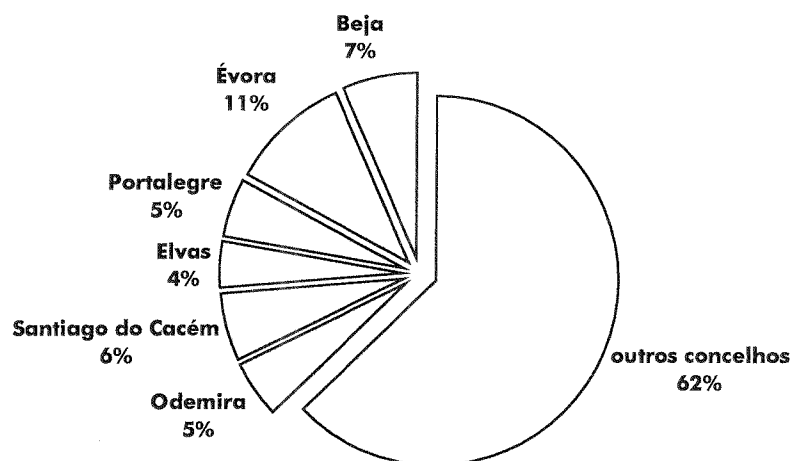
Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo (vários anos); CENSOS 2001: Resultados provisórios.

Sendo a região menos densamente povoada, o Alentejo é também uma região duplamente envelhecida (o que se constata independentemente do indicador utilizado – quadro A.3.2.1), o que significa que os seus residentes são mais idosos que a média enquanto que os jovens são relativamente escassos. Neste contexto, o concelho de Évora apresenta, no entanto, um conjunto de índices um pouco menos preocupantes que a globalidade da região. Évora é o principal aglomerado urbano do Alentejo (gráfico 3.2.1.2) e tem beneficiado do fenómeno

migratório interno a que se tem vindo a assistir na região, no sentido do abandono das áreas rurais (quadro A.3.2.2 – Ameaças), e que se tem feito sentir, de um modo geral, em todas as sedes de concelho. Na sub-região do Alentejo Central, onde Évora se localiza, reside cerca de 32,4% da população alentejana.

O povoamento, no Alentejo, encontra-se estruturado em torno de seis aglomerados de maior dimensão onde se concentra 37,1% da população residente em todo o território regional (gráfico 3.2.1.2); nas áreas rurais, em desertificação, predominam os lugares de pequena dimensão, relativamente afastados da sede de concelho. As migrações, internas à região ou em direcção a outras zonas do país, têm afectado, sobretudo, as faixas etárias mais jovens, que, naturalmente, são as que obtiveram níveis de formação escolar mais elevados.

Gráfico 3.2.1.2: Distribuição da população residente no Alentejo (2001)



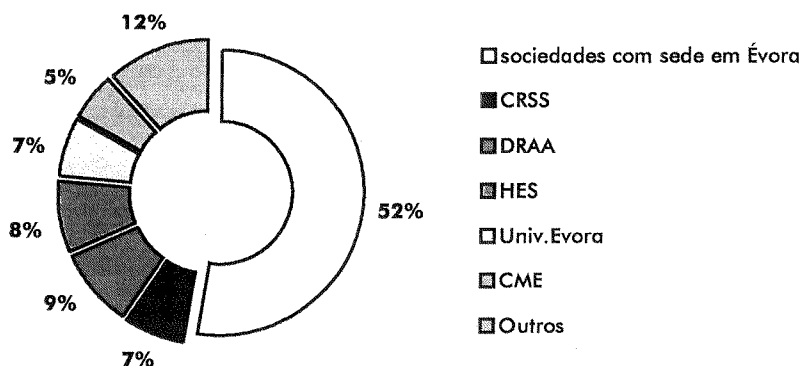
Fonte: CENSOS 2001: Resultados provisórios.

## ÉVORA

O Concelho de Évora posiciona-se como o grande pólo de terciário de toda a Sub-região [Alentejo Central], até pela sua condição de capital de Distrito, oferecendo um leque diversificado de serviços, sobretudo de apoio à população, que tem vindo a evoluir no sentido do preenchimento de funções menos banais ou na qualificação de serviços já existentes, a que se alia também a localização na Cidade das principais instituições da Região no apoio ao tecido empresarial e à população (Universidade, associações sectoriais, instituições ligadas ao emprego e à formação, etc.). Paralelamente, Évora possui uma base económica que sem ser ampla, é relativamente mais consolidada do que a existente na maior parte dos concelhos do Alentejo, albergando um tecido empresarial de microempresas tradicionais, mas também grandes unidades empresariais, multinacionais, onde se destaca a presença da Tyco Electronics ou da Lee, cujos impactes locais, contudo, se restringem à distribuição de rendimento através do emprego gerado. O reforço das acessibilidades na área tem tido efeitos muito interessantes sobre o desenvolvimento de actividades de logística, embora em funções ainda muito banais, patente na aceleração no preenchimento de pequenas zonas industriais da Autarquia por este tipo de actividades. (DGDR, 2000: 377).

Só a título de curiosidade, vejamos como admitimos que se distribuía a população empregada em Évora, no ano de 1998 (gráfico 1)<sup>29</sup>. A população em Évora, em 1998, empregava-se fundamentalmente em empresas. Entre os principais empregadores da administração pública<sup>30</sup> está a Universidade de Évora, responsável por 7% do emprego concelhio.

Gráfico 1: Estimativa da distribuição da população empregada em Évora (1998)



<sup>29</sup> Para realizar este gráfico usou-se a seguinte metodologia: à população de Évora em idade activa (grupos de idades entre os 15-64 anos) em 1998 (35920 pessoas), aplicou-se a taxa de actividade para o Alentejo (44,7%). Daqui resultou uma população activa de 16056 pessoas. Sobre este valor aplicou-se a taxa de desemprego média para o Alentejo (8,1%). Resultou daqui que a população activa empregada eram 14755 pessoas. Admitimos que este valor esteja ligeiramente subvalorizado na medida em que a taxa de actividade do concelho de Évora pode ser ligeiramente superior à média regional e a taxa de desemprego pode ser ligeiramente mais baixa que a média regional.

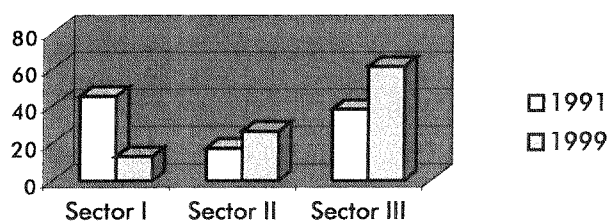
<sup>30</sup> Os principais empregadores da administração pública central e local são: CRSS (Centro Regional de Segurança Social), DRAA (Direcção Regional de Agricultura do Alentejo), HES (Hospital do Espírito Santo), Universidade de Évora e CME (Câmara Municipal de Évora).

### 3.2.2 Emprego e desemprego

Devido ao envelhecimento da população do Alentejo, os cerca de 220 mil activos que integram a população da região têm uma expressão bem reduzida (4,4%) no conjunto da população activa portuguesa (quadro A.3.2.1). Apesar da taxa de actividade regional ser mais baixa do que a média nacional, ela tem vindo a aumentar devido, sobretudo, ao crescimento da participação feminina no trabalho.

Os anos 90 marcam o fim do predomínio do sector primário no emprego alentejano e a consolidação do sector terciário (gráfico 3.2.2.1) como principal empregador. No final da década de 90, o Alentejo apresentava um padrão de ocupação da sua população empregada bastante semelhante à média nacional (quadro A.3.2.1).

Gráfico 3.2.2.1: **Evolução da população empregada no Alentejo (%)**

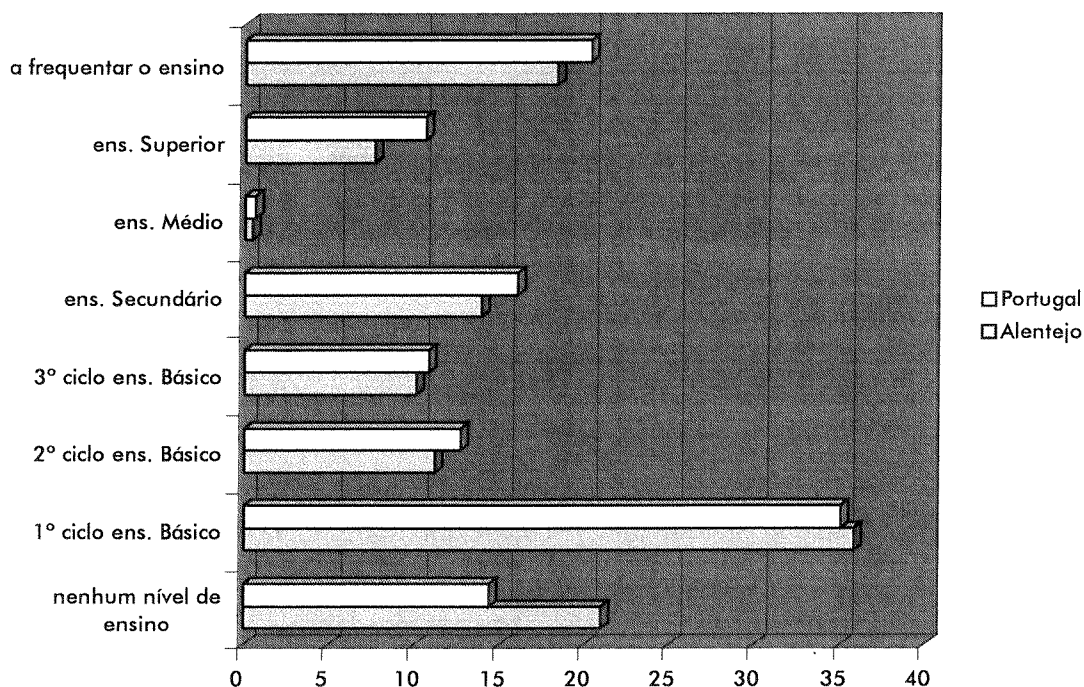


Fonte: INE- Anuários Estatísticos da Região do Alentejo.

Ressaltam dois aspectos fundamentais da caracterização da população empregada na região: por um lado, a importância que tem, no Alentejo, o trabalho não qualificado e, por outro, o peso dos *Quadros superiores, dirigentes e especialistas* (quadro A.3.2.1). A concentração de emprego nesta categoria deve-se fundamentalmente ao papel da Administração Pública, uma vez que se verificarmos a qualificação dos empregados nas sociedades empresariais existentes no Alentejo concluímos pela preponderância de trabalhadores com baixos níveis escolares e pela diminuta proporção de trabalhadores com qualificações de nível médio e superior.

O baixo nível de qualificações médias da população empregada resulta, em boa parte, dos baixos níveis de escolarização da população residente na região: em 2001, 21% dos seus habitantes eram analfabetos (valor significativamente mais elevado que a média nacional) e 35,8% tinha como habilitação apenas o 1º ciclo do ensino básico. Com formação de nível superior havia apenas 7,6% de residentes. Por outro lado, a proporção de população que se encontrava a estudar na região (18,3%), em termos globais, também é inferior em cerca de dois pontos percentuais à média nacional (gráfico 3.2.2.2).

Gráfico 3.2.2.2: **População residente (%) segundo o nível de ensino atingido (2001)**

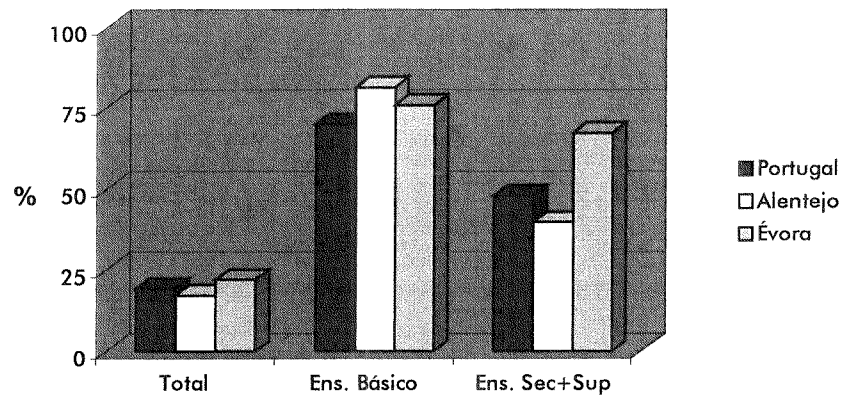


Fonte: Censos 2001: Resultados provisórios.

Quando procuramos avaliar a importância dos alunos residentes na população total (gráfico 3.2.2.3)<sup>31</sup>, concluímos que, nos territórios analisados, não se verificam diferenças significativas fundamentalmente quando se consideram as variáveis *Total de alunos na população residente* e *Peso dos Alunos inscritos no Ensino Básico na população residente entre 0-14 anos*. Se atentarmos apenas ao que se passa ao nível do ensino básico, no Alentejo o peso dos alunos na população residente é ainda mais expressivo. Ao nível do ensino secundário e superior destaca-se a posição favorável de Évora.

<sup>31</sup> Para construção deste gráfico usou-se a seguinte metodologia: i) comparou-se o número total de alunos inscritos com a população residente em cada um dos territórios analisados, ii) comparou-se o nº de alunos inscritos no ensino básico com a população residente no escalão etário dos 0-14 anos, iii) comparou-se o número de alunos inscritos nas escolas secundárias e profissionais e no ensino superior com a população residente no escalão etário dos 15-24 anos, iv) retirou-se 70% ao número de alunos inscritos no ensino superior, em Évora, uma vez que se admite ao longo deste trabalho que esse é o número de estudantes da Universidade de Évora não residente no concelho (para calcular as percentagens em Évora).

Gráfico 3.2.2.3: **Importância dos estudantes, nos diversos graus de ensino, na população residente (1998)**



Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo; Elaboração própria.

No Alentejo os valores do desemprego continuam a ser mais elevados que a média nacional (quadro A.3.2.1). As classes profissionais mais afectadas por este fenómeno são o *Pessoal administrativo, dos serviços e do comércio* e os *Trabalhadores não qualificados e outros*. Ressaltam, no entanto, duas características que distinguem o desemprego no Alentejo da média nacional: por um lado, a pequena expressão do desemprego entre os quadros médios e superiores (não há sequer registos de desempregados, no Alentejo, com cursos médios e superiores) e, por outro, o grande peso do desemprego agrícola, resultante das alterações que a actividade sofreu desde a implementação da Reforma da Política Agrícola Comum. De resto, o desemprego no Alentejo segue o padrão nacional: é maioritariamente feminino, constituído por desempregados à procura de novo emprego, com mais de 25 anos; muitos deles estão nesta situação há mais de um ano (desemprego de longa duração). Estas características fazem com que o desemprego assuma um carácter estrutural. Se atendermos ao facto de os níveis de desemprego serem mais elevados entre os indivíduos com menores habilitações, concluímos facilmente pela dificuldade em reinserir estes activos no mercado de trabalho.

Quer sejam empregados ou desempregados, os activos alentejanos são, globalmente, pouco qualificados, o que acarreta consequências a três níveis:

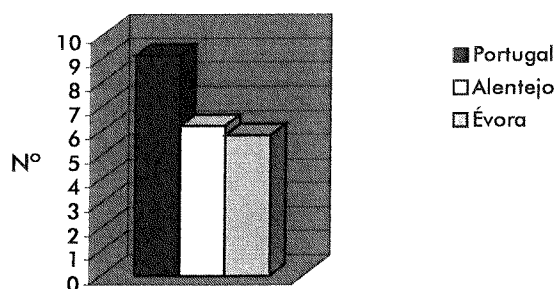
- i) condiciona a instalação de novas unidades económicas, particularmente das mais exigentes em termos de qualificações;
- ii) limita a capacidade de promoção de auto-emprego, e
- iii) influencia a capacidade competitiva das empresas locais.

### 3.2.3 Empresas e produtividade

O tecido empresarial alentejano constitui apenas uma pequena parte (3,4%) das empresas portuguesas (quadro A.3.2.1) e apresenta uma dimensão média diminuta, quer em termos de pessoal ao serviço, quer em termos de volume de vendas (gráficos 3.2.3.1 e 3.2.3.2). A participação da região no tecido empresarial português, além de reduzido, diminuiu ao longo da década de 90 (em 1989 as 5349 sociedades com sede no Alentejo representavam cerca de 4,3% do total nacional<sup>32</sup>). No que respeita ao pessoal ao serviço, as empresas no Alentejo empregam, em média, 6,2 pessoas.

No entanto, podem assinalar-se alguns concelhos e sectores de actividade onde esta concentração é mais intensa (Mapa A.3.2.1). Os concelhos de Castro Verde (13,9 empregados/empresa), Campo Maior (11,1 empregados/empresa), Sines e Vendas Novas (10,3 empregados/empresa) são os que apresentam uma dimensão média mais elevada. Estes exemplos são, na generalidade, resultado da existência de uma grande empresa ou de um número reduzido de empresas por concelho que, como tal, colocam a área numa forte dependência de um único empregador. Os sectores de actividade onde as empresas têm mais trabalhadores ao serviço são a *Indústria Extractiva* (26,8 empregados/empresa), as *Actividades Financeiras* (13,8 empregados/empresa) e a *Indústria Transformadora* (13,5 empregados/empresa).

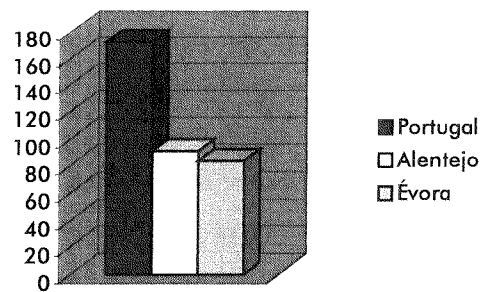
Gráfico 3.2.3.1: Dimensão média das empresas (Pessoal ao serviço)  
1999



Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo.

<sup>32</sup> Fonte: Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1994.

**Gráfico 3.2.3.2: Dimensão média das empresas (Volume de Vendas)**  
1999

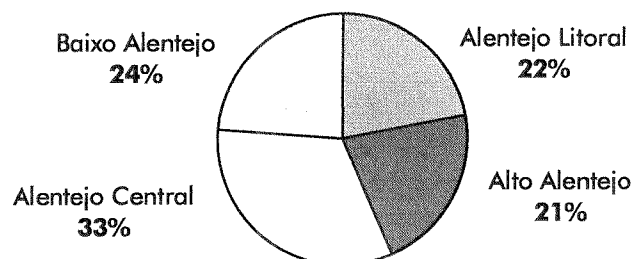


Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região do Alentejo

Unidade: milhões de escudos.

As empresas alentejanas estão concentradas em termos geográficos e sectoriais. Para além do concelho de Évora (no Alentejo Central), que acolhe 14,7% das sociedades alentejanas (Mapa A.3.2.2) os concelhos de Santiago do Cacém (no Alentejo Litoral), Elvas, Portalegre, Campo Maior e Ponte de Sôr (no Alto Alentejo) e Beja (no Baixo Alentejo) são os que registam maiores concentrações empresariais. Ainda que não estejam neste grupo, devem ser enunciados, pela especificidade que os caracteriza, os concelhos de Vendas Novas (onde se tem vindo a registar uma forte concentração industrial de unidades fornecedoras da fábrica de Palmela da Ford-Volkswagen), o triângulo de Estremoz, Borba e Vila Viçosa (onde predominam as indústrias extractivas de mármore) e Castro Verde (onde está instalada a unidade extractiva de cobre da SOMINCOR).

**Gráfico 3.2.3.3: Repartição geográfica das empresas do Alentejo**  
(1999)



Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região do Alentejo



Apesar da distribuição relativamente homogénea de empresas pelas diversas sub-regiões do Alentejo (gráfico 3.2.3.3), não podemos ignorar o cenário que nos oferece o Mapa A.3.2.2, com inúmeros concelhos, ao longo de toda a região, com uma participação bastante diminuta (menos de 1%) no tecido empresarial da região, o que evidencia a debilidade do tecido produtivo regional bem como as assimetrias intra-regionais existentes. Apesar disto, entre os pontos fortes da região conta-se o domínio do apoio à instalação industrial (quadro A.3.2.2) e, neste âmbito, destaca-se a existência de espaços infra-estruturados para atracção de investimento produtivo e actividades logísticas, bem como de instituições de ensino superior, tecnológicas e de investigação e de apoio técnico-empresarial.

Em termos sectoriais (quadro 3.2.3.1), analisando os sectores de actividade com mais sociedades<sup>33</sup>, podemos verificar que a contribuição das diversas sub-regiões é quase sempre proporcional ao seu peso regional global. Registe-se, no entanto, a forte componente que assume no Baixo Alentejo o sector da Agricultura e Pesca, ao contrário do que se verifica no Alentejo Central.

Relativamente ao emprego (quadro 3.2.3.1; Mapa A.3.2.3), podemos concluir que os níveis de concentração geográfica desta variável são ligeiramente diferentes dos verificados no respeitante às empresas, devido ao facto de existir, em toda a região, um número muito reduzido de empresas de grande dimensão. Assim, para além dos concelhos de Évora, Portalegre e Beja, é em Sines e Santiago do Cacém que se registam maiores contribuições para o emprego regional. Por outro lado, são mais numerosos os concelhos cuja contribuição para o emprego regional é inferior a 1%. Estes concelhos concentram-se, fundamentalmente, nas sub-regiões do Alto e do Baixo Alentejo. Esta última é mesmo a região com menor expressão ao nível do emprego nas sociedades do Alentejo (quadro 3.2.3.1). Por outro lado, são de assinalar os fenómenos de sobre-representatividade (do emprego relativamente ao número de sociedades) no sector do Alojamento na sub-região do Alentejo Litoral (devido ao emprego no Complexo Turístico de Tróia) e no sector da Agricultura e Pesca na sub-região do Alentejo Central.

---

<sup>33</sup> O conceito de *Sociedade* é diferente de *Empresa*, de acordo com a nomenclatura do INE. A variável *Empresa* regista todos os empresários existentes na região, sejam sociedades ou empresários em nome individual (veja-se, por exemplo, a diferença existente em 31-12-1999: o número total de Empresas com Sede no Alentejo era 61775, enquanto o número de Sociedades com sede no Alentejo era apenas de 9023). Assim, explicamos que não sejam iguais os valores percentuais registados no gráfico 3.2.3.4 e no quadro A.3.2.1.

Quadro 3.2.3.1: **Sociedades com sede no Alentejo em 1999**

	Sociedades					Emprego				
	Total	A+B	D	G	H	Total	A+B	D	G	H
<b>Alentejo</b>	9023	1327	1127	3091	911	56276	7630	15171	14975	4086
<b>Alentejo Litoral</b>	19,34	18,91	17,75	18,21	22,39	19,89	15,1	17,76	14,79	30,74
<b>Alto Alentejo</b>	23,62	24,72	24,13	23,29	25,14	25,88	20,9	34,01	26,64	26,43
<b>Alentejo Central</b>	36,47	32,93	39,13	36,69	35,24	36,88	41,9	39,42	36,79	29,86
<b>Baixo Alentejo</b>	20,57	26,83	18,99	21,81	17,23	17,36	22,1	8,8	21,78	12,97

Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região do Alentejo

Unidade: Na linha Alentejo, as variáveis estão representadas pelos seus valores; nas linhas correspondentes às sub-regiões temos valores percentuais.

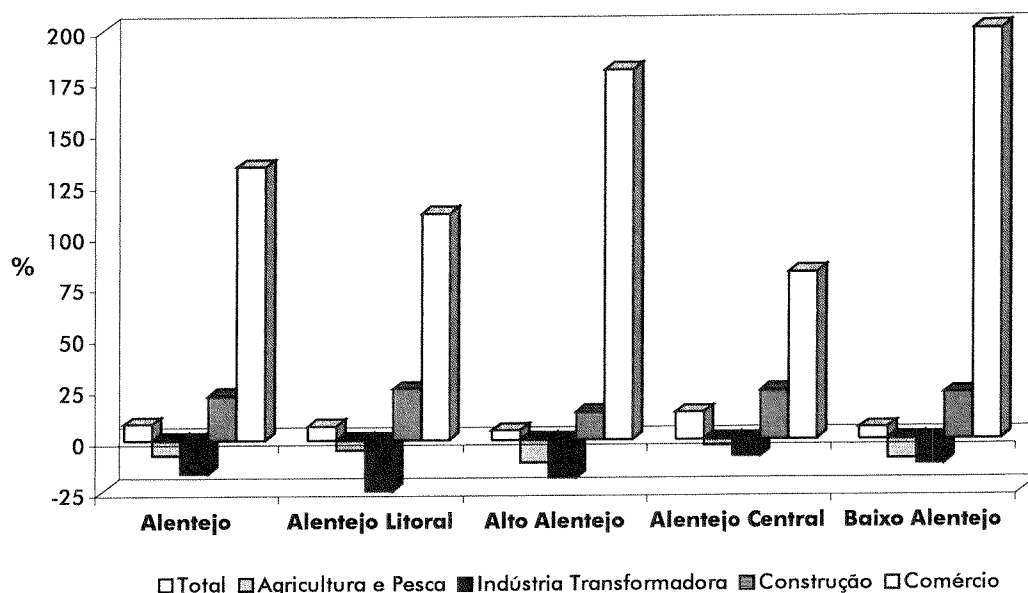
Legenda: Sector de Actividade A+B: Agricultura e Pesca; D: Indústria Transformadora; G: Comércio por grosso e a retalho; H: Alojamento e restauração.

Entre 1992 e 1998 criaram-se 5524 sociedades no Alentejo<sup>34</sup>. Os sectores mais dinâmicos foram o Comércio (35,3% das empresas criadas), a Agricultura e Pesca (11,3%), a Indústria transformadora (10,5%), o Alojamento e Restauração (9,7%) e as Actividades Imobiliárias (8,8%). Estes resultados comprovam os dados relativos à evolução do emprego sectorial no Alentejo (Gráfico 3.2.2.1), na medida em que reflectem o aprofundamento da terciarização das empresas regionais. Em termos geográficos (Mapa A.3.2.4) os concelhos onde se criaram mais sociedades são também aqueles onde a sua concentração é mais intensa: Évora (representa 13,8% das empresas criadas no Alentejo, no período analisado), Beja (7,3%), Elvas (6,3%), Santiago do Cacém (6,1%) e Portalegre (5,9%).

No entanto, quando verificamos a evolução do conjunto de todas as empresas, na década de 90 (gráfico 3.2.3.4) constatamos que o crescimento global registado (7,9%) se ficou a dever ao comportamento dos sectores da Construção e do Comércio (com crescimentos médios, no conjunto da região, de 21,7% e 133,3%, respectivamente) uma vez que nos sectores da Agricultura e Pesca e na Indústria Transformadora se perderam empresas em todas as sub-regiões do Alentejo (em média, no total da região, as perdas foram de, respectivamente, 7,1% e 16,3%).

<sup>34</sup> Dados do INE – Anuários Estatísticos da Região do Alentejo (vários anos). Por Criação de empresas entende-se Criação Líquida, ou seja, Constituição menos Dissolução.

**Gráfico 3.2.3.4: Taxa de crescimento do número de empresas sediadas no Alentejo, por sector de actividade (1991-1999)**



Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região do Alentejo (vários anos)

Os sectores do *Comércio por grosso e a retalho* e *Agricultura, produção animal, caça e silvicultura* são aqueles onde se concentra o maior número de empresas. No entanto, estas empresas têm uma dimensão muito pequena: os volumes de negócios não ultrapassam os 29 mil contos e têm menos de 5 pessoas ao serviço. No *Comércio por grosso e a retalho* (sector responsável por 8% do VABpm do Alentejo – gráfico 3.2.3.5) predominam as empresas familiares, detentoras de unidades de comércio tradicional, pouco diversificadas, com débeis condições de organização e gestão, onde os recursos humanos têm baixos níveis de qualificação (CCRA, 1999:22). Estes estabelecimentos sofrem a concorrência, por um lado, das grandes superfícies instaladas na região e, por outro, da atractividade exercida pelas cidades de Lisboa e Badajoz.

No sector da *Agricultura, produção animal, caça e silvicultura*, que contribui com cerca de 10% para o VABpm do Alentejo (gráfico 3.2.3.5) a dimensão das explorações e a fraca dinâmica empresarial condicionam o desenvolvimento do sector, onde se regista uma forte dependência dos rendimentos agrícolas relativamente às ajudas directas à produção. A estrutura produtiva predominante no Alentejo, dependente de culturas arvenses de sequeiro e da pecuária extensiva, é particularmente sensível a factores externos à região, nomeadamente os que decorrem da implementação da PAC (quer seja por via da atribuição de ajudas ao rendimento ou do estabelecimento de quotas de produção) e da liberalização dos mercados (quadro A.3.2.2 – Pontos fracos).

Os sectores do *Alojamento e restauração* e *Indústria transformadora* são, tal como em todo o país, os outros sectores com maior número de empresas (ainda que o grau de concentração, neste último, seja menor que a média nacional). No sector do *Alojamento e restauração* (responsável por 2% do VABpm do Alentejo – gráfico 3.2.3.5) o Alentejo dispõe de aproximadamente 100 unidades de alojamento (5,7% do total nacional), com uma capacidade de 7573 camas (3,5% do total nacional). Esta oferta, bastante concentrada no Alentejo Litoral (Complexo de Tróia), tem vindo a conhecer, nos últimos anos, um significativo aumento nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo Central, nos domínios da hotelaria tradicional e das unidades de Turismo em Espaço Rural, dando resposta a uma procura crescente por actividades de turismo cultural, de tipo *short-break*, o que é potenciado pela proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, ao Algarve e à fronteira espanhola (quadro A.3.2.2 – Oportunidades).

Na *Indústria transformadora* (que contribui com 9% para o VABpm do Alentejo – gráfico 3.2.3.5) as secções *Indústria alimentar* e *Indústria de produtos metálicos e máquinas* são as principais empregadoras, enquanto as secções *Fabricação de produtos químicos* e a *Indústria alimentar* são as que registam maiores volumes de facturação. A indústria agro-alimentar, por seu turno, tem vindo a conquistar quota de mercado, em termos nacionais e internacionais, procurando consolidar um conjunto de produtos tradicionais de qualidade (nomeadamente vinho, azeite, enchidos, queijo e produtos pecuários) sob a marca *Alentejo* (quadro A.3.2.2 – Pontos fortes). No entanto, neste domínio a região apresenta como pontos fracos (quadro A.3.2.2) a não estruturação das fileiras agro-industriais e a desorganização na forma como as empresas enfrentam os mercados.

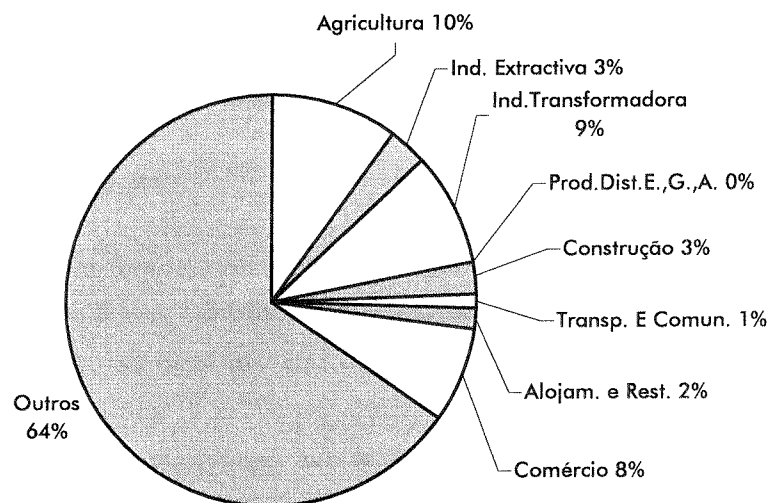
De um modo geral, as empresas alentejanas seguem o padrão de localização sectorial médio do país, com excepção do sector agrícola, cujo peso no total das empresas alentejanas é bem mais forte (este sector tem 25% das empresas da região e contribui com 10% para o VABpm do Alentejo). No entanto, os principais empregadores são os sectores do *Comércio por grosso e a retalho* e da *Indústria transformadora*. As empresas de maior dimensão, em termos de volume de vendas, localizam-se no Litoral Alentejano (19,3% das empresas geram 27,9% do volume de vendas) e pertencem fundamentalmente ao sector das indústrias químicas.

A *Indústria extractiva*, que contribui com cerca de 3% para o VABpm do Alentejo (gráfico 3.2.3.5), é uma importante fonte de rendimento e de riqueza em duas zonas particulares do Alentejo: por um lado, no triângulo Estremoz, Borba e Vila Viçosa (Alentejo Central) e, por outro, em Castro Verde (Baixo Alentejo). No primeiro caso temos uma importante concentração de pequenas empresas extractivas de mármore (62% do total de empresas do sector existentes em Portugal, onde se extrai 61% do volume total de mármore, ocupando

70% do total do emprego), onde é débil a qualificação dos trabalhadores e praticamente inexistente a cooperação inter-empresarial.

No entanto, a percepção da existência de economias de aglomeração, nomeadamente ao nível da mão-de-obra especializada, tem favorecido o desenvolvimento do efeito de fileira, com novos investimentos com vista a aumentar o grau de transformação do produto, promovendo a melhoria na competitividade empresarial (DGDR, 2000: 365), que, por seu turno, não deve ser dissociada do funcionamento regular do CEVALOR<sup>35</sup>. No segundo caso, temos o filão de cobre de Neves Corvo, explorado por uma empresa de capitais públicos portugueses (participada por capitais estrangeiros), enquadrada nos circuitos do comércio internacional, cuja rendibilidade é fortemente influenciada pela cotação internacional deste produto.

Gráfico 3.2.3.5: Distribuição do VABpm no Alentejo, por sector de actividade (1997)

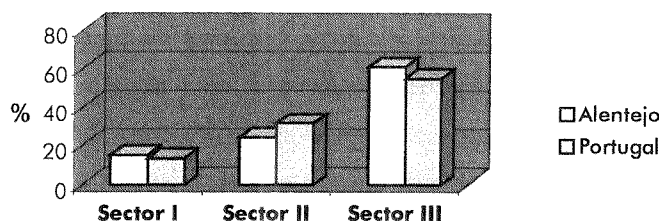


Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo

O conjunto das empresas alentejanas apresenta um nível médio de produtividade significativo: estas unidades económicas, 3,4% do país, contribuem com 4,6% para o VABpm nacional. O sector que mais contribui para o VAB regional é o terciário, ainda que seja aquele onde a produtividade é menor (gráficos 3.2.3.6 e 3.2.3.7), o que decorre da natureza dos serviços gerados (nas zonas menos desenvolvidas é habitual que o sector terciário seja fundamentalmente um produtor de bens não transaccionáveis, os quais têm um peso considerável, em termos de emprego, face ao VABpm que geram).

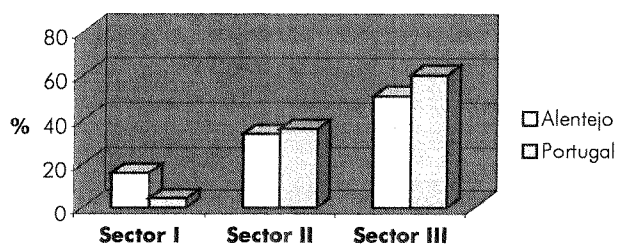
<sup>35</sup> O CEVALOR (Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais) visa o "estudo e desenvolvimento de iniciativas que permitam concretizar a ligação entre as actividades de investigação, transferência tecnológica, demonstração, prestação de serviços, ensino, formação e informação, no âmbito das Rochas Ornamentais e Industriais".

Gráfico 3.2.3.6: População empregada por sector de actividade (1997)



Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo

Gráfico 3.2.3.7: VABpm por sector de actividade (1997)



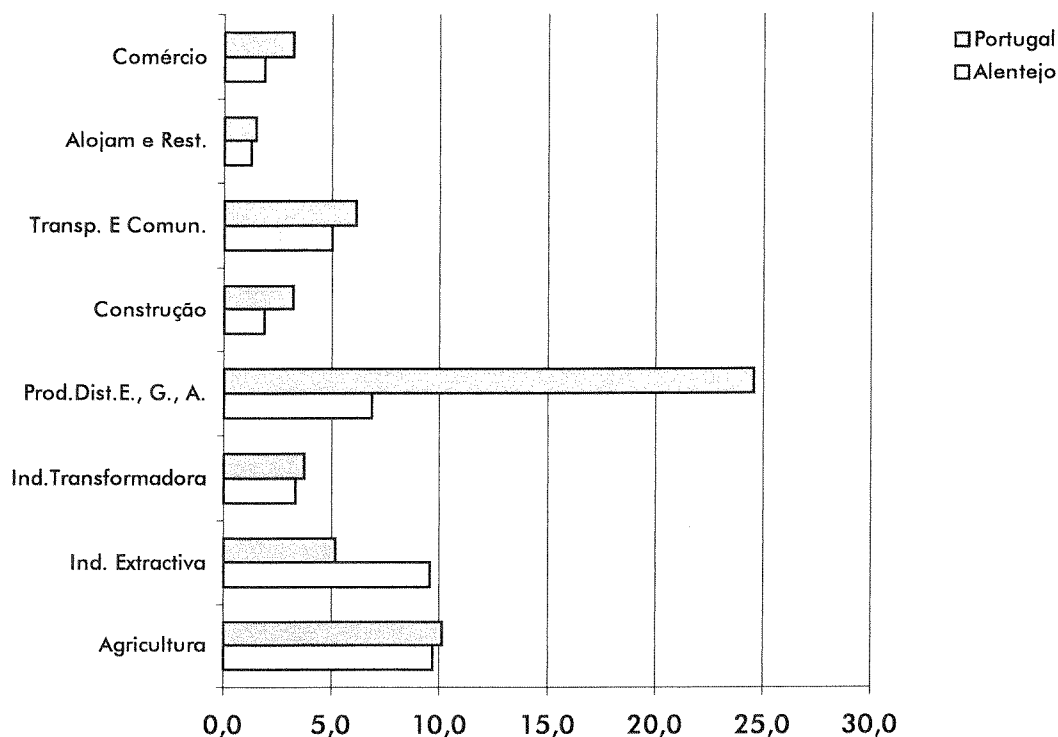
Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região do Alentejo

Os sectores económicos que no Alentejo apresentam melhores relações VABpm/Emprego (gráfico 3.2.3.8) são a *Agricultura* e a *Indústria Extractiva*, o que decorre, em boa medida, da fragilidade do denominador, ou seja, do facto de estes sectores não estarem entre os maiores empregadores. A indústria extractiva é, entre os sectores analisados, aquele que tem um desempenho mais eficaz na região, por comparação com a média nacional. Em todos os outros verifica-se que a produtividade do trabalho no Alentejo é menor que no país.

As empresas alentejanas, de pequena dimensão e com frágeis estruturas de capital, direccionam-se fundamentalmente para o mercado local e regional. De facto, a inserção da economia alentejana nos mercados internacionais tem sido deficiente, ainda que alguns produtos e recursos regionais estejam a ganhar uma posição crescente no estrangeiro; por outro lado, tem-se vindo a assistir a alguns investimentos significativos em indústrias modernas e de intensidade tecnológica apreciável, associados a capitais externos. A economia alentejana tem uma influência muito pequena nos fluxos comerciais com o exterior (aproximadamente 4% do país), o que deriva directamente de boa parte das transacções ser feita por mar e no Alentejo apenas existir um porto comercial (Sines) que funciona somente como porto graneleiro (e não de carga geral). A análise regional do comércio externo revela uma forte concentração das exportações nos sectores *Produtos minerais e suas obras e*

*Química*, o que coloca o Alentejo, deste ponto de vista, numa posição muito frágil, na medida em que está dependente apenas de dois sectores de actividade, onde as exportações são baseadas em recursos naturais, com fraco nível de transformação e, conseqüentemente, baixo valor acrescentado<sup>36</sup>.

Gráfico 3.2.3.8: **Produtividade do trabalho em alguns sectores de actividade (1997)**



Fonte: INE- Anuário Estatístico da Região do Alentejo  
Unidade: milhões de escudos/pessoa empregada.

O principal investimento público no Alentejo que tem vindo a ser desenvolvido desde os anos 90, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (E.F.M.A.), prevê um diversificado conjunto de valências: a produção de energia, a modernização agrícola e agro-pecuária, designadamente por via da introdução do regadio, e ainda o turismo e o lazer. Em termos de criação de emprego (directo, indirecto e induzido), cujo montante global, em ano cruzeiro, se estima em 10 mil postos de trabalho<sup>37</sup>, os sectores da agricultura e turismo deverão ser os que mais podem registar maiores crescimentos.

<sup>36</sup> REGO, C.; VAZ, E., 2000.

<sup>37</sup> UCP(CEA)/UE(ADCEE), 1997.

Este empreendimento tem, por outro lado, sido alvo de fortes críticas, nomeadamente por parte das associações ambientalistas que identificam diversos impactes negativos sobre o ecossistema local<sup>38</sup> bem como a debilidade do contributo para o desenvolvimento económico e social da região, face ao investimento necessário à sua implementação.

### 3.2.4 Rendimentos e financiamento

Uma das medidas mais frequentemente usadas para avaliar o grau de riqueza de uma região é o PIB per capita. O Alentejo apresenta, neste indicador, uma posição muito desfavorável relativamente à média nacional (entre as regiões do continente português, é a que mais se afasta da média) e, por maioria de razão, relativamente à média da União Europeia. O Alentejo é uma das 25 regiões mais pobres da União Europeia (em 1998, o indicador *PIB per capita* representava 66,8% da média europeia<sup>39</sup>).

Paralelamente, podemos verificar que os rendimentos auferidos no Alentejo são mais baixos que a média nacional. Em 1995, o *Rendimento Disponível das Famílias* residentes no Alentejo (quadro A.3.2.1) era apenas 4,4% do total nacional, o que demonstra que esta variável, em média, registava valores mais baixos no Alentejo que no conjunto do país. Também os *Ganhos médios por sector de actividade* (quadro A.3.2.1) são inferiores no Alentejo (com excepção do sector da Indústria Transformadora). No Alentejo, as remunerações médias mais altas são pagas aos *Quadros superiores* e no sector das *Actividades financeiras*. A disparidade de remunerações não é, apesar de tudo, muito intensa, na medida em que os *Quadros superiores*, os trabalhadores mais bem pagos, recebem, em média, cerca de quatro vezes mais que os *Praticantes e aprendizes*, a categoria profissional com remunerações médias mais baixas<sup>40</sup>.

Por outro lado, o *Índice de Preços no Consumidor* é mais elevado no Alentejo que no conjunto do país (quadro A.3.2.1). Assim, não será de estranhar que a região apresente um *Índice de Poder de Compra* que não ultrapassa os 68% da média nacional (quadro A.3.2.1), sendo a região do continente português pior posicionada neste indicador (só as regiões autónomas apresentam valores mais baixos).

Nos últimos 15 anos, o Alentejo tem vindo a receber um volume muito significativo de financiamentos. A partir de meados da década de 80, os financiamentos nacionais, por via

<sup>38</sup> A este respeito, assinala-se a descoberta de um conjunto de gravuras pré-históricas que deverão ficar submersas pela barragem.

<sup>39</sup> Fonte: Comissão Europeia, 2001.

<sup>40</sup> Dados do DETEFP.



do PIDDAC<sup>41</sup>, e os comunitários, por via dos QCA<sup>42</sup>, privilegiaram fundamentalmente três áreas<sup>43</sup>: as infra-estruturas (económicas e de transportes e comunicações), a educação e a formação profissional e o sector agrícola. Estes sectores absorveram a maioria dos 546 milhões de contos que foram transferidos para o Alentejo, através do QCA II, entre os anos de 1994-99, e continuarão a reter a maioria dos apoios financeiros destinados à região no âmbito do QCA III (até 2006).

Durante os próximos cinco anos serão canalizados para o Alentejo 844 milhões de contos (9,9% do total nacional) – a maior transferência de todos os QCA para o Alentejo – que procurarão, maioritariamente, fortalecer a base económica regional (44%), apoiar o sector agrícola (23%) e qualificar os recursos humanos regionais (15%).

### 3.2.5 Indicadores sociais

A análise dos diversos Índices de Desenvolvimento Humano (quadro A.3.2.1) revela que no Alentejo só o Índice de Esperança de Vida é mais favorável na região que o relativo à média nacional. Todos os outros mostram que a população alentejana apresenta um padrão de desenvolvimento inferior à média nacional. No entanto, deve salientar-se que, em todos estes indicadores, a região registou uma evolução positiva ao longo dos anos 90<sup>44</sup>.

No domínio dos indicadores sociais, o Alentejo, de um modo geral, e o concelho de Évora, em particular, dispõem de um conjunto de boas infra-estruturas no que respeita ao ambiente e aos indicadores de conforto básicos, existindo uma significativa percentagem de população beneficiada por infra-estruturas básicas. Entre os pontos fortes identificados na análise SWOT relativa ao Alentejo (quadro A.3.2.2), salienta-se o elevado nível de preservação ambiental existente na região, uma forte identidade cultural aliada ao profundo enraizamento da população residente, e um importante conjunto patrimonial, natural e construído. No entanto, já não se enquadra neste domínio a análise das variáveis no âmbito das novas tecnologias da informação (computadores e telemóveis) ou da dotação de equipamentos e infra-estruturas de apoio à primeira infância e à terceira idade (CCRA, 1999: 14), bem como equipamentos que garantam o acesso à cultura, desporto e ocupação de tempos livres (quadro A.3.2.1), sendo referidos, inclusivamente, entre os pontos fracos da região (quadro A.3.2.2). Os principais equipamentos de carácter sócio-cultural concentram-se nos centros urbanos de maior dimensão, o que gera problemas de acessibilidade que afectam, sobretudo, as populações residentes nas zonas rurais. De modo idêntico, a oferta

<sup>41</sup> PIDDAC: Plano de Investimentos Directos da Administração Central.

<sup>42</sup> QCA: Quadro Comunitário de Apoio.

<sup>43</sup> REGO, C.; VAZ, E., 2000.

<sup>44</sup> REGO, C.; VAZ, E., 2000.

de diversos serviços (educação, segurança social, cultura, desporto e saúde) também se concentra nos maiores centros urbanos.

Em termos de dotação no domínio da saúde (quadro A.3.2.1), a debilidade dos indicadores relativos ao Alentejo contrasta com os resultados acima da média apresentados pelo concelho de Évora, o que decorre da existência de uma unidade hospitalar de âmbito distrital com valências a este nível territorial. No entanto, são significativas as “carências a nível hospitalar, dado o acréscimo sistemático da procura de cuidados diferenciados e, em particular, das urgências, facto que aponta para a necessidade de construção de um hospital regional. A rede de centros de saúde, responsável pela prestação de cuidados de saúde primários, por seu turno, caracteriza-se pela existência de elevados problemas de acessibilidades, que afectam particularmente as populações rurais e mais periféricas relativamente à sede de concelho. Verifica-se também uma significativa carência de estruturas de internamento para doentes idosos, que não carecem de cuidados hospitalares, acentuada pelo progressivo envelhecimento da população” (CCRA, 1999: 14).

Em termos de infra-estruturas rodoviárias tem-se assistido à melhoria das ligações inter-regionais e internacionais, em detrimento das ligações intra-regionais. O traçado das principais vias reflecte o cuidado de ligar os principais centros urbanos, bem como o litoral ao interior e a Espanha, sem preocupações no que toca à melhoria das acessibilidades intra-regionais (quadro A.3.2.2 – Pontos fracos). A este nível, a fraca densidade da rede rodoviária municipal, aliada ao perfil das vias e ao mau estado do pavimento, não facilita os acessos no interior da região, o que tem provocado as consequências já referidas na ocupação do território.

A rede ferroviária, por seu turno, apresenta fortes limitações decorrentes da degradação das vias, particularmente nos troços de interesse exclusivamente regional. De igual modo, a sua estrutura sempre se mostrou distorcida e desajustada relativamente à rede urbana da região, situação que foi agravada com a supressão do transporte de passageiros, substituído por circulações rodoviárias nos ramais do interior. O mau estado de parte importante da rede e o envelhecimento do material circulante agravam as limitações apresentadas pelo sistema regional de transporte ferroviário. Para isso concorre igualmente a reduzida acessibilidade a este modo de transporte, resultante do traçado e da baixa densidade de pontos de acesso e agravada pela política de supressão de paragens e serviços em certas linhas e ramais. Esta situação, aliada à fraca mobilidade da população e aos tempos de percurso, longos e penalizados por transbordos e, portanto, não concorrenciais com o transporte rodoviário, contribui para explicar os baixos níveis de tráfego ferroviário de passageiros; tal facto tende, por sua vez, a ser utilizado como justificação para a redução dos serviços ferroviários e para a não realização dos investimentos necessários.

A análise das infra-estruturas portuárias permite afirmar que apesar da grande importância nacional do Porto de Sines, a sua especificidade como porto graneleiro ligado à petroquímica, tem impedido que essa infra-estrutura preste um efectivo serviço de transporte de mercadorias de e para o Alentejo. A inexistência de um cais de carga geral tem como consequência o desvio, para outros portos, das mercadorias produzidas (ou transformadas) e consumidas na região.

Não existindo aeroportos civis no interior da região, é o aeroporto de Lisboa que, dada a sua importância e proximidade, melhor serve o Alentejo, situando-se a 1.30h/2.00h. Para determinadas deslocações, o aeroporto de Faro poderá constituir-se como alternativa. Para melhorar o transporte de mercadorias, estão em curso obras de adaptação na antiga base militar, na cidade de Beja, com vista a criar um aeroporto de carga geral que deverá servir o sul do país e a zona fronteiriça espanhola.

No domínio das telecomunicações, apesar da melhoria ocorrida na década de 90, o Alentejo continua a evidenciar carências que decorrem quer da antiguidade dos equipamentos, quer do custo de implantação de novos postos principais e da lenta introdução da rede de fibras ópticas.

### **3.2.6 Notas finais**

O Alentejo, com os seus 535 mil habitantes, é a região portuguesa menos densamente povoada. A população, duplamente envelhecida, vive fundamentalmente em aglomerados urbanos de pequena e média dimensão, enquanto as áreas rurais se desertificam. Évora, com os seus 56525 habitantes, é a maior cidade da região.

A população activa também é diminuta, estimando-se que não ultrapasse os cerca de 220 mil indivíduos. Depois do fim do predomínio da actividade agrícola, o sector terciário passou a ser que ocupa mais activos, sendo baixo o seu nível médio de qualificações bem como a escolaridade. É fortemente condicionador de qualquer estratégia de desenvolvimento que se procure implementar na região o facto de 21% dos residentes não possuírem qualquer nível de habilitação e cerca de 35% apenas terem quatro anos de escolaridade. O desemprego, por seu turno, de carácter estrutural, apresenta valores mais elevados que a média nacional, sendo sobretudo os indivíduos com menores habilitações, portanto com maiores dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, que são mais afectados pelo fenómeno.

O tecido empresarial é débil, constituído predominantemente por empresas de muito pequena dimensão, registando-se apenas casos pontuais de concentrações industriais de maior dimensão, decorrentes, muitas delas, de iniciativas externas à região. A actividade empresarial não se distribui de forma homogénea pelo território, verificando-se, em termos geográficos e sectoriais, aglomerações de unidades empresariais, nomeadamente nos concelhos de Évora, Vendas Novas, Borba, Estremoz e Vila Viçosa, Santiago do Cacém, Sines, Elvas, Campo Maior, Portalegre, Ponte de Sôr, Beja e Castro Verde, com as consequentes assimetrias intra-regionais.

O sector do *Comércio por grosso e a retalho* é o que integra maior número de empresas e foi o que, na década de 90, revelou maior dinamismo em termos da criação de sociedades; a par da *Indústria transformadora*, é um dos maiores empregadores da região. A análise da produtividade média do trabalho nas empresas alentejanas revela-se positiva devido à influência do comportamento dos sectores agrícola e extractivo, onde o número de trabalhadores é baixo. A actividade económica do Alentejo poderá vir a ser influenciada de forma positiva, a médio e longo prazo, se vierem a ser concretizados alguns projectos estruturantes para a economia da região, nomeadamente os investimentos previstos no âmbito do empreendimento de Alqueva e do aeroporto de Beja.

A debilidade da actividade económica reflecte-se na qualidade de vida dos residentes da região. Em termos de rendimentos, da região e dos seus residentes, os dados disponíveis para o PIB *per capita* revelam que o Alentejo é uma das 25 mais pobres regiões da Europa comunitária, sendo a que mais se afasta da média do país. Paralelamente, o rendimento disponível das famílias alentejanas apresenta valores mais baixos que o conjunto do país enquanto que os preços no consumidor são, em média, mais elevados, pelo que o indicador do poder de compra regional é apenas 68% do total nacional, sendo este o pior resultado apresentado por todas as regiões do continente.

A qualidade de vida da população do Alentejo pode-se avaliar também através da dotação infra-estruturas. Se, por um lado, a região está razoavelmente bem equipada no domínio das infra-estruturas básicas e apresenta um nível de preservação ambiental e cultural muito significativo, já o mesmo não acontece com os equipamentos sociais, designadamente no domínio da saúde e do apoio à terceira idade, os quais assumem particular importância numa região envelhecida como o Alentejo. Dado que a sua localização coincide com os principais aglomerados urbanos, colocam-se problemas de acessibilidade a estes equipamentos, na medida em a população idosa é a que mais habita as áreas rurais.

No domínio das infra-estruturas de comunicação, verifica-se que a região está razoavelmente dotada de uma rede rodoviária que cumpre de forma satisfatória os

objectivos de garantir boas acessibilidades às regiões limítrofes (Lisboa, Espanha e Algarve) mas revela carências no que respeita às acessibilidades intra-regionais, tornando demorados os percursos de ligação entre as áreas rurais e as sedes de concelho. A rede ferroviária encontra-se obsoleta e não cumpre de todo as suas funções de transporte de passageiros e mercadorias. As infra-estruturas portuárias servem apenas para o transporte de determinadas mercadorias, e as aero-portuárias ainda estão em desenvolvimento. Este cenário coloca a região na dependência das ligações rodoviárias para o transporte de mercadorias e pessoas, quer seja no interior do território, quer nas ligações com o exterior, o que não se revela como a solução economicamente mais eficiente, do ponto de vista dos residentes e das empresas.

O Alentejo, ainda que do ponto de vista dos equipamentos e das infra-estruturas de apoio à população e à actividade económica, ofereça um quadro de indicadores razoáveis, continua a apresentar fortes debilidades no que toca ao seu recurso fundamental - a população - na medida em que esta continua a revelar sinais de envelhecimento e de baixas qualificações. Neste contexto, não será expectável que a dinâmica económica se altere de forma significativa através das acções promovidas pelos agentes económicos regionais, o que coloca a região na dependência de iniciativas exógenas que possam vir a ser promotoras do seu desenvolvimento.



### 3.3 Algumas características da Universidade de Évora

#### 3.3.1 Introdução

A Universidade de Évora (U.E.), reabriu em 1979, ainda que o ensino universitário em Évora tenha sido retomado em 1973 com a criação do Instituto Universitário de Évora. Actualmente<sup>45</sup> conta com cerca de 8000 alunos distribuídos pelos 33 cursos (quadro A.3.3.1) de licenciatura<sup>46</sup> (7490 alunos) e por mais de 20 cursos (quadro A.3.3.2) de mestrado e de pós-graduações (369 alunos).

#### **Universidade de Évora: Missão e objectivos<sup>47</sup>**

A Universidade de Évora define-se como um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência e da investigação, se integra na vida da sociedade. Os fins da Universidade são:

- a) formação humana, cultural, científica e técnica,
- b) realização de investigação fundamental e aplicada,
- c) prestação de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca,
- d) intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras,
- e) a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus.

<sup>45</sup> Dados reportados ao ano lectivo 1999/2000.

<sup>46</sup> O Senado da Universidade de Évora aprovou, na sua reunião de 18 de Abril de 2001, a abertura de novas licenciaturas, como início no ano lectivo 2001/02, em Tradução, Actividade Física, Engenharia Agro-alimentar e Arquitectura.

<sup>47</sup> Estatutos da Universidade de Évora, artº2.

A U.E. encontra-se instalada em nove edifícios<sup>48</sup>, no centro histórico da cidade e área limítrofe, onde se lecciona e funcionam todos os serviços, o que lhe confere um conjunto patrimonial histórico bastante relevante, contribuindo para o conceito de “cidade universitária”. No pólo da Mitra, uma herdade experimental a cerca de 12 km da cidade, estão sedeados os departamentos da área das Ciências Agrárias e alguns da área das Ciências da Natureza e Ambiente. Para além destes espaços principais, a U.E. está dispersa por todo o Alentejo, com pólos e unidades de experimentação em Alter do Chão, Beja, Estremoz, Ferreira do Alentejo, Marvão, e Sines.

A estrutura da U.E., contemplada nos Estatutos aprovados em 1989, baseia-se no modelo de organização departamental. Assim, as diversas áreas do saber estão organizadas em torno de cinco áreas departamentais: Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Ambiente, Ciências Exactas, Ciências Económicas e Empresariais e Ciências Humanas e Sociais. Estas áreas departamentais agregam, pois, vários departamentos que são “as unidades orgânicas responsáveis pela coordenação dos meios humanos e materiais de forma a assegurarem quer a distribuição do serviço docente, quer a apreciação das actividades de prestação de serviços e de investigação, em colaboração com os restantes órgãos” (Universidade de Évora, 1999: 10). Paralelamente a estas estruturas foram criados Centros de Investigação, com vista a fomentar uma maior interdisciplinaridade científica<sup>49</sup>. Compete-lhes “a realização de actividades de investigação fundamental e aplicada, estudos e pesquisas, congregando a participação de docentes, investigadores e técnicos especializados em diferentes domínios do saber” (Universidade de Évora, 1999: 10).

### 3.3.2 Alunos

O número de alunos que frequenta a U.E. (gráfico 3.3.2.1) tem vindo a aumentar, desde 1975/76, quando a instituição ainda era Instituto Universitário de Évora e contava apenas com 35 alunos. De então para cá este valor aumentou 214 vezes, sendo que as maiores taxas de crescimento (gráfico 3.3.2.2) ocorreram ainda durante os anos 70 (no ano 1976/77 a taxa de crescimento anual foi de 677,1%; em 1978/79 foi cerca de 60% e em 1981/82 aproximadamente 45%). Desde o início dos anos 80 que a taxa de crescimento anual dos alunos inscritos na U.E. tem vindo a diminuir, ainda que em patamares

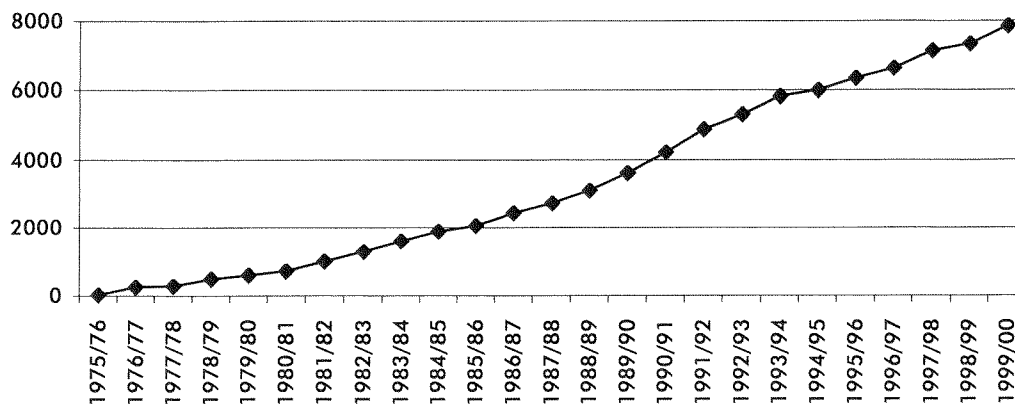
<sup>48</sup> Colégio do Espírito Santo, Colégio Luís Verney, Casa Cordovil, Edifício Santo Agostinho, Palácio do Vimioso, Palácio da Inquisição, Convento do Carmo, Antiga Cadeia de Estudantes e Complexo Leões.

<sup>49</sup> Neste momento estão criados na U.E. os seguintes centros de investigação: ICAM (Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas), CIDEHUS (Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais), CEA (Centro de Ecologia Aplicada), CEEM (Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos), CGE (Centro de Geofísica de Évora), CIMA (Centro de Investigação em Matemática e Aplicações), CHA (Centro de História de Arte), Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência e Centro de Investigação e Ensino de Línguas.



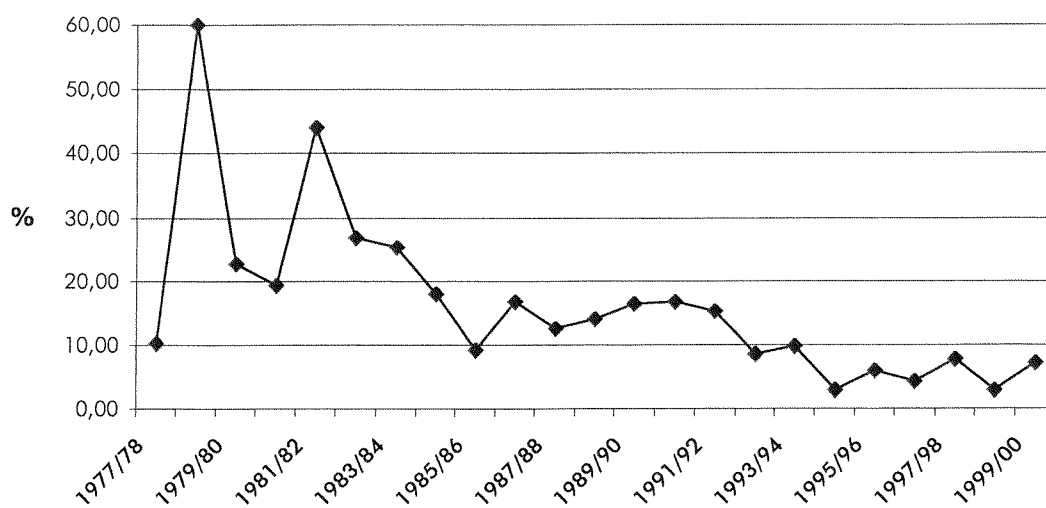
diferentes: durante os anos 80 esta variável situou-se sempre entre 10-20%, enquanto que nos anos 90 nunca ultrapassou os 10%.

**Gráfico 3.3.2.1: Evolução do número de alunos inscritos na Universidade de Évora**



Fonte: Assessoria de Planeamento/Universidade de Évora.

**Gráfico 3.3.2.2: Evolução da taxa de crescimento do número de alunos inscritos na Universidade de Évora**



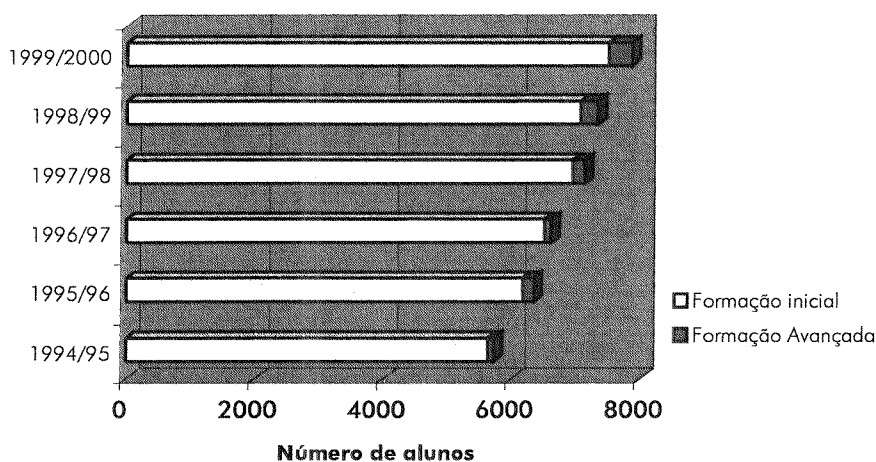
Fonte: Assessoria de Planeamento/Universidade de Évora.

Analisando o período entre 1994/95 e 1999/2000 (gráfico 3.3.2.3), o número de alunos matriculados na U.E. aumentou 37%, tendo sido bastante grande o crescimento, neste período, do número de alunos de formação avançada (passou de 100 em 1994/95 para

369 em 1999/2000). Os alunos da U.E. frequentam, basicamente, cursos de formação inicial (95% dos alunos matriculados).

Mais de metade dos alunos destes cursos estão inscritos nas áreas de formação tradicionais da U.E.: cerca de 25% destes alunos frequentam cursos de Ensino, ou seja, cursos de formação de professores; 14,3% Economia e Gestão de Empresas; 15,7% Engenharia Agrícola e Zootécnica e 4,6% Sociologia. Os cursos nas áreas das Engenharias Industriais, muito exigidos pelo tecido empresarial, são frequentados por poucos alunos (2,5% do total de inscritos). Poucos também são os “trabalhadores estudantes” da U.E.: apenas 8,6% de total de alunos inscritos. Estes alunos distribuem-se por todas as áreas de formação da U.E.. No entanto, os cursos onde estes alunos mais se inscrevem são os de Economia e Gestão de Empresas (16,7%), Engenharia Agrícola e Zootécnica (12,4%), Sociologia (9%) e Engenharia Informática (4,6%). Os alunos de formação inicial da U.E., são cerca de 3,2% do total de alunos matriculados no ensino superior público em Portugal<sup>50</sup>.

Gráfico 3.3.2.3: Evolução do número de alunos inscritos na U.E., segundo o nível de formação



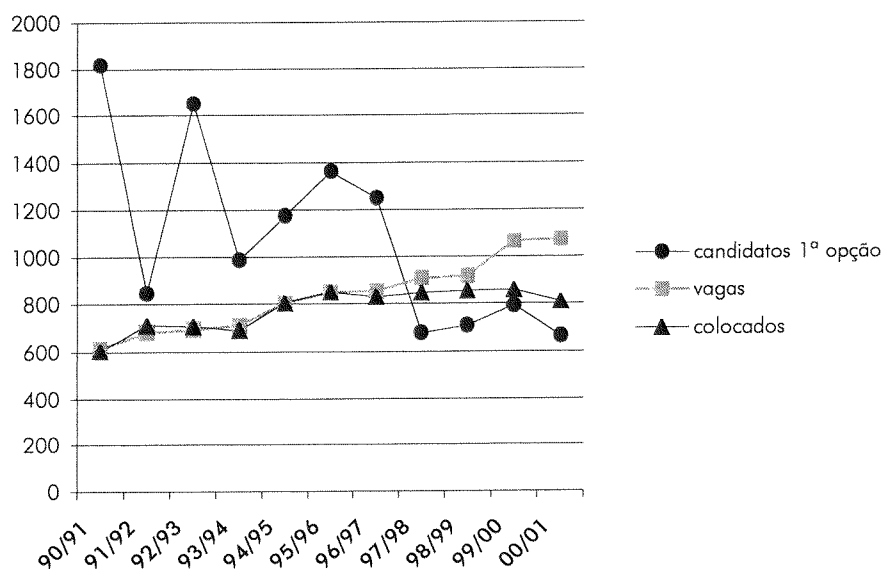
Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora.

Ao longo dos anos 90, o número global de alunos que concorreram à Universidade de Évora diminuiu fortemente (descendo dos cerca de 11700 para os 4600), bem como o de candidatos (gráfico 3.3.2.4) para quem este estabelecimento de ensino é a primeira opção (cerca de 63,3%). Enquanto no ano lectivo 1990/91 concorriam à U.E. 19,1 candidatos por vaga disponível, no ano lectivo de 2000/01 esse rácio era apenas de 4,29. Este valor, no

<sup>50</sup> Dados reportados ao ano lectivo 1999/2000.

entanto, é superior ao que se verifica para o total das instituições públicas portuguesas de ensino superior<sup>51</sup>. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, a procura dirigida aos cursos de Economia, Gestão de Empresas, História (ensino), Engenharia Agrícola e Engenharia Zootécnica, que diminuiu, no período analisado, cerca de 88% em consequência do aumento da oferta nestas áreas científicas, nas instituições de ensino superior privado e no ensino politécnico público.

Gráfico 3.3.2.4: **Evolução do número de alunos candidatos e colocados na Universidade de Évora**



Fonte: Assessoria de Planeamento da Universidade de Évora.

De sentido contrário, no entanto, foi a evolução do número de alunos que entrou na U.E.: em 1990/91 o número de alunos colocados foi cerca de 600 e em 2000/01 foi cerca de 800. Esta evolução foi consequência, fundamentalmente, do aumento e da diversificação da oferta formativa, ao nível das formações graduadas: o número de vagas na U.E. passou de cerca de 600, em 1990/91, para cerca de 1000, em 2000/2001, e o número de cursos passou, no mesmo período, de 16 para 32. Aos cursos recém-criados de Psicologia (em 1999/00), Medicina Veterinária (em 1996/97) e Engenharia Informática (em 1995/96) concorreram, no ano lectivo 2000/01, 37% de todos os candidatos à U.E.

<sup>51</sup> A este respeito, cf. Secção 3.1 deste estudo.

Ao compararmos a evolução destas variáveis (gráfico 3.3.2.4) com outras universidades públicas portuguesas e com os dados dos institutos politécnicos de Beja e de Portalegre (gráficos A.3.3.1 a A.3.3.7) concluímos que:

- i) em todas as instituições, no início do terceiro milénio, o número de vagas oferecidas é sempre superior ao número de alunos colocados, o que resulta de, ao longo da década, o número de vagas ter aumentado de forma mais intensa do que as restantes variáveis analisadas (alunos colocados e candidatos em 1ª opção);
- ii) apenas nas universidades de Lisboa o número de candidatos em 1ª opção é superior ao número de vagas, o que demonstra a maior atractividade que estas instituições exercem sobre os candidatos ao ensino superior;
- iii) na Universidade de Aveiro, apesar de menor que as vagas disponíveis, o número de alunos candidatos em 1ª opção é superior ao número de alunos colocados.

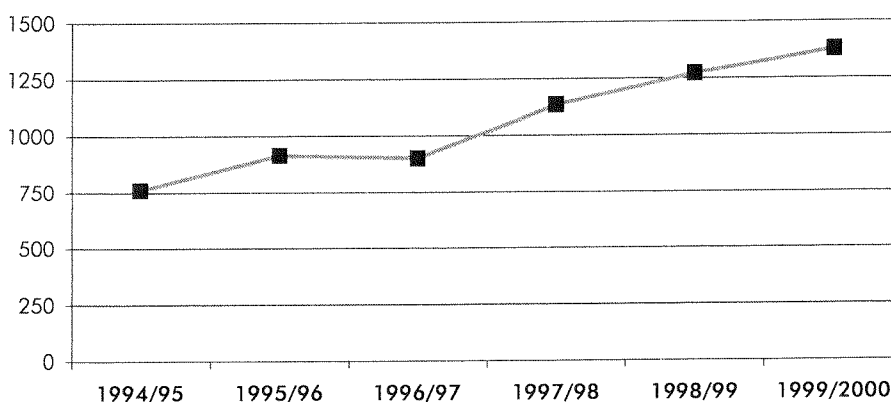
O indicador número de *Alunos candidatos/Vagas* disponíveis revela-nos (gráfico A.3.3.8) que existem, em média, nas instituições analisadas, entre 4 a 5 candidatos para cada vaga (com excepção da Universidade Nova de Lisboa (UNL) onde este valor é de 7,8). Ao longo dos anos 90, registou-se a diminuição deste indicador (quer por via do aumento do número de vagas, quer devido à diminuição do número de candidatos) na generalidade dos estabelecimentos de ensino analisados, sendo que, na Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e na U.E., o decréscimo foi mais acentuado.

No ano lectivo 2000/01, os estabelecimentos de ensino superior do Alentejo recebiam cerca de 5% dos alunos colocados neste sistema de ensino. A U.E. foi a instituição regional que acolheu mais alunos (quadro A.3.3.3) e onde se disponibilizou maior número de vagas. Ao longo dos anos 90 podemos concluir ainda pela diminuição da importância da U.E., em termos da oferta regional de ensino superior, fundamentalmente, devido ao forte crescimento registado pelo Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), quer em termos do número de vagas, quer em termos de alunos colocados. O peso regional do Instituto Politécnico de Beja (IPB) também diminuiu ao longo da década.

Entre os alunos matriculados na U.E. no ano lectivo 1999/2000, 1378 eram bolseiros dos Serviços de Acção Social (18,4% de todos os alunos), recebendo uma bolsa média de 26.729 escudos (133,32 euros). Destes, apenas 588 estavam alojados nas residências

destes serviços. A proporção de alunos que na U.E. beneficiam de apoio social é ligeiramente superior ao que acontece em média no país, onde apenas 17% dos alunos do ensino superior público recebiam apoio social<sup>52</sup>.

Gráfico 3.3.2.5: **Evolução do número de alunos bolsеiros na Universidade de Évora**



Fonte: Serviços de Acção Social da Universidade de Évora.

Entre 1994/95 e 1999/2000 o número de alunos bolsеiros na U.E. aumentou 81,6% (gráfico 3.3.2.5). Esta variação é tanto mais significativa quanto representa, neste período, um aumento de cinco pontos percentuais na proporção de alunos da U.E. que é abrangido por este tipo de apoio.

Na década de 90 a U.E. diplomou, em cursos de formação inicial, 2625 alunos (quadro 3.3.2.1)<sup>53</sup>. Destes, 40,2% terminaram cursos de formação de professores, 25,6% na área da Economia e da Gestão e 18,2% nas áreas da Engenharia Agrícola e Zootécnica. Estes valores revelam a enorme concentração de diplomados (84%) nestas três áreas.

<sup>52</sup> O valor estimado para o país diz respeito ao ano lectivo 1997/98 e o valor para a U.E. refere-se ao ano 1999/00. Para o ano de 1997/98, os bolsеiros de Acção Social na U.E. eram 16,3% dos alunos inscritos em formação inicial.

<sup>53</sup> Dados dos Serviços Académicos da U.E. e da Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Évora. Os valores para os anos de 1990, 1991, 1992 e 1999 não correspondem à totalidade dos alunos diplomados nestes anos, mas apenas à informação disponível.

**Quadro 3.3.2.1: Número de diplomados pela Universidade de Évora,  
segundo o ano de conclusão dos cursos**

ÁREA	ANO										Total
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	
<b>CA</b>	15	30	35	58	111	79	76	38	37	2	<b>478</b>
<b>CE</b>		1	5	9	13	8	12	12	1	1	<b>62</b>
<b>CEE</b>	9	21	62	87	97	118	128	92	58		<b>672</b>
<b>CHS</b>	2	8	3	22	23	16	23	59	23	1	<b>180</b>
<b>CNA</b>	5	5	6	18	28	28	22	23	39	1	<b>175</b>
<b>Ensino</b>			4	177	179	179	204	175	135	3	<b>1056</b>
<b>Artes</b>										2	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>65</b>	<b>115</b>	<b>371</b>	<b>451</b>	<b>428</b>	<b>465</b>	<b>399</b>	<b>293</b>	<b>10</b>	<b>2625</b>

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora e Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Évora.

Legenda: CA (Ciências Agrárias), CE (Ciências Exactas), CEE (Ciências Económicas e Empresariais), CHS (Ciências Humanas e Sociais), CNA (Ciências da Natureza e Ambiente), Ensino (cursos de formação de professores) e Artes (Ensinos Artísticos).

Para ilustrar as principais características dos estudantes de formação inicial da U.E. analisamos os dados relativos aos 1025 alunos que se matricularam, pela primeira vez, neste estabelecimento de ensino, no ano lectivo 1997/98<sup>54</sup>. Obtivemos como “perfil” para o aluno de formação inicial da U.E. (quadro 3.3.2.2) um estudante, maioritariamente do sexo feminino, que se candidata ao ensino superior pela primeira vez, que não reside no distrito de Évora, que não escolheu a U.E. em primeiro lugar, que em poucos casos frequenta o curso que desejava, que optou pela U.E. devido à sua localização e cujos pais têm baixos níveis de escolaridade.

O factor localização parece ser determinante para a escolha da U.E. por parte seus alunos, na medida em que apenas cerca de 30% é proveniente do distrito de Évora. A partir do questionário que a Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Évora levou a efeito junto dos licenciados pela instituição<sup>55</sup>, conclui-se que a proximidade geográfica (em 45,2% dos casos) foi o motivo que mais os influenciou na escolha desta instituição. Os restantes factores foram a informação positiva de amigos, familiares e conhecidos (32,5%), o prestígio da Universidade (15,9%) e as saídas profissionais (6,5%). Por outro lado, entre os factores que justificaram a escolha do curso, para além das saídas profissionais proporcionadas (em 35% dos casos) encontra-se a opção pelo curso mais interessante na área de residência (12,5%).

<sup>54</sup> Os dados usados foram os disponibilizados pelo Ministério da Educação retirados do Boletim de Matrícula do Aluno, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação. Os dados foram tratados estatisticamente com análise descritiva e análise cruzada de variáveis.

<sup>55</sup> Outros resultados obtidos com este questionário são analisados na secção 4.3. deste trabalho.

### Quadro 3.3.2.2: Perfil do aluno de formação inicial da Universidade de Évora

CARACTERÍSTICAS	FREQUÊNCIA
<b>1. Os alunos</b>	
Frequentam cursos de licenciatura	94,8%
A maioria são mulheres	61%
Têm entre 18-20 anos	76%
Candidataram-se pela 1ª vez à Universidade	70,2%
Os pais vão pagar a frequência da Universidade	79,5%
Encontram-se deslocados da residência habitual do agregado familiar	71,1%
Estão alojados em quartos arrendados	30,4%
em casas arrendadas	23,4%
São maioritariamente oriundos dos distritos de Évora	31,5%
Lisboa	13,3%
Santarém <sup>56</sup>	11,2%
<b>2. O agregado familiar</b>	
O rendimento per capita do agregado familiar é superior a 100 mil escudos/mês	45,3%
Os pais têm como profissão <sup>57</sup> :	
Empregados administrativos do comércio e serviços	13,8%
Quadros técnicos intermédios	10,4%
Operários qualificados e semi-qualificados	8,8%
As mães têm como profissão <sup>58</sup> :	
Domésticas	33,4%
Professores	13,2%
Empregados administrativos do comércio e serviços	13,2%
O nível de escolaridade dos pais é:	
Frequência do 1º ciclo do ensino básico	38,3%
Ensino Superior	14,7%
O nível de escolaridade das mães é:	
1º ciclo do ensino básico	41,1%
Ensino Superior	13,9%
<b>3. Relação com a Universidade</b>	
A U.E. é 1ª opção para poucos estudantes	35,8%
A U.E. constitui a 1ª opção para os alunos oriundos de Évora, Beja e Portalegre <sup>59</sup>	
Os cursos onde entraram mais alunos em 1ª opção foram Engenharia Informática, Biologia/Geologia (ensino), Matemática, Português/Francês e Português/Inglês <sup>60</sup>	
Os alunos escolheram os cursos por Vocação, Gosto pelas matérias	73,8%
A escolha da Universidade deveu-se à localização	56,2%
Os alunos pediram conselhos a familiares	28,3%
As características que os alunos mais valorizaram na Universidade são a Garantia de saídas profissionais, a Qualidade das infra-estruturas, e a Organização Geral <sup>61</sup> .	

Fonte: Elaboração própria.

<sup>56</sup> Cf. Quadro A.3.3.4.

<sup>57</sup> Esta variável tem um nível de dispersão muito elevado: o desvio padrão é 7,57.

<sup>58</sup> Esta variável tem um nível de dispersão muito elevado: o desvio padrão é 7,31.

<sup>59</sup> Cf. Quadro A.3.3.4.

<sup>60</sup> Cf. Quadro A.3.3.5.

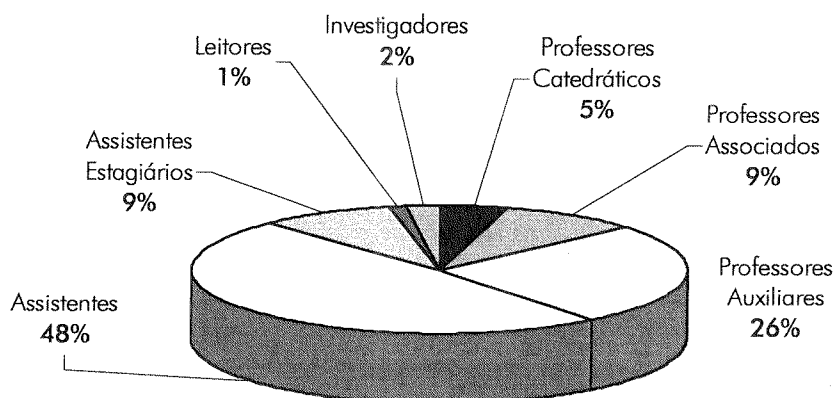
<sup>61</sup> Numa escala de 1 a 5, os alunos classificaram estas variáveis, maioritariamente com 4.

Dos licenciados pela Universidade de Évora sabemos também que, maioritariamente, foram colocados na sua primeira opção nesta instituição (52%), que concluíram os cursos com classificação final suficiente (60%). Apenas 37% terminaram as respectivas formações em cinco anos. Neste momento, são muitos os que guardam uma boa imagem da U.E. (64%) bem como do curso frequentado (46%).

### 3.3.3 Meios humanos

A Universidade de Évora contava<sup>62</sup> com cerca de 1000 funcionários, dos quais 58% são docentes e investigadores. O corpo docente, onde os Assistentes são quase metade, é, portanto, ainda pouco qualificado e com um vínculo precário à instituição. No entanto, entre 1994 e 1998 o aumento no número de professores foi da ordem dos 21,44%, o que revela o esforço que tem vindo a ser feito na melhoria da qualificação do corpo docente (Universidade de Évora, 1999: 30). Os anos 90 foram o período em que mais aumentou o número de docentes doutorados na instituição: dos 140 doutoramentos realizados na U.E., entre 1970 e 2000, 87,9% teve lugar nessa década e das 37 equivalências concedidas a doutoramentos realizados no estrangeiro 62,2% também ocorreu nesses anos<sup>63</sup>.

Gráfico 3.3.3.1: Distribuição do pessoal docente e de investigação por categorias, na Universidade de Évora



Fonte: Serviços Administrativos da Universidade de Évora.

<sup>62</sup> Dados dos Serviços Administrativos da U.E relativos ao mês de Julho de 2000.

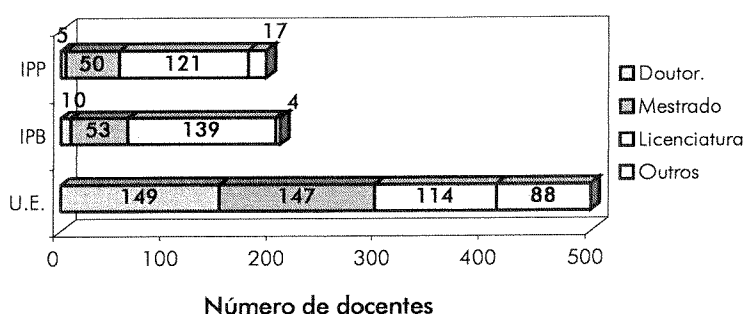
<sup>63</sup> Dados da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).



A U.E. absorve a maioria dos docentes (quadro A.3.3.6) do ensino superior público do Alentejo (55%), mas tem uma expressão diminuta (3,6%) no conjunto dos docentes do ensino universitário público português<sup>64</sup>.

Da comparação dos graus académicos dos docentes, em diversas universidades públicas portuguesas (quadro A.3.3.6.), concluímos que a UNL, a UTL e a Universidade de Aveiro (UA) são aquelas que contam com maior proporção de doutorados no seu corpo docente (respectivamente, 42,1%, 50,4% e 48,7%). Aliás, a UNL e a UTL, que em conjunto representam cerca de 24% dos docentes das universidades públicas portuguesas, têm uma sobre representação de doutores no seu corpo docente (29,1% dos doutorados docentes nestas instituições de ensino superior). Os doutorados da U.E. (29,9% do corpo docente) são bem menos que a média nacional (38,6% dos docentes nas universidades públicas portuguesas). Ainda assim, esta é a instituição de ensino superior público no Alentejo, e no interior do país, onde se concentra maior número de doutorados (gráfico 3.3.3.2). Os docentes habilitados com o grau de Mestre são 29,5% do corpo docente da U.E. Este valor é mais elevado que o verificado nas restantes instituições universitárias analisadas (com excepção da Universidade do Algarve, onde a percentagem de Mestres é 48,1%).

**Gráfico 3.3.3.2: Docentes, por grau académico, nas instituições de ensino superior do Alentejo**



Fonte: Quadro A.3.3.6.

Nos institutos politécnicos do Alentejo, a maioria dos docentes não tem mais que a licenciatura (67,5% dos docentes no caso de Beja e 62,7% na escola de Portalegre), sendo este o grau académico predominante nestes estabelecimentos de ensino em todo o país

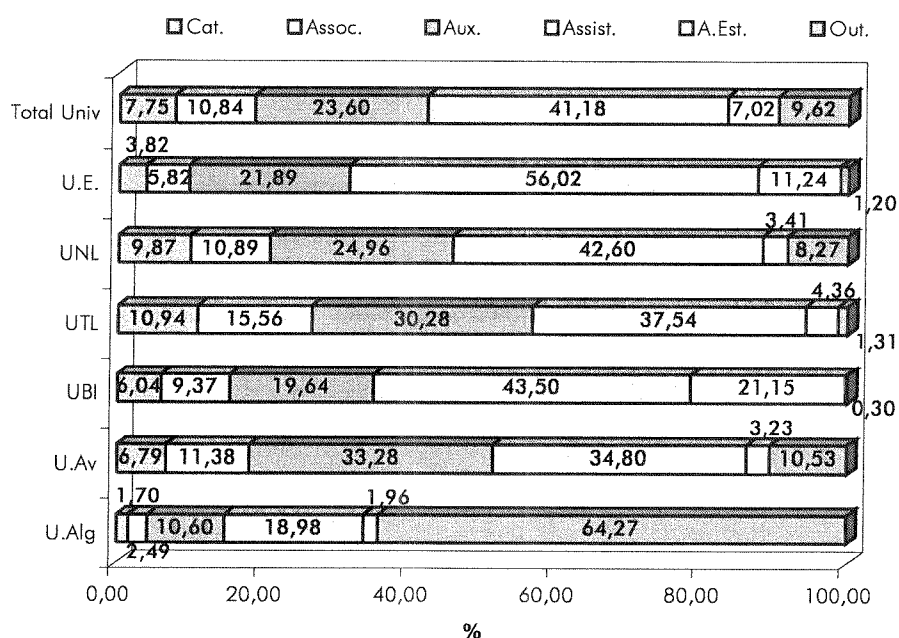
<sup>64</sup> Dados para o ano de 1997.

(58,1%). Nos institutos politécnicos é pouco significativo o número de doutorados (aproximadamente 3% do total).

A análise comparativa do rácio *Alunos/Docente* (quadro A.3.3.8) permite-nos concluir que as universidades lisboetas apresentam, em geral, valores mais favoráveis que as restantes universidades públicas analisadas (a exceção é apenas a Universidade do Algarve). A U.E. é a instituição que tem o valor mais alto para este indicador, ou seja, é onde se verifica o mais elevado número de alunos por docente. Os institutos politécnicos de Beja e de Portalegre apresentam, para este rácio, valores mais baixos que a média do país e que a U.E..

Nas universidades públicas portuguesas, a categoria profissional predominante (quadro A.3.3.7., gráfico 3.3.3.3) é a de Assistente (41,2%), seguindo-se-lhe a de Professor Auxiliar (23,6%). Os Professores Catedráticos (7,8% de todos os docentes) e Associados (10,8%), as únicas categorias profissionais com vínculo às escolas onde leccionam, são uma pequena parte do corpo docente das universidades públicas portuguesas. Naturalmente que também nesta variável as universidades de Lisboa apresentam melhores indicadores que a média nacional e que as outras instituições analisadas.

Gráfico 3.3.3.3: **Docentes em algumas universidades públicas portuguesas, segundo a categoria profissional**

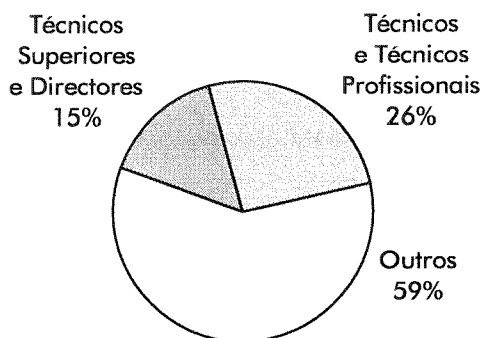


Fonte: Quadro A.3.3.7.

A U.E. tem uma proporção muito baixa de professores nestas duas categorias, sendo os valores desta instituição mais baixos que os das universidade de Aveiro e da Beira Interior, contemporâneas da U.E.. Nos institutos politécnicos do Alentejo, as categorias profissionais com mais docentes são as de Assistente (de 1º Triénio no IPB – 40,3%-, e de 2º Triénio no IPP – 38,9%); os valores médios do país apontam, por seu turno, para o facto da categoria com maior número de docentes ser a de Professor Adjunto (36,4% do total de docentes nestas escolas).

Entre os funcionários não docentes da U.E. (gráfico 3.3.3.4), a maioria também se concentra nas categorias menos qualificadas (aqui designadas de Outros), onde predomina o pessoal administrativo de formação diversa, com níveis de escolaridade que não ultrapassam o ensino básico ou o secundário. “Esta estrutura de pessoal condiciona profundamente as reformas necessárias ao nível da agilidade exigida à instituição em termos de rapidez e qualidade de processamento operacional e administrativo” (Universidade de Évora, 1999: 29).

Gráfico 3.3.3.4: Distribuição do pessoal não docente, por categorias, na Universidade de Évora



Fonte: Serviços Administrativos da Universidade de Évora.

### 3.3.4 Meios financeiros

A U.E. contou, no ano de 1999<sup>65</sup>, com um orçamento de, aproximadamente, 7 milhões de milhares de escudos (34.915.852,8 euros), dos quais 65,8% são provenientes do Orçamento de Estado (O.E.) e 23,8% de Receitas Próprias (R.P). No entanto, estas duas rubricas não apresentaram um comportamento idêntico quando analisamos a sua evolução entre os anos de 1994 e 1999 (gráfico 3.3.4.1): enquanto as verbas provenientes do O.E. se

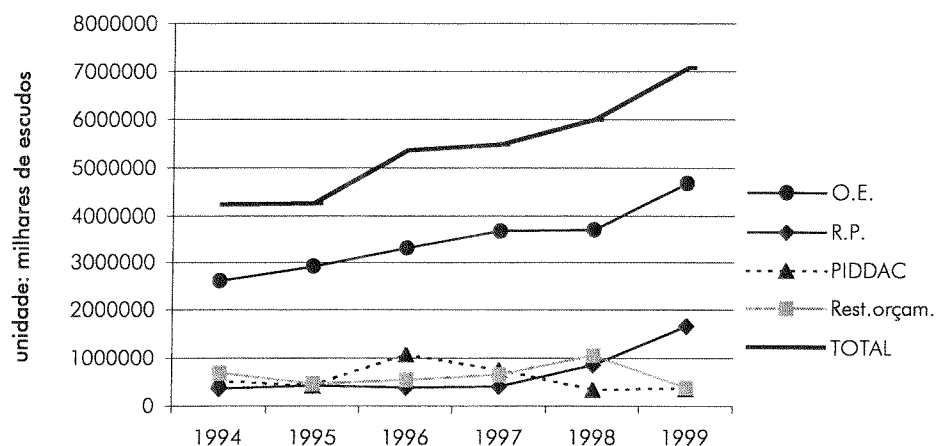
<sup>65</sup> Dados da Conta de Gerência de 1999.

mantiveram estáveis, em torno dos 65%, as R.P. registaram um aumento considerável, passando de 7,4% no total do orçamento, em 1996, para 23,8% em 1999, o que reflecte, em boa medida, o efeito do pagamento de propinas. Conforme se pode constatar (gráfico 3.3.4.1) o orçamento da UE tem vindo a aumentar continuamente desde 1994: o valor de 1999 representa um aumento de 67% relativamente ao início do período em estudo. A maior fatia do orçamento - mais de 80% do Orçamento Académico<sup>66</sup> - (Universidade de Évora, 1999: 32) é canalizada para a rubrica Despesas com Pessoal.

A análise da evolução dos montantes de financiamento obtidos pela U.E., durante o período de 1994-98, provenientes de fontes comunitárias, entidades privadas e outras entidades públicas, resultantes de projectos de investigação das suas equipas científicas e de contratos de prestação de serviços com a comunidade (Universidade de Évora, 1999: 34), permite-nos concluir acerca da evolução positiva destas fontes de financiamento<sup>67</sup>.

Os valores envolvidos nestas actividades totalizaram, em 1998, cerca de 474 mil contos, o que representa mais de 18% do Orçamento da U.E., se excluirmos as Despesas com pessoal. "Este crescimento deve-se, por um lado, à política de relacionamento com a comunidade seguida nos últimos anos pela instituição e, por outro lado, ao reconhecimento da competência científica das equipas de investigação da U.E" (Universidade de Évora, 1999: 35).

Gráfico 3.3.4.1: **Evolução do orçamento da Universidade de Évora**



Fonte: (Universidade de Évora, 1999) e Conta de Gerência (1999).

<sup>66</sup> O orçamento académico é obtido pela soma do Orçamento de Estado com as Propinas de Formação Inicial e com as receitas do PRODEP 5.1.

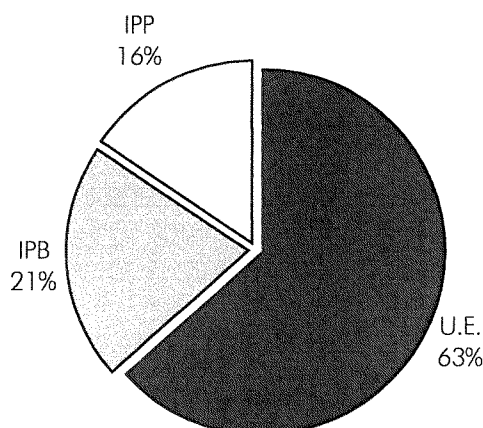
<sup>67</sup> Entre as fontes de financiamento analisadas estão as seguintes: FCT (ex- JNICT), PRAXIS, PAMAF, Fundos Comunitários, Entidades Privadas e Outras Entidades Públicas.

Do total de despesa realizada pelas universidades públicas portuguesas (quadro A.3.3.9) à U.E. cabe uma parcela de, aproximadamente, 3% ao longo do período compreendido entre 1987 e 1997; as universidades de Lisboa e a de Aveiro registaram sempre níveis mais elevados de participação na despesa. Com exceção da Universidade do Algarve, em todas as outras universidades analisadas a despesa por aluno aumentou ao longo do período em estudo. A U.E. é uma das instituições que sempre registou valores mais baixos nesta variável (em 1997, o rácio despesa por aluno era na U.E. de 570 contos/aluno, enquanto a média nacional era 681 milhares de escudos). Os institutos politécnicos alentejanos apresentam valores semelhantes à U.E..

Entre 1980 e 1997, a U.E. realizou cerca de 5,3 milhões de milhares de escudos de investimentos (quadro A.3.3.10.), o que representa apenas 3,9% do montante global das universidades públicas portuguesas, sendo o valor mais baixo de todas as instituições analisadas. Os institutos politécnicos de Beja e de Portalegre também registaram participações diminutas no total nacional destas instituições de ensino (o IPB foi responsável por 4% e o IPP por 2,8% do total nacional).

No Orçamento de Estado de 2001, estava previsto um montante global de cerca de 17 milhões de milhares de escudos para as instituições de ensino superior público do Alentejo (quadro A.3.3.11.; gráfico 3.3.4.2), dos quais 63% para a U.E. A maior parte deste financiamento destina-se a Despesas Gerais (cerca de 80%). De entre as universidades analisadas, a UBI é a instituição que deverá ter recebido menos financiamento do governo português, seguindo-se-lhe a U.E.

Gráfico 3.3.4.2: Financiamento das instituições de ensino superior no Alentejo (OE 2001)



Fonte: Quadro A.3.3.11.

Se avaliarmos o financiamento PIDDAC que tem vindo a ser dirigido para as várias instituições (quadro A.3.3.12.), podemos concluir que a U.E. apresenta valores semelhantes aos registados nas outras universidades analisadas. Exceptuam-se os casos da Universidade de Aveiro, onde os montantes de financiamento foram significativamente mais altos que a média, e a UBI, onde se verificou o contrário. No contexto das instituições de ensino superior do Alentejo, a U.E. foi contemplada com 77% do financiamento atribuído.

### 3.3.5 Investigação

A Universidade de Évora é a principal unidade de I&D sediada no Alentejo<sup>68</sup>, realizando a maioria da despesa regional de investigação e desenvolvimento, e detendo muitos dos recursos humanos que na região se dedicam a esta actividade. O Alentejo tem uma importância muito reduzida, em termos nacionais, nesta actividade. Em 1997, estavam localizadas no Alentejo<sup>69</sup> 4,1% das unidades de I&D portuguesas, as quais realizaram 2,9% da despesa nacional. Ainda que diminuta no final da década de 90 (no ano de 1999 a despesa total em I&D nesta região foi de 4.152,6 mil milhares de escudos), a participação do Alentejo na despesa nacional tem vindo a aumentar desde 1988, quando se gastavam na região apenas 843,8 mil milhares de escudos, ou seja, 1,5% do total português<sup>70</sup>. Em termos de recursos humanos afectos à actividade de I&D, em 1999 o Alentejo absorvia apenas 3% do total nacional, o que se traduzia em 600,4 unidades ETI<sup>71</sup>.

Na actividade de investigação e desenvolvimento, no Alentejo, regista-se um fenómeno de dupla concentração (gráficos 3.3.5.1 e 3.3.5.2): geográfica (o distrito de Évora é o que regista maior participação na despesa regional) e sectorial (o Ensino Superior é o subsector onde mais recursos, humanos e financeiros, se concentram), o que denota a importância que tem a Universidade de Évora na performance destas variáveis. No entanto, é de assinalar a crescente participação dos institutos politécnicos da região nas actividades de I&D.

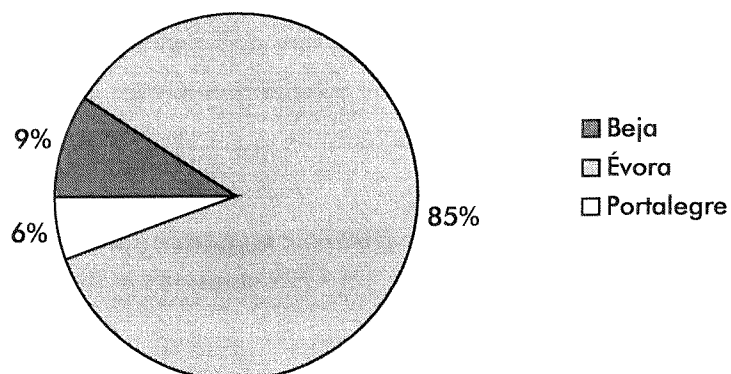
<sup>68</sup> A propósito da actividade da U.E. no âmbito da investigação veja-se também a secção 4.3 deste trabalho.

<sup>69</sup> Dados do Observatório de Ciência e Tecnologia (OCT) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

<sup>70</sup> Valores expressos a preços constantes (Base 1995).

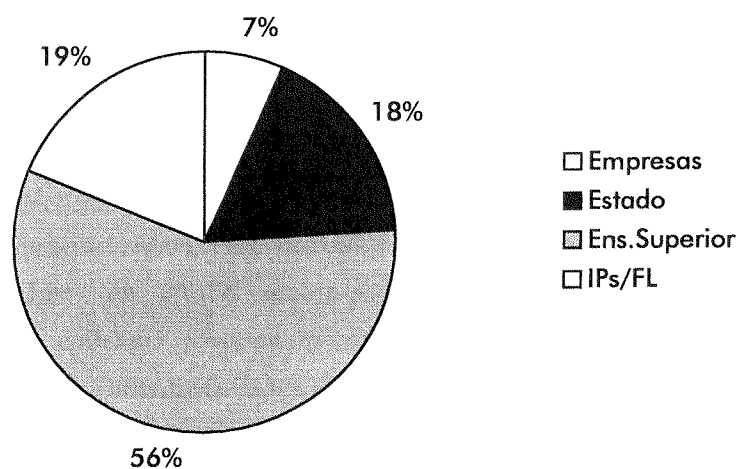
<sup>71</sup> ETI: Equivalente Tempo Integral.

**Gráfico 3.3.5.1: Despesa em I&D, em 1999, no Ensino Superior, por distrito**



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

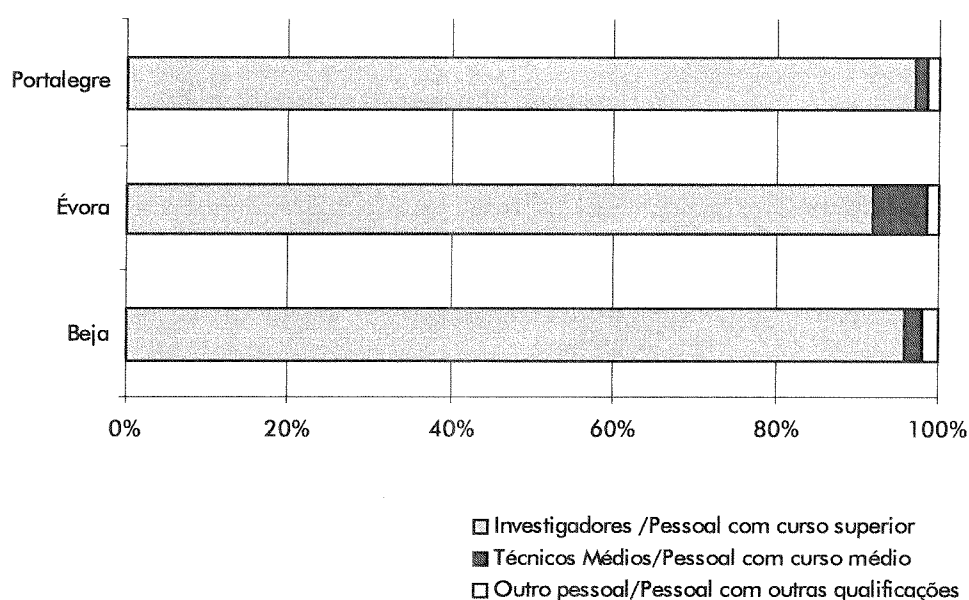
**Gráfico 3.3.5.2: Despesa em I&D no Alentejo, em 1999, por sector de execução**



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

Os recursos humanos afectos a actividades de I&D (gráfico 3.3.5.3), no ensino superior, no Alentejo (333,5 unidades ETI), são quase todos investigadores (92,5%) e estão vinculados, maioritariamente (85,4%) à Universidade de Évora. Relativamente às outras qualificações profissionais, apenas os técnicos médios são razoavelmente significativos no distrito de Évora, o que significa que esta actividade ainda não está suficientemente dotada de recursos humanos, na medida em que podemos inferir que os investigadores, por falta de pessoal de apoio, deverão ter de efectuar numerosas tarefas acessórias.

**Gráfico 3.3.5.3: Recursos humanos em I&D no Ensino Superior, no Alentejo, em 1999, segundo a função/qualificação**

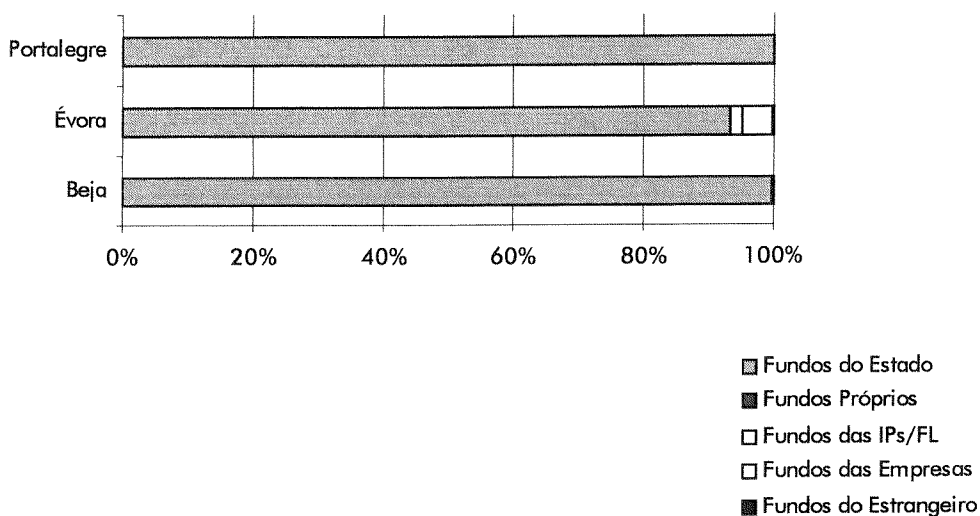


Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

No conjunto dos gastos de I&D no sector do ensino superior, no Alentejo, as despesas correntes absorvem a quase totalidade dos recursos disponíveis (95,8%) e, de entre estas, as despesas com pessoal representam 82,3% do total. As despesas de capital são, fundamentalmente, gastos com equipamento científico e técnico (97,7%). O financiamento das despesas de I&D, é feito quase exclusivamente por fundos do Estado (gráfico 3.3.5.4). Apenas o distrito de Évora revela um comportamento ligeiramente distinto na medida em que verificamos que também há lugar a financiamentos provenientes das instituições particulares sem fins lucrativos (1,6%) e das empresas (4,8%).



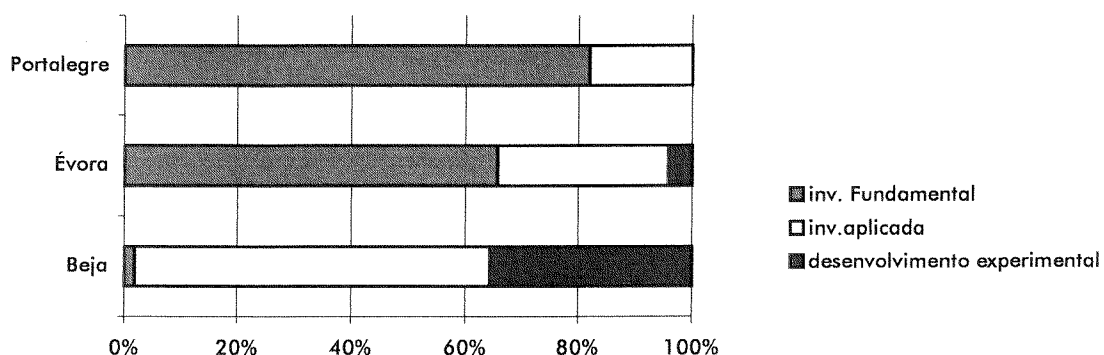
**Gráfico 3.3.5.4: Financiamento da Despesa de I&D no sector do Ensino Superior em 1999**



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

A maior parte (60,7%) da investigação que se realiza no Alentejo é de tipo fundamental, para o que contribui decisivamente a tipologia das actividades desenvolvidas na U.E.. A investigação aplicada, principal componente das actividades desenvolvidas no Instituto Politécnico de Beja, representa apenas 1/3 do conjunto das acções levadas a efeito na região. Neste domínio, é claramente distinto o tipo de investigação efectuada em Beja, por comparação com os dois outros distritos alentejanos (gráfico 3.3.5.5.).

**Gráfico 3.3.5.5: Despesa em I&D no ensino superior no Alentejo, em 1999, segundo a categoria da actividade**

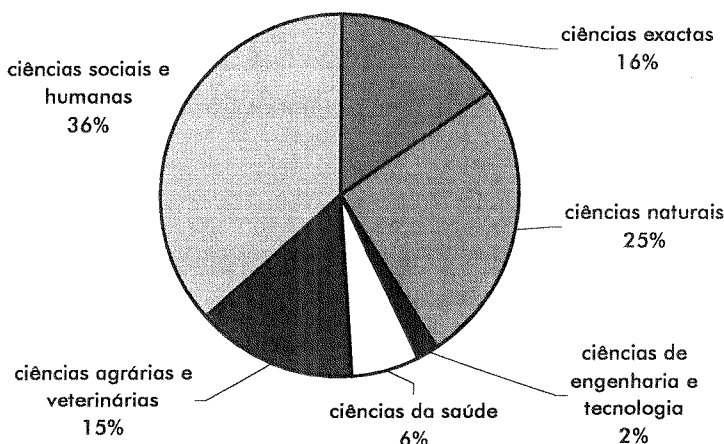


Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

No Alentejo, as Ciências Sociais e Humanas em conjunto com as Ciências Naturais são os domínios científicos que absorvem a maior parte da despesa de I&D (61,7%). As áreas das ciências agrárias e das ciências exactas são igualmente significativas em termos das acções de investigação desenvolvidas (gráfico 3.3.5.6). Este quadro de prioridades apenas difere significativamente do nacional na medida em que a região quase não dedica recursos à investigação na área das ciências da engenharia e tecnologia (a média nacional de despesa realizada neste domínio é 20,6%).

Em termos de objectivos sócio-económicos, a afectação da despesa realizada na investigação desenvolvida nas instituições de ensino superior do Alentejo revela que as áreas privilegiadas, para além da *Promoção geral dos conhecimentos* (38,0%), são a *Promoção da produtividade e das tecnologias na agricultura* (23,1%), o *Desenvolvimento social e serviços sociais* (12,8%), o *Controlo e protecção do ambiente* (10,7%) e a *Exploração e aproveitamento do meio terrestre* (9,5%). Os domínios científicos com maior número de doutorados são as Ciências Sociais e Humanas e as Ciências da Agricultura, Silvicultura e afins, logo seguidos pelas Ciências Exactas, o que revela um determinado padrão de especialização regional, por contraponto ao perfil geral nacional (OCT, s.d.: 8).

Gráfico 3.3.5.6: **Despesa em I&D no ensino superior no Alentejo, em 1999, segundo a área disciplinar**



Fonte: OCT, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

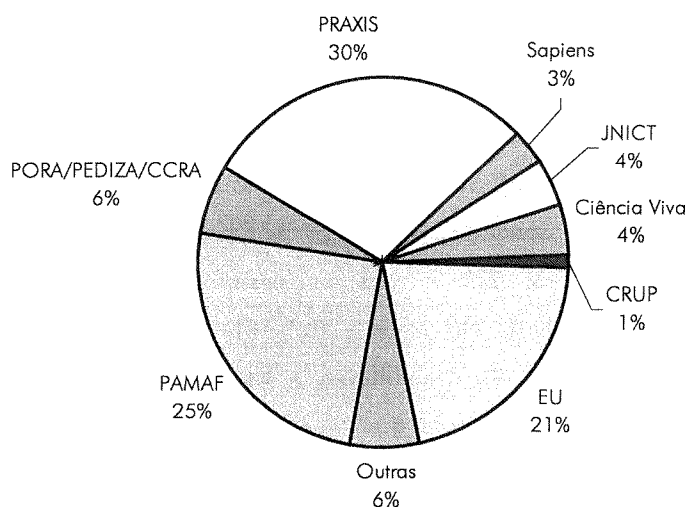
No Alentejo realizaram-se menos de 3% dos investimentos realizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sob a forma de subsídios e apoios financeiros, concedidos a instituições e empresas no âmbito de diversos programas. Entre 1995 e 1999 o investimento do MCT no Alentejo foi superior a 2,6 milhões de contos, destinados fundamentalmente ao

financiamento de actividades de I&D (61%), de Formação Avançada (9,5%) bem como ao financiamento de iniciativas no âmbito da Sociedade da Informação (9%). No Alentejo, entre 1996/99 foram lançados 159 projectos participados por unidades de I&D, com financiamento da FCT, PEDIP, PAMAF e EUREKA (OCT, s.d.: 20).

A investigação na U.E. é desenvolvida nos Centros de Investigação e nos Departamentos e traduz-se num vasto leque de actividades, entre as quais se destacam a realização de projectos de investigação, intercâmbios científicos, lançamento de publicações. No ano 2000, estavam em execução na U.E. 162 projectos de investigação, os quais contavam com um financiamento global superior a 1,7 milhões de contos (quadro A.3.3.13). Estes projectos estavam a ser realizados por 19 unidades orgânicas: centros de investigação (6), departamentos (10), unidades de apoio à Reitoria (2) e a própria Reitoria (1).

O maior número de projectos estava sediado no ICAM (49,4% do total), no CIDEHUS (10,5%) e no CEA (8%). Esta distribuição revela a concentração das actividades de investigação da U.E. nos domínios da agricultura, pecuária, recursos naturais e ciências sociais. Naturalmente que é também nestas áreas que se concentram os financiamentos: o ICAM gere 47% do orçamento de investigação, o CIDEHUS 10,4%, o Departamento de Geociências 9,5% e o CEA 8,1%. Entre as principais fontes de financiamento (gráfico 3.3.5.7) contam-se o PRAXIS, o PAMAF e diversos programas da União Europeia.

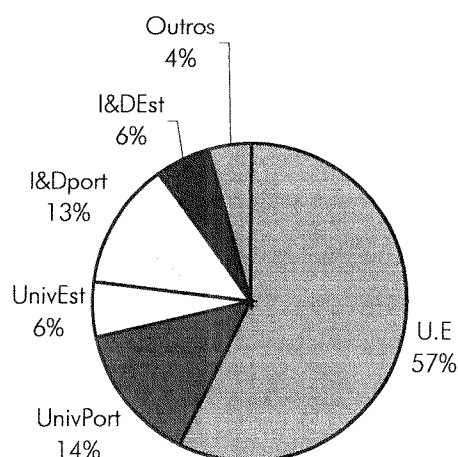
Gráfico 3.3.5.7: Fontes de financiamento da investigação na Universidade de Évora



Fonte: Quadro A.3.3.13.

A investigação realizada na U.E. é promovida, fundamentalmente, pelas próprias unidades da instituição, sendo a líder da maioria dos projectos em que participa (gráfico 3.3.5.8). Este cenário revela que a U.E. realiza os seus projectos de investigação de forma bastante isolada. Apresenta um nível de internacionalização débil (a participação da instituição em projectos liderados por universidades ou outras unidades de I&D estrangeiras é pequena), sendo um pouco mais numerosos os casos de parceria com outras universidades portuguesas e unidades de I&D nacionais.

Gráfico 3.3.5.8: Instituições líderes dos projectos de Investigação na Universidade de Évora



Fonte: Quadro A.3.3.13.

### 3.3.6 Cooperação e ligação à sociedade

Os processos de cooperação<sup>72</sup> internacional em que a U.E. se tem vindo a envolver são cada vez mais e estendem-se por domínios muito diversificados. Uma das áreas de cooperação internacional diz respeito à mobilidade de docentes e estudantes. A mobilidade dos docentes tem vindo a acentuar-se nas suas mais diversas formas: quer através das 'equiparações a bolsheiro' concedidas, quer através das diversas modalidades do programa de mobilidade SÓCRATES. Em ambos os casos são os departamentos das áreas departamentais de Ciências da Natureza e Ambiente e de Ciências Humanas e Sociais que dão origem a mais missões de mobilidade. A Espanha, França, Itália, República Checa, Irlanda e Grécia são os países com que se estabeleceram os movimentos no âmbito do programa SÓCRATES. Entre 1994 e 1999 foram 34 os docentes que participaram neste programa.

<sup>72</sup> Fonte: Universidade de Évora (2000).

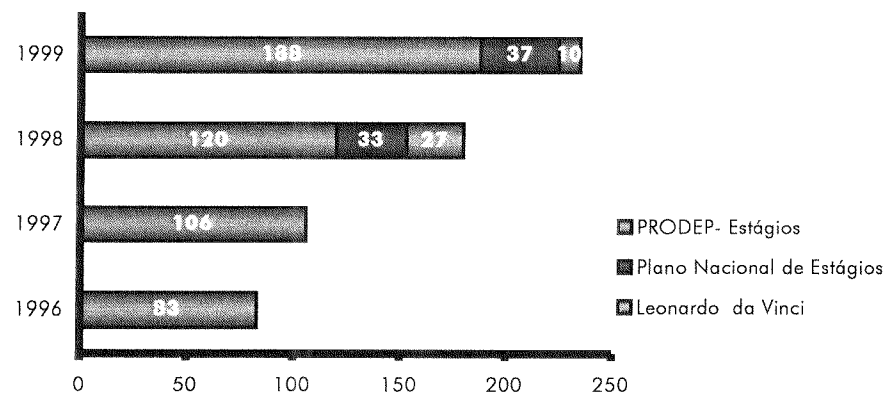
A mobilidade entre os estudantes faz-se por via dos programas comunitários SÓCRATES/ERASMUS e Leonardo Da Vinci. Ao abrigo do primeiro destes programas foram atribuídas à U.E., no ano lectivo 1998/99, 23 bolsas, das quais foram utilizadas 15, fundamentalmente por alunos de Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Ambiente e Ciências Económicas e Empresariais que tiveram como destino países da Europa Central (Reino Unido, França e Bélgica). Neste programa, entre 1994/95 e 1999/2000 participaram 149 estudantes. Ao abrigo do programa Leonardo Da Vinci foram colocados, nos anos lectivos de 1997/98 e 1999/2000, 50 estudantes a realizar estágios profissionalizantes em empresas da União Europeia. Destes, a maior fatia era proveniente da área de Ciências Agrárias e de Ciências Económicas e Empresariais.

Com vista a promover a inserção dos finalistas e diplomados no mercado de trabalho, o Núcleo de Apoio ao Estudante da U.E. organizou, no ano de 1999, um conjunto de candidaturas institucionais que permitiram à Universidade apoiar 235 estágios e atribuir cerca de 179 mil contos, em bolsas, aos estagiários. Para além do Programa Leonardo Da Vinci, foram efectuadas candidaturas junto da Direcção-Geral do Ensino Superior (PRODEP - Estágios) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (Plano Nacional de Estágios e Programa Vida Emprego). No âmbito destes programas foram estabelecidos protocolos ou contratos de colaboração com 144 instituições/empresas. A utilização deste serviço da U.E. tem vindo a aumentar continuamente desde 1996.

No financiamento destes estágios os programas mais importantes são o PRODEP- Estágios (74%) e o Plano Nacional de Estágios (24%). A importância dos pagamentos do programa Leonardo Da Vinci é muito diminuta (2%). Por outro lado, este Núcleo da U.E., com vista a consolidar a componente de recolha, tratamento e divulgação de oferta de emprego em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem em funcionamento uma UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa.

Em termos de participação em Programas Universitários de Nível Avançado, destaca-se a presença da U.E. em dois projectos: por um lado, a Criação de um Mestrado Europeu na área das Ciências Agrárias na vertente Desenvolvimento Rural e, por outro lado, a criação de um Mestrado, também ao nível europeu, na área das Ciências Humanas e Sociais na vertente da Educação e Ensino à Distância.

Quadro 3.3.6.1: Evolução do nº de estágios 1996-1999



Fonte: Universidade de Évora (2000).

Outra das vertentes de cooperação internacional diz respeito à participação em Redes bem como ao estabelecimento de Convénios e Protocolos de âmbito internacional (quadro A.3.3.15). A U.E. participa em 8 redes de cooperação internacional nos domínios da história, formação de professores, ciências da natureza e ambiente e ciências agrárias. A participação na Rede EUREXCTER, que deu origem à elaboração da primeira Carta Europeia das Universidades e Cidades, visa fomentar o incremento da relação entre a universidade e o meio em que se insere, bem como promover o seu desenvolvimento. Paralelamente, estabeleceu convénios e protocolos de colaboração com 30 Universidades, do Brasil (10), Cuba (4), PALOP (4), Espanha (3), Marrocos (2), Alemanha, Suíça, Macau, Alemanha, Rússia e Estados Unidos da América, o que traduz o fortalecimento das ligações com universidades dos países de língua oficial portuguesa.

Por outro lado, a U.E. tem vindo a desenvolver um conjunto de actividades com o objectivo de projectar a Universidade no meio em que se insere<sup>73</sup>. Entre estas, contam-se acções de valorização profissional, estabelecimento de parcerias com vista à captação de financiamentos e à prestação de serviços à comunidade. Uma das actividades desenvolvidas neste domínio foi a atribuição, em 1999, do *Prémio Empresa* a pequenas e médias empresas de reconhecido mérito e importância económica e social do Alentejo, que se destacaram no exercício da sua actividade em diversos sectores.

<sup>73</sup> A este respeito, veja-se também Secções 4.3 e 4.4 deste trabalho.

No domínio da formação profissional, a Universidade desenvolveu um Programa de Formação destinado aos quadros da Administração Pública. Estas acções foram frequentadas, para além dos funcionários da própria instituição, por formandos provenientes de 29 entidades externas (cerca de 1/3 do total de formandos).

Uma das formas da U.E. se relacionar com o meio faz-se através da sua participação em diversas instituições de âmbito regional e nacional. É exemplo disso a participação nas Fundações Luís de Molina, Eugénio d'Almeida, Cidade d'Ammaia, na Agência Regional de Energia do Alentejo (ARECBA), no Centro de Ciência Viva de Estremoz, bem como no Centro Operativo de Tecnologias do Regadio (COTR). Para além da participação na administração das entidades anteriormente referidas, a U.E. é ainda um parceiro activo, entre outras, na Associação para a Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais (ESTER), na Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), no Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo (CEPAAL), na Associação Porta Atlântico – Associação para a Promoção da Zona Económica de Sines e Santiago do Cacém, na Associação Hípica Eborense, no Instituto Internacional Casa de Mateus e na Associação Universidade Empresa (UNESUL).

A U.E. relaciona-se também com as Escolas do Ensino Básico e Secundário, através do Núcleo Minerva, no domínio da formação de professores, do acompanhamento dos projectos e da produção e fornecimento de informação científica e tecnológica. Ainda no âmbito deste Núcleo, desde 1997 que funciona o "Centro de Competência Nónio Século XXI" através do qual procede ao acompanhamento de 24 projectos de escolas do Ensino Secundário envolvendo 59 escolas do Alentejo e Algarve e desenvolve acções de formação contínua de professores no âmbito da utilização educativa das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Uma das formas de relacionamento entre a U.E. e a região envolvente diz respeito à celebração dos contratos de prestação de serviços com entidades regionais. Em 1999, entre o conjunto de 34 contratos de prestação de serviços assinados, que totalizaram um financiamento global de 388 mil milhares de escudos, destacam-se os 12 contratos celebrados entre a U.E., através do Centro de Ecologia Aplicada, e a EDIA, S.A. (Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas de Alqueva), cujo valor contratualizado ascendeu a 264,5 mil contos, com o objectivo de estudar os aspectos relativos à protecção da fauna e da flora existentes na zona de implantação da Barragem de Alqueva. A realização de actividades de prestação de serviços à comunidade pode ser feita pelos departamentos ou

pelos Centros de Investigação sendo diversas as formas de cooperação que podem ser contratadas (quadro A.3.3.14.).

### 3.3.7 Cultura e desporto

Anualmente na U.E. realizam-se inúmeras conferências, jornadas, colóquios e congressos nas mais diversas matérias, bem como exposições de fotografia, pintura e escultura e concertos abarcando vários géneros musicais. Neste âmbito, destaca-se a atribuição anual do *Prémio Vergílio Ferreira* ao conjunto das obras literárias de língua portuguesa. Este prémio já foi atribuído aos escritores Maria Velho da Costa, Maria Judite de Carvalho, Mia Couto, Almeida Faria e Eduardo Lourenço. Também é vulgar o apoio ao lançamento de livros, que podem ser ou não assinados por docentes da U.E..

A prática desportiva tem vindo a registar, genericamente, um incremento significativo, traduzido no aparecimento de novas modalidades bem como no aumento do número de praticantes, o que representa o crescente interesse por parte da comunidade universitária pela prática da actividade física. As instalações desportivas da U.E. foram palco para vários campeonatos em diversas modalidades e as equipas da A.E.U.E. obtiveram bons resultados nas múltiplas participações nos Campeonatos Nacionais Universitários.

### 3.3.8 A Universidade de Évora no contexto nacional e regional

A Universidade de Évora, sendo a maior instituição de ensino superior do Alentejo (a que detém maior número de alunos inscritos, maior número de docentes e de doutorados, maior e mais diversificada oferta formativa), tem de definir as suas estratégias e linhas de actuação tendo em conta, por um lado, as restantes instituições de ensino superior instaladas na região, nomeadamente os institutos politécnicos de Beja e de Portalegre, mas também as diversas universidades públicas portuguesas.

A U.E. assume um posicionamento que podemos classificar de mediano no contexto das universidades públicas portuguesas<sup>74</sup>. Esta instituição viu crescer significativamente o

---

<sup>74</sup> Dados compilados nos quadros A.3.3.16 a A.3.3.18, retirados do conjunto de documentos intitulados *Radiografia Universidades Públicas*, publicados no jornal *Diário de Notícias*, entre 17 e 26 de Março de 2001, num trabalho de investigação coordenado pelos professores universitários Pedro Lourtie, Maria Luís Rocha Pinto, Pedro Mil-Homens e Hélder Pereira. Este estudo visava caracterizar as universidades públicas portuguesas e agrupou um conjunto diverso de variáveis em torno de três indicadores: Caracterização



número dos seus alunos de licenciatura e foi a que registou maior dinâmica de qualificação do corpo docente, ou seja, foi onde mais aumentou o número de docentes doutorados. Naturalmente, foi uma das instituições onde se realizou maior número de doutoramentos, nos últimos três anos. Paralelamente, assiste a uma procura mais positiva que as instituições geograficamente contíguas (Algarve e Beira Interior). O corpo docente também é na U.E. relativamente mais qualificado que na Universidade do Algarve e na UBI.

Se em termos de caracterização geral e dinâmica a U.E. apresenta pontos fortemente positivos, já no que respeita à qualidade de vida dos estudantes não se passa o mesmo. A variável mais equilibrada é a capacidade de alojamento, apresentando, as restantes, valores muito baixos. Este cenário é tanto mais preocupante quanto cerca de 70% dos estudantes da U.E. não são residentes no concelho de Évora. Naturalmente que estas condições de vida para os estudantes não podem ser analisadas sem que se tenha em conta o financiamento da instituição. Da análise dessas variáveis, que estão integradas no indicador de condições para o ensino, resulta que a U.E. tem vindo a obter orçamentos de funcionamento aquém das necessidades e que os montantes transferidos para investimento foram também muito baixos (o que confirma os dados do quadro A.3.3.10). Contudo, a instituição está razoavelmente dotada no que respeita a novas tecnologias da informação e as instalações dispõem de uma dimensão satisfatória, em função do número de alunos existentes. É de assinalar ainda, pela negativa, a insuficiência do espólio bibliográfico e da capacidade da biblioteca e salas de estudo, condições fundamentais, a par do equipamento informático, para prosseguir um ensino de qualidade.

### **3.3.9 Constrangimentos e linhas de estratégia**

Dada a sua localização e o facto da sua reabertura ser bastante recente a U.E., para além de sofrer os constrangimentos que se fazem sentir em todo o ensino superior português (entre os quais podemos enumerar o crescente grau de concorrência que se verifica no sistema de ensino superior, a necessidade de flexibilizar o funcionamento das universidades e de aumentar os seus níveis de internacionalização), é afectada ainda por um conjunto de fenómenos específicos, como sejam a debilidade económica e demográfica da região em que se insere, a escassez de quadros qualificados e semi-qualificados no tecido produtivo

regional bem como a fraca interacção com as instituições e empresas regionais (Geoideia, 1993:9; Universidade de Évora, 1999: 25).

Em termos de definição de linhas estratégicas de actuação da U.E., se podemos dizer que o cenário para o diagnóstico relativo à situação de partida permaneceu constante ao longo dos anos 90, já o mesmo não acontece em relação às estratégias propostas para a evolução da instituição. Um primeiro documento, datado do início dos anos 90, definia algumas linhas de orientação (Geoideia, 1993: 16-18):

- i) a melhoria da investigação, na medida em que o futuro da U.E. decorre naturalmente da existência de pós-graduações; a orientação da investigação aplicada deve considerar as oportunidades da região e a sua inserção nas redes europeias de ensino e investigação;
- ii) a necessidade de mudar a relação universidade/cidade/território (região) através da fixação de docentes (e doutorados), do reforço da internacionalização da comunidade universitária, do aumento do volume dos contratos de investigação com incidência externa e a melhoria das relações com os institutos politécnicos;
- iii) a relativização dos fenómenos de “ancoragem” regional (não há boas universidades regionais; há boas universidades) e da primazia do ensino;
- iv) a promoção da comunicação interna e da coesão institucional.

Na altura sugeria-se que o tema *viver melhor o rural* completasse a divisa institucional *Honesto Estudo com Longa Experiência Misturado*, dando particular atenção às questões relacionadas com o empreendimento do Alqueva, nomeadamente no domínio da gestão da água. Assim, a promoção da ligação regional far-se-ia centrada sobre os problemas da actividade agrícola, bem como da indústria e dos serviços, em articulação com a actividade de base, favorecendo as componentes científicas, técnicas, organizacionais e estéticas, bem como os valores, as percepções e a cultura deste tipo de sociedade. Neste contexto, em articulação com a integração do urbano no rural, os temas da reabilitação do património, bem como do espaço urbano, apareceriam naturalmente.

No final da década a postura institucional evoluiu. A acompanhar a divisa de sempre defende-se que *Com as artes, humanidades, ciências, tecnologias, .... viajamos do passado para o futuro*. O Plano de Desenvolvimento da Universidade de Évora para o período 2002-2006 apresenta a visão da instituição para os próximos anos: *"Consolidar a posição da Universidade de Évora nos contextos regional, nacional e internacional"*. Este documento define como missão *"Criar, transmitir e difundir Cultura, Ciência e Tecnologia através da articulação da formação, investigação e serviços"*. Para atingir esta missão foram definidos cinco objectivos gerais:

- i) *Expansão da oferta de formação por forma a servir públicos mais diversos e amplos, através da abertura da formação inicial a novas áreas do saber, do incremento da pós-graduação, da participação na formação pós-secundária e do incremento da formação contínua;*
- ii) *Promoção da qualidade da formação académica e da proficiência científica, por via da introspecção contínua e consequente, da internacionalização da formação e investigação, da diminuição do insucesso escolar, da promoção do auto-estudo orientado e da oferta cultural contínua e diversificada;*
- iii) *Incremento da eficiência e do rigor da gestão académica, administrativa e financeira, actuando, para isso ao nível da promoção da coesão institucional, e do incremento da eficiência dos sistemas de informação;*
- iv) *Aumento do protagonismo no desenvolvimento social e económico, através da participação nas instâncias de decisão regional, no estabelecimento de parcerias estratégicas bem como na priorização das preocupações e problemáticas da comunidade nos programas de formação e de ciência;*
- v) *Melhoria das condições de vida dos estudantes, por via do incremento da oferta de alojamento e refeição, da melhoria dos serviços de saúde e das condições para a prática de actividades desportivas e culturais, e do apoio à candidatura a bolsas e outros apoios financeiros, ao associativismo estudantil, ao estudante deficiente e à inserção no mercado de trabalho.*

A revisão do Plano de Desenvolvimento Estratégico da U.E., apresentado em 2001 à tutela, prevê que a instituição atinja o ano lectivo 2005/2006 com cerca de 10000 alunos em formação inicial e mais um milhar em formação avançada, o que implicará a existência de um corpo docente constituído por mais de oito centenas de pessoas e cerca de seis centenas de funcionários não docentes. Nos objectivos da Reitoria da U.E. está a abertura de novos cursos em áreas científicas bem diversas: Ciências da Saúde, Artes do Espectáculo, Veterinária, Ciências da Engenharia, Exactas e Naturais, Economia, Gestão e Geografia, Comércio e Turismo, Letras e Ciências Sociais e Ensino de Ciências.

Para sustentar esta expansão ao nível dos ensinoss ministrados, este Plano identifica como necessidades, em termos de infra-estruturas, a construção de vários edifícios com um investimento superior a 26,7 milhões de milhares de escudos, a realizar entre os anos 2002-2006. O plano de construções enunciado no documento de revisão do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Universidade de Évora contempla a conclusão da terceira fase do Colégio Luís Verney (Complexo das Ciências Exactas, da Natureza e do Ambiente), do Hospital veterinário bem como das infra-estruturas pecuárias de apoio aos ensinoss. Está prevista também a edificação da 2ª fase da Mitra, do novo edifício da Biblioteca Geral, dos Complexos dos Leões, das Ciências Humanas e Artes, das Ciências da Terra e da Vida, de Auditórios, bem como o edifício das Associações Académicas e o Complexo desportivo.

No início do ano 2002 a Assembleia da Universidade de Évora elegeu um novo titular para o cargo de Reitor da instituição. O vencedor da eleição, actual Reitor, apresentou como tema para a sua candidatura a frase: *Por uma Universidade de Excelência*. No programa de candidatura que apresentou à instituição identificou os desafios com que a U.E. se defronta e enunciou sete objectivos estratégicos para o seu mandato. O actual Reitor da U.E. afirma que a escola tem de vencer os desafios (Patrício, 2001:7):

- i) da consolidação e afirmação da identidade institucional;
- ii) da actualização da oferta educativa, no contexto do processo de Bolonha;
- iii) do investimento estratégico na investigação, no reordenamento pedagógico-didáctico dos docentes e na preparação dos estudantes para a lógica do primado da aprendizagem;
- iv) da expansão dos recursos físicos e modernização do aparelho administrativo.

De forma a ultrapassar os desafios antes enunciados, propõe-se a realização de vários objectivos estratégicos (Patrício, 2001: 9-10):

- i) a promoção da ciência, da tecnologia, das humanidades, da arte e em geral da cultura;
- ii) a formação humana;
- iii) a formação de quadros e formadores;
- iv) o desenvolvimento nacional;
- v) o desenvolvimento do Alentejo;
- vi) a implementação do processo desencadeado pela Declaração de Bolonha;
- vii) a consolidação da cooperação.

No fundamental, este documento aponta para a necessidade da U.E. desenvolver uma estratégia que lhe permita consolidar a sua posição no contexto do ensino superior em Portugal, para o que deverá reforçar e adequar os ensinamentos, a investigação, a cooperação e a internacionalização, num quadro conceptual que alia o desenvolvimento da componente científica e pedagógica com as vertentes culturais e humanistas. No caso particular da ligação da instituição com a região envolvente, o documento de candidatura do actual Reitor defende o aprofundamento das relações com o sector empresarial, define as autarquias como parceiros privilegiados e preconiza a implementação do Observatório do Desenvolvimento do Alentejo<sup>75</sup> donde deverão sair resultados para configurar o desenvolvimento da oferta de ensinamentos, graduados e pós-graduados, bem como a definição de outras formas de formação e de investigação e prestação de serviços.

### 3.3.10 Notas finais

Desde a sua reabertura, durante os anos 70, que a Universidade de Évora tem vindo a ganhar dimensão e protagonismo no contexto do ensino superior português, onde ocupa actualmente uma posição mediana, conquistando sucessivamente mais estudantes e professores. Contudo, a U.E. com os seus cerca de oito mil estudantes e mais de cinco centenas de docentes, é a principal instituição de ensino superior público do Alentejo, e a única de cariz universitário público.

---

<sup>75</sup> Esta estrutura já se encontra criada oficialmente, na medida em que respeita às atribuições de um dos Pró-Reitores em exercício.

No entanto, não podemos ignorar que o crescimento do número dos seus estudantes tem acontecido a ritmos sucessivamente decrescentes, com particular acuidade nos anos 90, nem que o número de candidatos à frequência de um curso superior - licenciatura - na U.E. tem diminuído sistematicamente. Os alunos que frequentam este nível de ensino são maioritariamente mulheres, não residentes no concelho de Évora, para quem esta escola não foi a primeira opção, e colocados em cursos distintos dos desejados. O factor localização é apontado como um dos que mais influencia a escolha da U.E.. O número de alunos que frequentam cursos de formação avançada, ainda que diminuto, tem registado uma evolução positiva, nos últimos anos. Estes dados sugerem que, com o actual cenário de retracção da procura dirigida ao ensino superior para formação inicial, a par do excesso de oferta existente nas instituições públicas, a U.E. deva avaliar cuidadosamente a sua política de ensinos, nomeadamente em termos da diversificação das formações oferecidas aos vários níveis – inicial e avançada - e procurando novos públicos, para, por exemplo, educação pós-secundária ou outra que não tenha como finalidade a atribuição de grau académico.

Esta instituição tem ao seu serviço cerca de mil funcionários dos quais a maioria é docente. Entre estes, os Assistentes ainda estão em maior número, apesar do esforço no sentido da melhoria do corpo docente, consubstanciado no elevado número de doutoramentos realizados, ou a que se atribuiu equivalência, na passada década de 90. O funcionamento da escola é assegurado por um orçamento que ronda os sete milhões de milhares de escudos (34.915.852,8 euros), maioritariamente provenientes do Orçamento de Estado e comprometidos em grande parte (cerca de 80% do Orçamento Académico) com o pagamento de salários, o que limita consideravelmente a capacidade de investimento e de melhoria das condições de estudo e de trabalho dos membros da U.E..

Sendo a principal unidade de investigação e desenvolvimento localizada no Alentejo, a U.E. tem responsabilidades acrescidas nos domínios da investigação e da extensão. Ao nível da investigação, as áreas privilegiadas para o desenvolvimento de projectos são as Ciências Humanas e Sociais, as Ciências Naturais e as Ciências Agrárias e Veterinárias, o que reflecte o facto de serem estas as áreas com mais docentes doutorados. A investigação é financiada, fundamentalmente, pelos programas comunitários PRAXIS e PAMAF, e é desenvolvida, de forma predominante, em projectos liderados pela própria instituição, registando-se poucos casos de parcerias com entidades estrangeiras. No âmbito das actividades de extensão, a U.E. presta serviços à comunidade, quer ao nível da formação, quer através de acções de consultadoria ou por via da promoção da inserção de diplomados

no mercado de trabalho regional. Participa em diversas entidades regionais, ao nível das respectivas administrações, procura trazer os parceiros regionais para a instituição, através da participação em actividades de ensino ou investigação, e mantém um relacionamento privilegiado com as escolas dos ensinos básico e secundário. A realização ou promoção de actividades culturais e desportivas tem sido uma das formas mais sistemáticas de inter-relação com o meio envolvente. Em termos de cooperação internacional, não podemos considerar que tenha sido muito activa a postura dos membros da U.E.: nem os estudantes nem os professores têm usado de forma significativa os diversos programas comunitários de mobilidade de que dispõem.

Em termos de estratégia de desenvolvimento para os próximos anos, esta instituição deverá procurar consolidar-se no panorama do ensino superior português, adaptando os ensinos de acordo com o processo desencadeado pela Declaração de Bolonha, e diversificando-os com vista a captar novos públicos, reforçando as actividades no âmbito da investigação, e da divulgação dos seus resultados, da cooperação e da internacionalização, tendo subjacente o pressuposto de que Universidade é ciência mas também escola, cultura e agente de desenvolvimento do território que a acolhe.





# 4.

## ESTUDO DE CASO



## 4.1. Metodologia

### 4.1.1 O problema, os objectivos e o método

O estudo de caso que nos propomos realizar, e cuja metodologia de abordagem agora apresentamos, visa dar resposta ao objectivo principal deste trabalho: identificar, e sempre que possível quantificar, a existência, ou não, de inter-relações entre a U.E. e os demais agentes económicos do meio onde esta se insere; ou seja, avaliar a capacidade que a instituição tem de contribuir para a promoção do desenvolvimento regional.

Tal como explicitámos na Introdução desta dissertação, este objectivo genérico distingue-se em dois objectivos parcelares: por um lado, a avaliação da contribuição da U.E. para o produto, rendimento e emprego da cidade e da região; por outro, a análise, ao nível das principais funções desempenhadas – ensino, investigação e extensão, da relação desta instituição com os territórios onde se insere.

Se nas secções anteriores, nomeadamente nos capítulos 2 e 3, procurámos demonstrar a relevância deste trabalho, devemos agora explicitar um pouco melhor algumas questões que se prendem com a realização concreta deste estudo de caso. Por opção, limitámos a abordagem à Universidade de Évora e à sua influência na cidade; no entanto, sempre que possível, ou seja, sempre que a informação disponível o permita, alargaremos a análise ao Alentejo.

O que determinou esta abordagem foi, basicamente, a avaliação prévia que fizemos em termos da exequibilidade da dissertação no prazo de tempo que nos era proposto. A possibilidade de recolher, atempadamente, informação pertinente junto da instituição e dos seus múltiplos actores foi decisiva para a restrição do estudo de caso à Universidade de Évora. Sendo esta a primeira restrição, a segunda decorre quase de forma natural: a implantação deste estabelecimento de ensino superior na cidade de Évora torna-a um território de análise privilegiada, ainda que estejamos conscientes das dificuldades que tal acarreta, nomeadamente por via da debilidade do sistema de informação estatística descentralizada. Marginalmente, mas sempre que possível, a análise alargar-se-á ao Alentejo como um todo, por duas ordens de razões: por um lado, a U.E. é a única instituição de ensino superior público universitário instalada na região, que ocupa cerca de 1/3 do território nacional; por outro lado, porque será interessante avaliar se é significativamente diferente o contributo que a U.E. pode dar, quando alargamos a escala de análise da cidade de Évora para toda a região do Alentejo.

Como tese de partida para este estudo de caso defendemos que a U.E., enquanto instituição de ensino superior público, é um agente promotor do desenvolvimento da região onde está inserida, nos termos em que definimos o conceito na Introdução deste estudo. Fundamentalmente aceitamos que a instituição tem capacidade para polarizar o processo de desenvolvimento e gerar externalidades, bem como contribuir para a melhoria do capital humano e das condições de competitividade regionais, através do exercício das funções de ensino, formação, investigação e extensão.

Assim, a abordagem proposta para este estudo compreende dois momentos fundamentais: por um lado procurar-se-ão identificar os impactes, directos e indirectos, no produto, rendimento e emprego que a U.E. gera no meio em que se insere; por outro lado, procuraremos avaliar de que forma o desempenho das funções tradicionais da Universidade contribui para a melhoria do conhecimento, da qualificação do emprego e do ambiente sócio-cultural da cidade e da região (quadro 4.1.1.1). O estudo destes impactes regionais da U.E. procurará ser uma análise fundamentalmente descritiva, em termos qualitativos e quantitativos, dos efeitos enunciados.

**Quadro 4.1.1.1: Impactes provocados pela U.E. e instrumentos de análise**

DOMÍNIOS DE IMPACTE	OBJECTIVOS	INSTRUMENTOS	FONTES DE INFORMAÇÃO
Emprego, rendimento e produto	Objectivo 1: Determinação dos efeitos, directos e indirectos, e dos multiplicadores do produto, rendimento e emprego	Modelo de tipo Keynesiano (secção 4.1.2.1.)	Dados estatísticos nacionais e regionais; Dados recolhidos na U.E.; Questionário aplicado aos alunos da U.E.
Conhecimento, qualificação do emprego e ambiente sócio-económico	Objectivo 2: Análise das relações existentes entre a U.E. e o meio no que toca à transferência de conhecimentos ou novas tecnologias;  Contribuição para a melhoria da qualificação do trabalho;  Contribuição para a vitalidade sócio-cultural	Questionários aplicados a vários públicos-alvo (secção 4.1.2.2.);  Protocolos estabelecidos pela U.E. com outras entidades (secção 4.1.2.3.)	Dados dos questionários aplicados a empresas, outras entidades, docentes da U.E. e diplomados pela U.E.;  Dados dos Protocolos estabelecidos com entidades externas

Fonte: Elaboração própria.

Para a análise das impactes da U.E. no produto, rendimento e emprego utilizaremos um modelo baseado no conceito do multiplicador Keynesiano, o que constitui uma forma simples de abordar o impacte de uma variação numa ou mais componentes da procura sobre o produto. Este conceito de "multiplicador" mostra que o aumento numa componente exógena da despesa aumentará o produto num montante ampliado ou multiplicado, ou seja, superior ao próprio aumento inicial. O multiplicador é, então, o número pelo qual a variação na componente autónoma da despesa deverá ser multiplicado de modo a determinar a variação resultante no produto global.

Este exercício que nos propomos resolver, que utiliza o mesmo enquadramento metodológico desenvolvido em estudos semelhantes noutros países da Europa (entre os quais Bleaney e outros, 1992; CVCP, 1994; Huggins e Cook, 1997), é apenas uma primeira abordagem à temática, devendo o seu resultado ser interpretado com o devido cuidado. As precauções na leitura dos resultados decorrem das limitações inerentes, por um lado, à tipologia do modelo e, por outro, aos dados existentes.

Como é sabido, os modelos de tipo Keynesiano, fundamentalmente conjunturais, funcionam com base em coeficientes fixos, o que condiciona a percepção da realidade, bem como da sua evolução. Contudo, este efeito deverá estar minimizado na medida em que o peso da Universidade de Évora no PIB da região é relativamente débil e, como tal, não é de supor que esta instituição seja geradora de mudanças significativas na estrutura regional desta variável. Para além disso, devemos registar que esta abordagem implica que, de forma a produzir efeitos positivos nas economias, as mesmas estejam numa situação em que exista desemprego de recursos, para que os efeitos se produzam na esfera real da economia e não na esfera monetária.

Por outro lado, a debilidade da informação estatística regionalmente relevante bem como a inexistência de informação crucial relativamente a algumas variáveis do sistema de ensino superior (por exemplo, a inexistência de dados relativos ao custo por aluno, no ensino superior, se deslocado da residência do agregado familiar, bem como a não obrigatoriedade de registar, informaticamente nos Serviços Administrativos da U.E, a origem dos fornecedores com quem a instituição mantém relações comerciais), levam-nos à introdução, em diversas fases da estimativa, de pressupostos teóricos que nos permitam prosseguir o estudo, bem como à aplicação de questionários, nomeadamente o que fizemos de forma directa e circunstancial, sem carácter de obrigatoriedade, aos estudantes da Universidade de Évora.

Para a prossecução do segundo objectivo definido assumimos que a U.E. é uma instituição promotora de desenvolvimento regional, com potencialidades para funcionar como

polarizadora do território envolvente, por via do desempenho das suas funções basilares e do relacionamento, aos diversos níveis, com empresas e instituições diversas integrantes do meio envolvente. Para a avaliação do modo como o desempenho da U.E. contribui para a melhoria de diversos aspectos do contexto económico, social e cultural da cidade e da região serão usados dois instrumentos fundamentais para a recolha de informação: questionários aplicados a diversos públicos-alvo e protocolos com entidades externas assinados pela U.E.

A opção pela utilização do instrumento questionário decorre da necessidade de proceder à recolha de informação diversa junto de vários interlocutores e permitir a sua comparabilidade com vista ao posterior tratamento estatístico. Os protocolos estabelecidos pela U.E. com entidades externas afiguram-se-nos como fontes documentais fundamentais neste estudo de caso, na medida em que traduzem o relacionamento formal da instituição com inúmeros parceiros institucionais. A preparação da análise dos protocolos estabelecidos pela U.E. e a elaboração dos questionários tiveram subjacente, por um lado, os objectivos a atingir com este estudo e, por outro, a revisão da bibliografia efectuada, particularmente os artigos relacionados com estudos de natureza idêntica realizados noutros países da Europa (Baslé, 1999; Benson, 1993; CVCP, 1994; DATAR, 1998; Goddard, 1999; Huggins e Cook, 1997; Labrianidis, 1995; OCDE, 1987; Turner, 1997).

Com os questionários aplicados procuramos recolher informação diversa, nomeadamente sobre:

- a existência, e o tipo, de contactos entre a U.E. e as restantes instituições da cidade ou da região (I1);
- a capacidade dos territórios em análise reterem os diplomados pela U.E., fixando-os por via do emprego (I2);
- a forma como a U.E. equaciona a sua ligação ao meio, por via dos ensinos, da investigação e da extensão (I3);
- o conhecimento que as empresas e outras instituições locais ou regionais têm acerca dos diversos domínios de actuação da U.E. (I4);
- a forma como os diversos respondentes consideram e avaliam o contributo da instituição para o meio envolvente (I5);
- várias abordagens de aproximação entre o ensino superior e o meio (I6);
- a capacidade da U.E. fixar outros agentes económicos (I7).

Para obter este conjunto de informação procederemos à aplicação de questionários a quatro grupos distintos: empresas, outras instituições locais e regionais, que serão designadas por "outras entidades", docentes da U.E. e diplomados pela instituição nos últimos anos. A selecção destes quatro grupos de respondentes, onde se incluem empregadores e

empregados, formadores e diplomados, parceiros, efectivos ou potenciais, em actividades de investigação ou extensão, visa permitir uma abordagem mais ampla e diversificada da apreciação acerca do conhecimento e do desempenho da instituição, na medida em que esperamos que o relacionamento de cada um dos grupos inquiridos com este estabelecimento de ensino superior possa reflectir um conjunto de experiências e análises, diferentes mas complementares, fundamentais para uma melhor e mais completa análise do objecto de estudo.

Assim, para os diversos pontos seleccionados como pertinentes em termos de informação a recolher procuraremos, sempre que possível, produzir as mesmas variáveis, consubstanciadas em questões idênticas, introduzidas nos vários questionários de forma a permitir a comparabilidade das respostas entre os diversos grupos inquiridos. No entanto, este procedimento não se verificará em todos os casos, na medida em que, por motivos relacionados com a exequibilidade deste estudo, e devido a constrangimentos financeiros e temporais, não nos será possível aplicar um questionário autónomo no caso das empresas e dos diplomados pela U.E.. Optaremos nestes dois grupos por incluir, em questionários apresentados ao abrigo de outros projectos de investigação complementares, os grupos de questões considerados pertinentes e indispensáveis para a obtenção da informação necessária aos objectivos deste estudo.

O outro procedimento utilizado para avaliar a forma como a U.E. se relaciona com o meio envolvente será a análise dos protocolos e outros contratos estabelecidos pela Universidade de Évora com entidades externas. Com este procedimento procurar-se-ão analisar as ligações entre esta instituição e a região em que está implantada, através da identificação das principais características do conteúdo dos documentos assinados, na medida em que estes são a expressão escrita da ligação que existe entre a Universidade, através dos seus docentes e das suas infra-estruturas, e o tecido económico e social envolvente.

Para analisar a informação recolhida através dos questionários aplicados e dos protocolos estabelecidos pela U.E. iremos, por um lado, descrever os dados obtidos com estes instrumentos, com vista a evidenciar as suas características fundamentais através da avaliação das frequências das respostas, bem como da medida do valor médio e do desvio-padrão, sempre que tal se justificar e os dados o permitirem. Por outro lado, procederemos à análise das relações entre as variáveis de forma a complementar o tratamento dos dados recolhidos. Deixaremos para a conclusão do trabalho a comparação dos resultados obtidos a partir destes instrumentos com a tese enunciada para este estudo de caso.

Em termos de tratamento estatístico usaremos procedimentos no âmbito da estatística descritiva. No entanto, como estes procedimentos nem sempre serão suficientes para interpretar todos os dados disponíveis, a análise estatística será complementada com a técnica da análise de conteúdo. Esta técnica será usada na interpretação das perguntas abertas existentes nos questionários, bem como na avaliação dos protocolos estabelecidos pela U.E.. Para proceder à análise de conteúdo utilizaremos a *análise categorial*, que “consiste em calcular e comparar as frequências de certas características, previamente agrupadas em categorias significativas” (Quivy, 1992: p.226).

#### 4.1.2 Os instrumentos de recolha de informação

##### 4.1.2.1 O modelo

No que respeita à análise do impacto no produto, rendimento e emprego aplicamos a mesma metodologia - adaptando-a, nomeadamente, às características da informação recolhida - usada noutros estudos com objectivos idênticos (entre os quais, Bleaney e outros, 1992; Huggins e Cook, 1997), a qual sugere que se usem duas medidas diferentes de rendimento:

- i) a noção de Produto Local Bruto (*PLB*), equivalente ao que ao nível nacional se designa de *PIB*: a U.E. é uma componente da economia local, contribuindo directamente para o produto da cidade e da região, e provoca efeitos multiplicadores na economia local através da compra de outros bens e serviços a empresas locais, por via dos seus gastos locais, tal como os dos seus funcionários e estudantes;
- ii) a noção de Rendimento Disponível Local (*RDL*), ou seja, o rendimento remanescente após a retenção de impostos e outras deduções (por ex., contribuições para a segurança social), ou seja, o equivalente ao *RDB*.

Dado que é necessário validar eficazmente o papel do efeito multiplicador (CVCP, 1994) associado à instituição, ou seja, da mudança inicial exógena provocada no rendimento ou nos gastos na economia local, foi necessário ter em conta várias fontes de despesa:

- i) os gastos dos funcionários da U.E. que vivem na localidade/região considerada; não foram tidos em conta os gastos feitos em Évora pelos funcionários, docentes e não docentes não residentes nesta localidade, uma vez que não foi possível obter uma estimativa credível para a



percentagem de gastos feitos em Évora por estes funcionários (admitimos, portanto, que o efeito multiplicador venha a ficar ligeiramente sub-avaliado);

- ii) os gastos, na localidade, feitos pelos estudantes que não são considerados residentes, retidos pela presença da U.E. (efeito de atracção), bem como pelos residentes que permanecem na localidade, devido à existência de efeito de retenção, pelo facto de estudarem na instituição (excluem-se aqui os gastos com “rendas de casa”, na medida em que se considera que estas deverão ser imputadas aos gastos globais do agregado familiar, a não ser nos casos em o estudante constitui, ele próprio, um agregado);
- iii) as despesas correntes e de capital, realizadas em Évora e na região, decorrentes do funcionamento da U.E..

A área na qual se vai medir o impacto, no produto e no rendimento, da U.E. é o concelho de Évora. A análise é confinada aos dados de um único ano base: 1999/2000. Ainda assim, é expectável que o conjunto total dos impactes venha a prolongar-se durante vários anos. Calculam-se as estimativas separadas para o *PLB* ( $Y$ ) e para o *RDL* ( $D$ ).

Modelo:

$$E = L + G \quad (1.1)$$

sendo

→  $L$  = total dos custos de trabalho (bruto)

→  $G$  = gastos com bens e serviços (bruto)

Obtemos assim uma estimativa do conjunto de gastos directos efectuados pela Universidade de Évora. No entanto, a este nível ainda nada sabemos a respeito do carácter local das despesas efectuadas.

$$Y_1 = L + hG \quad (1.2)$$

$$D_1 = (1 - t)(Y_1 - hiG) \quad (1.3)$$

sendo

- $Y_1$ : primeiro nível de impacte no produto local, a preços de mercado,
- $D_1$ : primeiro nível de impacte no rendimento disponível dos residentes,
- $h$ : proporção de bens e serviços adquiridos pela Universidade no mercado local,
- $i$ : taxa média de impostos indirectos,
- $t$ : taxa média de impostos directos (percentagem dos salários líquidos nos ilíquidos<sup>76</sup>)

Com as equações (1.2) e (1.3) obtemos uma primeira estimativa do impacte da Universidade, no produto e no rendimento locais. No entanto, estes não estarão devidamente avaliados se não incluirmos, na formulação, uma estimativa dos gastos realizados pelos estudantes e uma ponderação do conjunto de despesas efectuadas na localidade pelos funcionários residentes. Assim, vem:

$$Y_2 = vZ + wcD_1 \quad (1.4)$$

$$D_2 = (1-t)(1-i)Y_2 \quad (1.5)$$

sendo

- $Y_2$ : segundo nível de impacte no produto local,
- $D_2$ : segundo nível de impacte no rendimento disponível dos residentes,
- $Z$ : total dos gastos dos estudantes,
- $v$ : proporção de gastos em produtos e serviços locais, feitos pelos estudantes,
- $w$ : proporção de gastos dos funcionários nos produtos locais,
- $c$ : propensão média ao consumo.

A partir daqui, os impactes sucessivos decorrem do facto da despesa anterior ser reaplicada na área em estudo. Assim, vem:

$$Y_3 = wcD_2 = wc(1-t)(1-i)Y_2 \quad (1.6)$$

$$D_3 = (1-t)(1-i)Y_3 = wc(1-t)(1-i)D_2 \quad (1.7)$$

À semelhança do que acontece com o mecanismo do multiplicador Keynesiano, assume-se que o processo de impacte é convergente para zero, pelo que o multiplicador do produto total é definido como:

<sup>76</sup> Considera-se que esta taxa reflecte as retenções de impostos, contribuições para a ADSE, CGA, quotas sindicais, etc.

$$\begin{aligned}
 \frac{Y_f}{Y_1} &= \frac{(Y_1 + Y_2 + Y_3 + \dots)}{Y_1} \\
 &= \frac{1 + (1 + wc(1-t)(1-i) + \dots)Y_2}{Y_1} \\
 &= 1 + Y_2 [1 - wc(1-t)(1-i)] Y_1
 \end{aligned} \tag{1.8}$$

De forma idêntica, para o rendimento disponível dos residentes, o multiplicador total vem:

$$\begin{aligned}
 \frac{D_f}{D_1} &= \frac{(D_1 + D_2 + D_3 + \dots)}{D_1} \\
 &= \frac{1 + (1+t)(1+i)(1 + wc(1-t)(1-i) + \dots)D_2}{D_1} \\
 &= \frac{1 + (1-t)(1-i)Y_2}{[1 - wc(1-t)(1-i)]D_1}
 \end{aligned} \tag{1.9}$$

Para além do impacto no produto e no rendimento, procurar-se-á avaliar o impacto no emprego. Em primeiro lugar, determina-se o emprego directo associado à Universidade e, posteriormente, o impacto indirecto total da U.E. no emprego do concelho.

#### 4.1.2.2 Os questionários

Vejamos como é que nos diversos questionários aplicados procederemos à obtenção da informação pertinente para este estudo de caso (quadro 4.1.2.2.1).

O conhecimento relativo à existência e ao tipo de contactos existentes entre a U.E. e as restantes instituições da cidade ou da região (I1) será obtido a partir dos questionários às empresas e às outras entidades, que nos fornecerão dois tipos de informação: por um lado, a medida da presença de diplomados nas instituições inquiridas, em particular dos formados na U.E., e as necessidades que estas sentem ao nível do reforço dos seus quadros superiores; por outro lado, a existência de contactos entre os inquiridos e a U.E., nomeadamente, as áreas em que tal ocorre de forma predominante, bem como o grau de satisfação com as parcerias estabelecidas.

A avaliação da capacidade de os territórios reterem, por via do emprego, os diplomados da U.E. (I2) será feita a partir do questionário aos diplomados e visa perceber até que ponto é que a cidade e a região têm capacidade para fixar nas suas unidades económicas os quadros superiores, formados pela U.E., que aí procuraram trabalho, as causas apontadas para que tal não aconteça bem como a mobilidade profissional existente.

Quadro 4.1.2.2.1: Informação a recolher com os questionários aplicados

INFORMAÇÃO A RECOLHER	TÓPICOS ABORDADOS	QUESTÕES
	Características gerais deste segmento de empresas	Questionário às empresas: Grupo I: p.4. a p.13
11	Pessoal ao serviço e quadros superiores	Questionário às empresas: Grupo I: p.1 a p.3 do grupo I; Grupo II: p.1 a p.4; Grupo III: p.10 a p.17 Questionário às outras entidades: Grupo I: p.2 a p.5; Grupo II: p.3 a p.5
11	Contactos com as instituições de ensino superior	Questionário às empresas: Grupo III: p.1 a p.9 Questionário às outras entidades: Grupo II: p.1 e p.2; p.6
14	Conhecimento das diversas áreas de actuação da U.E.	Questionário às empresas: Grupo IV: p1 a p.5; Grupo V: p.1 a p.8; Grupo VI: p.1 a p.5; Grupo VII: p.1 a p.6 Questionário às outras entidades: Grupo III: p.1 a p.4; Grupo IV: p.1 a p.5; Grupo V: p.1 a p.5; Grupo VI: p.1 a p.4 Questionário aos docentes da U.E.: Grupo I: p.8; Grupo II: p.10; Grupo III:p.7
15,16,17	Ligação à região	Questionário às empresas: Grupo VIII: p.1 a p. 12; Questionário às outras entidades: Grupo VIII: p.1 a p.15 Questionário aos docentes da U.E.: Grupo IV: p.1 a p.16 Questionário aos diplomados da U.E.: Grupo Ligação à região: p.1 a p.14
15	Papel sócio-cultural da U.E.	Questionário às outras entidades: Questões para os agentes culturais: p.1 a p.3
13	Ensinos na U.E. e mercado de trabalho	Questionário aos docentes da U.E.: Grupo I: p.1 a p.7
13	Investigação na U.E.	Questionário aos docentes da U.E.: Grupo II: p.1 a p.9
13	Extensão na U.E.	Questionário aos docentes da U.E.: Grupo III: p.1 a p.6
12	Empregabilidade dos diplomados da U.E.	Questionário aos diplomados da U.E.: Grupo Percurso Profissional: p.1 a p.4

Fonte: Elaboração própria.

A forma como a U.E. equaciona a sua ligação ao meio (13) pode ser analisada a partir do questionário aos docentes da instituição, nos blocos de questões correspondentes ao ensino, investigação e extensão. Procura-se determinar em que medida é que estas actividades são concebidas e realizadas tendo em conta as necessidades e as características da região tal como a interligação com os parceiros locais e regionais. Por outro lado, o conhecimento que os agentes locais e regionais têm acerca da U.E. (14) é avaliado a partir dos questionários aos docentes, empresas e outras entidades com base em três questões principais: o grau de conhecimento que os agentes têm acerca das actividades desenvolvidas na U.E., a forma como o desempenho destas actividades corresponde às necessidades das instituições locais e regionais e, por outro lado, a identificação dos domínios científicos que a U.E. deveria privilegiar, no âmbito da sua actuação, com vista à satisfação dos interesses das diversas entidades e da região como um todo.

Os vários respondentes consideram e avaliam o contributo da U.E. para o meio (15), nos quatro questionários apresentados, no bloco de questões relativo à ligação à região. Aqui procuraremos perceber como é que os inquiridos classificam o contributo da U.E. para o desenvolvimento económico e social por via do desempenho das suas funções de ensino, investigação, extensão e formação, bem como o empenhamento que a instituição deveria ter em cada uma delas. Paralelamente, procuraremos também avaliar o contributo da instituição para os territórios analisados, nos aspectos económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico. De forma mais pormenorizada veremos como é que os inquiridos avaliam o contributo actual da U.E. para o desenvolvimento sócio-económico e sócio-cultural, a partir de um conjunto de parâmetros específicos propostos no questionário.

A avaliação da aproximação entre o ensino superior e o meio (16), feita a partir dos questionários aplicados a todos os grupos de respondentes, procura detectar a existência, ou não, de dificuldades de relacionamento com o meio e as causas para que tal aconteça, e ainda perspectivar formas de actuar que potenciem a aproximação entre ambos. A capacidade da U.E. para fixar outros agentes económicos nos territórios em estudo (17) também será avaliada por todos os grupos inquiridos através da identificação dos motivos que fazem, ou não, com que tal aconteça.

As questões que nos permitem obter esta informação são de carácter quantitativo (por exemplo, as que dizem respeito ao número de empregados ou de diplomados nas empresas e outras entidades) e qualitativo. Entre estas, os questionários contam com variáveis nominais que procuram dar a conhecer uma determinada realidade (por exemplo, a existência, ou não, de contactos entre a U.E. e as empresas ou outras entidades) e com variáveis ordinais que visam avaliar um dado fenómeno (por exemplo, a forma como as parcerias estabelecidas correspondem às expectativas das instituições externas à U.E. será

avaliada com uma escala constituída pelas categorias Muito, Razoavelmente, Pouco e Nada). Os questionários são constituídos ainda por perguntas abertas que têm como objectivo fornecer informação de carácter mais qualitativo acerca dos diversos tópicos em apreciação.

A análise das variáveis quantitativas será complementada com o cálculo dos respectivos valores médios, máximos e mínimos, e do desvio-padrão, que se utilizarão sempre que tal for pertinente. O estudo das variáveis qualitativas dos questionários será feito através das respectivas frequências e do cálculo das medianas (no caso das variáveis ordinais) bem como por via da análise da relação entre as variáveis, sempre que tal for pertinente. Para tal, usaremos o teste do  $\chi^2$ , que procura identificar a existência de associação entre as variáveis com base nas hipóteses:

$H_0$ : as variáveis são independentes;

$H_1$ : há associação entre as variáveis.

Se as variáveis são independentes, o comportamento de uma é aleatório relativamente à outra; se verificarmos a existência de associação, a partir do desempenho de uma delas podemos prever o comportamento da outra. Complementamos este estudo com a avaliação do grau de intensidade da associação entre as variáveis através da medida Coeficiente V de Cramer, cujo valor pode oscilar entre [0, 1], ou seja, entre a ausência de associação ou a associação perfeita entre as variáveis.

A análise das questões que visam avaliar o desempenho da Universidade de Évora na sua ligação à região e à cidade (15, 16, 17) far-se-á, em quase todos os casos, a partir de uma escala numérica entre zero e dez. A partir deste bloco de questões, existente em todos os questionários, para além da descrição dos dados recolhidos, procuraremos ainda proceder à comparação das médias, em cada variável, de modo a avaliar se, estatisticamente, os diversos respondentes classificam de forma idêntica os vários parâmetros em apreço.

Dado que contamos com quatro grupos de respondentes, procuraremos testar a igualdade das médias através da análise da variância univariada usando a metodologia *One-way Anova*. Neste caso, para se rejeitar a hipótese nula de igualdade das médias em todos os grupos avaliados, ou seja, para não considerarmos estatisticamente idênticas as respostas fornecidas pelos diversos grupos de respondentes, basta que exista pelo menos um grupo com média estatisticamente diferente das restantes. A aplicação do teste F, que nos permite

concluir acerca da igualdade das variâncias, subjacente à metodologia *One-way Anova*<sup>77</sup>, implica a verificação dos seguintes pressupostos:

- as observações dentro de cada grupo têm uma distribuição normal;
- as observações são independentes entre si;
- as variâncias de cada grupo são iguais entre si, ou seja, há homocedasticidade.

A verificação do pressuposto da normalidade não é restritiva para a aplicação desta metodologia quando o número de elementos de cada grupo é relativamente elevado. Por outro lado, o teste F é robusto a violações da homocedasticidade quando o número de observações em cada grupo é igual ou aproximadamente igual. Consideram-se grupos de dimensão semelhante (Pestana e Gageiro, 2000, p.194) aqueles cujo quociente entre a maior dimensão e a menor for inferior a 1,5.

Sempre que a análise da normalidade, feita a nível inferencial através do teste de *Kolmogorov-Smirnov com a correcção de Lilliefors*, não revelar a existência de distribuição normal das observações dentro de cada grupo, procurar-se-á utilizar testes não paramétricos para estudar as variáveis. Neste caso aplicar-se-á o teste de *Kruskal-Wallis*. Este consiste numa alternativa não paramétrica ao teste *One-way Anova*, utilizado quando não se encontram reunidos, nomeadamente, os pressupostos da normalidade ou da igualdade das variâncias. Este teste é utilizado para avaliar a hipótese da igualdade no que se refere à localização, de acordo com a hipótese nula de que as *k* distribuições (sendo *k* o número de grupos) têm o mesmo parâmetro de localização, ou seja, a aplicação deste teste implica que as distribuições tenham igual forma. Esta avaliação pode ser efectuada através da observação visual das “caixas de bigodes” relativas as diversos grupos. A partir daqui deveremos concluir pela igualdade da forma nas distribuições nos diversos grupos (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 327-330).

Quando também não nos for possível utilizar este procedimento, optaremos por reduzir o número de grupos em análise. Tendo em conta que a normalidade não é restritiva para o caso em que os grupos apresentam uma dimensão semelhante e o teste F, nestes casos, é robusto a variações de homocedasticidade, limitaremos a nossa análise a dois grupos de respondentes: - Outras entidades e Docentes da U.E.<sup>78</sup>, pelo que apenas poderemos vir a tirar conclusões relativamente à igualdade estatística das médias para estes dois grupos de respondentes. Neste caso adoptaremos como procedimento estatístico a comparação de

---

<sup>77</sup> Embora compare médias de dois ou mais grupos, este procedimento designa-se por análise de variância devido ao facto da expressão estatística usada para testar a hipótese nula da igualdade das médias ser dada por um quociente que inclui a variação entre os grupos e a variação dentro dos grupos (Pestana e Gageiro, 2000, p.192).

<sup>78</sup> Em termos de dimensão o quociente entre ambos os grupos é 1,17.

médias nos dois grupos referidos, verificando, em primeiro lugar, a igualdade das variâncias, através do teste  $F^{79}$ , com as seguintes hipóteses:

$H_0$ : as variâncias são iguais;

$H_1$ : as variâncias são diferentes.

Nos casos em que não rejeitarmos a hipótese da igualdade das variâncias, aplicaremos posteriormente o teste  $T^{80}$  de forma a avaliar a existência de igualdade entre as médias dos dois grupos em estudo, a partir das hipóteses:

$H_0$ : as médias dos dois grupos são iguais;

$H_1$ : as médias dos dois grupos são diferentes.

#### 4.1.2.2.1 Questionário às empresas

O questionário às empresas (questionário 1 em Anexo) foi aplicado a 68 empresas com estabelecimentos e sede no Alentejo<sup>81</sup> e que apresentavam como características comuns o facto de terem, cumulativamente, mais de 50 trabalhadores e mais de 500 mil contos de volume de vendas anuais<sup>82</sup>. Optámos por este conjunto de empresas, ainda que da amostra resultasse um pequeno número de firmas seleccionadas, na medida em que aceitamos o pressuposto de que as inter-relações entre as empresas e as instituições de ensino superior resultam de forma tanto mais eficaz quanto maior for o entendimento, em termos de objectivos e práticas, entre os dois conjuntos de instituições, nomeadamente nos domínios da investigação, da inovação tecnológica e da formação de recursos humanos, ou seja, se ambos “falarem a mesma linguagem”. Naturalmente que, sendo o tecido empresarial do Alentejo constituído, fundamentalmente, por empresas com uma dimensão muito reduzida, era expectável que no grupo seleccionado viéssemos a encontrar os grupos profissionais com níveis de qualificação mais elevados, ou seja, com maior volume de “massa crítica” e onde as inter-relações com a U.E., ou outras instituições de ensino superior, sedeadas ou não no Alentejo, seriam mais intensas.

A relação entre as empresas alentejanas e os estabelecimentos de ensino superior é muito pouco expressiva. No âmbito do Projecto PRAXIS, a que já fizemos referência, foi aplicado

<sup>79</sup> Consideramos que se a significância da estatística F for superior a 5%, não podemos rejeitar a hipótese nula.

<sup>80</sup> Consideramos que se a significância da estatística T for superior a 5%, não podemos rejeitar a hipótese nula.

<sup>81</sup> Seleccionadas a partir da Base de dados disponível no INE.

<sup>82</sup> O questionário às empresas que usámos foi aplicado no âmbito do Projecto PRAXIS XXI “Dinâmicas Territoriais das regiões do Alentejo, Beira Interior e Algarve: cenários no horizonte do ano 2015”. Este questionário tem duas componentes fundamentais: a primeira, analisada no âmbito deste trabalho, procura identificar as relações deste conjunto de empresas com as instituições de ensino superior, e com a U.E., em particular; a segunda, visa avaliar a implementação de processos inovadores nas empresas inquiridas (estes resultados serão avaliados no âmbito do referido Projecto de investigação).



um questionário, enviado por via postal, a uma amostra de empresas representativa do tecido económico do Alentejo. Neste questionário procurou-se identificar a existência de relações entre a U.E. e as empresas. Os resultados obtidos revelam que 91% das empresas nunca estabeleceram contactos com as instituições de ensino superior existentes e no Alentejo e apenas 68% dessas empresas revelaram ter diplomados ao seu serviço. A análise destas questões revela ainda que os contactos estabelecidos entre as empresas e as instituições de ensino superior privilegiam os estabelecimentos localizados no Alentejo, enquanto que a análise da proveniência dos diplomados nos indica que 56% realizaram a sua formação em instituições localizadas fora da região.

As empresas inquiridas representam 0,75% do número de empresas com estabelecimentos no Alentejo, 20,4% em termos de pessoal ao serviço e 31,7% em termos de volume de vendas anuais. Por se enquadrarem nos requisitos exigidos foram ainda inquiridas duas empresas com estabelecimentos em Évora, mas que por não integrarem a base de dados utilizada<sup>83</sup> não foram contempladas inicialmente na amostra: a Tyco Electronics (empresa do grupo americano com o mesmo nome) e a EPCOS (participada pelo grupo SIEMENS), ambas produtoras de componentes electrónicos: relés e condensadores de tântalo, respectivamente. A sua introdução, no conjunto das empresas inquiridas, ficou a dever-se à grande importância que ambas têm, em termos de emprego e volume de negócios, no concelho de Évora.

A maioria destas empresas (65,5%) não se enquadra em nenhum grupo económico, tendo a sua sede no Alentejo (81%). As restantes estão sedeadas noutros pontos do país (9%) ou no estrangeiro (9%). Destas empresas, aproximadamente metade tem outros estabelecimentos localizados, de forma equivalente, na região ou noutras regiões do país.

No ano de 1999, o volume de vendas médio registado por estas empresas foi de 2.781.085 contos (€ 13.877.614), oscilando entre um mínimo de 235.000 (€ 1.172.650) e um máximo de 28.000.000 milhares de escudos (€ 139.720.000). Muitas são as unidades económicas (69%) que admitem vir a aumentar os seus lucros nos próximos tempos. A maioria destas empresas divide a sua actividade pelos mercados regional, nacional e internacional, ainda que algumas delas concentrem as suas vendas em mercados específicos: 18,8% só trabalha o mercado regional, 9,4% o mercado nacional e outras 9,4% o mercado internacional. Quase metade destes estabelecimentos (46,9%) realiza toda a sua produção por encomenda, 3,1% faz produção em pequena escala e 12,5% produção em massa.

Em termos de organização do trabalho por áreas, verifica-se que, em média, estas empresas têm a maioria dos seus trabalhadores (104 pessoas) afectas às actividades de

---

<sup>83</sup> A base de dados usada foi disponibilizada pelo INE e diz respeito às empresas com sede no Alentejo.

produção, sendo muito pequenos os números de trabalhadores nas áreas de Projectos, design de novos produtos e I&D (5 pessoas), Marketing (7 pessoas) e Qualidade (6 pessoas).

As empresas inquiridas<sup>84</sup> (quadro 4.1.2.2.1.1) distribuem-se por 28 sectores de actividade, o que desde logo traduz a pequena concentração das empresas desta dimensão de acordo com o sector de actividade. Estas empresas estão localizadas nos distritos de Beja (7 empresas), Évora (29 empresas), Portalegre (17 empresas) e nos concelhos alentejanos do distrito de Setúbal (15 empresas).

#### Quadro 4.1.2.2.1.1: Empresas a quem foi aplicado o inquérito por questionário

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE a 2 dígitos)	EMPRESAS CONTACTADAS		RESPOSTAS	
	nº	%	nº	%
Agricultura, produção animal, caça e actividade dos serviços relacionados	2	2,9	2	6,7
Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços relacionados	1	1,5		
Extracção e preparação de minerais metálicos	1	1,5		
Outras indústrias extractivas	2	2,9	2	6,7
Indústrias alimentares e das bebidas	11	16,2	6	20,0
Fabricação de têxteis	2	2,9	1	3,3
Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigo e peles com pêlo	1	1,5		
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria.	2	2,9		
Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	1	1,5	1	3,3
Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	1	1,5		
Fabricação de produtos químicos	3	4,4	1	3,3
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	1,5	1	3,3
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	4	5,9	1	3,3
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento	4	5,9	3	10,0
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	2	2,9		
Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	2	2,9		
Fabricação de outro material de transporte	1	1,5		
Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.	2	2,9	1	3,3
Captação, tratamento e distribuição de água	1	1,5	1	3,3
Construção	9	13,2	3	10,0
Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho de combustíveis para veículos	2	2,9		
Comércio por grosso e agentes de comércio, excepto de veículos automóveis e de motociclos	5	7,4	2	6,7
Comércio a retalho (excepto de veículos automóveis, motociclos e combustíveis para veículos); reparação de bens pessoais e domésticos	2	2,9	2	6,7
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1	1,5		
Transportes terrestres; transportes por oleodutos ou gasodutos	1	1,5	1	3,3
Actividades anexas e auxiliares dos transportes; agências de viagens e turismo	1	1,5		
Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões	2	2,9	1	3,3
Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas	1	1,5	1	3,3
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria.

Obtivemos 32 respostas (45,7% do total de inquéritos aplicados), a maioria das quais de empresas localizadas no distrito de Évora (21 empresas). A participação dos distritos de Beja

<sup>84</sup> A lista de empresas inquiridas encontra-se no quadro A.4.1.1 em Anexo.

(4 empresas), de Portalegre (5 empresas) e Setúbal (2 empresas) foi bastante mais débil, o que pode querer significar, desde logo, um maior distanciamento relativamente à U.E. e, como tal, uma menor sensibilização para responder ao questionário. Em termos sectoriais, por seu turno, também foram diversas as áreas de actuação relativamente às quais não obtivemos nenhuma resposta, pelo que se regista alguma “sobre-representação” sectorial, sendo particularmente intensa, por exemplo, nos domínios da *Agricultura, produção animal, caça e outras actividades relacionadas, Outras indústrias extractivas, Indústrias alimentares e das bebidas, Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos e Comércio a retalho*. Este fenómeno recomenda uma cautelosa interpretação dos resultados obtidos a partir dos questionários.

O inquérito às empresas foi estruturado (quadro 4.1.2.2.1.2) de forma a responder aos seguintes objectivos:

- i) proceder a uma breve descrição deste segmento de empresas e identificar a importância dos trabalhadores diplomados no conjunto do pessoal ao serviço nestas empresas;
- ii) conhecer as necessidades de formação superior das empresas localizadas no Alentejo;
- iii) identificar o tipo de relação que existe entre a U.E. e as empresas com maior dimensão;
- iv) avaliar se a forma como a U.E. desenvolve as suas actividades de ensino, investigação, extensão e formação corresponde às expectativas e/ou necessidades das empresas;
- v) avaliar a forma como o papel da U.E. é percebido pelas empresas enquanto instituição potencialmente promotora de processos de desenvolvimento regional.

**Quadro 4.1.2.2.1.2: Questionário às empresas - síntese das questões por grupos**

BLOCO	DESCRIÇÃO	nº QUESTÕES
I	Informação geral	13
II	Necessidade de Quadros	4
III	Contactos entre as Instituições de Ensino Superior e as Empresas	2
IV	Contactos entre a Universidade de Évora e as Empresas	14
V	Ensinos	5
VI	Formação	8
VII	Investigação	5
VIII	Extensão	6
IX	Importância da ligação à região	12
	<b>Total de questões</b>	<b>69</b>

Fonte: elaboração própria.

Este questionário foi enviado por via postal, à administração das empresas, após um prévio contacto telefónico, e foi recolhido pessoalmente, o que tornou possível o esclarecimento de algumas dúvidas relativamente aos seus objectivos bem como ao seu preenchimento. Apesar disso, o número de questionários completamente preenchidos é muito reduzido.

#### 4.1.2.2.2 Questionário às “outras entidades”

O questionário às instituições regionais (questionário 2 em Anexo) foi aplicado a 83 entidades<sup>85</sup> localizadas em Évora ou noutros pontos do Alentejo (quadro 4.1.2.2.1). Deste conjunto de entidades fazem parte todas as que estão localizadas no Alentejo e já assinaram protocolos com a U.E.<sup>86</sup>. Este questionário foi também enviado a todos os membros do Conselho Consultivo da Universidade de Évora, bem como a outras instituições, públicas ou privadas, instaladas, fundamentalmente, no concelho de Évora.

As entidades a quem foram enviados os inquéritos localizam-se nos distritos de Évora (68 entidades), Beja (7 entidades), Portalegre (8 entidades), Lisboa (3 entidades) e Setúbal (3 entidades).

Quadro 4.1.2.2.1: Entidades a quem foi enviado o questionário

TIPO DE ENTIDADES	NÚMERO	%	Nº DE RESPOSTAS	%
Instituições públicas de âmbito regional	12	13,5	12	18,2
Instituições públicas de âmbito local/distrital	15	16,9	10	15,2
Entidades/ Associações privadas sectoriais	16	17,9	13	19,7
Entidades culturais	13	14,6	8	12,1
Fundações	3	3,4	2	3,0
Autarquias locais e respectivas associações	11	12,4	8	12,1
Instituições de ensino superior	3	3,4	3	4,5
Outros estabelecimentos de ensino	1	1,1	-	
Sindicatos	2	2,2	1	1,5
Outras entidades	13	14,6	9	13,6
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>100</b>	<b>66</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração própria.

A este inquérito responderam 66 entidades (74,2% do total de inquiridos), predominando as instituições públicas de âmbito regional (18,2% de respostas) e as associações privadas

<sup>85</sup> Lista de entidades inquiridas no quadro A.4.1.2 em Anexo.

<sup>86</sup> Apesar da maioria das entidades, com quem a U.E. estabeleceu protocolos, estar localizada na zona da Grande Lisboa, estas não foram incluídas no conjunto dos inquiridos na medida em que com este trabalho se pretendem analisar apenas os impactes regionais da instituição.

sectoriais (19,7% de respostas). Em quatro casos identificados, os respondentes, embora não preenchendo o questionário, responderam ao ofício que o acompanhava, justificando a posição tomada e fornecendo informações relevantes, do ponto de vista da análise qualitativa, para a interpretação dos resultados finais. Os respondentes localizam-se, fundamentalmente, em Évora (53 entidades).

Com este inquérito pretende-se:

- i) caracterizar as entidades respondentes do ponto de vista da qualificação do pessoal que têm ao serviço, bem como identificar, entre os funcionários, quais os que obtiveram formação na U.E.;
- ii) caracterizar os contactos existentes entre as entidades e a U.E.;
- iii) avaliar o conhecimento que existe nestas entidades acerca dos diversos domínios de actuação da U.E.;
- iv) avaliar a forma como é percebido, pelas diversas entidades respondentes, o papel da U.E. enquanto instituição potencialmente promotora de processos de desenvolvimento regional.

Para alcançar estes objectivos estruturou-se o questionário da seguinte forma (quadro 4.1.2.2.2.2):

Quadro 4.1.2.2.2.2: **Questionário às outras entidades - síntese das questões por grupos**

BLOCO	DESCRIÇÃO	Nº QUESTÕES
I	Identificação da Entidade	5
II	Contactos entre a Entidade inquirida e a Universidade de Évora	15
III	Ensinos	4
IV	Investigação	5
V	Extensão	5
VI	Formação	9
VII	Importância da ligação à região	14
VIII	Questões destinadas aos agentes culturais	3
	<b>Total de questões</b>	<b>60</b>

Fonte: elaboração própria.

Este questionário foi enviado por via postal às diversas entidades. Para o seu preenchimento foi dado um prazo de 10 dias, findo o qual se procedeu ao contacto telefónico com as entidades que não haviam respondido e foram marcadas entrevistas para o preenchimento do mesmo, quando os respondentes revelaram disponibilidade para tal.

#### 4.1.2.2.3 Questionário aos docentes da U.E.

Na Universidade de Évora aplicou-se um questionário aos docentes (questionário 3 em Anexo). Os docentes seleccionados, num total de 88 pessoas, foram os Presidentes dos Conselhos de Departamento em funções nos anos lectivos 1999/2000 e 2000/2001 e os respectivos adjuntos, bem como os que exerceram estes cargos no mandato anterior, ou seja, durante os anos lectivos 1997/98 e 1998/99. Para além destes, o inquérito foi também enviado aos Presidentes dos Conselhos Científicos das Áreas Departamentais e aos Directores dos Centros de Investigação da U.E. Neste caso foram obtidas 52 respostas (59,1% do total de inquéritos enviados), provenientes de todos os sectores inquiridos.

Com este inquérito pretende-se:

- i) caracterizar a Universidade de Évora, do ponto de vista dos ensinos, investigação e extensão, no que diz respeito à sua ligação com a região;
- ii) caracterizar os contactos existentes entre a Universidade de Évora e outras entidades relativamente às questões da investigação e da extensão;
- iii) avaliar a forma com é percebido, pela Universidade de Évora, o papel da instituição enquanto entidade potencialmente promotora de processos de desenvolvimento regional.

Assim, o questionário foi estruturado da seguinte forma (quadro 4.1.2.2.3.1):

**Quadro 4.1.2.2.3.1: Questionário aos docentes da U.E.  
- síntese das questões por grupos**

BLOCO	DESCRIÇÃO	Nº QUESTÕES
I	Ensinos	8
II	Investigação	12
III	Extensão	9
VII	Importância da ligação à região	16
<b>Total de questões</b>		<b>45</b>

Fonte: elaboração própria.

Este inquérito foi enviado por correio interno e, posteriormente, foi feito um contacto telefónico para que se pudessem obter mais algumas respostas.

#### 4.1.2.2.4 Questionário aos diplomados pela U.E.

Para inquirir os diplomados pela U.E. usaremos o questionário que a Associação de Antigos Alunos deste estabelecimento de ensino aplicou. Assim, foi enviado um inquérito postal aos diplomados que terminaram os seus cursos na U.E. e relativamente aos quais existia endereço postal disponível<sup>87</sup>. Esta base de dados é constituída por 2889 diplomados, dos quais 67,9% são mulheres. A esmagadora maioria dos diplomados inquiridos concluíram as suas formações ao longo da década de 90 (quadro 4.1.2.2.4.1). A maioria das respostas obtidas é de ex-alunos que concluíram as suas formações na segunda metade da década.

Quadro 4.1.2.2.4.1: **Data de conclusão dos cursos**

DATA	QUESTIONÁRIOS ENVIADOS		RESPOSTAS OBTIDAS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
1980-1989			25	3,3
1990	28	0,9	4	0,5
1991	65	2,2	7	0,9
1992	115	3,9	41	5,3
1993	371	12,8	90	11,7
1994	451	15,6	104	13,5
1995	428	14,8	119	15,4
1996	501	17,3	133	17,2
1997	399	13,8	134	17,4
1998	298	10,3	81	10,5
1999	11	0,4	7	0,9
2000			8	1,0
2001			1	0,1
Data não especificada	222	7,7	0	0,0
<b>Total</b>	<b>2889</b>	<b>100</b>	<b>754</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria.

Este questionário foi respondido por 754 ex-alunos desta instituição, o que corresponde a uma taxa de resposta de 26,1%. A estrutura da base de envios (quadro 4.1.2.2.4.2), onde predominam os titulares das diversas formações em Ensino, a par dos diplomados em ciências económicas e empresariais e em ciências agrárias, é bastante idêntica à proporção de respostas obtidas por áreas científicas de formação.

<sup>87</sup> Usou-se esta população na medida em que são os dados disponíveis nos Serviços Académicos da Universidade de Évora.

Quadro 4.1.2.2.4.2: **Áreas científicas dos diplomados pela U.E.**

ÁREAS CIENTÍFICAS	Nº DE DIPLOMADOS	%	Nº DE RESPOSTAS	%
Artes	2	0,1	0	0,0
Ciências Agrárias	499	17,3	137	17,9
Ciências Exactas	64	2,2	15	2,0
Ciências Económicas e Empresariais	752	26,0	208	27,2
Ciências Humanas e Sociais	186	6,4	70	9,2
Ciências da Natureza e Ambiente	166	5,7	52	6,8
Ensino	1059	36,7	257	33,6
Outras não especificadas	161	5,6	25	3,3
<b>Total</b>	<b>2889</b>	<b>100</b>	<b>764</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria.

Os diplomados que responderam ao questionário residem um pouco por todo o território continental e na Região Autónoma da Madeira (quadro 4.1.2.2.4.3). O distrito de Évora e a zona da Grande Lisboa são as áreas para onde foram feitos mais envios (63,3%) e donde se obteve uma maior concentração de respostas (42,5%).

Quadro 4.1.2.2.4.3: **Zona de residência<sup>88</sup> dos diplomados pela U.E. (%)**

ZONA DE RESIDÊNCIA	ENVIOS EFECTUADOS	RESPOSTAS OBTIDAS
Minho	3,8	6,9
Trás-os-Montes	1,5	2,0
Beira Interior	3,7	15,7
Beira Litoral	10,7	15,8
Grande Lisboa	29,7	20,0
Évora	33,6	22,5
Beja	6,6	4,2
Portalegre	4,8	7,1
Algarve	4,2	5,0
Açores	0,2	0,0
Madeira	1,3	0,8
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Para obter as informações que consideramos pertinentes integrámos dois blocos de questões (quadro 4.1.2.2.4.4) no inquérito por questionário mais vasto que a Associação de Antigos Alunos da Universidade de Évora aplicou (questionário 4 em Anexo). Com as questões colocadas é nosso objectivo:

<sup>88</sup> A delimitação das zonas de residência foi feita agrupando os distritos da seguinte forma: Minho (Braga e Viana do Castelo), Trás-os-montes (Vila Real e Bragança), Beira Interior (Viseu, Guarda e Castelo Branco), Beira Litoral (Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria), Grande Lisboa (Lisboa, Santarém e Setúbal).



- i) analisar a empregabilidade, em Évora e no Alentejo, dos diplomados pela U.E.;
- ii) avaliar a forma como é percebido, pelos ex-alunos, o papel da instituição enquanto entidade potencialmente promotora de processos de desenvolvimento regional.

**Quadro 4.1.2.2.4.4: Questionário aos ex-alunos da Universidade de Évora  
- síntese das questões por grupos**

BLOCO	DESCRIÇÃO	Nº QUESTÕES
I	Percurso profissional	7
II	Importância da ligação à região	16
<b>Total de questões</b>		<b>23</b>

Fonte: elaboração própria.

#### 4.1.2.3. Os Protocolos

Com o tratamento destes documentos, que traduzem, por escrito, o relacionamento da U.E. com o meio que a rodeia, pretendemos conhecer melhor a forma como a instituição interactiva com outras entidades, parceiras em actividades de ensino, formação, investigação ou prestação de serviços, localizadas na região ou fora dela.

Para este estudo foram avaliados 201 documentos<sup>89</sup> assinados pela U.E. e por entidades externas, entre 1978 e 1999, classificados em 4 categorias (variável *Tipo de documento*): *Protocolo de Colaboração* (63 documentos), *Convénio* (34 documentos), *Protocolo de Prestação de Serviços* (101 documentos) e *Contrato de Doação* (3 documentos). Para proceder à análise destes documentos definiram-se dez variáveis<sup>90</sup> com as quais pretendemos tornar mais clara e objectiva a análise dos diversos documentos disponíveis: *Tipo de documento*, *Entidade*, *Âmbito geográfico*, *Localização*, *Área Departamental*, *Domínio Científico*, *Objectivos*, *Instrumentos*, *Data de Assinatura* e *Entidade financiadora*.

A variável designada por *Entidade* está subdividida nas seguintes categorias: pública, privada, universidades, institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino. Entre as entidades públicas incluímos as direcções-gerais de vários ministérios, fundações e institutos públicos, institutos de investigação, câmaras municipais, organismos públicos de carácter regional, hospitais, museus; entre as entidades privadas contam-se empresas e consórcios de empresas, associações empresariais, fundações, associações privadas científicas, culturais

<sup>89</sup> Ceditos pela Assessoria de Planeamento da Universidade de Évora. As entidades com quem se estabeleceram protocolos e convénios estão listadas no Quadro A.4.1.3. em Anexo.

<sup>90</sup> Listas no quadro A.4.1.4 em Anexo.

e profissionais, associações patronais, sindicatos, associações sem fins lucrativos, cooperativas e associações de desenvolvimento local.

A especificação do *Âmbito geográfico* faz-se com as categorias: internacional, nacional, regional (que engloba todos os concelhos do Alentejo exceptuando Évora) e local (Évora). A variável *Localização*, por seu turno, organizada com as categorias Évora, Lisboa, Alentejo, Sul e Norte, visa evidenciar as localizações onde estão instalados os parceiros com que a U.E. mais colabora.

A variável *Área Departamental* distingue as cinco áreas em que está organizada a U.E., especificando também o caso da área Ciências da Saúde, e é complementada com a variável *Domínio científico*, que nos propõe uma abordagem mais pormenorizada do domínio do saber em que se estabelecem os protocolos.

Definimos um conjunto de cinco *Objectivos* (ensino, investigação, extensão, formação e informação) para avaliar o âmbito de actuação dos documentos assinados e, através da variável *Instrumentos*, procuramos determinar a forma de prosseguir os objectivos estabelecidos.

No caso dos Protocolos de Prestação de Serviços avaliamos também quem é a *Entidade financiadora*, especificando o seu âmbito geográfico e a sua natureza pública ou privada.

A análise destas variáveis qualitativas (nominais) far-se-á por via das respectivas estatísticas descritivas, nomeadamente da análise de frequências, bem como da avaliação da relação entre elas através da estatística do  $\chi^2$  complementada com a análise do Coeficiente V de Cramer e da respectiva análise de correspondências<sup>91</sup>.

Procurámos também proceder à análise discriminante, na medida em que nos parecia que podia tratar-se de uma metodologia de análise multivariada interessante para encontrar as características distintivas dos vários tipos de documentos tratados. A análise discriminante visa distinguir estatisticamente dois ou mais grupos de indivíduos, previamente definidos a partir de características conhecidas para todos os membros do grupo. Para distinguirmos os vários grupos entre si, seleccionam-se um conjunto de características para as quais se espera que os grupos apresentem diferenças significativas. Esta técnica permite-nos identificar as características que distinguem os membros de um grupo dos de outro (Pestana e Gageiro, 2000: 513-525). No entanto, como a generalidade das variáveis em estudo são

---

<sup>91</sup> Estas operações foram efectuadas com o apoio do software estatístico SPSS.

qualitativas não podemos adoptar este procedimento que apenas se revela adequado no caso de termos a variável dependente qualitativa e as variáveis explicativas quantitativas.

Paralelamente, ensaiaram-se os procedimentos estatísticos com vista a determinar a existência de *clusters*, ou seja, de grupos homogéneos de variáveis relacionadas entre si. Realizámos um teste com as variáveis *Tipo de documento*, *Entidade*, *Âmbito geográfico*, *Área Departamental envolvida* e *Instrumentos*, usando o método do Vizinho mais Próximo e como medida para o intervalo a Distância euclidiana ao quadrado. O procedimento veio a verificar-se infrutífero na medida em que a maior parte das observações caiu dentro de um único cluster (Quadro A.4.1.5).





## 4.2 Impactes no produto, rendimento e emprego

### 4.2.1. Introdução

A estimacão dos impactes provocados pela Universidade de Évora (U.E.) é particularmente importante na medida em que esta instituico é uma das principais empregadoras da cidade de Évora (quadro 4.2.1.1), quer a avaliemos do ponto de vista do número de trabalhadores, através do montante de salários pagos quer por via das aquisices feitas a terceiros; por outro lado, a esta instituico estão associados cerca de 8000 estudantes, dos quais 70%<sup>92</sup> não têm residência no concelho de Évora<sup>93</sup>.

Quadro 4.2.1.1: Principais empregadores da cidade de Évora (1999):

#### Entidades públicas

Instituico	N de trabalhadores	Massa salarial	Salário médio
Câmara Municipal de Évora	800	1.930.000	2412,5
Centro Regional de Segurança Social do Alentejo	1022	2.899.327	2836,9
Comissão de Coordenao da Região Alentejo	166	993.603	5985,6
Direco Regional de Agricultura do Alentejo	1323	3.307.937	2500,3
Direco Regional de Educao do Alentejo	262	n.d.*	
Direco Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Alentejo	180	534.300	2968,3
Hospital do Espirito Santo (Évora)	1200	4.518.000	3765
Instituto do Emprego e Formao Profissional - Delegao Regional do Alentejo	500	n.d.*	
Universidade de Évora	960	4.448.837	4634,2

Fonte: questionários aplicados a diversas entidades; elaborao própria.

Unidade – Massa salarial e Salário médio: milhares de escudos; \*: processamento de salários feito em Lisboa.

Para proceder  estimativa dos impactes, bem como do efeito multiplicador associado  Universidade de Évora, analisamos, por um lado, a Conta de Gerência da instituico para o ano de 1999 (quadro A.4.2.1) e, por outro, a base de dados de funcionários da U.E. relativa ao mês de Julho de 2000 com indicao do concelho de residência, com os montantes

<sup>92</sup> Estimativa apresentada no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Universidade de Évora, 1999-2004.

<sup>93</sup> Residência habitual do agregado familiar.

salariais líquidos e ilíquidos pagos a cada funcionário (para afectar geograficamente o montante pago em *Salários e outras remunerações*<sup>94</sup>). De forma a poder calcular o impacto da U.E., no produto, no rendimento e no emprego, na cidade de Évora, e no Alentejo, tornou-se necessário distinguir, nas várias rubricas, os montantes gastos em Évora e noutras regiões. Para o efeito criámos 5 categorias geográficas: *Évora* (concelho), *Distrito de Évora* (todos os restantes concelhos do distrito de Évora), *Alentejo* (concelhos dos distritos de Beja e de Portalegre e concelhos alentejanos do distrito de Setúbal), *Portugal* (todas as localizações não integradas nas categorias anteriores) e *Resto do Mundo* (estrangeiro).

#### 4.2.2. Impactes Directos

##### 4.2.2.1 Emprego

Em termos de contributo directo para o emprego (Quadro 4.2.2.1.1), no concelho de Évora, em 2000, a U.E. garantiu mais de nove centenas de postos de trabalho, a maioria dos quais (57,6%) ocupados por docentes que recebem quase 80% das remunerações pagas pela instituição. Esta contribuição é particularmente significativa devido ao carácter qualificado do emprego gerado<sup>95</sup>.

Quadro 4.2.2.1.1: **Localização geográfica da residência dos funcionários da Universidade de Évora (2000)**

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS		
	Docentes	Não docentes	Total
Évora	270	360	630
Distrito Évora	28	32	60
Alentejo	22	6	28
Portugal	232	9	241
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>407</b>	<b>959</b>

Fonte: Serviços Administrativos – U.E.

<sup>94</sup> Neste domínio incluíram-se os valores pagos a título de *Remunerações Certas e Permanentes, Abonos variáveis e eventuais* e contribuições para a *Segurança Social* (devidas pelos funcionários contratados a termo certo). Optámos por manter esta última rubrica na medida em que se presume, aliás como foi feito em trabalhos do género, que este valor compensa, de alguma forma, as remunerações dos funcionários já aposentados. Mantivemos, neste caso, a afectação geográfica aplicada aos funcionários da Universidade de Évora.

<sup>95</sup> A este respeito veja-se ainda Secção 3.2 bem como Secção 3.3 deste trabalho.

No entanto, bem menor que o total de emprego directo decorrente do funcionamento da U.E. é o número dos funcionários que fixaram residência no concelho de Évora. Se, em termos globais, os funcionários residentes em Évora representam 66% do total, a sua distribuição não é equitativa entre as categorias docente e não docente: entre os funcionários não docentes, 88% residem no concelho de Évora enquanto que entre os funcionários docentes apenas 48,9% mantêm a sua residência neste espaço, o que revela a dificuldade do concelho em fixar o corpo docente. Para tal, é determinante a proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, onde muitos docentes continuam a manter a sua residência. Muito pouco significativa é a localização residencial dos funcionários nos restantes concelhos do distrito de Évora e do Alentejo. No entanto, quando avaliamos a distribuição geográfica da massa salarial concluímos que os docentes residentes em Évora auferem 53,2% dos rendimentos pagos a este grupo profissional, o que nos indica que os professores com salários médios mais elevados já fixaram a sua residência neste concelho.

#### 4.2.2.2 Produto e Rendimento

Para além da determinação do local de residência dos funcionários da U.E. procurou-se afectar, geograficamente, os montantes incluídos nas rubricas que integram as despesas correntes e as despesas de capital. Aqui adoptámos procedimentos diversos, de forma a obter a mais correcta afectação geográfica, na medida em que o programa informático existente nos Serviços Administrativos da U.E. não implica obrigatoriamente o registo da localidade dos fornecedores. Assim,

- i) as rúbricas *Encargos de Instalações e Comunicações* foram afectadas a Portugal, na medida em que os fornecedores deste tipo de serviços são, fundamentalmente, empresas nacionais sedeadas em Lisboa (p. ex., PT, EDP, PROSEGUR, etc.),
- ii) na rúbrica *Transferências para as Administrações Públicas* identificaram-se, na Conta de Gerência, os destinatários das transferências,
- iii) nas rúbricas *Transferências para as Administrações Privadas* e para as *Famílias*, seguimos a orientação dos técnicos dos Serviços Administrativos, no sentido da afectação das primeiras ao país e das segundas ao concelho de Évora,
- iv) as rúbricas *Arrendamento de Edifícios e Edifícios e Construções Diversas* foram afectadas ao concelho de Évora na medida em que

estão aqui localizados os seus destinatários (proprietários de imóveis e empresas locais de construção civil),

- v) as restantes rubricas de despesas correntes (*Material de secretaria e outros bens duradouros, Material de Cultura, Bens não duradouros, Aluguer de outros bens, Aquisição de serviços diversos*) e de capital (*Material de transporte, Material de informática, Maquinaria e Equipamento, Outras despesas de capital*) foram afectadas da seguinte forma: a partir de uma listagem com 1208 empresas e particulares, que forneceram bens e serviços à U.E. no ano de 1999, procedeu-se à sua identificação geográfica. Esta tarefa foi bem sucedida para 929 casos, os quais registaram movimentos na ordem de 1,2 milhões de milhares de escudos. A distribuição geográfica obtida foi a descrita no quadro 4.2.2.2.1 e, de acordo com a percentagem do volume de aquisições, afectaram-se os totais das rubricas anteriormente enunciadas.

**Quadro 4.2.2.2.1: Localização geográfica de fornecedores da U.E.**

LOCALIZAÇÃO	EMPRESAS (%)	VOLUME DE AQUISIÇÕES (%)
Évora	39,3	51,5
Distrito de Évora	4,3	0,8
Alentejo	8,6	3,1
Portugal	39,8	40,6
Resto do Mundo	7,8	4

Fonte: Serviços Administrativos -U.E; elaboração própria

No quadro 4.2.2.2.2 apresentamos uma estimativa global da distribuição geográfica das despesas da U.E. no ano de 1999. No que respeita às Despesas com pessoal, admitimos que a estrutura global do emprego existente na U.E. em Julho de 2000 era idêntica à do ano de 1999, na medida em que nos parece razoável aceitar que esta estrutura não se modifique de forma significativa no espaço de alguns meses, apesar das alterações que existem no quadro de pessoal de uma instituição desta natureza, decorrentes quer de promoções, quer de novas contratações ou rescisões de contratos de pessoal docente e não docente.



#### Quadro 4.2.2.2.2: Distribuição geográfica das despesas da U.E.

RÚBRICA	ÉVORA	DISTRITO ÉVORA	ALENTEJO	PORTUGAL	RESTO MUNDO	TOTAL
Despesas Pessoal	2669302	226001	124567	1428966		4448837
Despesas correntes	750817	9110	37641	826988	49390	1673948
Despesas capital	382925	2521	9770	129960	12607	537783
<b>TOTAL</b>	<b>3803044</b>	<b>237632</b>	<b>171978</b>	<b>2385914</b>	<b>61996</b>	<b>6660568</b>

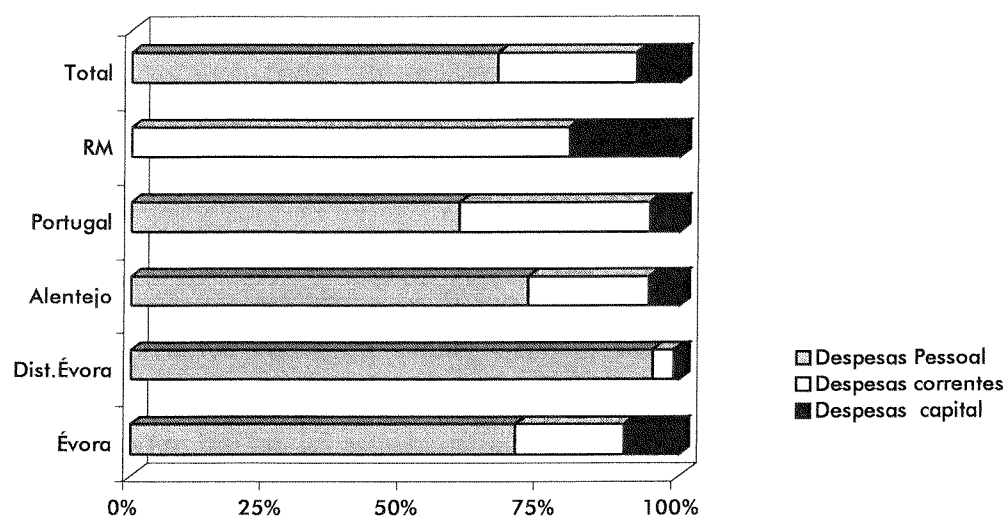
Fonte: Quadro A.4.2.1; elaboração própria.

Unidade: milhares de escudos.

Nota: os totais podem não corresponder exactamente às somas das linhas e/ou colunas na medida em que os dados apresentados estão arredondados.

A análise desta informação, complementada com o gráfico 4.2.2.2.1 permite-nos concluir que dos 6,6 milhões de contos que a U.E. utilizou no ano de 1999, 57,1% foram gastos em Évora e 35,8% em Portugal. Do conjunto de gastos realizados em Évora ressalta o enorme peso que assumem as Despesas com pessoal (70,2%). Saliente-se também a grande importância que tem a zona de Setúbal e da Grande Lisboa não só no domínio das despesas com pessoal como nas outras componentes, fundamentalmente devido ao facto de aí estarem sedeadas muitas empresas com quem a U.E. mantém contactos comerciais.

Gráfico 4.2.2.2.1: Estrutura das despesas da U.E.



Fonte: Quadro 4.2.2.2.2

Os efeitos directos da U.E. só estão completos quando lhes acrescentarmos os gastos provenientes dos alunos que frequentam este estabelecimento de ensino. Para calcular o montante dos gastos dos estudantes elaborou-se um questionário (em Anexo), de resposta facultativa, que foi apresentado aos alunos no momento da inscrição no 1º semestre do ano lectivo 2000/2001, pedindo-se-lhes que indicassem o valor dos gastos mensais com um conjunto de rubricas, bem como a percentagem dos mesmos que era feita em Évora. A este questionário responderam 142 alunos não residentes no concelho de Évora<sup>96</sup> e 38 alunos residentes no concelho de Évora. Os alunos que responderam ao questionário, e cujas respostas eram válidas, estavam inscritos em disciplinas do 1º ao 5º ano dos planos curriculares de 23 dos cursos de licenciatura ministrados na Universidade de Évora. Apenas foram inquiridos alunos dos cursos de licenciatura na medida em que estes, no ano 1999/2000, constituíam 95% do total de alunos inscritos na U.E. e porque é fundamentalmente neste grupo que se encontram alunos deslocados.

Para o cálculo do impacte da U.E., no produto e no rendimento do concelho de Évora, foram considerados os gastos feitos pelos alunos não residentes e que aí permanecem durante o ano lectivo, bem como as despesas realizadas pelos alunos cujos agregados familiares residem no concelho, na medida em que, neste caso, estaremos em presença de algum "efeito de retenção" provocado pela presença da instituição.

No ano lectivo 1999/2000 estavam inscritos na U.E., em cursos de licenciatura, 7490 alunos; destes, 70%<sup>97</sup> não tinham como residência habitual o concelho de Évora. Como os dados relativos aos gastos dos estudantes deveriam dizer respeito ao ano de 1999 e dado que só foram recolhidos em Outubro/Novembro de 2000, optou-se por deflacioná-los, a partir do valor do Índice de Preços ao Consumidor no Alentejo 1999/2000 (variação homóloga para o mês de Dezembro), o qual assumiu o valor de 3,4%.

A partir das respostas dos alunos ao questionário que lhes foi apresentado foi possível concluir (quadro 4.2.2.2.3) que a média mensal de gastos em Évora, por estudante de licenciatura não residente no concelho de Évora, era de 134 mil escudos e que o valor médio mensal dos gastos realizados pelos residentes foi de 185 mil escudos. Neste valor estão incluídos, naturalmente, os custos com *Rendas de Casa*. Dado que é um valor bastante significativo no total das despesas realizadas por estes estudantes (47%) e que apenas foi referido em sete questionários, optámos por considerar que apenas haveria lugar a esta despesa no caso de se tratar de trabalhadores-estudantes (8,6% dos alunos matriculados na

<sup>96</sup> Entende-se como não residentes no concelho de Évora aqueles alunos cujo concelho de residência habitual do agregado familiar é diferente de Évora.

<sup>97</sup> Estimativa do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Universidade de Évora, 1999-2004.

U.E<sup>98</sup>.); nos restantes casos, para os estudantes com residência em Évora, o montante de gastos médios mensais considerado foi assim de 98 mil escudos.

**Quadro 4.2.2.2.3: Estimativa dos gastos médios mensais dos estudantes de licenciatura da Universidade de Évora**

CATEGORIA DOS GASTOS	TOTAL DOS GASTOS EM ÉVORA (1)	GASTOS EM ÉVORA (%) (1)	TOTAL DOS GASTOS EM ÉVORA (2)	GASTOS EM ÉVORA (%) (2)
Rendas de casa (V1)	25,3	98	87	100
Alimentação (V2)	19,7	94	19,8	99
Livros e material escolar diverso (V3)	13,7	98	14,7	98
Vestuário e Calçado (V4)	9,4	78	13	93
Correios e Telefone (V5)	5,3	89	4,9	98
Gasolina/Gasóleo (V6)	10,4	65	9,5	95
Deslocação para a Universidade (V7)	8,5	61	3,8	96
Actividades culturais (V8)	4,7	86	3,7	92
Actividades desportivas (V9)	4,7	93	3,8	95
Prendas (V10)	3,9	74	4,4	88
Viagens de Lazer (V11)	6,9	74	6,9	74
Entretenimento, tabaco e álcool (V12)	7,1	89	7,1	92
Outros não especificados (V13)	6,7	80	6,5	100
Quais: (V14)	8	100		
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>		<b>185</b>	

Fonte: dados obtidos a partir de questionário aplicado aos alunos; elaboração própria.

Unidade: milhares de escudos.

(1): Dados para os alunos não residentes no concelho de Évora;

(2): Dados para os alunos residentes no concelho de Évora.

Admitimos ainda que:

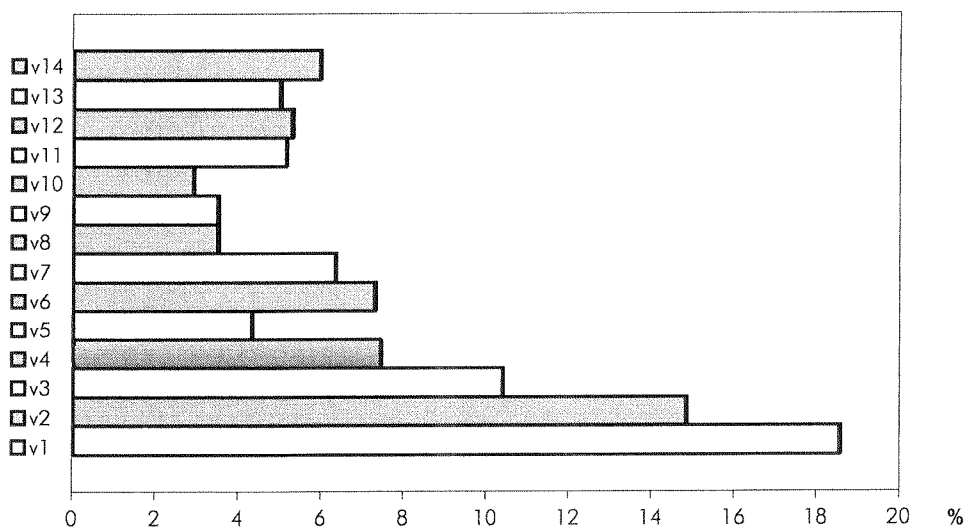
- i) Dado que o calendário escolar da U.E. tem 40 semanas, os alunos não residentes no concelho permanecem em Évora cerca de 10 meses<sup>99</sup>; relativamente aos gastos dos alunos residentes consideramos que eles tinham lugar durante 12 meses;

<sup>98</sup> Admite-se também que é idêntica a participação de trabalhadores-estudantes, no conjunto dos alunos de licenciatura da U.E., quer sejam residentes, ou não, no concelho de Évora.

<sup>99</sup> Ainda que, em muitos casos, as rendas de casas e quartos sejam pagas 12 meses por ano.

- ii) o número de alunos não residentes no concelho de Évora, que frequentam cursos de licenciatura é 5243; o número de alunos residentes é 2247 sendo de 193 a estimativa do número de trabalhadores-estudantes residentes em Évora.

**Gráfico 4.2.2.2.2: Estrutura média das despesas dos alunos da UE não residentes no concelho de Évora**



Fonte: Quadro 4.2.2.3

Assim, estimamos (quadro 4.2.2.2.4) que os estudantes de licenciatura gastaram em Évora, no ano de 1999, cerca de 9.554.662 milhares de escudos<sup>100</sup>, dos quais 71% são gastos de alunos não residentes no concelho.

**Quadro 4.2.2.2.4: Estimativa dos gastos realizados pelos estudantes no concelho de Évora**

ESTUDANTES	ESTIMATIVA DE GASTOS
Não residentes em Évora	6.794.604
Residentes em Évora	2.760.058
<b>TOTAL</b>	<b>9.554.662</b>

Fonte: Quadro 4.2.2.3.

Unidade: milhares de escudos; valores à unidade.

<sup>100</sup> Cálculo: (134 mil escudos (gastos médios/mês/aluno deslocado) x 10 meses x 5243 alunos)/1,0304 + (98 mil escudos (gastos médios/mês/aluno) x 12 meses x 2054 alunos)/1,0304 + (185 mil escudos (gastos médios/mês/aluno trabalhador-estudante) x 12 meses x 193 alunos)/1,0304.

Admitimos então que o efeito directo, da U.E., no produto do concelho de Évora, (quadros 4.2.2.2.2 e 4.2.2.2.4) é da ordem dos 13,357 milhões de milhares de escudos, o que equivale, sensivelmente, a 1,5% do PIBpm do Alentejo (1999) e a 4,8% desta variável, se considerarmos apenas a estimativa para o Alentejo Central, para o ano de 1999<sup>101</sup>.

### 4.2.3 Impactes Indirectos

#### 4.2.3.1 Produto e Rendimento

A partir dos dados anteriores procedemos à estimação do modelo descrito na secção 4.1.2.1 deste trabalho. Começamos por obter, a partir da equação (1.1) o conjunto de gastos directos totais realizados pela Universidade de Évora, no ano de 1999<sup>102</sup>, no valor de 6.660.568 mil escudos.

#### Fuga por Importações

Ao estimarmos os impactes, no produto, no rendimento e no emprego, provocados pela procura final proveniente dos gastos da U.E., dos seus funcionários e dos seus alunos, procuraremos isolar aquilo que, de facto, resulta em acréscimo de produto regional (VABpm) daquilo que é proveniente de importações de outras regiões ou do estrangeiro. Assim, para avaliar a forma como a oferta regional pode satisfazer a procura final, adoptámos a seguinte metodologia<sup>103</sup> (Dias, 2000):

- i) Os coeficientes técnicos são os mesmos para o Alentejo e para a média do país, ou seja, em cada sector, as diversas regiões adoptam a mesma tecnologia de produção, com o mesmo conteúdo importado,
- ii) No caso dos Bens Não Transaccionáveis, admite-se que a procura final é completamente satisfeita pela oferta interna à região,
- iii) No caso dos Bens Transaccionáveis admitimos que a procura final é satisfeita pela oferta da região, na medida da contribuição regional dos diversos sectores<sup>104</sup> para o VABpm nacional.

<sup>101</sup> Admitimos que o peso do PIBpm do Alentejo Central no total da região (NUT II) é o mesmo que o peso do VABpm, em 1997.

<sup>102</sup> Os valores apresentados estão sempre em milhares de escudos.

<sup>103</sup> Ver quadro A.4.2.2 em Anexo.

<sup>104</sup> Dados INE - Contas Regionais, 1995.

Com vista a minimizar os efeitos decorrentes da existência de fenómenos de especialização regional sectorial, avaliados pelo Quociente de Localização, admitimos que a oferta da região se faz na proporção do peso médio do sector no valor total do país.

Assim, os cálculos apresentados reflectem apenas a estimativa do contributo do VABpm regional, que em média representa cerca de 56% -  $(1-m)$  - da oferta total do Alentejo<sup>105</sup>. Este valor é fortemente condicionado pela oferta de Bens não Transaccionáveis, a qual corresponde a cerca de 21% do total da oferta regional. Admitindo alguma margem de erro, na medida em que o concelho de Évora é um espaço muito mais aberto que o conjunto da região Alentejo, e por isso, terá um coeficiente de importações mais elevado, consideraremos, em todas as ocasiões, que este espaço tem um padrão de oferta idêntico ao do Alentejo.

O cálculo do primeiro nível de impacte, no produto – equação (1.2.) - e no rendimento – equação (1.3.) -, corrigidos da ‘fuga para importações’, devido à forma como foram desagregados, em termos geográficos, os dados contabilísticos, pode ser feito para três áreas geográficas: Évora (A), Distrito de Évora (B) e Alentejo (C). Para a obtenção da estimativa do rendimento disponível considerou-se  $i = 0,17$  (taxa média de IVA) e  $t = 0,307$  (1 - proporção dos salários líquidos nos ilíquidos). Assim, vem:

---

<sup>105</sup> As equações de estimação dos impactes no produto ( $Y$ ) são ponderadas pelo coeficiente  $(1-m)$ .

**Quadro 4.2.3.1.1: Cálculo do 1º nível de impacte no produto e no rendimento**

$Y_{1A}$	$Y_{1B}$	$Y_{1C}$
$1.494.809+634.896= 2.129.705$	$126.561+6.513= 133.074$	$69.758+26.550= 96.308$
$D_{1A}$	$D_{1B}$	$D_{1C}$
1.401.088	91.453	63.614

Fonte: elaboração própria

Unidade: milhares de escudos.; valores arredondados.

Decorre desta estimativa (quadro 4.2.3.1.1) que o efeito da U.E., no produto e no rendimento, apenas é significativo ao nível do concelho de Évora (cerca de 90% do total dos impactes), sendo, por isso, muito débeis as ligações aos restantes concelho do Alentejo.

Aos valores obtidos anteriormente é necessário agora acrescentar – equações (1.4) e (1.5) - a estimativa dos gastos realizados pelos estudantes e uma ponderação do conjunto de despesas efectuadas na localidade pelos funcionários residentes.

Para calcular o montante dos gastos que os funcionários da U.E. fazem na área de análise dos impactes – o concelho de Évora - é necessário determinar os valores dos coeficientes  $c$  e  $w$ . Para o coeficiente  $c$ , ou seja, a proporção do rendimento que é gasta em consumo (Propensão Marginal ao Consumo) foi utilizado o valor de 0,84<sup>106</sup>. Para o coeficiente  $w$ , e dado que não foi possível obter, por questionário aos funcionários docentes e não docentes da U.E., um valor credível para os gastos que as famílias de funcionários fazem no concelho, optou-se por considerar três hipóteses<sup>107</sup> para o valor deste coeficiente:  $w_i = 0,8$ ,  $w_{ii} = 0,9$ ,  $w_{iii} = 0,95$ . Para o cálculo do impacte dos salários dos funcionários foram considerados apenas os que são pagos a famílias residentes em Évora, pelo que se admite que o valor final dos multiplicadores possa estar ligeiramente sub-avaliado na medida em que não reflecte os gastos dos funcionários que não têm residência em Évora, mas que devido ao facto de permanecerem na cidade durante uma boa parte do dia, ou durante um ou dois dias, aí efectuam despesa.

Assim, vem:

<sup>106</sup> Estimado a partir de SAÚDE (1997).

<sup>107</sup> Se considerarmos que estes funcionários gastam, em produtos e serviços locais, 12 salários em 14 (0,857) ou 13 salários em 14 (0,929), procuraram-se então valores aproximados para elaborar as estimativas.

**Quadro 4.2.3.1.2: Cálculo do 2º nível de impacte no produto e no rendimento**

	$w_i = 0,8$	$w_{ii} = 0,9$	$w_{iii} = 0,95$
$Y_2$	5.877.868	5.943.775	5.976.729
$D_2$	3.380.891	3.418.800	3.437.755

Fonte: elaboração própria.

Unidade: milhares de escudos; valores arredondados.

A partir daqui, os impactes sucessivos decorrem do facto da despesa anterior ser reaplicada na área em estudo, em períodos de tempo sucessivos, iguais a um ano – equações (1.6) e (1.7). Assim, vem (quadro 4.2.3.1.3):

**Quadro 4.2.3.1.3: Cálculo do 3º nível de impacte no produto e no rendimento**

	$w_i = 0,8$	$w_{ii} = 0,9$	$w_{iii} = 0,95$
$Y_3$	1.272.297	1.447.383	1.536.264
$D_3$	731.812	832.520	883.644

Fonte: elaboração própria.

Unidade: milhares de escudos; valores arredondados.

À semelhança do que acontece com o mecanismo do multiplicador keynesiano, assume-se que o processo de impacte é convergente para zero<sup>108</sup>, sendo que o multiplicador do produto total é definido pela equação (1.8). Para o rendimento disponível dos residentes, o multiplicador é dado pela equação (1.9).

A partir do quadro 4.2.3.1.4, de acordo com a metodologia de referência, concluímos que quer no produto, quer no rendimento, o multiplicador da U.E., no concelho de Évora, atinge valores superiores a 4, ou seja, cada unidade monetária gasta pelos alunos e funcionários, docentes e não docentes, da U.E. gera, na economia local, pelo menos, mais 4 unidades monetárias. Este efeito faz-se sentir durante 13 períodos, habitualmente tomados como um ano.

<sup>108</sup> Veja-se quadros A.4.2.3 e A.4.2.4.



**Quadro 4.2.3.1.4: Cálculo do impacto total, e dos multiplicadores,  
no produto e no rendimento**

	<b>w<sub>i</sub> = 0,8</b>	<b>w<sub>ii</sub> = 0,9</b>	<b>w<sub>iii</sub> = 0,95</b>
<b>Y<sub>f</sub></b>	9.631.344	9.986.772	10.174.198
<b>K<sub>Y</sub> (Y<sub>f</sub>/Y<sub>1</sub>)</b>	4,522	4,689	4,777
<b>K<sub>Y</sub></b>	1,276	1,322	1,346
<b>D<sub>f</sub></b>	5.715.956	5.920.395	6.028.200
<b>K<sub>D</sub> (D<sub>f</sub>/D<sub>1</sub>)</b>	4,080	4,226	4,303

Fonte: elaboração própria.

Unidade: Yf e Df - milhares de escudos.; valores arredondados.

Naturalmente que o valor dos multiplicadores é tanto maior quanto maior é o valor de  $w$ , ou seja, quanto maior for o "re-investimento" na economia do concelho. Este valor, particularmente elevado, do multiplicador final deve-se, fundamentalmente, (quadros A.4.2.3 e A.4.2.4) ao efeito dos gastos dos estudantes<sup>109</sup>, na medida em que o multiplicador keynesiano básico ( $K^*_Y$ , dado por  $[1-wc(1-m)]^{110} (1-t)(1-i)]^{-1}$ , varia entre 1,276 e 1,346 o que, só por si, revela a grande importância que a instituição tem na dinamização da economia do concelho.

Assim, parece-nos que a forma mais correcta de calcular o multiplicador final -  $K^*_Y$  e  $K^*_D$  -, para o produto e para o rendimento, associado à U.E. deve contemplar, no primeiro período, os gastos associados aos estudantes o que, com ligeiras alterações nas equações do modelo<sup>111</sup>, dá origem a multiplicadores mais ajustados à realidade<sup>112</sup> (quadro 4.2.3.1.5). Assim, admitimos que, dependendo do grau de ligação à economia do concelho - coeficiente  $w$  -, o efeito multiplicador de cada unidade monetária associada à U.E., gera na área envolvente, entre 1,2 e 1,3 unidades monetárias suplementares.

<sup>109</sup> Os gastos estimados, anuais, dos estudantes, no concelho de Évora, representam cerca de 2,5 vezes o valor dos gastos da U.E. (incluindo despesas de pessoal, correntes e de capital).

<sup>110</sup>  $(1-m)$ : coeficiente que mede a resposta da oferta regional à procura final.

<sup>111</sup> As alterações fundamentais têm lugar nas equações  $Y_1$ ,  $D_1$  e  $Y_2$  que passam a ser escritas assim:

$$Y_1 = (L + hG + vZ)(1 - m), D_1 = (1 - t)[Y_1 - i(hG + vZ)] \text{ e } Y_2 = (1 - m)wcD_1.$$

<sup>112</sup> Veja-se que os valores de  $Y_f$  e  $D_f$ , são muito semelhantes, nos quadros 4.2.3.1.4 e 4.2.3.1.5.

**Quadro 4.2.3.1.5: Cálculo do impacte total (corrigido), e dos multiplicadores, no produto e no rendimento**

	$w_i = 0,8$	$w_{ii} = 0,9$	$w_{iii} = 0,95$
$Y'_i$	7.480.315	7.480.315	7.480.315
$Y'_r$	9.631.344	9.986.773	10.174.187
$K'_y (Y'_r/Y'_i)$	1,288	1,335	1,360
$D'_i$	4.478.706	4.478.706	4.478.706
$D'_r$	5.715.958	5.920.395	6.028.200
$K'_D (D'_r/D'_i)$	1,276	1,322	1,346

Fonte: elaboração própria.

Unidade: Yf e Df - milhares de escudos.; valores arredondados.

Para validar os resultados obtidos anteriormente, a partir do modelo original, e uma vez que o coeficiente  $w$  já foi tratado com três hipóteses, procuraremos proceder agora a alguma análise de sensibilidade sobre a componente  $vZ$  do modelo, ou seja, sobre o montante de despesas dos alunos realizadas em Évora.

Vejamos o que acontece ao valor dos multiplicadores, *ceteris paribus*, se esta componente diminuir 10% ou 15% ou se, por outro lado, aumentar nas mesmas percentagens. Adoptaremos  $w_i = 0,8$ . O valor de  $vZ$ <sup>113</sup> passará a ser (quadro 4.2.3.1.6):

**Quadro 4.2.3.1.6: Valores para o coeficiente  $vZ$**

	$\Delta - 15\%$	$\Delta - 10\%$	$\Delta + 10\%$	$\Delta + 15\%$
<b>VZ</b>	4.548.019	4.815.550	5.885.672	6.153.203

Fonte: elaboração própria.

Unidade: milhares de escudos; valores arredondados.

<sup>113</sup> Os valores apresentados no quadro 4.2.3.1.6 já reflectem a resposta da oferta regional.

**Quadro 4.2.3.1.7: Análise de sensibilidade à componente vZ**

	$\Delta - 15\%$	$\Delta - 10\%$	$\Delta + 10\%$	$\Delta + 15\%$
$Y_2$	5.075.276	5.342.807	6.412.929	6.680.460
$Y_f$	8.607.034	8.948.473	10.314.217	10.655.653
$K_Y$	4,041	4,202	4,843	5,003
$D_2$	2.919.248	3.073.129	3.688.653	3.842.534
$D_f$	5.126.782	5.323.173	6.108.737	6.305.129
$K_D$	3,659	3,799	4,36	4,5

Fonte: elaboração própria.

Unidade:  $Y_f$  e  $D_f$  - milhares de escudos.; valores arredondados.

As alterações começam por se fazer sentir em  $Y_2$ . De qualquer forma, (quadro 4.2.3.1.7 e quadros A.4.2.5 e A.4.2.6) os valores dos impactes finais, quer no produto, quer no rendimento, bem como nos multiplicadores, tal como seria de esperar, não são significativamente diferentes dos encontrados anteriormente, o que revela a manutenção da importância económico-financeira da U.E. em Évora, ainda que, por exemplo, o número dos seus alunos venha a diminuir no futuro (cenário que não deve ser descurado em função do comportamento recente da procura no conjunto dos estabelecimentos de ensino superior).

**4.2.3.2 Emprego**

Dadas as limitações metodológicas com que nos deparamos na estimação dos impactes, decorrentes, fundamentalmente, da inexistência de matrizes input-output regionais, nem sendo possível obter informação estatística que nos permita caracterizar, com rigor, a estrutura da oferta do concelho de Évora, optamos por calcular o impacte indirecto total da U.E. no emprego do concelho.

Para calcular o efeito indirecto no emprego (Dias, 2000) depois de obter o acréscimo no produto regional por sectores, a variação no emprego regional, por sectores, é obtida dividindo o acréscimo no produto pela produtividade do trabalho estimada para os diversos sectores na região. Para proceder à estimação do impacte no emprego, admitimos, como pressupostos, que:

- i) os acréscimos no produto originados pelo funcionamento da U.E., se repartem de acordo com a estrutura regional do VABpm, uma vez que o peso da instituição não é significativo ao ponto de a alterar,
- ii) a produtividade marginal do trabalho, para os diversos sectores de actividade, no concelho de Évora, é idêntica à do Alentejo,
- iii) a estrutura sectorial do VABpm concelhio é idêntica à do Alentejo<sup>114</sup>.

#### Quadro 4.2.3.2.1: Efeito indirecto no emprego

EFEITO INDIRECTO NO EMPREGO	$w_I = 0,8$	$w_{II} = 0,9$	$w_{III} = 0,95$
Sector I	297	308	314
Sector II	600	623	634
Sector III	1395	1446	1473
<b>Total</b>	<b>2292</b>	<b>2377</b>	<b>2421</b>

Fonte: elaboração própria.

O funcionamento da U.E. dinamiza, no meio que a rodeia, no conjunto de períodos durante os quais se faz sentir o seu efeito multiplicador, um volume de emprego indirecto que ultrapassa os 2200 empregos (quadro 4.2.3.2.1), sendo que a sua maioria pertence ao sector terciário, tal como seria de esperar.

Para além dos impactes no emprego anteriormente descritos procuraremos ainda avaliar em que medida os diplomados por esta instituição, depois de terminadas as formações, permanecem na região, inseridos no mercado de trabalho locais e regionais. Do inquérito realizado a um diversificado conjunto de instituições<sup>115</sup> concluímos que, entre os funcionários com formação universitária, 27,8% haviam sido diplomados pela U.E. (cerca de 560 pessoas). Este valor, aparentemente baixo, justifica-se quer pela “juventude” da instituição, que não tem mais de 20 anos, quer pelo facto de grande parte dos seus formandos não ser oriundo da região.

Por outro lado, uma análise mais alargada, elaborada através de inquérito realizado aos diplomados no ano lectivo 1994/95 da região Alentejo (pelas diversas instituições de ensino

<sup>114</sup> Dados para a estrutura do Emprego sectorial e VABpm relativos ao ano de 1999; adaptou-se a estrutura do VABpm de 1997 para obter o VABpm de 1999 por sector de actividade (quadro A.4.2.7).

<sup>115</sup> Inquérito caracterizado na secção 4.1.2.2.2 deste trabalho.

superior público e privado) concluiu que os inquiridos “provêm na sua maioria (naturalidade e residência durante o secundário) de distritos da região Alentejo, tendo-se registado, após a conclusão do curso superior, um ‘retorno’ ao local onde residiam até ao ensino secundário (Cerdeira, 1999: 251-253). Esse movimento inter-regiões foi positivo para a região Alentejo, a qual conseguiu captar não só os alunos que provinham dessa zona, como ainda ganhar alguns mais, que aqui vieram a implantar-se, acabando por procurar emprego nesta região, com o distrito de Évora a ser o que mais contribuiu para esta situação”.

Este estudo conclui ainda pela existência de alguma precariedade no emprego entre os inquiridos. O sector terciário foi o que absorveu mais diplomados (81,2%), distribuindo-se pelas escolas (49%), estabelecimentos de saúde (12%) e administração pública (12%) o que significa que “a absorção dos recursos humanos qualificados formados no ano 1994/95 se fez de modo a criar as condições de acessibilidade das populações aos ‘bens públicos’ essenciais (ensino, saúde e restante apoio da máquina da administração pública), dado que parece ter cabido ao Estado a resposta mais activa na criação de emprego e, simultaneamente, na criação de melhores condições de vida das populações”<sup>116</sup>.

#### **4.2.4 Algumas considerações sobre o efeito no mercado habitacional**

O conceito de “cidade universitária” que se procurou instalar em Évora é mais vasto que a dispersão das actividades da U.E. por vários edifícios no interior do centro histórico da cidade. O alojamento de estudantes, em quartos ou casas arrendadas, faz-se preferencialmente nas áreas limítrofes das instalações universitárias, de forma a minimizar os tempos de percurso. O alojamento de estudantes, no interior do centro histórico da cidade, faz assim com que este espaço mantenha algum dinamismo ao nível da sua função residencial, evitando a progressiva “desertificação” humana, acompanhada pelo aumento da ocupação do espaço pelas actividades terciárias.

Tal como acontece um pouco por toda a parte, a população residente no centro histórico é mais idosa e com menor poder de compra, pelo que o arrendamento de casas ou partes de casa a estudantes funciona também como um importante “suplemento” financeiro, que muitas vezes permanece no domínio da chamada “economia paralela”, para os rendimentos deste estrato populacional, constituídos, basicamente, por pensões e reformas. Desta forma, esta actividade é também importante para a preservação do património

---

<sup>116</sup> A este respeito veja-se também secção 4.3.2 deste trabalho.

edificado, na medida em que diminui significativamente o estímulo para o abandono dos edifícios antigos.

Contudo, a presença de alguns milhares de estudantes, nas pequenas cidades, é encarada de forma negativa pelos residentes locais, na medida em que lhes são atribuídas responsabilidades pelo aumento dos preços praticados nas rendas das habitações, pela degradação das mesmas e pelo aumento do ruído. De facto, a procura de alojamento por parte dos alunos da U.E. aumenta a pressão sobre o mercado de arrendamento, de forma tanto mais acentuada quanto menor é a capacidade de alojamento nas residências dos Serviços de Acção Social<sup>117</sup>. No entanto, a pressão da procura é apenas uma das variáveis que deve ser tida em conta quando se analisa o mercado habitacional. Sobre este sector fazem-se sentir igualmente, entre outras, as influências das

- i) Políticas nacionais no domínio, nomeadamente, do crédito à habitação (a tendência, verificada nos anos 90, de diminuição consecutiva das taxas de juro no sector, aumentou a capacidade de endividamento das famílias, promoveu o aumento da procura de habitação nova e estimulou a actividade de construção para habitação), bem como das
- ii) Políticas autárquicas relativas à edificação urbana, as quais determinam quais os espaços de crescimento e de expansão das diversas funções que constituem os tecidos urbanos, bem como as regras a que estas edificações estão sujeitas.

O concelho de Évora, com os seus 56 mil habitantes é um dos concelhos do Alentejo onde se verificou um aumento da população residente, na última década, ao contrário do que aconteceu em toda a região, tendo esta evolução sido mais intensa no concelho que o valor médio para o conjunto do país (quadro 4.2.4.1). Em todos os espaços analisados, quer o número de famílias, quer o número de alojamentos sofreram uma evolução positiva.

No entanto, no concelho de Évora a evolução das famílias é bastante mais forte que o crescimento dos alojamentos, pelo que se admite que continuará a verificar-se alguma pressão, por parte da procura, no mercado habitacional. Esta evolução é oposta à registada no Alentejo e, de um modo geral, em todo o país. A existência, em todos os espaços analisados, de um maior número de alojamentos que famílias (o rácio mais baixo regista-se

---

<sup>117</sup> Veja-se a este respeito secção 3.3. deste estudo.

em Évora) poderão revelar a existência de “2ª habitação”, mas também a presença de alojamentos devolutos.

**Quadro 4.2.4.1: População e alojamento em 2001**

VARIÁVEIS	ÉVORA	ALENTEJO	PORTUGAL
População residente	56359	534365	10318084
Δ 2001-1991 (%)	(4,85)	(-2,73)	(4,57)
Famílias	23680	209480	3734056
Δ 2001-1991 (%)	(27,87)	(6,84)	(18,55)
Alojamentos	25825	305998	5036149
Δ 2001-1991 (%)	(15,76)	(12,46)	(20,08)
Alojamentos por família (%)	1,09	1,46	1,35

Fonte: CENSOS 2001, Resultados Preliminares – Região do Alentejo, INE.

Das áreas analisadas (quadro 4.2.4.2), o concelho de Évora é aquele onde as licenças de habitação têm um peso mais significativo, o mesmo acontecendo com as licenças de construções novas e com a importância das construções da habitação nas construções novas, o que revela o dinamismo do segmento de construção para habitação. Por outro lado, é menor que a média nacional a percentagem das construções novas de habitação no total da habitação, o que pode indiciar uma maior importância das obras de ampliação e/ou reconstrução. Os particulares foram a entidade que mais promoveu a construção no período em estudo (46%). A pressão construtiva, avaliada pela taxa de crescimento do número de fogos, foi menor no concelho de Évora que nas restantes zonas.

Relativamente às características das habitações podemos dizer que se o número de divisões por fogo é semelhante às médias regional e nacional, já o mesmo não se verifica na dimensão média das divisões (superfície habitável média), que é claramente menor em Évora. Por outro lado, as variáveis Fogos/pavimento e Pavimentos/edifício revelam a tendência para a construção de edifícios com não mais de dois andares e com uma moradia, em média, por andar. Finalmente, refira-se o enorme peso que tem a componente de crédito à habitação (sensivelmente o dobro da média nacional) no total do crédito concedido no concelho, o que indicia, por um lado, que deverá aumentar o peso das famílias com casa própria<sup>118</sup>, mas também a inexistência de um mercado de arrendamento competitivo e eficaz, à semelhança, aliás, do que se verifica um pouco por todo o país.

<sup>118</sup> Os dados do CENSOS 91 revelavam, por um lado, que eram poucas as famílias (32,7%) no concelho que tinham casa própria (em média, no país, este valor era 43,8%) e, por outro, que as rendas médias da habitação também eram mais baixas que a média nacional (8,3 milhares de escudos em Évora e 10,5 milhares de escudos para a média nacional).

**Quadro 4.2.4.2: Alguns dados sobre licenciamento e construção**

VARIÁVEIS	ÉVORA	ALENTEJO	PORTUGAL
Licenças de habitação – total (%) [1993-1999]	83	75	78,9
Licenças de construção nova (%) [1993-1999]	83,6	74,6	83,5
Licenças de habitação – construção nova (%) [1993-1999]	81,8	73,1	80,2
Licenças de construções novas/total - habitação (%) [1993-1999]	82,3	72,6	84,8
Licenças (%) – entidade investidora [1994-1998]:			
Particulares	46		
Cooperativas	20		
Empresas privadas	34		
Número de fogos [1999]	25447	293222	4821932
$\Delta$ n° de fogos [1996-99] (%)	5,4	22,9	6,1
Número médio de divisões/fogo [1999]	4,9	5	4,8
Superfície (m <sup>2</sup> ) habitável média divisões [1999]	14,9	16,5	17,8
Fogos/pavimento [1998]	1,0		
Pavimentos/Edifício [1991]	1,5	2,9	1,6
Crédito habitação/Total (%) – [1998]	12,4	9,7	6,4

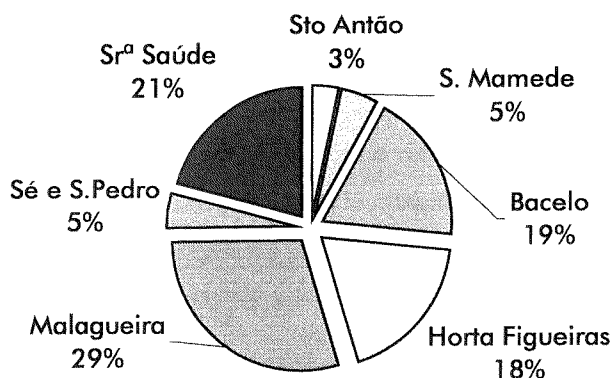
Fonte: INE - Anuários Estatísticos (vários anos) – Região do Alentejo; CENSOS – 1991; INE (2000).

Actualmente o concelho de Évora tem 19 freguesias. A maioria da população (79,2%) reside nas sete freguesias urbanas. As que integram o centro histórico da cidade são habitadas por 10% da população do concelho. As freguesias com mais residentes (gráfico 4.2.4.1) são as que têm vindo a ser privilegiadas, nas últimas duas décadas, como zonas de expansão urbana extra-muros.

No entanto, a área que conheceu maior crescimento (53,4%), em termos do número de residentes, nos últimos 10 anos, foi a freguesia de Canaviais. Considerada ainda como freguesia rural, situada a cerca de 7 km do centro da cidade, tem vindo a ser bastante procurada, alargando-se desta forma o perímetro da área correspondente à função residencial.



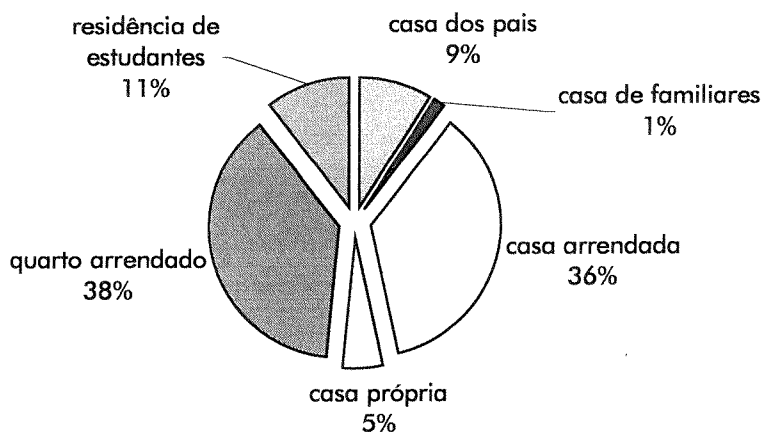
Gráfico 4.2.4.1: **Distribuição da população residente pelas freguesias urbanas de Évora (2001)**



Fonte: CENSOS 2001, Resultados Preliminares – Região do Alentejo, INE.

Tendo em conta os dados do questionário apresentado aos estudantes<sup>119</sup>, podemos concluir (gráfico 4.2.4.2) que a maioria dos que não têm residência no concelho de Évora, reside, em tempo de aulas, em casas (35,9%) ou em quartos (38%) arrendados, pelos quais pagam uma renda média mensal de 25,3 milhares de escudos (quadro 4.2.2.2.3). Assim, estimamos que este grupo de estudantes pague, anualmente, cerca de 964.942 milhares de escudos de rendas de habitação.

Gráfico 4.2.4.2: **Locais de residência dos alunos deslocados da U.E.**



Fonte: Dados do questionário aplicado aos estudantes; Elaboração própria.

<sup>119</sup> Questionário aplicado aos alunos da U.E. em Anexo.

O mercado habitacional de Évora não deixa, por outro lado, de ser influenciado pela presença dos funcionários residentes no concelho. Como já referimos neste trabalho, são cerca de 66% os funcionários da U.E. que residem no concelho de Évora. Se admitirmos que o padrão de despesas dos funcionários desta instituição é idêntico ao da generalidade da categoria<sup>120</sup> *Outros funcionários por conta de outrem – sector público*, então estimamos em cerca de 474 mil milhares de escudos<sup>121</sup> anuais o montante de despesas com Habitação e água dispendido pelos funcionários da U.E. residentes em Évora, ou seja, aproximadamente 33,8% do seu rendimento disponível.

#### 4.2.5 Notas finais

A U.E. é uma das principais entidades empregadoras da cidade. Esta afirmação pode ser corroborada através dos quase mil funcionários, docentes e não docentes, que a instituição emprega bem como por via dos mais de dois mil empregos indirectos que a sua actividade potencia, fundamentalmente no sector terciário, o mais importante na economia do concelho de Évora e do Alentejo. Constatamos também que é uma das instituições que mais massa salarial paga e das que apresenta salários médios mais elevados. Naturalmente que estes são fortemente influenciados pelas remunerações dos docentes, profissionais altamente qualificados, que auferem cerca de 80% dos rendimentos de trabalho pagos pela instituição.

A cidade, por seu turno, ainda não se revela suficientemente atractiva para muitos dos docentes da U.E. que preferem continuar a manter a sua residência habitual noutras regiões do país, particularmente na zona da chamada Grande Lisboa. Esta é, efectivamente, a região para onde, depois do concelho de Évora, a U.E. transfere mais recursos financeiros, quer por via do pagamento de despesas com pessoal, quer através da realização de aquisições diversas.

O total de gastos efectuados pela U.E., no ano económico de 1999, entre despesas com pessoal e despesas correntes e de capital, foi de aproximadamente 6,6 milhões de milhares de escudos, ao que se somaram cerca de 9,5 milhões de milhares de escudos provenientes dos gastos que os alunos desta instituição realizaram na cidade. Os multiplicadores do produto e do rendimento, associados ao funcionamento da U.E., oscilam entre 1,2 e 1,3, o que significa que cada nova unidade monetária decorrente da actividade da instituição,

<sup>120</sup> Categoria constante do Inquérito aos Orçamentos das Famílias – 1995, INE (1999) – gráfico A.4.2.1.

<sup>121</sup> Cálculo:  $[2.669.302 \text{ milhares de escudos (quadro 4.2.2.2.2)} * (1-t) * PmgC * \text{Despesas com habitação e água (\%)}]$ .

gera na economia do concelho um acréscimo entre 1,2 e 1,3 unidades monetárias, dependendo da intensidade das relações económicas entre a U.E. e o meio envolvente. Apesar de fortemente dependente dos gastos dos estudantes, a análise de sensibilidade que introduzimos, fazendo variar este parâmetro entre [-15% e +15%], não revelou que venham a ocorrer alterações significativas nos efeitos multiplicadores estudados, ou seja, ainda que, por exemplo, o número de alunos de licenciatura diminua, conforme a tendência demográfica indicia, os efeitos na importância económica da U.E. no concelho de Évora não se deverão alterar significativamente, a não ser que as mudanças, na população de estudantes universitários, sejam muito mais intensas do que o projectado nesta análise.

Naturalmente que um dos efeitos da presença da U.E. na cidade se faz sentir sobre o mercado habitacional. Os cerca de oito mil estudantes que frequentam a instituição têm um peso significativo no conjunto da população residente de Évora, moldando o seu quotidiano durante quase todo o ano. Mau grado a inexistência de informação estatística intercensitária, de caracterização das variáveis relativas à habitação, nos impedir de estudar a relação entre a evolução do mercado habitacional na cidade com a dinâmica da U.E., não deixamos de constatar que a cidade de Évora apresenta, na última década do século XX, em termos de população residente, famílias e alojamentos, um comportamento claramente positivo e profundamente distinto da realidade da região onde se insere. A esta dinâmica não pode ser alheia a actividade sócio-económica potenciada pela presença da U.E.. Particularmente significativa, mas de difícil quantificação objectiva, é a parcela dispendida em Rendas de casa. De facto, estes gastos contribuem, em inúmeros casos, para o aumento do rendimento disponível das famílias mais idosas, com menores recursos e por vezes vivendo relativamente isoladas, que habitam o centro histórico da cidade, local privilegiado para residência pelos estudantes.



### 4. 3. Análise dos questionários aplicados a diversos públicos-alvo

#### 4.3.1. Contactos entre a U.E. e as empresas / outras entidades

Começamos por procurar tipificar os contactos existentes entre os estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente a U.E., e as empresas e restantes entidades inquiridas. As empresas que já mantiveram contactos com as instituições de ensino superior do Alentejo (75% das respondentes) fizeram-no preferencialmente com a U.E. (34,4%), mas também com os Institutos Politécnicos de Beja (21,9%) e de Portalegre (18,8%), nas áreas do ensino e da investigação.

No caso da U.E., os contactos foram estabelecidos fundamentalmente por iniciativa da empresa (21,9% do casos) mas também da U.E. (18,8% dos casos). Desse contacto, foram poucos os casos de que resultou uma relação mais duradoura, mantendo-se há mais de 1 ano (21,9% dos casos) ou há mais de 5 anos (9,4%).

#### Quadro 4.3.1.1. Análise da relação estabelecida entre a U.E. e as empresas

ÁREA	RESPOSTAS (%)	APRECIACÃO
Recebeu estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos	34,4	Razoável (45,3%)
Inserção de diplomados no P.N.E./outro programa de apoio	9,4	Muito (67%)
Inserção de diplomados nos quadros da empresa	18,8	Muito (33,5%) Nada (33,5%)
Procurou resultados de investigação científica	9,4	Razoável (100%)
Encomendou estudos, trabalhos a equipas da U.E.	6,3	Muito (50%) Razoável (50%) Razoável (33,3%)
Recorreu a serviços, consultoria, apoio técnico	9,4	Pouco (33,3%) Nada (33,3%)
Recorreu a formação contínua, específica para os funcionários/membros da empresa	3,1	Nada (100%)
Quadros da empresa colaboram com a U.E.	3,1	Nada (100%)
Outra	3,1	Muito (100%)

Fonte: elaboração própria.

Na coluna Apreciação, identifica-se a classificação que registou a(s) frequência(s) mais elevada(s).

Para avaliação deste item era proposta uma escala com quatro parâmetros: Muito, Razoavelmente, Pouco e Nada.

O relacionamento entre a U.E. e estas empresas faz-se fundamentalmente por via da inserção de estagiários ou alunos a realizar trabalhos, bem como através da sua colocação nos quadros da empresa (quadro 4.3.1.1.). Veja-se, no entanto, a diversidade existente na apreciação destas variáveis: por um lado, as empresas consideram que, no caso da inserção de estagiários, a parceria corresponde de forma *razoável* às suas expectativas, enquanto no caso da colocação dos diplomados nos quadros da empresa o grau de satisfação não é homogéneo, divergindo entre as classificações mais altas e mais baixas. Os inquiridos revelaram-se muito satisfeitos com as parcerias decorrentes da inserção de diplomados nas empresas, com o apoio de programas específicos para o efeito. Estas empresas consideram que as parcerias estabelecidas no âmbito da obtenção de resultados de investigação são razoáveis, enquanto o resultado das acções de *consultoria e apoio técnico*, por seu turno, é considerado maioritariamente negativo<sup>122</sup>.

Entre as empresas que não mantiveram contactos com a U.E., 34,4% gostariam que tal acontecesse e que os mesmos fossem estabelecidos nas áreas dos *serviços, consultoria e apoio técnico* (21,9%), da *formação contínua, específica para os funcionários/membros da empresa* (18,8%) bem como da *aceitação de estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos* (15,6%).

#### Quadro 4.3.1.2. Análise da relação estabelecida entre a U.E. e as outras entidades

ÁREA	RESPOSTAS (%)	APRECIÇÃO
Recebeu estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos	41,7	Razoável (71,9%)
Inserção de diplomados no P.N.E./outro programa de apoio	21,7	Razoável (53,9%)
Inserção de diplomados nos quadros da empresa	25,4	Muito (60,2%)
Procurou resultados de investigação científica	20,0	Razoável (50%)
Encomendou estudos, trabalhos a equipas da U.E.	31,7	Muito (41,9%) Razoável (41,9%)
Recorreu a serviços, consultoria, apoio técnico	8,3	Razoável (80,7%)
Recorreu a formação contínua, específica para os funcionários/membros da empresa	20,0	Razoável (58,5%)
Quadros da empresa colaboram com a U.E.	31,7	Muito (47,3%)

Fonte: elaboração própria.

Na coluna *Apreciação*, identifica-se a classificação que registou a(s) frequência(s) mais elevada(s).

Para avaliação deste item era proposta uma escala com quatro parâmetros: Muito, Razoavelmente, Pouco e Nada.

Entre as outras entidades inquiridas, 90,2% já tiveram ou têm neste momento contactos com a U.E., sendo que na maior parte dos casos (46,4%) esse contacto resultou da iniciativa da própria entidade. O relacionamento entre a U.E. e estas entidades decorreu também por

<sup>122</sup> O cálculo das medianas destas variáveis não será apresentado na medida em que a taxa de respostas é, para todas elas, bastante pequena, pelo que a mediana seria o valor atribuído às não respostas.

iniciativa da Universidade (em 35,7% dos casos) e por iniciativa de terceiros (em 17,9% dos casos). Depois de realizados os contactos iniciais, o relacionamento entre as entidades pode considerar-se duradouro na medida em que em 36,1% dos casos acontece há mais de 5 anos e em 34,4% das vezes há mais de um ano.

Os contactos entre a U.E. e as entidades respondentes (quadro 4.3.1.2) tiveram lugar através de acções em que as instituições receberam *estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos*, mas também *inserindo diplomados nos seus quadros de pessoal ou através de programas de apoio ao emprego, procurando resultados de investigação científica, formação contínua ou encomendando estudos ou outros trabalhos a equipas da U.E.* bem como por via da *docência*, na medida em que alguns dos quadros das entidades asseguram colaborações, ao nível da docência, com a U.E.. Estas parcerias, de um modo geral, corresponderam *razoavelmente* às expectativas dos respondentes. Nos casos em que as entidades solicitaram estudos ou outros trabalhos a equipas da U.E., nomeadamente serviços de consultoria e apoio técnico, tal, como nos casos em que inseriram diplomados nos quadros das empresas, as parcerias foram classificadas como tendo correspondido *muito* às expectativas. Para estas variáveis não é relevante calcular as medianas, na medida em que, apesar das taxas de resposta serem mais significativas que no caso das empresas, não são o bastante para que esta estatística seja significativa.

A inserção de diplomados no tecido económico é uma das formas que pode assumir o contacto entre os estabelecimentos de ensino superior e a região. O grupo de empresas que respondeu ao questionário tem, em média, 146 empregados, dos quais 8 são diplomados por um estabelecimento de ensino superior (cerca de 5,5% do total de empregados), o que revela uma fraca participação dos diplomados no total dos trabalhadores deste segmento de empresas. O baixo peso dos diplomados no conjunto global das empresas analisadas é corroborado com o facto de 50% destes estabelecimentos terem apenas um ou dois diplomados ao seu serviço. No entanto, são muitas (71%) as que declararam pretender aumentar o número de empregados altamente qualificados.

Apesar de poucos, grande parte das empresas (71,9%) tem diplomados ao seu serviço, fundamentalmente licenciados (62,8%), os quais foram formados, na sua maioria, na Universidade de Évora, nos Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre e nos Institutos Superiores de Economia e Gestão e Técnico da Universidade Técnica de Lisboa bem como em diversas universidades e institutos superiores localizados um pouco por todo o país (ainda que estes sejam referidos por um menor número de empresas). Só uma empresa refere ter ao seu serviço diplomados por universidades estrangeiras. As áreas científicas de onde provêm grande parte destes diplomados são economia, gestão, e as engenharias industriais, civil e agrícola.

As empresas que não registam diplomados ao seu serviço afirmam que isso acontece porque não têm necessidade (40,6%). Quando inquiridas relativamente à necessidade de quadros médios e superiores, metade das empresas afirma não sentir que esses trabalhadores venham a ser fundamentais ao seu regular funcionamento. As que revelam precisar de novos quadros médios e superiores procuram licenciados (65% das empresas) nas áreas das ciências económicas e empresariais (29,3%) e das ciências exactas (39%). Refira-se que nenhuma empresa afirma ter necessidade de mestres ou doutores para os seus quadros. As empresas que já procuraram diplomados (65%) fizeram-no junto dos Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre e das Universidades de Évora, Nova de Lisboa, Moderna, Lusíada, Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Economia e Gestão.

Dos cerca de 250 diplomados que as outras entidades a quem foi aplicado o questionário referem ter ao seu serviço (cerca de um terço do total de funcionários), a esmagadora maioria (87,1%) são licenciados. Sendo quase inexpressivo o número de bacharéis e doutorados a desempenharem funções nestas entidades, o mesmo não se pode dizer da existência de colaboradores com diplomas de mestrado (10,9% do total de diplomados), o que pode indiciar a apetência pela continuação dos estudos existente entre os titulares do grau de licenciado.

Os funcionários diplomados pela U.E. trabalham há mais de um ano (30,6%) ou há mais de 5 anos (61,9%) nestas instituições. As áreas de formação com mais diplomados colocados nas instituições respondentes são a Economia, Gestão, Sociologia, as Engenharias Agrícola, Biofísica e Zootécnica, a Arquitectura Paisagista bem como a História. Os respondentes consideram a formação ministrada na U.E. adequada, de forma bastante satisfatória, às necessidades das respectivas instituições, classificando-a com valores médios entre 6 e 7, numa escala de zero a dez, para todas as áreas pré-estabelecidas<sup>123</sup>. Os inquiridos revelam-se de acordo em torno destes valores médios, na medida em que a estatística do desvio-padrão apresenta resultados que oscilam entre 1,6 e 2,6. Verifica-se que as áreas com classificações médias mais elevadas (Finanças e Produção) são também as que apresentam os menores valores no desvio-padrão, o que significa que, nestes casos, ainda é mais significativa a concordância dos respondentes. As entidades que tiveram diplomados pela U.E. ao seu serviço, mas no momento em que responderam ao questionário isso já não acontecia, afirmaram que tal se ficou a dever (em 64% dos casos) ao facto de ter terminado o estágio ao abrigo do qual o diplomado exerceu funções nessa entidade.

---

<sup>123</sup> As áreas pré-estabelecidas são as seguintes (constantes no quadro relativo à questão 3.4 do grupo II): Administração Geral, Finanças, Produção, Recursos Humanos, Marketing, I&D e Qualidade.

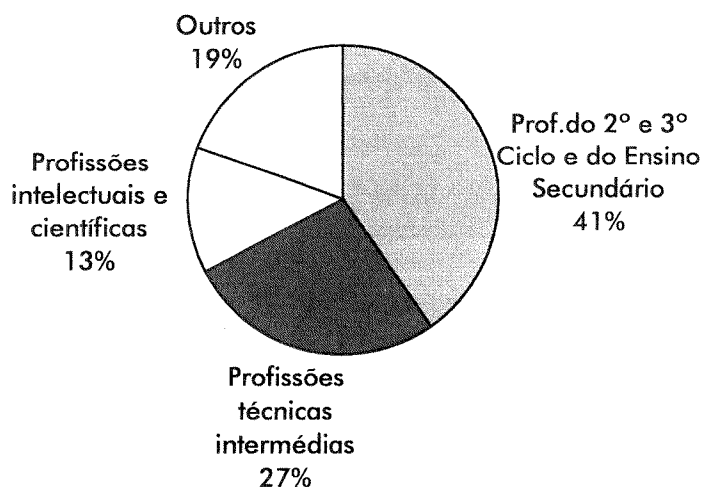


As poucas instituições que afirmaram nunca terem tido diplomados pela U.E. ao seu serviço justificaram o facto por não terem tido necessidade. No entanto, as entidades que nunca estabeleceram contactos com este estabelecimento de ensino afirmam que gostariam que tal acontecesse, ainda que não tenham especificado a forma de colaboração pretendida.

#### 4.3.2. A empregabilidade dos diplomados pela U.E.

No questionário aplicado aos diplomados pela U.E. uma das informações que procurámos obter visava avaliar até que ponto os estudantes, uma vez formados, desejam e conseguem obter emprego em Évora ou no Alentejo. Neste domínio podemos concluir que 39,1% dos diplomados procurou emprego em Évora e que 37,4% tentaram empregar-se no Alentejo. Destes, 20,2% declararam ter encontrado trabalho em Évora e 30,4% no Alentejo.

Gráfico 4.3.2.1: **Empregabilidade dos diplomados pela U.E.**



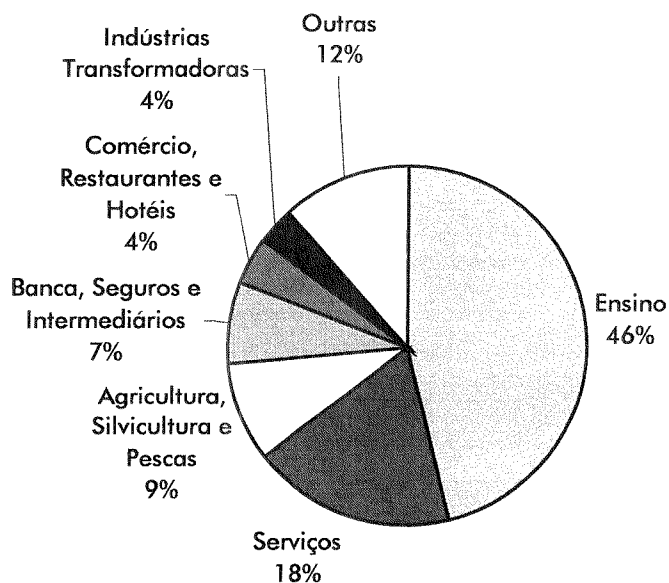
Fonte: elaboração própria.

O principal empregador dos diplomados pela U.E. é o Ministério da Educação (gráficos 4.3.2.1 e 4.3.2.2), sendo também muito significativo o número dos diplomados que desempenham profissões técnicas intermédias. Estes dados vão ao encontro da tendência nacional que identifica as actividades ligadas ao ensino como sendo empregadoras para

uma larga proporção de diplomados portugueses<sup>124</sup>. Para além do ensino, os serviços, a agricultura e pescas, as actividades financeiras bem como o comércio, hotelaria e restauração são os outros sectores de actividade onde se empregam muitos dos diplomados pela U.E. (gráfico 4.3.2.2).

Os diplomados que declararam ter encontrado emprego em Évora ou no Alentejo não respondem, nestas questões, de forma significativamente diferente do conjunto dos inquiridos. No entanto, assinalamos algumas particularidades: entre os que se empregaram em Évora, 20,3% afirmam integrar-se na categoria *membros de corpos legislativos ou quadros dirigentes da função pública*; os professores do ensino universitário, os professores do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário tal como as profissões técnicas intermédias têm um peso muito semelhante (cerca de 14%) neste subconjunto de respondentes. Entre os que ficaram a trabalhar no Alentejo, quase metade (48,9%) são professores do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário. Quanto ao ramo de actividade económica em que se enquadram estes diplomados pela U.E. também predominam os serviços e o ensino, sendo este último sector fortemente significativo no caso do Alentejo: 66,1% dos respondentes enquadram-se neste ramo de actividade.

Gráfico 4.3.2.2: Ramo de actividade económica em que se enquadram os diplomados pela U.E.



Fonte: elaboração própria.

<sup>124</sup> Os dados do Primeiro Inquérito Nacional ao Percurso dos Diplomados do Ensino Superior realizado em 2001 pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade a uma amostra de dez mil indivíduos que concluíram os cursos em 1994/95 revelaram que um terço dos diplomados exercem actividades relacionados com o ensino (Jornal Público, 14.02.2002).

Relativamente às remunerações, muitos dos respondentes (42,2%) declararam auferir rendimentos mensais líquidos superiores a 251 mil escudos (€ 1251,98 euros) e 30,9% afirmam ganhar entre 201 e 250 mil escudos mensais (entre € 1002,58 e € 1246,99). Os restantes recebem rendimentos mensais inferiores.

Os respondentes revelaram que desempenham a mesma actividade (59,2%) com que iniciaram a vida profissional ainda que já poucos se mantenham na mesma empresa/instituição (37,3%) ou na mesma categoria profissional (32,5%). Procuramos também avaliar se existia relação entre o curso frequentado e o ano de conclusão da licenciatura com a mobilidade dos diplomados em termos de categoria profissional, entidade empregadora e actividade desempenhada. Para tal, procedemos à análise cruzada das variáveis<sup>125</sup> *curso e ano de conclusão da licenciatura* com as variáveis *desempenho da mesma actividade profissional*, *manutenção na mesma instituição* e *manutenção na mesma categoria*.

A maioria dos diplomados que terminou a sua formação nos anos 90 mantém a mesma actividade, na mesma instituição, sem ter alterado a categoria profissional. Os diplomados em Ensino são os que mais têm mantido a mesma actividade, na mesma instituição, enquanto os licenciados em Gestão de Empresas e em Engenharia Zootécnica são os que mais têm mudado. Acrescente-se ainda que é mais elevado o número de diplomados que exercem a mesma actividade com que iniciaram o seu percurso profissional do que o daqueles que permanecem na mesma instituição.

A análise estatística correspondente à verificação da independência entre estas variáveis revela-nos que apenas se recomenda a rejeição da hipótese nula da estatística  $\chi^2$  no caso das relações entre as variáveis *desempenho da mesma actividade/curso frequentado* (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ) e *manutenção na mesma categoria/curso frequentado* (sig.  $\chi^2 = 0,021$ ), ainda que em ambos os casos os respectivos graus de associação sejam débeis (V de Cramer, respectivamente, 0,408 e 0,310). Assim, na generalidade das relações estudadas não podemos falar da existência de associação estatística entre estas variáveis, ou seja, não existe relação entre o ano de conclusão dos cursos e a manutenção na mesma actividade, categoria ou instituição, tal como não se pode provar a associação entre o curso frequentado e a manutenção na mesma instituição.

Entre as razões para a saída do primeiro emprego encontramos a existência de propostas financeiramente mais atractivas (40,6% dos casos) e a desadequação da actividade desenvolvida com a formação obtida (26,3%). No entanto, cerca de 1/3 dos respondentes

---

<sup>125</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, através das perguntas 2.2, 2.3 e 2.4 do grupo Percurso profissional, com o Ano de conclusão da licenciatura e com a pergunta 1 do grupo Percurso Escolar do questionário aos Diplomados pela U.E.

não identifica o motivo pelo qual mudou de emprego. Entre os motivos que levam muitos dos diplomados pela U.E. a não encontrarem emprego na cidade ou no Alentejo estão a saturação do mercado de trabalho na respectiva área de formação (42,7% dos casos) bem como o desejo de voltar para o local de residência do agregado familiar (35,3%).

#### 4.3.3. Algumas características do ensino, investigação e extensão desenvolvidos na U.E.

Os departamentos da U.E. oferecem ensinos de tipo graduado (licenciatura) e pós-graduado. A formação oferecida pela U.E., quer em termos de formação inicial, quer ao nível da formação de pós-graduação, adequa-se de forma razoável, com valores médios compreendidos entre 6,1 e 6,9<sup>126</sup>, quer ao mercado de trabalho regional quer ao mercado de trabalho nacional. Os inquiridos são relativamente consensuais na avaliação que fazem do desempenho da instituição, deste ponto de vista, na medida em que o desvio-padrão das variáveis oscila entre 1,2 e 1,9. No entanto, a opinião dos respondentes relativamente aos motivos que estão na base da formação dos diversos planos curriculares é diversa quando se trata de avaliar os ensinos do seu próprio departamento ou da U.E. como um todo. Assim, do ponto de vista dos docentes<sup>127</sup>, os ensinos foram concebidos tendo em conta factores diversos:

- i) os ensinos graduados da U.E., de um modo geral, visam dar resposta às necessidades do mercado de trabalho da região, às características da região bem como às necessidades do mercado de trabalho do país;
- ii) os ensinos graduados dos diversos departamentos, por seu turno, estão desenhados tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho do país bem como as características habituais dos cursos da área;
- iii) os cursos pós-graduados da U.E. apresentam as características dos cursos na área;
- iv) os cursos pós-graduados dos diversos departamentos, para além de apresentarem as mesmas características dos cursos na área, têm em conta as necessidades do mercado de trabalho do país.

Na generalidade, com uma frequência de 86,3%, os docentes da U.E. consideram que os respectivos departamentos contribuem para a melhoria da qualificação do mercado de trabalho local, através da colocação de diplomados em empresas ou outras instituições de Évora ou do Alentejo (70,3%) e da oferta de formação pós-graduada (42,9%). Quando

<sup>126</sup> Avaliação feita de acordo com escala proposta de 0 a 10.

<sup>127</sup> Assinalam-se os elementos a ter em conta que foram propostos aos respondentes e que obtiveram frequências de resposta mais elevadas.

inquiridos relativamente à atitude a adoptar pelos respectivos departamentos, e pela U.E. no seu todo, no que respeita à filosofia que deve orientar a oferta de ensinos, os respondentes não manifestaram uma clara tendência relativamente aos cenários colocados (quadro 4.3.3.1), o que nos leva a concluir que não existe, na instituição uma tese única, sendo diverso o posicionamento quando se perspectiva a questão a partir do departamento ou da instituição na sua generalidade. Se no caso do departamento os respondentes consideram que a atitude a adoptar deve ser a de implementar as formações consideradas mais adequadas do ponto de vista científico e pedagógico, já na perspectiva da Universidade como um todo os docentes consideram, de forma privilegiada, que a instituição deve oferecer os ensinos que registam maior procura.

Quadro 4.3.3.1.: **Postura relativamente à oferta de ensinos (frequências)**

POSTURA	DEPARTAMENTO	U.E.
Cultura de produção ("Vender o seu produto")	48%	37%
Cultura de mercado ("Produzir o que pode vender")	42%	43,5%

Fonte: Elaboração própria.

Uma das formas de fomentar a interligação entre a instituição de ensino e a região decorre do funcionamento dos ensinos e do conseqüente contacto dos alunos e diplomados com o mercado regional de emprego. Como principais mecanismos postos em prática pelos departamentos para promover a ligação entre os diplomados e a região, os respondentes identificaram os seguintes:

- colocação de alunos, nas empresas ou outras instituições regionais, em acções breves durante o curso ou no final deste, em estágios, que podem ter carácter profissional ou servir de apoio à realização dos trabalhos de fim de curso ou outras acções no domínio da investigação ou extensão;
- realização de ciclos de conferências e seminários com a colaboração de responsáveis por empresas e outras instituições regionais e locais (estes técnicos, pontualmente, também prestam colaboração nas actividades lectivas regulares);
- oferta de cursos breves, de actualização e aprofundamento de conhecimentos, abertos à participação de quadros de empresas e outras instituições, bem como de formação pós-graduada;
- desenvolvimento de diversas actividades de extensão a partir de convites de parceiros regionais e locais, entre os quais se incluem as componentes de apoio laboratorial e os serviços disponíveis no Hospital Veterinário;

- divulgação dos ensinamentos através da realização, na U.E., de actividades em parceria com as escolas básicas e secundárias, e com a presença de empresas, diplomados e outras instituições regionais (por exemplo, iniciativa Dia Aberto), bem como realização de visitas a empresas e às escolas básicas e secundárias;
- estabelecimento de parcerias com organizações profissionais e protocolos com entidades diversas, nomeadamente autarquias, instituições públicas de âmbito regional e local e empresas, com objectivos específicos no âmbito da empregabilidade dos diplomados pela U.E.

No domínio da investigação podemos concluir que os departamentos e centros de investigação fazem, fundamentalmente (quadro 4.3.3.2), investigação aplicada sobre questões de âmbito regional e nacional, como se constata pela observação do valor 4 como mediana destas variáveis. Relativamente à investigação fundamental as classificações atribuídas pelos respondentes oscilam entre 2 e 4, com frequências da ordem dos 22%, o que significa que esta actividade é desenvolvida, de forma relativamente pouco frequente, nos diversos departamentos e centros de investigação, oscilando entre os casos onde isso acontece muito pouco (classificação 2) e bastante (classificação 4). A investigação desenvolvida decorre, em larga medida, das preocupações e interesses dos investigadores bem como da possibilidade de obter financiamentos para a prossecução dos projectos de investigação (quadro 4.3.3.3.), ficando relegadas para um plano secundário as características e as problemáticas que caracterizam o país e a região, onde as medianas registam o valor 3.

#### Quadro 4.3.3.2.: Características da investigação desenvolvida

CARACTERÍSTICAS	MEDIANA	CLASSIFICAÇÃO
<b>Fundamental</b>	<b>3</b>	<b>3 (24,4%)</b>
<b>Aplicada</b>		
- sobre questões de carácter regional	4	4 (38,6%)
- sobre questões de carácter nacional	4	4 (50,0%)
- sobre questões de carácter internacional	3	4 (40,0%)

Fonte: Elaboração própria.

A coluna Classificação apresenta a resposta mais referida e a respectiva frequência.

Para avaliação deste item foi proposta uma escala entre 0 e 5.

**Quadro 4.3.3.3.: Elementos a ter conta na investigação realizada**

ELEMENTOS	MEDIANA	CLASSIFICAÇÃO
Necessidades manifestadas por empresas e/ou instituições da região	3	4 (29,5%)
Características da região	3	4 (34,1%)
Necessidades manifestadas por empresas e/ou instituições do país	3	3 (32,6%)
Características do país	3	3 (38,1%)
Preocupações e interesses dos investigadores	4	4 (53,2%)
Possibilidade de obter financiamentos para a investigação	4	4 (40,9%)

Fonte: Elaboração própria.

A coluna Classificação apresenta a resposta mais referida e a respectiva frequência.

Para avaliação deste item foi proposta uma escala entre 0 e 5.

Quanto às formas implementadas para desenvolver os diversos projectos de investigação, podemos concluir (quadro 4.3.3.4.) que eles decorrem em equipa, com a colaboração de parceiros de outras instituições nacionais e com vários elementos do mesmo departamento. Registe-se que a participação em equipas internacionais é classificada apenas como *razoável*, registando uma frequência de aproximadamente 30% e uma mediana de 3. Entre as parcerias privilegiadas para a investigação destacam-se as nacionais, com universidades públicas, as que integram instituições e organismos públicos, quer sejam de âmbito local, regional, nacional ou internacional, e as regionais com instituições de investigação.

**Quadro 4.3.3.4.: Formas de realizar a investigação**

FORMAS	MEDIANA	CLASSIFICAÇÃO
Individualmente	3	4 (27,8%)
Em equipa, com elementos do mesmo departamento	3,5	4 (38,6%)
Em equipa, com elementos de outros departamentos/centros de investigação da U.E.	3	4 (32,5%)
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições regionais	2	2 (38,9%)
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições nacionais	3	4 (40,5%)
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições internacionais	3	3 (31,0%)

Fonte: Elaboração própria.

A coluna Classificação apresenta a resposta mais referida e a respectiva frequência.

Para avaliação deste item foi proposta uma escala entre 0 e 5.

Entre as formas mais utilizadas para proceder à divulgação dos resultados da investigação (quadro 4.3.3.5.) conta-se a apresentação em conferências realizadas em Portugal (mediana 4), em conferências realizadas no estrangeiro ou apenas através da entrega dos resultados à entidade que financiou o estudo.

**Quadro 4.3.3.5.: Formas de divulgar a investigação**

FORMAS	MEDIANA	CLASSIFICAÇÃO
Em revistas nacionais	3	3 (29,8%)
Em revistas estrangeiras	3	2 (31,9%)
Em conferências realizadas em Portugal	4	4 (31,9%)
Em conferências realizadas no estrangeiro	3	3 (36,2%)
Em sessões públicas de divulgação científica	2	3 (38,5%)
Os resultados são entregues às entidades que encomendaram a investigação	3	3 (37,0%)

Fonte: Elaboração própria.

A coluna Classificação apresenta a resposta mais referida e a respectiva frequência.

Para avaliação deste item foi proposta uma escala entre 0 e 5.

As actividades de extensão desenvolvidas pela U.E. são decorrentes, fundamentalmente, das necessidades manifestadas por diversos parceiros regionais, bem como das características da região (quadro 4.3.3.6). Estas actividades realizam-se predominantemente em equipa com diversos elementos do mesmo departamento ou através de parcerias com investigadores e/ou funcionários de outras instituições nacionais (quadro 4.3.3.7.). Em termos de parcerias privilegiadas para a prossecução destas actividades os docentes da U.E. identificaram as instituições e organismos públicos locais e regionais, as instituições de investigação nacionais e as empresas e outras entidades privadas regionais (o valor das medianas destas variáveis é 3).

**Quadro 4.3.3.6.: Elementos a ter conta na extensão realizada**

ELEMENTOS	MEDIANA	CLASSIFICAÇÃO
Necessidades manifestadas por empresas e/ou instituições da região	3	3 (34,3%)
Características da região	3	4 (30,3%)
Necessidades manifestadas por empresas e/ou instituições do país	2,5	2 (37,5%)
Características do país	2	2 (35,5%)

Fonte: Elaboração própria.

A coluna Classificação apresenta a resposta mais referida e a respectiva frequência.

Para avaliação deste item foi proposta uma escala entre 0 e 5.



**Quadro 4.3.3.7.: Formas de realizar a extensão**

FORMAS	MEDIANA	CLASSIFICAÇÃO
Individualmente	3	3 (30,3%)
Em equipa, com elementos do mesmo departamento	3	4 (40,0%)
Em equipa, com elementos de outros departamentos/centros de investigação da U.E.	2	2 (29,4%)
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições regionais	2	2 (35,5%)
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições nacionais	3	3 (35,3%)
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições internacionais	2	3 (32,3%)

Fonte: Elaboração própria.

A coluna Classificação apresenta a resposta mais referida e a respectiva frequência.

Para avaliação deste item foi proposta uma escala entre 0 e 5.

Nos domínios da investigação e da extensão procurámos identificar os principais parceiros, clientes e financiadores das actividades desenvolvidas na U.E., tal como os principais mecanismos implementados para promover a ligação com a região e as formas de promover a transferência de tecnologia e inovação para as empresas e instituições regionais.

Os docentes da instituição identificaram, no fundamental, os mesmos parceiros/clientes/ financiadores para estas actividades. São eles:

- entidades de âmbito regional ou local, nomeadamente, autarquias e respectivas associações, organismos públicos descentralizados, com destaque para as áreas da agricultura, ambiente e ordenamento do território, cultura, economia e educação, CCRA, entidades culturais, associações de desenvolvimento local e associações profissionais, fundações de âmbito regional;
- organismos públicos de âmbito nacional, institutos públicos, unidades de saúde;
- empresas públicas e privadas, de âmbito nacional ou regional;
- professores dos outros graus de ensino bem como as escolas básicas e secundárias e os jardins de infância.

Nas actividades de investigação foram ainda referidas como parceiros unidades de investigação localizadas noutras universidades públicas portuguesas bem como centros de investigação estrangeiros. Entre os financiadores da investigação destaca-se a Fundação da Ciência e Tecnologia, como principal entidade financiadora, mas também a Comissão Europeia, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Camões e o Conselho de Reitores

das Universidades Portuguesas. No âmbito da investigação e da extensão, os organismos regionais que colaboram com a U.E. com vista a promover a ligação entre a investigação/extensão desenvolvida nesta instituição e a região são, basicamente, os mesmos que surgem listados como parceiros.

As actividades desenvolvidas com vista à transferência de tecnologia ou inovação para o meio assemelham-se aos mecanismos implementados para promover a ligação à região, quer decorram de iniciativas no âmbito da investigação ou da extensão. As mais referidas são as seguintes:

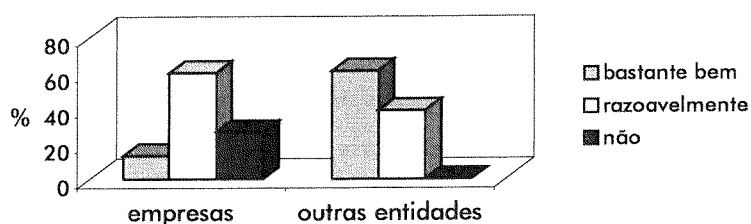
- acções de divulgação das actividades dos Centros de Investigação/Departamentos, através da realização de iniciativas diversas (por exemplo, Dias Abertos, Campos de Demonstração, apresentação pública dos resultados dos projectos de investigação bem como a respectiva publicação, disponibilização de informação técnica especializada *on-line*, realização de conferências e seminários temáticos, participação em feiras, colaboração nas acções de divulgação científica do Programa Ciência Viva), procurando atingir diversos públicos-alvo: professores e alunos de outros graus de ensino, empresários, dirigentes de diversas instituições públicas locais e regionais, etc.;
- parcerias com associações profissionais, empresas e entidades diversas, públicas e privadas, de âmbito local e regional, consubstanciando-se na colocação de estagiários, no apoio à realização de trabalhos de fim de curso bem como de projectos de investigação aplicada, na realização de actividades de consultoria específicas, entre outras,
- colaboração com outros estabelecimentos de ensino superior do país e da região bem como o estabelecimento de parcerias com professores de escolas de outros graus de ensino da região no âmbito de projectos de animação ou de formação.

#### **4.3.4. Avaliação do conhecimento que as organizações regionais têm do ensino, investigação, extensão e formação desenvolvidos na U.E.**

Vejamos como é que as empresas e as restantes entidades inquiridas conhecem as actividades desenvolvidas na U.E.

Quer as empresas quer as outras entidades inquiridas conhecem de forma *razoável*<sup>128</sup> os ensinamentos ministrados na U.E. (gráfico 4.3.4.1, quadro 4.3.4.1). A análise cruzada das variáveis<sup>129</sup> *Entidade* e *Conhecimento dos ensinamentos* permite-nos concluir, no entanto, que estes são mais conhecidos nas diversas entidades inquiridas, onde cerca de 60% dos respondentes considera que os conhece bastante bem, que nas empresas, onde a maioria dos respondentes (56,3%) afirma conhecer os ensinamentos apenas razoavelmente. Em termos estatísticos podemos concluir pela existência de associação entre as variáveis (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ), apresentando esta uma intensidade mediana (V de Cramer = 0,558), o que significa que o nível de conhecimento acerca dos ensinamentos ministrados na U.E. não é independente da entidade respondente.

Gráfico 4.3.4.1: Avaliação do conhecimento acerca dos ensinamentos ministrados na U.E.



fonte: Elaboração própria.

Quadro 4.3.4.1 Conhecimento e adequação do ensino ministrado na U.E.

ENTIDADES	NÍVEL DE CONHECIMENTO	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA EMPRESA/ENTIDADE
Empresas	Razoável (56,3%)	Razoável (46,4%)	Razoável (31,3%)
	Missing: 6,3%	Missing: 25%	Missing: 25%
Outras entidades	Bastante bem (61%)	Razoável (58,9%)	Razoável (50,0%)
	Missing: 4,8%	Missing: 9,7%	Missing: 22,6%

Fonte: elaboração própria.

Para avaliação destes itens foram propostos três parâmetros: Sim, bastante bem; Sim, razoavelmente e Não.

De um modo geral, quer as empresas quer as outras entidades consideram que os ensinamentos ministrados na U.E. correspondem, de forma razoável, às necessidades da região. A associação entre as variáveis<sup>130</sup> *Entidade* e *Adequação dos ensinamentos às necessidades da região* revela-se significativa (sig.  $\chi^2 = 0,001$ ), com uma intensidade média (V de Cramer = 0,500).

<sup>128</sup> Esta classificação é a mediana das respostas obtidas.

<sup>129</sup> A variável Entidade classifica os respondentes; a variável Conhecimento dos ensinamentos é obtida nas perguntas 1 dos grupos Ensinos, dos questionários aplicados às Empresas e às Outras entidades.

<sup>130</sup> As variáveis Adequação dos ensinamentos às necessidades da região e Adequação dos ensinamentos às necessidades das empresas/outras entidades são obtidas nas perguntas 2 dos grupos Ensinos, dos questionários aplicados às Empresas e às Outras entidades.

Também *razoável* é como estes respondentes classificam a adequação dos ensinios às necessidades das instituições integrantes do tecido económico e social da região. Neste caso, não podemos rejeitar a associação das variáveis *Entidade* e *Adequação dos ensinios às necessidades da empresa/outras entidades* (sig.  $\chi^2 = 0,006$ ), ainda que esta não seja muito significativa (V de Cramer = 0,475), ou seja, o entendimento acerca da adequação dos ensinios às necessidades da empresa/outras entidades não é independente daquele que for o respondente.

Assinale-se, no entanto, que ambos os grupos inquiridos, apesar de afirmarem conhecer, pelo menos de forma *razoável*, os ensinios ministrados, respondem bastante menos – avaliando a proporção de *missing values* – às questões que solicitam a avaliação da adequação do ensino às necessidades, da região e da própria instituição, o que nos leva a inferir que o conhecimento dos respondentes relativamente aos ensinios ministrados na U.E. seja bastante superficial.

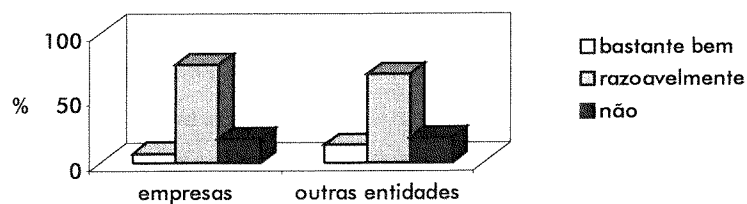
Ainda que o número de respostas não seja muito elevado, refira-se que as empresas que afirmam que os ensinios da U.E. não correspondem às necessidades da região consideram como razões para tal a *Pouca aproximação à realidade* e a *Falta de interligação às empresas e à região*. As outras entidades que consideram que os ensinios oferecidos pela U.E. não correspondem às suas necessidades ou da região referem com mais insistência os mesmos motivos apresentados pelas empresas. No caso específico das outras entidades refira-se ainda que estas consideram que os ensinios proporcionam uma *Formação pouco técnica e específica*.

Quando questionados quanto ao conhecimento que têm acerca da investigação desenvolvida na U.E. verificamos (gráfico 4.3.4.2, quadro 4.3.4.2) que ambos os grupos consideram que possuem um conhecimento *razoável*, sendo esta classificação a mediana das respostas. A análise da associação entre as variáveis<sup>131</sup> *Entidade* e *Conhecimento da investigação* revela que não se pode rejeitar a sua independência (sig.  $\chi^2 = 0,661$ ), ou seja, não podemos associar o conhecimento sobre a investigação desenvolvida na U.E. com a entidade respondente.

---

<sup>131</sup> A variável *Conhecimento da investigação* é obtida nas perguntas 1 dos grupos *Investigação*, dos questionários aplicados às *Empresas* e às *Outras entidades*.

**Gráfico 4.3.4.2: Avaliação do conhecimento acerca da investigação desenvolvida na U.E.**



fonte: Elaboração própria.

As outras entidades afirmam que a investigação corresponde razoavelmente às necessidades quer da região quer das próprias entidades. As empresas consideram que não sabem se a investigação desenvolvida na U.E. corresponde às necessidades da região ou das respectivas empresas. Estas classificações, para além de corresponderem às frequências mais elevadas também coincidem com a mediana.

Tal como já tínhamos concluído no caso dos ensinos, também neste domínio os respondentes revelam mais dificuldade em avaliar a adequação da investigação às necessidades; por outro lado, verificamos aqui que a existência de *missing values* é menor para as outras entidades, independentemente da questão em análise, o que nos leva a inferir que estas têm um maior conhecimento acerca desta actividade.

**Quadro 4.3.4.2. Conhecimento e adequação da investigação desenvolvida na U.E.**

ENTIDADES	NÍVEL DE CONHECIMENTO	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA EMPRESA
Empresas	Razoável (65,6%)	Não sabe (34,4)	Não sabe (31,3%)
	Missing: 12,5%	Missing: 43,8%	Missing: 43,8%
Outras entidades	Razoável (67,8%)	Razoável (67,3%)	Razoável (42,6%)
	Missing: 4,8%	Missing: 16,1%	Missing: 24,2%

Fonte: elaboração própria.

Para avaliação destes itens foram propostos três parâmetros: Sim, bastante bem; Sim, razoavelmente e Não.

A análise da existência de associação entre as variáveis<sup>132</sup> revela que devemos rejeitar a hipótese de independência no caso da relação entre as variáveis *Entidade* e *Adequação às necessidades de investigação da região* (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ), sendo esta medida razoavelmente forte (V de Cramer = 0,723). O mesmo acontece no caso da relação entre as variáveis *Entidade* e *Adequação às necessidades de investigação das empresas/outras entidades*

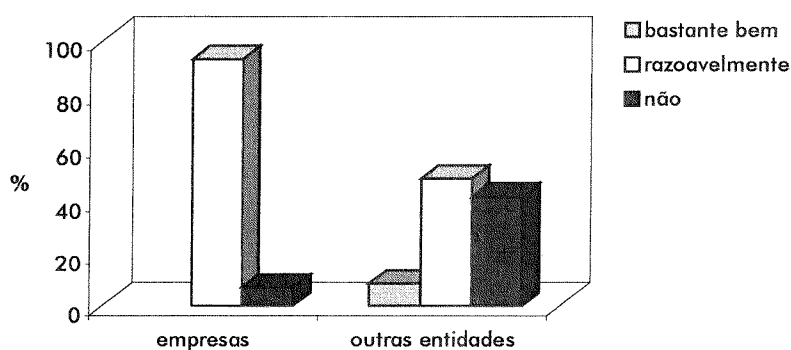
<sup>132</sup> As variáveis Adequação da investigação às necessidades da região e Adequação da investigação às necessidades das empresas/outras entidades são obtidas nas perguntas 2 dos grupos Investigação, dos questionários aplicados às Empresas e às Outras entidades.

(sig.  $\chi^2 = 0,005$ ), sendo a medida de intensidade desta relação consideravelmente menos intensa ( $V$  de Cramer = 0,482), ou seja, a avaliação da adequação às necessidades de investigação das empresas/outras entidades está associada com a entidade respondente.

No domínio da investigação a *Falta de inter-ligação entre a investigação e as necessidades da região* é identificada pelas empresas e pelas outras entidades como o factor que faz com que esta actividade não responda às necessidades da região.

No caso do conhecimento que os respondentes têm acerca das actividades de extensão desenvolvidas na U.E. (gráfico 4.3.4.3, quadro 4.3.4.3) podemos concluir que as empresas afirmam conhecer razoavelmente estas actividades enquanto nas outras entidades já registamos uma maior proporção de respondentes a afirmar que não conhece a extensão desenvolvida na U.E. Dado que as outras entidades inquiridas afirmam ter mantido contactos com este estabelecimento de ensino em actividades que se enquadram no domínio da extensão (cf. Quadro 4.3.1.2) estes resultados apenas se justificam na medida em que os respondentes possam não ter atribuído à palavra extensão o conteúdo relacionado com o exercício da transferência de conhecimentos para o exterior através, nomeadamente de acções de apoio técnico, consultoria e realização de estudos específicos.

**Gráfico 4.3.4.3: Avaliação do conhecimento acerca da extensão desenvolvida na U.E.**



fonte: Elaboração própria.

A mediana de ambas as distribuições é, no entanto, a classificação razoável. A análise da associação entre as variáveis<sup>133</sup> *Entidade* e *Conhecimento da extensão* revela que devemos aceitar esta hipótese (sig.  $\chi^2 = 0,001$ ), ainda que a sua intensidade seja pouco significativa ( $V$  de Cramer = 0,434), ou seja, o grau de conhecimento acerca das actividades de extensão desenvolvidas na U.E. está relacionado com a entidade respondente.

<sup>133</sup> A variável Conhecimento da extensão é obtida nas perguntas 1 dos grupos Extensão, dos questionários aplicados às Empresas e às Outras entidades.

#### Quadro 4.3.4.3. Conhecimento e adequação da extensão desenvolvida na U.E.

ENTIDADES	NÍVEL DE CONHECIMENTO	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA EMPRESA
Empresas	Razoável (83,1%)	Não sabe (43,8%)	Não sabe (40,6%)
	Missing: 12,5%	Missing: 50%	Missing: 50%
Outras entidades	Razoável (48,3%)	Razoável (51,1%)	Não sabe (43,9%)
	Missing: 6,5%	Missing: 27,4%	Missing: 33,9%

Fonte: elaboração própria.

Para avaliação destes itens foram propostos três parâmetros: Sim, bastante bem; Sim, razoavelmente e Não.

Na apreciação da forma como as actividades de extensão correspondem às necessidades da região, as outras entidades consideram razoável o desempenho da U.E. e as empresas afirmam, predominantemente, que não sabem responder. As variáveis<sup>134</sup> *Entidade* e *Adequação às necessidades de extensão da região* estão associadas entre si (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ) com uma intensidade muito significativa (V de Cramer = 0,853). Relativamente à forma como as actividades de extensão correspondem às necessidades dos respondentes, quer as outras entidades quer as empresas afirmam que não sabem responder. Também neste caso registamos uma associação entre as variáveis (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ) com uma intensidade elevada (V de Cramer = 0,768).

Em todas as variáveis avaliadas verificamos a existência de uma maior proporção de *missing values* nas respostas das empresas, pelo que podemos inferir que as outras entidades conhecem melhor as actividades de extensão desenvolvidas na U.E. Voltamos também a verificar no domínio da extensão que a maior proporção de respostas se verifica na questão que procura avaliar apenas o conhecimento acerca da actividade e não a sua adequação às necessidades.

Relativamente ao conhecimento que as empresas têm sobre as diversas áreas de actuação da U.E., nomeadamente, ensino, investigação e extensão, podemos concluir que existe apenas um conhecimento razoável sobre as diversas áreas. Se o entendimento relativamente aos ensinos é o de que eles se adequam de forma razoável às necessidades da região e das empresas, já no que respeita aos domínios da investigação e da extensão a maioria das respostas não faz qualquer avaliação do desempenho da instituição, pelo que podemos concluir que a área de actuação da U.E. com maior visibilidade regional são os ensinos. Esta tese pode ser comprovada pela análise dos *missings values*. Na medida em

<sup>134</sup> As variáveis Adequação da extensão às necessidades da região e Adequação da extensão às necessidades das empresas/outras entidades são obtidas nas perguntas 2 dos grupos Extensão, dos questionários aplicados às Empresas e às Outras entidades.

que traduzem a ausência de resposta às diversas variáveis, ilustram também os diversos níveis de conhecimento sobre as diferentes vertentes da actuação da U.E. Assim, podemos verificar que a área do ensino é aquela onde os *missing values* registam valores menos significativos.

As outras entidades inquiridas afirmam conhecer bastante bem os ensinios ministrados na U.E. e de forma menos consistente as áreas de investigação e extensão. Relativamente à adequação destes domínios de actuação da U.E. às necessidades quer da região quer dos respondentes, a apreciação não vai além do razoável, nos casos em que foi considerado ter informação suficiente para responder.

Esta apreciação, a par da análise dos *missing values*, permite-nos concluir que os respondentes apesar de possuírem alguma informação acerca do ensino, da investigação e da extensão desenvolvidos na U.E., esta não é suficiente para que possam avaliar convenientemente a adequabilidade do desempenho desta instituição de ensino quer à região, quer à sua própria entidade. Por outro lado, constatamos que o ensino é o domínio onde se obtém maior número de respostas válidas, o que nos leva a depreender que é também o segmento de actividade mais conhecido entre os respondentes, portanto com maior visibilidade junto das instituições regionais.

Quer as empresas quer as outras entidades apresentaram, de um modo geral, taxas de resposta mais elevadas e um maior nível de conhecimento na avaliação dos ensinios, por comparação com a investigação e a extensão, donde inferimos que estas duas últimas actividades estão mais distantes dos parceiros regionais inquiridos.

**Quadro 4.3.4.4. Áreas relevantes em termos de Ensinos, para as instituições e para o Alentejo**

ÁREAS DO SABER	EMPRESAS		OUTRAS ENTIDADES		DOCENTES U.E.	
	EMPRESA	ALENTEJO	ENTIDADE	ALENTEJO	U.E.	ALENTEJO
Artes				✓	✓	
Ciências da Vida					✓	✓
Saúde e Bem-estar		✓		✓	✓	✓
Informática e Computação	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mecânica, electrónica e energia	✓			✓		
Produção, Processos e Materiais	✓	✓		✓		
Agricultura e Pescas					✓	✓
Empresas e Administração			✓	✓		
Serviços sociais e pessoais				✓		
Geografia, arquitectura e ambiente			✓	✓	✓	✓

Fonte: elaboração própria.



A análise das áreas relevantes, em termos de ensino, para os diversos respondentes permite-nos concluir que (quadro 4.3.4.4.):

- i) todos os inquiridos são unânimes em considerar o interesse, para a região e para as instituições, do ensino de Informática e computação, área que já é oferecida pela U.E.;
- ii) para as empresas a prioridade centra-se em torno das engenharias, fundamentalmente das industriais, as mais prementes para o seu funcionamento, ainda que também seja referida a importância do ensino na área da Saúde e Bem-estar, do ponto de vista da região;
- iii) para as outras entidades, do ponto de vista da região, são múltiplas as áreas consideradas prioritárias, correspondendo quer aos ensinamentos tradicionais da U.E., nomeadamente Empresas e Administração, quer às áreas de leccionação recente, como sejam as Artes, a Informática e Computação e a Arquitectura e Ambiente e também a domínios que não têm sido ensinados neste estabelecimento de ensino, como é o caso das Engenharias Industriais, Saúde e Bem-estar e Serviços sociais e pessoais;
- iv) os docentes da U.E., por seu turno, privilegiam os ensinamentos nas áreas da Saúde e Bem-estar, nas novas apostas no campo das Artes e da Geografia, Arquitectura e Ambiente, bem como nas Ciências da Vida e na área tradicional da Agricultura e Pescas. Estes dois últimos domínios apenas são assinalados por este grupo de respondentes, o que revela alguma desarticulação entre a perspectiva das entidades regionais externas à U.E. e os docentes e pode indiciar alguma preocupação destes inquiridos em salvaguardar dois dos domínios científicos mais consolidados na instituição: as ciências agrárias, a ecologia e a biologia.

Em termos de prioridades para a investigação desenvolvida na U.E. (quadro 4.3.4.5.), os respondentes foram unânimes em considerar a relevância da área da Informática e Computação. Para além desta área consensual, as empresas referem, também neste domínio de actuação, a importância do sector das Engenharias Industriais, bem como da Agricultura e Pescas e Empresas e Administração. Esta área, tal como a Geografia, Arquitectura e Ambiente, merecem a referência das outras entidades, tal como a Saúde e Bem-estar e a Agricultura e Pescas. Os docentes da U.E. consideram importantes todas as áreas assinaladas pelos outros dois grupos de respondentes, e identificam ainda como relevantes as Ciências da Vida e as Humanidades.

**Quadro 4.3.4.5 Áreas relevantes em termos de Investigação,  
para as instituições e para o Alentejo**

ÁREAS DO SABER	EMPRESAS		OUTRAS ENTIDADES		DOCENTES U.E.	
	EMPRESA	ALENTEJO	ENTIDADE	ALENTEJO	U.E.	ALENTEJO
Humanidades						✓
Ciências da Vida					✓	
Saúde e Bem-estar				✓	✓	✓
Informática e Computação	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mecânica, Electrónica e Energia	✓					
Produção, Processos e Materiais	✓				✓	✓
Agricultura e Pescas		✓		✓	✓	✓
Empresas e Administração		✓	✓		✓	✓
Geografia, Arquitectura e Ambiente			✓		✓	✓

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 4.3.4.6. Áreas relevantes em termos de Extensão,  
para as instituições e para o Alentejo**

ÁREAS DO SABER	EMPRESAS		OUTRAS ENTIDADES		DOCENTES U.E.	
	EMPRESA	ALENTEJO	ENTIDADE	ALENTEJO	U.E.	ALENTEJO
Saúde e Bem-estar				✓		✓
Informática e Computação	✓	✓	✓	✓		✓
Mecânica, electrónica e energia	✓					
Produção, Processos e Materiais	✓					
Agricultura e Pescas		✓				✓
Empresas e Administração		✓	✓	✓		✓
Geografia, arquitectura e ambiente			✓			✓

Fonte: elaboração própria.

Também no domínio da extensão a área da Informática e Computação continua a ser referida por todos os grupos de respondentes (quadro 4.3.4.6). As empresas insistem na necessidade da U.E. desenvolver esta actividade nas áreas das Engenharias Industriais, bem como na Agricultura e Pescas e Empresas e Administração. Esta área, a par da Geografia, Arquitectura e Ambiente e Saúde e Bem-estar, constituem as prioridades para as outras entidades. Os docentes da U.E., por seu turno, assinalam como pertinentes todas as áreas referidas pelos outros dois grupos inquiridos.

A análise de frequências obtidas com as respostas às questões que procuravam avaliar quais as áreas do saber que as empresas consideravam mais pertinentes para serem desenvolvidas pela U.E. revelou que, do seu ponto de vista, a informática e as engenharias

industriais são as prioridades, quer seja no ensino, na investigação ou na extensão. A Saúde e o Bem-estar, no domínio do ensino, e a Agricultura e Pescas e Empresas e Administração, no âmbito da investigação e da extensão, são as outras áreas mais referidas como pertinentes do ponto de vista do Alentejo.

As áreas científicas mais referidas pelas outras entidades como prioritárias para as instituições e para o Alentejo são, em termos globais, a Informática e Computação e Empresas e Administração. As referências à área da Saúde e Bem-estar identificam uma prioridade em termos regionais, enquanto que a área da Geografia, Arquitectura e Ambiente traduz uma prioridade em termos de entidade respondente.

No que respeita às áreas de saber que devem vir a ser privilegiadas do ponto de vista do interesse estratégico da U.E. ou do Alentejo, podemos afirmar que os docentes desta instituição consideram, de modo geral, que existe convergência de interesses, na medida em que identificam as mesmas áreas do saber para os diversos níveis de actuação, quer se trate da região ou da U.E. As áreas mais frequentemente referidas são a Saúde e Bem-estar, Informática e Computação, Agricultura e Pescas e Geografia, Arquitectura e Ambiente.

No domínio da formação apenas uma empresa afirmou ter tirado partido de acções promovidas pela U.E. Assim, avaliemos os motivos pelos quais os funcionários/colaboradores das empresas nunca frequentaram acções de formação na U.E. Os motivos mais frequentemente referidos são o *desconhecimento do tipo de acções de formação que existem nas instituições de ensino superior do Alentejo* (34,4%) e o *facto de não terem tido necessidade disso* (25%). A maioria das empresas (56%) gostaria que esta instituição desenvolvesse mais acções de formação, sendo que estas poderão ser *seminários específicos, formações breves e específicas* (56,3%), *curso de pós-graduação* (25%) e *curso de mestrado em parceria com empresas* (28,1%).

Os funcionários/colaboradores das entidades que responderam ao inquérito frequentam ou já frequentaram (em 49,1% dos casos) acções de formação realizadas na U.E. Essa participação aconteceu recentemente: há mais de um ano (em 22,6% dos casos), há mais de 6 meses (em 6,5% dos casos) e há menos de 6 meses (em 12,9% dos casos). As acções de formação tiveram lugar, fundamentalmente, nas áreas da Administração geral (21%), Finanças (21%) e em segmentos diversos (24,2%) não especificados. Os cursos de Mestrado (22,6%), de Pós-Graduação (17,7%) e as Acções de curta duração financiadas pela União Europeia – PROFAP (17,7%) são as tipologias de formação mais frequentadas. Os cursos de

Mestrado são, predominantemente, classificados<sup>135</sup> como *razoáveis* (classificação 3), enquan-  
to as acções de curta duração financiadas pela União Europeia, os cursos breves e os cursos de pós-graduação são considerados *bons* (classificação 4) pelos respondentes. É notório o interesse das instituições (86,3%) em que a U.E. promova mais acções de formação, ainda que não indiquem expressamente que tipo de acção será mais pertinente do ponto de vista das respectivas entidades.

#### 4.3.5. Ligação à Região

##### 4.3.5.1. Análise de diversos contributos da U.E. para a região

Na análise da ligação da Universidade à região procurámos perceber como é que os diversos inquiridos avaliam o contributo da instituição, para a cidade e para a região, nas suas diversas áreas de actuação.

Quadro 4.3.5.1.1. **Apreciação do desempenho da Universidade de Évora**

ÁREAS	CONTRIBUTO						
	OUTRAS ENTID.	ÉVORA			ALENTEJO		
		DOCENTES U.E.	DIPLOMADOS U.E.	EMPRESAS	OUTRAS ENTID.	DOCENTES U.E.	DIPLOMADOS U.E.
Ensino	8,1	7,9	8,6	6,86	7,3	6,9	8,1
Investigação	7,1	6,7	7,9	7,43	6,8	6,2	7,5
Extensão	6,6	5,8	7,4	5,94	6,4	5,6	7,1
Formação	6,7	6,0	8,1	6,96	6,3	5,8	7,7

Fonte: Elaboração própria.

As classificações reflectem os valores médios das respostas.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Independentemente da área em apreciação, as empresas respondentes consideram o contributo da U.E. para o Alentejo médio/médio alto (quadro 4.3.5.1.1). Em todos os parâmetros analisados verifica-se, no entanto, que o entendimento dos respondentes é de que a U.E. deve empenhar-se, de forma muito significativa, em todos eles. O facto de a variável *Empenhamento* ter, em todos os casos, valores médios mais altos que a variável *Contributo* revela a necessidade que as empresas sentem que a U.E. reforce os seus

<sup>135</sup> Propunha-se aos respondentes que usassem uma escala de classificação entre 0 e 5.

desempenhos, em ligação com as empresas, aos diversos níveis da sua actuação (quadro 4.3.5.1.2).

A avaliação que as outras entidades fazem do contributo da U.E. para Évora e para o Alentejo é muito positivo, com valores médios compreendidos entre 6 e 8. Este contributo é mais elevado na área do ensino e em Évora. Por outro lado, os respondentes consideram também que esta instituição de ensino deve empenhar-se fortemente em todas as áreas avaliadas, ainda que de forma mais intensa no ensino e na investigação.

Os docentes desta instituição, por seu turno, consideram que o contributo da instituição, nas suas diversas áreas de intervenção, é positivo, oscilando entre 5,8 e 8. O contributo mais significativo decorre do desempenho das actividades de ensino. Em qualquer dos domínios considerados, verifica-se que o desempenho da instituição é mais significativo em Évora que no Alentejo. Relativamente ao nível de empenhamento que a instituição deve ter em cada uma das suas áreas de intervenção, verificamos que os docentes da U.E. privilegiam os domínios do ensino e da investigação como sendo os que devem merecer mais atenção.

#### Quadro 4.3.5.1.2. **Apreciação do empenhamento da Universidade de Évora**

ÁREAS	EMPENHAMENTO			
	EMPRESAS	OUTRAS ENTIDADES	DOCENTES U.E.	DIPLOMADOS U.E.
Ensino	8,61	9,2	8,7	9,2
Investigação	8,77	8,9	8,6	9,2
Extensão	7,17	8,3	7,3	8,5
Formação	8,21	8,4	7,4	9,1

Fonte: Elaboração própria.

As classificações reflectem os valores médios das respostas.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Os diplomados por esta instituição consideram que o contributo para o desenvolvimento da cidade e da região, nos diversos domínios de actuação deste estabelecimento de ensino, é elevado, atribuindo-lhe valores compreendidos entre 7 e 8. De um modo geral, este contributo é classificado de forma mais elevada ao nível do ensino e da formação, área que presumivelmente conhecem melhor; regista-se também que os valores apresentados por Évora são sempre superiores aos verificados pelo Alentejo. Apesar da classificação positiva atribuída ao desempenho da instituição, os seus diplomados consideram que o seu empenhamento, aos diversos níveis considerados, deve ser muito elevado, atribuindo-lhe valores médios entre 8,5 e 9.

Assim, podemos afirmar que o ensino e a investigação são as áreas de actuação da U.E. avaliadas como as que mais contribuem para o desenvolvimento económico e social dos territórios analisados, na medida em que apresenta os valores médios mais elevados; a influência da instituição é mais intensa em Évora que no Alentejo<sup>136</sup>; os diplomados pela U.E. são o grupo que atribui classificações mais elevadas ao desempenho da instituição. O ensino e a investigação (com valores médios de 8,9), por seu turno, são os sectores onde a instituição mais deve apostar.

A comparação das médias nos grupos de respondentes Outras entidades e Docentes da U.E. relativamente a estas variáveis<sup>137</sup> de *Avaliação da importância da U.E. para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora e do Alentejo através das funções ensino, investigação, extensão e formação* (quadro A.4.3.1.) revela que apenas não podemos aceitar a hipótese nula da igualdade das variâncias para as variáveis *Extensão* (Évora) e *Formação* (Alentejo), pelo que devemos, para todas as outras avaliar os resultados da estatística T, que nos apresenta sempre resultados significativos. Assim, concluímos que, estatisticamente, não podemos rejeitar a hipótese nula destes dois grupos de respondentes considerarem igualmente o contributo da U.E. para cada uma das áreas ensino, investigação e formação, em Évora, bem como o contributo para as áreas do ensino, investigação e extensão no Alentejo.

Relativamente às variáveis<sup>138</sup> que visam analisar o grau de empenhamento da U.E. em cada uma das áreas de actuação analisadas anteriormente (quadro A.4.3.2), verificamos que o teste F apenas nos permite aceitar a hipótese nula da igualdade das variâncias para o caso da variável *Ensino*, pelo que analisaremos a estatística T neste domínio. Relativamente a esta não podemos rejeitar a hipótese nula, pelo que somos levados a concluir que ambos os grupos de respondentes consideram, de igual forma, o empenhamento que a U.E. deverá ter em termos do desempenho da sua função ensino.

Quando analisado o contributo desta instituição de ensino superior para o desenvolvimento económico e social quer da localidade onde a empresa tem a sua sede, quer do Alentejo, a apreciação continua a manter-se média/média alta (quadro 4.3.5.1.3), sendo, no entanto, sempre mais elevada no Alentejo que na localidade sede da empresa.

A análise da avaliação que as outras entidades fazem do contributo da U.E. para diversos aspectos relacionados com o desenvolvimento da região permite-nos concluir que é muito

---

<sup>136</sup> O ensino e a investigação apresentam valores médios, em Évora, de respectivamente 8,2 e 7,3 e no Alentejo de, respectivamente 7,3 e 7,0.

<sup>137</sup> Estas variáveis são obtidas a partir das perguntas 1 dos grupos Ligação à região dos questionários aplicados às Outras entidades e aos diplomados pela U.E.

<sup>138</sup> Estas variáveis são obtidas a partir das perguntas 2 dos grupos Ligação à região dos questionários aplicados às Outras entidades e aos diplomados pela U.E.

semelhante a percepção do impacto da instituição quando considerada a região como um todo ou quando apenas se avalia o contributo para a localidade onde a instituição está instalada. De um modo geral, este contributo é considerado médio/médio alto, oscilando entre valores médios de 6 e 7. No entanto, o parâmetro que obtém uma classificação globalmente ligeiramente mais elevada, em ambos os territórios considerados, é o que avalia o contributo da instituição para o desenvolvimento técnico-científico, reflectindo também assim a percepção de que a principal contribuição desta instituição para a região decorre do seu desempenho ao nível do ensino e da investigação.

Os docentes classificam positivamente e de forma muito semelhante, medianamente elevada, a influência da instituição sobre os diversos domínios apresentados. Também sob esta perspectiva verificamos que os contributos registados em Évora são superiores aos verificados no Alentejo como um todo.

#### Quadro 4.3.5.1.3. **Apreciação do contributo para o desenvolvimento económico e social**

DOMÍNIOS	LOCALIDADE/ÉVORA				ALENTEJO			
	EMPRESAS	OUTRAS ENTIDADES	DOCENTES U.E.	DIPLOMADOS U.E.	EMPRESAS	OUTRAS ENTIDADES	DOCENTES U.E.	DIPLOMADOS U.E.
Económico	6,64	6,8	7,5	8,4	6,91	6,6	5,6	6,9
Demográfico	6,55	6,6	7,6	8,4	6,59	5,9	4,9	6,9
Sócio-Cultural	6,64	6,9	7,9	8,5	7,14	6,5	5,9	7,2
Técnico-Científico	6,50	7,1	7,3	8,4	7,27	7,0	6,1	7,4

Fonte: Elaboração própria.

As classificações reflectem os valores médios das respostas.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Por localidade, entende-se o concelho onde a empresa/entidade está instalada.

Em todos os domínios considerados, os diplomados afirmam que a U.E. apresenta um desempenho elevado, sendo mais significativo em Évora que no Alentejo. Este grupo de respondentes é, inclusive, o que atribui uma classificação média mais elevada à instituição.

De um modo geral, registam-se classificações mais elevadas na apreciação que os respondentes fazem acerca dos contributos registados em Évora ou nas localidades onde as instituições estão instaladas (entre 7,3 e 7,5 por comparação com o Alentejo cujos valores médios oscilam entre 6,1 e 6,9). É bastante semelhante a avaliação do contributo da U.E. nos vários sectores abordados (económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico); podemos mesmo concluir que o que diferencia a apreciação do contributo da U.E. para o desenvolvimento económico e social é o grupo respondente, sendo que em cada um deles se verifica uma sintonia de posições para os diversos domínios. As empresas classificam o

contributo da U.E. com valores médios mais baixos (em torno dos 6,5, no caso de Évora ou da respectiva localidade) enquanto os diplomados valorizam mais o desempenho da instituição (valores médios de cerca de 8,4).

Em termos de avaliação por domínio de impactes, no caso de Évora destaca-se ligeiramente o contributo da U.E. para o desenvolvimento sócio-cultural (valor médio de 7,5) enquanto que no caso do Alentejo o principal benefício decorre em termos técnico-científicos (valor médio de 6,9). Por outro lado, constatamos uma maior homogeneidade na classificação atribuída aos restantes domínios de influência, no caso de Évora (valor médio de 7,3 em todos eles) ao passo que, no Alentejo, as classificações variam entre os valores médios de 6,1 no domínio demográfico e 6,9 no âmbito técnico-científico.

A análise das estatísticas, com vista a determinar a igualdade das médias, dos grupos em estudo, no caso das variáveis<sup>139</sup> que procuram avaliar o contributo da U.E. para o desenvolvimento económico e social das localidades onde as entidades estão instaladas, em diversos domínios propostos (quadro A.4.3.3), permite-nos concluir, a partir do teste F, que apenas não nos é possível rejeitar a hipótese nula no caso da variável domínio *Técnico-Científico* em *Localidade/Évora*, o que é corroborado com a aceitação da estatística T, ou seja, apenas nesta variável existe sintonia de posições nos grupos respondentes.

No caso das variáveis de análise do contributo da instituição para o desenvolvimento do Alentejo, apesar de a estatística F ser significativa em todos os casos estudados, os resultados do teste T apenas nos permitem confirmar a hipótese nula da igualdade das médias nos dois grupos de respondentes para a variável domínio *Sócio-Cultural*.

Vejamos, de forma mais pormenorizada, como é que os vários grupos de respondentes avaliam o contributo da U.E. em diversos domínios do desenvolvimento sócio-económico e sócio-cultural de Évora e do Alentejo<sup>140</sup> (quadros 4.3.5.1.4 a 4.3.5.1.9). Em ambos os domínios o grupo *Outras entidades* considera que o desempenho da U.E. é mediano, oscilando entre os valores médios de 4 e 6.

Em termos sócio-económicos (quadro 4.3.5.1.4) podemos concluir que estas instituições consideram que o contributo da U.E. para o concelho de Évora, bem como para o Alentejo, se faz sentir ao nível do mercado de emprego e da melhoria da qualificação da população da região, ainda que valorizem mais o contributo em Évora. As outras áreas identificadas

<sup>139</sup> Estas variáveis são obtidas a partir da pergunta 3 do grupo *Ligação à região*, do questionário aplicado aos diplomados pela U.E. e das perguntas 3 e 4 do grupo *Ligação à região*, do questionário aplicado às *Outras entidades*.

<sup>140</sup> Nos quadros 4.3.5.1.7 a 4.3.5.1.12 identificam-se apenas as áreas que foram avaliadas pelas diversas entidades com valores médios superiores a 5. Os valores de frequência indicam a proporção total de respondentes em cada item.



como sendo aquelas onde o contributo da U.E. é positivo são a Sociedade da informação e a Definição de uma visão estratégica para a região.

**Quadro 4.3.5.1.4: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-económico (Outras entidades)**

ÁREAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	MÉDIA	FREQUÊNCIA	MÉDIA	FREQUÊNCIA
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego	6,0	69,4%	5,3	69,4%
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região	6,8	75,8%	6,1	75,8%
Contribuição para a Sociedade da Informação	5,3	56,5%	4,8	56,5%
Definição de uma visão estratégica para a região	5,1	59,7%	4,9	62,9%

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

**Quadro 4.3.5.1.5: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-cultural (Outras entidades)**

ÁREAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	MÉDIA	FREQUÊNCIA	MÉDIA	FREQUÊNCIA
"Fornecimento" de líderes para a sociedade civil	5,4	64,5%	4,9	62,9%
Transmissão de saber imparcial às organizações regionais	5,7	54,8%	5,3	54,8%
Realização de actividades artísticas e culturais	5,9	71,0%	4,5	67,7%
"Fornecimento" de público para as actividades artísticas e culturais	6,5	62,9%	4,8	59,7%
Oferta de equipamentos culturais e desportivos	5,5	56,5%	4,1	50,0%
Promoção da região	6,8	75,8%	5,8	75,8%

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

No domínio sócio-cultural as áreas de actuação da U.E. que merecem melhor apreciação por parte destes respondentes (quadro 4.3.5.1.5) são o contributo para a promoção da região bem como para as actividades culturais e desportivas. Para além destas áreas, as instituições ainda consideram positiva a capacidade da U.E. para transmitir saber imparcial às organizações regionais bem como para disponibilizar líderes para a sociedade civil, o que se reflecte na existência de inúmeros membros desta instituição de ensino com participação em diversas entidades, dos mais variados segmentos de actividade cultural, desportiva ou outra, de carácter lucrativo ou solidário.

Os agentes culturais consideram que a U.E. está a contribuir *razoavelmente* para a vitalidade cultural de Évora (69% dos casos) e do Alentejo (68% dos casos). A partir da análise das frequências da variável que procurava medir a utilização dos equipamentos da instituição de ensino de que os agentes culturais já puderam tirar partido, concluímos que entre os mais utilizados estão a biblioteca, livraria, edifícios históricos, salas de concerto, salas de exposição, salas de conferências. As instituições culturais consideram que a U.E. tem um papel medianamente positivo (valor médio de 6,3) no debate público e na formação da opinião pública local, no caso de Évora, embora considerem este efeito negativo (valor médio de 4,8) no caso do Alentejo.

Do ponto de vista dos docentes, o papel da instituição para o desenvolvimento sócio-económico de Évora e do Alentejo é ligeiramente positivo, oscilando em torno do valor médio 5, de forma mais intensa na cidade de Évora (quadro 4.3.5.1.6). De entre as áreas mais referidas como beneficiando do desempenho e da presença da U.E. destaca-se a contribuição para a melhoria do nível de qualificação e de formação da região.

A apreciação do contributo da U.E. para o desenvolvimento sócio-cultural revela um papel da instituição medianamente positivo, também neste caso mais elevado em Évora que no Alentejo, destacando-se a influência ao nível da realização de actividades artísticas e culturais e a disponibilização de público para as mesmas, bem como através da realização de iniciativas para atrair a comunidade à Universidade e da promoção da região (quadro 4.3.5.1.7).

**Quadro 4.3.5.1.6: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-económico (Docentes da U.E.)**

ÁREAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	MÉDIA	FREQUÊNCIA	MÉDIA	FREQUÊNCIA
Recrutamento de estudantes no exterior da região e inserção nas empresas locais	5,5	70,9%	4,9	65,5%
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego	5,9	76,4%	5,0	76,4%
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região	6,6	80,0%	5,9	76,4%
Contribuição para a Sociedade da Informação	5,6	60,0%	4,6	61,8%
Definição de uma visão estratégica para a região	5,2	63,6%	4,8	67,3%

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Em termos do contributo da U.E. para a vitalidade cultural da cidade e da região, os docentes consideram que a instituição desempenha *razoavelmente* este papel em Évora (52,9%) e no Alentejo (68%). No caso da cidade de Évora, os respondentes (45,1%) afirmam

mesmo que o contributo da U.E. neste domínio é *bastante bom*. Por outro lado, consideram que a instituição se posiciona de forma *razoável* enquanto instituição fundamental no debate público e na formação da opinião pública local, ainda que de forma mais intensa em Évora (valor médio de 6,3) que no Alentejo (valor médio de 4,9).

**Quadro 4.3.5.1.7: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-cultural (Docentes da U.E.)**

ÁREAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	MÉDIA	FREQUÊNCIA	MÉDIA	FREQUÊNCIA
"Fornecimento" de líderes para a sociedade civil	5,4	70,9%	4,7	67,3%
Realização de actividades artísticas e culturais	6,6	89,1%	4,9	83,6%
"Fornecimento" de público para as actividades artísticas e culturais	6,8	80,0%	4,9	74,5%
Oferta de equipamentos culturais e desportivos	5,4	78,2%	3,9	63,6%
Iniciativas para atrair a comunidade à Universidade	5,1	83,6%	4,1	72,7%
Promoção da região	6,5	76,4%	5,6	70,9%

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

**Quadro 4.3.5.1.8: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-económico (Diplomados pela U.E.)**

ÁREAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	MÉDIA	FREQUÊNCIA	MÉDIA	FREQUÊNCIA
Recrutamento de estudantes no exterior da região e inserção nas empresas locais	6,2	59,2%	5,8	58,3%
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego	6,6	68,4%	6,1	67,4%
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região	7,3	71,2%	6,8	69,8%
Contribuição para a Sociedade da Informação	6,4	52,7%	5,9	51,3%
Definição de uma visão estratégica para a região	6,4	55,1%	5,8	54,1%

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Do ponto de vista dos diplomados (quadro 4.3.5.1.8), as áreas mais referidas e com valores médios mais elevados estão relacionadas com a contribuição para a melhoria do capital humano da cidade e da região, contributo que decorre directamente da função tradicionalmente identificada com a Universidade: o ensino. Por outro lado, são também muito frequentemente assinalados, com valores médios acima da média, os contributos para a Sociedade da Informação bem como para a Definição de uma visão estratégica para a região. Em qualquer dos domínios referidos, os respondentes consideram sempre que a

influência desta instituição é mais significativa na cidade de Évora que no Alentejo, no seu todo.

No domínio da análise do contributo para o desenvolvimento sócio-cultural (quadro 4.3.5.1.9), os diplomados pela U.E. destacam o papel da instituição enquanto entidade transmissora de saber imparcial às organizações, por via das suas competências científicas e técnicas, bem como o contributo para as actividades artísticas e culturais, nas suas diversas vertentes, e a promoção da região.

**Quadro 4.3.5.1.9: Contributo da Universidade de Évora para o desenvolvimento sócio-cultural (Diplomados pela U.E.)**

ÁREAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	MÉDIA	FREQUÊNCIA	MÉDIA	FREQUÊNCIA
Transmissão de saber imparcial às organizações regionais	6,1	50,5%	5,7	49,6%
Realização de actividades artísticas e culturais	6,8	65,8%	5,8	62,7%
“Fornecimento” de público para as actividades artísticas e culturais	7,1	66,3%	5,9	63,2%
Iniciativas para atrair a comunidade à Universidade	6,1	58,4%	5,3	55,1%
Promoção da região	7,5	70,5%	6,9	67,2%

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Os diplomados pela U.E. consideram ainda que a instituição contribui razoavelmente para a vitalidade cultural da cidade de Évora (49,5%) e da região (66,7%), sendo também significativa a percentagem dos que afirmam este contributo bastante bom (46% em Évora e 18,9% no Alentejo). Por outro lado, é também indiscutível que a U.E. se posiciona como uma instituição fundamental no debate público e na formação da opinião pública local em Évora (7,1), sendo este contributo considerado menos expressivo no Alentejo (5,9).

Todos os respondentes que se pronunciaram sobre as áreas através das quais a U.E. contribui para o desenvolvimento sócio-económico de Évora e do Alentejo foram unânimes em referir com mais intensidade a contribuição para o mercado regional de emprego bem como para a melhoria da qualificação da população activa, a par do papel para a sociedade da informação e para a definição de uma visão estratégica para a região. Em termos sócio-culturais, os inquiridos são também consensuais em referir o papel da instituição nas actividades culturais e desportivas bem como ao nível da promoção da região.

A avaliação da igualdade das médias, nos grupos em estudo, para as variáveis<sup>141</sup> de análise de diversos aspectos do contributo para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora (quadro A.4.3.4) permite-nos concluir que, em todas as variáveis para as quais não podemos rejeitar a hipótese nula da estatística F (exceptuam-se as variáveis *Contributo para a retenção do investimento externo* e *Contribuição para a Sociedade da Informação*), temos também de aceitar a hipótese nula do teste T, pelo que inferimos que em todos os restantes domínios os grupos em estudo fazem leituras semelhantes acerca do contributo da U.E.. No caso da análise respeitar o contributo, nos diversos aspectos considerados, para o Alentejo (quadro A.4.3.5), a estatística F recomenda a rejeição das variáveis *Contributo para a retenção de investimento externo* e *Estímulo à iniciativa empresarial (empreendedorismo)*, sendo que em todas as outras não podemos rejeitar a hipótese nula da estatística T, pelo que os grupos em análise consideram de modo semelhante o contributo da U.E. para o Alentejo.

No caso da verificação da igualdade das médias para as variáveis<sup>142</sup> de avaliação do contributo da U.E. em diversos aspectos do desenvolvimento sócio-cultural da cidade de Évora (quadro A.4.3.6) podemos concluir, a partir da estatística F, que a variável *Promoção da região* não cumpre os requisitos necessários de modo a que possa ser aceite a hipótese nula subjacente a este teste. Da análise da estatística T, em todas as restantes variáveis, concluímos que não podemos rejeitar a hipótese da igualdade das médias nos grupos considerados, ou seja, quer os docentes da U.E. quer as outras entidades classificam de forma idêntica o contributo da U.E., em termos sócio-culturais, na generalidade das áreas avaliadas, para a cidade de Évora. Já no que respeita ao contributo da instituição, nos mesmos domínios, para o Alentejo (quadro A.4.3.7), não podemos, em nenhuma das hipóteses apresentadas, rejeitar a hipótese nula da igualdade das médias, na medida em que as estatísticas F e T são sempre significativas.

#### **4.3.5.2. Aproximação entre o ensino superior e a região**

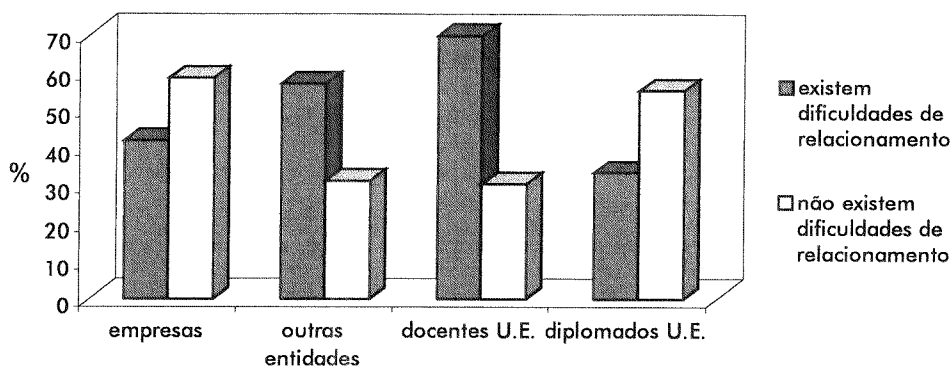
Os respondentes deste conjunto de questionários não são unânimes na avaliação que fazem relativamente à existência de dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio envolvente. Enquanto as empresas e os diplomados pela instituição consideram maioritariamente, que estas dificuldades não existem, já as outras entidades inquiridas e os docentes da U.E. afirmam que tal se verifica (gráfico 4.3.5.2.1). A análise estatística

<sup>141</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, a partir das perguntas 4 e 5 dos grupos Ligação à região, dos questionários aplicados aos diplomados pela U.E. e às Outras entidades.

<sup>142</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, a partir das perguntas 5 e 6 dos grupos Ligação à região, dos questionários aplicados aos diplomados pela U.E. e às Outras entidades.

resultante do cruzamento das variáveis<sup>143</sup> *Entidade com Avaliação das dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio* permite-nos concluir que estas não são independentes (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ), ainda que a associação entre ambas não seja significativa (V de Cramer = 0,131), ou seja, a percepção da existência de dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio não é independente do grupo em que os respondentes se inserem.

Gráfico 4.3.5.2.1: **Avaliação das dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio**



Fonte: Elaboração própria.

A maioria das empresas (58,3%) considera que não existem dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio envolvente. Os motivos que na opinião das restantes empresas mais entravam o relacionamento desta instituição de ensino superior com o território que a acolhe, uma vez que foram os factores que obtiveram pontuações médias mais elevadas<sup>144</sup>, são *Problemas inerentes à região* e *Falta de tradição* (com uma avaliação de 7,2) bem como *Falta de informação do meio acerca da U.E.* (6,56) e *Fraca motivação dos parceiros existentes* (6,29).

As outras entidades consideram que a U.E., no seu relacionamento com o meio envolvente, é um parceiro medianamente activo (atribuindo-lhe uma avaliação média de 6,8 no caso de Évora e 5,3 no caso do Alentejo)<sup>145</sup>, ainda que maioritariamente (56,9%) afirmem que existem dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio. Estas dificuldades ficam a dever-se, fundamentalmente, à *Falta de tradição*, à *Falta de informação do meio acerca da U.E.*, à *Fraca motivação dos parceiros existentes* e da *U.E.*

<sup>143</sup> A variável Avaliação das dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio é obtida, respectivamente, a partir das perguntas 5,7 e 8 do grupo Ligação à região, dos questionários aplicados às empresas, aos diplomados, aos docentes da U.E. e às outras entidades.

<sup>144</sup> Avaliação feita de acordo com uma escala de 0 a 10.

<sup>145</sup> Avaliação feita de acordo com uma escala de 0 a 10.

Os docentes da U.E. consideram que a instituição se posiciona como um parceiro medianamente activo na sua relação com o meio envolvente, sendo essa relação também mais significativa em Évora (valor médio de 6,9) relativamente ao Alentejo (valor médio de 5,8). No entanto, os respondentes (69,6%) afirmam que existem dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio, as quais decorrem da *Falta de informação do meio acerca da U.E.*, da *Fraca motivação dos parceiros existentes* bem como dos *Problemas inerentes a uma região rural e envelhecida*.

Os diplomados pela U.E. consideram que a instituição, no seu relacionamento com o meio que a rodeia, é um parceiro razoavelmente activo, classificando a sua postura na cidade de Évora de forma mais intensa (7,6) que no Alentejo (6,5). Quando inquiridos relativamente à existência de dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio os respondentes dividem-se, de forma muito semelhante, entre os que pensam que existem dificuldades (33,3%) e os que pensam o contrário (35,1%).

Os que consideram que existem dificuldades de relacionamento atribuem-nas, fundamentalmente, à *Falta de informação do meio acerca da U.E.* (7,0), à *Fraca motivação dos parceiros* (7,3), à *Fraca motivação da U.E.* (6,1) bem como a *Problemas inerentes a uma região rural e envelhecida* (6,5).

A avaliação das estatísticas, com vista a determinar a existência de sintonia de posicionamento entre os grupos inquiridos no que toca à identificação das causas que justificam as dificuldades de relacionamento da U.E. com o meio<sup>146</sup> (quadro A.4.3.8), leva-nos a concluir que apenas nos casos das variáveis *Existência de experiências não concretizadas ou falhadas no passado* e *Falta de tradição* se recomenda a rejeição da hipótese nula subjacente ao teste T de igualdade das médias dos grupos.

Analisando, de um modo geral, a postura das instituições de ensino superior do Alentejo no que respeita à promoção do empreendedorismo, as empresas (60%) consideram que estas instituições não desempenham cabalmente o seu papel neste domínio, considerando, por outro lado (em 95,2% dos casos), que esta componente de formação é pertinente.

Relativamente às medidas a adoptar para aproximar o ensino superior do tecido empresarial da região (quadro 4.3.5.2.1), as empresas consideraram de forma muito semelhante as diversas hipóteses que lhe foram apresentadas, tendo-as classificado com valores médios altos.

---

<sup>146</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, a partir das perguntas 8 e 9 dos grupos *Ligação à região*, dos questionários aplicados aos diplomados pela U.E. e às *Outras entidades*.

#### Quadro 4.3.5.2.1: Avaliação de diversas medidas para promover a aproximação do ensino superior ao tecido empresarial

MEDIDAS	EMPRESAS		OUTRAS ENTIDADES		DOCENTES U.E.		DIPLOMADOS U.E.	
	FREQ. (%)	MÉDIA	FREQ. (%)	MÉDIA	FREQ. (%)	MÉDIA	FREQ. (%)	MÉDIA
Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso	75	8,2	74,2	7,4	83,6	6,5	88,2	8,8
Professores convidados representativos dos vários sectores de actividade	65,6	7,1	69,4	7,7	80,0	6,0	84,5	8,0
Criação de um Conselho Consultivo com agentes económicos próximos do Departamento/Área Departamental	62,5	6,5	72,6	7,9	81,8	6,3	83,3	7,6
Promoção das actividades desenvolvidas na Universidade	68,8	6,8	79	8,3	83,6	7,8	85,9	8,0
Maior informação sobre os resultados da investigação realizada na U.E.	68,8	7,7	77,4	8,3	83,6	8,3	85,5	8,4

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

As outras entidades inquiridas, bem como os docentes da U.E., consideram que as medidas que mais contribuiriam para a aproximação do ensino superior ao tecido empresarial são a *promoção das actividades desenvolvidas na Universidade*, bem como a *divulgação de mais informação sobre os resultados da investigação realizada na U.E.*, na medida em que são estas as medidas mais vezes referidas e que apresentam valores médios mais altos.

Os diplomados pela U.E. consideram que a instituição tem ainda muitos passos a dar para se aproximar do meio que a rodeia, por via de realizações e actividades diversas, como se conclui quer pela elevada frequência de respostas quer pelo nível elevado dos valores médios atribuídos às diversas medidas propostas para promover uma maior interacção desta instituição com o tecido envolvente.

As estatísticas de verificação da igualdade das médias nos grupos Outras entidades e Docentes da U.E. no caso das variáveis<sup>147</sup> *Formas de aproximar o ensino superior do tecido empresarial e institucional* (quadro A.4.3.9) permitem-nos concluir que apenas para os casos *Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso* e *Promoção das actividades desenvolvidas na Universidade* se recomenda a não rejeição da hipótese nula das estatísticas F e T, pelo que concluímos que só nestes casos os grupos estudados revelam o mesmo posicionamento.

<sup>147</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, a partir das perguntas 9 e 10 dos grupos Ligação à região, dos questionários aplicados aos diplomados pela U.E. e às Outras entidades.



Quando inquiridos relativamente às actividades consideradas como bem e mal desempenhadas pela U.E., particularmente no que respeita à promoção da aproximação com o meio, as outras entidades assinalam frequentemente as mesmas áreas, entre as quais se incluem os ensinos, a formação ou modos diversos de contribuição para envolvimento com a cidade.

No que respeita às actividades consideradas bem desempenhadas pela U.E., estas entidades privilegiam o ensino como sendo a área mais referida com desempenho positivo. A par desta referência encontramos ainda, como notas positivas, a melhoria das condições de ensino e a diversificação do número de cursos. As actividades de investigação e extensão são referidas com menor frequência, e particularmente nos domínios das ciências agrárias e das ciências da natureza e do ambiente.

Em consequência do desempenho ao nível do ensino está a dinamização da inserção dos jovens no mercado de trabalho bem como a contribuição para o aumento do nível de qualificação da população da cidade e da região. Neste domínio ainda se refere frequentemente o contributo para a formação da população activa da cidade.

As referências ao contributo para o desenvolvimento da cidade alargam-se aos domínios económico, cultural e demográfico bem como ao papel na recuperação do património e na construção do conceito de cidade universitária. O contributo da U.E. para a cidade passa também pela disponibilização de espaços da academia, de forma a serem utilizados por diversas instituições da cidade.

Os respondentes consideram ainda que a U.E. contribui para a melhoria da imagem da região, em boa medida através das acções de *marketing* desenvolvidas pela instituição universitária com vista à promoção da sua própria imagem.

Entre as actividades que as outras entidades consideram que a U.E., nesta perspectiva, desempenha mal, ou não desempenha, a investigação e a extensão são as mais frequentemente referidas, a par da escassez de dinamismo ao nível do empreendedorismo, da ligação ao meio, nomeadamente às empresas, tal como da investigação nas áreas tecnológicas.

Ao nível do ensino assinalam-se lacunas no domínio da formação graduada nas áreas tecnológicas (engenharias) e tecnologias da informação, bem como no âmbito da formação pós-graduada, quer seja em termos da oferta de cursos de pós-graduação como de mestrado. Ao nível da formação é ainda referida a débil contribuição para a formação ao longo da vida e a realização de cursos breves especializados.

Os respondentes consideram também que a U.E. não exerce de forma eficaz a divulgação das suas actividades, quer sejam ensinamentos disponíveis, resultados de I&D, acções de formação ou outras, tal como não promove a diversificação do seu público-alvo. Muitas entidades referem ainda que a U.E. é uma instituição pouco aberta ao exterior, o que se reflecte na fraca promoção das actividades culturais e desportivas, no facto de a cidade não poder tirar partido dos equipamentos e infra-estruturas da academia e na frágil inserção dos jovens no mercado de trabalho. Os respondentes consideram ainda que os alunos da U.E. têm pouca sensibilidade relativamente ao património da cidade e referem a necessidade dos estudantes melhorarem as suas regras de conduta em termos de relacionamento com os restantes habitantes da cidade, particularmente nas épocas de festas académicas (Recepção ao Caloiro e Queima das Fitas).

No que respeita à análise das tarefas que os docentes da U.E. consideram, neste contexto, que a instituição desempenha de forma eficiente, destacam-se as seguintes:

- ensino, sobretudo o graduado, divulgação dos cursos existentes e formação de docentes de outros graus de ensino;
- investigação aplicada e extensão de âmbito regional;
- colocação de estagiários em empresas e instituições regionais;
- contributo para o desenvolvimento da cidade e da região em termos culturais, artísticos, patrimoniais, económico, social, demográfico, bem como por via da fixação de pessoal qualificado.

Em termos das actividades que a U.E. não desempenha de forma eficiente, as respostas dos docentes desta instituição podem agrupar-se em dois níveis: por um lado, avaliando a ligação com o exterior e, por outro, reflectindo sobre o funcionamento interno da instituição.

No primeiro caso, os respondentes consideram que a U.E. não desempenha cabalmente as seguintes funções:

- abertura ao exterior, classificando como reduzida a colaboração com entidades públicas e privadas, fraca ligação à região por via dos pólos, bem como dificuldade de adaptação à nova realidade europeia, de internacionalização e de mobilidade de docentes e alunos;
- exiguidade em termos de realização de actividades desportivas e culturais;
- apoio aos ensinamentos na área das engenharias industriais, formação (à distância, ao longo da vida, contínua), cursos livres e formação pós-graduada;
- promoção institucional no exterior;

- apoio aos alunos, nomeadamente em termos de alojamento e ao nível sócio-económico;
- consultoria, extensão, investigação e divulgação científica, nomeadamente dos resultados dos projectos de investigação desenvolvidos, bem como transferência de informação e tecnologia.

No que respeita ao funcionamento da instituição os docentes identificam como lacunas:

- a falta de definição da estratégia institucional para o futuro;
- a necessidade de reestruturação curricular dos ensinos, com vista à sua adaptação às necessidades actuais do país e da região, por via de uma melhor articulação dos ensinos dos vários departamentos;
- a necessidade de reforço das Áreas Departamentais em termos de autonomia científica e pedagógica, bem como o reforço dos meios informáticos e da biblioteca.

#### 4.3.5.3. Influência da U.E. na fixação de agentes económicos

As empresas inquiridas consideram que a U.E. contribui medianamente para fixar empresas e outras entidades em Évora e no Alentejo (quadro 4.3.5.3.1), na medida em que *Disponibiliza mão-de-obra qualificada*, *Realiza investigação útil* e *Disponibiliza formação adequada* (quadro 4.3.5.3.2). Os valores médios mais elevados que se registam no caso de Évora demonstram a convicção das empresas de que os efeitos da U.E. se fazem sentir de forma ligeiramente mais acentuada nesta cidade.

Quadro 4.3.5.3.1: **Contributo da U.E. para a fixação de Empresas e Outras Entidades**

ENTIDADES		ÉVORA		ALENTEJO	
		EMPRESAS	OUTRAS ENTIDADES	EMPRESAS	OUTRAS ENTIDADES
Empresas	Frequência (%)	62,5	43,8	62,5	53,1
	Média	5,2	5,5	4,7	4,3
Outras entidades	Frequência (%)	75,8	62,9	72,6	59,7
	Média	5,9	5,7	4,3	4,2
Docentes U.E.	Frequência (%)	87,3	78,2	83,6	76,4
	Média	5,1	5,2	3,9	3,9
Diplomados U.E.	Frequência (%)	85,6	81,3	84,1	80,2
	Média	6,2	6,1	5,2	5,1

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

As outras entidades que responderam a este inquérito consideram de forma positiva e mediana o contributo da U.E. para a fixação de empresas e outras entidades em Évora, enquanto para o Alentejo, estas instituições classificam de forma negativa, com valores médios abaixo de 5, o contributo da U.E. (quadro 4.3.5.3.1). No que respeita aos motivos pelos quais as instituições consideram positivo o desempenho da U.E., o mais referido, e classificado com um valor médio mais elevado, é a disponibilização de mão-de-obra qualificada (quadro 4.3.5.3.3).

**Quadro 4.3.5.3.2: Razões pelas quais a U.E. contribui para fixar Empresas e Outras entidades em Évora e no Alentejo, do ponto de vista das empresas**

MEDIDAS	ÉVORA		ALENTEJO	
	FREQ.	MÉDIA	FREQ.	MÉDIA
Disponibiliza mão-de-obra qualificada	53%	7,4	50%	7,0
Realiza investigação útil	50%	6,1	43,8%	5,4
Presta serviços de extensão fundamentais	37,5%	5,3	34,4%	5,0
Disponibiliza formação adequada	43,8%	5,9	40,6%	5,0

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

Para os docentes, a U.E. contribui de forma pouco expressiva para a fixação de empresas e outras entidades em Évora, enquanto no Alentejo, em função do valor médio obtido, não podemos considerar que a instituição seja influente nesta perspectiva. No entanto, de forma claramente maioritária, os docentes da U.E. afirmam que a instituição contribui para este objectivo, sobretudo por via da disponibilização de mão-de-obra qualificada e de formação adequada.

**Quadro 4.3.5.3.3: Razões pelas quais a U.E. contribui para fixar Empresas e Outras entidades**

MEDIDAS	OUTRAS ENTIDADES		DOCENTES U.E.		DIPLOMADOS U.E.	
	FREQ.	MÉDIA	FREQ.	MÉDIA	FREQ.	MÉDIA
Disponibiliza mão-de-obra qualificada	66,1%	7,4	76,4%	6,9	73,2%	7,5
Realiza investigação útil	59,7%	5,5	72,7%	4,9	68,4%	5,8
Presta serviços de extensão fundamentais	53,2%	5,0	69,1%	4,7	65,9%	5,8
Disponibiliza formação adequada	56,5%	5,7	74,5%	5,3	70,9%	6,7

Fonte: Elaboração própria.

Para estes parâmetros foi proposta uma escala de avaliação entre 0 e 10.

A percepção geral entre os diplomados pela U.E. é de que a instituição contribui, ainda que de forma ligeiramente positiva, para a fixação de novas empresas ou outras entidades, em Évora e no Alentejo. Os motivos mais frequentemente referidos, e com valores médios mais elevados, são os decorrentes das actividades de ensino e formação.

A avaliação estatística do posicionamento dos grupos em estudo relativamente à contribuição da U.E. para a fixação, na cidade de Évora e na região do Alentejo, de novas empresas ou outras entidades<sup>148</sup> (quadro A.4.3.10) revela que não devemos rejeitar a hipótese nula da estatística T (igualdade das médias dos grupos) das variáveis correspondentes ao caso da cidade de Évora, ou seja, ambos os grupos consideram da mesma forma a contribuição da U.E. para a fixação de empresas e outras entidades em Évora.

Na análise estatística dos motivos pelos quais os respondentes avaliam a contribuição da U.E. para fixar novas empresas e outras entidades<sup>149</sup> (quadro 4.3.5.3.11), apenas no caso da variável *Disponibilização de mão-de-obra qualificada* devemos concluir pela não aceitação da hipótese nula do teste T, correspondente à igualdade das médias, pelo que para todas as restantes devemos aceitar que os grupos estudados adoptam a mesma perspectiva.

#### 4.3.6. Notas finais

Os contactos entre as instituições de ensino superior do Alentejo e o meio fazem-se preferencialmente com a U.E. e resultam em relacionamentos duradouros. A principal forma de interacção decorre da inserção de diplomados em estágios ou nos quadros das instituições e empresas da cidade e da região. As áreas científicas das ciências económicas e empresariais, ciências exactas e ciências agrárias são as que contribuem com mais diplomados para as entidades e empresas que responderam aos questionários. Os graduados pela U.E. são considerados, pelos empregadores, como tendo formação adequada às funções que exercem. Apenas cerca de um terço dos diplomados pela U.E. procura emprego em Évora; outros tantos fazem-no no Alentejo, o que nos leva a concluir que a cidade e a região não se revelam atractivas do ponto de vista da fixação destes quadros

---

<sup>148</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, a partir das perguntas 10 e 13 dos grupos Ligação à região, dos questionários aplicados aos diplomados pela U.E. e às Outras entidades.

<sup>149</sup> Estas variáveis são obtidas, respectivamente, a partir das perguntas 11 e 14 dos grupos Ligação à região, dos questionários aplicados aos diplomados pela U.E. e às Outras entidades.

superiores. As actividades relacionadas com o ensino e os serviços são as que mais contribuem para a inserção profissional dos alunos da U.E.

Os docentes da instituição, por seu turno, consideram que as formações oferecidas, de tipo graduado ou pós-graduado, se adequam de forma satisfatória às necessidades dos mercados de trabalho regional e nacional, pelo que afirmam que o desempenho dos respectivos departamentos contribui para a melhoria da qualificação dos activos que integram o mercado de trabalho local. Relativamente às características fundamentais das restantes actividades desempenhadas pela U.E., nomeadamente, a investigação e a extensão, ressaltam como características fundamentais o facto de a investigação desenvolvida ser predominantemente de carácter aplicado sobre questões de âmbito nacional e internacional, decorrendo das preocupações e dos interesses dos investigadores tal como da possibilidade de obter financiamentos para a sua prossecução. Estas características fazem com que esta actividade não reflecta o contexto regional em que a instituição se insere. O Alentejo teria muito a ganhar se os docentes e investigadores da U.E. aplicassem o método científico da investigação na abordagem de problemas regionais. Estes trabalhos fazem-se em equipa, com membros do mesmo departamento ou de outras instituições nacionais ou regionais, sendo os seus resultados divulgados predominantemente em conferências em Portugal ou noutras sessões de divulgação. Os trabalhos de extensão, por seu turno, decorrem das necessidades apresentadas por parceiros regionais e fazem-se em equipa com membros do mesmo departamento.

As instituições regionais, apesar de afirmarem conhecer, de um modo geral e de forma razoável, as várias actividades desenvolvidas na U.E., nomeadamente ensino, investigação, extensão e formação, revelam um maior nível de conhecimento acerca dos ensinamentos ministrados, ainda que nem neste caso se perceba muita capacidade nos respondentes para avaliarem a adequação dos mesmos às necessidades da região ou das próprias instituições. A actividade de formação é, de todas as que foram inquiridas, a área relativamente à qual existem menos contactos, particularmente no caso das empresas.

Todos os inquiridos são unânimes em considerar que a U.E. deve privilegiar a área científica da Informática e Computação para desenvolver os ensinamentos, a investigação ou a extensão. Para além desta área, verificamos também alguma sintonia de posições no que respeita à importância dos estudos na área da Saúde e Bem-estar, domínio particularmente relevante numa região envelhecida como o Alentejo e no actual contexto nacional de falta de profissionais de saúde. As empresas, por seu turno, referem de forma sistemática a necessidade de a U.E. apostar na área científica das engenharias, área onde recrutam muitos dos seus técnicos superiores. As ciências económicas e empresariais, as ciências da vida, a geografia e o ambiente, tal como o tradicional sector da agricultura e pescas são

outros dos domínios que, particularmente os docentes da instituição e as outras entidades afirmam ser fundamentais para o desenvolvimento da região e da própria instituição.

Relativamente à avaliação do contributo da U.E. para o desenvolvimento da cidade e da região, os respondentes atribuem classificações médias razoavelmente elevadas (entre 6 e 8 numa escala de 0 a 10), quer se faça a análise por via do desempenho das diversas funções desenvolvidas (ensino, investigação, extensão e formação) quer por via dos impactes em domínios específicos (económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico), sendo, na generalidade dos casos, a classificação mais elevada em Évora por comparação com o Alentejo, o que denota a percepção, entre os inquiridos, da limitação ao território do concelho dos efeitos da instituição. As funções ensino e investigação, por seu turno, são as que registam classificações mais elevadas, eventualmente devido ao facto de serem estes os domínios identificados tradicionalmente como de actuação das universidades.

Apesar disto, os respondentes avaliam com classificações médias mais altas (entre 7 e 9 numa escala de 0 a 10) o empenhamento que a U.E. deve ter nos seus diversos domínios de actividade, o que nos leva a inferir que consideram que a instituição ainda pode melhorar o seu contributo para a região.

A avaliação, de forma mais pormenorizada, dos sectores onde a influência da U.E. é mais significativa demonstra que ela decorre do contributo:

- i) para a melhoria da qualificação da população activa e para o mercado de trabalho, o que reforça o elo de ligação entre a região e a instituição por via do desempenho da função ensino;
- ii) do papel na sociedade da informação e na definição de uma estratégia para a região, bem como na promoção da região ou na contribuição para as actividades artísticas e culturais, devido à existência de uma programação regular de actividades desta natureza – exposições, concertos, teatro, cinema, entre outros -, das quais podem tirar partidos os membros da U.E. e o público em geral.

A U.E. é considerada pelo inquiridos como um parceiro medianamente activo no relacionamento com o meio, revelando contudo algumas dificuldades decorrentes da falta de informação existente sobre os diversos agentes, da falta de motivação, da falta de tradição no estabelecimento de parcerias ou das características da região. Como meios de promover a aproximação entre o ensino superior e a região os grupos inquiridos são unânimes nas medidas propostas: maior informação e promoção das actividades desenvolvidas, quer seja em termos de ensinos ou de investigação.

Os respondentes consideram ainda que a U.E. contribui de forma mediana para fixar novas empresas ou outras entidades em Évora. Já não pensam de igual forma quando a questão se coloca relativamente ao Alentejo. Com excepção dos diplomados, todos os grupos de inquiridos atribuem classificações negativas ao desempenho da instituição avaliado por esta variável. Esta avaliação leva-nos a concluir que a presença da U.E. não é encarada como potenciadora do efeito de atracção de novas unidades económicas para o Alentejo. A disponibilização de mão-de-obra qualificada é o motivo mais referido como sendo responsável pelo contributo para a fixação de novas unidades económicas.



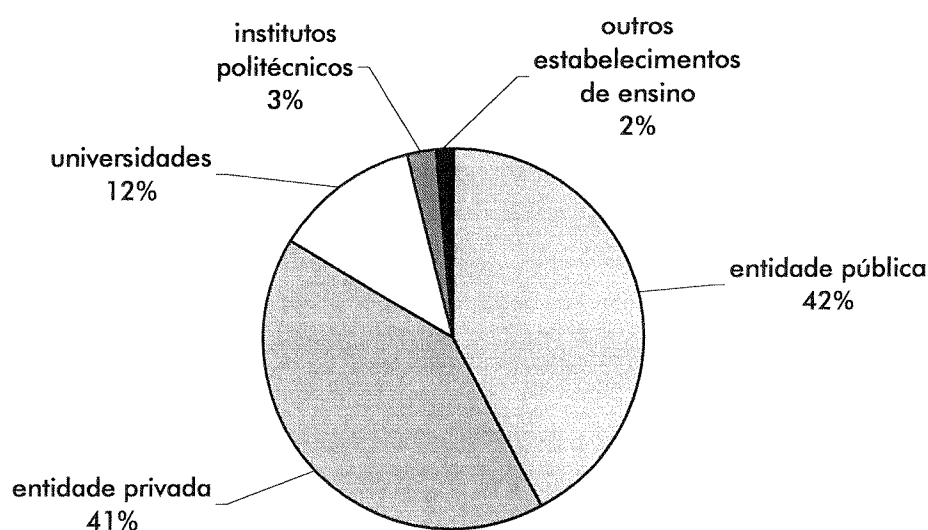
#### 4.4. Análise de conteúdo dos protocolos estabelecidos pela U. E.

##### 4.4.1. Dados globais

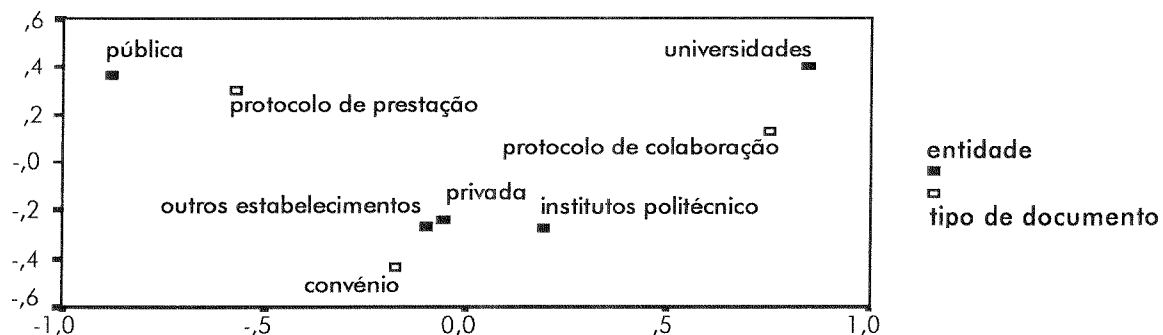
Os protocolos assinados entre a U.E. e as entidades externas são uma das formas da instituição formalizar o seu relacionamento com o meio, pelo que procuraremos conhecer agora as principais características destes documentos.

Começamos por identificar quais são as instituições com quem a U.E. mais se relaciona e onde é que estão localizadas. A U.E. assinou protocolos (gráficos 4.4.1.1 e 4.4.1.4), fundamentalmente, com entidades públicas (42,3%) e privadas (41,3%) de âmbito nacional (61,7%) e regional (29,4%). Quer com as entidades públicas quer com as privadas, o tipo de documentos mais assinados foram os contratos de prestação de serviços. Os Protocolos de colaboração, por seu turno, são fortemente correlacionados com as Universidades enquanto que os Contratos de Prestação de Serviços são correlacionados com as Entidades públicas (gráfico 4.4.1.2).

Gráfico 4.4.1.1: Entidades com quem a U.E. assinou protocolos de colaboração



Fonte: elaboração própria.

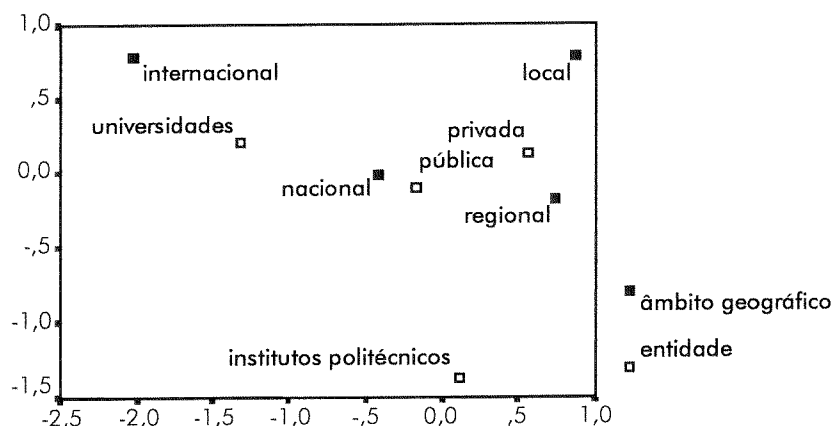
Gráfico 4.4.1.2: **Análise de correspondências entre as variáveis Tipo de documento e Entidade**

Fonte: elaboração própria.

A avaliação da relação entre as variáveis *Tipo de documento* e *Entidade*, através da estatística do  $\chi^2$  permite-nos concluir que existe associação entre elas (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ) ainda que a mesma não seja significativa ( $V$  de Cramer = 0,244), isto é, o tipo de documento assinado para formalizar o relacionamento com da U.E. com o meio está relacionado com a natureza da entidade envolvida.

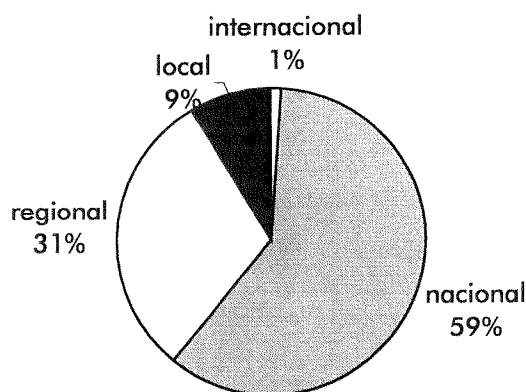
As relações da UE com outras universidades, entidades privadas e públicas são maioritariamente estabelecidas com entidades nacionais e só com menor intensidade com as entidades regionais e locais (gráfico 4.4.1.3). No entanto, os contactos nacionais fazem-se basicamente com entidades públicas e os regionais e locais com entidades privadas. Estas variáveis, do ponto de vista estatístico, não se podem considerar independentes (sig.  $\chi^2 = 0,002$ ) mas a associação entre elas é frágil ( $V$  de Cramer = 0,225), pelo que podemos concluir que o âmbito geográfico está relacionado com a entidade contratante, ainda que tal relação não seja significativa.

Gráfico 4.4.1.3: **Análise de correspondência entre as variáveis Entidade e Âmbito Geográfico**



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 4.4.1.4: **Âmbito geográfico das entidades com quem a U.E. assinou protocolos de colaboração**



Fonte: elaboração própria.

Quadro 4.4.1.1: **Tabela de correspondências entre as variáveis**

*Tipo de documento e Âmbito geográfico (valor absoluto)*

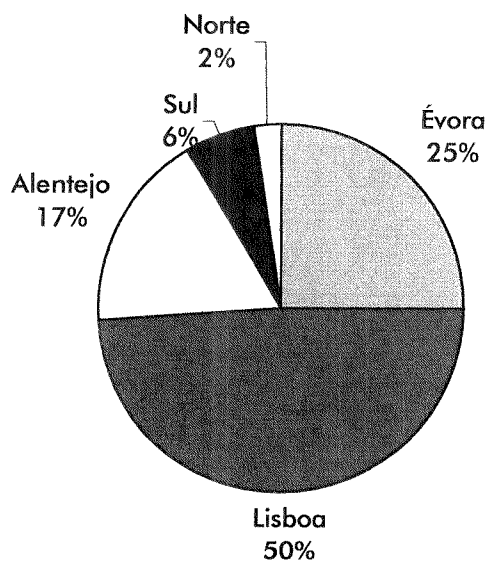
TIPO DE DOCUMENTO	INTERNACIONAL	NACIONAL	REGIONAL	LOCAL	TOTAL
Protocolo de colaboração	1	54	8	0	<b>63</b>
Convénio	0	14	13	7	<b>34</b>
Protocolo de prestação de serviços	1	54	37	9	<b>101</b>
Contrato de doação	0	2	1	0	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>124</b>	<b>59</b>	<b>16</b>	<b>201</b>

Fonte: Elaboração própria

Os contratos estabelecidos com entidades nacionais são, fundamentalmente, Protocolos de Colaboração e de Prestação de Serviços, enquanto os estabelecidos com entidades regionais são Protocolos de Prestação de Serviços (quadro 4.4.1.1). As variáveis *Tipo de documento* e *Âmbito geográfico* estão relacionadas entre si (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ) ainda que a associação entre ambas seja débil (V de Cramer = 0,226) pelo que podemos concluir que existe relação entre os diferentes tipos de documentos assinados e a região onde as instituições se localizam.

Concretizando um pouco mais, em termos da distribuição geográfica das entidades com quem a U.E. assinou protocolos (gráfico 4.4.1.5), constatamos ainda a enorme importância que tem Lisboa e a respectiva Área Metropolitana: 48,3% dos documentos assinados foi com entidades desta região. Por outro lado, assinala-se o peso que têm as instituições localizadas na cidade de Évora (25,5%), o que decorre, em boa medida, do facto de nesta cidade, estarem localizadas as delegações regionais de grande parte dos organismos públicos com representação no Alentejo.

Gráfico 4.4.1.5: **Localização das entidades com quem a U.E. assinou protocolos de colaboração**



Fonte: elaboração própria.

Fazendo a análise cruzada das variáveis *Tipo de documento* e *Localização* (Quadro 4.4.1.2 e Gráfico 4.4.1.6) concluímos que as categorias de documentos mais frequentemente assinados (Contratos de Prestação de Serviços e Protocolos de Colaboração) formalizam contactos sobretudo com instituições de Lisboa e respectiva Área Metropolitana. Apenas os Convénios são celebrados maioritariamente com entidades de Évora. Em termos estatísticos

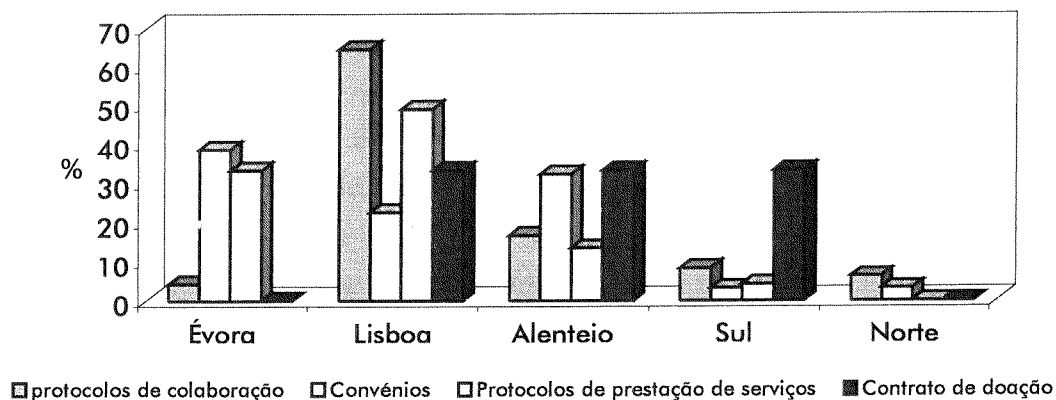
concluimos pela rejeição da hipótese nula da independência destas variáveis (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ). Mesmo com um fraco nível de associação ( $V$  de Cramer = 0,262) devemos concluir pela relação entre o tipo de documento assinado e a localização da entidade que o subscreve, tal como já tinha acontecido com as variáveis *Tipo de documento* e *Âmbito geográfico*.

Quadro 4.4.1.2: **Análise Cruzada (%) entre as variáveis *Tipo de documento* e *Localização***

TIPO DE DOCUMENTO	ÉVORA	LISBOA	ALENTEJO	SUL	NORTE
Protocolo de colaboração	4,2	64,6	16,7	8,3	6,3
Convénio	38,7	22,6	32,3	3,2	3,2
Protocolo de prestação de serviços	33,3	49	13,5	4,2	0
Contrato de doação	0	33,3	33,3	33,3	0
<b>Total</b>	<b>25,8</b>	<b>48,3</b>	<b>18</b>	<b>5,6</b>	<b>2,2</b>

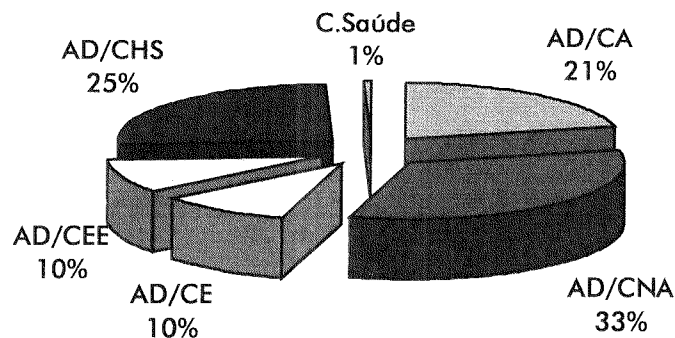
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4.4.1.6: **Tipo de documentos assinados, por área de localização**



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 4.4.1.7: **Protocolos assinados pela U.E., por Área Departamental**



Fonte: elaboração própria.

Da avaliação da participação das diversas áreas departamentais da U.E. no conjunto dos protocolos assinados pela instituição (gráfico 4.4.1.7), resultou que as áreas de Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Ambiente e Ciências Humanas e Sociais são as que mais têm contribuído para a assinatura destes documentos.

Em todas as áreas departamentais a maioria dos documentos assinados concretizou contratos de prestação de serviços (quadro 4.4.1.3), embora existam diferenças assinaláveis relativamente à importância que estes têm para as diversas áreas: enquanto na área de Ciências Económicas e Empresariais representam 76%, nas áreas de Ciências Agrárias e de Ciências Humanas e Sociais rondam os 50%. A Área Departamental de Ciências da Natureza e Ambiente assina, fundamentalmente, Protocolos de Prestação de Serviços e a Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais assina Convénios (gráfico 4.4.1.8). A análise estatística da relação entre estas variáveis revela que o Tipo de documento assinado não é independente da Área que o sub escreve (sig.  $\chi^2=0,023$ ) ainda que a relação existente não seja muito robusta (V de Cramer = 0,234).

O facto de o número de observações nestas variáveis não ser coincidente com a totalidade dos documentos tratados (201 documentos) significa que alguns deles não envolvem uma, ou várias, Áreas Departamentais específicas, mas sim estruturas de direcção central da UE.

### Quadro 4.4.1.3: Tabela de correspondências entre as variáveis

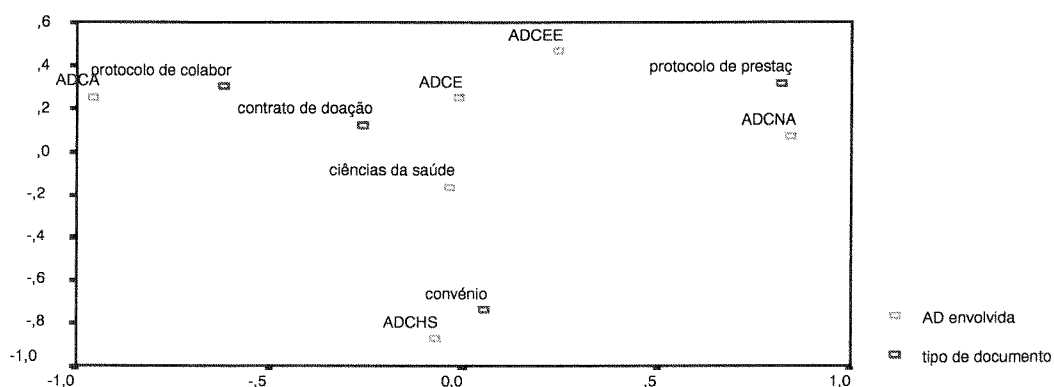
Tipo de documento e área departamental (valor absoluto)

TIPO DE DOCUMENTO	ADCA	ADCNA	ADCEE	ADCE	ADCHS	TOTAL
Protocolo de colaboração	13	9	3	5	8	38
Convénio	5	10	0	2	12	29
Protocolo de prestação de serviços	17	38	10	11	22	98
Contrato de doação	3	0	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>57</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>42</b>	<b>168</b>

Fonte: Elaboração própria

### Gráfico 4.4.1.8: Análise de correspondência entre as variáveis

Tipo de documento e Área departamental



Fonte: Elaboração própria.

Do cruzamento das variáveis *Âmbito Geográfico* e *Área Departamental* concluiu-se que os protocolos estabelecidos com entidades locais foram predominantemente feitos pela área de Ciências Humanas e Sociais (46,7%), os acordos estabelecidos com entidades regionais foram provenientes, de forma muito idêntica, das áreas de Ciências Agrárias e Ciências Humanas e Sociais (29,1%) bem como de Ciências da Natureza e Ambiente (27,3%), que também assinou bastantes protocolos estabelecidos ao nível nacional (41,4%). A análise estatística efectuada, por seu turno, aconselha a que se rejeite a hipótese nula da independência das variáveis (sig.  $\chi^2=0,019$ ), ainda que a intensidade da relação seja fraca ( $V$  de Cramer = 0,236), ou seja, o âmbito geográfico dos documentos assinados está relacionado com a Área Departamental envolvida.

Os domínios científicos mais referidos estão relacionados com questões agrícolas, com a biologia e ecologia (17%), com a pedagogia (12,7%), arquitectura paisagista, gestão e sociologia (6,4%), geociências (5,8%) e a física (5,4%). Esta variável, com a qual

pretendemos abarcar a generalidade dos departamentos da U.E., apresenta uma grande dispersão de resultados (desvio padrão de 5,68) o que mostra que, apesar de reduzidos em valor absoluto, os contributos são provenientes de quase todos os departamentos da U.E. Este facto é corroborado pela análise estatística da relação entre as variáveis *Tipo de documento* e *Domínio científico* que nos aconselha a aceitar a hipótese nula da independência das variáveis (sig.  $\chi^2 = 0,141$ ), ou seja, não existe associação entre elas.

Para determinar o domínio de actividade em que se estabelecem os protocolos criaram-se duas categorias de variáveis: *Objectivos*, com a qual se pretende analisar o conjunto de princípios enunciados nos textos dos contratos, e *Instrumentos* com a qual se procura interpretar a forma de concretizar as parcerias. Em ambas as variáveis, as classes de ensino, investigação, extensão e formação são as que mais constituem objecto destes documentos.

As actividades de investigação, extensão e ensino (gráfico 4.4.1.9) são as predominantes em termos dos objectivos estabelecidos nos protocolos assinados com entidades externas. Na relação da U.E. com outras universidades e com institutos politécnicos privilegiam-se as actividades relacionadas com o ensino e com o intercâmbio de docentes. Por outro lado, com as entidades públicas e privadas os contratos visam fundamentalmente a investigação, depois o ensino e em terceiro lugar a extensão. A análise estatística revela que (sig.  $\chi^2 = 0,001$ ) os objectivos dos documentos assinados não são independentes da entidade contratante, ainda que a associação não seja significativa (V de Cramer = 0,373).

Gráfico 4.4.1.9: **Objectivos contemplados nos protocolos assinados pela U.E.**



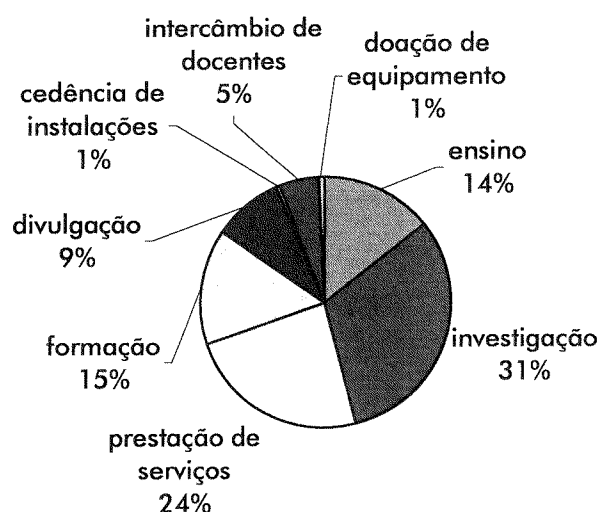
Fonte: Elaboração própria.



Do cruzamento das variáveis *Âmbito geográfico* e *Objectivos* resulta que os acordos estabelecidos com entidades locais privilegiam o ensino (57,1%) enquanto os protocolos estabelecidos ao nível regional e nacional privilegiam a investigação (respectivamente com 60% e 33,5%). No entanto, a avaliação estatística leva-nos a concluir que estas variáveis são independentes (sig.  $\chi^2 = 0,226$ ).

Da análise da variável *Instrumentos* decorre que a investigação é o domínio de actuação mais referido, em cerca de 1/3 de todos os documentos, e só depois estes documentos procuram implementar medidas no âmbito da prestação de serviços, do ensino ou da formação (gráfico 4.4.1.10). Do cruzamento das variáveis *Tipo de documento* e *Instrumentos* concluímos que este comportamento não é homogéneo em todas as categorias de documentos. Assim, nos Protocolos de Colaboração predominam os instrumentos Investigação (28,6%), Ensino (21,4%), Formação (17,9%), Intercâmbio de docentes (16,1%). Os Convénios dão origem a acções no âmbito do Ensino (58,8%) e da Investigação (29,4%). Os Protocolos de Prestação de Serviços têm subjacentes os instrumentos de Investigação (42%), Prestação de Serviços (31%) e Formação (14%). No caso dos Contratos de Doação, naturalmente que prevalecem os instrumentos de Doação de Equipamentos (66,7%) e as Prestações de Serviços (33,3%). Os *Instrumentos* contratados não são independentes do *Tipo de documento* assinado (sig.  $\chi^2 = 0,000$ ) e a relação entre estas variáveis revela-se medianamente intensa (V de Cramer = 0,589).

Gráfico 4.4.1.10: Instrumentos existentes nos protocolos assinados pela U.E.



Fonte: Elaboração própria.

Entre as acções no âmbito do ensino contam-se as parcerias para a realização ou frequência de mestrados, cursos breves, entre outros; as parcerias para a investigação dizem respeito às mais diversas áreas do saber ministradas na UE, o mesmo acontecendo com as actividades de extensão. A título de exemplo, refiram-se apenas as actividades desenvolvidas nas áreas do ambiente e ordenamento do território, da informática, da meteorologia, da vitivinicultura, da análise de água, da arqueologia, da análise económico-social e demográfica e estudos de mercado.

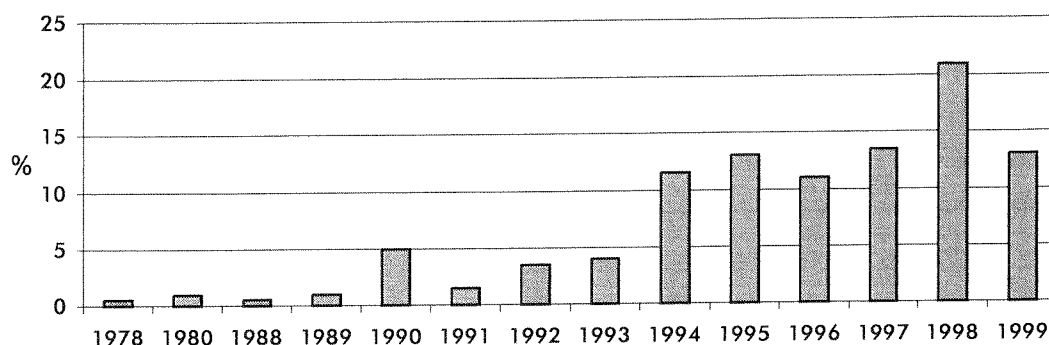
No entanto, no domínio da extensão surgem algumas parcerias tendentes a criar novas instituições regionais com funções de ensino e investigação e extensão, de que são exemplo o Centro de Ciência Viva, o Observatório da Água, a Escola de Pilotos de Évora, bem como a participação em diversos centros de investigação temáticos.

Na componente de formação é particularmente relevante a área da formação de professores. Entre os documentos que envolvem os órgãos de gestão central da U.E. contam-se os que dizem respeito à constituição da Rede Regional de Ensino Superior (uma parceria que envolve, para além da U.E., os Institutos Politécnicos de Beja, Portalegre e Setúbal) bem como os que prevêm a transferência, para a UE, dos espólios do arquivo da Biblioteca Pública de Évora e da biblioteca da EPAC.

Analisou-se também a data de assinatura dos documentos, tendo-se chegado à conclusão que 70% dos documentos foram assinados entre 1994 e 1999 (gráfico 4.4.1.1.1), o que revela a maior abertura da instituição a partir deste período.

A esmagadora maioria dos documentos são assinados apenas por um departamento ou área departamental, sendo bastante escassos os documentos que envolvem várias estruturas da UE (apenas 11 do total dos 201 documentos tratados), o que revela uma forma pouco multidisciplinar no relacionamento com entidades externas. Também muito poucos são os exemplos de protocolos que envolvam mais de uma entidade externa (apenas em 15 dos documentos se verificam parcerias com mais de uma entidade).

Gráfico 4.4.1.11: Data de assinatura dos protocolos



Fonte: Elaboração própria.

#### 4.4.2. Os documentos

##### 4.4.2.1. Protocolo de Colaboração

A UE assinou *Protocolos de colaboração* sobretudo com entidades privadas (39,7%), mas também com organismos públicos (28,6%) e com universidades (27%), de âmbito nacional (85,7%) e regional (12,7%). Na origem destes documentos estiveram todas as Áreas Departamentais da U.E. (quadro 4.4.2.1.1).

Quadro 4.4.2.1.1: **Protocolos de Colaboração Assinados por Área departamental**

ÁREA DEPARTAMENTAL	%
Ciências Agrárias	34,2
Ciências da Natureza e Ambiente	23,7
Ciências Exactas	13,2
Ciências Económicas e Empresariais	7,9
Ciências Humanas e Sociais	21,1

Fonte: elaboração própria.

Os domínios científicos sobre os quais assentaram estes protocolos são bastante diversos, sendo mais forte a presença do ramo agrícola (26,5%), da pedagogia (14,7%), tal como da biologia e ecologia, geociências, física, economia e história (8,8%).

Estes documentos são quase todos bastante generalistas abrindo a possibilidade de colaborações futuras em domínios vários. Entre eles é frequente ler-se a expressão: "O presente

*protocolo estabelece formas de cooperação entre as duas instituições, no respeito pelos objectivos e identidade de cada uma, acordando entre si realizar iniciativas, intercâmbios, estágios e projectos nos domínios da formação, investigação e prestação de serviços (...)*". Assim registamos que a dispersão entre as várias categorias de *Objectivos* e *Instrumentos* é muito significativa. Como *Objectivos* foram assinalados a investigação (34,7%), o ensino (24,5%), o intercâmbio de docentes (16,3%), a formação (14,3%) e a extensão (8,2%) e a informação (2,0%). Nos *Instrumentos* foram referidos a investigação (28,6%), o ensino (21,4%), a formação (17,9%), o intercâmbio de docentes (16,1%), a divulgação científica (3,6%) e a cedência de instalações (1,8%). Entre 1994 e 1999 foram assinados mais de 80% da totalidade destes protocolos.

#### **4.4.2.2. Convénios**

Os *Convénios* foram assinados primordialmente com entidades públicas (41,2%) e privadas (47,1%) de âmbito nacional (41,2%) e regional (38,2%). Para a elaboração destes documentos colaboraram fundamentalmente as Áreas Departamentais de Ciências Humanas e Sociais (40%) e da Natureza e Ambiente (33,3%), sendo os domínios científicos mais referidos os da pedagogia (20,7%), biologia e ecologia (17,2%), zootecnia, sociologia e artes (10,3%). Estes documentos, que de um modo geral enunciam *Objectivos* bastante latos, referem sobretudo as áreas do ensino (em 36,4% dos documentos) e da investigação (em 45,5% dos documentos), privilegiando também os instrumentos nestas áreas: o *Instrumento* ensino é referido em 58,8% dos documentos e a investigação em 29,4% dos documentos. A segunda metade da década de 90 é o período, também aqui, em que mais convénios se assinaram (67,6%).

#### **4.4.2.3. Protocolos de Prestação de Serviços**

Os *Protocolos de prestação de serviços* foram assinados, fundamentalmente, com entidades públicas (49,5%) e privadas (41,6%), de âmbito nacional (53,5%) e regional (36,6%). Todas as Áreas Departamentais contribuíram para a elaboração deste tipo de documentos, ainda que com níveis de participação diversa (quadro 4.4.2.3.1).

Estes documentos foram assinados sobretudo nas áreas da agricultura (15,6%), biologia e ecologia (21,9%), pedagogia (10,4%), sociologia e gestão de empresas (7,3%). Sendo objectivo destes documentos a extensão universitária, a maioria deles instrumentaliza-se na investigação (42%) e na prestação de serviços (31%). Estes documentos também foram assinados, maioritariamente, entre 1994 e 1999 (85%). Este tipo de documento, pela sua natureza, dá lugar à existência de *Entidades financiadoras*. Neste nível criámos uma variável

com cinco categorias. Admitimos que o financiamento destes acordos podia ser comunitário, nacional público, nacional privado, regional público ou regional privado e consideramos, para análise, o tipo de financiamento predominante em cada um dos documentos. A distribuição do financiamento entre as várias categorias criadas (gráfico 4.4.2.3.1), apesar de relativamente equilibrado, revela que a maior parte dos contratos é financiada por fundos comunitários, nacionais públicos e regionais privados.

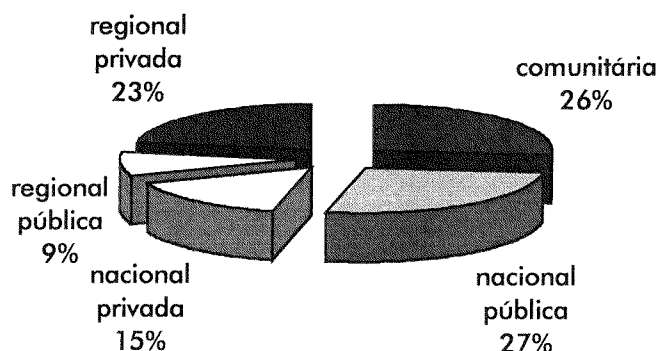
**Quadro 4.4.2.3.1: Protocolos de Prestação de Serviços Assinados por Área departamental**

ÁREA DEPARTAMENTAL	%
Ciências Agrárias	17.3
Ciências da Natureza e Ambiente	38.8
Ciências Exactas	11.2
Ciências Económicas e Empresariais	10.2
Ciências Humanas e Sociais	22.4

Fonte: elaboração própria.

Do cruzamento das variáveis *Entidade* e *Entidade financiadora* decorre que dos 40 contratos assinados com entidades privadas, 50% tiveram financiamento regional e 32,5% obtiveram financiamentos nacionais. Entre os 46 contratos assinados com entidades públicas, 50% obtiveram financiamento nacional e 34,8% financiamentos comunitários. Por outro lado, 50% dos contratos estabelecidos com outras universidades foram financiados com fundos comunitários.

**Gráfico 4.4.2.3.1: Categorias para as entidades financiadoras dos protocolos de prestação de serviços**



Fonte: Elaboração própria.

Apenas como curiosidade, cabe referir que o primeiro documento analisado de 1978 é um contrato de prestação de serviços estabelecido entre o Instituto Universitário de Évora (entidade que antecedeu a UE) e a Comissão de Planeamento da Região Sul (que viria a ser transformada na actual CCRA) no domínio da vitivinicultura com o qual se definiam os princípios pelos quais se iria nortear a investigação neste domínio. Contava com financiamento da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

#### **4.4.2.4. Contratos de doação**

Os *Contratos de doação* assinados pela UE foram todos celebrados em 1999, envolveram 3 entidades externas (duas de carácter nacional e uma de âmbito local), todas elas hospitais civis, e tiveram como objecto a doação de equipamento para o Hospital Veterinário (na alçada da Área Departamental de Ciências Agrárias).

#### **4.4.3. Notas finais**

Em síntese podemos afirmar que os diversos Protocolos e Convénios assinados entre a Universidade de Évora e as entidades externas, maioritariamente na segunda metade da década de 90, traduzem um relacionamento, com intensidade semelhante, com entidades públicas e privadas, fundamentalmente de âmbito nacional. Estabelecem, primordialmente, Protocolos de Prestação de Serviços, e contratam actividades no domínio da investigação e da extensão. A maior parte das actividades, que foram objecto destes documentos, relacionam-se com as ciências agrárias, sector de actividade tradicional na região, ciências da natureza e ambiente e ciências humanas e sociais.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é preponderante no conjunto dos documentos assinados, enquanto que as relações com o Alentejo apenas são intensas ao nível da cidade de Évora. Estes documentos são, fundamentalmente, de carácter bilateral, ou seja, envolvem apenas um departamento ou área departamental e apenas uma entidade externa. Por outro lado, o seu grau de internacionalização é muito débil, bem como as relações com entidades ou localidades situadas na região fronteiriça Alentejo /Extremadura.

Os documentos assinados com entidades locais e regionais, maioritariamente sob a forma de contratos de prestação de serviços (61,3%) e convénios (26,6%), envolveram, fundamentalmente, as áreas departamentais das ciências da natureza e ambiente e das ciências humanas e sociais, nos domínios científicos, respectivamente, da biologia, engenharia biofísica, arquitectura paisagista e geociências e da sociologia, pedagogia e educação e história/arqueologia. Estes contratos de prestação de serviços também

envolveram, de forma significativa, as áreas das ciências agrárias, através dos domínios da agricultura e zootecnia, e das ciências económicas e empresariais, através da economia e gestão de empresas. As entidades regionais que assinaram estes documentos são diversas: câmaras municipais e associações de municípios, instituições públicas de âmbito regional, sedeadas na região, nomeadamente direcções regionais de vários ministérios, associações profissionais de âmbito regional, particularmente no domínio da agricultura, associações de desenvolvimento local, empresas com sede na região, outros estabelecimentos de ensino e entidades culturais, entre outras.

Quer os convénios, quer os contratos de prestação de serviços regionais e locais consubstanciam, fundamentalmente, actividades no âmbito da investigação, do ensino, da formação e da extensão. A participação da U.E. nestas parcerias faz-se de várias formas, entre as quais destacamos a realização de acções de formação específicas, o exercício de actividades de consultoria e outras prestações de serviços junto das entidades contratantes bem como a integração de órgãos sociais de outras instituições.





# 5.

## CONCLUSÕES



## 5. Conclusões

Com esta dissertação procurou-se identificar, e quantificar sempre que possível, a existência, ou não, de inter-relações entre a Universidade de Évora e os demais agentes económicos, no sentido de averiguar a capacidade de esta instituição de ensino superior promover o desenvolvimento regional. A análise de alguns impactes regionais deste estabelecimento de ensino organizou-se em duas áreas: por um lado, avaliou-se a contribuição da Universidade de Évora para o produto, rendimento e emprego da cidade e da região e, por outro, analisou-se, ao nível do ensino, da investigação e da extensão, a relação desta instituição com estes territórios.

Para prosseguir estes objectivos desenvolvemos dois tipos de abordagem metodológica. No primeiro caso, aplicámos um modelo de tipo Keynesiano de forma a determinar os efeitos directos, indirectos e os multiplicadores, no emprego, rendimento e produto, decorrentes da actividade da U.E.. No segundo caso, procedemos à aplicação de questionários a quatro públicos-alvo distintos (empresas, instituições regionais e locais, docentes da U.E. e diplomados por esta instituição) e à análise de conteúdo de protocolos assinados pela instituição com entidades externas.

A aplicação destes procedimentos não foi, contudo, isenta de alguns dissabores. No primeiro caso, a inexistência de informação estatística disponível, de âmbito nacional e regional, de forma a satisfazer alguns parâmetros do modelo proposto, levou-nos ao estabelecimento de hipóteses de trabalho alternativas, com base em pressupostos que procurámos ajustar realisticamente. A inexistência de uma matriz *input-output* válida para a região, de uma série longa e contínua de dados relativos ao funcionamento do mercado habitacional e de dados quantitativos relativos ao perfil de despesas de um aluno do ensino superior deslocado da residência do seu agregado familiar ou ainda a debilidade dos registos informáticos relativos aos fornecedores da U.E. foram apenas algumas das dificuldades que procurámos ultrapassar no decurso da estimação do modelo. Na aplicação dos questionários encontramos forte renitência, particularmente no tecido empresarial, em colaborar com este estudo, o que naturalmente condiciona os resultados obtidos, designadamente no que respeita à extrapolação da análise das inter-relações existentes entre esta instituição de ensino e as empresas

Dado que o estudo de caso realizado foi precedido pela análise da bibliografia que enquadra esta temática bem como pelo diagnóstico dos cenários em que se insere a U.E., designadamente o sistema de ensino superior português e o território do Alentejo, e pela caracterização desta instituição, vejamos quais as principais conclusões a reter.

Assumimos como pressuposto teórico que as instituições de ensino superior, de um modo geral, e as universidades, em particular, são agentes promotores do desenvolvimento das regiões onde se inserem, de acordo com o quadro teórico subjacente ao conceito de *learning region*. Para serem classificados desta forma, os territórios deverão estar dotados com recursos humanos e com mecanismos que favoreçam a aprendizagem interactiva, sendo que os diversos agentes estão integrados em processos de aprendizagem com vista ao desenvolvimento de conhecimentos e competências necessárias ao exercício de práticas inovadoras, bem como à criação e manutenção de performances competitivas. Neste contexto, as universidades deverão ter capacidade para proporcionar à população activa o acesso ao conhecimento, às novas competências e ao *know-how*, fomentando uma cultura de flexibilidade e aprendizagem ao longo da vida.

Nas últimas três décadas o ensino superior em Portugal alargou-se em termos quantitativos (mais alunos, docentes, financiamento, e estabelecimentos) e geográficos (chegando a inúmeras cidades, no litoral e no interior do país), democratizou-se, tornou-se um sistema dual, com as vertentes universitária e politécnica, abriu-se à iniciativa privada, diversificou as formações com a oferta generalizada de ensinos pós-graduados.

O Alentejo, território de acolhimento da Universidade de Évora, é uma região desertificada do ponto de vista humano e das actividades económicas, com excepções pontuais em termos de dinâmica empresarial, muitas das quais decorrentes de iniciativas exógenas. A população residente no território, que se emprega maioritariamente no sector terciário, tem baixos níveis de qualificações escolares e profissionais e, conseqüentemente, auferem rendimentos abaixo da média nacional. Com um índice de preços no consumidor mais elevado que a média do país, o poder de compra e o nível de vida dos habitantes do Alentejo são, na generalidade, inferiores aos verificados nas restantes regiões portuguesas. No entanto, a região dispõe de um ambiente natural e cultural satisfatoriamente preservado e de uma dotação em infra-estruturas também razoável, atractivas em termos de fixação populacional e de actividades produtivas. Évora, com cerca de 56 mil habitantes, é a maior cidade da região. A sua actividade económica está profundamente ligada aos serviços, particularmente aos públicos.

Nestes contextos, a Universidade de Évora, a única instituição de ensino superior universitário público na região, assume uma importância diversa: os seus alunos representam 4% dos estudantes do ensino superior português, 40% dos alunos que frequentam os estabelecimentos localizados no Alentejo e cerca de 14% dos residentes na cidade de Évora. Apesar da pequena expressão que tem em termos nacionais, o seu peso regional no âmbito do ensino é, assim, bastante considerável. Por outro lado, sendo a

escola superior da região com mais recursos humanos e tendo estes melhores níveis de qualificação, esta instituição fica com uma responsabilidade acrescida nos domínios da investigação e da prestação de serviços às entidades regionais, registando-se algumas parcerias nas áreas científicas das ciências humanas e sociais, agrárias e veterinárias e da natureza e ambiente.

Desde a sua reabertura, em 1979, os números que a caracterizam também conheceram aumentos sistemáticos, traduzindo uma fase contínua de expansão. Actualmente, a U.E. tem cerca de oito mil alunos; um milhar de funcionários, a maioria dos quais docentes cuja formação tem melhorado significativamente ao longo dos últimos anos; gere um orçamento anual que ronda os oito milhões de contos; funciona em instalações que se estendem um pouco por toda a cidade e por pólos em diversas localidades da região; a actividade cultural e artística em redor da instituição tem sido crescente, ganhando particular dinamismo com a abertura dos ensinos artísticos.

A ligação estreita entre a U.E. e a cidade regista-se nos documentos oficiais, mesmo que no quotidiano o seu relacionamento nem sempre seja fácil. Por parte da Universidade, a ligação à região é definida no objectivo 4 do *Plano Estratégico da Universidade de Évora 1999-2004* (Aumento do protagonismo no desenvolvimento social e económico), tendo sido já concretizada a criação de um Observatório sobre o Alentejo no âmbito de uma das Pró-Reitorias da instituição. O *Plano Estratégico da Cidade de Évora*, documento da responsabilidade da Câmara Municipal de Évora, por seu turno, apresenta "Évora, Cidade Universitária" como uma das seis ideias fortes do documento e afirma que à Universidade cabe "o papel de difusão dos saberes científicos", o dever de se projectar "no espaço regional e nacional como um importante motor de desenvolvimento nas vertentes cultural, social e económica", integrando-se "no seio da comunidade científica pela profundidade do seu saber e investigação acumulada, pelo prestígio dos seus mestres, pela elevada preparação científica dos seus alunos".

A U.E. é uma das principais entidades empregadoras da cidade, dando trabalho a cerca de um milhar de funcionários e provavelmente aquela onde a qualificação do emprego é mais elevada. Contudo, particularmente entre os docentes da instituição são muitos os que não residem no concelho de Évora, preferindo manter a zona da Grande Lisboa como local de residência, o que nos permite questionar a capacidade de a cidade fixar estes profissionais. No entanto, o impacto da instituição na economia é muito mais vasto que o emprego directo criado. Do seu orçamento anual estimamos que 3,8 milhões de contos sejam reaplicados na economia da cidade e mais 170 mil contos no Alentejo. A este efeito é necessário ainda somar as despesas realizadas pelos estudantes da instituição, as quais

admitimos que atinjam os 9,5 milhões de contos por ano. A partir destas estimativas concluímos que a actividade económica da U.E. tem um peso de 1,5% no PIBpm da região, gera um efeito multiplicador, quer no rendimento quer no produto da cidade, que oscila entre 1,2 e 1,3 unidades monetárias, e potencia a existência de mais de dois mil empregos induzidos, concentrados maioritariamente no sector dos serviços.

A principal forma de interacção entre esta instituição e o tecido sócio-económico regional decorre da inserção de diplomados em estágios ou nos quadros das instituições e empresas da cidade e da região, fundamentalmente nas áreas científicas das ciências económicas e empresariais, ciências exactas e ciências agrárias. Os docentes da instituição consideram que as formações oferecidas se adequam de forma satisfatória às necessidades dos mercados de trabalho regional e nacional, contribuindo, conseqüentemente, para a melhoria da qualificação dos activos que integram o mercado de trabalho local. Apenas cerca de um terço dos diplomados pela U.E. procura emprego em Évora e outros tantos fazem-no no Alentejo, o que nos leva a concluir que a cidade e a região não se revelam suficientemente capazes do ponto de vista da fixação destes quadros superiores. As actividades relacionadas com o ensino e os serviços são as que mais contribuem para a inserção profissional dos alunos da U.E, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país com os licenciados.

Relativamente às restantes actividades desempenhadas pela U.E., nomeadamente a investigação e a extensão, ressaltam como características fundamentais o facto de a investigação desenvolvida ser predominantemente de carácter aplicado sobre questões de âmbito nacional e internacional, decorrendo das preocupações e dos interesses dos investigadores tal como da possibilidade de obter financiamentos para a sua prossecução. Estas características fazem com que a actividade não reflecta o contexto regional em que a instituição se insere. O Alentejo teria muito a ganhar se os docentes e investigadores da U.E. aplicassem o método científico da investigação na abordagem de problemas regionais. Estes projectos realizam-se em equipa, com membros do mesmo departamento ou de outras instituições nacionais ou regionais, sendo os seus resultados divulgados predominantemente em conferências em Portugal ou noutras sessões públicas. As equipas de trabalho denotam um nível de internacionalização ainda débil, mesmo quando se consideram as relações com os estabelecimentos de ensino superior do outro lado da fronteira. Os trabalhos de extensão, por seu turno, decorrem das necessidades apresentadas por parceiros regionais e fazem-se em equipa com membros do mesmo departamento.

Esta informação é corroborada com a análise dos documentos assinados com entidades externas, maioritariamente protocolos de prestação de serviços, que contratam actividades

no domínio da investigação e da extensão e estabelecem relações com entidades de âmbito nacional (em 62% dos casos). Nas actividades de investigação e extensão os parceiros regionais privilegiados são as entidades de âmbito regional e local, nomeadamente autarquias, organismos públicos desconcentrados, associações de desenvolvimento local, associações profissionais e fundações regionais. Assim, é compreensível que o questionário aplicado a este grupo de entidades registasse uma taxa de resposta de 74,2%, consideravelmente superior à obtida no caso das empresas (45,7%), com quem o relacionamento é mais débil.

As instituições regionais, apesar de afirmarem conhecer, de um modo geral e de forma razoável, as várias actividades desenvolvidas na U.E., nomeadamente ensino, investigação, extensão e formação, revelam um maior nível de conhecimento acerca dos ensinamentos ministrados, ainda que nem neste caso se percebe muita capacidade nos respondentes para avaliarem a adequação dos mesmos às necessidades da região ou das próprias instituições.

A partir dos resultados obtidos nos questionários concluímos que a U.E. deve privilegiar a área científica da Informática e Computação para desenvolver os ensinamentos, a investigação ou a extensão. Para além desta área, verificamos também alguma sintonia de posições no que respeita à importância dos estudos na área da Saúde e Bem-estar, domínio particularmente relevante numa região envelhecida como o Alentejo e no actual contexto nacional de falta de profissionais de saúde. As empresas, por seu turno, referem de forma sistemática a necessidade de a U.E. apostar na área científica das engenharias, onde recrutam muitos dos seus técnicos superiores. As ciências económicas e empresariais, as ciências da vida, a geografia e o ambiente, tal como o tradicional sector da agricultura e pescas, são outros dos domínios considerados, particularmente pelos docentes da instituição e pelas outras entidades, fundamentais para o desenvolvimento da região e da própria instituição.

Relativamente à avaliação do contributo da U.E. para o desenvolvimento da cidade e da região, podemos concluir que este é razoavelmente elevado, valorizado com valores médios entre 6 e 8 numa escala de 0 a 10, quer se faça a análise por via do desempenho das diversas funções desenvolvidas (ensino, investigação, extensão e formação) quer por via dos impactes em domínios específicos (económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico), sendo, na generalidade dos casos, a classificação mais elevada em Évora por comparação com o Alentejo. No entanto, isto não significa que a U.E. possa entender que, neste domínio, faz tudo o que lhe é possível porque também concluímos que os diversos agentes ainda esperam que a instituição reforce o seu desempenho em todos os sectores de actividade, valorizando esta questão, em termos médios, de forma mais intensa (classificações médias entre 7 e 9 numa escala de 0 a 10).

A avaliação, de forma mais pormenorizada, dos sectores onde a influência da U.E. é mais significativa demonstra que ela decorre, por um lado, do contributo para a melhoria da qualificação da população activa e para o mercado de trabalho, o que reforça o elo de ligação entre a região e a instituição por via do desempenho da função ensino, e, por outro, do seu papel na sociedade da informação e na definição de uma estratégia para a região. Em termos sócio-culturais, a instituição exerce maiores impactes na promoção da região e na contribuição para as actividades artísticas e culturais, devido à existência de uma programação regular de actividades desta natureza – exposições, concertos, teatro, cinema, entre outros -, das quais podem tirar partido os membros da U.E. e o público em geral.

A U.E. foi considerada como um parceiro medianamente activo no relacionamento com o meio, revelando contudo algumas dificuldades decorrentes da falta de informação existente sobre os diversos agentes, da falta de motivação, da falta de tradição no estabelecimento de parcerias ou das características da região. Como formas de promover a aproximação entre o ensino superior e a região as propostas coincidiram na necessidade de existência de maior informação e promoção das actividades desenvolvidas, quer seja em termos de ensino ou de investigação. Por outro lado, podemos concluir que a U.E. contribui de forma mediana para fixar novas empresas ou outras entidades em Évora, não tendo, no entanto, o mesmo efeito se a análise se alargar ao Alentejo, pelo que admitimos que a presença da U.E. não é encarada como potenciadora do efeito de atracção de novas unidades económicas na globalidade da região. A disponibilização de mão-de-obra qualificada é o motivo mais referido como sendo responsável pelo contributo para a fixação de novas unidades económicas.

Em termos institucionais podemos concluir que os mecanismos de colaboração existentes não têm sido implementados com sucesso. A rede regional de ensino superior, constituída pela U.E. e pelos institutos politécnicos de Beja, Portalegre e Setúbal, não tem registado actividade significativa ainda que, do nosso ponto de vista, a pudesse ter, designadamente no âmbito da formação. Por outro lado, o Conselho Consultivo da U.E., órgão da instituição onde estão representados os mais variados parceiros regionais, revelou-se inoperante, tendo-se reunido apenas uma vez nos últimos oito anos.

Apesar de se terem revelado inúmeras lacunas na inter-relação entre a universidade, por um lado, e a cidade e a região, por outro, concluímos também que a instituição, no seu quotidiano, promove diversas iniciativas com vista a aprofundar o relacionamento com o meio envolvente, nomeadamente acções de divulgação das actividades dos departamentos e centros de investigação através de iniciativas como Dias Abertos, realização de campos de demonstração, participação em feiras, parcerias com associações profis-



sionais, empresas e diversas entidades públicas de âmbito regional e local e colaboração com outros estabelecimentos de ensino regionais.

Em termos da ligação à região podemos enumerar, como exemplo, as iniciativas no âmbito do Dia da Ciência, uma das ocasiões em que a academia abre as portas aos alunos, de outros graus de ensino, das escolas da região; a prestação de serviços feita pelo Laboratório da Água ou no Hospital Veterinário; a investigação desenvolvida em áreas de interesse regional como o regadio, a floresta, o queijo ou o vinho bem como as actividades culturais que passam pela Orquestra da Universidade de Évora, pelo Cine-club, pelo Teatro ou, simplesmente, pelas exposições que frequentemente ocupam diversos espaços da instituição.

No final desta dissertação, que procurámos elaborar como “uma prova de criatividade científica indispensável a qualquer carreira académica” (Cabral, 2002), obtivemos a resposta à questão que nos motivou para este estudo de caso:

***Sim, existem relações entre a Universidade de Évora e a região envolvente.***

Para além do efeito na economia da cidade e da região, que já quantificámos, o principal contributo da instituição para o desenvolvimento da região faz-se através da função ensino, ou seja, por via dos diplomados que integram o mercado de trabalho local, na medida em que estes contribuem para a melhoria da qualificação do emprego da cidade e da região. Por isso esta é, das actividades desempenhadas pela U.E., a que suscita respostas mais consistentes.

A actuação no domínio da transferência de conhecimento inovador para as empresas e demais entidades regionais tem lugar de uma forma pontual, decorrendo de processos de colaboração isolados e não de uma actuação institucional estratégica. E, no entanto, não podemos ignorar que o primeiro contrato de prestação de serviços, assinado pela U.E. em 1978, ainda no domínio do Instituto Universitário de Évora, com a Comissão de Planeamento da Região Sul, financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, teve lugar no domínio da vitivinicultura, transferindo e aplicando a inovação desenvolvida nos laboratórios da instituição às explorações agrícolas regionais, dando origem ao sucesso de mercado que os vinhos alentejanos têm conhecido.

Em termos do contributo para a dinâmica sócio-cultural, a U.E. desenvolve inúmeras actividades de carácter artístico, cultural e desportivo durante todo o ano, que são divulgadas dentro e fora da instituição, possibilitando que os residentes na cidade nelas

possam participar. Por outro lado, os membros da academia são também “público” de actividades similares promovidas pelas instituições da cidade e da região.

Assim, do nosso ponto de vista, a Universidade de Évora se pretender definir a sua estratégia privilegiando o relacionamento com o meio envolvente deverá:

- i) ao nível dos ensinos, consolidar a oferta actualmente disponível, diversificar as formações e os públicos-alvo;
- ii) no domínio da investigação e da extensão, agir no sentido de promover a abordagem de temáticas regionais, o que para além de possibilitar a transferência de conhecimentos inovadores para a região permite reforçar a capacidade financeira das equipas de investigação;
- iii) ao nível do contributo para o desenvolvimento sócio-cultural, consolidar a estratégia que tem vindo a ser desenvolvida, no sentido de fazer da Universidade um espaço de ciência, mas também de cultura e de exercício da cidadania.

No momento em que o contexto do ensino superior em Portugal parece começar a registar uma nova fase caracterizada pela estagnação, ou mesmo redução, da procura dirigida a este grau de ensino – devido, fundamentalmente, à evolução demográfica –, a avaliação dos diversos impactes das instituições de ensino superior nos territórios onde se inserem ganha um significado acrescido. Assim, no caso do Alentejo, seria interessante analisar, em termos sistémicos, o papel do conjunto das instituições de ensino superior, nas suas complementaridades e potencialidades, com vista à promoção das condições de inovação da região e melhoria da competitividade da economia regional, através do desempenho das suas funções de ensino, investigação e extensão. Por outro lado, e também ao nível deste território, com o desenvolvimento de uma matriz *input-output* regional seria possível melhorar significativamente a estimativa da contribuição destas instituições quer para as economias locais, quer para a economia regional. Contudo, as possibilidades de abordagem desta temática não se esgotam com a avaliação intra-regional sendo a avaliação nacional do sistema de ensino superior, do ponto de vista das variáveis aqui estudadas, uma interessante tarefa em termos metodológicos e científicos.

# BIBLIOGRAFIA

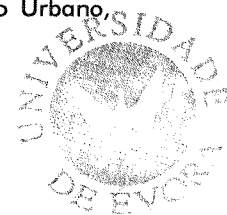
- ABDEELMALKI L. e COURLET C. (1996), *Les nouvelles logiques du développement*, Col. Logiques Economiques, éd. L'Harmattan, Paris
- ALBA, A. (1993), "Capital Humano y Competitividad en la Economía Española: Una perspectiva Internacional", in *Papeles de Economía Española*, 56, pp. 131-143
- ALBA-RAMIREZ, A, e M. SAN SEGUNDO (1995), "The returns to education in Spain" in *Economics of Education Review*, vol 14, nº2, pp. 155-66
- ALPHANDERY, E. (1976), *Cours d'Analyse Macroéconomique*, Paris, Economica.
- ALTBACH, PHILIP G. (1998), "Comparative perspectives on higher education for the twenty-first century" in *Higher Education Policy*, vol. 11, pp. 347-356
- ALVES, M.C. (1999), "A formação avançada como factor de competitividade do distrito de Castelo Branco: resultados de um inquérito", comunicação apresentada à VI Conferência Nacional da A.P.D.R., Braga
- AMARAL, A. (1998), Comentário à conferência "Reinventar a Universidade", in *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Nova Série, Março 98, pp.193-196.
- AMBRÓSIO, T. (1998), Um olhar reflexivo sobre a Universidade, in *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Nova Série, Março 98, pp. 9-10.
- AMIN, A. e THRIFT, N. (eds.) (1994), *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*, Oxford University Press, Oxford
- ANTONELLI, C. (2001), "Distritos industriais e conhecimento tecnológico localizado", in C. Antonelli e J. Ferrão (coords.), *Comunicação, conhecimento colectivo e inovação, As vantagens da aglomeração geográfica*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, Estudos e Investigações nº 17, pp. 19-28
- ANTONELLI, C. (2001), "Conhecimento colectivo: comunicação e inovação", in C. Antonelli e J. Ferrão (coords.), *Comunicação, conhecimento colectivo e inovação, As vantagens da aglomeração geográfica*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa Estudos e Investigações nº 17, pp. 29-41
- ATKINS, M.; DERSLEY, J.; TOMLIN, R. (1999), "The Engagement of Universities in Regional Economic Regeneration and Development: a Case Study of Perspectives" in *Higher Education Management*, vol. 11, nº 1, pp. 97-115
- AURAY, J.-P.; BAILLY, A.; DERYCKE, P.-H.; HURIOT, J.-M. (1994), *Encyclopédie d'Economie Spatiale – concepts – comportement - organisations*, Economica, Biblioteque de Science Regional, Association de Science Régionale de Langue Française

- BARDEN L (1995), "The University, the information superhighway and regional economic development", in *Ind & Higher Education*, 9 (5), pp. 313-318
- BARRETO, A. e C.V. PRETO (2000), "Indicadores Sociais: Portugal 1960-2000", in António Barreto (org.) *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Vol. II, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp. 103-117
- BARRETO, A. e C.V. PRETO (2000), "Indicadores Sociais: União Europeia 1960-2000", in António Barreto (org.) *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Vol. II, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp. 295-320
- BARRETO, A. e C.V. PRETO (1996), "Indicadores de Evolução Social", in António Barreto (org.) *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 89-99
- BARRO, R. (1994), "Economic Growth and Convergence", in *Ocasional Papers*, 46, International Centre for Economic Growth
- BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. (1996), *La Croissance Économique*, Collection Sciences Économiques, McGraw-Hill
- BASLE, M. e LE BOULCH, J.L. (1999), "L'impact économique de l'enseignement supérieur et de la recherche publique sur l'agglomération de Rennes" in *Révue d'Économie Regionale et Urbaine*, n° 1, pp. 115-134
- BAUMONT, C. (1997), "La dynamique régionale de la croissance économique" in *Problèmes Économiques*, n° 2510-2511, 5-12 mars
- BECK, R.; ELLIOT, D.; MEISEL, J.; WAGNER, M. (1995), *Economic Impact of Regional Public Colleges and Universities*, *Growth and Change*, vol, 26, pp. 245-260
- BECKER, G.S. (1993), *Human Capital – A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, 3ª edição, Chicago, The University Chicago Press
- BESSA, A. M. (1993), "A formação da nova elite política portuguesa (Os anos da revolução. O thermidor e a institucionalização)" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 7, pp. 15-50, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- BESSON, R.J. e MONTGOMERY E. (1993), "The effect of college and universities on local labour markets", in *Rev. Ecn & Statis.* 75 (4), 753-61
- BLAUG, M. (1966): *An economic interpretation of the private demand for education*, *Economica*, vol. 33, n° 130, pp. 166-82
- BLEANEY, M.; BINKS, M.; GREENWAY, D.; REED, G.; WHYNES, D.: (1992) *What does a university add to its local economy?*, *Applied Economics*, 24, 305-311
- BOEKHOLT, P. e VAN DER WEELE, E. (1998), "A regional innovation system in transition", in Braczyk, H.-J.; Cooke, P.; Heidenreich, M. (eds.), *Regional Innovation Systems*, UCL Press, pp. 48-71
- BOOTH, G. G. e JARRETT, J.E. (1976), "The Identification and Estimation of a Universty's Economic Impacts", in *Journal of Higher Education*, vol. XLVII (5), pp. 565-577

- BRACZYK, H.-J. e HEIDENREICH, M. (1998), "Regional governance structures in a globalized world" in Braczyk, H.-J.; Cooke, P.; Heidenreich, M. (eds) *Regional Innovation Systems*, UCL Press, pp. 414-485
- BRESCHI, S. e LISSONI, F. (2001), "Localised knowledge spillovers vs. innovative milieux: knowledge "tacitness" reconsidered" in *Papers in Regional Science*, 80, pp. 255-273
- BROW R. H. e HEARNEY M.T. (1997), "A note on measuring the economic impact of institutions of higher education" in *Res. Higher Education*, 38(2), 229-40
- BROWNRIGG, M. (1973), "The Economic Impact of a new University" in *Scottish Journal of Political Economy*, vol. XX (2), pp. 123-139
- C.R.E. (1998): "Le dialogue des universités avec les partenaires locaux: comparaison entre les diverses régions d'Europe" – conclusions préliminaires et éléments de réflexion, Genebra
- CABRAL, J.P. (2002), "Novas articulações universitárias – pós-graduação, investigação e massificação do ensino superior", in *Análise Social*, vol. XXXVI (161), pp.1209-1217.
- CARAÇA, J. (1998), Reinventar a Universidade in *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Nova Série, Março 98, pp.13-19.
- CARAÇA, J.; CONCEIÇÃO P.; HEITOR, M. (1998), "On the definition of a public policy towards a Research University" in *Higher Education Policy*, vol 11, pp. 37-57
- CARAÇA, J.; CONCEIÇÃO P.; HEITOR, M. (1996), "Uma perspectiva sobre a missão das universidades", in *Análise Social*, vol. XXXI (139), pp. 1201-1233.
- CARNEIRO, R. (1993), "Educação: conservação ou mudança", in *Colóquio Educação e Sociedade*, 7, pp. 117-138, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CARRILHO, M.M. (1993), "Universidade. Comunicar e Conversar", in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp. 13-20, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CASTRO, E. A.; RODRIGUES, C.J.; PIRES, A. R. (1996), "Universidades e Desenvolvimento de Regiões Periféricas. Políticas de Desenvolvimento da Universidade de Aveiro", comunicação apresentada ao IV Encontro Nacional da APDR, Covilhã,
- CASTRO, E.e JENSEN-BUTLER, C. (s.d.), "Malthus revisited. The economics and politics of sustainable development", Discussion Paper Series nº 9617, University of St. Andrews, Department of Economics
- CASTRO, E.; RODRIGUES, C.; ESTEVES, C; ROSA PIRES, A. (2000), "The triple helix model as motor for the creative use of telematics" in *Research Policy*, 29, pp. 193-203
- CASTRO, E. e ROSA PIRES, A. (1997), "Can a strategic project for a university be strategic to regional development?", *Science and Public Policy*, vol. 24 (1), pp. 15-20
- CASTRO, E; RODRIGUES, C.; PIRES, A.R. (s.d), "Cooperação Ensino Superior-Sociedade: uma perspectiva sobre a construção de políticas, Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais", Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro

- CASTRO, E; RODRIGUES, C.; PIRES, A.R.; MARQUES, M. J. (1999), "Contributo para o estudo da implantação de uma rede de escolas politécnicas na região de Aveiro (Fase II)", Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro
- CCRA (1999), *Uma Visão Estratégica para o Alentejo no Limiar do século XXI*, (documentos preparatórios do Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006, Évora, Comissão de Coordenação da Região do Alentejo
- CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR – CIPES (1999), *Estudo de análise sobre o ensino superior em Portugal*
- CEOS/CNASES (1997), *Inquérito Sócio-económico aos estudantes do ensino superior*.
- CERDEIRA, M. L (1999), *Da contribuição das instituições de ensino superior para o desenvolvimento de uma região – o Alentejo, o caso dos diplomados do ensino superior – ano lectivo de 1994/95*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora (documento não publicado)
- CHISWICK, B.R., e CHISWICK, C.U. (1987), "Income Distribution and Education" in G. Psacharopoulos, (Ed.), *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 255-261
- COMISSÃO EUROPEIA (1993), *Livro Branco para o Crescimento, Competitividade e Emprego*, Luxemburgo
- COMISSÃO EUROPEIA (2001), *Second Report on Economic and Social Cohesion*, [www.inforegio.com](http://www.inforegio.com).
- CONCEIÇÃO, P. et al. (1998), *Novas Ideias para a Universidade*, Lisboa, IST Press.
- CONCEIÇÃO, P., HEITOR M., GIBSON, D.; SHARIQ, S. (1998), "The emerging importance of Knowledge for Development: Management and Policy Implications" in *Technological Forecasting and Social Change*, 58, pp. 1-22
- CONCEIÇÃO, P. e HEITOR, M. (1998), "Perspectivas sobre o papel da Universidade na economia do conhecimento" in *Colóquio/Educação e Sociedade*, nº 2 (Nova Série), Março, pp.70-95
- CONCEIÇÃO, P. e HEITOR, M. (2001), "Uma interpretação sobre a influência das dinâmicas de mudança tecnológica na inovação em Portugal", comunicação apresentada na IV Conferência sobre a Economia Portuguesa, ISEG, Lisboa, pp.493-530
- CONGRESSO DO ENSINO SUPERIOR (1995), *Por um ensino superior de qualidade*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, Dezembro
- CONTZEN, J.P. (2000), *Understanding science and technology for a new economy*, workshop realizado no IST, Lisboa, 21/22 Novembro
- COOKE, P. (1998), "Introduction – origins of the concept, Regional Innovation Systems" in Braczyk, H.-J.; Cooke, P.; Heidenreich, M. (eds) *Regional Innovation Systems*, UCL Press, pp. 2-25
- CORREIA, F.; AMARAL, A.; MAGALHÃES, A. (2000), *Diversificação e diversidade dos sistemas de ensino superior: o caso português*, CIPES - Fundação das Universidades Portuguesas
- COURLET, C. (1998), "Territoire et développement", comunicação apresentada no seminário Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Economie Spatiale Contemporaine, GREMI, Paris

- COURLET, C. e PECQUEUR, B. (1996), "Districts Industriels, Systèmes Productifs Localisés et Développement" in Lahsen Abdelmalki e Claude Courlet (orgs.), *Les Nouvelles Logiques du Développement*, L'Harmattan, col. Logiques Economiques, pp. 91-102
- COUTO, A. P. (1998), "University-Industry-Government Relations. Some reflections on methodological and policy issues in the context of Less Favoured Regions", comunicação apresentada ao V Encontro Nacional da APDR, Coimbra
- COVAS, A. (1997), "Políticas de inovação e cultura administrativa: velhas e novas contradições", in João Ferrão (coord.) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigações, pp. 71-84
- CRESPO, V. (1993), *Uma Universidade para os anos 2000, O Ensino Superior numa perspectiva de futuro*, Lisboa, Editorial Inquérito
- CREVOISIER, O. (s.d.), "Les milieux innovateurs et la ville – une introduction" in Roberto Camagni (éds.), *Les milieux urbains: innovation, systèmes de production et ancrage*, GREMI
- CVCP (1994), *Universities and Communities*, Report by the Centre for Urban and Regional Development Studies for the Committee of Vice-Chancellors and Principals
- DANIEL, J. M. (1998), "Keynes était-il Keynésien" in *Problèmes économiques*, n° 2550, pp. 9-13
- DATAR (1998), *Développement universitaire et développement territorial – L'impact du Plan U 2000 (1990-1995)*, Paris, La Documentation Française
- DAVIES, J.L (1997), "The regional university: issues in the development of an organizational framework" in *Higher education Management*, vol. 9, n° 3, pp. 29-44
- DE BERNARDY, M. (1998), "Genèse, appartenance et identité colective des milieux innovateurs", comunicação apresentada no seminário Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Economie Spatiale Contemporaine, Paris, GREMI
- DE GAUDEMAR, J. P. (1997), "The higher education institution as a regional actor" in *Higher Education Management*, vol. 9, n° 2, pp. 53-64
- DE GAUDEMAR J.P. (1996), "The higher education institutions as a regional actor: some introductory thoughts", artigo apresentado ao Centre for Educational Research and Innovation – Thirteenth General Conference IMHE Member Institutions, September (OCDE)
- DE LA FUENTE, A, e VIVES, X. (1995), "Infrastructure and Education as Instruments of Regional Policy: Evidence from Spain" in *Economic Policy*, 20, pp. 13-51
- DE LA ROSA, B.; VALLE, C.C.; VIDAL, P.L.(1998), "La importancia de la universidad en el desarrollo regional", comunicação apresentada ao V Encontro Nacional da APDR, Coimbra
- DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL (1994), *Demografia das Empresas 1982-1992*, Lisboa
- DGDR (2000), *As infra-estruturas produtivas e os factores de competitividade das regiões e cidades portuguesas, A dotação regional de infra-estruturas, o padrão de especialização das regiões portuguesas e o mérito relativo dos novos investimentos em infra-estruturas produtivas*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.



- DIAS, ANA MARIA (2000), *Development of a Regional block in the multesctorial model moderm 4* (Doc. de trabalho), Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Planeamento
- DINEEN, D (1995), "The role of a university in a regional economic development: a case study of the University of Limerick" in *Ind. & Higher Education*, 9(3), 140-48
- DUKE, C. (1999), "Lifelong learning: implication for the University of the 21<sup>st</sup> Century" in *Higher Education Management*, vol. 11, n<sup>o</sup> 1, pp. 19-33
- DUNST, D. e BENDLIN, R. (2000), "TUHH – a Centre of Innovation in the Metropolitan Region of Hamburg" in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region*, Twente University Press, pp. 73-82
- ECO, UMBERTO (1984), *Como se faz uma tese em ciências sociais*, Editorial Presença, 3<sup>o</sup> edição
- ELLIOTT, D. S.; LEVIN, S.L.; MEISEL, J.B. (1988), "Measuring the economic impact of institutions of higher education" in *Research in Higher Education*, vol. 28 (1), pp. 17-33
- ENGLANDER, A.S. e GURNEY, A. (1994), "La productivité dans la zone de l'OCDE: les determinants a moyen terme" in *Révue Économique de l'OCDE*, n<sup>o</sup> 22, pp. 53-119
- FELSENSTEIN, D (1996), "The university in the metropolitan arena: impacts and public policy implications" in *Urban Studies* 33(9), 1, 565-80
- FERRÃO, J. (1997), Meios inovadores em cidades de média dimensão: uma utopia razoável? O caso de Évora, in João Ferrão (coord.), *Política de inovação e desenvolvimento regional e local*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigações, pp. 31-51
- FLORIDA, R. (1995), "Toward the learning region" in *Futures*, 27 (5), pp. 527-536
- FORRANT, R. (2001), "Pulling Together in Lowell: The University an the Regional Development Process" in *European Planning Studies*, vol. 9 (5), pp. 613-628
- FOSTER, P. (1987), "The Contribution of Education to Development, in G. Psacharopoulos , (Ed.), *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 93-100
- FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS (1997), *Problemática e Perspectiva da Universidade Portuguesa*, Documenta, n<sup>o</sup> 2,
- GAGO, J.M. (1993), "Elogio da Universidade: uma ideia feroz de universidade" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp. 67-77, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- GEMMELL, N. (1997), "Externalities to higher education: a review of the new growth literature", Report 8, National Committee of Inquiry into Higher Education , NCIHE, London
- GEOIDEIA (1993), *Um Enquadramento para o Plano de desenvolvimento Estratégico da Universidade de Évora*, volume 1, Geoideia, Estudos de Organização do Território, Ld<sup>o</sup>, Lisboa.



- GODDARD, J. e CHATTERTON, P. (2001), "The response of HEIs to regional needs", comunicação apresentada no Congresso internacional Universidades y Desarrollo territorial en la sociedad del conocimiento, Barcelona, 12-14 Novembro
- GODDARD, J. (1999), "How universities can thrive locally in a global economy", in Gary, H. (ed.), *Universities and the creation of wealth*, Buckingham, Open University Press
- GODDARD, J. (1998), "Contribution au développement national et regional", UNESCO, Conférence mondiale sur l'enseignement supérieur, Paris
- GODDARD, J. (1997a), "Managing the university regional interface" in *Higher Education Management*, vol. 9, nº 3, pp. 7-27
- GODDARD, J. (1997b), "The local and regional role of higher education: Comments on the National Committee of Inquiry Report" in website: <<http://www.ncl.ac.uk/~ncurds/>>
- GODDARD, J. (1997c), "Universities and regional development: an overview" in website: <<http://www.ncl.ac.uk/~ncurds/>>
- GODDARD, J. (1997d), "Regional development agencies – the perspective from higher education" in website: <<http://www.ncl.ac.uk/~ncurds/>>
- GOLDENSTEIN H.A (1989-90), "Estimating the regional impact of universities: an application of input-output analysis" in *Plann. for Higher Education*, 18, pp. 51-63
- GONZÁLEZ, M. R.; MARTINEZ, M.A; GORGUES, A.C. (1998), "Incidencia de la Universidad de Lleida en la creation de empleo y en el desarrollo económico de la provincia de Lleida através de su Unidad de Promoción y Dessarrollo", comunicação apresentada ao V Encontro Nacional da APDR, Coimbra
- GRAY, H. (1999), "Re-scoping the University", in Gary, H. (ed.), *Universities and the creation of wealth*, Buckingham, Open University Press
- GREGERSEN, B. e JOHNSON, B. (1997), "Learning Economies, Innovation Systems and European Integration" in *Regional Studies*, vol. 31 (5), pp. 479-490
- GRILO, E.M.; EMÍDIO, M. T., FRAÚSTO DA SILVA, J.J.R. (1993), "Algumas considerações sobre as reformas da educação" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp. 13-20, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- GROOT, H.L.F.; NIJKAMP, P.; ACS, Z. (2001), "Knowledge spill-overs, innovation and regional development" in *Papers in Regional Science*, 80, pp. 249-253
- HABERMAS, J., (1993), "A ideia de Universidade – Processos de Aprendizagem" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp. 35-66, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- HERMANS, R.P.P.J. (2001), "Maastricht university and the crossborder – development fo the life sciences cluster in the euregion Maas-Rhine", comunicação apresentada no Congresso internacional Universidades y Desarrollo territorial en la sociedad del conocimiento, Barcelona, 12-14 Novembro
- HEDRICK, D.W.; HENSON, S.E.; MACK, R. S. (1990), "The effects of the Universities on Local Retail, Service, and F.I.R.E. Employment: Some Cross-Sectional Evidence" in *Growth and Change*, Summer, pp. 9-20

- HEINONEN, O. P. (1997), "What are national authorities expecting from higher education institutions?" in *Higher Education Management*, vol. 9, nº 2, pp. 7-17
- HICKS, N.L. (1987), "Education and Economic Growth", in G. Psacharopoulos (Ed.), *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 101-107
- HILL, S.; MCNICOLL, I.; ROBERTS, A., (2000), "L'efficacité économique de l'enseignement supérieur dans les régions "nations" du Royaume-Uni: étude comparative de l'Écosse et du Pays de Galles", in *Gestion de l'Enseignement Supérieur*, vol. 11 (3), pp. 139-156
- HINCHLIFFE, K. (1987), "Education and the Labour Market", in G. Psacharopoulos (Ed.), *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 141-146
- HOLTTA, S. (2000), "From Regional Training College to Research University, The University of Joensuu and its Role in Regional Development" in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region*, Twente University Press, pp. 83-90
- HOLTTA, S.; PULLIAINEN, K. (1996), "The Changing Regional Role of Universities" in *Tertiary Education and Management*, vol. 2 (2), pp. 119-126
- HUDSON, B. M. (1974), "Regional Economic Effects of Higher Education Institutions" in *Socio-Econ. Plan. Sci.*, vol. 8, pp. 181-194
- HUGGINS R.; COOK P. (1997), "The economic impact of Cardiff University: innovation, learning and job generation" in *Geojournal*, 14 (4), 325-37
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (s.d.), *CENSOS 2001, Resultados provisórios*, in <[http://www.ine.pt/prodserv/censos\\_prov/censos](http://www.ine.pt/prodserv/censos_prov/censos)>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000), *Pressão construtiva nos concelhos com cidades médias*, Vol. 2, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991), *CENSOS 1991*, Lisboa
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (vários anos), *Estatísticas da Educação*, Lisboa
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO (1999), *Contas Regionais 1995*, Évora
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO (vários anos), *Anuários Estatísticos da Região do Alentejo*, Évora
- JACQUEMIN, A. e PENCH, L.R. (Éds) (1997), *Rapports du groupe consultatif sur la compétitivité, Ouvertures Économiques*, De Boeck Université
- JAYET, H. (1993), *Analyse Spatiale Quantitative – Une introduction*, Economica, Bibliothèque de Science Régionale, Association de Science Régionale de Langue Française
- JOHNSON, DAVID (1998), "Higher education: some key issues" in *Australian Economic Review*, vol. 31, junho, pp. 145-147
- JORGENSON, D. e FRAUMENI, B. (1993), "Education and productivity growth in a market economy" in *Atlantic Economic Journal*, vol 21, nº 2, juin

- JUSTMAN, M. e THISSE, J.F (1997), "Faut-il régionaliser l'enseignement supérieur?" in *Revue Economique* 48 (3), pp. 569-577
- KARLSSON, C. e ZHANG, W.-B. (2001), "The role of universities in regional development – Endogenous human capital and growth in a two-region model" in *The Annals of Regional Science*, 35, pp. 179-197
- KEANE, J. e ALLISON, J (1999), "The intersection of the learning region and the local and regional economic development: analysing the role of higher education" in *Regional Studies*, vol. 33 (9) pp. 896-902
- KOGAN, M. (1993), "Investigação e estudos sobre o ensino superior" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp. 111-125, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- KRIEGER, F. e STRATMANN, S. (2000), "The Universität Dortmund: an Agent of Structural Change in its Region" in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region*, Twente University Press, pp. 59-71
- LABRIANIDIS (1995), "Establishing universities as a policy for local economic development: an assessment of the direct economic impact of three provincial Greek universities" in *Higher Education Policy*, vol.8, nº 2, pp.55-62
- LECHAT J. M. (1979), "University influence on regional development: example of a new creation – the Louvain Catholic University at Louvain – la-Neuve" in *Europ. J.Education*, 14 (3), pp. 239-50
- LECOQ, B. (1998), "Le paradigme de milieu innovateur dans l'économie spatiale contemporaine", comunicação apresentada no seminário Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Economie Spatiale Contemporaine, Paris, GREMI
- LEITE, A. N.; MONTEIRO, R. S.; BALEIRAS, R. N. (1998), *Impacto ambiental do novo aeroporto em Rio Frio*, Gabinete de Análise Económica da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- LINDE, L.T. (2000), "Bringing SMEs to the University – A Case Study from Aalborg University, Denmark", in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region*, Twente University Press, pp. 15-22
- LOPES, RAUL (2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*, Lisboa, Celta Editora
- LOVE, J. H. e MCNICOLL, I. H. (1987), "The Regional Economic Impact of Overseas Students in the U.K: a case study of Three Scottish Universities" in *Regional Studies*, vol. 22, nº 1, pp. 11-18
- LUCAS, R. (1988), "On the Mechanics of Economic Development" in *Journal of Monetary Economics*, 22, 1, pp. 3-42
- LUNDVALL, B.-A. (2000), "L'économie apprenante et certaines de ses conséquences pour la base de savoir du système de santé et du système éducatif", *Société du savoir et gestion des connaissances*, Centre pour la Recherche et L'innovation dans l'enseignement, OCDE, pp.143-162

- LUNDEVALL, B.-A. (1998), "Innovation policy in the globalising learning economy", comunicação apresentada ao Colóquio Le Paradigme de milieu innovateur dans l'économie spatiale contemporaine, Paris, GREMI
- LUNDEVALL, B.A. e JOHNSON, B. (1994), "The learning economy" in *Journal of Industry Studies*, vol. 1, nº2, pp. 23-42
- MACFARLANE, A.G.J. (1999), "Universities in a knowledge economy – The impact of technology" in *The Idea of a University*, London, Jessica Kingsley Publishers, pp. 125-147
- MAILLAT, D. (1998), "Interactions Between Urban Systems and Localized Productive Systems: An Approach to Endogenous Regional Development in Terms of Innovative Milieu" in *European Planning Studies*, vol. 6, nº 2, pp. 117-129
- MAILLAT, D. (1997), "Milieux Innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales" in João Ferrão (coord.) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigações, pp. 13-30
- MAILLAT, D. (1995), "Systemes territoriaux de production, milieux innovateurs et politiques régionales", comunicação apresentada ao III Encontro Nacional da APDR, Porto
- MAILLAT, D. (1994), "Comportements spatiaux et milieux innovateurs", in *Encyclopédie d'Economie Spatiale: concepts – comportements – organizations*, Paris, Economica, pp.255-262
- MAILLAT, D. e KÉBIR, L. (1998), "Learning region, milieu innovateur et apprentissages collectifs", comunicação apresentada no seminário Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Economie Spatiale Contemporaine, Paris, GREMI
- MALINVAUD, E. (1997), "Un regard critique sur les nouvelles theories de la croissance" in *Problèmes économiques*, nº 2.510-2.511, 5-12 Março, pp. 21-23
- MANKIN, G.; ROMER, D.; WEIL, D. (1992), "A contribution to the Empirics of Economic Growth" in *Quarterly Journal of Economics*, VII, 2, pp. 407-37
- MANLY, B. F.J., (1986), *Multivariate Statistical Methods*, Chapman and Hall
- MANSFIELD, E. (1995), "Academic Research Underlying Industrial Innovations: Sources, Characteristics, and Financing" in *Review of Economics and Statistics*, nº2, pp. 55-65
- MARTIN, F. e TRUDEAU M. (1999), "Measuring the Economic Impact of Universities: Canada", in Gary, H. (ed.), *Universities and the creation of wealth*, Buckingham, Open University Press
- MARTINS, P.S. e PEREIRA, P. T. (2001), "A Rendibilidade da Educação em Portugal (1982-1995)", comunicação apresentada na IV Conferência sobre a Economia Portuguesa, ISEG, Lisboa, pp.89-112
- MAYOR, F. (1998), "The universal university" in *Higher Education Policy*, vol 11 pp. 249-255
- MCMAHON, W.W. (1987), "Externalities in Education", in G. Psacharopoulos, (Ed.), *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 133-137
- MCNABB, R.(1987), "Labour Market Theories and Education" in G. Psacharopoulos (ed.), *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 157-164

- MERLIN, P. (1995): "L'université de masse et la ville" - Villes et Universités -, in *Espaces et Sociétés*, n° 80/81, pp. 45-71
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (1999), *Livro Branco do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português (1999-2006)*, Observatório da Ciência e Tecnologia
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (s.d), *Perfis Regionais do Potencial Científico e Tecnológico 1995-1997 – Região do Alentejo*, Observatório da Ciência e Tecnologia
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (s.d), *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional*, in <<http://www.oct.mct.pt/docs>>
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (s.d), *A evolução recente do ensino superior*, <<http://www.min-edu.ue2000.fccn.pt/>>
- MINISTÉRIO DO MAR (1994), *Avaliação de impactos macro-económicos da comunidade portuária de Sines e do Plano de Investimentos do Porto de Sines*, Administração do Porto de Sines
- MORGAN K. (1997), "The learning region: institutions, innovation and regional renewal" in *Regional Studies*, vol 31 (5), pp. 491-503
- MOULAERT, F.; SEKIA, F.; BOYABÉ, J. B. (1999): "Innovative Region, social region? An alternative view of regional innovation", IFRESI, CNRS, Univ. de Lille
- MOURA, F. e CARAÇA, J., (1993), "A aposta no saber: a ciência e o desenvolvimento" in *Análise Social*, 28, (120), pp. 135-144
- MUET, P.A. (1997), "Un panorama des theories contemporaines" in *Problèmes économiques*, n° 2.510-2.511, 5-12 Março, pp. 13-20
- MULLIGAN, C.B. e SALA-I-MARTIN, X. (1995), "Measuring aggregate human capital", *NBER Working Paper n° 5016*, Cambridge, Massachusetts
- NEAVE, G. (1979), "Education and regional development: an overview of a growing controversy" in *European Journal of Education*, vol. 14, n° 3, pp. 207-231
- NEWLANDS, D. (2001), "The Role of Universities in Learning Regions: European and American Experiences", comunicação apresentada ao VIII Encontro Nacional da A.P.D.R., Vila Real
- O'NEILL, D. (1995), "Education and Income Growth: Implications for Cross-Country Inequality" in *Journal of Political Economy*, vol. 103, n° 6, pp. 1289-1301
- OAKESHOTT, M. (1993), "A ideia de Universidade" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp. 21-34, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- OCDE (2000), *Investing in Education, Analysis of the world education indicators*, Paris, OCDE
- OCDE (1999), *Les établissements d'enseignement supérieur face aux besoins régionaux*, Paris, OCDE
- OCDE (1998a), *L'investissement dans le capital human, une comparaison internationale*, Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement, Paris, OCDE

- OCDE (1998b), *La recherche universitaire en transition*, col. Science, Technologie, Industrie, Paris, OCDE
- OCDE (1998c), *Des équipements pour l'enseignement tertiaire au XXI<sup>e</sup> siècle*, PEB, Paris, OCDE
- OCDE (1998d), *Analyse des politiques d'éducation 1998*, Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement, Paris, OCDE
- OCDE (1998e), *Redéfinir l'enseignement tertiaire*, Paris, OCDE
- OCDE (1998f), *Thematic review of the first years of tertiary education, Country note:Portugal*, in website <[www.oecd.org/els/pdfs/Education/country\\_notes/Portugal.pdf](http://www.oecd.org/els/pdfs/Education/country_notes/Portugal.pdf)>.
- OCDE (1997a), *Éducation et équité dans les pays de l'OCDE*, Paris, OCDE
- OCDE (1997b), *Regional competitiveness and skills*, Paris, OCDE
- OCDE (1992), *From Higher Education to Employment, vol IV*, Documents, Paris. OCDE
- OCDE (1991), *Nouvelles formes d'enseignement supérieur*, Paris, OCDE
- OCDE (1987), *O Papel da educação no desenvolvimento sócio-económico*, tradução de GATRIM, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação
- OCDE (1987), *Que futuro para as universidades*, tradução para português do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação
- ORLINSKI, J. (2000), "Université de Technologie de Compiègne: A Global Approach to Innovation to Aid Regional Development" in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region*, Twente University Press, pp. 49-58
- PATRÍCIO, M.F. (2001), *Por uma Universidade de Excelência*, Programa de candidatura ao cargo de Reitor 2002 – 2006, Universidade de Évora
- PAYERAS, M.; POU, L.; RIERA, A. (1998), "The long run implications of the expenditure on education on the economic growth The case study of the Balearic Islands. An insular economy mainly based on tourism", comunicação apresentada ao V Encontro Nacional da APDR
- PERRIN, J.-C. (1997), "Apprentissage collectif, territoire et milieu innovateur: un nouveau paradigme pour le développement", in João Ferrão (coord.), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigações, pp. 103-130
- PESTANA, M.H. e GAGEIRO, J.N. (2000), *Análise de dados para ciências sociais, a complementaridade do SPSS*, 2<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Sílabo
- PETRELLA, R. (1994), "Reflexões sobre a competitividade" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 7, pp. 77-90, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- PEYRACHE-GADEAU, V. (1998), Les "milieux innovateurs" chez P. Aydalot: un concept fondateur d'une nouvelle économie spatiale", comunicação apresentada no seminário Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Economie Spatiale Contemporaine, Paris, GREMI

- PLANQUE, B. (1997), "Une politique technologique régionale 'en reseaux' – Étude de cās", in João Ferrão (coord.), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigações, pp 85-101
- POLÈSE, M. (1998), *Economia Urbana e Regional*, Coimbra, Coleção APDR
- PORTER, M. (1993), *A Vantagem Competitiva das Nações*, Editora Campus
- QUÉVIT, M. e VAN DOREN, P. (1997), "Dynamiques urbaines et milieux innovateurs: le cas de Charleroi" in João Ferrão (coord.), *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigações, pp. 53-70
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva
- RAMIREZ, A. A. (1993, "Capital humano y Competitividad en la Economía Española: una perspectiva internacional" in *Papeles de Economía Española*, nº 56, 1993
- REGO, M.C. (2001), "O impacte económico da Universidade de Évora na sua envolvente: análise estática", comunicação apresentada ao VIII Encontro Nacional da APDR, Junho, Vila Real
- REGO, M.C. (2000), "Análise de alguns impactes regionais das instituições de ensino superior: um survey da literatura", comunicação apresentada ao VII Encontro Nacional da APDR, Junho, Ponta Delgada
- REGO, M.C. e VAZ, E. (2000), "Competitividade do Alentejo: análise de alguns factores críticos", comunicação apresentada ao VII Encontro Nacional da APDR, Junho, Ponta Delgada.
- REGO, M.C. (1999), "Um olhar sobre o ensino superior", comunicação apresentada ao VI Encontro Nacional da APDR, Braga
- REGO, M.C. (1998), "População, Emprego e Desemprego – análise do caso do Alentejo", comunicação apresentada ao V Encontro Nacional da APDR, Coimbra
- REGO, M.C. (1996), *Análise de alguns factores de competitividade regional: estudo de caso da região Alentejo*, Tese Mestrado (Documento não publicado), Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- REIGADO, F.M. (1998), "A Universidade no desenvolvimento regional: da pedagogia à ética do relacionamento", comunicação apresentada ao V Encontro Nacional da APDR, Coimbra
- REIGADO, F.M.; ALMEIDA, C. (1995), "Investigação e Desenvolvimento: Beira Interior como Região de Fronteira", comunicação apresentada ao III Encontro Nacional da APDR, Porto
- REIS, E., et al (1996), *Estatística Aplicada*, Lisboa, Edições Sílabo
- RIISE, J. (2000), "Chalmers and its Interaction with Industry, Inventors and the Business Supporting Parts of Regional Civic Organizations", in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region* Twente University Press, pp. 37-47
- ROBERTSON, DAVID (1999), "Knowledge Societies, Intellectual Capital and Economic Growth" in Gary, H. (ed.), *Universities and the creation of wealth*, Buckingham, Open University Press

- ROBSON, B. (1997), "Higher education and regions", Report 9, National Committee of Inquiry into Higher Education, NCIHE, London
- RODRIGUES, C.; PIRES, A. R.; CASTRO, E. (2000), "Can Innovative Universities Build up Regional Institutional Capacity? The case of the University of Aveiro", in F. Schutte and P.C. van der Sijde (eds.), *The University and its region*, Twente University Press, pp. 23-28
- ROMER, P. (1987), "Growth Based on Increasing returns due to Specialization" in *American Economic Review Papers and Proceedings*, 77, 2, pp. 56-62
- ROMER, P. (1986), "Increasing Returns and Long-run growth" in *Journal of Political Economy*, 94, 5, pp. 1002-1037
- ROSA PIRES, A.; RODRIGUES, C.J.; CASTRO, E. A. (1998), "A Cooperação Universidade-Sociedade em Portugal: Inovação Institucional ou Social?", comunicação apresentada ao V Encontro da A.P.D.R., Coimbra
- ROSA, M. C., (1993), "Apontamentos para a evolução do conceito de universidade em Portugal" in *Colóquio Educação e Sociedade*, 3, pp.127-155, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- ROSENBERG, N. e NELSON, R.R. (1994), "American universities and technical advance in industry" in *Research Policy*, vol. 23, nº 3, pp. 323-348
- RUIZ GONZÁLEZ, M.; MARTINEZ, J.M. A.; GORGUES, A.C. (1998), "Incidência de la Universidad de Lleida en la creación de empleo y en el desarrollo económico de la provincia de Lleida a través de su Unidad de Promoción y Desarrollo", comunicação apresentada ao V Encontro da A.P.D.R., Coimbra
- SALA - i - MARTIN, S. (1994), "Regional Cohesion: Evidence and Theories of Regional Growth and Convergence" in *Discussion Papers Series nº 1075*, CEPR
- SALA, X (1994), "Riqueza de las Regiones. Evidencia y Teorías sobre el Crecimiento Regional y Convergência" in *Moneda y Crédito*, 198, pp. 13-80
- SAMUELSON, P. A. e NORDHAUS, W.D. (1999), *Economia*, McGraw-Hill
- SANTOS, BOAVENTURA SOUSA (1995), *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 5ª edição
- SANYAL, BISHWAPRIYA (1991), "Education for developing areas: a proposal for a global approach" in *Higher education Policy*, vol 4, nº 2, pp. 16-23
- SAÚDE, G. D. L. (1997), *Contas Económicas Regionais do Sector Institucional Famílias*, Dissertação de Mestrado apresentada no ISEGI/UNL (documento não publicado), Lisboa, 1997.
- SAXON, DAVID S. (1991), "In pursuit of global equity: what universities can do" in *Higher education Policy*, vol 4, nº 2, pp. 13-15
- SCHUETZE, H.G. (2000), "L'innovation industrielle, la création et la dissémination des connaissances: implications pour les relations université/industrie", in *Société du savoir et gestion des connaissances*, Centre pour la Recherche et L'innovation dans l'enseignement, OCDE, pp.183-198



- SCHULTZ, T. W (1961), Investment in human capital in *American Economic Review*, LI:1, pp. 1-22
- SCHUTTE, F. (2000), "The University-Industry Relations of an Entrepreneurial University" in (eds.) F. Schutte and P.C. van der Sijde, *The University and its region*, Twente University Press, pp. 97-118
- SERRANO, A. (2000), Regional Development and Universitat Autònoma de Barcelona, in (eds.) F. Schutte and P.C. van der Sijde, *The University and its region*, Twente University Press, pp. 29-35
- SHATTOCK, M. (2000), "The Impact of a New University on its Community, The University of Warwick" in (eds.) F. Schutte and P.C. van der Sijde, *The University and its region*, Twente University Press, pp. 119-132
- SHATTOCK, MICHAEL (1999), "The Impact of a new university on its community: the University of Warwick", in (Ed.) Gary, H., *Universities and the creation of wealth*, Buckingham, Open University Press
- SHELTON, J.R. (1997), "Economic growth and the importance of people in regional competitiveness" in *Regional Competitiveness and Skills*, OCDE, pp. 15-19
- SIDJE, P. Van Der, e SCHUTTE, F. (2000), "The University and its Region – An Introduction" in (eds.) F. Schutte and P.C. van der Sijde,, *The University and its region*, Twente University Press, pp. 5-13
- SILVA, A. (1999), *O Conde de Vill'Alva (1913-1975) Precursor dos Estudos Universitários em Évora*, Évora, Instituto de Cultura Vasco Vill'Alva
- SIMÕES LOPES, A. (1996), "Educação, formação e desenvolvimento regional", comunicação apresentada ao IV Encontro Nacional da A.P.D.R., Covilhã
- SIMÕES LOPES, A. (1995), *Problemática e Perspectiva da Universidade Portuguesa*
- SIMÕES LOPES, A.(1984), *Desenvolvimento Regional – problemática, teoria e modelos*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- SOLOW, R. (1956), "A Contribution to the Theory of Economic Growth" in *Quarterly Journal of Economics*, LXX, pp. 65-94
- STOPER, M. (1995), "The resurgence of regional economies, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies" in *European Urban & Regional Studies*, vol 2, nº 3, pp. 191-221
- TALLMAN, E. W., e WANG, P. (1992), "Human Capital Investment and Economic Growth: New Routes in Theory Address Old Questions" in *Economic Review*, vol. 77, Iss 5, pp. 1-12
- TEICHLER, U. (1999), "Lifelong Learning as Challenge for Higher Education: the State of Knowledge and Future Research Tasks" in *Higher Education Management*, vol. 11, nº 1, pp. 37-53
- TEICHLER, U. (1991), "Towards a highly educated society" in *Higher Education Policy*, vol 4, nº 4, pp. 11-20
- TEMPLE, J. (2001), "Growth effects of education and social capital in OECD countries", *Centre for Economic Policy Research, Discussion Paper Series nº 2875*, Julho

- THANKI, R. (1999), "How do we know the value of higher education to regional development?" in *Regional Studies*, vol 33, nº1, pp. 84-89
- THOMAS, D. J. (1995), "Education and the role of the university in economically developing regions" in *Higher Education Policy*, vol 8, nº 2, pp. 51-62
- THOMSON, H. (2000), "The University of Strathclyde – Technology Transfer from University to SMEs", in (eds.) F. Schutte and P.C. van der Sijde, *The University and its region*, Twente University Press, pp. 91-95
- TINBERGEN, J. (1987), "Input-Output Analysis in Education" in (Ed.) G. Psacharopoulos *Economics of Education, Research and Studies*, Pergamon Press, pp. 337-339
- TOAKLEY, A. R., e ARONI, S. (1998), "The challenge of sustainable development and the role of universities" in *Higher Education Policy*, vol 11, pp. 331-346
- TURNER, P. (1997), "The economic impact of a university on its environment" in *European Ed.*, 29 (3), pp. 88 – 95
- UNAVE (1999), *Estudo de Avaliação do Impacto do Ensino Superior no Vale do Ave*, União das Associações Empresariais do Vale do Ave.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (CENTRO DE ESTUDOS APLICADOS)/UNIVERSIDADE DE ÉVORA (ÁREA DEPARTAMENTAL DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS) (1997): *Avaliação dos impactes do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva no Emprego na sua região de influência - Relatório Final* (documento não publicado).
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA (1995): *A criação de novas licenciaturas na Universidade de Évora*, Assessoria de Planeamento (parecer – documento não publicado), Évora
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA (1999): *Plano de Desenvolvimento Estratégico 1999-2004*, col. Enquadramento e Prospectiva, nº1, Évora
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA (2000), *Relatório de Actividades 1999*, Évora.
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA (2001), *Plano de Desenvolvimento, Programa Educativo – Programa de Infraestruturas e de financiamento 2002-2006*, Évora
- UNIVERSIDADE DE LISBOA, FACULDADE DE CIÊNCIAS (1999), *Políticas de Gestão do Ensino Superior* (Actas de Seminário), Lisboa, Janeiro
- VELTZ, P. (1998), "Territoires innovateurs: de quelle innovation parle-t-on?", comunicação apresentada no seminário Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Economie Spatiale Contemporaine, Paris, GREMI,
- VIDAL, M.P.L.; OCEJO, J.L.S.; DE LA ROSA, B.C.N. (1999), "La relación entre universidad-empresa: un caso empírico", comunicação apresentada à VI Conferência Nacional da A.P.D.R., Braga.
- VIEIRA, J. A. CABRAL (1999), "Regional Differences in the Return to Education", comunicação apresentada à VI Conferência Nacional da A.P.D.R., Braga.
- WEBSTER, F. (1998), "What are our universities for?" in *The Political Quarterly*, pp. 234-240

- WELLER, G. R (1998), "The impact of a new university in a developing region: the case of the University of Northern British Columbia" in *Higher Education Policy*, vol 11, pp. 281-290
- WILSON, J. H. e RAYMOND, R. (1973), "The Economic Impact of a University upon the Local Community" in *The Annals of Regional Science*, pp. 130-142
- WOODWARD, D.P., e TEEL, S.J. (2001), "The economic impact of the university of South Carolina system" in *Business and Economic Review*, vol. 47 (2), pp. 3-12



# A N E X O S



# A.3.1

## **O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL**





**Quadro A.3.1.1 Quociente de Localização (QL) relativo às áreas de formação dos alunos do ensino superior**

Área	QL
Formação de professores e ciências da educação	1,7
Artes	0,9
Letras	0,4
Ciências Sociais e do Comportamento	0,9
Jornalismo e Informação	0,4
Comércio e Administração	0,8
Direito	0,4
Ciências da Vida	1,8
Ciências Físicas	1
Matemática e Estatística	1,6
Computação	1,2
Engenharias e Técnicas Afins	0,4
Indústrias de transformação e de tratamento	1,3
Arquitectura e Construção	0,5
Agricultura, Silvicultura e Pescas	5,2
Veterinária	2,1
Saúde	0,6
Serviços Sociais	2,9
Serviços Pessoais	0,3
Serviços de Transportes	0
Protecção Ambiente	1,4
Serviços de Segurança	0

Fonte: Estatísticas da Educação 1999/2000 (dados preliminares).

**Quadro A.3.1.2 Despesa pública com Educação**

ANO	PREÇOS CONSTANTES DE 1990 (milhões de contos)	% PIB	% DESPESA PÚBLICA
1972	80,8	1,5	10,8
1981	262,4	3,6	12,7
1990	419,2	4,2	12,2
1997	651,4	5,5	8,8

Fonte: ICS-UL (2000).

**Quadro A.3.1.3 Despesa pública com o Ensino Superior**

ANO	PREÇOS CONSTANTES DE 1990 (milhões de contos)
1981	22,4
1990	52,7
1997	86,3

Fonte: ICS-UL (2000)

**Quadro A.3.1.4 Número de bolseiros (Bolsas de Estudo)**

ANO	ENSINO PÚBLICO	ENSINO PRIVADO
1990/91	10919	24
1997/98	38390	5152

Fonte: ICS-UL (2000)

**Quadro A.3.1.5 Financiamento por aluno no Ensino Superior Público**

ANO	ENSINO UNIVERSITÁRIO	ENSINO POLITÉCNICO
1991	525	498
1997	678	464

Unidade: milhares de escudos; preços correntes. Fonte: CIPES (1999)

**Quadro A.3.1.6 Despesas globais dos serviços e fundos autónomos, especificadas segundo a classificação funcional**

RÚBRICAS	MONTANTES	%
1. Funções Gerais de Soberania	346.416.857	5,1
2. Funções Sociais	4.611.957.922	67,5
Educação	341.187.639	4,9
Saúde	2.483.377.060	36,3
Segurança e Acção Sociais	1.464.069.161	21,4
Habitação e Serviços Colectivos	273.122.250	3,9
Serviços culturais, recreativos e religiosos	50.201.812	0,7
3. Funções Económicas	1.443.431.993	21,1
4. Outras funções	431.070.964	6,3
<b>Total</b>	<b>6.832.877.736</b>	<b>100</b>

Unidade: milhares de escudos; preços correntes. Fonte: Orçamento de Estado 2001 (www.dgo.pt/oe/2001/Aprovado/Mapas).

# A.3.2

## **CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DA REGIÃO DO ALENTEJO**



## Quadro A.3.2.1 Principais indicadores económicos e sociais relativos ao Alentejo

DADOS ESTATÍSTICOS	PORTUGAL	ALENTEJO	ÉVORA
<b>POPULAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO</b>			
<b>População residente (2001) (1000 hab.)</b>	10,355,824	535,507	56,525
<b>Densidade Populacional (1998) (hab/km2) (%)</b>	112,7	19,8	43,2
<b>Índice de dependência dos jovens (2001)<sup>150</sup> (%)</b>	23,7	21,6	22,4
<b>Índice de dependência dos idosos (2001)<sup>151</sup> (%)</b>	24,3	37,5	27,8
<b>Índice de dependência total (2001)<sup>152</sup> (%)</b>	48,1	59,0	50,2
<b>Índice de envelhecimento (2001)<sup>153</sup> (%)</b>	102,6	173,6	123,9
<b>População Activa (1999) (1000 hab.)</b>	5.046,8	224,4	
<b>Taxa de Actividade (1999) (%)</b>	50,5	44,7	
<b>População empregada por sector de actividade económica (1999) (%)</b>			
- Sector I	12,7	12,95	
- Sector II	35,1	26,2	
- Sector III	52,2	60,9	
<b>População empregada civil (1999) (%)</b>			
- Quadros superiores, dirigentes e especialistas	13,4	15	
- Empregados de serviços, administrativos e técnicos intermédios	29,9	29,2	
- Trabalhadores da indústria, agricultura e pesca	42,4	33,7	
- Trabalhadores não qualificados	13,3	21,7	
<b>Pessoas ao serviço por níveis de qualificação<sup>154</sup> (1997) (%)</b>			
- 1º ciclo do ensino básico	38,7	44,4	37,6
- 2º ciclo do ensino básico	22,8	17,5	17,9
- 3º ciclo do ensino básico	14,9	13,9	17,8
- Ensino secundário	14,9	12,6	16,8
- Bacharelato	1,9	1,5	1,9
- Licenciatura	4,1	2,2	2,9
<b>Taxa de Desemprego ( média anual 1999) (%)</b>	4,4	6,7	
<b>Mulheres desempregadas (1999) (%)</b>	59,8	69,6	
<b>Desempregados com menos de 25 anos (1999) (%)</b>	17,9	20,4	
<b>Desempregados à procura do 1º emprego (1999) (%)</b>	10,7	12,3	
<b>Desemprego de longa duração (&gt; 1 ano) (1999) (%)</b>	44,4	40,4	
<b>Desempregados por profissão (1998) (%)</b>			
- Quadros médios e superiores	12	4	
- Pessoal administrativo, dos serviços e do comércio	34	26	
- Operários industriais e dos transportes	26	15	
- Trabalhadores agrícolas	5	27	
- Trabalhadores não qualificados e outros	23	28	
<b>Taxa de desemprego por nível de instrução (1999)</b>			
- Analfabetos	1,3	1,4	
- Até 9 anos de escolaridade	4,2	3,5	
- De 10 a 12 anos de escolaridade	4,6	6,8	
- Com curso médio ou superior	2,6	0,0	

<sup>150</sup> Calcula-se pelo rácio entre a população com menos de 15 anos e a população entre os 15-64 anos.

<sup>151</sup> Calcula-se pelo rácio entre a população com mais de 65 anos e a população entre os 15-64 anos.

<sup>152</sup> Calcula-se pelo rácio entre a população com menos de 15 anos mais a população com mais de 65 anos e a população entre os 15-64 anos.

<sup>153</sup> Calcula-se pelo rácio entre a população com mais de 65 anos e a população com menos de 15 anos.

<sup>154</sup> Dados do DETEFP para as empresas.

DADOS ESTATÍSTICOS	PORTUGAL	ALENTEJO	ÉVORA
<b>Tecido Empresarial: sociedades com sede na região (1998)</b>			
- Número de sociedades (número)	266.527	9.023	1.324
- Número de pessoas ao serviço (número)	2.419.611	56.276	7.730
- Volume de negócios (10 <sup>6</sup> esc.)	45.811.929	820.693	110.585
<b>Empresas por Sector de Actividade (1997) (%)</b>			
- Comércio por grosso e a retalho	35,0	29,8	32,3
- Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	3,5	25	18,2
- Alojamento e restauração	10,8	12	12,1
- Indústrias transformadoras	17,6	11,3	10,1
<b>CONTAS REGIONAIS</b>			
<b>VABpm (1997) (10<sup>6</sup> esc.)</b>	<b>16.351.483</b>	<b>744.383</b>	
- Sector I (%)	4,1	15,7	
- Sector II (%)	35,8	33,5	
- Sector III (%)	60,1	50,7	
<b>Produtividade por sectores de actividade (1997)</b>			
<b>- Comércio por grosso e a retalho</b>			
Empresas (1) (número)	196.306	9.529	
Pessoal ao serviço (2) (número)	789.650	29.996	
VABpm (3) (10 <sup>6</sup> esc.)	2.516.829	55.835	
Produtividade (3)/(2) (10 <sup>6</sup> esc.)	3.19	1.86	
<b>- Agricultura, produção animal, caça e silvicultura</b>			
Empresas (1) (número)	7018	1.311	
Pessoal ao serviço (2) (número)	42.314	7.696	
VABpm (3) (10 <sup>6</sup> esc.)	428.267	74.529	
Produtividade (3)/(2) (10 <sup>6</sup> esc.)	10.12	9.68	
<b>- Alojamento e restauração</b>			
Empresas (1) (número)	60.935	3.749	
Pessoal ao serviço (2) (número)	234.475	9.493	
VABpm (3) (10 <sup>6</sup> esc.)	354.150	12.101	
Produtividade (3)/(2) (10 <sup>6</sup> esc.)	1.51	1.27	
<b>- Indústrias transformadoras</b>			
Empresas (1) (número)	82.995	3.131	
Pessoal ao serviço (2) (número)	1.018.329	19.711	
VABpm (3) (10 <sup>6</sup> esc.)	3.789.715	65.911	
Produtividade (3)/(2) (10 <sup>6</sup> esc.)	3.72	3.34	
<b>PIB/hab (1997) (10<sup>3</sup> esc.)</b>	<b>1.797</b>	<b>1.574</b>	
<b>Rendimento Disponível das Famílias (1995) (10<sup>9</sup> esc.)</b>	<b>11.270</b>	<b>506</b>	
<b>Ganhos médios por sector de actividade (1997) (esc.)</b>			
- Comércio por grosso e a retalho	121275	98757	
- Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	82848	79651	
- Alojamento e restauração	87137	75695	
- Indústrias transformadoras	111956	127635	
<b>Índice de Preços no Consumidor ( Março 2001)</b> (variação homóloga)	<b>5,1</b>	<b>5,3</b>	
<b>Comércio Externo (1998)</b>			
- Exportações (10 <sup>6</sup> esc.)	4354203	169237	
- Importações (10 <sup>6</sup> esc.)	6647919	266712	
- Grau de Abertura (X+M)/VAB (%)	76	69	
- Taxa de Cobertura (X/M) (%)	65	63	

DADOS ESTATÍSTICOS	PORTUGAL	ALENTEJO	ÉVORA
<b>Índice de Poder de Compra (1997)</b>	100	68	
<b>Índices de Desenvolvimento Humano (1997)</b>			
- Índice Composto de Desenvolvimento Humano	81,6	76,0	
- Índice de Esperança de Vida	84,9	86,2	
- Índice de Alfabetização	91,1	80,5	
- Índice de Conforto	94,7	91,5	
- Índice do PIB <i>per capita</i>	55,6	45,8	
<b>Educação</b>			
* Nível Educacional (1991) (%)			
- Analfabetismo	11	22	
- Ensino Médio	4,1	2,5	
- Ensino Superior	2,9	1,5	
* Nível Educacional (2001) (%)			
- Analfabetismo	14,4	21,0	
- Ensino Secundário	16,0	13,9	
- Ensino Superior	10,6	7,6	
- A frequentar o ensino	20,6	18,3	
* Alunos Matriculados (1998/99) (%)			
- 1º ciclo do Ensino Básico	26,1	26,1	15,7
- 2º ciclo do Ensino Básico	13,8	14,1	8,7
- 3º ciclo do Ensino Básico	21,7	23,4	13,4
- Ensino Secundário	18,9	19,7	15,9
- Escolas Profissionais	1,4	2,7	3,6
- Ensino Superior	18,1	13,9	42,7
<b>Saúde (1998)</b>			
- Hospitais	215	10	2
- Médicos 1000 hab.	3,1	1,4	3,8
- Camas 1000 hab.	4,0	3,2	7,9
<b>Cultura, Desporto e Recreio (1998)</b>			
- Imprensa periódica – tiragem anual	708.599.583	4.435.630	2.762.400
- Museus	321	28	2
- Bibliotecas	1.664	125	16
- Espectáculos públicos - sessões	315.219	4.549	1328
<b>Ambiente (1998) (%)</b>			
- Abastecimento de água	87,5	91,3	90,0
- Drenagem de águas residuais	65,7	85,1	80,0
- Tratamento de águas residuais	40,1	59,2	50
<b>Indicadores de Conforto (1997) (%)</b>			
* Alojamentos com			
- Água canalizada no interior	93,2	90,8	
- Telefone	79,7	73,9	
- Televisão	96,2	95,7	
- Computador Pessoal	14,3	8,9	
- Telemóvel	11,4	9,1	
<b>Transportes (1997) (km)</b>			
- Rede de Estradas	9742,0	1789,0	
- Itinerários Principais	2558,0	718,0	
- Itinerários Complementares	2416,0	310,0	
<b>Telecomunicações (1997)</b>			
- Densidade telefónica ( <i>nº P/1000 hab</i> )	43,0	38,8	
- Acessos à rede digital – RDIS – serviços básicos ( <i>nº</i> )	85867,0	2663,0	
- Acessos à rede digital – RDIS – serviços primários ( <i>nº</i> )	4487,0	73,0	

Fonte: INE, IEFP, Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, PDR 2000-2006

### Quadro A.3.2.2 Análise SWOT para o Alentejo

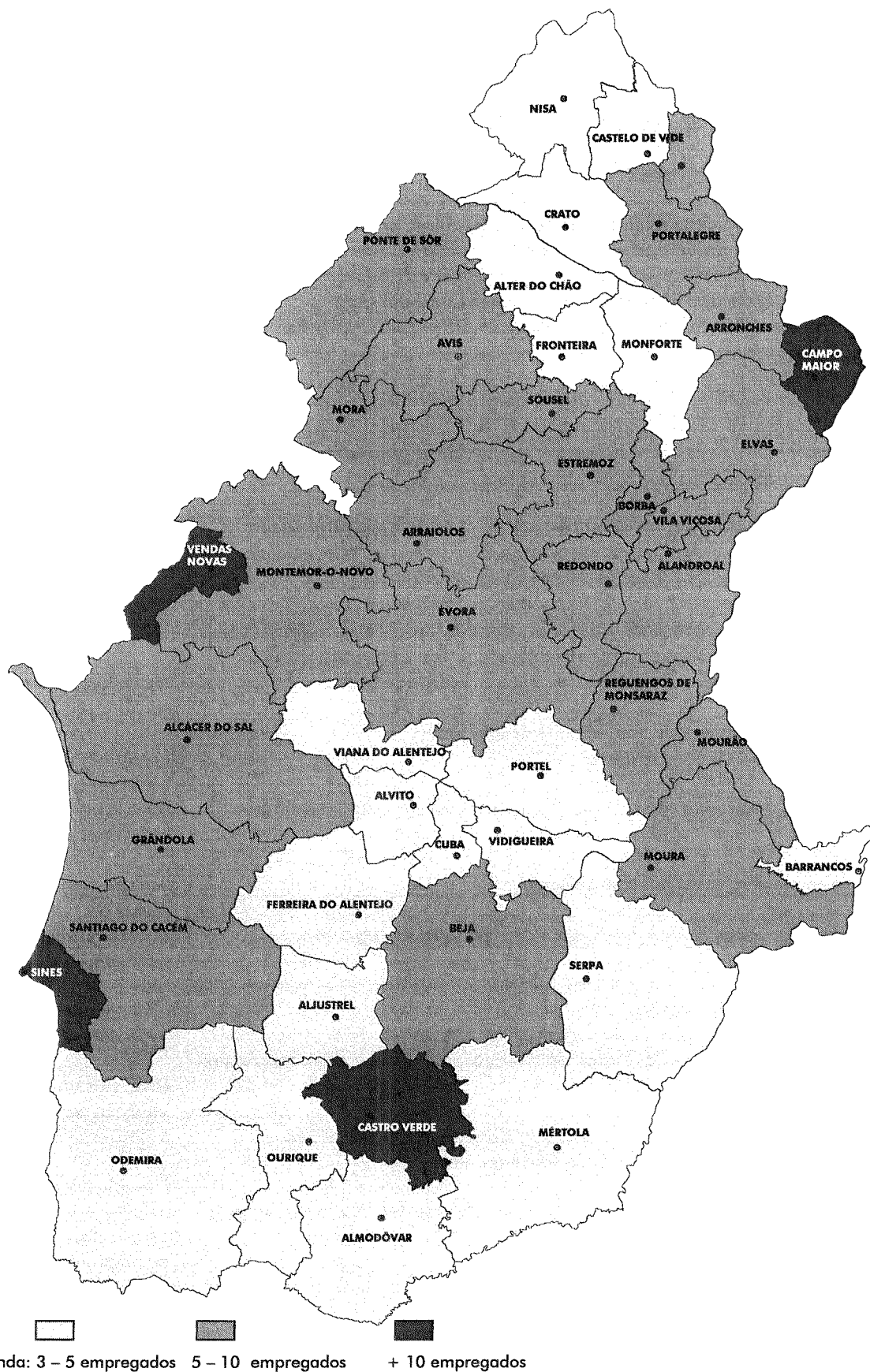
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Localização geográfica integrada na orla mediterrânica, na fachada atlântica, na diagonal continental europeia e com proximidade ao continente africano.	Desajustamento dos traçados da rede fundamental no PRN 2000. Marcada dicotomia entre as condições proporcionadas pelos IP e IC e as vias de nível intermédio. Inexistência de plataformas intermodais.
Boas acessibilidades rodoviárias ao exterior, nomeadamente à Área Metropolitana de Lisboa e a Espanha.	O conjunto dos aglomerados não configura um sistema urbano devido às escassas relações entre eles. Acentuada dicotomia urbano-rural, com despovoamento e abandono de algumas áreas rurais.
Razoável cobertura da região em termos da rede viária principal.	Insuficiência de equipamentos e/ou infra-estruturas de apoio à saúde, à primeira infância e à terceira idade
Afirmação das cidade médias de Évora, Beja e Portalegre com níveis de desenvolvimento significativo.	Insuficiência de equipamentos que garantam o acesso à cultura, desporto e fruição de tempos livres
Potencialidades de desenvolvimento urbano dos principais centros	Condições edafo-climáticas limitativas de determinadas práticas agrícolas.
Elevada ligação da população ao território, associada a uma grande riqueza de tradições.	Insuficiente aposta na diversificação e na multifuncionalidade da agricultura e no aproveitamento das condições de paisagem e qualidade ambiental.
Significativa percentagem da população beneficiada por infra-estruturas básicas.	Sistemas produtivos predominantes, muito sensíveis às medidas de políticas agrícola, internas e externas (preços, subsídios, liberalização dos mercados, etc.) e elevado grau de condicionamento ao mercado. Insuficiente ocupação florestal.
Existência de subsectores (vinho, azeite, moagem, horto-frutícolas, queijo, enchidos de porco, derivados de cortiça), que produzem produtos competitivos e de excelente qualidade.	Insuficiente expressão da pecuária extensiva /raças autóctones Não estruturação das fileiras agro-industriais
Importante know-how na indústria extractiva nomeadamente nas rochas ornamentais e na exploração de pirites.	Mercado desorganizado no que se refere a produtos com forte representatividade (cortiça, cereais, azeite, gados). Insuficiência e falta de articulação entre infra-estruturas e equipamentos complementares de alojamento.
Disponibilidade de espaços infraestruturados para atracção de investimento produtivo e actividades logísticas.	Frac promoção e comercialização dos produtos turísticos com vertentes ainda não exploradas. Sub-utilização de parques e zonas industriais e outras infra-estruturas e equipamentos tecnológicos.
Rico património natural e cultural, por vezes de importância internacional e com diversas Áreas Protegidas ou Classificadas.	Fragilidade do tecido industrial e diminuta propensão para a inovação e a internacionalização Mau posicionamento das empresas regionais nos circuitos da distribuição.
Elevados padrões de qualidade ambiental.	Frac cooperação empresarial. Insuficiente cooperação das actividades I & D com o tecido empresarial.
Forte identidade cultural.	Recursos humanos pouco qualificados e envelhecidos. Dificuldade na articulação das estruturas de formação profissional com as empresas, de modo a elevar os níveis de especialização e a qualificação profissional.
Existência de instituições de ensino superior, tecnológicas e de investigação.	Reduzida rentabilidade económica e funcional de grandes infra-estruturas hidráulicas. Degradações ambientais dos recursos hídricos e do solo(erosão).
Existência de instituições de apoio técnico-empresarial	Frac sustentabilidade das origens de água e deficiente qualidade.
Experiências positivas de desenvolvimento local	Insuficiência de sistemas adequados de redução de resíduos sólidos (recolha selectiva e reciclagem) e tratamento de efluentes. Reduzida densidade e desequilíbrios espaciais na cobertura telefónica e domínio escasso das tecnologias da informação.



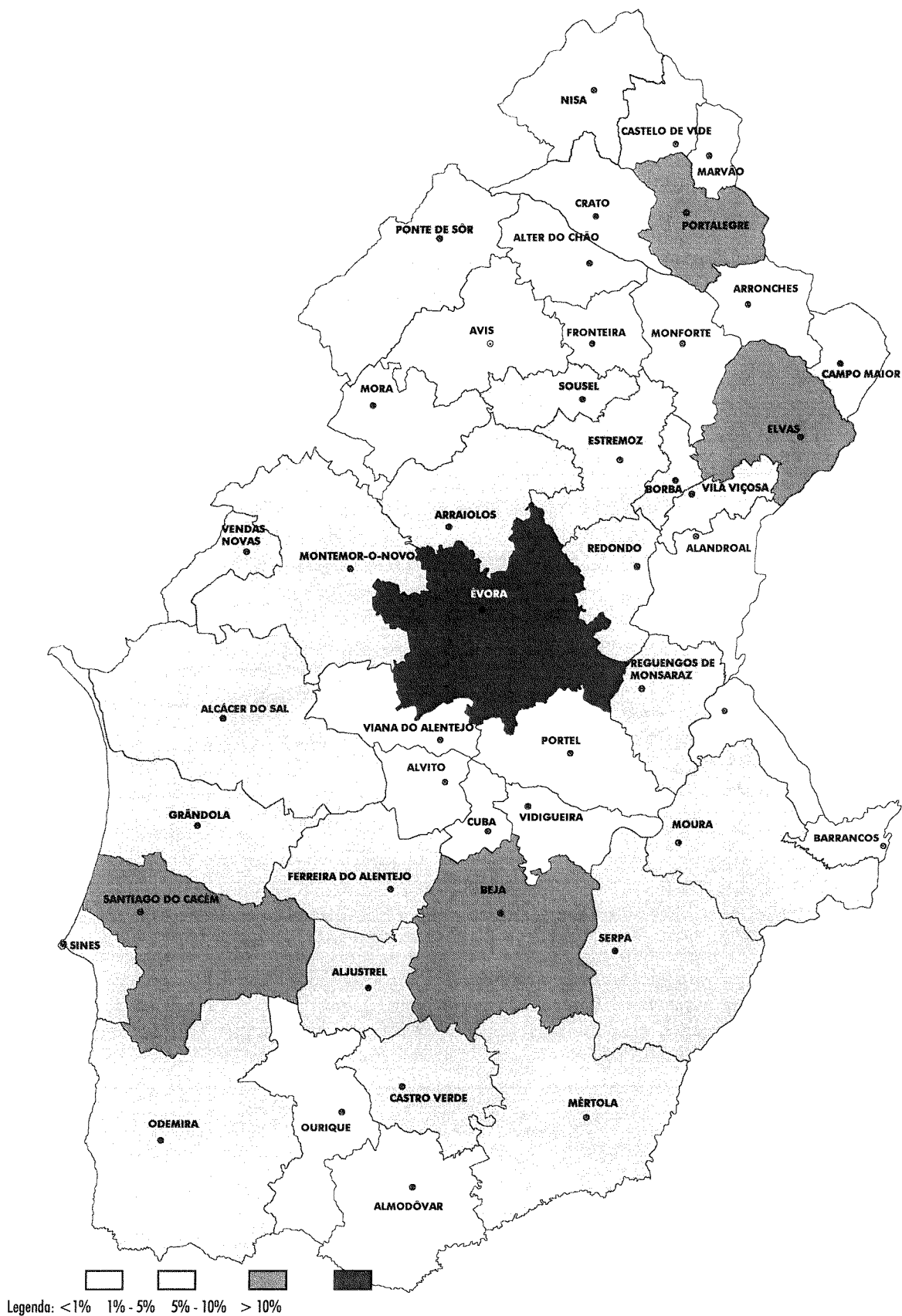
**Quadro A.3.2.2 Análise SWOT para o Alentejo (cont.)**

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Potenciação da fronteira externa da União Europeia e intensificação da articulação Territorial transfronteiriça.</p> <p>Expansão significativa do regadio.</p> <p>Inserção mais diversificada do porto de Sines no comércio mundial e sua interligação ferroviária com o interior do Alentejo e Espanha.</p> <p>Redefinição das Funções da Base Aérea de Beja com aproveitamento para fins económicos, incluindo indústrias aeronáuticas.</p> <p>Modernização e crescimento do sector agro-industrial.</p> <p>Crescimento da pecuária extensiva prioritariamente direccionada para a produção de raças autóctones.</p> <p>Expansão da área florestal (sobreiros, pinheiros, eucaliptos).</p> <p>Expansão do mercado das rochas ornamentais.</p> <p>Afirmação de produtos turísticos complementares, susceptíveis de atenuar a sazonalidade (património cultural e natural, praias, termas, caça).</p> <p>Crescente interesse por actividades de lazer e contacto com a natureza.</p> <p>Reconhecimento pela União Europeia da importância do meio rural.</p> <p>Consolidação do sistema urbano.</p> <p>Implementação dos principais nós intermodais regionais.</p> <p>Participação em redes de universidades, cidades, de empresas e de inovação tecnológica.</p> <p>Desenvolvimento das redes de telecomunicações e das tecnologias de informação.</p> <p>Condições favoráveis à produção de energias alternativas e renováveis e utilização da rede de gás natural.</p> <p>Disponibilidades de instrumentos de planeamento e ordenamento do Território.</p>	<p>Perda de competitividade das produções tradicionais (rochas ornamentais, produtos agrícolas e turismo).</p> <p>Exaustão do minério de cobre, sem um plano de reconversão e flutuação das cotações dos metais.</p> <p>Perda de eficiência da logística instalada.</p> <p>Degradação acentuada do coberto vegetal autóctone e sistemas tradicionais sustentáveis associados.</p> <p>Desertificação do meio rural</p> <p>Perda de vitalidade do meio rural com consequente perda de atractivos turísticos.</p> <p>Agravamento dos níveis de acessibilidade nas áreas territoriais mais afastadas dos principais eixos rodoviários.</p> <p>Descaracterização da imagem das cidades e aglomerados urbanos</p> <p>Elevados custos das intervenções ambientais e agravamento dos respectivos impactes.</p>

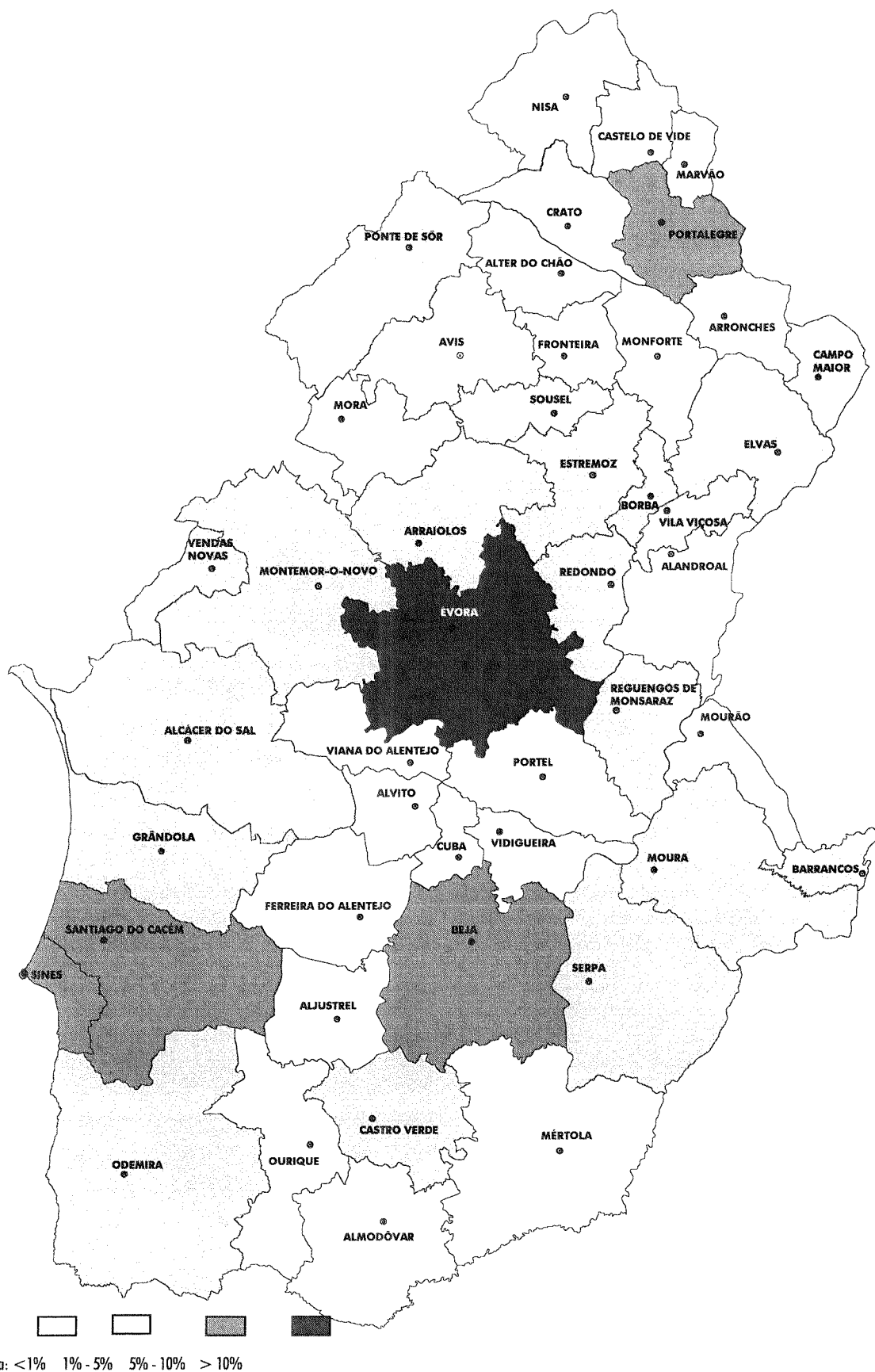
Mapa A.3.2.1 Dimensão média das sociedades com sede no Alentejo em 31.12.99



Mapa A.3.2.2 **Sociedades com sede no Alentejo em 31.12.1999**



Mapa A.3.2.3 Emprego nas Sociedades com sede no Alentejo em 31.12.1999







# A.3.3

## **ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA**





Quadro A.3.3.1 **Número de alunos inscritos e diplomados, em cursos de formação inicial, no ano lectivo 1999/2000**

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL	ALUNOS INSCRITOS 1999	DIPLOMADOS 1999
Arquitectura Paisagista	273	29
Artes Plásticas	82	
Biologia	261	11
Bioquímica	62	
Ciências do Ambiente	30	5
Economia	482	43
Educadores de Infância (Bacharelato)	77	13
Educadores de Infância (Licenciatura)	70	
Engenharia Agrícola	599	30
Engenharia Biofísica	208	11
Engenharia de Processos e Energia	69	5
Engenharia de Processos Químicos e Industriais	33	
Engenharia de Produção Industrial e Energia	89	
Engenharia de Recursos Geológicos	173	2
Engenharia de Recursos Hídricos	208	10
Engenharia Informática	273	45
Engenharia Zootécnica	577	37
Ensino de Biologia e Geologia	292	29
Ensino de Física e Química	270	15
Ensino de História	154	16
Ensino de Matemática	383	40
Ensino de Português e Francês	206	30
Ensino de Português e Inglês	240	30
Estudos Teatrais	79	
Filosofia	135	
Física	22	
Gestão de Empresas	590	46
História (ramo Património Cultural)	168	13
Matemática Aplicada	315	7
Medicina Veterinária	154	
Música	67	
Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico (Bachar.)	53	18
Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico (Licenc.)	82	
Psicologia	116	
Química	92	
Sociologia	341	35
<b>TOTAL</b>	<b>7490</b>	<b>475</b>

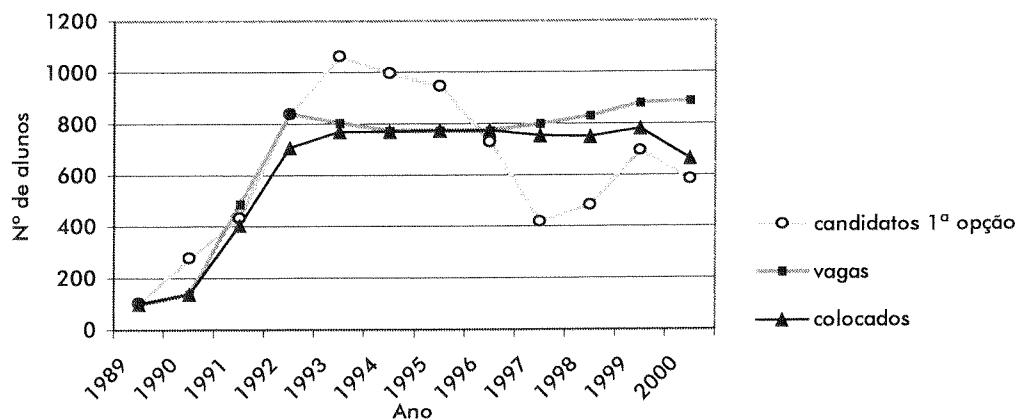
Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora

**Quadro A.3.3.2 Alunos inscritos em cursos de Mestrado e Pós-Graduação no ano lectivo  
1999/2000**

CURSOS DE MESTRADO	ALUNOS INSCRITOS
Química Analítica	2
Física	3
Educação – Administração Escolar	13
Educação – Supervisão Pedagógica	17
Educação – Metodologia do Ensino das Ciências: Biologia	11
Educação – Metodologia do Ensino das Ciências: Geologia	8
Gestão de Empresas	25
Estudos Históricos Europeus	16
Economia	28
Literaturas Poéticas Comparadas	17
Museologia	29
Organização e Sistemas de Informação	46
Matemática Aplicada	28
Gestão de Recursos Biológicos	31
Economia Agrícola	18
Estudos Históricos Europeus – 2º ano	22
Cartografia geológica	19
Engenharia do Solo e da Água	2
Ecologia Humana	18
Melhoramento de Plantas	2
Sociologia	43
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico	33
Inteligência Artificial	7
<b>CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	
Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias	25
Museologia	2
Transdisciplinar em Estudos Económicos e Jurídico-Políticos Contemporâneos	23

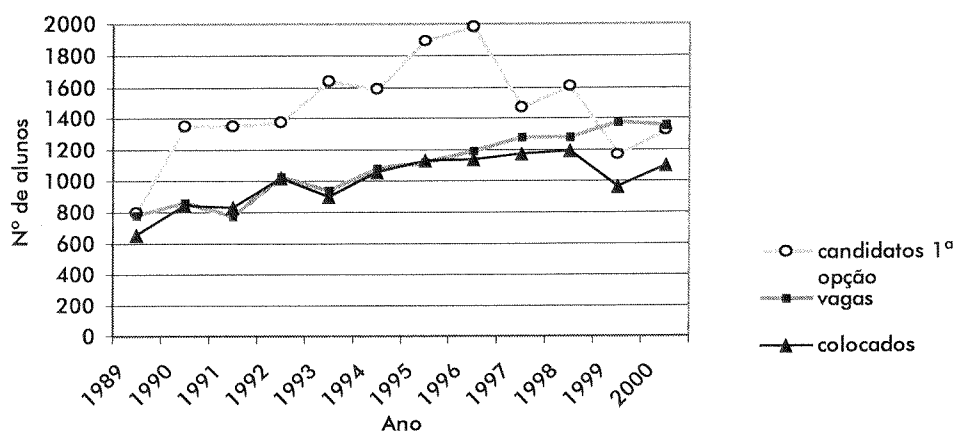
Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora

**Gráfico A.3.3.1 Evolução do número de alunos candidatos e colocados na Univ. do Algarve**



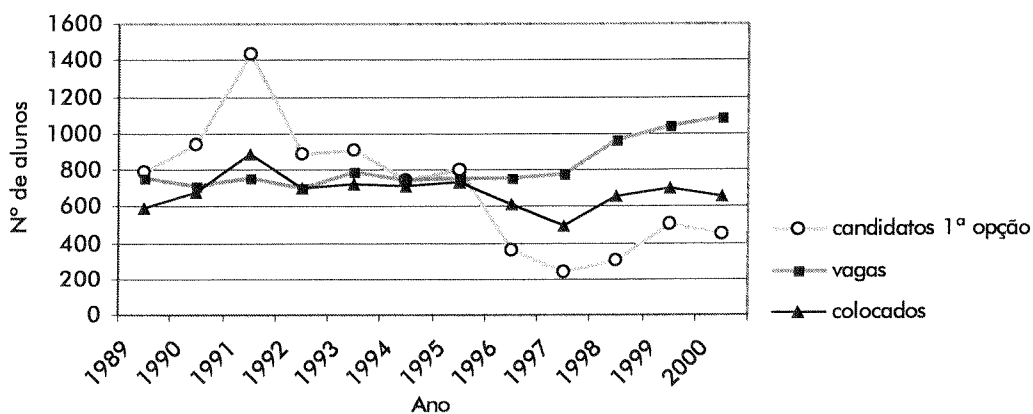
Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.2 Evolução do número de alunos candidatos e colocados na Univ. de Aveiro**



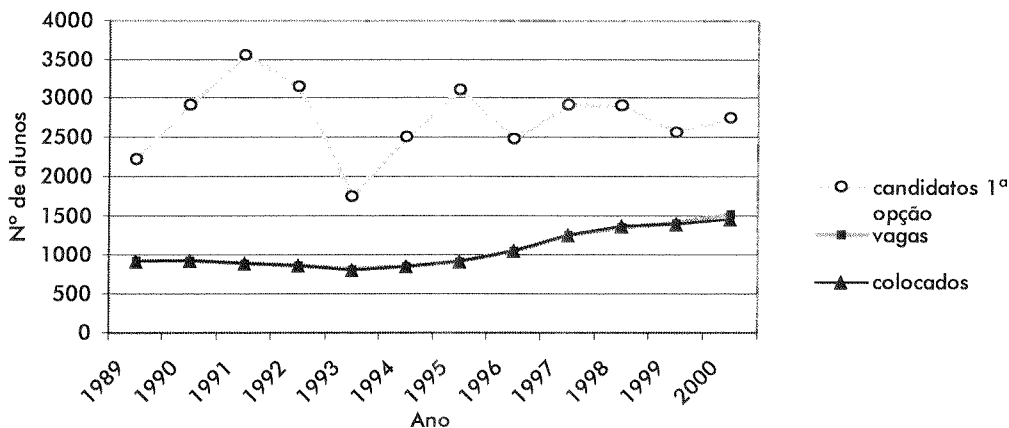
Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.3 Evolução do número de alunos candidatos e colocados na UBI**



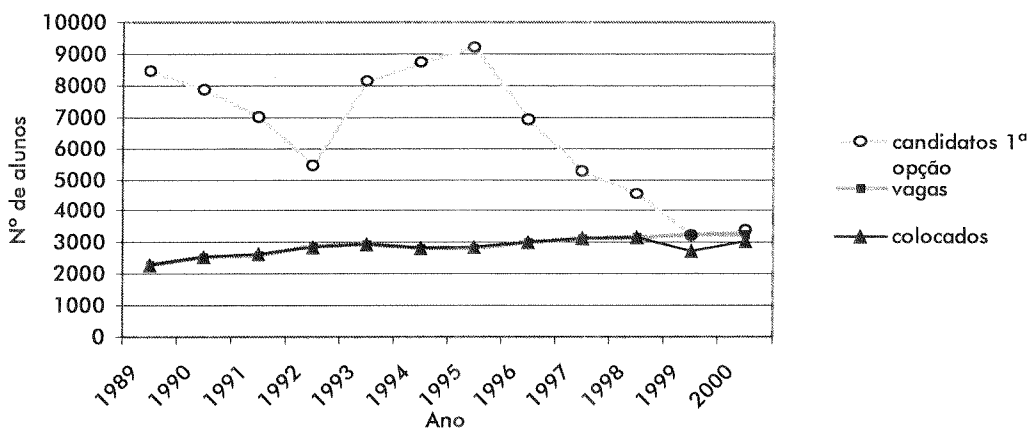
Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.4 Evolução do número de alunos candidatos e colocados na UNL**



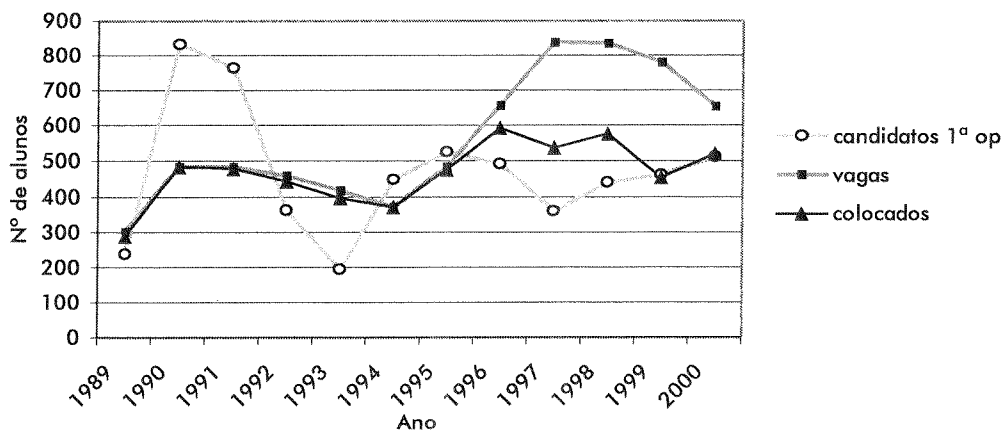
Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.5 Evolução do número de alunos candidatos e colocados na UTL**



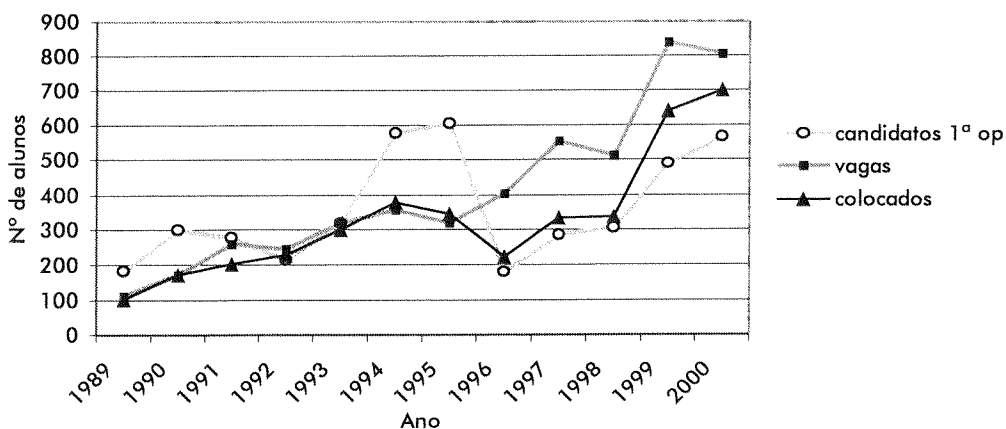
Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.6 Evolução do número de alunos candidatos e colocados no IPB**



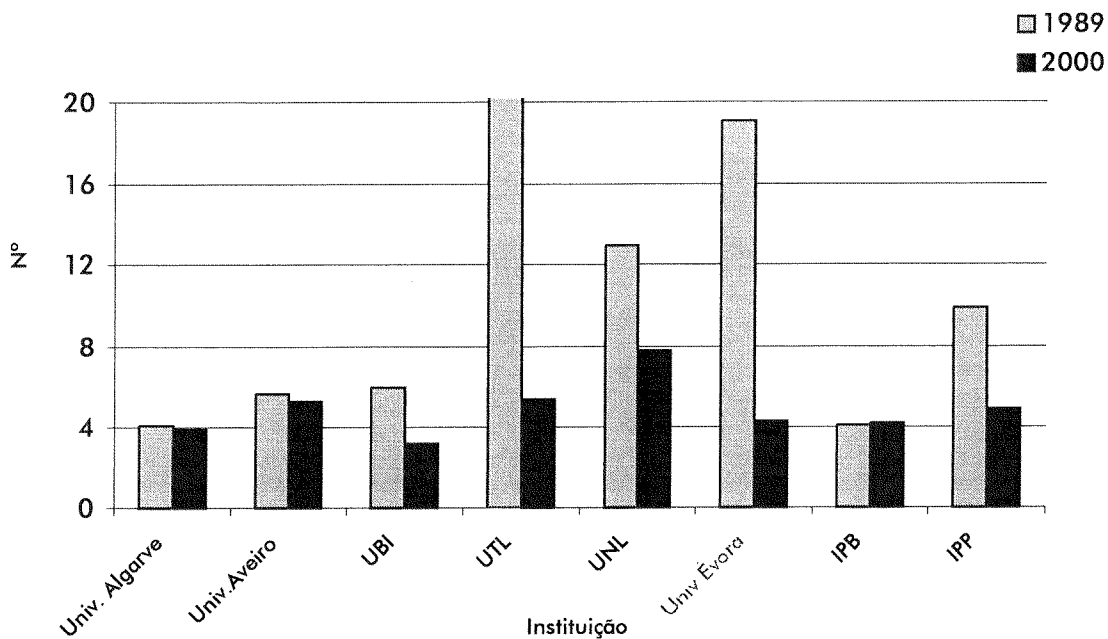
Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.7 Evolução do número de alunos candidatos e colocados no IPP**



Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Gráfico A.3.3.8 Evolução do indicador candidatos/vagas em alguns estabelecimentos de ensino superior**



Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Quadro A.3.3.3 Evolução da distribuição (%) do número de vagas e dos alunos colocados nos estabelecimentos de ensino superior do Alentejo**

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE VAGAS		ALUNOS COLOCADOS	
	1990	2000	1990	2000
U.E.	48,5	42,4	47,9	39,9
IPB	38,1	25,8	38,6	25,6
IPP	13,4	31,8	13,5	34,5
Alentejo (nº)	1272	2535	1258	2032

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

**Quadro A.3.3.4 Opção de entrada na Universidade de Évora, por distrito, no ano lectivo 1997/98**

DISTRITO	OPÇÃO		OPÇÃO	
		%		%
Beja	1ª	58,1	2ª	18,6
Évora	1ª	66,7	2ª	15,7
Faro	3ª	29,4	1ª	17,6
Lisboa	4ª	20,9	1ª	13,1
Portalegre	1ª	33,3	4ª	22,2
Santarém	1ª	24,2	3ª	19,7
Setúbal	1ª	31,0	3ª e 4ª	19,0

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.3.3.5 Opção de entrada na Universidade de Évora, por curso, no ano lectivo 1997/98**

CURSO	OPÇÃO		DISTRITO	%
		%		
Arquitectura Paisagista	1ª	47,6	Lisboa	29,2
Biologia	3ª	40,7	Lisboa	35,7
Biologia/Geologia (ensino)	1ª	61%	Évora	18,5
Economia	1ª	35,3	Évora	25,9
Engenharia Agrícola	3ª	32,7	Évora	24,1
Engenharia Biofísica	3ª	35	Évora/Setúbal	19,0
Engenharia Informática	1ª	52,5	Évora	52,5
Engº Recursos Hídricos	1ª	45,5	Évora	69,2
Engenharia Zootécnica	4ª	25,8	Lisboa	28,6
Filosofia	1ª	38,5	Évora	18,2
Física e Química (ensino)	1ª	27,8	Évora	31,8
Gestão	1ª	42,9	Évora	28,8
História (ensino)	1ª	36,4	Lisboa	36,4
Matemática (ensino)	1ª	50,0	Évora	36,1
Matemática Aplicada	1ª	30,3	Évora	19,4
Medicina Veterinária	2ª	40,9	Lisboa	27,3
Português/Francês (ensino)	1ª	66,7	Évora	50,0
Português/Inglês (ensino)	1ª	60,9	Évora	26,9
Química	2ª	25,0	Évora	34,8
Sociologia	1ª	37,1	Évora	21,6
Ciências do Ambiente	5ª e 6ª	33,3	Leiria	17,9
História (património cultural)	1ª	38,9	Lisboa/Évora	19,0

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.3.3.6 Docentes em algumas instituições de ensino superior em Portugal, por grau académico (31.12.1997)**

INSTITUIÇÕES	DOUTOR.	MESTRADO	LICENCIATURA	OUTROS	TOTAL
Univ. Algarve	64	91	30	4	189
Univ. Aveiro	287	89	126	87	589
Univ. Beira Interior	111	58	162	0	331
Univ. Técnica Lisboa	959	362	558	23	1902
Univ. Nova Lisboa	580	231	514	53	1378
Univ. Évora	149	147	114	88	498
<b>Total Universidades</b>	<b>5288</b>	<b>2559</b>	<b>5245</b>	<b>592</b>	<b>13684</b>
Inst. Polit. Beja	10	53	139	4	206
Inst. Polit. Portalegre	5	50	121	17	193
<b>Total Politécnicos</b>	<b>156</b>	<b>1424</b>	<b>2673</b>	<b>344</b>	<b>4597</b>

Fonte: Cerdeira (1999).

**Quadro A.3.3.7 Docentes em algumas instituições de ensino superior em Portugal, por categorias (31.12.1997)**

INSTITUIÇÕES	CAT.	ASSOC.	AUX.	ASSIST.	A. EST.	OUT.	TOTAL
Univ. Algarve	13	19	81	145	15	491	764
Univ. Aveiro	40	67	196	205	19	62	589
Univ. Beira Interior	20	31	65	144	70	1	331
Univ. Técnica Lisboa	208	296	576	714	83	25	1902
Univ. Nova Lisboa	136	150	344	587	47	114	1378
Univ. Évora	19	29	109	279	56	6	498
<b>Total Universidades</b>	<b>1060</b>	<b>1484</b>	<b>3229</b>	<b>5635</b>	<b>960</b>	<b>1316</b>	<b>13684</b>
	Coord.	Adj.	As.2T	As.1T	Out.	Total	
Inst. Polit. Beja	8	55	50	83	10	206	
Inst. Polit. Portalegre	16	65	75	32	5	193	
<b>Total Politécnicos</b>	<b>250</b>	<b>1675</b>	<b>1238</b>	<b>1325</b>	<b>335</b>	<b>4597</b>	

Fonte: Cerdeira (1999).

**Quadro A.3.3.8 Rácio Alunos/Docentes em 1997/98**

INSTITUIÇÕES	ALUNOS (1)	DOCENTES(2)	RÁCIO (1)/(2)	NÃO DOC. (3)	RÁCIO (1)/(3)
Univ. Algarve	7948	764	10,4	333	23,9
Univ. Aveiro	7665	589	13,0	331	23,2
Univ. Beira Interior	4088	331	12,4	211	19,4
Univ. Técnica Lisboa	21085	1902	11,1	1278	16,5
Univ. Nova Lisboa	11858	1378	8,6	771	15,4
Univ. Évora	6720	498	13,5	396	17,0
<b>Total Universidades</b>	<b>154552</b>	<b>13684</b>	<b>11,3</b>	<b>8955</b>	<b>17,3</b>
Inst. Polit. Beja	2579	224	11,5	107	24,1
Inst. Polit. Portalegre	1493	211	7,1	57	26,2
<b>Total Politécnicos</b>	<b>61104</b>	<b>4823</b>	<b>12,7</b>	<b>2021</b>	<b>30,2</b>

Fonte: Cerdeira (1999).

**Quadro A.3.3.9 Despesa por aluno em algumas instituições de ensino superior (Orçamento de Estado)**

INSTITUIÇÕES	DESPEZA 1987	DESPEZA P/ALUNO 1987	DESPEZA 1991	DESPEZA P/ALUNO 1991	DESPEZA 1997	DESPEZA P/ALUNO 1997
Univ. Algarve	459.247	865	1.420.802	724	4.138.918	525
Univ. Aveiro	896.835	409	2.223.400	563	4.990.921	692
Univ. Beira Interior	242.166	267	1.034.080	389	2.565.691	625
Univ. Técnica Lisboa	3.409.351	247	8.158.747	533	13.332.984	698
Univ. Nova Lisboa	2.108.011	406	4.684.190	610	8.581.134	840
Univ. Évora	621.126	266	1.667.765	384	3.669.234	570
<b>Total Universidades</b>	<b>20.869.359</b>	<b>265</b>	<b>52.160.939</b>	<b>521</b>	<b>98.250.285</b>	<b>681</b>
Inst. Polit. Beja	161.386	1.651	591.464	552	1.254.344	574
Inst. Polit. Portalegre	91.480	3.452	389.217	775	819.016	554
<b>Total Politécnicos</b>	<b>4.226.001</b>	<b>327</b>	<b>12.001.364</b>	<b>425</b>	<b>26.252.655</b>	<b>470</b>

Fonte: Cerdeira (1999).

Unidade: milhares de escudos.

Nota: os dados referem-se aos alunos de formação inicial.

**Quadro A.3.3.10 Investimento realizado em algumas instituições de ensino superior entre 1980-1997**

INSTITUIÇÕES	INVESTIMENTO
Univ. Algarve	8.327.123
Univ. Aveiro	9.876.971
Univ. Beira Interior	5.971.411
Univ. Técnica Lisboa	27.222.949
Univ. Nova Lisboa	14.083.489
Univ. Évora	5.346.285
<b>Total Universidades</b>	<b>138.361.538</b>
Inst. Polit. Beja	2.541.774
Inst. Polit. Portalegre	1.611.107
<b>Total Politécnicos</b>	<b>57.268.312</b>

Fonte: Cerdeira (1999).

Unidade: milhares de escudos.

**Quadro A.3.3.11 Financiamento de algumas instituições de ensino superior (Orçamento de Estado 2001)**

INSTITUIÇÕES	OE DESPESAS GLOBAIS	OE-SAS	PIDDAC	PIDDAC (ACÇÃO SOCIAL)
Univ. Algarve	10.848.791	859.574	1.356.000	81.000
Univ. Aveiro	11.854.510	2.069.440	1.804.200	621.000
Univ. Beira Interior	4.132.608	896.000	315.000	96.000
Univ. Técnica Lisboa	29.249.474	2.425.755	2.029.000	190.000
Univ. Nova Lisboa	17.337.499	1.260.046	1.406.000	233.575
<b>Univ. Évora</b>	<b>8.664.027</b>	<b>969.363</b>	<b>1.128.400</b>	<b>62.000</b>
Inst. Polit. Beja	2.815.370	395.157	348.000	50.000
Inst. Polit. Portalegre	2.169.173	325.284	106.000	60.000

Unidade: milhares de escudos.

Fonte: www.dgo.pt/oe/2001/Aprovado/Mapas.



**Quadro A.3.3.12 Financiamento PIDDAC (Total)  
atribuído a algumas instituições de ensino superior**

INSTITUIÇÕES	PIDDAC	PIDDAC (Acção Social)
Univ. Algarve	9.798.208	1.975.362
Univ. Aveiro	11.174.463	10.299.427
Univ. Beira Interior	5.300.424	2.218.713
Univ. Técnica Lisboa	11.868.569	2.872.939
Univ. Nova Lisboa	13.743.061	2.484.137
<b>Univ. Évora</b>	<b>11.623.959</b>	<b>3.166.029</b>
Inst. Polit. Beja	2.052.461	774.856
Inst. Polit. Portalegre	894.721	718.960

Unidade: milhares de escudos.

Fonte: [www.dgo.pt/oe/2001/Aprovado/Mapas](http://www.dgo.pt/oe/2001/Aprovado/Mapas).

Nota: os valores apresentados dizem respeito ao executado até 31.12.99, o previsto em 2000, e o orçamentado para 2001, 2002, 2003 e anos seguintes.

Quadro A.3.3.13 Projectos de investigação em curso na Universidade de Évora (2000)

Departamento Centro	Fonte Financiamento	Nº	PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM EXECUÇÃO (1999-2000)	Instituição líder - UE	Coordenador da equipa na UE	Financiamento para a UE
CEA-BIO	PAMAF	1	MEVAGAR – Medidas de Valorização de galerias ribeirinhas e sua avaliação no contexto agro-ambiental	ISA-UE	Paulo Pinto	9.300.000 \$
CEA-BIO	PAMAF	2	Ensaio metodológico para a identificação e monitorização de indicadores de biodiversidade em montados de sobre e azinho ao nível da unidade de gestão	UE-UE	Jorge Araújo	16.830.000 \$
CEA-BIO	PAMAF	3	Híbridos nos montados mistos de sobreira e azinheira: análise isoenzimática	UE	Carola Meierrose	5.000.000 \$
CEA-BIO	PAMAF	4	Protecção de montados de sobre e de azinho – Insectos xilófagos	UE-UE	Diogo Figueiredo	6.450.000 \$
CEA-BIO	PORA	5	Criação de uma base de dados de fauna e flora do Alentejo	UE-UE	Diogo Figueiredo	19.000.000 \$
CEA-BIO	PORA	6	Unidade Laboratorial para análises da qualidade Ambiental de Recursos Hídricos	UE-UE	Manuela Morais	18.493.000 \$
CEA-BIO	PRAXIS	7	Biodiversidade em corredores ripícolas: avaliação para conservação e gestão ambiental	IMar-UE	Paulo Pinto	4.576.000 \$
CEA-BIO	PRAXIS	8	Repovoamento e valorização de ecossistemas aquáticos da bacia hidrográfica do rio Guadiana	UE-UE	Paulo Pinto	3.392.000 \$
CEA-BIO	PRAXIS	9	Leveduras do género Dekkera em vinhos: ecologia e síntese de etil-finóis	UE-UE	Carola Meierrose	8.268.000 \$
CEA-BIO	PRAXIS	10	Avaliação da infecção por Leishmania infantum no concelho de Évora (Província Alto Alentejo, Sul de Portugal) e estabelecimento de uma unidade local de diagnóstico e investigação (CDI/LEISH)	UE-UE	Saúl Semião-Santos	14.991.000 \$
CEA-BIO	PRAXIS	11	A conservação da água de Bonelli (Hieraaetus Fsiatus) no contexto mediterrânico: Ecologia, Demografia e Genética das populações Portuguesas	UA-UE	Diogo Figueiredo	23.120.000 \$
CEA-BIO	CRUP-Luso-Esp	12	Avaliação de impactos ambientais em sistemas estuarinos: avaliação e biomonitorização de populações de meiofauna associadas aos povoamentos de Zostera Noltii no estuário do Mira	UE-UE	M <sup>a</sup> . Helena Adão	180.000 \$
CEA-BIO	EU-Energia, Amb.e Desenv. Sustentável	13	Development and testing of an integrated assessment system for the ecological quality of streames and rivers throughout Europe using benthic macroinvertebrates	UESSEN.NT-UE	Paulo Pinto	15.579.456 \$
TOTAL						145.179.456 \$
CGE-FIS	EU-Amb.	1	CLEARCOLUMN ACE 2 – Clear Sky Column Closure Experiment	IFT-UE	Ana Maria Silva	3.300.000 \$
CGE-FIS	JNICT-ESO	2	Pequenas nuvens de hidrogénio no Hemisfério Norte Galáctico	UE-UE	Miguel Avillez	9.000.000 \$
CGE-FIS	PRAXIS	3	Elementos para a caracterização do risco sísmico na região meridional do continente Português	ICTE-UE	Augusto Fitas	10.574.000 \$
CGE-FIS	PRAXIS	4	Estrutura e processos na margem portuguesa – EPROMAR	ICTE-UE	Rosa Duque	572.000 \$
CGE-FIS	PRAXIS	5	Rede de observação da composição da atmosfera (ROCA)	IM-UE	Ana Maria Silva	6.000.000 \$
CGE-FIS	CIÊNCIA VIVA	6	Rede de Observação Sísmica nas Escolas dos Açores	ICTE-UE	Ana Maria Silva	10.380.000 \$
CGE-FIS	CIÊNCIA VIVA	7	Monitorização Sísmica da Região de Évora	UE-UE	Ana Maria Silva	7.500.000 \$
CGE-FIS	EU-EUMETSAT	8	Satellite Application facility for surface analysis (Land SAF)	IM-UE	Ana Maria Silva	16.439.524 \$
TOTAL						63.765.524 \$
CIDEHUS-SOC	JNICT	1	Dinâmicas populacionais na região Alentejo: homogeneidade e diversidade	UE-UE	Filomena Mendes	7.695.000 \$
CIDEHUS-HIS	JNICT	2	Elites em contextos regionais: família, património e rede de interesses no Alentejo contemporâneo	UE-UE	Helder Fonseca	7.278.000 \$
CIDEHUS-HIS	PRAXIS	3	O sudoeste peninsular na época Árabo-Islâmica-fontes e ocupação do território	UE-UE	Adel Sidarus	24.000.000 \$
CIDEHUS-HIS	PRAXIS	4	Organização e informatização do arquivo e biblioteca da Casa Eugénio de Almeida (Évora)	UE-UE	Helder Fonseca	6.970.000 \$
CIDEHUS-HIS	PRAXIS	5	Dinâmicas espaciais nas regiões do Alentejo, Algarve e Beira Interior: cenários de ocupação do território no horizonte do ano 2015	UE-UE	Filomena Mendes	15.000.000 \$
CIDEHUS-HIS	PRAXIS	6	Engenheiros e Engenharia portugueses do final (do século XVIII até 1931)	UE-UE	Ana Cardoso Matos	6.982.000 \$
CIDEHUS-HIS	PRAXIS	7	A formação da elites e redes clientelares. Uma observação centrada em Évora (Séc. XIV-XV)	UE-UE	Themudo Barata	10.000.000 \$
CIDEHUS-SOC	PORA	8	O papel da família agrícola no desenvolvimento local do Alentejo	UE-UE	Rosário Casinha	6.737.000 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	9	Forum of European Research in Vocational Education and Training (FORUM)	UB – UE	Eduardo Figueira	7.113.600 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	10	STTAR- Formação tecnológica especializada na perspectiva de integração europeia – a região Alentejo	UB-UE	Eduardo Figueira	2.190.240 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	11	Evaluation of the innovative input of vocational education and training; integrated tools for individual and a company self-evaluation of the contribution of work related competencies for the innovative process	EPRAL-UE	Eduardo Figueira	585.000 \$

CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	12	Sectorial and regional challenges for VET: Responsiveness & Innovation Agent	STOAS-UE	Eduardo Figueira	3.510.000 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	13	Alleo – Alentejo Leonardo	EPRAL-UE	Eduardo Figueira	29.316.000 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	14	New Approaches to Training in Underdeveloped Rural Areas	CRED-UE	Eduardo Figueira	8.474.108 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	15	TACITKEY – Tacit forms of Key competences for changing employment opportunities	UF-UE	Eduardo Figueira	7.056.965 \$
CIDEHUS-SOC	EU-LEONARDO	16	VET-CULTURES – Analysis and comparison of social representations of vocational education and training in different european countries	UB-UE	Eduardo Figueira	4.811.568 \$
CIDEHUS-SOC	EU-RECITE II	17	Towards Sustainable Development of Marginal Rural Areas in Europe: A Network of Local and Regional Authorities	APT-UE	Eduardo Figueira	39.620.255 \$
TOTAL						187.339.736 \$

SOC	PESSOA	1	Necessidades de Formação em Turismo Cultural: O triângulo Monsaraz, Alandroal e Estremoz	UE-UE	Francisco Ramos	6.339.900 \$
SOC	PEDIZA	2	Turismo na Zona do Regolfo de Alqueva – Estudo de Caso	UE-UE	Francisco Ramos	8.975.237 \$
TOTAL						15.315.137 \$

CIMA-MAT	JNICT	1	Equações de Schrodinger não linear com campo magnético	UE-UE	José Ribeiro	4.367.000 \$
CIMA-MAT	PRAXIS	2	Análise não-linear e sistemas dinâmicos	IST-UE	António Ornelas	5.888.000 \$
CIMA-MAT	SAPIENS – Proj 99	3	Optimização e Equações Diferenciais	UE-UE	António Ornelas	5.000.000 \$
TOTAL						15.255.000 \$

ICAM-ER	EU – FAIR	1	Tillage erosion: current state, future trends and prevention	KUL-UE	José Rafael Silva	30.320.000 \$
ICAM-ER	EU – FAIR	2	Corkassess: field assesment and modelling of cork production and quality	ISA-UE	Gonçalves Ferreira	15.600.000 \$
ICAM-FIT	EU – FAIR	3	EMI-european miscanthus improvement broadening the genetic, testing genotypes and development of breeding methods	UH-UE	Gottlieb Basch	24.000.000 \$
ICAM-FIT	EU – FAIR	4	Construction and test of technical itineraries to grow field processing tomato of sound quality with limited costs and respect of the environment	AMITT-UE	Carlos Portas / Rui Machado	17.800.000 \$
ICAM-BIO	EU – FAIR	5	Development of a sustainable strategy for the management of root-knot nematodes in vegetable crops in southern Europe – an alternative to the use of methyl bromide	IACR-UE	Manuel Melo e Mota	24.183.900 \$
ICAM-SAN	JNICT	6	Interação microrganismo-hospedeiro no epitélio da glândula mamária	FMV-UE	M.ª Cristina Queiroga	2.900.000 \$
ICAM-BIO	PAMAF	7	Ecologia dos montados de Quercus Suber e Quercus Rotundifolia: intercepção, transpiração, ciclo de nutrientes e vegetação espontânea	ISA-UE	Luiz Gazarini	11.200.000 \$
ICAM-BIO	PAMAF	8	Efeito de acções antrópicas na dinâmica de comunidades em áreas de montado – relações solo-flora-fauna	UE-UE	Luiz Gazarini	13.960.000 \$
ICAM-BIO	PAMAF	9	Melhoramento do pinheiro manso para a produção do pinhão na região sul	UE	Amely Potes	7.550.000 \$
ICAM-ER	PAMAF	10	Estudo comparativo de métodos de rega no Alentejo para apoio à decisão de escolha dos métodos e ao projecto dos sistemas	UE-UE	Ricardo Serralheiro	17.960.000 \$
ICAM-ER	PAMAF	11	Gestão e uso eficiente da água e do solo. Desenvolvimento e divulgação de tecnologias, de utilização de máquinas de rega	UE	Gonçalves Ferreira	6.400.000 \$
ICAM-ER	PAMAF	12	Adequada tecnologia do solo para a cultura da beterraba sacarina	UE	Henrique Chia	1.790.000 \$
ICAM-ER	PAMAF	13	Melhoria de gestão da água de rega no Alentejo. Uso de condicionadores poliméricos no solo	UE-UE	Gonçalves Ferreira	13.570.000 \$
ICAM-ER	PAMAF	14	Modernização de técnicas e equipamentos em agricultura de regadio	ISA-UE	Ricardo Serralheiro	2.820.000 \$
ICAM-ER	PAMAF	15	Qualidade da estação: influência na sobrevivência de plantações jovens de sobreiro e azinheira	DAIF-UE	Gonçalves Ferreira	17.400.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	16	Avaliação de culturas alternativas não alimentares	UE-UE	M.ª Ermelinda Lourenço	10.820.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	17	Demonstração e divulgação de variedades de grão-de-bico de sementeira outonal, para alimentação humana e animal	ENMP-UE	M.ª Ermelinda Lourenço	3.415.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	18	Estudo de algumas das causas da ocorrência do "gosto da rolha" em vinhos.	IBET-UE	Paulo Laureano	4.960.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	19	Estudos orientados para admissão à certificação de castas de vitis vinifera portuguesas recomendadas para as regiões de vinho de qualidade	UE	Coloço do Rosário	13.950.000 \$

ICAM-FIT	PAMAF	20	Influência da rega na qualidade do vinho e perenidade da videira no Alentejo	ISA-UE	Mota Barroso	19.580.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	21	Melhoramento da produção e qualidade de sobreiros	ISA-UE	Mota Barroso	5.819.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	22	Optimização de secagem de frutos no Alentejo	EAN-UE	Mota Barroso	16.440.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	23	Caracterização de vinhos elementares alentejanos	ISA-UE	João Araújo	6.400.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	24	Contribuição para a optimização do sistema dinâmico tractor-alfaia de mobilização do solo	UE-UE	José Oliveira Peça	8.447.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	25	Desenvolvimento de estratégias em sistemas de baixo custo para o controlo de infestantes e preparação da cama da semente na produção de cereais	UE-UE	Gottlieb Bash	11.350.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	26	Estudo da aplicação da poda mecânica na olivicultura moderna	UE-UE	José Oliveira Peça	5.820.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	27	Racionalização da fertilização na cultura do trigo	UE-UE	Mário de Carvalho	15.650.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	28	Sistemas de colheita mecânica de azeitona	UE-UE	José Oliveira Peça	11.931.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	29	Sistemas de mobilização do solo em culturas arvenses de sequeiro	UE-UE	Mário de Carvalho	18.215.000 \$
ICAM-FIT	PAMAF	30	Seleção de variedades de trigo para sementeira directa	ENMP-UE	Mário de Carvalho	1.600.000 \$
ICAM-GEO	PAMAF	31	Tipificação dos montados de sobre e azinho e dos sistemas de exploração associados, para os concelhos de Aviz, Mora e Arraiolos. Identificação dos principais problemas e medidas para a sua gestão integrada e conservação	EFN-UE	Carlos Alexandre	2.025.000 \$
ICAM-SAN	PAMAF	32	Seleção de clones de cultivares de "olea europea L." utilizados na produção do azeite de Moura para renovação dos olivais de Serpa e Moura	IBET-UE	Ivone Clara	2.825.000 \$
ICAM-SAN	PAMAF	33	Valorização das cultivares de "olea europea L." 'negrinha de freixo' (denominação de origem) e 'santulhana' em Trás-os-Montes	EAN-UE	Ivone Clara	2.900.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	34	Avaliação técnica-económica de sistemas de produção de carne de bovino com base nas raças autóctones (Alentejana e mertolenga) e seus cruzamentos	DRAA-UE	Carlos Roquete	16.555.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	35	Caracterização de enchidos regionais de porco alentejano-estudo de culturas microbianas promotoras da tipicidade	UE-UE	Artur Marinho	9.642.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	36	Caracterização qualitativa e quantitativa do leite e queijo de ovelha produzidos na região do queijo de Serpa	DRAA-UE	Cristina Pinheiro	6.930.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	37	Fenóis voláteis em vinhos portugueses de qualidade: extensão do Problema, principais causas e medidas de controlo	ISA-UE	Artur Marinho	3.550.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	38	Optimização da produção de porco alentejano destinado à transformação em produtos secos tradicionais de alta qualidade	UE-UE	Afonso de Almeida	17.567.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	39	Qualidade da carcaça e da carne de borregos Merino Branco e Cruzados Ile de France X Merinos Brancos, produzidos no sul de Portugal	EZN-UE	M. Cancela d'Abreu	5.650.000 \$
ICAM-ZOO	PAMAF	40	Reflexos da natureza da dieta no metabolismo, crescimentos e comportamento do toiro bravo	EZN-UE	Carlos José Roquete	1.450.000 \$
ICAM-FIT	PORA	41	Produção de culturas mistas de leveduras para vinificação controlada	UE-UE	Colaço do Rosário	57.023.000 \$
ICAM-BIO	PRAXIS	42	Prospecção e estudo de espécies de Bursaphelenchus e outros nemátodes associados a insectos cerambrídeos em pinheiro em Portugal	UE-UE	Manuel Melo e Mota	8.520.000 \$
ICAM-ER	PRAXIS	43	Processos hídricos, pedológicos e biológicos em montados de Quercus Suber e Quercus Rotundifolia	ISA-UE	Luis Gazarini	9.000.000 \$
ICAM-ER	PRAXIS	44	Conservação do solo, gestão e uso eficiente da água na rega por pivot na bacia do Guadiana	UE-UE	Gonçalves Ferreira	2.646.000 \$
ICAM-ER	PRAXIS	45	Uso eficiente e sustentável da água na agricultura, com integração de tecnologias da rega, da drenagem e da avaliação das necessidades hídricas das culturas	UE-UE	Ricardo Serralheiro	23.975.000 \$
ICAM-ER	PRAXIS	46	Métodos de Avaliação e Monitorização de Características Florestais para Gestão Sustentada da Floresta	UTAD-UE	Gonçalves Ferreira	6.545.000 \$
ICAM-ER	PRAXIS	47	Monitorização da Resposta ao Stress Ambiental em Povoamentos de Sobreiro	ISA-UE	Gonçalves Ferreira	3.000.000 \$
ICAM-FIT	PRAXIS	48	Sistemas alternativos de produção de raças bovinas autóctones	FMV-UE	Efe Serrano	15.940.000 \$
ICAM-FIT	PRAXIS	49	Caracterização eco-morfológica dos sistemas radicais de culturas herbáceas em regadio	UE-UE	M.ª Rosário Oliveira	15.060.000 \$
ICAM-FIT	PRAXIS	50	Estudo de incompatibilidade em prunoideas. Identificação e isolamento de genes e proteínas Responsáveis pela auto incompatibilidade	UE-UE	Mota Barroso	8.580.000 \$
ICAM-FIT	PRAXIS	51	Sistemas de mobilização do solo em culturas arvenses de sequeiro nas perspectivas agronómica, ambiental e económica	UE-UE	Gottlieb Basch	21.500.000 \$

ICAM-FIT	PRAXIS	52	Qualidade Física e Química de frutos no período pós-colheita com vista à optimização da data de maturação e equipamento de calibragem	IST-EU	Pedro Rodrigues / Ana Agulheiro Santos	7.500.000 \$	
ICAM-FIT	PRAXIS	53	Análise Vestigial de Vinhos de Qualidade da Região do Alentejo	FEUP-UE	Colaço do Rosário	4.250.000 \$	
ICAM-FIT	PRAXIS (Med. 3.1b)	54	Nogueira - aumento da eficácia do processo de multiplicação vegetativa da Nogueira, visando a melhoria de qualidade das Plantas	UE-YJB	João Mota Barroso	4.608.000 \$	
ICAM-FIT	PRAXIS	55	CCICLUS - Impacte Climático de Alterações do Uso da Terra	ICTE-EU	Pedro Miranda / Mário de Carvalho	3.910.000 \$	
ICAM-FIT	PRAXIS	56	Caracterização genética de rizóbio para grão-de-bico e sua relação com o local de origem e eficiência simbiótica	UE-UE	Pedro Miranda / Mário de Carvalho	16.000.000 \$	
ICAM-FIT	PRAXIS (4. PQ)	57	No-tillage - an environmentally friendly and cost saving alternative in crop production under European conditions	UE-UE	Gottlieb Basch	152.500 \$	
ICAM-ZOO	PRAXIS	58	A fibra e a proteína alimentar na fisiologia digestiva e no metabolismo dos animais monogástricos	ISA-UE	Afonso de Almeida	11.530.000 \$	
ICAM-ZOO	PRAXIS	59	Influência dos polifenóis na utilização de recursos arbustivos pelos ruminantes	INIA-UE	Élvira Baptista	5.111.000 \$	
ICAM-ZOO	PRAXIS	60	Mamites em ruminantes-imunidade local e seus mecanismos reguladores	FMV-UE	Artur Marinho	20.000.000 \$	
ICAM-ZOO	PRAXIS	61	Bioemétria da fisiologia adaptativa e comportamental de bovinos autóctones e exóticos ao ambiente geofísico mediterrânico	UE-UE	Afonso de Almeida	25.700.000 \$	
ICAM	PRAXIS	62	Núcleos centrais dos programas regionais	UE-UE	Conselho Directivo	40.921.213 \$	
ICAM -ER	CRUP-Luso-Esp	63	Gestão sustentada do montado de sobre: classe de qualidade da estação	UE-UE	Gonçalves Ferreira	220.000 \$	
ICAM-ZOO	IDICT	64	Identificação e prevenção dos riscos associados à ordenha mecânica de bovinos leiteiros	UE-UE	Cristina Pinheiro	741.570 \$	
ICAM-ER	IDICT	65	A utilização de veios de cardan em alfaias que requerem movimento da tomada de força	UE-UE	António Bento Dias	743.100 \$	
ICAM-ER	IDICT	66	Identificação e prevenção dos riscos associados à utilização dos equipamentos usados na mecanização da olivicultura	UE-UE	Anacleto Pinheiro	766.600 \$	
ICAM-ER	IDICT	67	Identificação e prevenção dos riscos associados à utilização dos equipamentos usados na produção de feno e silagem	UE-UE	Anacleto Pinheiro	725.600 \$	
ICAM-ER	IDICT	68	A perspectiva da formação com vista à segurança nas operações de ligação e montagem de alfaias em tractores agrícolas	UE-UE	João Serrano	604.490 \$	
ICAM-FIT	IDICT	69	Avaliação estática de tractoristas no seu assento de condução	UE-UE	José Oliveira Peça	566.250 \$	
ICAM-FIT	PEDIZA	70	Instrumentalização da qualidade de melão com aplicação ao Melão Branco do Baixo Alentejo	UE-UE	Ana C. Aulheiro Santos	7.678.511 \$	
ICAM-ER	PEDIZA	71	Influência da mobilização em olivais nas propriedades do solo e na transitabilidade dos equipamentos	UE-UE	Anacleto Pinheiro	3.002.540 \$	
ICAM-FIT	PEDIZA	72	Projecto de Demonstração de Sementeira Directa no Alentejo	DRAA-UE	Mário de Carvalho	666.400 \$	
ICAM-ZOO	CCRA (GIT)	73	Caracterização Físico-Química da Carne Fresca do Porco Alentejano	UE-FVC	José Alberto Feijão	816.210 \$	
ICAM-ER	INTERREG II-C	74	Núcleo de demonstração de tecnologias de rega de superfície no Perímetro do Divor	UE-UE	Ricardo Serralheiro	55.000.000 \$	
ICAM-ER	INTERREG II-C	75	Criação de Núcleo de demonstração de técnicas de controlo da erosão e da infiltração no Perímetro de Rega do Divor	UE-UE	Francisco Lúcio Santos	15.000.000 \$	
ICAM-ZOO	SAPIENS - Proj 99	76	Efeito de Compostos fenólicos na sensibilidade gustativa: estudos de cinética celular e adaptações químicas e morfológicas da cavidade bucal	UE-CHPEBD	M <sup>a</sup> Elvira Baptista	9.480.000 \$	
ICAM-ER	SAPIENS - Proj 99	77	Conservação do solo e da água em condições particularmente difíceis dos regadios mediterrâneos	UE-UE	Ricardo Serralheiro	24.000.000 \$	
ICAM-ER	SAPIENS - Proj 99	78	Uso da água na agricultura: integração de tecnologias de rega e drenagem com a qualidade de água de rega	UE-UE	Francisco Lúcio Santos	24.000.000 \$	
ICAM-FIT	ICPME	79	Estratégias para a propagação da Oliveira, cv. "Galega Vulgar"	VJB-UE	Augusto Peixe	6.658.000 \$	
						TOTAL	845.085.884 \$
PED	CONNECT	1	Developmentally Appropriate Technology for Early Childhood (DATEC)	UG-UE	Assunção Folque	5.621.716 \$	
						TOTAL	5.621.716 \$

PBP	SAPIENS - Proj 99	1	GEOMETA - Elementos mínimos Geográficos para Análise Ambiental e Territorial	UE-UE	Nuno Neves	13.972.000 \$	
						TOTAL	13.972.000 \$
CEHFC-HIS	PRAXIS	1	Fontes impressas para a história da Ciência – Portugal séculos XVII a XIX e 1º quartel do séc. XX	UE-UE	M.ª Fátima Nunes	6.041.030 \$	
						TOTAL	6.041.030 \$
ER	INTERREG II-C	1	Canal Experimental de distribuição da água para rega, tendo em vista o estudo do controlo em situações de carência de água e a definição de modelos de gestão	UE-UE	Manuel Rijo	88.500.000 \$	
						TOTAL	88.500.000 \$
ECO	PRAXIS	1	Citogenética, autoecologia e sinecologia do Javali, <i>Sus Srofa</i> , L. : critérios para a gestão racional da espécie	UE-UE	Francisco Petrucci / Pedro Santos Junior	8.500.000 \$	
ECO	PRAXIS	2	Estudo Integrado do funcionamento do Estuário do Tejo e Plataforma Continental Associada, em resposta a pressões antropogéneas e alterações globais - (FESTA)	UE-UE	Alexandre Bettencourt	14.905.000 \$	
ECO	PRAXIS	3	Desenvolvimento de Métodos de fluxo para o controlo contínuo de água de barragens.	UP-UE	Sofia Capelo	5.580.000 \$	
ECO	LIFE	4	Montados do Sítio de Cabeção: gestão de Habitats e Espécies.	AFLOSOR-UE	Carlos Pinto Gomes	11.130.000 \$	
ECO	PAMAF	5	Estudo estratégico para avaliação do impacto do período venatório no ciclo reprodutivo do Javali	DGF-UE	Pedro Santos	3.383.000 \$	
						TOTAL	43.498.000 \$
ECN	PAMAF	1	Sistema integrado de informação agrícola	ISA-UE	António Pinheiro	12.780.000 \$	
ECN	INTERREG II	2	Publicação de Actas do Seminário - "Estados e Regiões Ibéricas na União Europeia"	UE-UE	José Manuel Caetano	339.500 \$	
ECN	EU-FAIR	3	MASMANAP - Methodology for seafood market studies in the aim of introducing new aquaculture products	IFREMER-UE	Rui Junqueira Lopes	6.101.068 \$	
ECN	EU-FAIR	4	MISSFISH - Market-Driven Incentive Structures for Sustainable Fisheries Management	UPH- UE	Rui Junqueira Lopes	2.896.563 \$	
ECN	EU-LEONARDO	5	CEISA - Common European Training on Agriculture and Rural Areas	CSA - UE	Leonor Silva Carvalho	2.251.994 \$	
GE	EU-LEONARDO	7	IDOP- Instrumento para o desenvolvimento organizacional de PME's	IEFP-UE	Fátima Jorge/Paulo Silva	7.605.000 \$	
GE	LEADER	8	Estudo das possibilidades do Queijo de Évora no mercado da Grande Lisboa	UE-UE	M.ª Raquel Ventura	3.505.788 \$	
GE	LEADER	9	Estudo da caracterização das preferências dos actuais e potenciais consumidores de carne mertolenga	UE-UE	M.ª Raquel Ventura	3.528.954 \$	
GE	LEADER	10	Estudo das atitudes do consumidor e das características do produto borrego de Montemor-o-Novo no mercado	UE-UE	M.ª Raquel Ventura	3.666.792 \$	
GE	LEADER	11	Estudo da Notoriedade e imagem de qualidade no mercado da denominação de origem carnalentejana	UE-UE	M.ª Raquel Ventura	3.528.648 \$	
GE	JNICT	12	Desenvolvimento e aplicação integrada de técnicos com vista ao aumento da competitividade na comercialização de borregos de alta qualidade	UE-UE	M.ª Raquel Ventura	19.925.000 \$	
GE	INTERREG II	13	Lógicas de Reorganização Estratégica das Empresas Vitivinícolas do Alentejo e da Extremadura	UE-UE	António Sousa	925.000 \$	
						TOTAL	67.054.307 \$
GEO	PORA	1	Estudo sobre os recursos subterrâneos do Alentejo	CCRA-UE	António Chambel	144.000.000 \$	
GEO	PRAXIS	2	Mármore romanos em Portugal: caracterização artística, petrográfica, química e isotópica	ITN-UE	Francisco Gonçalves	2.200.000 \$	
GEO	PRAXIS	3	Tectonofísica dos variscidas ibéricos (projecto IBERIA-Programa EURPOPROBE)-TECT IBER (EUROPROBE)	FFCUL-UE	Alexandre Araújo	8.534.000 \$	
GEO	CIÊNCIA VIVA	4	Os mármore nos Concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal	UE-UE	Rui Manuel S. Dias	7.216.000 \$	
GEO	CIÊNCIA VIVA	5	A chuva, os Montes e as Rochas	UE-UE	Rui Manuel S. Dias	3.200.000 \$	
GEO	CIÊNCIA VIVA	6	As Tecnologias aplicadas ao estudo da Geologia	UE-UE	Ruben Martins	5.000.000 \$	
						TOTAL	170.150.000 \$

MAT	PRAXIS	1	MENTAL-Arquitectura de agentes mentais em lógica	FCTUNL-UE	José Júlio Alferes	2.232.000 \$
MAT	FCCN	2	AIRES - Projecto Internet nas escolas	UE-UE	Salvador Abreu	6.520.000 \$
MAT	PRAXIS	3	OAR - Sistemas de re-escrita de árvores E-OU orientados por objectos	UE-UE	Salvador Abreu	3.072.000 \$
MAT	PRAXIS	4	Cálculo das variações: Problemas não-convexos e não-coercivos das ciências exactas e Naturais	UE-UE	António Ornelas	3.600.000 \$
TOTAL						15.424.000 \$

QUI	JNICT	1	Estudos de adsorção em MCM-41 e outros sólidos porosos modelo	UE-UE	Manuela Carrott	5.400.000 \$
QUI	PRAXIS	2	Materiais de carbono com propriedades de peneiro molecular: Desenvolvimento de métodos para a caracterização e controlo da dimensão da entrada dos poros	UE-UE	Peter Carrott	15.000.000 \$
QUI	PRAXIS	3	Produção de óleos essenciais de Rosmarinus Officinalis e Thymus Mastichina. Influências das Variedades culturais, técnicas de cultivo e tecnologias de extracção.	UE-UE	Júlio Cruz Morais	11.291.000 \$
QUI	PRAXIS	4	Desenvolvimento de métodos para a caracterização da microporosidade e funcionalidade superficial de materiais de carbono	UE-UE	Peter Carrott	13.000.000 \$
QUI	IDICT	5	Produtos de utilização de pesticidas por famílias agrícolas na povoação de Granja-Mourão Estudo comparativo de alguns marcadores de toxicidade	UE-UE	Júlio Cruz Morais	4.587.000 \$
QUI	CIÊNCIA VIVA	6	Produção de Fermento de Padeiro	UE-UE	José Santos Arteiro	2.480.000 \$
QUI	CIÊNCIA VIVA	7	A qualidade da Água superficial e subterrânea no Alentejo	UE-UE	António M. Neto Vaz	1.300.000 \$
QUI	Sapiens-Proj 99	8	Síntese Selectiva, eficiente e limpa de compostos biologicamente activos	UE-UE	Anthony J. Burke	15.000.000 \$
TOTAL						68.058.000 \$

SCUE	STI-União Europeia	1	LONG - Laboratories over next Generation Networks	TID-UE	Joaquim Godinho	12.680.085 \$
TOTAL						12.680.085 \$

Minerva	Educational Multime-dia-União Europeia	1	EUN -European Multimedia SchoolNet MM1010	MU-UE	José Luis Ramos	4.540.000 \$
TOTAL						4.540.000 \$

REIT	EU-LEONARDO	1	Alentejo Leonardo 1998	UE-UE	Jorge Araújo	29.941.987 \$
TOTAL						29.941.987 \$

TOTAL DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM EXECUÇÃO (165):

1.797.421.862 \$

APL,MGC,DC, Dezembro 2000

#### Abreviaturas das Instituições envolvidas nos Projectos

UE: Universidade de Évora, AFLOSOR: Associação de Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr, AMITT: Association Mediterranee Internationale de la Tomate Transformee, APT: Autonomous Province of Trentino, CCRA: Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, CEG: Centro de Estudos Geológicos, CHPEBD: Centro de Histofisiologia, Patologia Experimental e Biologia do Desenvolvimento, CRED: Centre for Research and Education Development, CSA: Centro Studi Aziendali, DAIF: Delegação do Alentejo do Instituto Florestal, DGF: Direcção Geral de Florestas, DRAA: Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, EAN: Estação Agronómica Nacional, EFN: Estação Florestal Nacional, ENMP: Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, EPRAL: Escola Profissional da Região Alentejo, EZN: Estação Zootécnica Nacional, FCTUNL: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, FUEP: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, FFCUL: Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FMV: Faculdade de Medicina Veterinária, FUB: Freie Universität Berlin, FUL: Fundação da Universidade de Lisboa, FVC: Faculdade de Veterinária de Cáceres, IACR: the Institute of Arable Crops Research compromises Rothamsted, IBET: Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, ICTE: Instituto de Ciências da Terra e do Espaço, IIEP: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IFREMER: L'Institut Français de Recherche pour l'exploitation de la Mer, IFT: Institut für Thosphärenforschung, IM: Instituto do Meteorologia, IMar: Instituto do Mar, INESC: Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, INIA: Instituto Nacional de Investigação Agrária, ISA: Instituto Superior de Agronomia, IST: Instituto Superior Técnico, ITN: Instituto Tecnológico e Nuclear, KUL: Katholieke Universiteit Leuven, RAIZ: Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, STOAS: Stchting Stoas Agri-Projects, TID: Telefonica Investigacion y Desarrollo S.ª Unipersonal – TID, UB: University of Bremen, UESSEN.HY: Universitaet Gesamthochschule Essen, UF: University of Flensburg, UG: University Goteborg, UH: Universitaet Hohenheim, UHL: University of Hull, UM: Monfort University, UPH: University of Portsmouth higher Education Corporation, US: Universität Salzburg, UTAD: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, VJB: Viveiros Jorge Bohm.

**Quadro A.3.3.14 Algumas actividades desenvolvidas no âmbito da prestação de serviços em 1999**

DEPARTAMENTOS E OUTRAS UNIDADES	ACTIVIDADES
Sanidade Animal e Vegetal (Laboratórios)	Análises bacteriológicas de leite e queijos; análises para assistência clínica; necropsias e exames histopatológicos
Zootecnia	Ações de formação para produtores e agricultores; análises químicas de leite e queijo; arraçoamentos de efectivos pecuários; jornadas científicas
Laboratório Químico-Agrícola	Análises químicas de solos e análises químicas de matéria vegetal (para entidades externas - ATEVA, DRAA, Empresas – e para vários departamentos e Centros de Investigação
Geociências	Realização de estudos no domínio dos recursos hídricos, solos; campanhas de prospecção; estudos de ordenamento de albufeira; iniciativa “Geologia no Verão”
Biologia	Implementação de um herbário vocacionado para a flora da região
Sociologia	Estudos, de carácter sociológico, nos domínios do turismo, formação, emprego, caracterização de diversas componentes económico-sociais
Linguística e Literaturas	Curso de Verão de Português para estrangeiros
Pedagogia e Educação	Curso de Actualização de Professores de Geociências dos Ensinos Básico e Secundário
Gestão de Empresas e Economia	Curso de Gestão Social (em colaboração com a União das Misericórdias); projecto “Integração dos jovens licenciados no mercado de trabalho”; conferências diversas, com destaque para a IV Conferência Anual da Sociedade Portuguesa de Investigação em Economia
Física	Conferências diversas com oradores do departamento e de outras universidades estrangeiras; encontros científicos; participação no programa Ciência Viva

Fonte: Relatório de Actividades da Universidade de Évora, 1999.



**Quadro A.3.3.15 Redes, Convénios e Protocolos de âmbito internacional****REDES**

Rede Estrela  
Rede Éster  
Rede ICA  
Rede de Universidades Luso-Brasileiras em Estudos Ambientais  
Rede UNIMED  
Rede Compustela  
Rede Europeia Temática de Formação de Professores  
Rede EUREXCTER

**CONVÉNIOS E PROTOCOLOS COM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS**

Convénio com a Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)  
Cooperação com a Universidade Agostinho Neto (Angola)  
Convénio com a Universidade de Holguin (Cuba)  
Convénio com o Instituto Superior de Cabo Verde (Cabo Verde)  
Protocolo de Cooperação com a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)  
Protocolo de Cooperação com a Universidade Estadual Paulista (Brasil)  
Protocolo com a Universidade State Califórnia (E.U.A.)  
Protocolo de Cooperação com a Escola Superior de Agricultura de Anger  
IRKUTSK COMPUTING CENTER (Rússia)  
Protocolo com a Universidade de Havana (Cuba)  
Protocolo com a Universidade de Genebra (Suíça)  
Protocolo com a Universidade de São Paulo (Brasil)  
Protocolo com a Universidade Federal Fluminense (Brasil)  
Protocolo com a Universidade Chouaib Doukkali d'Jadida (Marrocos)  
Convénio com a Fundação Universidade de Amazonas (Brasil)  
Convénio com a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil)  
Convénio com o Instituto Nacional de Investigação Agrária de Cabo Verde (Cabo Verde)  
Convénio com a Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (Brasil)  
Universidade Central "Marta Abreu de las Villas" (Cuba)  
Convénio com a Universidade Pinar Del Rio (Cuba)  
Cooperação com Chouaib de El Jadida (Marrocos)  
Cooperação com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)  
Convénio com a Universidade da Extremadura (Espanha)  
Cooperação com a Universidade de Férias de Macau (Macau)  
Cooperação com a Universidade de Hohenheim (Alemanha)  
Cooperação com a Universidade de Salamanca (Espanha)  
Cooperação com a Universidade de Sevilha (Espanha)  
Cooperação com a Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil)  
Cooperação com a Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)  
Cooperação com a Universidade Regional de Blumenau (Brasil)

Fonte: NAACI – UE

Quadro A.3.3.16 Indicadores de caracterização geral e dinâmica das instituições

INSTITUIÇÕES	PROCURA	CRESCIMENTO	IDADE	DURAÇÃO	SOBREDURAÇÃO	MESTRADOS	DOCTORAMENTOS	QUALIFICAÇÃO	DINÂMICA DE QUALIFICAÇÃO
Univ. Algarve	63	46,4	22,6	1,25	44	5,62	8,2	19,5	73,3
Univ. Aveiro	108	24,3	22,7	1,31	57	2,53	12,9	45,2	57,8
UBI	37	8,5	22,5	1,44	69	2,61	8,7	22,2	63,1
UNL	154	31,1	22,7	1,16	20	6,23	14,3	46,3	33,0
UTL	137	6,6	22,6	1,23	46	6,34	10,7	57,1	18,4
U.E.	86	33,5	23,7	1,36	64	2,13	12,4	34,4	101,1

Fonte: Radiografia Universidades Públicas, DN, 17-26 de Março 2001.

Legenda: Procura (número de candidatos que colocaram cursos da instituição em 1ª opção, na fase de candidatura, por cada 100 vagas, em média, nos anos de 1997, 1998 e 1999), Crescimento (percentagem de crescimento do número de alunos de licenciatura entre os anos de 1994/95 e 1999/2000), Idade (média de idades dos alunos de licenciatura no ano lectivo 1999/00), Duração média dos cursos (média da razão entre o número médio de anos para concluir os cursos de licenciatura e o número de anos curriculares), Cursos com sobreduração superior a 25% (percentagem de cursos da instituição em que o número médio de anos para os concluir ultrapassa em 25% a duração curricular), Mestrados (percentagem de alunos de mestrado no total dos alunos de licenciatura e mestrado da instituição), Doutoramentos (média anual de doutoramentos realizados na instituição nos anos de 1997, 1998 e 1999, por 100 docentes doutorados, sendo o número destes calculado como a média de docentes doutorados ETI no mesmo período), Qualificação (percentagem de doutorados ETI em relação ao total de docentes ETI, em Dezembro de 1999), Dinâmica de Qualificação (variação percentual do número de professores (catedráticos+associados+auxiliares) entre 1995 e 1999).

Quadro A.3.3.17 Indicadores de caracterização da qualidade de vida

INSTITUIÇÕES	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO	CAPACIDADE DE REFEITÓRIOS	PROCURA DE ALIMENTAÇÃO	ACESSO A ESPECIALIDADES MÉDICAS	DISPONIBILIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE	CULTURA E DESPORTO	ACESSO A MODALIDADES DESPORTIVAS	ESTUDANTES ENVIADOS	ESTUDANTES RECEBIDOS
Univ. Algarve	6,43	13,2	2,69	2	0	220	0	1,14	1,05
Univ. Aveiro	10,52	13,32	4,66	9	32,42	51	24	1,18	3,55
UBI	10,84	13,84	7,29	2	80,3	262	6	1,06	0,25
UNL	2,4	15,04	6,09	6	5,15	93	26	1,19	1,54
UTL	2,68	7,01	3,67	6	3,9	114	27	1,12	1,34
U.E.	7,58	9,94	2,41	3	10,18	161	11	0,43	0,37

Fonte: Radiografia Universidades Públicas, DN, 17-26 de Março 2001.

Legenda: Capacidade de alojamento (número de camas/número de alunos\*100), Capacidade dos refeitórios (número de lugares/número de alunos\*100), Procura de alimentação (número de refeições mensais/número de alunos), Acesso a especialidades médicas (número total de especialidades médicas), Disponibilidade de cuidados de saúde (número de consultas/ número de alunos\*100), Cultura e desporto (número de eventos culturais de desportivos), Acesso a modalidades desportivas (número de modalidades desportivas), Estudantes enviados (número total de estudantes que frequentaram, pelo menos durante um semestre, uma instituição estrangeira: número de estudantes enviados/número de alunos\*100), Estudantes recebidos (número de estudantes recebidos/número de alunos \*100).

Quadro A.3.3.18 Indicadores de caracterização das condições para o ensino

INSTITUIÇÕES	FUNIONAMENTO	CAPACIDADE DAS INSTALAÇÕES ESCOLARES	INVESTIMENTO	COMPUTADORES PARA ESTUDANTES	ACESSO À INTERNET PARA ESTUDANTES	CAPACIDADE DE BIBLIOTECA E SALAS DE ESTUDO	ESPÓLIO DAS BIBLIOTECAS	COMPUTADORES PARA DOCENTES
Univ. Algarve	0,83	*	140,7				8	
Univ. Aveiro	0,86	8,7	152,0	6	70	15	19	301
UBI	0,89	14,4	220,8	7	63	15	13	53
UNL	1,04	5,5	155,7	2	100	5	22	48
UTL	0,89	8,8	184,8	3	93	6	19	42
U.E.	0,83	9,5	91,0	1	100	3	13	147

Fonte: Radiografia Universidades Públicas, DN, 17-26 de Março 2001.

Legenda: Funcionamento (relação entre o orçamento de funcionamento corrigido e o orçamento padrão, em 1999), Capacidade das instalações escolares (área bruta total das instalações destinadas ao ensino, ponderada pelo número total de alunos), Investimento (total do investimento realizado entre 1989 e 1999/ número médio de alunos), Computadores para estudantes, (número de computadores/número de alunos \* 100), Acesso à INTERNET para estudantes (percentagem de computadores ligados à INTERNET), Capacidade de biblioteca e salas de estudo (Número de lugares em biblioteca/número de alunos \* 100), Espólio das bibliotecas (número de livros em biblioteca/número de alunos), Computadores para docentes (número de computadores/número de docentes em ETI \*100).

\* dados não disponíveis



# A.4.1

## M E T O D O L O G I A



# QUESTIONÁRIO 1





Exmº Senhor

**Assunto: Envio de inquérito**

A Universidade de Évora, em conjunto com as Universidades da Beira Interior e do Algarve, está a desenvolver um projecto intitulado *"Dinâmicas Territoriais no Alentejo, Beira Interior e Algarve: cenários no horizonte do ano 2015"*. Entre os objectivos deste projecto conta-se o de analisar as condições de competitividade das empresas localizadas nestes territórios.

O inquérito que agora vos apresentamos – e que foi enviado a todas as empresas localizadas no Alentejo que dispõem, em simultâneo, de mais de 50 trabalhadores e mais de 500 mil contos de volume de negócios anuais - será um dos instrumentos que nos permitirá concluir com êxito o nosso projecto. Este inquérito, que está organizado em duas secções, visa, fundamentalmente, atingir os seguintes objectivos:

- Avaliar a qualificação da mão de obra nas grandes empresas do Alentejo bem como identificar as suas necessidades de formação,
- Avaliar o conhecimento e o relacionamento que estas empresas têm com a Universidade de Évora,
- Avaliar a importância que estas empresas atribuem à Universidade de Évora, enquanto instituição potencialmente indutora de processos de desenvolvimento,
- Caracterizar o estado de evolução tecnológica das empresas bem como a forma como estas têm introduzido processos inovadores no seu ambiente.

Para que as nossas conclusões possam ilustrar devidamente a realidade, necessitamos que aceda a colaborar connosco preenchendo, com todo o cuidado, o questionário que lhe apresentamos em anexo.

Para que seja mais rápido o seu preenchimento, sugerimos que tenha como referência o Balanço Social da sua empresa.

Qualquer dúvida que lhe ocorra durante o preenchimento do questionário, solicitamos que a anote e que a coloque ao colaborador da nossa equipa de projecto que o contactará em breve com vista a proceder, localmente, à recolha dos questionários e esclarecimento de dúvidas que possam vir a surgir no seu preenchimento.

Para que os resultados deste questionário possam ser eficientes, solicitamos que o preencha nos próximos 10 dias. A partir de então, iniciaremos o processo de recolha directa dos mesmos, por parte de um dos membros da equipa de investigação que se deslocará à sua empresa especificamente para esse efeito.

Informamos ainda que os dados fornecidos por V. Ex.a são absolutamente confidenciais, destinados apenas a tratamento estatístico pela equipa de projecto da Universidade de Évora.

Com os melhores cumprimentos.

Universidade de Évora, 28 de Setembro de 2000

O Reitor

Jorge Araújo



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**INQUÉRITO ÀS EMPRESAS**  
**EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO**

---

AS RESPOSTAS SÃO ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAIS E DESTINAM-SE UNICAMENTE A SER USADAS EM TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO  
NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

---

**EMPRESA** \_\_\_\_\_

**CAE** |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

**LOCALIDADE** \_\_\_\_\_

**CONCELHO** \_\_\_\_\_

**CÓDIGOS**  
(Não preencher)

**Nº DE ORDEM** |\_|\_|\_|\_|\_|

**Localização** |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

**ÉVORA**  
**Agosto de 2000**

<b>I. INFORMAÇÃO GERAL</b>
----------------------------

1 - QUANTOS EMPREGADOS TÊM A SUA EMPRESA? |\_|\_|\_|\_|\_|

2 - QUANTOS TÊM FORMAÇÃO SUPERIOR

(bacharelato, licenciatura ou outro grau académico)? |\_|\_|\_|\_|\_|

3 - NOS PRÓXIMOS ANOS ESPERA QUE O NÚMERO DE EMPREGADOS  
ALTAMENTE QUALIFICADOS DA SUA EMPRESA

Aumente  1

Diminua  2 Não sofra alteração  3

4 - A SUA EMPRESA PERTENCE A UM GRUPO ECONÓMICO? Sim  1 Não  2

Se respondeu Sim na pergunta anterior,

5 - ONDE É QUE ESTÁ LOCALIZADA A SEDE DO GRUPO?

No Alentejo, (indique onde) \_\_\_\_\_

Em Lisboa .....  1

Em Portugal (indique onde) \_\_\_\_\_

No Estrangeiro (Indique onde) \_\_\_\_\_

6 - A SUA EMPRESA TEM OUTROS EQUIPAMENTOS OU ESTABELECIMENTOS

No Alentejo, (indique onde) \_\_\_\_\_

Em Lisboa .....  1

Em Portugal (indique onde) \_\_\_\_\_

No Estrangeiro (Indique onde) \_\_\_\_\_

7 - QUAL FOI O VOLUME DE VENDAS DA SUA EMPRESA NO ANO DE 1999?

|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| Contos

8 - NOS PRÓXIMOS ANOS ESPERA QUE O LUCRO DA SUA EMPRESA

Aumente  1

Diminua  2

Permanença Constante  3

9 - QUE PERCENTAGEM DOS LUCROS TEVE LUGAR:

No mercado regional ..... |\_|\_|\_|\_| %

No mercado nacional ..... |\_|\_|\_|\_| %

No mercado internacional ..... |\_|\_|\_|\_| %

10 - POR FAVOR, DESCREVA OS SEUS PRINCIPAIS PRODUTOS

---



---



---



---

11 - A PRODUÇÃO DA SUA EMPRESA É, MAIORITARIAMENTE (INDIQUE EM PERCENTAGEM)

Produção por encomenda..... |\_|\_|\_| %  
 Produção em pequena escala..... |\_|\_|\_| %  
 Produção em massa ..... |\_|\_|\_| %

12 - QUANTOS EMPREGADOS TEM A SUA EMPRESA, NESTE MOMENTO, NAS SEGUINTEs ÁREAS

Projectos e design de novos produtos e I&D. |\_|\_|\_|  
 Produção..... |\_|\_|\_|  
 Marketing/Departamento de Vendas ..... |\_|\_|\_|  
 Qualidade..... |\_|\_|\_|

13. QUAL É O SECTOR DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PELAS ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO?

---



---

**II. NECESSIDADE DE QUADROS**

1 - A SUA EMPRESA TEM NECESSIDADE DE QUADROS MÉDIOS, SUPERIORES?

Sim .....  1  
 Não .....  2

2 - QUE TIPO DE QUADROS E EM QUE NÚMERO?

	C. Agrárias	C. Natureza e ambiente	C. Sociais e Humanas	C. Econ. e Empresariais	C. Exactas
Bacharéis					
Licenciados					
Mestres					
Doutores					

3 - JÁ PROCUROU ESSES DIPLOMADOS?

Sim .....  1  
 Não .....  2

## 4 - SE SIM, ONDE

Nos Institutos Politécnicos

Do Alentejo (qual)? \_\_\_\_\_

Do resto do país (qual) ? \_\_\_\_\_

Nas Universidades

Do Alentejo (qual)? \_\_\_\_\_

Do resto do país (qual) ? \_\_\_\_\_

<b>III. Contactos entre as Instituições de Ensino Superior e as Empresas</b>
--

## 1 - A SUA EMPRESA TEM/JÁ TEVE CONTACTOS COM ALGUMA I.E.S. LOCALIZADA NO ALENTEJO?

	SIM	NÃO
U.E. ....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE .....	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

## 2 - SE SIM, EM QUE ÁREA: (ENSINO, INVESTIGAÇÃO, EXTENSÃO, FORMAÇÃO)?

INSTITUIÇÃO	ÁREA(S)
_____	_____
_____	_____
_____	_____

<b>Contactos entre a Universidade de Évora e as Empresas</b>
--

## 3 - DE QUEM PARTIU A INICIATIVA DESSE CONTACTO?

Foi a sua empresa que procurou a UE..... 1

Foi contactado pela UE .....

..... 2

O contacto foi da iniciativa de terceiros..... 3

## 4 - ESSE CONTACTO RESULTOU A MANUTENÇÃO DE UMA RELAÇÃO MAIS DURADOURA?

Sim .....

..... 1

Não .....

..... 2

## 5 - SE SIM, QUANTO TEMPO DUROU?

Menos de 6 meses .....

..... 1

Mais de 6 meses .....

..... 2

Mais de 1 ano.....

..... 3

Mais de 5 anos .....

..... 4

## 6 - A QUE NÍVEL SE ESTABELECEU ESSA RELAÇÃO?

- a) Recebeu estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos..... 1
- b) Inserção de diplomados no Plano Nacional de Estágios/outro programa de apoio..... 1
- c) Inserção de diplomados nos quadros da empresa..... 1
- d) Procurou resultados de investigação científica..... 1
- e) Encomendou estudos, trabalhos a equipas da Universidade..... 1
- f) Recorreu a serviços, consultoria, apoio técnico..... 1
- g) Formação contínua, específica para os funcionários/membros da empresa..... 1
- h) Quadros da empresa como colaboradores da U.E..... 1
- i) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## 7 - ESSA PARCERIA CORRESPONDEU ÀS SUAS EXPECTATIVAS?

- |  | Muito                      | Razoavelmente              | Pouco                      | Nada                       |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| a) Recebeu estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos.....                  | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| b) Inserção de diplomados no Plano Nacional de Estágios/outro programa de apoio..... | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| c) Inserção de diplomados nos quadros da empresa.....                                | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| d) Procurou resultados de investigação científica.....                               | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| e) Encomendou estudos, trabalhos a equipas da Universidade.....                      | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| f) Recorreu a serviços, consultoria, apoio técnico.....                              | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| g) Formação contínua, específica para os funcionários / membros da empresa.....      | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| h) Quadros da empresa como colaboradores da U.E.....                                 | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 |
| i) Outra. Qual? _____  |                            |                            |                            |                            |

## 8 - SE NÃO TEVE NENHUM CONTACTO COM A U.E. GOSTARIA QUE EXISTISSEM CONTACTOS ENTRE A SUA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E A U.E.?

- Sim..... 1
- Não..... 2

## 9 - EM QUE ÁREA?

- Receber estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos..... 1
- Inserção de diplomados no Plano Nacional de Estágios/outro programa de apoio..... 1
- Inserção de diplomados nos quadros da empresa..... 1
- Procurar resultados de investigação científica..... 1
- Encomendar estudos, trabalhos a equipas da Universidade..... 1
- Recorrer a serviços, consultoria, apoio técnico..... 1
- Formação contínua, específica para os funcionários/membros da empresa..... 1
- Quadros da empresa como colaboradores da U.E..... 1
- Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## 10 - TEM, OU JÁ TEVE DIPLOMADOS PELO ENSINO SUPERIOR NA SUA EMPRESA

- Sim..... 1
- Não..... 2

11 - EM QUE ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR FORAM DIPLOMADOS?

---



---

12 - QUANTOS? COM QUE GRAU?

Bacharelato .....				
Licenciatura .....				
Mestrado .....				
Doutoramento .....				

13 - EM QUE ÁREA DE FORMAÇÃO?

---



---



---

14 - A FORMAÇÃO DESTES DIPLOMADOS CORRESPONDE ÀS NECESSIDADES DA SUA EMPRESA?  
(Atribua valores numa escala de 0 (nada) a 10 (muito))

	--Universidade de Évora --		Outras IES	
Administração Geral .....				
Área financeira .....				
Área de produção .....				
Área de recursos humanos .....				
Marketing .....				
I%D .....				
Qualidade .....				
Outra. Qual .....				

15 - SE JÁ TEVE DIPLOMADOS DA U.E. AO SEU SERVIÇO E NESTE MOMENTO ISSO JÁ NÃO ACONTECE, QUAL O MOTIVO?

- terminou o estágio .....  1  
terminou o contrato a termo certo .....  2  
foram despedidos porque se revelaram incompetentes .....  3  
outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

17 - SE NUNCA TEVE DIPLOMADOS DA U.E. NA SUA EMPRESA, INDIQUE AS RAZÕES DESSA SITUAÇÃO?

- Não teve necessidade .....  1  
Não conseguiu estabelecer contactos com a UE .....  2  
Não tem conhecimento do tipo de cursos que existem na UE .....  3  
Não sabe quais são as funções / habilitações específicas dos diplomados .....  4  
Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

#### IV. ENSINOS

1 - SABE QUAIS SÃO AS ÁREAS DE ENSINO MINISTRADAS PELA U.E.?

- Sim, bastante bem .....  1  
Sim, razoavelmente .....  2  
Não .....  3



## 2 - ACHA QUE CORRESPONDEM ÀS NECESSIDADES

Da região

- Sim, bastante bem .....  1  
 Sim, razoavelmente.....  2  
 Não .....  3  
 Não sabe .....  0

Da sua empresa

- Sim, bastante bem .....  1  
 Sim, razoavelmente.....  2  
 Não .....  3  
 Não sabe .....  0

## 3 - SE ACHA QUE OS ENSINOS OFERECIDOS NA UE NÃO RESPONDEM ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO, diga porquê:

- os cursos são generalistas .....  1  
 formação muito longa, teórica e científica .....  1  
 formação pouco técnica e específica.....  1  
 pouca aproximação à realidade .....  1  
 falta de interligação às empresas e à região.....  1  
 outra. Qual? \_\_\_\_\_

4 - QUE OUTRAS ÁREAS DO SABER CONSIDERAVA PERTINENTES, DO PONTO DE VISTA DA SUA EMPRESA, QUE VIÉSSEM A SER MINISTRADAS PELA UE<sup>155</sup> (Artes; Humanidades; Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística; Ciências da Vida; Ciências Físicas; Ciências Matemáticas e Estatísticas; Ciências Sociais e do Comportamento, Saúde e Bem Estar; Informática e Computação; Construção e Minas; Mecânica, Electrotecnia e Energia; Produção, Processos e Materiais; Agricultura e Pescas; Empresas e Administração; Serviços Sociais e Serviços Pessoais; Segurança; Geografia, Arquitectura e Ambiente; Ensino)

---



---



---

## 5 - QUE OUTRAS ÁREAS DO SABER CONSIDERAVA PERTINENTES, DO PONTO DE VISTA DO ALENTEJO, QUE VIÉSSEM A SER MINISTRADAS PELA UE (Artes; Humanidades; Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística; Ciências da Vida; Ciências Físicas; Ciências Matemáticas e Estatísticas; Ciências Sociais e do Comportamento, Saúde e Bem Estar; Informática e Computação; Construção e Minas; Mecânica, Electrotecnia e Energia; Produção, Processos e Materiais; Agricultura e Pescas; Empresas e Administração; Serviços Sociais e Serviços Pessoais; Segurança; Geografia, Arquitectura e Ambiente; Ensino)

---



---



---

## V. FORMAÇÃO

## 1 - JÁ TIROU PARTIDO DE ALGUMA DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS NA UE?

- Sim .....  1  
 Não .....  2

<sup>155</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES-Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

## 2 - QUE TIPO DE FORMAÇÃO:

DE NÍVEL PÓS-GRADUADO

---



---

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

---



---

## 3 - EM QUE ÁREA? \_\_\_\_\_

## 4 - HÁ QUANTO TEMPO?

- menos de 6 meses .....  1  
 mais de 6 meses e - 1 ano .....  2  
 mais de 1 ano e - 5 anos .....  3  
 mais de 5 anos .....  4

5 - Se sim, DO SEU PONTO DE VISTA, A FORMAÇÃO<sup>156</sup> DISPONIBILIZADA PELA U.E. É (satisfatória, insatisfatória, etc)

Instituição	Qualidade da formação
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

## 6 - SE NÃO, INDIQUE QUAL O MOTIVO PELO QUAL NUNCA FREQUENTOU ACÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS NA U.E.

- Não teve necessidade .....  1  
 Não conseguiu estabelecer contactos com instituições .....  2  
 Não tem conhecimento do tipo acções de formação que existem nas instituições do Alentejo ....  3  
 As acções são generalistas .....  4  
 Formação muito longa, teórica e científica .....  5  
 Formação pouco técnica e específica .....  6  
 Pouca aproximação à realidade .....  7  
 Os horários não são os mais adequados .....  8  
 outra. Qual? \_\_\_\_\_

## 7 - GOSTARIA QUE A UE FOMENTASSE MAIS ACÇÕES DE FORMAÇÃO DESTA NATUREZA?

- Sim .....  1  
 Não .....  2  
 Não sabe .....  0

## 8 - QUE TIPO DE FORMAÇÃO?

- organização de seminários específicos, formações breves e específicas .....  1  
 organização de cursos de pós-graduação .....  2  
 organização de cursos de mestrado em parceria com as empresas .....  3  
 outro tipo de formação. Qual? \_\_\_\_\_

## VI. INVESTIGAÇÃO

<sup>156</sup> Entende-se aqui por formação a existência de cursos de formação profissional para quadros de empresas ou instituições bem como a formação ao longo da vida

## 1 - SABE QUAIS SÃO AS ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE ÉVORA?

- Sim, bastante bem .....  1  
 Sim, razoavelmente .....  
 Não .....  2

## 2 - ACHA QUE CORRESPONDEM ÀS NECESSIDADES

## a) DA REGIÃO

- Sim, bastante bem .....  1  
 Não .....  2  
 Não sabe .....  0

## b) DA SUA EMPRESA

- Sim, bastante bem .....  1  
 Não .....  2  
 Não sabe .....  0

## 3 - SE ACHA QUE AS ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDA NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NÃO RESPONDEM ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO, DIGA PORQUÊ:

- A investigação é fundamentalmente teórica.....  1  
 Não há inter-ligação entre a investigação e as necessidades da região .....  2  
 Outra. Qual? \_\_\_\_\_

4 - QUE OUTRAS ÁREAS DO SABER CONSIDERAVA PERTINENTES, DO PONTO DE VISTA DA SUA EMPRESA, QUE VIESSEM A SER INVESTIGADAS PELA UNIVERSIDADE DE ÉVORA <sup>157</sup> (Ciências da Vida; Ciências Físicas; Ciências Matemáticas e Estatísticas; Ciências Sociais e do Comportamento, Saúde e Bem Estar; Informática e Computação; Construção e Minas; Mecânica, Electrotecnia e Energia; Produção, Processos e Materiais; Agricultura e Pescas; Empresas e Administração; Serviços Sociais e Serviços Pessoais; Segurança; Geografia, Arquitectura e Ambiente;)

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## 5 - QUE OUTRAS ÁREAS DO SABER CONSIDERAVA PERTINENTES, DO PONTO DE VISTA DO ALENTEJO, QUE VIESSEM A SER INVESTIGADAS PELA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (Ciências da Vida; Ciências Físicas; Ciências Matemáticas e Estatísticas; Ciências Sociais e do Comportamento, Saúde e Bem Estar; Informática e Computação; Construção e Minas; Mecânica, Electrotecnia e Energia; Produção, Processos e Materiais; Agricultura e Pescas; Empresas e Administração; Serviços Sociais e Serviços Pessoais; Segurança; Geografia, Arquitectura e Ambiente; Ensino)

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## VII. EXTENSÃO

## 1 - SABE QUAIS SÃO AS ÁREAS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE DE ÉVORA?

- Sim, bastante bem .....  1  
 Sim, razoavelmente .....  
 Não .....  2

<sup>157</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES-Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

## 2 - ACHA QUE CORRESPONDEM ÀS NECESSIDADES

## a) Da REGIÃO

Sim, bastante bem .....  1Não .....  2Não sabe.....  0

## b) DA SUA EMPRESA

Sim, bastante bem .....  1Não .....  2Não sabe.....  0

## 3 - SE ACHA QUE AS ÁREAS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NÃO RESPONDEM ÀS NECESSIDADES DA REGIÃO, DIGA PORQUÊ:

A extensão é fundamentalmente teórica.....  1Não há inter-ligação entre a extensão e as necessidades da região.....  2

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## 4 - SE NUNCA MANTEVE CONTACTOS COM A UNIVERSIDADE DE ÉVORA, NO ÂMBITO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, INDIQUE AS RAZÕES DESSA SITUAÇÃO?

Não teve necessidade .....  1Não conseguiu estabelecer contactos com instituições.....  2Não tem conhecimento do tipo de actividades de extensão que existem na universidade de Évora .....  3Não sabe quais são as áreas científicas em que esta I E S realiza extensão universitária .....  4

Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

5 - QUE OUTRAS ÁREAS DO SABER CONSIDERAVA PERTINENTES, DO PUNTO DE VISTA DA SUA EMPRESA, QUE VIESSEM A SER ALVO DE ACÇÕES DE EXTENSÃO POR ESTA UNIVERSIDADE<sup>158</sup> (Ciências da Vida; Ciências Físicas; Ciências Matemáticas e Estatísticas; Ciências Sociais e do Comportamento, Saúde e Bem Estar; Informática e Computação; Construção e Minas; Mecânica, Electrotecnia e Energia; Produção, Processos e Materiais; Agricultura e Pescas; Empresas e Administração; Serviços Sociais e Serviços Pessoais; Segurança; Geografia, Arquitectura e Ambiente;)

---



---

## 6 - QUE OUTRAS ÁREAS DO SABER CONSIDERAVA PERTINENTES, DO PUNTO DE VISTA DO ALENTEJO, QUE VIESSEM A SER ALVO DE ACÇÕES DE EXTENSÃO POR ESTA UNIVERSIDADE (Ciências da Vida; Ciências Físicas; Ciências Matemáticas e Estatísticas; Ciências Sociais e do Comportamento, Saúde e Bem Estar; Informática e Computação; Construção e Minas; Mecânica, Electrotecnia e Energia; Produção, Processos e Materiais; Agricultura e Pescas; Empresas e Administração; Serviços Sociais e Serviços Pessoais; Segurança; Geografia, Arquitectura e Ambiente; Ensino)

---



---

<sup>158</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES-Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

### VIII - IMPORTÂNCIA DA LIGAÇÃO À REGIÃO

1 - QUAL É A IMPORTÂNCIA, PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO ALENTEJO, DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA NOS SEGUINTE DOMÍNIOS

	<b>Nada</b>		<b>Muito</b>
Investigação	0	-----	10
Ensino	0	-----	10
Extensão	0	-----	10
Formação	0	-----	10
Cooperação	0	-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10

2 - DO SEU PONTO DE VISTA, QUAL DEVERIA SER O EMPENHAMENTO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA, NOS SEGUINTE DOMÍNIOS

	<b>Nada</b>		<b>Muito</b>
Investigação	0	-----	10
Ensino	0	-----	10
Extensão	0	-----	10
Formação	0	-----	10
Cooperação	0	-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10

3 - E AO NÍVEL DA SUA LOCALIDADE, QUAL A IMPORTÂNCIA QUE TÊM A UNIVERSIDADE DE ÉVORA NOS SEGUINTE ASPECTOS

	<b>Nada</b>		<b>Muito</b>
Económico	0	-----	10
Demográfico	0	-----	10
Sócio-Cultural	0	-----	10
Técnico-Científico	0	-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10

4 - E AO NÍVEL DO ALENTEJO, QUAL A IMPORTÂNCIA QUE TÊM A UNIVERSIDADE DE ÉVORA NOS SEGUINTE ASPECTOS

	<b>Nada</b>		<b>Muito</b>
Económico	0	-----	10
Demográfico	0	-----	10
Sócio-Cultural	0	-----	10
Técnico-Científico	0	-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10

5 - EXISTEM DIFICULDADES DE RELACIONAMENTO ENTRE A UNIVERSIDADE DE ÉVORA E O MEIO ENVOLVENTE?

- Sim .....  1  
 Não .....  2

6 - SE SIM, ASSINALE QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DE CADA UM DOS SEGUINTE FACTORES

	<b>Nenhuma</b>		<b>Máxima</b>
Falta de informação da UE acerca do meio	0	-----	10
Falta de informação do meio acerca da UE	0	-----	10
Fraca motivação dos parceiros existentes	0	-----	10
Fraca motivação da UE	0	-----	10
Problemas inerentes à região	0	-----	10
Existência de experiências não concretizadas no passado	0	-----	10
Falta de tradição	0	-----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10
Outra.			
Qual? _____			

7 - JULGA QUE AS IES DO ALENTEJO DESEMPENHAM CABALMENTE O PAPEL DE PROMOTORES DO ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS (EMPREENDEDORISMO)?

Sim .....  1

Não .....  2

8 - ACHA QUE ESTA COMPONENTE DA FORMAÇÃO É PERTINENTE?

Sim .....  1

Não .....  2

9 - O QUE DEVERIA SER FEITO PARA APROXIMAR O ENSINO SUPERIOR AO TECIDO EMPRESARIAL?

<b>Nada</b>	<b>Muito</b>
Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso e não só no final do curso	0  -----  10
Um leque de professores convidados representativo dos vários sectores da vida económica	0  -----  10
A organização de um conselho consultivo junto aos departamentos com agentes económicos próximos da área departamental	0  -----  10
Promoção das actividades desenvolvidas na Universidade	0  -----  10
Maior informação sobre os resultados da investigação realizada na universidade de Évora	0  -----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----  10
Outras iniciativas.	
Quais? _____	

10 - DO SEU PONTO DE VISTA, A PRESENÇA DA U.E. CONTRIBUI PARA FIXAR NOVAS EMPRESAS/ EM :

ÉVORA?

	<b>Nada</b>	<b>Bastante</b>
Empresas	0  -----	10
Outras Entidades	0  -----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10

NO ALENTEJO?

	<b>Nada</b>	<b>Bastante</b>
Empresas	0  -----	10
Outras Entidades	0  -----1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----	10

11 - SE ENTENDE QUE SIM, PORQUÊ ? : (Atribua valores numa escala de 0 (nada) a 10 (muito))

Razões	Évora		Alentejo	
Disponibiliza mão de obra qualificada para as empresas/outras entidades				
Realiza investigação útil às empresas				
Presta serviços de extensão fundamentais				
Disponibiliza formação adequada				

12 - SE ENTENDE QUE NÃO, PORQUÊ? : (Atribua valores numa escala de 0 (nada) a 10 (muito))

Razões	Évora		Alentejo	
Não forma diplomados nas áreas adequadas				
A investigação não responde às necessidades das empresas/				
Os serviços de extensão não respondem às necessidades das empresas/				
A formação não se adequa às necessidades das empresas/				

### Quadro A.4.1.1 Lista de empresas inquiridas, com sede no Alentejo

CERVIBEL-AGENTES REUNIDOS DE CERVEJA E VINHOS DE BEJA LDA	DIMPOMAR-ROCHAS PORTUGUESAS LDA
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO-PROLETARIO ALENTEJANO CRL	ETMA-EMPRESA TRANSFORMADORA DE MÁRMORES DO ALENTEJO S.A.
SAPJU - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA JOÃO URBANO S.A.	TOLDICONFEX - MATERIAL PUBLICITÁRIO LDA
SOMINCOR-SOCIEDADE MINEIRA DE NEVES-CORVO S.A.	CONSTRUÇÃO E FABRICAÇÃO DE MOÍNHOS E MÁQUINAS,LDA.
TOMSIL-SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CONCENTRADO DE TOMATE S.A.	NABEIRALUTO - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LDA
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO GUADIANA INTERIOR CRL	TORREFACÇÃO CAMELO LDA
EMPRESA FABRIL DE MOURA LDA	MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO LDA
RAPROSUL-FÁBRICA DE RAÇÕES S.A.	IMPRIMETRIPA-SOCIEDADE DE IMPRESSÕES DE TRIPAS LDA
PLÁCIDO JOSÉ SIMÕES S.A.	SNEF ELECTRÓNICA PORTUGAL LDA
ADEGA COOPERATIVA DE BORBA CRL	NIUNES SEQUEIRA, S. A.
MARBRITO-INDUSTRIAS REUNIDAS DE MÁRMORES LDA	CARAPETA & FILHOS S.A.
SALSICHARIA ESTREMOCENSE LDA	SODREL-SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE RAÇÕES E REFRIGERANTES LDA
SOCIEDADE AGRÍCOLA QUINTA DO CARMO LDA	DELPHI, INLAN - INDUSTRIA DE COMPONENTES MECÂNICOS S.A.
MARMOZ-COMPANHIA INDUSTRIAL DE MÁRMORES DE ESTREMOZ LDA	TRANSNIL-TRANSPORTES DE MERCADORIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LDA
CUOP - COOPERATIVA DE UNIDADE OPERÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL ALENTEJANA CRL	SOCIEDADE CORTICEIRA ROBINSON BROS S.A.
BOLAS - MÁQUINAS E FERRAMENTAS DE QUALIDADE S.A.	SERRALEITE COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE LEITE DE PORTALEGRE CRL
FIALHO & IRMÃO LDA	FINOS-FÁBRICA DE LANIFÍCIOS DE PORTALEGRE S.A.
SIMÕES & FREITAS LDA	TREVIRA FIBRAS S.A.
AMÂNDIO JOSÉ LOBO LDA	JOHNSON CONTROLS II - ASSENTOS DE ESPUMA LDA
LEE PORTUGAL-CONFECÇÕES LDA	THE ATLANTIC COMPANY LTD
BARRADAS & BARRADAS LDA	COMPANHIA AGRÍCOLA DA BARROSINHA S.A.
JOÃO ARTUR CORNACHO & FILHOS LDA	JOAQUIM ÂNGELO DA SILVA S.A.
PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS S.A.	TORRALTA-CLUB INTERNACIONAL DE FÉRIAS S.A.
JOSÉ JOAQUIM CORNACHO & FILHOS LDA	MANUEL FRIEZA & IRMÃO LDA
SOPRAGOL, S.A.	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTIAGO DO CACÉM CRL
PORTUCEL RECICLA-INDÚSTRIA DE PAPEL RECICLADO S.A.	SADOCIVIL-CEDÊNCIA DE PESSOAL LDA
MARTINS DA SILVA LDA	METALSINES-COMPANHIA DE VAGÕES DE SINES S.A.
CONSTRUÇÕES MOREIRA CAVACAS LDA	SETOVA - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LDA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE REGUENGOS DE MONSARAZ CRL	COMPELMADA INTERNAC.-COMPANHIA INTERNAC. DE CONSTRUÇÕES E MANUT.INDUSTRIAIS LDA.
IJ - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDA	LARANJINHA LDA
RSL - PORTUGAL - TÉCNICA DE PLÁSTICO E METAL LDA	CARBOGAL-CARBONOS DE PORTUGAL S.A.
V.N.-MONTAGEM E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS BATISTA RUSSO LDA	SEMISUL, CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE METALOMECÂNICA LDA
KARMANN - GHIA DE PORTUGAL - INDÚSTRIA DE ESTOFOS E PRODUTOS AUTOMÓVEIS LDA	APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES S.A.
ARIAL - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S.A.	BOREALIS POLÍMEROS LDA.





# QUESTIONÁRIO 2



Maria da Conceição Peixe Rego  
Departamento de Economia  
Universidade de Évora  
Largo dos Colegiais, 2  
7000-803 Évora

Exmos Senhores

**Assunto: Envio de questionário**

Sou assistente no Departamento de Economia da Universidade de Évora e estou a preparar a minha dissertação de doutoramento subordinada ao tema "*Análise de alguns impactes regionais das Instituições de Ensino Superior: estudo de caso da Universidade de Évora*". Dado que este tema nunca foi tratado em Portugal, os dados disponíveis para comprovarem a metodologia, que já tem vindo a ser aplicada noutros países da Europa, não estão disponíveis, pelo que é necessário proceder à recolha de informação através da aplicação de questionários.

O questionário que lhe estou a enviar – e que está a ser apresentado a um vasto leque de entidades diversas sediadas na cidade de Évora e no Alentejo - é um dos instrumentos que pretendo usar, no âmbito destes trabalhos.

Com este questionário pretendem-se atingir vários objectivos:

- Caracterizar as entidades respondentes, do ponto de vista da qualificação do pessoal que têm ao serviço, bem como identificar quantos é que são os funcionários que obtiveram formação na Universidade de Évora,
- Caracterizar os contactos existentes entre as entidades e a Universidade de Évora, bem como avaliar o conhecimento que existe na cidade e na região relativamente à Universidade de Évora,
- Avaliar a forma com é percebido, pelas várias entidades respondentes, o papel da Universidade de Évora, enquanto entidade potencialmente promotora de processos de desenvolvimento regional.

Assim, solicito a sua colaboração com o preenchimento do questionário que está a receber, para que o estudo possa traduzir, o mais fielmente possível, a realidade. Para que seja viável o tratamento dos respectivos dados, é conveniente que o mesmo seja devolvido durante os próximos 10 dias úteis, no envelope selado que acompanha este questionário. Naturalmente que a informação contida neste documento é confidencial e apenas será usada neste trabalho de investigação. O resultado do seu tratamento estatístico apenas será usado neste âmbito e divulgado apenas em publicações de carácter científico.

Antecipadamente grata pela colaboração, subscrevo-me apresentando os meus melhores cumprimentos.

Évora, Outubro de 2000

P.S. Se lhe surgir alguma dúvida no preenchimento deste questionário, sugiro que me contacte através do e-mail: [mcpr@uevora.pt](mailto:mcpr@uevora.pt) ou do telefone 266 740 822 da Universidade de Évora



## INQUÉRITO

## I. Identificação da Entidade

1. Designação da entidade: \_\_\_\_\_
2. Número de funcionários: \_\_\_\_\_
3. Entre os funcionários, indique a percentagem dos que possuem habilitações de nível médio/superior (bacharelato, licenciatura ou outro): \_\_\_\_\_
4. Entre estes, indique a percentagem dos que foram diplomados pela U.E. \_\_\_\_\_
5. Qual é o montante anual (1999) de Despesas com pessoal?
  - 5.1 Pessoal do quadro: \_\_\_\_\_
  - 5.2 Pessoal eventual: \_\_\_\_\_

## II. Contactos entre as Entidades Inquiridas e a Universidade de Évora (U.E.)

1. A Entidade que dirige/representa tem/já teve algum contacto com a Universidade de Évora (U.E.)?

Sim	
Não	

2. Se respondeu **Sim** anteriormente,

- 2.1 De quem foi a iniciativa desse contacto?

Foi a s/ Entidade que procurou a U.E.	
Foi a U.E. que o contactou	
O contacto resultou da iniciativa de terceiros	

- 2.2 Desse contacto resultou a manutenção de uma relação mais duradoura?

Sim	
Não	

- 2.2.1 Se **Sim**, Quanto tempo durou/ há quanto tempo permanece?

Menos de 6 meses	
Mais de 6 meses	
Mais de 1 ano	
Mais de 5 anos	

2.3 A que nível se estabeleceu essa relação? (pode assinalar mais de uma hipótese)

Recebeu estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos	
Inserção de diplomados no Plano Nacional de Estágios/outro programa de apoio	
Inserção de diplomados nos quadros da Entidade	
Procurou resultados de investigação científica	
Encomendou estudos, trabalhos a equipas da U.E., nomeadamente serviços de consultoria, apoio técnico	
Procurou formação contínua, específica para os funcionários/membros da s/ Entidade	
Algum/alguns quadro(s) da s/ Entidade lecciona(m) na U.E.	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

2.4 Essa parceria correspondeu às suas expectativas? (1: nada; 2: pouco; 3: razoavelmente; 4: muito)

Recebeu estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos	
Inserção de diplomados no Plano Nacional de Estágios/outro programa de apoio	
Inserção de diplomados nos quadros da Entidade	
Procurou resultados de investigação científica	
Encomendou estudos, trabalhos a equipas da U.E., nomeadamente serviços de consultoria, apoio técnico	
Procurou formação contínua, específica para os funcionários/membros da s/ Entidade	
Algum/alguns quadro(s) da s/ Entidade lecciona(m) na U.E.	
Outra	

3. Se tem (ou já teve nos últimos 3 anos) diplomados pela U.E. na sua Entidade:

3.1 Quantos e com que grau?

Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	

3.2 Quantos e há quanto tempo?

Menos de 6 meses	
Mais de 6 meses	
Mais de 1 ano	
Mais de 5 anos	

3.3 Em que áreas de formação?

---



---

## 3.4 A formação destes diplomados corresponde às necessidades da sua Entidade?

(Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 e 10)

	Univ. Évora	Outras IES
Administração Geral		
Área financeira		
Área de produção		
Área de recursos humanos		
Marketing		
I&D		
Qualidade		
Outra		

Nota: IES – Instituição de Ensino Superior

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

## 4. Se já teve diplomados pela U.E. ao seu serviço e neste momento isso já não acontece, qual o motivo?

Terminou o estágio	
Terminou o contrato a termo certo	
Foram despedidos porque se revelaram incompetentes	
Outro motivo	

Se respondeu "Outro motivo", qual? \_\_\_\_\_

## 5. Se nunca teve diplomados da U.E. na sua Entidade, indique as razões dessa situação:

Não teve necessidade	
Não conseguiu estabelecer contactos com a U.E.	
Não tem conhecimento do tipo de cursos que a U.E. oferece	
Não sabe quais são as funções/habilitações específicas dos diplomados	
Outro motivo	

Se respondeu "Outro motivo", qual? \_\_\_\_\_

## 6. Se não teve nenhum contacto com a U.E.

## 6.1 Gostaria que existissem contactos entre a U.E e a s/ Entidade?

Sim	
Não	

## 6.2 A que nível?

Receber estagiários ou alunos a realizar trabalhos práticos	
Inserção de diplomados no Plano Nacional de Estágios/outro programa de apoio	
Inserção de diplomados nos quadros da Entidade	
Procurar resultados de investigação científica	
Realização de estudos, trabalhos a equipas da U.E., nomeadamente serviços de consultoria, apoio técnico	
Procurar formação contínua, específica para os funcionários/membros da s/ Entidade	
Algum/alguns quadro(s) da s/ Entidade leccionar na U.E.	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

6.3 Se **não** deseja estabelecer contactos com a U.E. indique 3 razões:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

<b>III. Ensinos</b>
---------------------

## 1. Sabe quais são as áreas de ensino ministradas na U.E.?

Sim, bastante bem	
Sim, razoavelmente	
Não	

## 2. Acha que correspondem às necessidades

	Sim, bastante bem	Sim, razoavelmente	Não	NS/NR	Não se aplica
Da Região					
Da s/ Entidade					

## 3. Se pensa que os ensinos oferecidos pela U.E. não respondem às necessidades da região e/ou da s/ Entidade, diga porquê:

Razões	Alentejo	Entidade
Cursos generalistas		
Formação muito longa, teórica e científica		
Formação pouco técnica e específica		
Pouca aproximação à realidade		
Falta de interligação às entidades e à região		
Outra		

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_



4. Que outras áreas do saber<sup>159</sup> considerava prioritárias, para que viessem a ser ministradas na U.E, do ponto de vista da Região e/ou da s/ Entidade:

Áreas Científicas	Alentejo	Entidade
Artes		
Humanidades		
Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística		
Ciências da Vida		
Ciências Físicas		
Ciências matemáticas e estatísticas		
Ciências sociais e do comportamento		
Saúde e bem estar		
Informática e computação		
Construção e Minas		
Mecânica, electrotecnia e energia		
Produção, processos e materiais		
Agricultura e pescas		
Empresas e administração		
Serviços sociais e serviços pessoais		
Segurança		
Geografia, arquitectura e ambiente		
Ensino		

#### IV. Investigação

1. Sabe quais são as áreas de investigação desenvolvidas na U.E.?

Sim, bastante bem	
Sim, razoavelmente	
Não	

2. Acha que correspondem às necessidades

	Sim, bastante bem	Sim, razoavelmente	Não	NS/NR	Não se aplica
Da Região					
Da s/ Entidade					

3. Se pensa que as áreas de investigação desenvolvidas na U.E. não respondem às necessidades da região e/ou da s/ Entidade, diga porquê:

Razões	Alentejo	Entidade
A investigação é fundamentalmente teórica		
Não há interligação entre a investigação e as necessidades da região		
Outra		

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

<sup>159</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES – Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

4. Se nunca manteve contactos com a U.E., no âmbito da investigação universitária, indique as razões dessa situação:

Não teve necessidade	
Não conseguiu estabelecer contactos com a U.E.	
Não tem conhecimento do tipo de actividades de investigação que existem	
Não sabe quais são as áreas científicas em que a U.E. realiza investigação	
Outro motivo	

Se respondeu "Outro motivo", qual? \_\_\_\_\_

5. Que outras áreas do saber<sup>160</sup> considerava prioritárias, para que viessem a ser alvo de investigação na U.E, do ponto de vista da Região e/ou da s/ Entidade:

Áreas Científicas	Alentejo	Entidade
Artes		
Humanidades		
Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística		
Ciências da Vida		
Ciências Físicas		
Ciências matemáticas e estatísticas		
Ciências sociais e do comportamento		
Saúde e bem estar		
Informática e computação		
Construção e Minas		
Mecânica, electrotecnia e energia		
Produção, processos e materiais		
Agricultura e pescas		
Empresas e administração		
Serviços sociais e serviços pessoais		
Segurança		
Geografia, arquitectura e ambiente		
Ensino		

#### V. Extensão

1. Sabe quais são as áreas de extensão desenvolvidas na U.E.?

Sim, bastante bem	
Sim, razoavelmente	
Não	

<sup>160</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES – Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

## 2. Acha que correspondem às necessidades

	Sim, bastante bem	Sim, razoavelmente	Não	NS/NR	Não se aplica
Da Região					
Da s/ Entidade					

## 3. Se pensa que as actividades de extensão oferecidas pela U.E. não respondem às necessidades da região e/ou da s/ Entidade, diga porquê:

Razões	Alentejo	Entidade
Não há interligação entre a extensão e as necessidades da região		
Outra		

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

## 4. Se nunca manteve contactos com a U.E., no âmbito da extensão universitária, indique as razões dessa situação:

Não teve necessidade	
Não conseguiu estabelecer contactos com a U.E.	
Não tem conhecimento do tipo de actividades de extensão que existem	
Não sabe quais são as áreas científicas em que a U.E. realiza extensão	
Outro motivo	

Se respondeu "Outro motivo", qual? \_\_\_\_\_

5. Que outras áreas do saber<sup>161</sup> considerava prioritárias, para que viessem a ser alvo de extensão na U.E, do ponto de vista da Região e/ou da s/ Entidade:

Áreas Científicas	Alentejo	Entidade
Artes		
Humanidades		
Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística		
Ciências da Vida		
Ciências Físicas		
Ciências matemáticas e estatísticas		
Ciências sociais e do comportamento		
Saúde e bem estar		
Informática e computação		
Construção e Minas		
Mecânica, electrotecnia e energia		
Produção, processos e materiais		
Agricultura e pescas		
Empresas e administração		
Serviços sociais e serviços pessoais		
Segurança		
Geografia, arquitectura e ambiente		
Ensino		

<sup>161</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES – Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

## VI. Formação

1. Os funcionários/colaboradores da s/Entidade frequentam/já frequentaram alguma das acções de formação realizadas na U.E:

Sim	
Não	

2. Se **Sim**,

2.1 Há quanto tempo?

Menos de 6 meses	
Mais de 6 meses	
Mais de 1 ano	
Mais de 5 anos	

2.2 Em que área?

Administração Geral	
Área financeira	
Área de produção	
Área de recursos humanos	
Marketing	
I&D	
Qualidade	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

2.3 De que tipo?

Acção de curta duração financiada pela União Europeia - PROFAP	
Cursos breves	
Pós-graduação	
Mestrado	
Doutoramento	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

2.4 Classifique, do seu ponto de vista, a formação disponibilizada pela U.E.

(1: muito fraca; 2: fraca; 3: razoável; 4: boa; 5: muito boa)

Acção de curta duração financiada pela União Europeia - PROFAP	
Cursos breves	
Pós-graduação	
Mestrado	
Doutoramento	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

3. Se **não**, indique qual/quais os motivos pelo(s) qual(ais) os funcionários da sua entidade nunca frequentaram acções de formação realizadas na U.E.

<b>Razões</b>	
Não teve necessidade	
Não consegui estabelecer contactos com a U.E.	
Não tem conhecimento do tipo de acções de formação que existem	
As acções são generalistas	
A formação é muito longa, teórica e científica	
A formação é pouco técnica e específica	
Existe pouca aproximação à realidade	
Os horários destas não são os mais adequados	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

4. Gostaria que a U.E. fomentasse mais acções de formação (das indicadas em 2.4)?

Sim	
Não	
NS/NR	

4.1 Se **Sim**, que tipo de formação?

<b>Formação</b>	
Seminários específicos	
Cursos breves	
Cursos de Pós-graduação	
Cursos de Mestrado	
Cursos de Mestrado em parceria com as empresas	
Outro tipo de formação	

Se respondeu "Outro tipo de formação", qual? \_\_\_\_\_

8. Do seu ponto de vista, existem dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio envolvente?

Sim	
Não	
NS/NR	

9. Se **Sim**, devem-se a: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo)

Razões	
Falta de informação da U.E. acerca do meio	
Falta de informação do meio acerca da U.E.	
Fraca motivação dos parceiros existentes	
Fraca motivação da U.E.	
Problemas inerentes a uma região rural e envelhecida	
Existência de experiências não concretizadas ou falhadas no passado	
Falta de tradição	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

10. O que deveria ser feito para aproximar o ensino superior do tecido institucional? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Razões	
Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso e não apenas no final	
Existência de um leque de professores convidados representativos dos vários sectores da vida económica	
Organização de um Conselho consultivo, junto dos departamentos, com agentes económicos próximos da Área departamental	
Maior promoção das actividades desenvolvidas na U.E.	
Maior informação sobre os resultados da investigação realizada na U.E.	
Outras iniciativas	

Se respondeu "Outras iniciativas", quais? \_\_\_\_\_

11. Identifique 5 tarefas que julgue serem função da U.E. e que estejam a ser desempenhadas de modo eficiente:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

12. Identifique 5 tarefas que julgue serem função da U.E. e que não estejam a ser desempenhadas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

13. Do seu ponto de vista, a presença da U.E. contribui para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada - e 10 - bastante )

	Évora	Alentejo
Empresas		
Outras entidades		

14. Se entende que **Sim**, porque: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Disponibiliza quadros para as empresas/outras entidades	
Realiza investigação útil às empresas	
Presta serviços de extensão fundamentais	
Disponibiliza formação adequada	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual \_\_\_\_\_

15. Se entende que **Não**, porque: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Não forma diplomados nas áreas adequadas	
A investigação não responde às necessidades das empresas/outras entidades	
Os serviços de extensão não respondem às necessidades das empresas/outras entidades	
A formação não se adequa às necessidades das empresas/outras entidades	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual \_\_\_\_\_

**Questões destinadas apenas aos agentes culturais**

1. A U.E. está a contribuir activamente para a vitalidade cultural da cidade e da região?

	Évora	Alentejo
Sim, bastante bem		
Sim, razoavelmente		
Não		
NS/NR		

2. Quais são os equipamentos da U.E. que já utilizou? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nunca - e 10 – muito frequentemente)

<b>Equipamentos</b>	
Biblioteca	
Livraria	
Equipamentos desportivos	
Parques de estacionamento	
Edifícios históricos	
Teatro	
Salas de concerto	
Cinema	
Salas de exposição	
Salas de conferências	
Cantinas, refeitórios ou restaurante	
Jardins	

3. A U.E. posiciona-se como uma instituição fundamental no debate público e na formação da opinião pública local? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – Nada - e 10 – muito)

<b>Posicionamento</b>	<b>Évora</b>	<b>Alentejo</b>
Universidade de Évora		

Muito obrigada pela colaboração!



### Quadro A.4.1.2 Entidades a quem foram aplicados questionários

ACOMOR, S.A.	Laboratório de Metrologia
Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL)	Núcleo Empresarial da Região de Beja (NERBE)
Agrupamento de Produtores Carnalentejana	Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE)
Associação “Chão de Meninos”	Núcleo Empresarial da Região de Portalegre (NERPOR)
Associação Comercial do Distrito de Évora	Região de Turismo de Évora
Associação de Agricultores do Distrito de Évora	Serviço Regional de Monumentos do Sul
Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos	
Associação de Defesa do Património de Mértola	<b>Outras entidades culturais:</b>
Associação de Estudantes da Universidade de Évora	Biblioteca Pública de Évora
Associação de Jovens Agricultores do Distrito de Évora	Galeria de S. Miguel (Fundação Eugénio d’Almeida)
Associação de Jovens Professores da Região Alentejo	Galeria Évora-Arte
Associação de Municípios do Distrito de Évora	Grupo Pró-Évora
Associação de Produtores Florestais da Região de Évora	Museu de Regional Évora
Associação Nacional de Jovens Empresários	Museu do Artesanato
Associação Nacional de Pequenos e Médios Agricultores	Museu do Brinquedo
Associação Nacional de Produtores de Cereais	Núcleo Museológico de Metrologia
Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias	Palácio D. Manuel
Associação Técnica de Viticultores do Alentejo (ATEVA/CVRA)	Teoartís Galeria
Câmara Municipal de Évora	
CENDREV	<b>Confederações Sindicais:</b>
Centro de Emprego de Évora	CGTP IN
Centro Regional de Artes do Espectáculo do Alentejo	UGT – Alentejo
CEVALOR	
Comissão de Coordenação da Região Alentejo	<b>Membros do Conselho Consultivo da UE:</b>
Comissão Municipal de Turismo	Cónego Doutor José Augusto Alegria (Conselheiro da U.E)
Cooperativa Ovina de Évora	Prof. Doutor Adriano Moreira (Conselheiro da U.E.)
Delegação Regional de Cultura do Alentejo	Prof. Doutor António Simões Lopes (Conselheiro da U.E.)
Direcção Regional de Agricultura do Alentejo	Prof. Doutor Carlos Portas (Conselheiro da U.E.)
Direcção Regional de Educação do Sul	Prof. Doutor José Yeiga Simão (Conselheiro da U.E)
Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia	Prof. Doutor Raul Rosado Fernandes (Conselheiro da U.E.)
Direcção Regional do Ambiente do Alentejo	Arcebispo de Évora
EPRAL – Escola Profissional da Região do Alentejo	Comandante da Região Militar do Sul
Fundação do Convento da Orada	Director da Academia de Música Eborensis
Fundação Eugénio d’Almeida	Director da Administração Regional de Saúde do Alentejo
Fundação Oriente	Director da Estação de Melhoramento de Plantas
Governo Civil de Beja	Presidente da Administração do Porto de Sines
Governo Civil de Évora	Presidente da Câmara Municipal de Estremoz
Governo Civil de Portalegre	Presidente da Câmara Municipal de Sines
Hospital do Espírito Santo	Presidente do Conselho de Administração da Ass. de Municípios de Beja
IAPMEI – Évora	Presidente do Conselho de Administração da Ass. do Norte Alentejano
IFADAP – Évora	Presidente do Conselho de Administração da Ass. de Municipal da Margem
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	Esquerda do Guadiana
Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPAR)	Presidente do Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social do Alentejo
Instituto Florestal do Alentejo	Presidente do Instituto Politécnico de Beja
Instituto Nacional de Estatística – Direcção Regional do Alentejo	Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre
Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA)	Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal
Instituto Nacional do Desporto	Reitor do Seminário Maior de Évora
Instituto Português da Juventude	



# QUESTIONÁRIO 3



Maria da Conceição Peixe Rego  
Departamento de Economia  
Universidade de Évora  
Largo dos Colegiais, 2  
7000-803 Évora

Exmos. Senhores Professores

**Assunto: Envio de questionário**

Sou assistente no Departamento de Economia da Universidade de Évora e estou a preparar a minha dissertação de doutoramento subordinada ao tema "*Análise de alguns impactes regionais das Instituições de Ensino Superior: estudo de caso da Universidade de Évora*". Dado que este tema nunca foi tratado em Portugal, os dados disponíveis para comprovarem a metodologia, que já tem vindo a ser aplicada noutros países da Europa, não estão disponíveis, pelo que é necessário proceder à recolha de informação através da aplicação de questionários. O questionário que lhe estou a enviar é um dos instrumentos que pretendo usar, no âmbito destes trabalhos.

Com este questionário pretendem-se atingir vários objectivos:

- Caracterizar a Universidade de Évora, do ponto de vista dos ensinos, investigação e extensão, nas questões que dizem respeito à sua ligação com a região;
- Caracterizar os contactos existentes entre a Universidade de Évora e outras entidades no que diz respeito, sobretudo, às questões da investigação e da extensão;
- Avaliar a forma com é percebido, pela Universidade de Évora, o papel da instituição, enquanto entidade potencialmente promotora de processos de desenvolvimento regional.

Assim, solicito a sua colaboração com o preenchimento do questionário que está a receber, para que o estudo possa traduzir, o mais fielmente possível, a realidade. Para que seja viável o tratamento dos respectivos dados, é conveniente que o mesmo seja devolvido durante os próximos 10 dias úteis. Naturalmente que a informação contida neste documento é confidencial e apenas será usada neste trabalho de investigação. O resultado do seu tratamento estatístico apenas será utilizado neste âmbito e divulgado em publicações de carácter científico.

Antecipadamente grata pela colaboração, subscrevo-me apresentando os meus melhores cumprimentos.

Évora, Outubro de 2000

P.S. Se lhe surgir alguma dúvida no preenchimento deste questionário, sugiro que me contacte através do e-mail: [mcpr@uevora.pt](mailto:mcpr@uevora.pt) ou do telefone 266.740.822 da Universidade de Évora.



## INQUÉRITO

## ENSINOS

1. O seu departamento lecciona formação:

Tipos de formação	
Graduada	
Pós-graduada	
Profissional contínua	
Ao longo da vida	
À distância	
Pós-secundária	

2. Do seu ponto de vista, os ensinoss ministrados na U.E, em geral, e no seu departamento, estão desenhados tendo em conta:

Elementos a ter em conta	Graduados		Pós-Graduados	
	UE	Dept	UE	Dept
As necessidades do mercado de trabalho da região				
As características da região				
As necessidades do mercado de trabalho do país				
As características do país				
As características habituais dos cursos na área				
A nova realidade europeia de livre circulação de pessoas e conhecimentos				
Outras factores				

Se respondeu "Outros factores", diga quais:

\_\_\_\_\_

3. Do seu ponto de vista, como é que os ensinoss ministrados na UE, em geral, e no seu departamento se adequam (Avalie este item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – bastante mal – e 10 – bastante bem):

Elementos a ter em conta	Graduados		Pós-Graduados	
	UE	Dept	UE	Dept
Ao mercado de trabalho regional				
Ao mercado de trabalho nacional				
À nova realidade europeia de livre circulação de pessoas e conhecimentos				

4. O seu departamento contribui directamente para a melhoria da qualificação do mercado de trabalho local?

Sim	
Não	
Não se aplica	

5. Se **SIM**, como é que o faz?

Através da colocação de diplomados em empresas/instituições de Évora e/ou do Alentejo	
Através da oferta de acções de formação profissional contínua	
Através da oferta de formação ao longo da vida	
Através da oferta de formação pós-graduada	
Através da oferta de outro tipo de formação	

Se respondeu "Outro tipo de formação", diga qual: \_\_\_\_\_

6. Identifique três mecanismos que tenham sido implementados, pelo seu departamento, nos últimos 5 anos, para promover a ligação entre os diplomados e a região

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

7. Em seu entender, em termos de ensinios, a U.E. / o seu departamento deverá adoptar:

Postura	Dept.	U.E.
Uma cultura de produção ("vender o seu produto")		
Uma cultura de mercado ("produzir o que pode vender")		
Não tem opinião		
Outra atitude		

Se respondeu "Outra atitude", diga qual?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



8. Que outras áreas do saber<sup>162</sup> considera prioritárias, que venham a ser ministradas na U.E, do ponto de vista do interesse da Universidade de Évora e/ou do Alentejo:

Áreas Científicas	Universidade de Évora	Alentejo
Artes		
Humanidades		
Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística		
Ciências da Vida		
Ciências Físicas		
Ciências matemáticas e estatísticas		
Ciências sociais e do comportamento		
Saúde e bem estar		
Informática e computação		
Construção e Minas		
Mecânica, electrotecnia e energia		
Produção, processos e materiais		
Agricultura e pescas		
Empresas e administração		
Serviços sociais e serviços pessoais		
Segurança		
Geografia, arquitectura e ambiente		
Ensino		

### INVESTIGAÇÃO

1. A investigação desenvolvida no seu Departamento/Centro de Investigação é

(Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

1. Fundamental	
2. Aplicada:	
2.1 sobre questões de carácter regional	
2.2 sobre questões de carácter nacional	
2.3 sobre questões de carácter internacional	

<sup>162</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES – Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

2. A investigação desenvolvida no seu Departamento / Centro de Investigação tem em conta (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

<b>Elementos a ter em conta</b>	
As necessidades manifestadas por empresas e/ou instituições da região	
As características da região	
As necessidades manifestadas por empresas e ou instituições do país	
As características do país	
As preocupações e os interesses dos investigadores	
A possibilidade de obter financiamentos para o desenvolvimento da investigação	
Outras factores	

Se respondeu "Outros factores", diga quais: \_\_\_\_\_

3. A investigação desenvolvida no seu Departamento/Centro de Investigação é realizada (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

<b>Características da investigação</b>	
Individualmente	
Em equipa, com vários elementos do mesmo departamento/centro de investigação	
Em equipa, com vários elementos de outros departamentos/centros de investigação da EU	
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições regionais	
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições nacionais	
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições internacionais	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual: \_\_\_\_\_

4. Se o seu Departamento/Centro de Investigação desenvolve parcerias com outras instituições, caracterize-as (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

<b>Entidades</b>	<b>Locais</b>	<b>Regionais</b>	<b>Nacionais</b>	<b>Internacionais</b>
Instituições e organismos públicos				
Empresas e outras entidades privadas				
Universidades públicas				
Universidades privadas				
Outros estabelecimentos de ensino superior				
Instituições de investigação				
Outras				

Se respondeu "Outras", diga quais:

---



---



---



---

5. Identifique os três principais **parceiros** nas actividades de investigação desenvolvidas pelo seu departamento/centro de investigação:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

6. Identifique os três principais **clientes** das actividades de investigação desenvolvidas pelo seu departamento/centro de investigação:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

7. Identifique os três principais **financiadores** das actividades de investigação desenvolvidas pelo seu departamento/centro de investigação:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

8. Como é que são divulgados os resultados da investigação desenvolvida no seu departamento/centro de investigação (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

Formas de divulgação	
Em revistas nacionais	
Em revistas estrangeiras	
Em conferências realizadas em Portugal	
Em conferências realizadas no estrangeiro	
Em sessões públicas de divulgação científica	
Os resultados são entregues às entidades que encomendaram a investigação	
Outra forma	

Se respondeu "Outra forma", diga qual: \_\_\_\_\_

9. Se o seu Departamento/Centro de Investigação tem procurado, nos últimos 5 anos, criar ligações com a região, ao nível da investigação:

9.1 Identifique três mecanismos postos em prática para promover essa ligação:

1.
2.
3.

9.2 Liste, no máximo, três exemplos de organismos regionais com os quais o seu Departamento/Centro de Investigação colabore com vista a promover a ligação entre a investigação desenvolvida na U.E. e a região

1.
2.
3.

9.3 Identifique três formas de promover transferência de tecnologia/ inovação/novos conhecimentos para as empresas/instituições da região, que tenham sido adoptadas pelo seu Departamento/Centro de Investigação

1.
2.
3.

10. Quais são as áreas do saber<sup>163</sup> que considera que deveriam ser consideradas prioritárias, em termos da investigação realizada na U.E, do ponto de vista do interesse da Universidade de Évora e/ou do Alentejo:

Áreas Científicas	Universidade de Évora	Alentejo
Artes		
Humanidades		
Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística		
Ciências da Vida		
Ciências Físicas		
Ciências matemáticas e estatísticas		
Ciências sociais e do comportamento		
Saúde e bem estar		
Informática e computação		
Construção e Minas		
Mecânica, electrotecnia e energia		
Produção, processos e materiais		
Agricultura e pescas		
Empresas e administração		
Serviços sociais e serviços pessoais		
Segurança		
Geografia, arquitectura e ambiente		
Ensino		

### EXTENSÃO

1. A extensão desenvolvida no seu Departamento / Centro de Investigação tem em conta (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

Elementos a ter em conta	
As necessidades manifestadas por empresas e/ou instituições da região	
As características da região	
As necessidades manifestadas por empresas e ou instituições do país	
As características do país	
Outras factores	

Se respondeu "Outros factores", diga quais: \_\_\_\_\_

<sup>163</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES – Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education

2. A extensão desenvolvida no seu Departamento/Centro de Investigação é realizada (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito-):

Características da investigação	
Individualmente	
Em equipa, com vários elementos do mesmo departamento/centro de investigação	
Em equipa, com vários elementos de outros departamentos/centros de investigação da UE	
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições regionais	
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições nacionais	
Em equipa com investigadores e/ou funcionários de outras instituições internacionais	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual: \_\_\_\_\_

3. Se o seu Departamento/Centro de Investigação desenvolve parcerias, para a extensão, com outras instituições, caracterize-as (Classifique os itens seguintes de acordo com uma escala de 0 – nada – a 5 – muito):

Entidades	Locais	Regionais	Nacionais	Internacionais
Instituições e organismos públicos				
Empresas e outras entidades privadas				
Universidades públicas				
Universidades privadas				
Outros estabelecimentos de ensino superior				
Instituições de investigação				
Outras				

Se respondeu "Outras", diga quais:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Identifique os três principais **parceiros** nas actividades de extensão desenvolvidas pelo seu Departamento/Centro de investigação:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

5. Identifique os três principais **clientes** das actividades de extensão desenvolvidas pelo seu Departamento/Centro de investigação:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

6. Se o seu Departamento/Centro de Investigação tem procurado, nos últimos 5 anos, criar ligações com a região, ao nível da extensão:

- 6.1 Identifique três mecanismos postos em prática para promover essa ligação:

1.
2.
3.

- 6.2 Liste, no máximo, três exemplos de organismos regionais em que o seu Departamento/Centro de Investigação colabore com vista a promover as actividades de extensão relacionadas com a região

1.
2.
3.

- 6.3 Identifique três formas de promover as actividades de extensão para as empresas/instituições da região, que tenham vindo a ser implementadas pelo seu Departamento/Centro de Investigação

1.
2.
3.

7. Quais são as áreas do saber<sup>164</sup> que considera que deveriam ser consideradas prioritárias, em termos da extensão realizada na U.E, do ponto de vista do interesse da Universidade de Évora e/ou do Alentejo?

Áreas Científicas	Universidade de Évora	Alentejo
Artes		
Humanidades		
Culturas, Línguas, Literaturas e Linguística		
Ciências da Vida		
Ciências Físicas		
Ciências matemáticas e estatísticas		
Ciências sociais e do comportamento		
Saúde e bem estar		
Informática e computação		
Construção e Minas		
Mecânica, electrotecnia e energia		
Produção, processos e materiais		
Agricultura e pescas		
Empresas e administração		
Serviços sociais e serviços pessoais		
Segurança		
Geografia, arquitectura e ambiente		
Ensino		

### LIGAÇÃO À REGIÃO

1. Do seu ponto de vista, qual é a importância actual da U.E. para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora e do Alentejo? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nenhum - e 10 - todo)

Áreas	Évora	Alentejo
Ensino		
Investigação		
Extensão		
Formação		

<sup>164</sup> Classificação adoptada pelo ME/DGES – Maio 1999 de acordo com o ISCED/CITE – International Standard Classification of Education/Classification Internationale Type de l'Education



2. Do seu ponto de vista, qual devia ser o empenhamento da U.E. nos seguintes domínios? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nenhum - e 10 - todo)

Áreas	
Ensino	
Investigação	
Extensão	
Formação	

3. Do seu ponto de vista, qual a importância que tem a U.E., em Évora e no Alentejo, nos seguintes aspectos? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nenhuma - e 10 - toda)

Áreas	Évora	Alentejo
Económico		
Demográfico		
Sócio-cultural		
Técnico-Científico		

4. Classifique o contributo actual da U.E. para o desenvolvimento sócio-económico, de Évora e do Alentejo, em cada um dos seguintes aspectos: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada- e 10- bastante)

Áreas	Évora	Alentejo	NS/NR	Não se aplica
Transferência de tecnologia para a indústria				
Recrutamento de estudantes no exterior da região e inserção nas empresas locais				
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego				
Programas de formação contínua e desenvolvimento profissional destinado a melhorar as qualificações dos profissionais que trabalham nas empresas locais				
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região				
Envolvimento local de empresas internacionais através de programas de formação e de parcerias para a investigação				
Acesso das PME's aos recentes desenvolvimentos científicos e tecnológicos				
Contributo para a retenção do investimento externo				
Contribuição para a sociedade de informação				
Estímulo à iniciativa empresarial (empreendedorismo)				
Definição de uma visão estratégica para a região				

5. Classifique o contributo actual da UE para o desenvolvimento sócio cultural, de Évora e do Alentejo, em cada um dos seguintes aspectos: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada - e 10 - bastante)

Áreas	Évora	Alentejo	NS/NR	Não se aplica
Disponibilização, para os media, de comentadores com conhecimentos científicos				
"Fornecimento" de líderes para a sociedade civil				
Transmissão de saber imparcial às organizações regionais				
Realização de actividades artísticas e culturais				
"Fornecimento" de público para as actividades artísticas e culturais				
Oferta de equipamentos culturais e desportivos				
Iniciativas para atrair a comunidade à Universidade: por exemplo, realização de Dias Abertos; Acções de divulgação científica, etc)				
Promoção da região				

6. Do seu ponto de vista, e de um modo geral, que atitude adopta a UE, enquanto instituição, relativamente ao meio que a rodeia? (Avalie de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – parceiro nada activo - e 10 – parceiro muito activo)

Posicionamento	Évora	Alentejo
Universidade de Évora		

7. Do seu ponto de vista, existem dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio envolvente?

Sim	
Não	
NS/NR	

8. Se **Sim**, devem-se a: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo)

Razões	
Falta de informação da U.E. acerca do meio	
Falta de informação do meio acerca da U.E.	
Fraca motivação dos parceiros existentes	
Fraca motivação da U.E.	
Problemas inerentes a uma região rural e envelhecida	
Existência de experiências não concretizadas ou falhadas no passado	
Falta de tradição	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

9. O que deveria ser feito para aproximar o ensino superior do tecido institucional? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

<b>Razões</b>	
Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso e não apenas no final	
Existência de um leque de professores convidados representativos dos vários sectores da vida económica	
Organização de um Conselho consultivo, junto dos departamentos, com agentes económicos próximos da Área departamental	
Maior promoção das actividades desenvolvidas na U.E.	
Maior informação sobre os resultados da investigação realizada na U.E.	
Outras iniciativas	

Se respondeu "Outras iniciativas", quais? \_\_\_\_\_

10. Identifique 5 tarefas que julgue serem função da U.E. e que estejam a ser desempenhadas de modo eficiente:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

11. Identifique 5 tarefas que julgue serem função da U.E. e que não estejam a ser desempenhadas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

12. Do seu ponto de vista, a presença da U.E. contribui para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada - e 10 - bastante )

	Évora	Alentejo
Empresas		
Outras entidades		

13. Se entende que **Sim**, porque: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Disponibiliza quadros qualificados para as empresas/outras entidades	
Realiza investigação útil às empresas	
Presta serviços de extensão fundamentais	
Disponibiliza formação adequada	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual \_\_\_\_\_

14. Se entende que **Não**, porque: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Não forma diplomados nas áreas adequadas	
A investigação não responde às necessidades das empresas/outras entidades	
Os serviços de extensão não respondem às necessidades das empresas/outras entidades	
A formação não se adequa às necessidades das empresas/outras entidades	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual \_\_\_\_\_

15. A U.E. está a contribuir activamente para a vitalidade cultural da cidade e da região?

	Évora	Alentejo
Sim, bastante bem		
Sim, razoavelmente		
Não		
NS/NR		

16. A U.E. posiciona-se como uma instituição fundamental no debate público e na formação da opinião pública local?  
(Avalie de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – Nada - e 10 – Muito)

Posicionamento	Évora	Alentejo
Universidade de Évora		

Muito obrigada pela colaboração!

# QUESTIONÁRIO 4



**Questões aplicadas aos diplomados pela Universidade de Évora e analisadas no âmbito deste estudo**

**III. PERCURSO PROFISSIONAL**

- 1 Quando terminou o curso, procurou e/ou encontrou emprego em Évora ou no Alentejo?

	Procurou	Não Procurou	Encontrou	Não Encontrou
Évora				
Alentejo				

- 2 Se **Encontrou** emprego em Évora ou no Alentejo, por favor responda:

2.1 De que emprego se tratava?(descreva as suas funções)

2.2 Ainda desempenha a mesma actividade? SIM ( ) NÃO ( )

2.3 Ainda se mantém na mesma empresa/instituição? SIM ( ) NÃO ( )

2.4 Ainda mantém a mesma categoria profissional? SIM ( ) NÃO ( )

- 3 Se já não está no emprego que encontrou quando terminou o curso, diga porque mudou:

As tarefas que realizava não correspondiam à sua formação	
As tarefas que realizava eram monótonas e pouco criativas	
Teve uma proposta financeiramente mais atractiva	
Outro motivo	

Se respondeu "Outro motivo", diga qual: \_\_\_\_\_

- 4 Se **Não Encontrou** emprego em Évora ou no Alentejo, isso ficou a dever-se a:

O curso que frequentou não tinha procura no mercado de trabalho local/regional	
O mercado de trabalho, na área da sua formação, estava saturado	
O salário que lhe ofereceram não era atractivo	
Outro motivo	

Se respondeu "Outro motivo", diga qual: \_\_\_\_\_

## VI. LIGAÇÃO À REGIÃO

- 1 Do seu ponto de vista, qual é a importância actual da U.E. para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora e do Alentejo? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nenhum - e 10 - todo)

Áreas	Évora	Alentejo
Ensino		
Investigação		
Extensão		
Formação		

- 2 Do seu ponto de vista, qual devia ser o empenhamento da U.E. nos seguintes domínios? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nenhum - e 10 - todo)

Áreas	
Ensino	
Investigação	
Extensão	
Formação	

- 3 Do seu ponto de vista, qual a importância que tem a U.E., em Évora e no Alentejo, nos seguintes aspectos? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nenhuma - e 10 - toda)

Áreas	Évora	Alentejo
Económico		
Demográfico		
Sócio-cultural		
Técnico-Científico		



4 Classifique o contributo actual da U.E. para o desenvolvimento sócio-económico, de Évora e do Alentejo, em cada um dos seguintes aspectos: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada- e 10- bastante)

Áreas	Évora	Alentejo	NS/NR	Não se aplica
Transferência de tecnologia para a indústria				
Recrutamento de estudantes no exterior da região e inserção nas empresas locais				
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego				
Programas de formação contínua e desenvolvimento profissional destinado a melhorar as qualificações dos profissionais que trabalham nas empresas locais				
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região				
Envolvimento local de empresas internacionais através de programas de formação e de parcerias para a investigação				
Acesso das PME's aos recentes desenvolvimentos científicos e tecnológicos				
Contributo para a retenção do investimento externo				
Contribuição para a sociedade de informação				
Estímulo à iniciativa empresarial (empreendedorismo)				
Definição de uma visão estratégica para a região				

5 Classifique o contributo actual da UE para o desenvolvimento sócio cultural, de Évora e do Alentejo, em cada um dos seguintes aspectos: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada - e 10 - bastante)

Áreas	Évora	Alentejo	NS/NR	Não se aplica
Disponibilização, para os <i>media</i> , de comentadores com conhecimentos científicos				
"Fornecimento" de líderes para a sociedade civil				
Transmissão de saber imparcial às organizações regionais				
Realização de actividades artísticas e culturais				
"Fornecimento" de público para as actividades artísticas e culturais				
Oferta de equipamentos culturais e desportivos				
Iniciativas para atrair a comunidade à Universidade: por exemplo, realização de Dias Abertos; Acções de divulgação científica, etc.)				
Promoção da região				

6 Do seu ponto de vista, e de um modo geral, que atitude adopta a UE, enquanto instituição, relativamente ao meio que a rodeia? (Avalie de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – parceiro nada activo - e 10 – parceiro muito activo)

Posicionamento	Évora	Alentejo
Universidade de Évora		

7 Do seu ponto de vista, existem dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio envolvente?

Sim	
Não	
NS/NR	

8 Se **Sim**, devem-se a: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo)

Razões	
Falta de informação da U.E. acerca do meio	
Falta de informação do meio acerca da U.E.	
Fraca motivação dos parceiros existentes	
Fraca motivação da U.E.	
Problemas inerentes a uma região rural e envelhecida	
Existência de experiências não concretizadas ou falhadas no passado	
Falta de tradição	
Outra	

Se respondeu "Outra", qual? \_\_\_\_\_

9 O que deveria ser feito para aproximar o ensino superior do tecido institucional? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Razões	
Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso e não apenas no final	
Existência de um leque de professores convidados representativos dos vários sectores da vida económica	
Organização de um Conselho consultivo, junto dos departamentos, com agentes económicos próximos da Área departamental	
Maior promoção das actividades desenvolvidas na U.E.	
Maior informação sobre os resultados da investigação realizada na U.E.	
Outras iniciativas	

Se respondeu "Outras iniciativas", quais? \_\_\_\_\_

- 10 Do seu ponto de vista, a presença da U.E. contribui para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo? (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – nada - e 10 - bastante )

	Évora	Alentejo
Empresas		
Outras entidades		

- 11 Se entende que **Sim**, porque: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Razões	
Disponibiliza quadros qualificados para as empresas/outras entidades	
Realiza investigação útil às empresas	
Presta serviços de extensão fundamentais	
Disponibiliza formação adequada	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual \_\_\_\_\_

- 12 Se entende que **Não**, porque: (Avalie cada item de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – absolutamente em desacordo - e 10 – absolutamente de acordo )

Razões	
Não forma diplomados nas áreas adequadas	
A investigação não responde às necessidades das empresas/outras entidades	
Os serviços de extensão não respondem às necessidades das empresas/outras entidades	
A formação não se adequa às necessidades das empresas/outras entidades	
Outra	

Se respondeu "Outra", diga qual \_\_\_\_\_

13. A U.E. está a contribuir activamente para a vitalidade cultural da cidade e da região?

	Évora	Alentejo
Sim, bastante bem		
Sim, razoavelmente		
Não		
NS/NR		

- 14 A U.E. posiciona-se como uma instituição fundamental no debate público e na formação da opinião pública local? (Avalie de acordo com uma escala quantitativa, arredondada a uma casa decimal, entre 0 – Nada - e 10 – Muito)

Posicionamento	Évora	Alentejo
Universidade de Évora		

### Quadro A.4.1.3 Entidades nacionais com quem a UE estabeleceu Protocolos e Convénios

Academia de Música Eborense e Escola Profissional de Música de Évora	Comissão Vitivinícola Regional Alentejana	Instituto dos Resíduos
Acomor	Cooperativa do Cabido e Anexas	Instituto Geológico e Mineiro
Administração do Porto de Sines	Cooperativa Ovina de Évora	Instituto Luso Africano para a Cooperação Científica e Tecnológica
AEB Bioquímica Portuguesa	CTT	Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial
Agrupamento de Produtores Carnalentejana	Curva de Nível	Instituto Politécnico de Beja
Área Escolar da Freguesia de Sé	Direção Geral da Família	Instituto Politécnico de Portalegre
Assembleia da República	Direção Geral da Qualidade do Ambiente	Instituto Politécnico de Setúbal
Assembleia Distrital de Évora	Direção Geral de Ação Social	Instituto Superior de Ciências da Educação e Desenvolvimento
Associação "Chão de Meninos"	Direção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola	Instituto Superior de Ciências da Saúde
Associação Cultural e Etnográfica de Estremoz	Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	Instituto Superior de Novas Profissões
Associação da Creche e Jardim de Infância de Évora	Direção Geral de Transportes Terrestres	Instituto Superior de Serviço Social
Associação da Escola Pluridimensional e da Escola Cultural	Direção Geral do Ambiente	Instituto Superior Técnico
Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre	Direção Geral do Desenvolvimento Regional	Instituto Tecnológico Nuclear
Associação de Criadores de Bovinos Mertalengos	Direção Regional da Agricultura do Alentejo	ISA-UTL
Associação de Defesa do Património de Mértola	Direção Regional de Educação do Alentejo	ISCTE
Associação de Municípios do Distrito de Évora	Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo	ISEG
Associação de Produtores de Pasta de Celulose e Associação de Industriais de Papelaria	EDIA	Jardim de Infância da Cruz da Picada
Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado	EDP – CPPE	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Associação dos Jovens Agricultores do Distrito de Évora	Educativ - Centro de Formação e de Recursos Educativos do Município de Benavente	Liga para a Protecção da Natureza
Associação Nacional de Jovens Empresários	Empresa Sondagens e Fundações	MARCA, Associação para o desenvolvimento local Mertocar
Associação Nacional de Pequenos e Médios Agricultores (Évora)	EPAC - Empresa para Agroalimentação e Cereais	Ministério da Ciência
Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	Escola Profissional da Região Alentejo	Ministério da Educação
Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas	Escola Superior de Conservação e Restauro	Museu Nacional do Azulejo
Associação Portuguesa de Estudos Judaicos	Escola Superior de Educação João de Deus	NERE
Associação Portuguesa de Management	ESDIME, Empresa de Messejana para o Desenvolvimento Integrado	Núcleo de Évora da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva	Evoramel	Plansel, Plantas Seleccionadas, Lda
Avestruz Real - Produção e Comercialização de Aves	Fabrimar (Rochas Ornamentais)	PROALENETEJO
Caixa Geral de Depósitos	Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa	Programa Operacional do Ambiente
Câmara Municipal de Alter do Chão	Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	ProSistemas Consultores de Engenharia
Câmara Municipal de Castro Daire	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa	Provimi Portuguesa SA
Câmara Municipal de Estremoz	FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional	Purina Portugal
Câmara Municipal de Évora	FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia do MCT	Quercus
Câmara Municipal de Lisboa	Fundação Calouste Gulbenkian	Região de Turismo "Planície Dourada"
Câmara Municipal de Marvão	Fundação Cidade de Ammaia	Reynolds & Oliveira, Lda.
Câmara Municipal de Mora	Fundação das Descobertas	Rota do Guadiana - Associação para o desenvolvimento integrado
Câmara Municipal de Sines	Fundação do Convento da Orada	Secretaria de Estado da Cultura
Câmara Municipal de Sintra	Fundação Eugénio d'Almeida	Secretaria de Estado das Obras Públicas
Campo Arqueológico de Mértola	Fundação Oceanis (Centro Oceanográfico de Sagres)	Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional e da Ciência e Tecnologia
CCRA	Fundo de Turismo	Serviço Cultural da Embaixada de França em Portugal
CENDREV	Geometral, etc. (Consórcio)	Serviço Nacional Coudéico
Centro de Automática da Universidade de Lisboa	Gibb Portugal, Lda.	Sindicato Democrático de Professores do Sul
Centro de Biomassa para a Energia	Herdade do Esporão	Sociedade Agrícola da Herdade de Alcoaça
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa	Hidro 4 etc. (Consórcio)	Sociedade portuguesa de Física
Centro de Formação da Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia	Hospital do Barreiro	Softline
Centro de Formação de Professores do Nordeste Alentejano	Hospital do Espírito Santo (Évora)	SOPORCEL
Centro de Formação Profissional de Évora do IEEP	Hospital dos Capuchos	UNESUL
Centro de Geofísica das Universidade de Lisboa e do Porto	IAPMEI	União de Sindicatos do Distrito de Évora
Centro de Informação Jacques Delors	INE- DRA	Universidade Aberta
Centro Nacional de Informação Geográfica	INETI - Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial	Universidade Católica Portuguesa
Centro para a Conservação de Energia	INFARMED	Universidade da Beira Interior
CEPMEL	INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola	Universidade de Aveiro
CESO I&D - Investigação e desenvolvimento, CRL	INIA - Estação nacional de melhoramento de plantas	Universidade de Lisboa
CEVALOR	Instituto da Água	Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
Comissão de Planeamento da Região Sul	Instituto de Ciências Sociais	Universidade do Algarve
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses	Instituto de Conservação da Natureza	Universidade do Minho
	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente	Universidade Moderna
	Instituto de Meteorologia	Universidade Técnica de Lisboa
	Instituto de Promoção Ambiental	VH Consultin

Quadro A.4.1.4 Variáveis usadas na análise de conteúdo

<b>Âmbito geográfico</b>	Locais Regionais Nacionais Internacionais
<b>Área Departamental (AD) envolvida</b>	A.D. Ciências Agrárias A.D. Ciências da Natureza e Ambiente A.D. Ciências Exactas A.D. Ciências Económicas e Sociais A.D. Ciências Humanas e Sociais Ciências da Saúde
<b>Data de assinatura</b>	
<b>Domínio Científico</b>	Agricultura Zootecnia Biologia Biofísica Paisagista Geociências Matemática Informática Física Química Economia Gestão Artes Linguística e literatura Sociologia Pedagogia e educação História
<b>Entidade</b>	Públicas Privadas Universidades Institutos Politécnicos Outros estabelecimentos de ensino
<b>Entidade financiadora</b>	Comunitária Nacional pública Nacional privada Regional pública Regional privada
<b>Instrumentos</b>	Ensino Investigação Extensão Formação Divulgação Cedência de instalações Intercâmbio de docentes Doação de equipamentos
<b>Localização</b>	Évora Lisboa Alentejo Sul (até Coimbra, inclusive) Norte
<b>Objectivos</b>	Ensino Investigação Extensão Formação Informação
<b>Tipo de documento</b>	Protocolo de colaboração Convénios Protocolo de Prestação de Serviços Contrato de Doação

Quadro A.4.1.5 *Cluster Membership*

Case	4 Clusters	Case	4 Clusters	Case	4 Clusters	Case	4 Clusters
1:Case 2	1	43:Case 118	1	85:Case 163	1	127:Case 214	1
2:Case 3	1	44:Case 119	1	86:Case 164	1	128:Case 215	1
3:Case 6	2	45:Case 120	1	87:Case 165	1	129:Case 218	1
4:Case 7	1	46:Case 121	1	88:Case 166	1	130:Case 221	1
5:Case10	1	47:Case 122	1	89:Case 169	1	131:Case 230	1
6:Case14	1	48:Case 123	1	90:Case 170	1	132:Case 234	1
7:Case20	1	49:Case 124	1	91:Case 171	1	133:Case 242	1
8:Case27	1	50:Case 125	1	92:Case 172	1	134:Case 244	2
9:Case30	1	51:Case 126	1	93:Case 173	1	135:Case 246	2
10:Case32	1	52:Case 128	1	94:Case 174	1	136:Case 248	1
11:Case36	1	53:Case 130	1	95:Case 175	1	137:Case 250	1
12:Case39	1	54:Case 131	1	96:Case 177	1	138:Case 254	2
13:Case42	1	55:Case 132	1	97:Case 178	1	139:Case 258	2
14:Case45	1	56:Case 133	1	98:Case 179	1	140:Case 262	2
15:Case49	1	57:Case 134	1	99:Case 180	1	141:Case 263	2
16:Case51	1	58:Case 135	1	100:Case 181	1	142:Case 264	1
17:Case54	1	59:Case 136	1	101:Case 184	1	143:Case 266	2
18:Case57	3	60:Case 137	1	102:Case 185	1	144:Case 275	2
19:Case60	1	61:Case 138	1	103:Case 186	1	145:Case 283	2
20:Case64	2	62:Case 139	1	104:Case 187	1	146:Case 285	1
21:Case67	1	63:Case 140	1	105:Case 188	1	147:Case 286	1
22:Case70	1	64:Case 141	4	106:Case 189	1	148:Case 296	1
23:Case73	1	65:Case 142	1	107:Case 190	1	149:Case 301	2
24:Case81	3	66:Case 143	1	108:Case 191	1	150:Case 303	1
25:Case84	1	67:Case 145	1	109:Case 193	1	151:Case 307	2
26:Case87	1	68:Case 146	1	110:Case 194	4	152:Case 308	2
27:Case91	1	69:Case 147	1	111:Case 195	1	153:Case 311	1
28:Case93	1	70:Case 148	1	112:Case 196	1	154:Case 314	1
29:Case96	1	71:Case 149	3	113:Case 197	1	155:Case 322	1
30:Case100	1	72:Case 150	1	114:Case 198	1	156:Case 323	2
31:Case 105	1	73:Case 151	1	115:Case 199	1	157:Case 327	2
32:Case 106	1	74:Case 152	1	116:Case 200	1	158:Case 336	2
33:Case 107	1	75:Case 153	1	117:Case 201	1	159:Case 339	2
34:Case 108	1	76:Case 154	1	118:Case 202	1	160:Case 344	2
35:Case 110	1	77:Case 155	1	119:Case 203	1	161:Case 346	2
36:Case 111	1	78:Case 156	1	120:Case 204	1	162:Case 347	2
37:Case 112	1	79:Case 157	1	121:Case 205	1	163:Case 351	2
38:Case 113	1	80:Case 158	1	122:Case 206	1	164:Case 353	2
39:Case 114	1	81:Case 159	1	123:Case 207	1	165:Case 356	2
40:Case 115	1	82:Case 160	1	124:Case 210	4	166:Case 358	1
41:Case 116	1	83:Case 161	1	125:Case 211	4	167:Case 359	4
42:Case 117	1	84:Case 162	1	126:Case 213	1	168:Case 360	4

# A.4.2

## **IMPACTES NO PRODUTO, RENDIMENTO E EMPREGO**





## Quadro A.4.2.1 Análise da Conta de Gerência de 1999 da Universidade de Évora

TIPOS DE DESPESAS	OE	RP	PIDDAC	TOTAL	ÉVORA	DIST. ÈV.	ALENTEJO	PORTUGAL	RM
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>									
Remunerações certas e permanentes	4123365	35961		4159326					
Abonos variáveis ou eventuais	23689	162994		186683					
Segurança social	97336	5492		102828					
<b>Total desp. C/ pessoal</b>	<b>4244390</b>	<b>204447</b>		<b>4448837</b>	<b>2669302</b>	<b>226001</b>	<b>124567</b>	<b>1428966</b>	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>									
<b>Bens duradouros</b>									
Material de secretária e outros bens duradouros	1589	5784		7373	3797	59	229	2993	295
Material de cultura	1972	56373		58345	30048	467	1809	23688	2334
Bens não duradouros	28978	141997		170975	88052	1368	5300	69416	6839
<b>Aquisição de serviços</b>									
<u>Encargos de instalações[1]</u>	38355	146794		185149				185149	
Arrendamento de edifícios	13393			13393	13393				
Aluguer de outros bens	713	1310		2023	1042	16	63	821	81
Comunicações	26817	31803		58620				58620	
Aquisições serviços diver.	29871	522376	21613	573860	295538	4591	17790	232987	22954
Transferências correntes									
<u>Administrações Públic.[2]</u>	15000	28839		43839	15000		2339	26500	
Administrações privadas	1503	92878		94381				94381	
Famílias	4985	130976		135961	135961				
Exterior		3839		3839					3839
Outras despesas correntes	1932	324256		326188	167987	2610	10111,8	132432	13048
<b>Total despesas correntes</b>	<b>165110</b>	<b>1487225</b>	<b>21613</b>	<b>1673948</b>	<b>750817</b>	<b>9110</b>	<b>37641</b>	<b>826988</b>	<b>49390</b>
<b>Total despesas correntes e de pessoal da U.E.</b>	<b>4409500</b>	<b>1691672</b>	<b>21613</b>	<b>6122785</b>	<b>3420120</b>	<b>235111</b>	<b>162208</b>	<b>2255955</b>	<b>49390</b>
<b>Despesas de capital</b>									
<b>Investimentos</b>									
Edifícios e Construções Diversas	71593		149018	220611	220611				
Material de transporte		14129		14129	7276	113	438	5736	565
Material de informática	67864	30850		98714	50838	790	3060	40078	3949
Maquinaria , Equipamento	94336	44956	35273	174565	89901	1397	5412	70873	6983
<b>Outros</b>									
Transferências de capital		2000		2000				2000	
Outras despesas de capital		27764		27764	14298	222	861	11272	1111
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>233793</b>	<b>119699</b>	<b>184291</b>	<b>537783</b>	<b>382925</b>	<b>2521</b>	<b>9770</b>	<b>129960</b>	<b>12607</b>
<b>Total das despesas da U.E.</b>	<b>4643293</b>	<b>1811371</b>	<b>205904</b>	<b>6660568</b>	<b>3803044</b>	<b>237632</b>	<b>171978</b>	<b>2385914</b>	<b>61996</b>

[1] Encargos com Electricidade, Água, Limpeza, Segurança

[2] Incluem-se aqui as Transferências para os SAS.UE

Fonte: Conta de Gerência da Universidade de Évora, 1999



Quadro A.4.2.2 **Afectação do contributo regional para o VABpm**

Secções da CAE	Estrutura do VABpm (%)		Contributo do Alentejo para o VABpm total	Quociente Localização	Contributo regional (%)
	Portugal	Alentejo			
1	4,3	13,4	13,7	3,1	4,3
6	4,1	11,9	12,8	2,9	4,1
13	0,4	5,4	58,5	13,1	0,4
15	1,8	1,3	3,2	0,7	3,2
17	1,8	3,3	8,2	1,9	1,8
24	4,0	2,5	2,8	0,6	2,8
28	1,4	0,9	2,6	0,6	2,6
36	6,1	3,2	2,6	0,5	2,6
42	5,7	0,7	0,6	0,1	0,6
47	1,6	0,4	1,2	0,3	1,2
50	1,8	0,4	1,1	0,2	1,1
53	6,7	3,9	2,5	0,6	2,5
58	20,5	16,4	3,5	0,8	3,5
60	6,5	6,0	4,1	0,9	4,1
69	5,2	2,9	2,5	0,6	2,5
74	15,6	11,6	3,3	0,7	3,3
86	18,1	21,2	5,1		21,2

Fonte: INE (1999) – Contas Regionais, 1995.

Nota: o quadro não inclui a produção imputada de serviços bancários, que foi considerada para a estimativa.

Legenda: 01: produtos da agricultura, silvicultura e pesca; 06: produtos energéticos; 13: minérios e metais ferrosos e não ferrosos; 15: minerais não metálicos e seus produtos; 17: produtos químicos; 24: produtos metálicos, máquinas, materiais e aparelhos eléctricos; 28: material de transporte; 36: produtos alimentares, bebidas e tabaco; 42: produtos têxteis, couro e calçado, vestuário; 47: papel, artigos em papel, produtos de impressão; 50: produtos de indústrias diversas; 53: construção e obras públicas; 58: recuperação e reparação, serviços de comércio, restaurantes e hotéis; 60: transporte e comunicações; 69: instituições de crédito e seguros; 74: outros serviços mercantis; 86: serviços não mercantis.

### Cálculo do Efeito Multiplicador no Produto e no Rendimento

Quadro A.4.2.3 **Produto**

	HIPÓTESE 1	HIPÓTESE 2	HIPÓTESE 3
Y1	2129705	2129705	2129705
Y2	5877868	5943775	5976729
Y3	1272297	1447383	1536264
Y4	275396	352456	394883
Y5	59611	85827	101501
Y6	12903	20900	26090
Y7	2793	5089	6706
Y8	605	1239	1724
Y9	131	302	443
Y10	28	73	114
Y11	6	18	29
Y12	1	4	8
Y13	0	1	2
Y14		0	0
Yf	9631344	9986772	10174198

Quadro A.4.2.4 **Rendimento**

	HIPÓTESE 1	HIPÓTESE 2	HIPÓTESE 3
D1	1401088	1401088	1401088
D2	3380891	3418800	3437755
D3	731812	832520	883644
D4	158405	202729	227133
D5	34288	49367	58382
D6	7422	12021	15007
D7	1606	2927	3857
D8	348	713	991
D9	75	174	255
D10	16	42	66
D11	4	10	17
D12	1	3	4
D13	0	1	1
Df	5715956	5920395	6028200

Unidade: milhares de escudos.

**Cálculo do Efeito Multiplicador no Produto e no Rendimento**  
**(análise de sensibilidade à componente vZ)**

Quadro A.4.2.5 Efeito no produto

	$\Delta - 15\%$	$\Delta - 10\%$	$\Delta + 10\%$	$\Delta + 15\%$
Y1	2129705	2129705	2129705	2129705
Y2	5075276	5342807	6412929	6680460
Y3	1098572	1156480	1388114	1446022
Y4	237792	250326	300465	313000
Y5	51471	54185	65037	67750
Y6	11141	11729	14078	14665
Y7	2412	2539	3047	3174
Y8	522	550	660	687
Y9	113	119	143	149
Y10	24	26	31	32
Y11	5	6	7	7
Y12	1	1	1	2
Y13	0	0	0	0
Yf	8607034	8948473	10314217	10655653

Unidade: milhares de escudos.

Quadro A.4.2.6 Efeito no Rendimento

	$\Delta - 15\%$	$\Delta - 10\%$	$\Delta + 10\%$	$\Delta + 15\%$
D1	1401088	1401088	1401088	1401088
D2	2919248	3073129	3688653	3842534
D3	631887	665196	798429	831738
D4	136775	143985	172824	180034
D5	29606	31166	37409	38969
D6	6408	6746	8097	8435
D7	1387	1460	1753	1826
D8	300	316	379	395
D9	65	68	82	86
D10	14	15	18	19
D11	3	3	4	4
D12	1	1	1	1
D13	0	0	0	0
Df	5126782	5323173	6108737	6305129

Unidade: milhares de escudos.

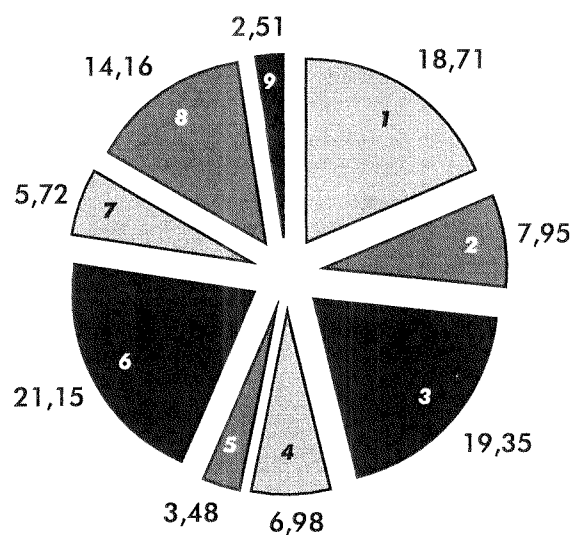
**Quadro A.4.2.7 Estimativa da produtividade regional, por sector de actividade (1999)**

	VABpm	Emprego	Produtividade
Sector I	132662	27,1	4895,3
Sector II	283090	54,8	5165,9
Sector III	463248	127,3	3639,0
<b>Total</b>	<b>879000</b>	<b>209,2</b>	<b>4201,7</b>

Fonte: INE. Dados para o VABpm (1999) sectoriais, estimados a partir da estrutura do VABpm1997; Emprego (1999).

Unidade: VABpm: milhões de escudos; Emprego: milhares de pessoas; Produtividade: milhares de escudos/pessoa.

**Gráfico A.4.2.1 Estrutura (%) regional das despesas das Famílias**



Fonte: Estrutura das despesas médias anuais dos agregados segundo a categoria sócio-económica do representante do agregado (Inquérito aos Orçamentos das Famílias, 1995). Os dados referem-se ao segmento de *Outros trabalhadores por conta de outrem-sector público*.

Legenda: 1. Produtos alimentares, bebidas e tabaco; 2. Vestuário e calçado; 3. Habitação, aquecimento e iluminação; 4. Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico, manutenção; 5. Serviços domésticos e de saúde; 6. Transportes e comunicações; 7. Distrações, espectáculos, instrução e cultura; 8. outros bens e serviços; 9. Outras despesas.

# A.4.3

## **ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A DIVERSOS PÚBLICOS-ALVO**





**Quadro A. 4.3.1 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de Avaliação da importância da U.E. para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora e do Alentejo através das funções ensino, investigação, extensão e formação**

ÁREA	ESTATÍSTICAS					
	ÉVORA			ALENTEJO		
	F (sig.)	T	T (sig.)	F (sig.)	T	T (sig.)
Ensino	0,740	0,769	0,444	0,293	0,814	0,418
Investigação	0,232	1,263	0,210	0,212	1,479	0,142
Extensão	0,031	1,708	0,092	0,081	1,472	0,145
Formação	0,138	1,471	0,145	0,025	0,959	0,340

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.2 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do empenhamento da U.E. para o desenvolvimento económico e social da cidade de Évora e do Alentejo através das funções ensino, investigação, extensão e formação**

ÁREA	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Ensino	0,135	1,530	0,129
Investigação	0,022	1,257	0,212
Extensão	0,035	2,370	0,020
Formação	0,032	2,604	0,011

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.3 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para o desenvolvimento económico e social da localidade/cidade de Évora e do Alentejo nos domínios económico, demográfico, sócio-cultural e técnico-científico**

DOMÍNIO	ESTATÍSTICAS					
	LOCALIDADE/ÉVORA			ALENTEJO		
	F (sig.)	T	T (sig.)	F (sig.)	T	T (sig.)
Económico	0,000	-1,423	0,158	0,197	2,373	0,020
Demográfico	0,000	-2,276	0,025	0,264	2,162	0,033
Sócio-cultural	0,003	-2,234	0,028	0,523	1,361	0,177
Técnico-Científico	0,186	-0,569	0,570	0,964	2,313	0,023

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro A.4.3.4 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos  
Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da  
U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento económico e social da cidade de Évora**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Transferência de tecnologia para a indústria	0,183	0,670	0,506
Recrutamento de estudantes no exterior da região e inserção nas empresas locais	0,078	-1,279	0,205
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego	0,386	0,332	0,740
Programas de formação contínua e desenvolvimento profissional para a população activa	0,721	-0,931	0,356
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região	0,534	0,377	0,707
Envolvimento local de empresas internacionais e parcerias para a investigação	0,170	-0,025	0,980
Acesso das PME aos desenvolvimentos científicos e tecnológicos	0,213	0,548	0,586
Contributo para a retenção de investimento externo	0,017	1,286	0,206
Contribuição para a Sociedade de Informação	0,019	-0,564	0,574
Estímulo à iniciativa empresarial (empreendedorismo)	0,104	-0,453	0,652
Definição de uma visão estratégica para a região	0,302	-0,269	0,789

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.5 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos  
Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da  
U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento económico e social do Alentejo**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Transferência de tecnologia para a indústria	0,083	0,567	0,573
Recrutamento de estudantes no exterior da região e inserção nas empresas locais	0,408	-0,883	0,380
Fluxos de pessoal e de estudantes para o mercado regional de emprego	0,579	0,645	0,521
Programas de formação contínua e desenvolvimento profissional para a população activa	0,763	-0,902	0,371
Melhoria do nível de qualificação e de formação da região	0,207	0,579	0,564
Envolvimento local de empresas internacionais e parcerias para a investigação	0,091	0,385	0,702
Acesso das PME aos desenvolvimentos científicos e tecnológicos	0,157	0,818	0,417
Contributo para a retenção de investimento externo	0,013	1,256	0,217
Contribuição para a Sociedade de Informação	0,091	0,371	0,712
Estímulo à iniciativa empresarial (empreendedorismo)	0,044	0,528	0,600
Definição de uma visão estratégica para a região	0,197	0,205	0,838

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.6 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento sócio-cultural da cidade de Évora**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Disponibilização, para os media, de comentadores com conhecimentos científicos	0,375	-1,619	0,110
"Fornecimento" de líderes para a sociedade civil	0,270	-0,016	0,987
Transmissão de saber imparcial às organizações regionais	0,561	-0,232	0,817
Realização de actividades artísticas e culturais	0,677	-1,596	0,114
"Fornecimento" de público para as actividades artísticas e culturais	0,908	-0,534	0,595
Oferta de equipamentos culturais e desportivos	0,441	0,029	0,977
Iniciativas para atrair a comunidade à Universidade	0,984	-0,671	0,504
Promoção da região	0,016	0,598	0,552

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.7 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da U.E. para diversos aspectos do desenvolvimento sócio-cultural do Alentejo**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Disponibilização, para os media, de comentadores com conhecimentos científicos	0,215	-0,713	0,478
"Fornecimento" de líderes para a sociedade civil	0,528	0,213	0,832
Transmissão de saber imparcial às organizações regionais	0,825	-0,293	0,770
Realização de actividades artísticas e culturais	0,610	-0,876	0,383
"Fornecimento" de público para as actividades artísticas e culturais	0,681	-0,211	0,834
Oferta de equipamentos culturais e desportivos	0,307	0,251	0,802
Iniciativas para atrair a comunidade à Universidade	0,414	-0,662	0,510
Promoção da região	0,083	0,335	0,738

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.8 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos  
Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de Causas para as  
dificuldades de relacionamento entre a U.E. e o meio**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Falta de informação da U.E. acerca do meio	0,638	0,716	0,479
Falta da informação do meio acerca da U.E.	0,209	0,120	0,905
Fraca motivação dos parceiros existentes	0,536	-0,078	0,938
Fraca motivação da U.E.	0,159	-0,163	0,871
Problemas inerentes a uma região rural e envelhecida	0,966	0,111	0,912
Existência de experiências não concretizadas ou falhadas no passado	0,620	2,392	0,022
Falta de tradição	0,232	2,192	0,034

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A. 4.3.9 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos  
Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis Formas de aproximar o  
ensino superior do tecido empresarial e institucional**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Realização de estágios e trabalhos práticos durante o curso	0,158	1,688	0,095
Professores convidados representativos dos vários sectores de actividade	0,042	3,634	0,000
Criação de um Conselho Consultivo com agentes económicos próximos do Departamento/Área Departamental	0,039	3,852	0,000
Promoção das actividades desenvolvidas na Universidade	0,305	1,675	0,097
Maior informação sobre os resultados da investigação realizada na U.E.	0,190	2,121	0,037

Fonte: elaboração própria.

**Quadro A.4.3.10 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos  
Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis de avaliação do contributo da  
U.E. para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo**

ENTIDADES	ESTATÍSTICAS					
	ÉVORA			ALENTEJO		
	F (sig.)	T	T (sig.)	F (sig.)	T	T (sig.)
Empresas	0,225	-1,080	0,283	0,402	-3,530	0,001
Outras entidades	0,484	-1,281	0,204	0,630	-9,075	0,000

Fonte: elaboração própria

**Quadro A.4.3.11 Estatísticas de avaliação da igualdade das médias entre os grupos  
Outras entidades e Docentes da U.E. para as variáveis Motivos pelos quais a U.E.  
contribui para fixar novas empresas/outras entidades em Évora e no Alentejo**

ÁREAS	ESTATÍSTICAS		
	F (sig.)	T	T (sig.)
Disponibiliza mão-de-obra qualificada	0,674	-2,600	0,011
Realiza investigação útil	0,452	1,180	0,242
Presta serviços de extensão fundamentais	0,918	0,522	0,603
Disponibiliza formação adequada	0,706	0,728	0,469

Fonte: elaboração própria.



